

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**DIFERENÇAS CULTURAIS ENTRE CABOCLOS E TEUTO-BRASILEIROS DE  
PORTO NOVO: A SEGREGAÇÃO SOCIAL DO CABOCLO**

**PATRÍCIO REICHERT**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS**

**PORTO ALEGRE, MAIO DE 2008.**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DIFERENÇAS CULTURAIS ENTRE CABOCLOS E TEUTO-BRASILIEROS DE  
PORTO NOVO: A SEGREGAÇÃO SOCIAL DO CABOCLO**

**PATRÍCIO REICHERT**

**Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros**

**Banca examinadora:**

**Prof. Dr. Paulino Eidt (Centro de Ciências Humanas - UNOESC)**

**Prof. Dr. Antônio Carlos Castrogiovanni (PPG em Geografia – UFRGS)**

**Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (PPG em Geografia - UFRGS)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Geografia,  
como requisito para obtenção do título de  
Mestre em Geografia.**

**PORTO ALEGRE, MAIO 2008.**

Dedico este trabalho a população cabocla e teuto-brasileira que construiu e está construindo o território do antigo Porto Novo.

## AGRADECIMENTOS

À família que me deu a base educacional ensinando-me os valores humanos fundamentais para a vida, e que perto ou longe sempre me incentivou nos estudos.

À família de José Flávio Weber, a minha segunda família como costume mencionar, pela hospitalidade durante o curso de graduação e pela nova acolhida no período da pesquisa a campo. Por terem sempre me tratado como um integrante do seu meio familiar serei eternamente grato.

Ao meu tio e padrinho José Flávio Weber por ter me auxiliado nas traduções do alemão, pelo seu constante interesse no tema da pesquisa, pela sua sabedoria e profunda capacidade de argumentação, em fim, por sempre ter compartilhado comigo o gosto pelo saber. Reciprocidades estas que continuamente formam calorosas conversações e enraizaram entre nós uma profunda relação de amizade.

Ao meu amigo de infância Claunei Paulo Weber, que como sempre, durante o trabalho da pesquisa não deixou de demonstrar o valor da nossa amizade. Bastante interessado, entre nossos longos e constantes diálogos, contribuiu com suas profundas argumentações. E enquanto estava em Vale Real – RS na escrita da dissertação, ele mostrou-se um excelente auxiliar na pesquisa, com grande disposição buscou necessárias informações, documentos e realizou inúmeras fotos, sempre superando as expectativas da ajuda que lhe foi pedida.

Aos meus amigos filhos de Porto Novo: Viane, Douglas, Lorival e Ivan. Como amantes do saber e da pesquisa, mostraram constante interesse no meu trabalho e contribuíram significativamente com suas argumentações e informações. No isolamento da escrita, separado pela distância geográfica, senti muita falta dos nossos diálogos, apesar de terem continuado virtualmente por meio da internet.

Aos meus amigos de farra, do oeste catarinense e de Vale Real, que em meio ao trabalho exaustivo da pesquisa me proporcionaram momentos de muita alegria e descontração, me desculpo das vezes que não pude estar com vocês devido as minhas ocupações.

Ao meu professor do curso de graduação de Geografia da UNOESC, amigo e colega de jornada Antônio Carlos Moreira, que com a sua sabedoria e persistência me ensinou a ter um olhar mais múltiplo e profundo na análise do espaço geográfico, me despertou com mais intensidade o gosto pela pesquisa e que continua tendo o bom hábito de me provocar incertezas que me impulsionam a ir em busca de respostas às minhas inquietações.

Ao meu professor do curso de graduação de Geografia da UNOESC e amigo Paulino Eidt, que em meio às ocupações na fase final da sua tese, mostrou atenção e interesse a minha pesquisa, agendou tempo para dialogarmos e compartilhou comigo seu conhecimento sobre a construção do espaço geográfico de Porto Novo. E quando afastados pela distância geográfica, apoiou-me de forma criativa através da comunicação pela internet.

Às demais pessoas que se mostraram dispostas em contribuir à pesquisa a campo: os entrevistados que tiveram a generosidade da acolhida para a conversação das entrevistas qualitativas; os estudantes que responderam aos questionários; e todos aqueles que de alguma forma forneceram informações, em especial as agentes de saúde municipal, que sem esta ajuda espontânea a pesquisa a campo não poderia ter sido realizada com tal êxito.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas novas amizades e pelo conhecimento compartilhado.

À Zélia, pela dedicação e espontânea ajuda nas necessárias burocracias junto à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, universidade pública e gratuita, que me concedeu a oportunidade de estudar e a desenvolver a pesquisa, disponibilizando uma boa estrutura física e profissionais qualificados. A instituição proporcionou também a oportunidade de participar em seminários, congressos e outros eventos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, a sua coordenação e ao seu competente corpo docente, em especial aos professores que me lecionaram as disciplinas freqüentadas no curso, que com seu conhecimento e sabedoria me proporcionaram uma excelente aprendizagem.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil, que me concedeu o suporte financeiro para a dedicação exclusiva ao estudo e a realização da pesquisa.

Um agradecimento especial à professora orientadora Dr. Rosa Maria Vieira Medeiros, pela constante atenção e estímulos em todos os momentos da orientação, pela sabedoria em me guiar no rumo da pesquisa, e pela relação de amizade e confiança que se formou no decorrer deste trabalho.

### A cegueira

Muitas são as fontes de cegueira: em relação a si e ao outro, fenômeno geral cotidiano; cegueira pela marca da cultura nos espíritos; cegueira resultante de uma convicção fanática, política ou religiosa, de uma possessão por deuses, mitos, idéias; cegueira proveniente da redução e da disjunção; cegueira por indiferença, ódio ou desprezo; cegueira criada pelos turbilhões históricos que arrastam os espíritos; cegueira antropológica vinda da demência humana; cegueira oriunda de um excesso de racionalização ou de abstração, as quais ignoram a compreensão subjetiva. Cegueira por desconhecimento da complexidade.

Edgar Morin

## RESUMO

O projeto de colonização Porto Novo iniciado em 1926 na microrregião do extremo oeste de SC, organizado pelos jesuítas alemães de São Leopoldo – RS, almejava a formação de uma colônia étnica e religiosamente homogênea: católica e alemã. O caboclo que em parte já se encontrava antes do imigrante de origem alemã na região e posteriormente atraído pelos trabalhos da colonização, não se enquadrava nos requisitos impostos para ser incluído ao projeto Porto Novo. Desde o início da formação da colônia até os dias atuais, o caboclo pertence a uma minoria étnica que em geral vive uma situação de segregação social. Nesta pesquisa trabalha-se na idéia de que as diferenças culturais, o estranhamento e a intolerância diante destas diferenças é o principal fator da pouca integração social do caboclo num território onde há a supremacia da cultura teuto-brasileira. Para compreender as principais diferenças culturais entre as duas etnias (a cabocla e a teuto-brasileira) primeiramente faz-se um resgate e uma contextualização da identidade cultural de cada uma, em seguida destaca-se alguns valores nucleantes que se diferenciam de forma marcante entre os dois grupos, especialmente na sua reprodução camponesa: a religião, a língua, a propriedade da terra, o *ethos* trabalho e a família. Posteriormente faz-se uma análise da atual segregação social do caboclo no antigo território de Porto Novo, uma segregação que será identificada a partir da observação da paisagem e das relações humanas nos diferentes espaços sociais de predominância teuto-brasileira, como nas relações de vizinhança, na igreja, no clube social e na escola. Por fim, acredita-se numa maior possibilidade de inclusão social da minoria étnica cabocla, numa melhor interação entre caboclos e teuto-brasileiros, e a partir da análise de algumas possíveis propostas, se aposta principalmente no papel da escola, um espaço capaz de desenvolver o germe deste processo, na qual a Geografia consegue trazer uma significativa contribuição.

**Palavras – chave:** colonização, identidade cultural, segregação, inclusão.



## ABSTRACT

The Porto Novo settling project was started in 1926 in the most western micro region in Santa Catarina (Brazil). Organized by the German Jesuits from São Leopoldo – Rio Grande do Sul (Brazil), this project aimed at the establishment of an ethnically and religiously homogeneous German Catholic colony. The caboclo who had been in that region before the German immigrants arrived, and who were afterward attracted by the settling works, did not fit the requisites to be included in the Porto Novo project. From the beginning of the colony formation to the present, the caboclo belongs to an ethnical minority that, in general, lives through social segregation. This study is based on the idea that cultural differences, strangeness and intolerance in face of these differences are the main factors of the little social integration of the caboclo in a territory where there is a German-Brazilian cultural supremacy. To understand the main cultural differences between the two ethnics (the caboclo and the German-Brazilian), firstly, an identity rescuing and contextualization of each of the two is proposed. Secondly, some main values that clearly differentiate the two groups are pointed out, especially in their peasant representation: religion, language, land ownership, work *ethos* and family. Then, an analysis of the present social segregation of the caboclo in the old Porto Novo territory is done, a segregation that will be identified through the observation of the environment and the human relations in the different social spaces, predominantly German-Brazilians, and in the neighborhood relationship, the church, the social club and the school. Finally, it is believed that a bigger inclusion of the ethnical minority caboclo is possible, in a better interaction between caboclos and German-Brazilians. Through the analysis of some possible proposals, the role of school is highlighted as a space to develop the seed of this process, to which Geography can bring a significant contribution.

**Keywords:** settling, cultural identity, segregation, inclusion.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Porto Novo.....	15
Figura 2 – Porto Novo: ao sul divisa com o Rio Grande do Sul Pelo Rio Uruguai e ao oeste fronteira com a Argentina pelo rio Peperi-Guaçu.....	59
Figura 3 – No trabalho pioneiro da colonização a grande contribuição da mão-de-obra cabocla. Na figura um colono condutor de lancha junto com caboclos balseiros...	63
Figura 4 – Antigo balseiro no seu rancho na Vila União: memória viva da participação do caboclo no trabalho pioneiro da colonização.....	63
Figura 5 – Prática agrícola predatória dos colonos: mata derrubada sendo queimada.....	88
Figura 6 – Principais idealizadores da colonização de Porto Novo. Da esquerda para a direita (a cavalo): padres João Rick, Teodoro Treis e Max Von Lassberg.....	91
Figura 7 – Colonos imigrando a Porto Novo.....	93
Figura 8 – Família de colonos de Porto Novo imigrando pro Paraná.....	94
Figura 9 – Moradia típica de um colono (pequeno agricultor).....	132
Figura 10 – Moradia típica de um caboclo.....	133
Figura 11 – Uma família cabocla do tipo extensa.....	154
Figura 12 – Neolocalidade de um filho (aos fundos) numa propriedade de colonos teuto-brasileiros.....	156
Figura 13 – Na tradicional família teuto-brasileira o casamento era indissolúvel, a separação do casal acontecia somente com o falecimento de um dos cônjuges.....	157
Figura 14 – Por meio da brincadeira a criança camponesa é incorporada ao trabalho.....	159
Figura 15 – Exemplo de uma família na qual ocorreu o processo de acaboclamento.....	172
Figura 16 – Exemplo de uma família na qual ocorreu o processo de ateutoamento.....	172
Figura 17 – Desfile da Oktoberfest.....	182
Figura 18 – Monumento em homenagem à imigração alemã.....	183
Figura 19 – Monumento em homenagem aos primeiros colonos com seus nomes cravados	183
Figura 20 – Localização da população cabocla rural de Porto Novo.....	185

Figura 21 – Moradias de famílias caboclas junto à cerâmica.....	188
Figura 22 – Moradia de uma família cabocla de pescadores.....	190
Figura 23 – Moradias de famílias caboclas do aglomerado.....	191
Figura 24 – Moradias caboclas do aglomerado.....	193
Figura 25 – Moradias de famílias caboclas da “favelinha”.....	196
Figura 26 – Moradia de família cabocla da “favelinha”.....	196
Figura 27 – Precário veículo de um caboclo.....	198
Figura 28 – Moradias da família do tipo extensa dos caboclos “crentes” do aglomerado.....	199
Figura 29 – Moradias da família do tipo extensa dos caboclos católicos do aglomerado.....	200
Figura 30 – Moradia de uma família cabocla do aglomerado.....	202
Figura 31 – Moradia de uma família cabocla do aglomerado.....	202
Figura 32 – Moradia de uma família cabocla da Vila Chaves.....	204
Figura 33 – Moradias de famílias caboclas da Vila União.....	213
Figura 34 – Moradia de família cabocla da Vila União.....	213
Figura 35 – Área de ocupação cabocla.....	215
Figura 36 – Área ocupada por uma família cabocla à outra margem do rio Peperi-Guaçu no lado argentino.....	218
Figura 37 – Moradia de uma família cabocla da comunidade de Aparecida.....	221
Figura 38 – Precária infra-estrutura numa propriedade cabocla na comunidade de Aparecida.....	221
Figura 39 – Moradia cabocla da comunidade de São Ludgero.....	225
Figura 40 – Moradia de uma família cabocla camponesa dispersa.....	228
Figura 41 – Localização da população cabocla na zona urbana de Itapiranga.....	230
Figura 42 – Vila São Pedro São Paulo.....	236
Figura 43 – Moradia de uma família cabocla da Vila São Pedro São Paulo.....	237
Figura 44 – Caboclos no calçadão da Avenida Uruguai a espera de um serviço temporário	238

Figura 45 – Ajuda mútua entre vizinhos na construção da casa de um colono.....	
Figura 46 – Ajuda mútua entre vizinhos e amigos no abate de um suíno: um clima de festividade .....	243
Figura 47 – Igreja da Assembléia de Deus da comunidade de Aparecida.....	250
Figura 48 – Igreja da Assembléia de Deus da comunidade de São Pedro.....	250
Figura 49 – Igreja católica da comunidade de Popi. No meio rural a igreja é um importante ponto de encontro de sociabilidade entre os membros da comunidade.....	254
Figura 50 – Sociedade Kolping.....	275
Figura 51 – Inauguração da Sociedade União de Atiradores, posterior Sociedade Sete de Setembro.....	276
Figura 52 – Clube social da comunidade de Ervalzinho.....	277
Figura 53 – Casa do professor e <i>Schulkapelle</i> na formação da comunidade rural.....	288
Figura 54 – Escola comunitária da comunidade de Santa Fé: depois de quatro décadas de funcionamento foi leiloada a adaptada para moradia.....	291
Figura 55 – Crianças do jardim e pré-escolar da escola Peperi-Guaçu. Aos fundos, na área em cobertura fora da quadra de areia, um grupinho de crianças caboclas brinca separadamente.....	305
Figura 56 – Desfile do dia 7 de setembro na cidade de Itapiranga. Numa representação do enforcamento do Tiradentes o aluno caboclo faz o papel de carrasco, certamente uma forma implícita e/ou inconsciente de preconceito por parte da comunidade escolar.....	320
Figura 57 – Escola Básica Madre Benvenuta: dois alunos caboclos sem uniforme diante de uma turma toda uniformizada.....	321

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistas qualitativas por classificação dos sujeitos entrevistados...	28
Tabela 2 – Naturalidade da população cabocla de Porto Novo.....	47
Tabela 3 – Naturalidade e década de nascimento da população cabocla de Porto Novo.....	49
Tabela 4 – Fases de atração e repulsão da população cabocla em Porto Novo.....	65
Tabela 5 – Crescimento populacional de Porto Novo.....	95
Tabela 6 – Número e porcentagem de alunos caboclos na escola.....	294
Tabela 7 – Valores de benefícios do programa Bolsa Família.....	325

## **LISTA DE SIGLAS**

BPC = Benefício de Prestação Continuada.

COTRAVAL = Cooperativa dos Trabalhadores do Vale do Uruguai.

IBAMA = Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSS = Instituto Nacional do Seguro Social.

MAB = Movimento dos Atingidos por Barragens.

NAES = Núcleo Avançado de Ensino Supletivo.

PAA = Programa de Aquisição de Alimentos.

PAC = Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos.

PETI = Programa de Erradicação do Trabalho infantil.

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SUP = Sociedade União Popular.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DOS CABOCLOS E DOS TEUTO-BRASILEIROS DA COLÔNIA DE PORTO NOVO.....</b>	<b>33</b>
<b>1.1 A identidade cultural dos caboclos de Porto Novo.....</b>	<b>33</b>
1.1.1 O conceito de caboclo.....	33
1.1.2 A origem do caboclo de Porto Novo.....	39
<b>1.2 A identidade cultural dos teuto-brasileiros de Porto Novo.....</b>	<b>65</b>
1.2.1 O conceito de colono.....	65
1.2.2 A origem do colono teuto-brasileiro de Porto Novo.....	69
<b>1.3 Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros.....</b>	<b>95</b>
1.3.1 A religião.....	96
1.3.2 A língua.....	108
1.3.3 A propriedade da terra.....	121
1.3.4 O <i>ethos</i> trabalho.....	136
1.3.5 A família.....	151
<b>2 A NÃO INCLUSÃO DO CULTURALMENTE DIFERENTE: A SEGREGAÇÃO SOCIAL DO CABOCLO.....</b>	<b>179</b>
<b>2.1 A paisagem denuncia a segregação social do caboclo.....</b>	<b>181</b>
2.1.1 A segregação social do caboclo a partir da análise da paisagem rural.....	184
2.1.1.1 Os aglomerados caboclos.....	186
2.1.1.1.1 Aglomerado 1.....	186
2.1.1.1.2 Aglomerado 2.....	188
2.1.1.1.3 Aglomerado 3.....	190
2.1.1.1.4 Aglomerado 4.....	192
2.1.1.1.5 Aglomerado 5.....	193
2.1.1.1.6 Aglomerado 6.....	196
2.1.1.1.7 Aglomerado 7.....	200
2.1.1.1.8 Aglomerado 8.....	202
2.1.1.1.9 Aglomerado 9.....	204
2.1.1.2 Concentração de caboclos.....	213
2.1.1.2.1 Área A.....	214
2.1.1.2.2 Área B.....	222

2.1.1.3 Famílias caboclas dispersas.....	225
2.1.2 A segregação social do caboclo a partir da análise da paisagem urbana.....	228
<b>2.2 A segregação social do caboclo nos espaços sociais de predominância teuto-brasileira.....</b>	<b>239</b>
2.2.1 A segregação do caboclo nas relações de vizinhança.....	239
2.2.2 A segregação do caboclo no espaço religioso.....	248
2.2.3 A não integração do caboclo ao clube social.....	271
2.2.4 A pouca frequência do caboclo à escola.....	287
<b>3 UMA MAIOR INCLUSÃO SOCIAL DO CABOCLO É POSSÍVEL?.....</b>	<b>324</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>343</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>359</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>372</b>



## INTRODUÇÃO

O projeto de colonização Porto Novo, na microrregião do extremo-oeste de Santa Catarina, teve seu início em 1926, abrangendo um território de 583.974 Km<sup>2</sup>. Política e administrativamente dependia do município de Chapecó, atual área ocupada pelos municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis e parte de Mondaí. Em 1929 o nome foi substituído por Itapiranga<sup>1</sup>.

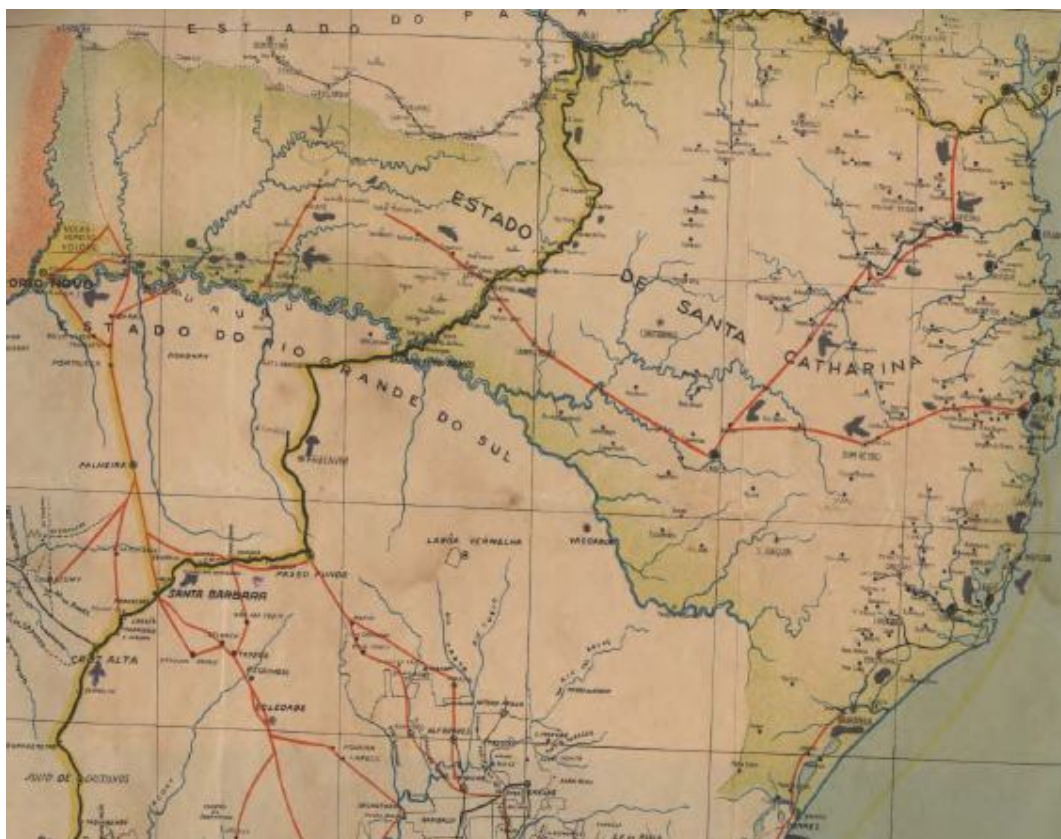


Figura 1 – Localização de Porto Novo. Fonte: MIDELDORF, 1933.

Levas de imigrantes oriundos das colônias velhas<sup>2</sup> do Rio Grande do Sul (vale do Rio dos Sinos, Caí e Taquari), outros em minoria vindos da Europa e de colonizações mais antigas

<sup>1</sup> O nome Porto Novo foi mudado para Itapiranga em 1929 por Adolfo Konder quando a sua comitiva visitou o lugar, mas a população preferiu o nome inicial, usando-o popularmente por mais de 40 anos depois. Assim o nome “Porto Novo” será utilizado em toda a fase temporal da pesquisa, referindo-se a área do projeto de colonização.

<sup>2</sup> O termo “colônias velhas” se refere à região nas quais se instalaram os imigrantes europeus de origem alemã a partir de 1824 no Rio Grande do Sul em oposição às novas colonizações instaladas no início do século XX no oeste catarinense.

de Santa Catarina (vale do rio Itajaí e Capivari), passaram a ocupar o “vazio demográfico” do oeste catarinense.

Os jesuítas alemães do Rio Grande do Sul, através da SUP (Sociedade União Popular) ou *Volksverein*<sup>3</sup>, recrutaram os imigrantes que deveriam enquadrar-se nos requisitos impostos, principalmente o de ser de origem germânica e de pertencer à religião Católica. Desta forma a estrutura organizacional *sui generis* do Projeto Porto Novo tornou-se como um dos projetos de colonização mais homogêneos étnica e culturalmente do sul do país.

O caboclo<sup>4</sup>, conhecido como *Valdläufner* (andarilho do mato) pelos descendentes de alemães, em parte já ocupava antes do colono<sup>5</sup> o espaço territorial delimitado pela *Volksverein*, onde prestava mão-de-obra barata às madeireiras da região. No período posterior à fundação da colônia, caboclos do noroeste gaúcho também foram atraídos pelos serviços da colonização. Sem a incorporação de uma concepção de propriedade privada da terra, fixaram-se, de forma provisória, como posseiros nas terras ainda não ocupadas pelos colonos. Mesmo tendo uma fundamental importância na construção do espaço geográfico da colônia, os caboclos não foram incorporados ao projeto da colonização. Seus traços étnicos e raciais não se enquadraram nos requisitos impostos pelos idealizadores do projeto Porto Novo. Na medida em que os colonos ocuparam os lotes de terras adquiridos por meio da compra, os caboclos (posseiros) foram sistematicamente expulsos.

No período posterior ao processo da colonização, após 1960, a minoria étnica<sup>6</sup> cabocla que permaneceu em Porto Novo teve que adaptar a sua identidade camponesa às grandes mudanças do espaço geográfico em que se encontrava inserido, como a ausência de terras para permanecer na condição de posseiro e as transformações nas relações produtivas advindas da modernização agrícola. Por mais de duas décadas a maior parcela dos caboclos camponeses viveram como seminômades disponibilizando-se como mão-de-obra temporária às propriedades agrícolas dos colonos. Nesta forma de relação trabalhista o caboclo

<sup>3</sup> A associação *Volksverein Für die Deutschen Katholiken* ou Sociedade União Popular para Alemães Católicos criou uma empresa colonizadora que recebeu o seu nome: *Volksverein* ou SUP (Sociedade União Popular). Um maior aprofundamento em relação a esta associação será dado no item 1.2.2.

<sup>4</sup> Além da sua mestiçagem com branco, índio e negro, o caboclo aqui também é caracterizado a partir da sua identidade camponesa. O conceito de caboclo utilizado nesta pesquisa será explicado no item 1.1.1.

<sup>5</sup> O termo colono nesta pesquisa é compreendido como a expressão de uma identidade camponesa apropriada por parte dos imigrantes europeus e seus descendentes a partir da política de colonização desde o século XIX. A conceituação do termo será mais bem detalhada no item 1.2.1.

<sup>6</sup> “Uma etnia existe, primeiramente, pela consciência que tem de si mesma e pela cultura que produz. É em seu seio que se elabora e se perpetua a soma de crenças, rituais e práticas que fundam a cultura e permitem que os grupos se reproduzam. [...] A etnia elabora a cultura e, reciprocamente, a existência da cultura funda a identidade da etnia. Nesse sentido, podemos falar de etnia para todo o grupo humano cuja função social, ou a simples existência geográfica, conduza a uma especificidade cultural”. (BONNEMAISON, 2002, p. 93-94).

geralmente fixou-se provisoriamente como morador aos fundos de uma propriedade, onde morava com a sua família num precário rancho, praticava uma pequena agricultura de subsistência e executava trabalhos temporários ao proprietário da terra e às famílias de colonos das proximidades.

O constante avanço da modernização agrícola e o aprofundamento das relações capitalistas atenuaram a oferta das tradicionais formas de trabalho, e a reprodução camponesa do caboclo na condição de morador aos fundos de uma propriedade de um colono se extinguiu. Os caboclos que atualmente persistem no meio rural, em geral estão encurralados em áreas íngremes e de difícil acesso, encontram-se como arrendatários, posseiros e proprietários de pequenos lotes de terra. Dentro de uma precária situação socioeconômica sobrevivem de trabalhos temporários nas propriedades agrícolas, cuja oferta atrofia com o progresso da agricultura modernizada, e de forma intercalada, praticam uma pequena atividade agrícola de subsistência quando há terra disponível para isso.

Com o crescimento urbano principalmente devido à ampliação agroindustrial a partir da década de 80, houve uma significativa imigração de caboclos à cidade de Itapiranga, oriundos do êxodo rural do interior de Porto Novo e do noroeste gaúcho. Os que se adaptaram ao mercado de trabalho conseguiram ascender na estratificação social. No entanto, esta não se tornou a realidade de uma grande parte da população cabocla do meio urbano que sem conseguir se incorporar à dinâmica econômica do novo espaço permaneceram ou até mesmo passaram a viver numa condição social mais precária, se concentraram nas áreas periféricas e ainda se mantêm economicamente na insegurança do trabalho informal e temporário.

Ao fazer-se uma análise da trajetória da identidade cultural<sup>7</sup> cabocla do Brasil meridional, percebe-se a sua significativa contribuição nas atividades produtivas dos diferentes ciclos econômicos preponderantes, no decorrer do processo histórico, tal como no tropeirismo, na erva-mate, no comércio da madeira e na produção agrícola a partir dos projetos de colonização. Nesta análise percebe-se também que ao mesmo tempo em que contribuiu e dependeu destas atividades produtivas, o caboclo permaneceu à margem dos ciclos econômicos, segregado pelos detentores do poder econômico e político. Em meio a esta

---

<sup>7</sup> No texto utilizo o termo na concepção de Oliveira (2003, p. 135): “[...] os indivíduos que compartilham a mesma cultura apresentam o que se chama de identidade cultural”. Onde se entende que “A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante as suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte”. (CLAVAL, 2001, p. 63).

situação de marginalidade, a população cabocla criou uma sociabilidade à parte e construiu um conjunto de valores culturais fundamentais para a sua reprodução social.

Os progressivos avanços dos projetos de colonização trouxeram uma grande ruptura à identidade cultural cabocla. A demarcação da propriedade privada dividida em lotes coloniais impossibilitou a continuação das suas tradicionais práticas camponesas, pautadas no uso extensivo e provisório da terra sem a concepção de patrimônio privado.

As características socioculturais do caboclo não correspondiam aos interesses da política republicana que, por meio dos projetos de colonização, pretendia modernizar o Estado integrando-o mais intensamente ao capitalismo internacional. Assim, a pequena propriedade agrícola, privada e produtiva, dinamizaria as relações capitalistas. Nesta estratégia de organização territorial, as virtudes do camponês europeu foram exaltadas que, com a sua imigração ao Brasil, traria os princípios da propriedade privada e do espírito capitalista. O Estado terceirizou os serviços de colonização a grandes corporações capitalistas sem se comprometer com algum amparo social sobre o camponês colono e caboclo. As vastas áreas de terras que passaram a pertencer legalmente a estas corporações, em geral eram novamente comercializadas a empresas de colonização, que por sua vez efetivavam a ocupação da área por colonos com a venda dos lotes agrícolas. Os caboclos, não tendo a incorporação de valores capitalistas, deixaram de ser incluídos nos projetos de colonização que se desenvolviam a partir da especulação do mercado da terra.

Diante da isenção assistencial do Estado, os colonos organizaram-se socialmente com relativa autonomia, a partir das suas tradicionais comunidades camponesas, buscando a sua identificação na etnia e na religião, proporcionando uma forte carga de liderança aos agentes religiosos. No exemplo da colonização de Porto Novo, além do acesso a terra ter sido praticamente impossibilitado ao caboclo, este também passou a ser rejeitado nas relações sociais das comunidades nas quais prevaleceu a supremacia da cultura teuto-brasileira.

Atualmente, numa análise do espaço geográfico da antiga colônia de Porto Novo é possível perceber uma segregação social<sup>8</sup> da minoria étnica cabocla, visível tanto na paisagem quanto nas relações humanas que envolvem a vida sócio-comunitária. Uma segregação que se dá em dois sentidos: pela condição econômica em geral inferior que dificulta uma

---

<sup>8</sup> A segregação, processo de separação, afastamento, desligamento de um grupo, como tentativa de que, em separando 'o diferente' se possa constituir um grupo de iguais. (MIRANDA, 2006, p. 4).

participação social mais ativa, e pelo estranhamento cultural existente entre a etnia cabocla e teuto-brasileira<sup>9</sup> onde o caboclo como minoria é vítima dos preconceitos étnico-raciais<sup>10</sup>.

Na busca de uma compreensão sobre os fatores que motivam a segregação social da população cabocla, precisam ser evidenciadas e contextualizadas as diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros, tanto na segregação decorrente da condição econômica quanto na dificuldade de interação social devido ao estranhamento cultural.

Neste sentido, tem-se como objetivo principal da pesquisa, compreender as diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo relacionando-as com a dificuldade de interação social entre os dois grupos étnicos e a conseqüente segregação da minoria étnica cabocla nos diferentes espaços sócio-comunitários.

Para fundamentar a análise do objetivo principal foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Resgatar e analisar as características sócio-culturais dos caboclos e dos teuto-brasileiros que participaram da construção territorial de Porto Novo para a compreensão das suas diferenças;
- Observar se as diferenças culturais dos caboclos e teuto-brasileiros provocam uma dificuldade de interação social entre os dois grupos étnicos e a segregação da etnia cabocla, a partir da análise da paisagem e das relações humanas nos diferentes espaços sociais da comunidade;
- Analisar e expor possíveis propostas para uma maior inclusão social da população cabocla e uma melhor interação entre caboclos e teuto-brasileiros;

A pesquisa tem como universo investigativo o antigo território<sup>11</sup> componente do projeto Porto Novo (ver anexo A). Seguiu-se tal recorte por esta área apresentar uma identidade sócio-espacial que se formou junto com a construção do espaço geográfico, a partir do projeto da colonização. Os sujeitos pesquisados foram os caboclos e teuto-brasileiros em sua maioria descendente ou remanescente da população que na época da colonização viveu neste espaço.

---

<sup>9</sup> “Entenderemos por teuto-brasileiros cujo pai e mãe são de origem alemã”. (ROCHE, 1969, p. 173, v.1). O termo durante o texto será generalizado para toda a população de origem germânica da antiga colônia de Porto Novo, que em geral é procedente de várias gerações de teuto-brasileiros a partir das colônias velhas do Rio Grande do Sul.

<sup>10</sup> O termo “preconceito étnico”, se refere ao preconceito das características culturais que um indivíduo ou grupo tem sobre outras etnias. E “preconceito racial” é referente ao preconceito sobre diferenças genéticas (o preconceito mais freqüente é em relação à cor de pele). “Raças são populações que diferem significativamente nas freqüências dos seus genes”. (PESSOA, Oswaldo Frota, 1996, p. 29).

<sup>11</sup> O território é neste sentido compreendido como o espaço apropriado e demarcado dentro de uma dimensão cultural e econômico-política a partir do seu processo de colonização. “O território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação”. (HEIDRICH, 2004, p. 39).

Apesar da delimitação da pesquisa se concentrar na antiga colônia de Porto Novo não obedece a uma escala espacial sistemática. Ao estudar-se o espaço geográfico de uma determinada extensão territorial é fundamental compreender os vários níveis de escala que agem sobre a sua transformação sócio-espacial, como orienta Callai (2002, p. 95-96):

É fundamental que se considere sempre os vários níveis desta escala social de análise: 'o local', o 'regional', o 'nacional' e o 'mundial'. A busca das explicações do que acontece em determinados níveis desta escala, em outras dimensões, favorece análises mais conseqüentes. Por exemplo, ao estudar a Geografia do Brasil, estuda-se uma realidade que é nacional, mas se deve levar em conta uma grande diversidade regional, áreas diferentemente desenvolvidas. Há lugares, devido a suas características específicas, que produzem uma identidade diversa de outros lugares mesmo pertencendo ao mesmo país. Em cada um destes níveis poder-se-á constatar, também, a presença do universal, ou seja, de características gerais, globais, pode se dizer, que marcam a forma como os lugares reagem às condições internas e aos fluxos externos. Há em cada um destes níveis, portanto, a presença dos demais. O trânsito nos vários níveis desta escala é fundamental para uma análise significativa e conseqüente [...].

O nível local traz em si o global, o regional e o nacional, mas os espaços se transformam dentro de uma lógica que vai além da sua fragmentação em divisões ou hierarquias político-administrativas. A reprodução sócio-espacial local não se dá por relações sistemáticas pautadas pela proximidade e contigüidade, as relações ultrapassam distâncias lineares e contínuas, principalmente com o aprofundamento do processo da globalização.

[...] o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global [...] Hoje uma cidade vizinha pode não manter intercâmbio com a sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora do país. (SANTOS, 1988, p. 49).

No entanto o movimento da globalização não homogeneíza todos os espaços, ao contrário, em parte intensifica as suas diferenças, porque os indivíduos e os grupos sociais não atuam e reagem da mesma forma. Assim cada lugar traz consigo suas marcas culturais e constrói a sua identidade diante do sistema hegemônico global. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. (SANTOS, 1996, p. 273).

A pesquisa se concentra numa escala temporal de 80 anos, que compreende o período do início da colonização (1926) até o momento presente da pesquisa a campo (2006). Mas para compreender as diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros e suas relações sociais no decorrer da construção territorial de Porto Novo, recorreu-se a uma dimensão histórica que atende a um período bem anterior a colonização. Resgatou-se a identidade cultural teuto-brasileira a partir do seu meio sócio-cultural na Europa antes da sua imigração ao Rio Grande Sul e posteriormente ao oeste catarinense; enquanto que do caboclo a

formação da sua identidade cultural a partir do século XVIII no Brasil meridional até o seu deslocamento a área da antiga colônia Porto Novo. “A dimensão histórica na análise geográfica favorece a percepção dos significados de cada lugar para além das aparências e encaminha à compreensão da realidade espacial como resultado de processos sociais da humanidade”. (CALLAI, 2002, p. 99).

Na pesquisa enfatizou-se o método fenomenológico por nele ter se encontrado um caminho que melhor correspondeu às inquietações que envolveram o objetivo do estudo. O foco de atenção da análise sócio-espacial se concentrou no mundo vivido dos sujeitos pesquisados, este entendido como o mundo das experiências e do sentido que damos a elas em nosso cotidiano, onde se valorizou a cultura, as representações e seus significados. Nesta perspectiva, buscou-se na análise geográfica compreender o sentido do vivido a partir dos significados construídos e materializados no espaço geográfico. Apesar dos princípios da fenomenologia merecer seu destaque neste trabalho, diante da complexidade do tema em pesquisa, não foi possível fundamentar-se apenas num único método. Em parceria com a fenomenologia trabalhou-se com o método dialético materialista histórico, por entender que para uma análise significativa de um determinado espaço geográfico também deve ser analisado a sua construção e reestruturação enquanto expressão da reprodução das relações sociais dentro de um processo histórico. A valorização da historicidade no sentido dialético<sup>12</sup> possibilitou compreender a trajetória da construção do espaço, as relações e os fenômenos que foram se encadeando para a sua formação; a explicação para as formas aparentes e o entendimento do jogo de forças e interesses que atuaram para o atual arranjo espacial.

O trabalho apresenta uma pesquisa de campo que tem como principal suporte o uso de técnicas da investigação qualitativa. No entanto, também se buscou uma fundamentação teórica em relação ao tema de pesquisa no referencial bibliográfico e se utilizou alguns dados estatísticos e/ou quantitativos. “[...] toda a pesquisa precisa mesclar quantidade e qualidade, forma e intensidade, estrutura e dinâmica. A pesquisa qualitativa apenas quer realçar as dinâmicas, mas sem perder de vista que toda a dinâmica revela formas”. (DEMO, 2004, p. 19).

A abordagem qualitativa [...] refere-se à intensidade dos fenômenos. Ela não se presta a realização de censos, a estudos epidemiológicos de grandes grupos, a pesquisas que queiram medir quantidade. Ela é própria para aprofundar a

---

<sup>12</sup> Diferente da perspectiva positivista onde o tempo se apresenta de forma linear como uma sucessão de acontecimentos, na dialética o tempo é histórico e resultado de um conflituoso movimento acompanhado por um conjunto de contradições, o fato em questão é parte de um processo dentro de uma totalização, que Santos (2004) denomina de sistema temporal.

compreensão de grupos, de segmentos e de microrealidades, visando ao desvendamento de sua lógica interna e específica, de sua cosmologia, de sua visão de determinados problemas, que se expressam em opiniões, crenças, valores, relações, atitudes e práticas.

Esse duplo quantitativo-qualitativo que não se iguala, que não deve ser usado indistintamente, mas de forma adequada, pode se tornar 'uno' na explicação e compreensão de temas que ao mesmo tempo devem ser analisados em sua magnitude e em sua significância. (MINAYO E MINAYO-GÓMEZ, 2003, p. 137).

Morin (2005, p. 120) argumenta sobre a importância do estudo qualitativo para a compreensão da subjetividade humana:

Isoladas, a racionalidade, a objetividade e quantificação ignoram a compreensão subjetiva e eliminam dos seus conhecimentos a humanidade do humano. O conhecimento econômico pelo cálculo e o conhecimento estatístico pela amostragem tendem a ignorar tudo aquilo que diz respeito às aspirações, sentimentos e preocupações, propagando uma incompreensão específica do vivido.

Foram utilizados como instrumentos de pesquisa: aplicação de questionários semi-estruturados, específicos conforme a classificação dos sujeitos entrevistados (ver anexos partir do D); anotações e análise de conversas informais que ocorreram no cotidiano da área de pesquisa no período do trabalho de campo; observações *in loco* para a análise socio-espacial, muitas vezes com a adoção da metodologia da pesquisa participante para uma melhor compreensão das relações socioculturais que envolvem o universo dos sujeitos pesquisados; análise de documentos oficiais e não oficiais do período em que se concentra a escala temporal da pesquisa; exame de representações expressas em jornais e revistas que contribuíram para uma melhor compreensão do período histórico local relacionado ao objetivo da pesquisa.

A primeira atividade consistiu num reconhecimento da área da pesquisa. Nesta tarefa houve uma preocupação em conhecer a população cabocla de Porto Novo: intensidade populacional; localização de todas as famílias, em especial os aglomerados caboclos e as áreas em que mais se concentram; realidade socioeconômica e cultural; relações sociais internas dentro do grupo étnico, ou seja, nos aglomerados, nas áreas de concentração e nas famílias; relações sociais externas ao grupo, como relações de vizinhança com as famílias de colonos e convívio sócio-comunitário; espaços sociais de Porto Novo com predomínio da cultura teuto-brasileira.

Neste trabalho de reconhecimento contou-se com a ajuda e a disposição das agentes de saúde municipal que atuam na área do antigo Porto Novo. Os dados e o profundo conhecimento destas agentes sobre a situação das famílias dentro do seu espaço de trabalho contribuíram fundamentalmente para a análise sócio-espacial desta pesquisa. Todas as comunidades e praticamente todas as agentes de saúde foram visitadas. Neste percurso foi



feito um mapeamento localizando a população cabocla e se construiu dois mapas: o primeiro referente à área rural de Porto Novo (figura 20) e o segundo referente à área urbana da cidade de Itapiranga (figura 41). A construção dos mapas auxiliou na compreensão da construção e da organização do espaço geográfico e da segregação espacial dos caboclos.

Nas visitas as comunidades buscou-se identificar colonos e caboclos idosos, para através do seu mundo vivido poder compreender, a partir da colonização, a construção do espaço geográfico local assim como as relações sociais entre a etnia teuto-brasileira e a cabocla. Neste sentido a ajuda dada pelas agentes de saúde foi novamente de grande importância, pois além de indicarem as famílias com pessoas idosas, também orientaram em quais delas havia um melhor ambiente para uma entrevista qualitativa, avaliando a receptividade da família, a expressividade e a capacidade de argumentação dos idosos. Nas comunidades em que já conhecia grande parte das famílias de colonos, como no município de São João do Oeste<sup>13</sup>, não foi necessária a orientação das agentes de saúde na indicação de idosos teuto-brasileiros para a entrevista. Amigos e conhecidos também contribuíram na indicação de idosos, neste caso colonos, para a realização entrevistas.

Em seguida foi feita uma pré-seleção das famílias para a realização das entrevistas. Nestas entrevistas considerou-se alguns tópicos de interesse ao tema da pesquisa e direcionou-se a conversação. Primeiramente deu-se uma maior atenção aos idosos que através dos relatos das suas trajetórias de vida possibilitaram uma maior compreensão sobre a construção do espaço geográfico local. Uma conversação mais breve foi direcionada aos membros adultos e jovens que se encontravam nas famílias. Durante as visitas ainda se observou o espaço apropriado pelas famílias (estrutura e organização das propriedades e moradias), o cotidiano e as relações humanas que envolviam o ambiente familiar. Avaliou-se também se as famílias visitadas estavam aptas para posteriores entrevistas qualitativas e em caso positivo deu-se uma previsão de retorno.

Para a escolha dos entrevistados relevou-se a expressividade, a capacidade argumentativa e a disposição que demonstravam em contribuir com a pesquisa. Considerou-se também a atmosfera de cordialidade e simpatia criada entre entrevistado e entrevistador, porque a entrevista qualitativa além de ter um questionamento de fundo ela simultaneamente necessita sustentar uma relação social dialógica. Assim, a seleção dos sujeitos não foi feita aleatoriamente, mas sim, de forma estratégica, como propõem Thompson (1992, 170-173) em

---

<sup>13</sup> São João do Oeste é o município da minha terra natal. Cheguei a conhecer poucas famílias caboclas por neste município sua densidade populacional ser consideravelmente menor do que na demais área do antigo Porto Novo, e também por ter uma maior identificação sócio-cultural com a população teuto-brasileira.

pesquisas de história oral. Por meio desta amostragem estratégica buscou-se então, selecionar aqueles que se enquadravam num tipo “médio” de sujeito do grupo e do espaço social da pesquisa. Para a seleção do tipo “médio” dos sujeitos considerou-se como critérios a renda e a escolaridade média dos entrevistados nas diferentes faixas etárias (idosos, adultos e jovens) e dentro da etnia pertencente (teuto-brasileiro ou caboclo). Também se verificou se estavam acostumados e/ou inseridos nos valores culturais do seu grupo, como caracteriza Vansina apud Brand (2000, p. 203) sobre o informante ideal para um estudo qualitativo de um determinado meio sócio-cultural:

[...] será el que vivirá su vida acostumbrada, que da las tradiciones sin muchas dudas, que comprende el contenido pero que no es muy brillante, pues si no se podrá creer que las deforma, que es de edad media y posee em consecuencia una experiencia personal de su cultura [...] es el hombre ordinario cuyo estatuto le permite conocer las tradiciones.

Essa primeira fase do trabalho de campo compreendeu o reconhecimento da área de pesquisa: coleta de dados e informações; análises de paisagens e observações participantes; conversações em visitas às famílias e com pessoas em diferentes espaços sociais. Também trouxe um conhecimento profundo sobre o tema em investigação e abriu um novo leque de inquietações, especialmente em relação à população cabocla do território, onde vários aspectos da sua identidade cultural e do seu meio social ainda desconhecidos.

Neste sentido, a etapa seguinte do trabalho constituiu primeiramente em ampliar o embasamento teórico para buscar fundamentações às análises feitas do espaço local. Com um conhecimento mais aprofundado reformulou-se o projeto de pesquisa, e construiu-se um roteiro de entrevistas de acordo com os objetivos do tema em estudo e com fundamentos na pesquisa bibliográfica e de campo já feita. Assim chegou-se a uma classificação dos sujeitos a serem entrevistados (entrevistas qualitativas): caboclos e teuto-brasileiros idosos; adultos e jovens a partir dos membros das famílias visitadas<sup>14</sup>; casais de casamentos interétnicos; professores<sup>15</sup>; jovens caboclos que desistiram de ir à escola; agentes religiosos (padre e casal de pastores da Assembléia de Deus); funcionários públicos municipais (assistentes sociais do município de Itapiranga e São João do Oeste; funcionários do setor da administração, de

---

<sup>14</sup> Os parâmetros para a divisão etária foram utilizados conforme os do IBGE (2000): jovens 15 a 24 anos, adultos 25 a 59 anos, idosos 60 anos e mais. Nem em todas as famílias as entrevistas eram possíveis de serem realizadas nas três faixas etárias, isto porque seus membros nem sempre se enquadravam nas idades correspondentes e/ou não apresentavam as características que atendessem às expectativas de uma entrevista qualitativa. Nesta situação, nas famílias caboclas pedia para me indicarem outros sujeitos, e no meio teuto-brasileiro selecionava estrategicamente pessoas conhecidas que se enquadravam no perfil para a realização de uma entrevista.

<sup>15</sup> Os professores foram selecionados por meio de alguns critérios, como pelo tempo de atuação na escola, pela disposição e aptidão em contribuir a uma entrevista qualitativa.

engenharia e de recursos humanos); políticos locais; líderes comunitários; demais moradores que puderam contribuir para uma melhor compreensão sobre a organização e a construção territorial a partir da colonização com destaque à formação dos aglomerados caboclos e das áreas de maior densidade populacional desta etnia<sup>16</sup>.

Utilizou-se a entrevista semi-estruturada e para a maior parte dos sujeitos selecionados foram elaborados questionários com perguntas abertas, cuja extensão variava conforme os objetivos dentro das diferentes classificações. Para alguns entrevistados não foram elaborados questionários, levantou-se apenas um e outro tópico de interesse pela qual se seguiu uma conversação.

As entrevistas foram gravadas o que contribui para uma melhor conversação entre entrevistado e entrevistador, além de ser um registro útil para uma análise posterior. A princípio houve certa resistência à gravação, mas após uma justificativa da sua importância foram raros os casos de não aceitação<sup>17</sup>. Também se deixou claro que a entrevista teria um caráter confidencial e que as informações prestadas permaneceriam no anonimato<sup>18</sup>. Duarte (2002, p. 148) justifica porque nunca faz referência, em artigos ou relatórios de pesquisa, aos nomes verdadeiros das pessoas que concedem os depoimentos:

Entendo que ao recortar e editar as falas desses sujeitos, ao produzir diálogos fictícios entre pessoas que não se falaram, ao cruzar relatos orais e discursos acadêmicos, produzo um texto de minha autoria e de minha inteira responsabilidade, embora tenha como fonte as falas das pessoas entrevistadas.

Junto à entrevista gravada foram feitas anotações relacionadas sobre o ambiente e a paisagem no entorno dos entrevistados, bem como, dos tons, ritmos e expressões gestuais que acompanhavam ou substituíam a fala. A caderneta de anotações manteve-se em mãos não só no decorrer das entrevistas, como também durante todo o período que compreendeu a etapa da pesquisa de campo. “Na investigação qualitativa [...] O tempo é aberto e todo o tempo é tempo de coleta de informações”. (BRICEÑO-LEÓN, 2003, p. 164).

As perguntas abertas e flexíveis permitiram uma constante abertura às surpresas e ao novo. Também serviram como tópico guia para potencializar o discurso. Quando se sentia a necessidade de obter esclarecimentos ou complementações as perguntas foram acrescidas com

---

<sup>16</sup> Também fez uma análise qualitativa a partir da aplicação de questionários descritivos com perguntas abertas a alunos caboclos e teuto-brasileiros, neste caso não se utilizou a seleção estratégica dos sujeitos (ver o método da seleção no item 2.2.4 e o questionário no anexo L).

<sup>17</sup> Para a conversa fluir de forma mais descontraída colocava-se o gravador num ponto menos visível aos olhos do entrevistado.

<sup>18</sup> As falas dos entrevistados citadas no decorrer do texto da dissertação foram em geral identificadas pela etnia e idade dos sujeitos, ou pela função ocupacional quando funcionários e/ou representantes de alguma instituição que se incluía como objeto de pesquisa.

relances interrogativos. Sobre a forma como devem ser as perguntas numa pesquisa qualitativa Gaskell (2002, p. 73) orienta:

As perguntas são quase que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. Além do mais [...] o pesquisador pode obter esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes com sondagens apropriadas e questionamentos específicos.

Apesar da abertura e da flexibilidade das perguntas, cuidou-se para a conversação não se estender para além dos propósitos traçados pelos objetivos da pesquisa. Duarte (2002, p. 147) fundamentada em Queiroz (1998) explica:

[...] a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com os seus objetivos. Desse modo, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa. [...] por essa razão, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se envolvem na situação de entrevista movidos por interesses diferentes.

No trabalho da entrevista me encontrei numa situação bastante complexa no que se refere à relação entrevistador e entrevistado: de um lado uma distância cultural do grupo étnico caboclo, e do outro uma identificação subjetiva com o universo cultural teuto-brasileiro. Isto favorecia o risco, em primeiro lugar de uma incompreensão dos valores e das relações mais subjetivas presentes no meio sócio-cultural da etnia cabocla, e em segundo lugar da aceitação e da incorporação do discurso dos entrevistados teuto-brasileiros. Para se precaver de tais riscos foram tomados alguns cuidados nas entrevistas, relacionados ao grupo étnico pertencente dos sujeitos selecionados. Na etnia cabocla, buscou-se sentir os valores culturais do grupo e assim compreender o seu meio sócio-cultural a partir do seu ponto de vista, sem deixar de contextualizar os fatores externos de um processo social maior que atuam na construção e transformação da identidade cultural. Em relação ao grupo étnico-teuto-brasileiro, onde o meu próprio meio sócio-cultural tornou-se objeto de pesquisa, acredito que a fundamentação teórica adquirida e mais os objetivos traçados para os interesses da pesquisa, conseguiram estabelecer um distanciamento necessário para que o meu discurso não se confundisse com o dos entrevistados. Também foi considerada a subjetividade dos valores culturais e das relações sociais dos sujeitos dentro do seu grupo.

Na entrevista sempre houve a preocupação em deixar o entrevistado tranqüilo e bem acomodado para que a conversação pudesse fluir de forma mais natural possível. Para isso cuidou-se da hora e da data conforme a disponibilidade do entrevistado e considerou-se o local para a realização da entrevista. O local ou o ambiente não é neutro diante da entrevista, ele comunica significados que influenciam o discurso do entrevistado. Na residência o local

favorece a um discurso centrado na vida cotidiana; no espaço de trabalho, o local traduz a intencionalidade profissional do entrevistado. Mas sempre que for possível, e quando isto atende aos propósitos da pesquisa, sugere-se que a entrevista qualitativa seja feita na residência de quem vai concedê-la, como esclarece Duarte (2002, p. 145):

Em geral este tipo de entrevista flui muito mais tranquilamente quando realizada na residência da pessoa entrevistada. Em ambiente doméstico, privado, parece haver mais liberdade para expressão das idéias e menos preocupação com o tempo. Por essa razão, essas costumam ser entrevistas mais longas e, de modo geral, mais densas e produtivas.

Portanto, concordando com a autora, a maior parte das entrevistas foi realizada nas residências dos entrevistados. Exceto aquelas feitas aos professores, agentes religiosos e funcionários públicos municipais de alguns setores, onde além de querer captar o discurso dos entrevistados no seu espaço profissional, a instituição que representavam também foi objeto de interesse na pesquisa. Também se buscou fazer as entrevistas sempre de forma reservada para criar uma relação mais íntima com os sujeitos entrevistados, para que pudessem expressar melhor suas próprias opiniões, suas confidências e sentimentos.

A seleção estratégica dos sujeitos para as entrevistas qualitativas se deu em forma de um sistema de rede:

[...] no qual se busca um ‘ego’ focal que disponha de informações a respeito do segmento social em estudo e que possa ‘mapear’ o campo de investigação, ‘decodificar’ suas regras, indicar pessoas com as quais se relaciona naquele meio e sugerir formas adequadas de abordagem. De modo geral, as pessoas indicadas pelo ‘ego’ sugerem que se procurem outras ou fazem referência a sujeitos importantes no setor e assim se vai, sucessivamente, amalhando novos ‘informantes’. (DUARTE, *Ibid.*, p. 142-143).

A seleção dos sujeitos entrevistados e/ou pesquisados por meio de um sistema de rede aconteceu do início até o final da pesquisa de campo. Neste trabalho um “ego” focal de extrema importância foram as agentes de saúde municipais cujos dados e conhecimentos que dispunham sobre o meio social em estudo me conduziram a vários sujeitos qualificados para entrevistas qualitativas e informantes úteis aos interesses da pesquisa. Estes por sua vez, indicavam novos sujeitos que pudessem contribuir com o tema posto em discussão, ampliando as bifurcações da rede. As conversas informais com amigos e conhecidos sobre assuntos relacionados ao conteúdo da pesquisa, muitas vezes também formavam “egos” focais de uma rede que conduzia sucessivamente a novos informantes.

Duarte nos orienta de que numa metodologia de base qualitativa é difícil expor *a priori* o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas, dependendo tudo da

qualidade e da profundidade das informações obtidas em cada depoimento. Para a autora, numa pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se dará como finalizado (devendo-se voltar para esclarecer dúvidas ou coletar novas informações) “Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões do mundo do universo em questão, as recorrências atingem o que se convencionou chamar de ‘ponto de saturação’”. (Ibid., p. 144).

Gaskell (2002, p. 71), seguindo um raciocínio idêntico, explica de forma mais prática em qual momento o pesquisador perceberá que chegou ao chamado ponto de saturação da pesquisa:

Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais. Neste ponto, representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas em um meio social específico são, em parte, compartilhadas. Isto pode ser visto em uma série de entrevistas. As primeiras são cheias de surpresas. As diferenças entre as narrativas são chocantes e, às vezes, ficamos imaginando se há ali algumas semelhanças. Contudo, temas comuns começam a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções. Neste ponto de saturação do sentido, o pesquisador pode deixar seu tópico guia para conferir sua compreensão, e se a avaliação do fenômeno é corroborada, é um sinal de que é tempo de parar.

Neste sentido, foi realizado um diferente número de entrevistas conforme a classificação dos sujeitos entrevistados, dependendo do ponto de saturação e dos propósitos que se pretendeu alcançar.

**Tabela 1 - Número de entrevistas qualitativas por classificação dos sujeitos entrevistados**

Classificação dos sujeitos entrevistados	Número de entrevistas
Caboclos idosos	15
Caboclos adultos	11
Caboclos jovens	10
Caboclos jovens que desistir de ir à escola	6
Teuto-brasileiros idosos	8
Teuto-brasileiros adultos	8
Teuto-brasileiros jovens	10
Professores	9
Líderes comunitários	5
Casais de casamento interétnico	11
Agentes religiosos	2
Funcionários públicos municipais	5
Político local	1
Demais moradores informantes	5
Total	106

As entrevistas qualitativas gravadas acumularam 30 horas de gravação. Além das entrevistas os 44 questionários, descritivos e de perguntas abertas, aplicados a alunos caboclos e teuto-brasileiros de diferentes faixas etárias das escolas Madre Benvenuta, Pe. Balduino Rambo, São Vicente e Peperi-Guaçu, resultaram num rico material para uma análise qualitativa (ver anexo L e item 2.2.4). O trabalho de campo, desde o reconhecimento da área da pesquisa até as últimas entrevistas, informações, análises e demais materiais coletados, se estendeu por seis meses, no período de abril até outubro de 2006.

A próxima etapa da pesquisa consistiu na transcrição das entrevistas gravadas, na organização e sistematização do material coletado no trabalho de campo, para em correlação com o referencial teórico construir o texto da dissertação.

Vale reafirmar que a confiabilidade e legitimidade de uma pesquisa empírica realizada nesse modelo dependem, fundamentalmente, da capacidade de o pesquisador articular teoria e empiria em torno de um objeto, questão ou problema de pesquisa. Isso demanda esforço, leitura e experiência e implica incorporar referências teórico-metodológicas de tal maneira que se tornem lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a captar os sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos como quem tece uma teia de diferentes matizes. Tal é, ao meu ver, a aventura da pesquisa científica. (DUARTE, 2002, p. 152-53).

O primeiro capítulo da dissertação apresenta um resgate étnico-histórico da etnia cabocla e teuto-brasileira de Porto Novo com o objetivo de contextualizar as duas identidades culturais e de compreender as diferenças mais marcantes entre elas.

Inicialmente é feita uma abordagem em relação ao conceito de caboclo e colono, fundamentado na discussão teórica de diferentes autores e nas argumentações dos sujeitos selecionados nas entrevistadas do trabalho de campo, onde a partir destes fundamentos formulam-se os conceitos de caboclo e de colono utilizados no decorrer do texto.

Conforme alguns pesquisadores locais e a memória oral de antigos moradores, os caboclos já habitavam a área e as proximidades do projeto de colonização antes da chegada dos colonos. Mas ao fazer-se uma pesquisa sobre a naturalidade e a década de nascimento da população cabocla de Porto Novo, com dados obtidos pelo Fórum da Comarca Eleitoral de Itapiranga (ver tabela 1 e 2), verificou-se que a maior parte da população cabocla é oriunda do noroeste gaúcho e de um período posterior à colonização. Neste sentido, por meio de um embasamento teórico, resgata-se a formação e a trajetória da identidade camponesa cabocla a partir do Rio Grande do Sul, da atividade econômica do tropeirismo e da erva-mate no planalto gaúcho, mais especificamente desde o século XVIII. Analisa-se a sua mestiçagem étnico-racial e a construção da sua identidade camponesa seminômade, baseada numa

agricultura de subsistência, intercalada com os trabalhos na estância e na atividade econômica sazonal da extração da erva-mate; a sua dependência econômica e política aos grandes proprietários de terras, comerciantes e donos de engenhos do mate; a constante segregação do caboclo com o apossamento dos campos nativos pelos estancieiros e posteriormente com a Lei das Terras de 1850 também a apropriação das áreas florestais. Com a vinda dos projetos de colonização, a partir do final do século XIX, faz-se um estudo de como o caboclo adapta a sua identidade camponesa seminômade aos trabalhos pioneiros da colônia onde é atraído pela oferta de trabalho, bem como a sua constante exclusão em decorrência das suas características socioculturais que não atendem aos interesses da organização territorial da política republicana e das empresas colonizadoras pelo mercado das terras. Desta forma, analisa-se como a população cabocla chega à colônia Porto Novo, sua relação de trabalho junto à colonização, sua desapropriação da terra onde vive como posseiro, sua emigração para as novas frentes pioneiras e sua adaptação às transformações do espaço geográfico, tanto urbano como rural.

Os colonos de origem alemã que ocuparam Porto Novo a partir de 1926, eram em sua maioria descendentes de teuto-brasileiros das colônias velhas do Rio Grande do Sul<sup>19</sup>. Também vieram em menor número famílias de origem germânica da Europa e de colonizações mais antigas de Santa Catarina. Apesar de terem vindos de diferentes lugares, os imigrantes asseguravam uma identidade em comum: eram descendentes de camponeses católicos da região de *Hunsrueck* no sul da Alemanha. Para compreender a identidade social e camponesa do colono teuto-brasileiro de Porto Novo faz-se um resgate a partir do contexto histórico-social em que esta região se encontrava na fase das intensas emigrações. Sendo a maior parte dos colonos descendentes de teuto-brasileiros das antigas colonizações do estado gaúcho é evidenciada a trajetória da população, que a partir de 1824 emigra de *Hunsrueck* e se estabelece em colônias no Rio Grande do Sul, onde os seus descendentes em 1926 fundam a colônia Porto Novo. No resgate da identidade cultural por meio desta trajetória, se analisa as estratégias político-econômicas do governo brasileiro com a colonização e a situação econômica dos imigrantes que favoreceu a sua saída da Alemanha. Também se enfatiza, de forma especial: o fator religioso; a atuação dos jesuítas alemães junto a estes imigrantes; a sua visão política e social; e os motivos que os levaram em acompanhar os imigrantes e a liderar a

---

<sup>19</sup> “[...] nos primeiros anos de povoamento, cerca de 80% dos migrantes eram das colônias velhas [...]. Imigrantes e descendentes de imigrantes que colonizaram os vales dos Rios dos Sinos, Taquari e Caí ainda no século XX”. Esta porcentagem ainda se tornou maior a partir de 1934 quando foi estabelecido um sistema de cotas a imigrantes estrangeiros. (EIDT, 1999, p. 15 e 21, rodapé).



organização social das colônias dentro de um ideal de homogeneidade étnica e religiosa, tanto no Rio Grande do Sul quanto posteriormente em Porto Novo.

Após o resgate e a contextualização da identidade étnica cabocla e teuto-brasileira é feita uma análise de alguns valores culturais nucleantes que se diferem marcadamente entre as duas etnias: a religião, a língua, a propriedade da terra, o *ethos* trabalho<sup>20</sup> e a família. Estas diferenças são apontadas como fatores significativos para a não inclusão do caboclo no projeto da colonização Porto Novo, e que atualmente dificultam a assimilação e reproduzem preconceitos.

No segundo capítulo faz-se um estudo sobre a segregação social da minoria étnica cabocla no atual espaço geográfico de Porto Novo, onde esta é vista como conseqüência das diferenças culturais e em parte da precária condição socioeconômica<sup>21</sup> de uma grande parcela desta população. A segregação é observada a partir da análise da paisagem e das relações humanas nos diferentes espaços sociais de predominância teuto-brasileira. Na paisagem rural observa-se a segregação da população cabocla por meio dos aglomerados, áreas de concentração de caboclos e pelas famílias de caboclas dispersas pelo território entre a maioria das famílias teuto-brasileiras. Na paisagem urbana (na cidade de Itapiranga) a segregação cabocla é observada pelo espaço onde moram, cuja maior parcela se concentra nas áreas mais periféricas da cidade. Nas relações humanas dos diferentes espaços sociais de predominância teuto-brasileira, a segregação dos caboclos e a sua dificuldade de interação social com a maioria teuto-brasileira são apontadas a partir da análise das relações de vizinhança, do espaço religioso, do clube social e da escola.

O terceiro capítulo faz uma abordagem sobre a possibilidade de uma maior inclusão social do caboclo. Entendendo que a sua segregação é conseqüência das suas características culturais incompreensíveis à maioria da população teuto-brasileira e em parte da sua precária condição socioeconômica, trabalha-se em torno de algumas possíveis propostas para uma maior inclusão social que evidenciam os fatores econômicos e culturais. Faz-se uma análise das diferentes políticas públicas assistenciais que atuam sobre o território de Porto Novo: seu funcionamento, seus benefícios, seus resultados e se há algum privilégio ou atenção especial à

---

<sup>20</sup> É utilizado o termo *ethos* porque se pretende vincular a concepção de trabalho dos indivíduos às características sócio-culturais do seu grupo étnico: “O *ethos* por sua vez, é dado pelo conjunto de disposições sócio-culturais latentes, adquiridos pela socialização, que abrem a cada indivíduo determinadas modalidades e possibilidades de produção de sentido – portanto, de formas de consciência – e definem um estilo de comportamento”. (GAIGER, 1994, p.178).

<sup>21</sup> Compreende-se que a precária condição socioeconômica do caboclo é conseqüente das suas características culturais que não incorporaram os princípios capitalistas na organização territorial de um Estado Moderno a partir da política da colonização. Um modelo estatal que dentro dos seus fundamentos econômicos e políticos tratam de forma homogênea a diversidade cultural.

população cabocla em relação a estes assistencialismos. Verifica-se como a falta de vínculos contratuais legais nas relações trabalhistas e de documentos pessoais exclui muitos caboclos de benefícios provenientes por parte de órgãos públicos. São relacionados os principais fatores que contribuem para uma maior frequência da imprevidência e da ausência de documentos pessoais na população cabocla, e cita-se a importância do auxílio de órgãos públicos competentes para a inserção do caboclo à previdência social e para manutenção atualizada da sua documentação pessoal. Valorizando-se as características socioculturais da cultura cabocla, dá-se uma atenção especial a uma liderança pertencente a este grupo étnico, que propõem uma reorganização do campesinato caboclo em forma de cooperativas de trabalho e expõem planos futuros para organizar a primeira festa cabocla de Porto Novo. Apesar da cultura do provisório estar marcadamente presente entre a população cabocla, onde se entende que esta seja a principal causa da sua imprevidência, observa-se que a maioria, especialmente a mais jovem, almeja obter um trabalho formal, mas para isso, além do fator cultural, a baixa escolaridade é apontada como principal obstáculo para a sua qualificação profissional. Assim, a escola é vista como um espaço que possibilita aos caboclos maiores chances de ingressar e competir no moderno mercado de trabalho, como também um ambiente onde poderão ser buscadas metodologias para a valorização das características culturais da sua identidade. Por ser o espaço escolar o ambiente privilegiado que pode trazer grandes contribuições para a inclusão econômica e cultural do caboclo, o trabalho da educação junto à comunidade escolar é compreendido como o caminho mais sólido para uma maior inclusão social da minoria étnica cabocla em Porto Novo.

## **1 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DOS CABOCLOS E DOS TEUTO - BRASILEIROS DA COLÔNIA DE PORTO NOVO**

Ao observar-se o espaço geográfico da área do antigo projeto de colonização Porto Novo<sup>22</sup>, percebe-se uma visível diferença cultural e socioeconômica entre duas identidades étnicas: a cabocla e a teuto-brasileira. Numa análise primária já é possível detectar a marginalidade social do caboclo. Para não provocar o equívoco de se deixar conduzir por preconceitos é necessário inicialmente, realizar um resgate étnico-histórico de ambas as etnias para em seguida compreender suas diferenças e ou semelhanças.

A função deste resgate não será a de um estudo genealógico com a preocupação de decifrar o momento da fundação exata de uma ou de outra identidade étnica. Entende-se que as características culturais de um grupo étnico não são estanques e se constroem constantemente ao longo de um processo. Por isso o resgate será feito em forma de uma trajetória onde caboclos e teutos partem de espaços sociais diferentes com uma bagagem cultural distinta, e com objetivos em parte semelhantes e em outra não, e que ocuparam o espaço geográfico que hoje delimita a antiga colônia Porto Novo.

### **1.1 A identidade cultural dos caboclos de Porto Novo**

#### **1.1.1 O conceito de caboclo**

Nas duas últimas décadas a pesquisa sobre as populações caboclas se intensificou gradativamente, isso se deve em grande parte pela evolução das ciências sociais em incluir os atores sociais que costumeiramente eram ocultados pela história oficial, uma história contada numa trajetória vertical descendente a partir dos grandes feitos dos mártires nacionais. Um outro grande motivo foi a descoberta da riqueza cultural das populações caboclas que anteriormente era estigmatizada por teorias etnocêntricas e deterministas.

---

<sup>22</sup> Hoje, os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis e uma pequena parte de Mondai e Iporã do Oeste. O nome Porto Novo foi mudado para Itapiranga em 1929 por Adolfo Konder quando a sua comitiva visitou o lugar, mas a população preferiu o nome inicial, usando-o popularmente por mais de 40 anos depois. Assim o nome “Porto Novo” será utilizado em toda a fase temporal da pesquisa, referindo-se a área do projeto de colonização.

Com o avanço das pesquisas também passou a existir uma preocupação cada vez maior por parte dos estudiosos da cultura cabocla em criar um conceito adequado sobre o caboclo. As grandes discussões variam entre valorizar a sua mestiçagem étnico-racial ou identificá-lo como um grupo social a partir das suas características culturais próprias.

“A palavra ‘caboclo’ é de origem tupi e designa o filho de indígena com branco europeu”. (ZARTH, 1998). Nos dicionários de língua portuguesa o substantivo caboclo é conceituado como mestiço de branco com índio, de cor acobreada e cabelos lisos, tendo como sinônimo o mameluco, sertanejo, caipira, etc.

Cândido (2001, p. 28) prefere utilizar o termo caipira porque conforme o autor em São Paulo o caboclo teria um sentido racial. “Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial)”.

A palavra caipira é praticamente inexistente na documentação e literatura do sul do Brasil porque seria um conceito muito abrangente numa região onde existe uma acentuada diferença entre duas categorias de camponeses: o caboclo e o colono. No Rio Grande do Sul conforme Zarth (1998, p. 47): “Na documentação oficial, a expressão mais comum para designar este tipo de camponês livre é ‘lavrador nacional’”. Também é encontrado de forma abreviada como “nacionais” com o objetivo de diferenciá-lo do imigrante colono. É possível ainda encontrar a designação de ervateiro nas regiões dos ervais do sul do país, uma vez que a atividade da produção da erva mate é compreendida como um ofício étnico caboclo (RENK, 1997). Também no sul, popularmente o termo “brasileiro” é muito utilizado, tanto pelos caboclos que assim se autodenominam expressando uma concepção de grupo étnico, quanto por parte do imigrante colono que assim define o caboclo comparando-o na diferença e na inferioridade em relação a sua identidade cultural que é caracterizada conforme a nacionalidade do país de sua origem ou da origem dos seus antepassados. O que foi observado na pesquisa a campo é que os caboclos também às vezes se denominam como descendentes de portugueses, mas sem deixar de se identificar com as outras categorias étnicas acima citadas.

Mas eu acho que neste lado acho que isto é suporte deles que eles têm pra distinguir a pessoa porque eu acho que a maioria considera como caboclo né. É caboclo, nós somos caboclos, como vamos dizer uma pessoa mais escura né. Até português, porque nós somos português descendente de Portugal, nós somos brasileiros, mas na verdade falamos português né. E eu acho que isto é até para distinguir né, os alemão pelo menos vão nós chamar de caboclo, isto é normal. (Caboclo, 28 anos).

Seyferth (1993, p. 51) ao pesquisar a identidade camponesa do Vale do Itajaí afirma que a classificação em caboclos está longe de evocar apenas as características fenotípicas relacionados à mestiçagem:

[...] mais precisamente, trata-se a população dedicada à pesca e agricultura, localizada na área litorânea, descendente de açorianos, ou, num plano muito geral, qualquer estranho de origem lusa. Não existe diferenciações baseadas na cor da pele, dos olhos, etc. Mais comum é a referência ao lugar de onde provem o caboclo – a ‘praia’: ‘caboclo da praia’ também é uma categoria por si mesma.

Renk (1993, p. 18 e 19), caracteriza os “brasileiros” como uma população heterogênea onde o processo da colonização representou uma experiência partilhada, permitindo a construção da identidade “brasileira” em oposição aos colonizadores. Mas certamente esta população que passa a vivenciar uma experiência partilhada que é a expropriação, já antes do processo da colonização compartilhava as características culturais do atual grupo étnico afirmado, como a língua, os costumes, os ritos e mitos, só que estas características peculiares não eram resultado de um trabalho ativo e intencional de afirmação cultural da diferença. Para Brandão (1986, p. 154-155), a identidade étnica transparece só em algumas situações, momentos, através das relações de contraste e se ativa quando se sentem ameaçados em perdê-la.

Quando se trata de uma qualquer cultura de minorias marcadamente étnicas, é em torno da afirmação ativa de tal etnicidade que os principais simbólicos e poderes de orientação de tal cultura são estabelecidos e se articulam. [...] uma identidade qualquer só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo, quando eles se vêem ameaçados de perdê-la.

[...].

Estabelecer como identidade uma etnia significa demarcar territórios simbólicos. Significa construir os sinais diacríticos que se sobreponham àquilo em que se vive e pensa. [...]. Como cultura ela não existe como a forma de um repertório dado, estável e facilmente reconhecível, de sentimentos e idéias, regras e ornamentos do corpo. Mas onde quer que situações concretas a exijam, ela, identidade étnica, é construída.

Entende-se que a conceituação do grupo étnico caboclo é uma tarefa complexa. Isto se deve principalmente por ser a expressão cabocla muito abrangente, termo que designa diferentes tipos sociais que tem as suas raízes em variadas formas de campesinato tradicional no interior do país. Estudiosos da população cabocla também sentem dificuldade em definir a sua mestiçagem étnico-racial, sendo que a maioria prefere evidenciar o “modo de ser” em vez do “tipo racial”, como foi proposto por Cândido anteriormente. Assim o caboclo recebe nomes e sinônimos variados conforme a região em que se localiza e a maneira de como é compreendido: sertanejo, caipira, lavradores nacionais, nacionais, brasileiros, ervateiros e entre outros. Desta forma, toda a pesquisa relacionada às populações caboclas precisa

caracterizar este grupo étnico, da maneira como ele será conceituado, sempre considerando o contexto regional onde a área da pesquisa se encontra delimitada.

Nesta pesquisa o caboclo será compreendido como uma identidade camponesa que se construiu a partir da mestiçagem étnico-raciais entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas.

Parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná originaram-se nas fazendas de gado, entre a segunda metade do século XVIII e o final do século passado, com o deslocamento de indígenas subjugados, principalmente das Missões, e que em contato de outras populações passaram a viver no mesmo espaço, se miscigenaram biológica e culturalmente. Nessas propriedades serviram como *moradores*, responsáveis pelas culturas de subsistência, até quase o final do século XIX, quando o abastecimento passou a ser feita pela colônia e a introdução de melhorias tecnológicas na pecuária dispensaram o uso dessa força de trabalho. Foram ‘expulsos’ para as áreas de matas (‘terras devolutas’) e passaram a competir, em condições desiguais, com a colonização oficial. (GEHLEN, 1998, p. 131).

Aqui é importante considerar a mestiçagem étnico-racial, porque os teuto-brasileiros na área delimitada da pesquisa não aceitariam de forma alguma serem designados de caboclos ao se encontrarem num modo de vida semelhante a eles. O termo geralmente é utilizado de forma pejorativa por outros teuto-brasileiros com o sentido de desqualificar o colono que passou a adquirir hábitos de caboclos. Mas não se procura definir o caboclo dentro de um tipo racial “puro” e classificar as suas características fenotípicas, uma vez que está tarefa parece impossível ao perceber a sua intensa mestiçagem. Evidentemente que na conceituação do caboclo se terá uma maior preocupação em caracterizar a sua formação sociológica.

Para identificar o número de famílias caboclas existentes na área do antigo projeto Porto Novo, contou-se com a ajuda e a boa vontade das agentes de saúde. Elas em seu conjunto tinham em mãos a lista dos nomes de todos os moradores. O critério para caracterizar se a família<sup>23</sup> era cabocla foi a partir do sobrenome luso, no caso de dúvidas, principalmente em alguns sobrenomes de ítalo-brasileiros, as agentes de saúde auxiliaram na identificação com base na cor, nas suas características culturais e ou nos seus laços de parentesco. Também foram identificadas as famílias mistas, conceito utilizado no caso em que um ou mais membros tinham sobrenome luso e outros não (não se conclui com isso que as outras famílias sejam de um tipo racial e étnico “puro”). É necessário esclarecer que a partir desta metodologia não foi possível identificar o número exato de famílias caboclas ou aquelas que tinham um grau de parentesco maior com os caboclos como as famílias mistas, por quatro motivos principais:

---

<sup>23</sup> Neste caso é denominado de família uma ou mais pessoas que tem como moradia a mesma residência.

1º - Em alguns sobrenomes não se chegou à convicção se eram de origem lusa;

2º - Algumas famílias de sobrenome luso que moram principalmente no centro urbano de Itapiranga não podem ser designadas como caboclo conforme o conceito elaborado anteriormente onde o grupo étnico tem as suas raízes numa identidade camponesa. São luso-brasileiros que vieram de centros urbanos como prestadores de mão-de-obra especializada ou como investidores, a partir do avanço do processo da urbanização e da modernização agrícola: profissionais liberais, altos funcionários públicos, empresários e técnicos da agroindústria Seara Alimentos S/A. Mas estes luso-brasileiros são uma minoria, podendo os definir como uma exceção.

3º - Nas famílias mistas, ao identificá-las a partir do sobrenome luso de um dos cônjuges, não foram incluídas aquelas em que a mãe de um dos cônjuges tinha sobrenome luso ou era cabocla, nem se tinham um grau de parentesco além da 2ª geração.

4º - Não foram denominadas mistas as famílias onde ambos os cônjuges tinham o sobrenome luso e a mãe de um deles ou dos dois não tinha.

Este trabalho exaustivo junto com as agentes de saúde não teve a função de coletar dados estatísticos, mas sim de se ter uma noção básica de quantas famílias existem na área da pesquisa, a intensidade de mestiçagem entre teuto-brasileiros e caboclos, a sua localização e situação social. Considerando os quatro pontos problemáticos acima citados na aplicação da metodologia para a identificação das famílias caboclas, chegou-se aos seguintes números: 626 famílias caboclas com 2328 componentes; 449 famílias mistas com 1561 componentes. Somando as famílias caboclas e mistas temos 1075 famílias com 3889 componentes. A partir destes dados, 8,6% das famílias de Porto Novo são caboclas e 14,8% são mistas. Assim a porcentagem da população cabocla é bem maior do que a estimada por Jungblut (2000; 2004) que é de 5%. Também é maior do que o percentual de cor preta e parda apresentada pelo Censo 2000 que soma 4,1%, o que demonstra que a classificação do caboclo foi além das características fenotípicas. Esses dados, sem a intenção de mostrar números estatísticos exatos, nos revelam uma grande presença da população cabocla em Porto Novo e uma mestiçagem considerável com os teuto-brasileiros. Com isso, a emissão de preconceitos em relação a sua cultura atinge diretamente uma ampla margem da população de Porto Novo, formando ressentimentos e segregações.

O que se verificou na pesquisa de campo é que entre os caboclos, a consciência étnica está fortemente presente. Chegou-se a uma conclusão diferente de outros autores que pesquisaram esta etnia em Santa Catarina. Seyferth (1993, p.52), ao pesquisar a identidade étnica e camponesa no Vale do Itajaí, afirma: “Aqueles indivíduos (ou famílias) rotulados

como caboclos se autodefinem, simplesmente como brasileiros”. No mesmo sentido é visto por Renk (1995, p.22), que pesquisou os caboclos nos municípios de Ponte Serrada e Vargeão: “[...] os brasileiros, como se autodenominam, ou caboclos como são estigmatizados pelos colonos de origem”. Ao contrário, em Porto Novo, os caboclos assim mesmo se autodefinem com naturalidade e não se sentem ressentidos quando denominados de tal modo.

Poli (1995, p.100), na pesquisa com os caboclos da região de Xanxerê argumenta:

[...] onde caboclos que conseguiram alguma forma de enriquecimento passaram a denominar-se portugueses ou brasileiros, e não mais admitiam a denominação de caboclos. Além disso, alguns filhos de caboclos que tiveram acesso à instrução e que conseguiram completar estudos de mais alto grau também deixaram-se denominar desta forma.

No antigo Porto Novo não é possível generalizar a situação mencionada por Poli. Foram entrevistadas duas famílias caboclas que se encontravam numa situação econômica vantajosa comparada com outros caboclos, eram proprietários e tinham uma estrutura de propriedade idêntica a da média da maioria dos teuto-brasileiros. Ambos reconheceram a sua origem cabocla, um diz ter deixado de ser caboclo e se mostra preconceituoso em relação a esta cultura, o outro sente orgulho de ser caboclo, cultivava algumas tradições, mas diz que no trabalho se adaptou à cultura alemã. Entrevistando alguns caboclos jovens que vão à escola e que estão num grau de estudo superior aos outros da mesma etnia, pode-se observar que não negavam a sua identidade, todos se autodenominavam caboclos.

Você se denomina também como cabocla?

R: Sim.

Não vê isso como algo ruim alguém te chamar de cabocla?

R: Não, porque não adianta a gente achar ruim, porque se a gente é não adianta não querer ser, daí eu não acho ruim. (Cabocla, 15 anos).

Uma boa parte dos teuto-brasileiros do antigo Porto Novo não tem conhecimento sobre a identidade étnica do caboclo, para eles negros, bugres<sup>24</sup> e caboclos são enquadrados a um mesmo grupo étnico onde são generalizados de *neger* ou *schwarz* (negro ou preto). Para os caboclos não faz diferença se são denominados de brasileiros, aceitam esta definição da mesma forma, assim como “de origem portuguesa”, só que é uma expressão menos utilizada. A maioria não aceita ser chamado de negro: “Seria uma discriminação se fosse chamar de negro, mas eu acho que caboclo é significado, é um modo de se expressar eu acho, eu acho que sim”. (Caboclo, 28 anos). E em hipótese alguma ser chamado de bugre, esta expressão

---

<sup>24</sup> Termo utilizado pela população em substituição ao “termo índio”, tem uma conotação depreciativa e não é aceito pelos indígenas da região.



quase sempre representa um insulto. Como muitos teuto-brasileiros, há também caboclos que vêm com preconceito a população indígena:

Algumas pessoas de origem alemã talvez por não conhecerem as origens das populações caboclas, confundem como bugre. Estaria errado?

R: Olha, eu acho que sim, agora isso as pessoas às vezes se ofendem dizer pro caboclo bugre, índio, porque uma vez os bugres eram muito relaxado né, não era por pobre, mas era como bicho do mato. Então agora as pessoas ficam desconfiados se um chama: “oh bugre, índio”

Então você acha necessário que as pessoas deveriam conhecer antes pra dizer?

R: É.

Existe uma diferença grande?

R: Sim. Hoje não, agora os bugres, os índios estão mais caprichoso, mas assim mesmo, eles se vivem rolando no chão, eles não são igual aos caboclos.

Também existe uma diferença de negro e caboclo?

R: Sim.

É que os de origem alemã também confundem. Caboclo não é negro né?

R: Não, não.

Eles seriam então uma mistura de várias raças?

R: O caboclo é cor de cuia, negro já não, ele é negro mesmo.

(Cabocla, 69 anos).

Você se considera caboclo?

R: Sim, caboclo. Aqui eles me chamavam de bugre, aqui, mas eu já disse pra eles, daí eles pararam, daí os alemão pararam. Porque eu disse, se eu fosse bugre eu tinha que ter a assinatura dos bugre, tinha que ter assinado um...

Um documento que era índio?

R: É, mas eles me chamavam de bugre (risos), mas eu não sou, eu sou caboclo.

Você não tem uma coisa contra os bugres?

R: Não, nada. Eles são gente como nós, só que eu não sou, eu sou caboclo.

(Caboclo, 90 anos).

Os caboclos de Porto Novo têm uma visível consciência de grupo étnico e não vêm na expressão “caboclo” um estigma. Mas também não querem ser confundidos, como costumeiramente fazem os teuto-brasileiros, que não conhecem ou não fazem questão de reconhecer a identidade cultural cabocla.

### 1.1.2 A origem do caboclo de Porto Novo

Em 1926, quando os primeiros colonos vieram vistoriar a colônia Porto Novo, encontraram sinais de ocupação recente e posterior abandono. Existiam ainda algumas famílias caboclas situadas nas duas margens do rio Uruguai.

A cidade de Itapiranga iniciou em torno da atual Praça dos Imigrantes, no terminal rodoviário. Quando os primeiros chegaram já não havia mato na área. Havia vegetação baixa, bananeiras, alguns pés de milho e mandioca, capim, algum gramado, um cemitério de caboclos cercado de taquaruçu, cepos carbonizados de

uma casa e muitas árvores cítricas, entre limeiras, bergamoteiras e laranjeiras, totalizando 78 pés. O mato havia sido derrubado a muitos anos. (JUNGBLUT, 2004, p. 78).

Próximo ao necrotério residia o jagunço<sup>25</sup> Antônio Agostinho em cuja área próxima foi rezada a primeira missa a 11 de abril de 1926. O jagunço ali residente acompanhou o grupo na vistoria do local, durante os dias 11 e 12 de abril. [...]. Mais abaixo na margem esquerda os intrusos, Nestor Lemes, Aquelino dos Santos, Elias, João e Alberto de Andrada (Id., 1978, p. 34 e 55)

Em 1926 havia várias famílias morando em diversas localidades ao longo do rio Uruguai. O temido Fausto e outros bandidos do Peperi. O velho Alves e Borba pouco acima, amigo dos colonos e dos padres. Teodoro Pompeu na barra do Tigre, Guarita acima, o melhor fornecedor de mantimentos e de mudas às primeiras famílias de agricultores. Na barra do Dourado, onde está a olaria, o velho Faustino, afamado caçador de tigres. No outro lado do Dourado, onde reside meu cunhado Libório Barth, morava Ricardo Valério dos Santos, visado por homens de Miguel da Rocha. (HEINEN, 1997, p. 91).

Uma situação parecida foi testemunhada pela família Dünkersleben que já havia fixada residência na futura Porto Novo no ano anterior à efetivação da compra pela *Volksverein*.

Nas margens do arroio Macuco e os sinais recentes de extração do cedro. Na época, havia algumas roças de milho e de feijão feitas pelos madeireiros. [...] havia neste trecho uma estrada de pouca largura, chamado *Meterweg*, ligando Porto Feliz a Linha Bonito, evitando Volta Ervas. Nas margens do arroio Macuco havia trilhas abertas pelo arrasto de toras. [...] Na Linha Ervas morava o caboclo Virgílio, que foi muito solidário; porém achava graça em aplicar “pegadinhas” nos Dünkersleben para se divertir, instruindo – os a plantarem as ramas de mandioca em buracos de meio metro de fundura. Eram ingênuos nos tratos e cultivos do mato e os caboclos se divertiam com isto. (JUNGBLUT, 2004, p. 77).

Os sinais de ocupação e de abandono eram resultados da ação das madeireiras que, já no final do século XIX<sup>26</sup> extraíam e contrabandeavam a madeira nobre da região, e os caboclos eram a mão-de-obra destas empresas.

Os intrusos foram operários das empresas exploradoras de madeira da Argentina e do Uruguai. Entre outras podem ser citadas as firmas Jaboti e Lois Pastore, que atuavam no trecho Macuco – Peperi-Guaçu. Estas companhias enviaram para a região alguns operários para os quais construíram casas rústicas de tábuas, em pontos estratégicos. As tábuas foram trazidas de empresas similares de Nonoai e Calmon. [...] Em 1923, a empresa Chapecó-peperi conseguiu que as companhias Lois Pastore e Jaboti e outras, inclusive a do Zeca Vacariano, tivessem a sua ação proibida. Houve desemprego. Alguns foram embora e outros ficaram, [...]. (Id., 2000, p. 63).

<sup>25</sup> O autor utiliza o termo “jagunço” como sinônimo de caboclo.

<sup>26</sup> “Em 1872, o governo brasileiro tomou conhecimento de que Samuel Hugges obteve dos corrientinos terras à margem esquerda do Peperi-Guaçu. Ele estaria exportando madeiras e vendendo lotes de terras na região para outros exportadores”. (WACHOVICZ apud HEINEN, 1997, p. 86).

A esposa do diretor da colonização e pertencente ao grupo das primeiras famílias de colonos que vieram para Porto Novo, Maria Rohde (1951, p. 120, tradução nossa), classifica a população que denomina de “perdidos naquela selva” em: bugres, caboclos e intrusos. Os bugres seriam os índios localizados numa pequena aldeia de um lugar chamado Pary, hoje Tenente Portella, e que de vez em quando apareciam em Porto Novo para negociar os seus produtos artesanais em troca de gêneros de primeira necessidade. (Ibid., p. 99-102). O caboclo que também denomina de *Waldläufer* (andarilho do mato), “dos quais se dizia serem uma mistura de bugres” (Ibid., p. 92) ou “os descendentes dos antigos bugres deste mato” (Ibid., p. 97). “Como andavam ‘soltos’, comunicavam-se entre si, mas não pôde ver onde se localizavam os ranchos, como e onde viviam não consegui identificar. Eles estavam por toda parte no mato e em nenhum lugar em casa – *Waldläufer*”. (Ibid., p. 92). E os intrusos eram trabalhadores contratados pelos antigos madeireiros e que ali permaneceram morando nos casebres construídos por seus patrões. Quando estas empresas tiveram a sua atuação proibida, estes trabalhadores estavam-se numa situação social melhor e podiam ser distinguidos dos demais por possuírem modos mais “cultos”. (Ibid., p. 120).

Mas é bem provável que os “caboclos” e “intrusos” assim entendidos por Rohde, sejam do mesmo grupo étnico, tendo entre eles apenas uma pequena diferença de posição social. Jungblut (2000, p. 67) ao tentar decifrar a origem dos *Waldläufer* também lança esta hipótese:

Uma terceira hipótese admite que os *Waldläufer* teriam a mesma origem que a dos Intrusos. A diferença estaria na função trabalhista: os intrusos foram elementos mais capazes recrutados como chefes da exploração de madeira e os que vieram como simples braçais eram analfabetos, de classe social baixa e tornaram-se os *Waldläufer*. Aqueles tinham direito à casa de tábuas. Estes, tinham que achar onde morar.

Rohde (1951, tradução nossa) na descrição de algumas características culturais dos *Waldläufer*, não reconhece neles a herança da identidade camponesa que se formou a partir do tropeirismo e dos ervais:

Todavia quando um agrimensor procurava por ajudante, estes vinham se oferecer, ou procuravam trabalho na derrubada de mato, permanecendo por vários dias nas redondezas e esperavam um retorno da proposta. Raras vezes trabalhavam como diarista, só em empreitada, e como primeira condição além do valor estabelecido em dinheiro, o fornecimento da comida – feijão preto e arroz, que eles mesmos cozinhavam junto ao serviço. (p. 92-93).

[...]

Mais tarde finalmente cheguei a conhecer famílias de caboclos, que já haviam se estabelecido há mais tempo num mesmo lugar e fizeram pequenas roças. Estes viviam significativamente melhor. Podiam naquela época ganhar bom dinheiro vendendo gêneros alimentícios para os primeiros colonizadores, como por exemplo, mandioca, batata, mudas de cana de açúcar, banana e outras plantas. Entre estes

caboclos posseiros aparecia ainda alguma cultura dos antepassados do tempo das missões, do que lhes havia sido ensinado pelos missionários de como cultivar mantimentos e outros ensinamentos mais que lhes tinham sido transmitidos. (p. 95-96).

A autora, na mesma obra (p. 93 a 95), também descreve a realização de uma grande festa de São João, que é uma herança cultural do catolicismo, muito forte entre os luso-brasileiros, e que dificilmente seria tão valorizada se os *Waldläufer* fossem somente “descendentes dos bugres destes matos”, mesmo se eles preservassem algumas das instruções de catecismo recebidas dos religiosos no período das antigas reduções jesuítas.

A própria Maria Rohde não foi rigorosa em diferenciar caboclo e intruso, o que pode ser observado quando faz uma breve biografia de Fabiano, o caçador de tigres. Fabiano é citado como caboclo, mas que pela descrição deveria ser denominado de intruso, conforme a classificação anteriormente apresentada pela autora.

Fabiano foi um **caboclo** com qualidades exclusivas. Ele falava três línguas: português, espanhol e guarany. Seus filhos ele dentro da afastada mata virgem mesmo ensinou a ler e escrever. Ele por alguns anos foi tropeiro e cavaleiro pra Argentina [...]. Com a derrubada de mato e serviço da estrada conseguiu do governo uma colônia de terra [...]. (Ibid., p. 168, tradução e grifo nosso).

Certamente os “intrusos” assim como os *Waldläufer* podem ser inseridos no grupo étnico caboclo, tão rico na sua mestiçagem e que não pode ser compreendido como um grupo puramente homogêneo. É um grupo heterogêneo, mas com características culturais em comum e que relaciona a sua identidade com o processo da colonização, por vivenciarem uma experiência partilhada. Havia entre eles os que se destacavam por ter uma cultura mais europeizada, portanto portadores de algumas “virtudes” que fizeram que os colonos os classificassem como *Guter Neger* (bom negro). Mas não tinham as “qualidades” suficientes para se integrarem plenamente à vida social e comunitária de Porto Novo, preferiam sempre estar no meio dos demais *Waldläufer*, onde tinham uma melhor convivência e certa representatividade de liderança<sup>27</sup>.

Mas da onde teria vindo esta população cabocla com características culturais tão adversas a dos colonos e que nas descrições de Rohde lhe provocavam medo, curiosidade, admiração e piedade? Muitas inquietações surgem, várias hipóteses são lançadas e muitas

---

<sup>27</sup> Como exemplo pode ser citado o “intruso” Fabiano, que assim que conseguiu vender o seu lote legalizado em Porto Novo, migrou para outra margem do rio Uruguai junto com os demais caboclos, e quando morreu teve um velório honroso e de grande comoção entre a população cabocla. (ROHDE, 1951, p. 166-169). Jungblut (2004, p. 40-41) também descreve a liderança de outros dois “intrusos”: Ricardo Valério dos Santos: “Era respeitado entre os caboclos, que o chamavam para dirimir encrencas entre eles. Seu veredicto era respeitado”; João Alves de Oliveira: “Em 1927-28, reuniu a caboclada no seu rancho para que o padre João Rick pudesse batizá-los e casá-los pela Igreja”.

leituras são necessárias para quem se lança ao audacioso trabalho de decifrar a possível origem do caboclo de Porto Novo.

Jungblut (2004, p. 45 e 46), fundamentado na teoria de Schüller (2000) sobre a origem do caboclo do Contestado, entende de que os caboclos de Porto Novo já teriam se originado, no decorrer do século XVI, da mestiçagem entre os nativos e os mouriscos vindos da Península Ibérica, a partir das expedições espanholas feitas no Brasil meridional, além do Uruguai, Paraguai e parte da Argentina. Estas expedições tinham a princípio, a busca do caminho à Sierra de la Plata na Bolívia, à terra lendária do eldorado do Rei Branco com suas supostas riquezas incalculáveis. Posteriormente tinham também o objetivo de tomar a posse das terras para Coroa espanhola, fundando vários entrepostos do rio da Prata até Assunção e de lá até o litoral catarinense. Os mouriscos que apareceram nestes entrepostos para darem início a vilas e povoados, no contato com os índios teriam originado os primeiros caboclos.

Das várias expedições citadas por Schüller, algumas teriam percorrido o local ou as proximidades da futura colônia Porto Novo, o que teria provocado ali uma intensa mestiçagem. Uma delas seria

[...] a famosa exploração de Diogo Garcia de Moguer que, já em 1525 estava em terras de Ibituruna, atualmente cidade catarinense de Itapiranga, pois subira pelo rio Uruguai, e depois decênios após, a população mourisca e mameluca era de aproximadamente de duzentas pessoas que já se multiplicavam geometricamente com o acasalamento com as índias xocréns [...]. (SCHÜLER, 2000, p. 209).

O autor provoca um equívoco em relação à maneira de como está expedição teria chegado à atual Itapiranga: “com uma caravela e um bergantim com 88 homens”. (Ibid., p. 185). Quem conhece a geologia acidentada do leito do rio Uruguai, entende de que seria impossível fazer este percurso com este tipo de embarcação.

Não se quer, com este apontamento, desmentir a teoria de Schüller. É possível que já no século XVI ocorressem na região de Porto Novo mestiçagens entre o branco europeu e o indígena, com as expedições espanholas, como também posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, com as incursões das Bandeiras paulistas no aprisionamento de índios e nos saques das reduções jesuíticas.

Ainda em tempo histórico as bandeiras paulistas não raro desciam o rio Uruguai e a última bandeira, contando com aproximadamente três mil almas, foi desbaratada pelos índios das reduções jesuíticas, sobre o rio Uruguai na desembocadura do rio “Mbororé” ou “Rio das Sete Voltas” que se acredita seja o atual “Acaraguá”. “Um colono, o sr. Clerente Schönhals”, durante o período de grande estiagem, encontrou no leito do rio uma espingarda, munido de pederneira e o cano de segunda espingarda, contendo chumbinho; trabucos estes perdidos presumivelmente pelos bandeirantes. (ROHR, 1966, p. 24).

Mas estas prováveis mestiçagens somente possibilitariam a formação do caboclo no conceito tupi: “A palavra ‘caboclo’ é de origem tupi e designa o filho de indígena com branco europeu”. (ZARTH, 1998, p. 47). Naquele período, na isolada mata da futura colônia Porto Novo, não é possível admitir que ali tenha se originado o grupo étnico caboclo, compreendido como uma identidade camponesa, da forma como foi proposto trabalhar o conceito nesta pesquisa. Os possíveis mamelucos, resultado da mestiçagem acima citada por Schüller, para sobreviverem a este espaço teriam que se adaptar inteiramente aos modos culturais indígenas, porque estariam isolados completamente de um mercado econômico. Isto significa que se transformariam em indígenas.

Os estudos de Cabral (1994, p. 333) nos revelam que durante o século XVIII e início do século XIX, o extremo-oeste catarinense era uma área isolada e povoada por indígenas.

Em 1759, os comissários José Fernandes Pinto Alpoim e D. Francisco Aguedas, por parte dos reis de Portugal e Espanha, respectivamente, com os membros da comissão mista, exploraram as margens do rio Uruguai até a foz do Peperi, chegando a sua boca a 8 de março, quando lavraram termo e assentaram mudar o nome de Pequeri para Peperi. Depois das demarcações, a região continuou inexplorada, sertão bruto, habitada pelo gentio.

Em seguida Cabral escreve sobre uma expedição entre os anos de 1814 a 1819 que rumou ao Sul para tomar contato com as missões portuguesas do Rio Grande de São Pedro, mas que não passou pela região do atual extremo-oeste catarinense, pois o território era “infestado de silvícolas”.

Conforme as pesquisas feitas pelo arqueólogo Rohr (1966), as populações primitivas já ocupavam a região a mais de oito milênios. A margem do rio Uruguai no lado catarinense, dentro dos limites de Porto Novo, fez-se a prospecção de 53 sítios arqueológicos onde em mais de 30 foram constatados a presença de igaçabas (panelas e urnas funerárias). A maioria dos sítios é tipicamente guarani, muitos acompanhados de vestígios da Cultura Alto-Paranaense, sendo esta última de datação mais antiga. A cultura guarani aparenta ser mais recente, pois os vestígios encontravam-se entre um metro e meio a 50 metros de profundidade. Rohr também coloca a hipótese da presença da cultura *El Inca* a partir de pontas de flechas encontradas as quais se assemelham às encontradas no Equador e na Patagônia Chilena.

Já mais recentemente, quando os portugueses chegaram ao Brasil, é possível que os Xoklengs (ou xocréns) e os kaiganges tenham ocupado de forma periódica a região de Porto Novo. Conforme a descrição de Schüller (2000, p. 205) os xocréns habitavam o Centro-oeste catarinense. Mas “os Xoklengs eram nômades, ocupavam as florestas dos vales e dependiam

da pesca e da caça para a sua sobrevivência o que os obrigava a fazer incursões, estendendo constantemente os limites do seu território”. (ORTIZ, 1995, p. 42). É possível que os kainganges também ocupassem esta área, uma vez que nas proximidades os encontramos aldeados na reserva de Tenente Portella e na reserva de Xapecó localizada no município de Xanxerê. Mas como nos apresenta Ortiz (1995, p.42), Porto Novo não parece ter sido o habitat preferido deste grupo indígena. “Os kaingang ocupavam o planalto, eram seminômades, praticavam uma agricultura rudimentar, completando a sua alimentação com pinhão e caça”. O relevo não é de planalto e o pinheiro não faz parte da flora nativa.

O maior extermínio de indígenas no sul do Brasil foi do século XVII até o final do século XVIII nos aprisionamentos, saques e massacres aos guaranis nas duas experiências da fundação das reduções jesuíticas. Com o avanço do tropeirismo e a disputa de ervais, os indígenas continuavam sendo perseguidos e exterminados. As matas fechadas do Extremo-oeste catarinense podem ter representado ainda um ponto de refúgio a estas populações. Em relação ao seu desaparecimento, uma hipótese bem aceitável é de que com o avanço dos ciclos econômicos: erva-mate, extração de madeira, colonização, os indígenas tenham se afastado sistematicamente, tendo os seus territórios reduzidos às atuais reservas indígenas, onde vivem numa situação de marginalização social e cultural. Sobre o indígena do Extremo-oeste catarinense tem se ainda um campo amplamente aberto para a pesquisa, que será de fundamental importância para a própria compreensão da cultura regional.

Mas se a população cabocla não tem a sua formação embrionária com as possíveis miscigenações entre indígenas e europeus, naquela região entre os séculos XVI a XVIII, quando os caboclos teriam ali penetrado? Da onde teriam vindo?

Para Zarth (1998, p. 62) a identidade camponesa cabocla, diferente da cultura indígena, precisa estar inserida num mercado econômico para a manutenção dos seus padrões sociais, mesmo que esta inserção seja de forma precária.

A possibilidade de sobrevivência destes homens livres no interior das florestas virgens da fronteira agrícola implicava algum tipo de relações comerciais com o mercado ou estancieiros próximos. Caso contrário, as condições de vida seriam reduzidas a níveis incompatíveis com a existência adquirida numa sociedade cujos padrões econômicos e sociais eram superiores aos povos indígenas da província.

Melo apud Diel (2006, p. 2), prelado de Palmas, descreve o caboclo como um sujeito que está um estágio acima do índio, o vê como mais “civilizado”, capaz de transformar a natureza e não ser submetido por ela.

O caboclo é civilizado; não no sentido de quem possui ou procura possuir condições de vida mais propícia, de bem estar humano, mas no sentido de quem tem cultura

interna, na alma, porque já voltou ao ponto de saber e sentir de que não é um simples produto da natureza, de quem só a natureza cuida e deve cuidar, mas é alguém que dotado de inteligência e energia, para saber que deve cuidar e produzir além das dádivas da natureza. O sertanejo no entanto não vegeta apenas como o índio, ele vive, vive porque se move, procurando arrancar da natureza o que só o consegue a custa do suor.

Boneti (1998) ao estudar a estrutura social da população cabocla que habita o sudoeste do Paraná, antes da vinda dos colonos, também confirma a inserção do caboclo nas relações comerciais de mercado. A identidade camponesa cabocla era “caracterizado por um tipo peculiar de produção, assentada, sobretudo na criação do porco e na extração da erva-mate”. (Ibid., p. 83). E também comercializava o couro de animais silvestres “Para suprir-se do que considerava importante à sua sobrevivência na região, como sal, querosene, tecidos, etc.”. (Ibid., p. 102).

Ao entender o conceito de caboclo a partir da formação da sua identidade camponesa, e não somente através das simples miscigenações, os primeiros caboclos teriam chegado a Porto Novo no início da extração da madeira. Anteriormente não seria possível porque estariam isolados de qualquer tipo de mercado. O contrabando da erva-mate por argentinos, que conforme Poli (1995, p. 79) já era anterior a extração da madeira no extremo-oeste, não aconteceu em Porto Novo por que suas matas não continham ervais nativos.

Ao fazer-se a pesquisa<sup>28</sup> sobre a naturalidade da atual população cabocla de Porto Novo, chegou-se aos seguintes dados:

---

<sup>28</sup> Nas famílias caboclas pesquisou-se a partir do nome daquele que apareceu como responsável pela família; nas mistas o nome do cônjuge de sobrenome luso; no caso em que as famílias mistas eram formadas por grupos de amigos(as) ou pensionistas pegou-se o primeiro da lista com sobrenome luso. A pesquisa foi feita no Fórum da Comarca Eleitoral de Itapiranga, que atende também os municípios de Tunápolis e São João do Oeste. A população de amostra atingiu 30% do total das famílias caboclas e mistas.



**Tabela 2 - Naturalidade da população cabocla de Porto Novo**

UF	Mesorregião	%	Microrregião	%		
RS	Noroeste Riograndense	53,6	Três Passos	34,7		
			Frederico Westphalen	9,6		
			Cruz Alta	1,5		
			Ijuí	0,9		
			Santo Ângelo	2,4		
			Cerro Largo	0,3		
			Santa Rosa	2,7		
			Carazinho	0,3		
			Sananduva	0,3		
			Não-Me-Toque	0,6		
			Passo Fundo	0,3		
			Centro Oriental Riograndense	3,5	Santa Cruz do Sul	2,9
					Lageado – Estrela	0,6
Centro Ocidental Riograndense	0,9	Campanha Central	0,3			
		Santa Maria	0,6			
Nordeste Riograndense	0,3	Guaporé	0,3			
Sudeste Riograndense	0,6	Pelotas	0,6			
Metropolitana de Porto Alegre	0,3	Montenegro	0,3			
Total		59,2		59,2		
SC	Oeste Catarinense	38,4	São Miguel do Oeste	6,5		
			(exceto Porto Novo)			
			Porto Novo	30		
			Chapecó	0,6		
			Concórdia	1,0		
Joaçaba	0,3					
Vale do Itajaí	0,3	Itajaí	0,3			
Grande Florianópolis	0,3	Tijucas	0,3			
Total		39		39		
PR	Sudoeste Paranaense	0,6	Capanema	0,3		
			Francisco Beltrão	0,3		
			Centro-Sul Paranaense	0,3	Palmas	0,3
Total		0,9		0,9		
SP	São Paulo	0,9	Vale do Paraíba Paulista	0,3		
			São Paulo	0,6		
Total		0,9		0,9		
Total		100		100		

Fonte: FÓRUM DA COMARCA ELEITORAL DE ITAPIRANGA, 2006.

Como se pode ver nos dados da tabela 1, a maior parte da população cabocla é natural do Rio Grande do Sul (59, 2%) e a maioria é da Mesorregião noroeste (53, 6%), sendo o

destaque para o município de Tenente Portella (26,6%) onde a naturalidade da população quase empata com a de Porto Novo (30%).

A população cabocla natural do Rio Grande do Sul, nesta Unidade de Federação - Mesorregião Noroeste, é a mais antiga. Isso deduz que a maioria dos caboclos naturais de Porto Novo tem os seus antepassados oriundos do estado gaúcho.

**Tabela – 3 Naturalidade e década de nascimento da população cabocla de Porto Novo**

UF	Mesorregião	Década	%
RS	Noroeste Riograndense	10	0,6
		20	2,3
		30	8,7
		40	15,6
		50	20,8
		60	23,7
		70	22
		80	6,3
	Centro Ocidental Riograndense	40	33,3
		50	33,3
		80	33,3
	Centro Oriental Riograndense	20	18,1
		30	9,0
		40	18,1
		50	54,5
	Sudeste Riograndense	70	50
80		50	
Nordeste Riograndense	50	100	
Metropolitana de Porto Alegre	20	100	
SC	Oeste Catarinense (exceto Porto Novo)	50	14,8
		60	22,2
		70	29,6
		80	33,4
	Porto Novo	40	1,0
		50	7,0
		60	23
		70	38
		80	31
	Vale do Itajaí	70	100
Grande Florianópolis	30	100	
PR	Sudoeste Paranaense	50	50
		60	50
	Centro-Sul Paranaense	70	100
SP	São Paulo	50	33,3
		60	33,3
		70	33,3

Fonte: FÓRUM DA COMARCA ELEITORAL DE ITAPIRANGA, 2006.

A hipótese de que o conflito do Contestado (1912 – 1914) tenha trazido refugiados a Porto Novo foi descartada. Todos os caboclos idosos entrevistados têm a sua origem no Rio Grande do Sul e nunca ouviram nada de seus pais ou avôs em relação a este conflito. Diferente do que ouve em relação à Revolução Federalista, onde todos recordam: uns eram crianças neste período, outros lembram a partir de histórias contadas por seus pais e quase todos os caboclos idosos afirmam que seus pais participaram do conflito. Recordam também a Revolução Paulista de 1932, na qual o Rio Grande do Sul tinha uma decisiva participação política.

Porque eles nasceram e se criaram em Osório e aí quando venho aquela Revolução aquela espalharam eles, daí depois que terminou aquela Revolução nós moremos muito tempo no Rio Grande, aí depois viemos para cá. Foi no tempo, agora eu não me lembro se foi no tempo de 22, naquele tempo que deu aquela Revolução, é que a minha vô sofreu, é que eles tinham bastante gado né, tinham que deixar pros revoltosos comer, estavam tudo acampados, era o tempo dos maragatos. (Cabocla, idosa, 77 anos).

[...] o meu pai era maragato né, aquele não tirava o lenço do pescoço. Às vezes eu era pequeno e eu me criei com a minha vô né, daí a minha vô me chamava: “Meu filho venha cá”. Tinha um potreiro grande assim, daí ela dizia: “quem é aquele lá que vem vindo”. Mas daí eu saí correndo pra me encontrar com ele né. Que ele era maragato, era lenço vermelho e o chimango era lenço verde né. E você não tem nenhuma memória desta revolta? Ou ela já passou quando você era criança?

R: Oia, a ultima revolta que eu tenho lembrança ainda, mal e mal, foi de 32. Porque eu fui parar com uma madrinha minha e tia né e o meu padrinho foi pra aquela revolução em São Paulo, aquilo lá em 32 né. (Caboclo, 84 anos).

Para Gehlen (1998, p. 31), parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná, tem a sua formação no tropeirismo da segunda metade do século XVIII e do final do século XIX. Com o início das fazendas de gado houve uma mestiçagem muito intensa dos indígenas deslocados e subjugados, principalmente das missões, em contato com outras populações que passaram a conviver no mesmo espaço: lusos, mamelucos e negros<sup>29</sup>. Tem, portanto uma identidade camponesa em comum: a mestiçagem biológica e cultural (de forma ampla), seu *ethos* camponês e o seu constante afastamento com a vinda da colônia.

Para podermos entender de forma específica a história do caboclo de Porto Novo, temos que resgatar a formação da sua identidade camponesa e a sua trajetória a partir do Rio Grande do Sul, dos ervais nativos e do tropeirismo do planalto gaúcho.

---

<sup>29</sup> A miscigenação espanhola esteve sempre presente desde o “descobrimento” até as primeiras décadas do século XX, devido às fronteiras em litígio com a Coroa espanhola (até o Tratado de Santo Idelfonso 1777), com a Argentina (até 1895) e com o contrabando e comercio da erva-mate, madeira e outros produtos.

Na análise de Rückert (1997, p. 80-81) a identidade camponesa do caboclo tem o seu início no extrativismo da erva-mate.

Com a vinda das bandeiras paulistas para o Sul e para as missões, mais especificamente no século XVII, migra para o planalto, como força de trabalho para tais empreendimentos, o caboclo mestiço. As bandeiras voltam para São Paulo, mas os caboclos permanecem;

[...].

Ele se torna um peregrino, extraindo erva-mate nos ervais públicos para a venda a particulares e a comerciantes. A erva, nos séculos XVII, XVIII e XIX, é exportada para grandes mercados, inclusive para Buenos Aires e Montevideú. Desta forma, além de praticar uma agricultura rudimentar, de sobrevivência, e de um extrativismo itinerante, o caboclo ervateiro não se fixa, a não ser onde haja um novo erval para explorar.

A partir da primeira metade do século XVIII inicia-se a fase do tropeirismo com os lagunenses que obtêm as primeiras sesmarias no litoral meridional e passam a abrir os primeiros caminhos no planalto e nas serras para comercializar o gado xucro<sup>30</sup> para as zonas de mineração. Com o domínio português sobre o território dos Sete Povos das Missões em 1801,

seguiram-se lutas entre caudilhos e uruguaios e rio-grandenses até a década de 1820, despovoando e instabilizando a região. Nessas regiões alguns estancieiros começaram a instalar-se nos campos de Cruz Alta, transformada em município e vila em 1834 e que seria a partir desta data, o centro político e econômico do planalto gaúcho durante o século XIX. (Zarth, 1997, p. 25).

No mesmo período da instalação das estâncias, houve uma valorização da erva-mate porque o governo paraguaio suspendeu a exportação do produto. Ocorrendo com isso uma corrida aos ervais da região de “uma grande multidão de homens pobres, procedentes da fronteira sul e de outros pontos, atraídos pela abundância e superioridade da erva-mate”. (MARTINI, 1993, p. 248). Junto com esta população atraída pelos ervais também vieram comerciantes e proprietários de engenhos rudimentares<sup>31</sup> formando uma pequena elite ervateira.

O processo da ocupação do planalto gaúcho se dá conforme as condições naturais da vegetação: o campo nativo e a floresta.

“[...] os campos nativos foram conquistados pelos futuros estancieiros através do simples expediente de obter concessão das autoridades militares locais”. (ZARTH, 1997, p. 46).

---

<sup>30</sup> Gado proveniente da destruição da primeira experiência das reduções jesuíticas.

<sup>31</sup> “Os engenhos do mate eram uma espécie de monjolo melhorado. [...]. Evidentemente que apesar de rudimentares esses estabelecimentos exigiam capital suficiente para excluir os coletores pobres do mate”. (Zarth, 1997, p. 126).

Nas áreas florestais<sup>32</sup> houve uma frente extrativista constituída por “uma grande multidão de homens pobres” em busca de erva-mate. Esses contingentes de coletores de mato não tiveram os mesmos privilégios da elite pastoril, não se tornaram proprietários das terras e dos ervais que ocupavam. “Estes eram considerados públicos e assim administrativos e explorados ao longo do século XIX pela municipalidade”. (Ibid., p. 39).

O erval público que deveria favorecer os trabalhadores pobres dificultava o seu acesso porque as câmaras municipais exigiam uma quantia razoável em dinheiro para obtenção da licença para a colheita da erva-mate. Formou-se desta forma um grupo intermediário entre os trabalhadores e os donos de engenho: os requerentes portadores de licença, que contratavam trabalhadores em forma de pagamento em salário ou em regime de parceria. Os trabalhadores dos ervais ainda permaneciam alienados aos negociantes do mate, que geralmente também eram proprietários de engenhos, através do qual adquiriam instrumentos de trabalho e bens de consumo. “As compras, provavelmente, eram realizadas na casa comercial do próprio negociante do mate e, dessa forma os peões ficavam atrelados aos negociantes por um mecanismo de endividamento”. (Ibid., p. 173).

Os coletores de erva-mate, além do extrativismo, praticavam uma agricultura de subsistência. Porque a extração do produto é sazonal e o período de recesso “coincide com as estações próprias para o cultivo de verão, quando a população dedicava-se à agricultura de subsistência plantando milho e feijão – os principais produtos agrícolas consumidos na época”. (Ibid., 1997, p. 118).

Nesta prática agrícola o caboclo ervateiro forma uma identidade camponesa caracterizada pelo nomadismo e pelas relações sociais coletivas e de ajuda mútua.

O período entre uma e outra poda do erval é de quatro anos, o que faz com que o ervateiro necessite migrar constantemente. A sua instalação é sempre provisória e vive em forma de acampamento. Cândido (2001, p. 47-48) ao estudar o caipira de São Paulo, entende que a sua característica de mobilidade e instalação provisória vem da herança do indígena e do bandeirante do século XVI ao XVIII. O trabalhador dos ervais também traz consigo a herança destas características culturais que ele aciona na prática do seu campesinato.

A exploração da erva-mate no planalto gaúcho ocorreu de forma rudimentar no decorrer de todo o século XIX, o baixo nível tecnológico era compensado pelo pouco capital

---

<sup>32</sup> As florestas passaram a se ocupadas por diferentes segmentos sociais: o indígena deslocado das missões e expulso dos campos pelo estancieiro; ervateiros e lavradores; escravos refugiados em quilombos. Estes segmentos sociais sem delimitações rígidas e dependentes do mercado da erva, disputavam territórios e outros momentos selavam alianças num espírito de classe social. A difusão biológica e cultural desta diversidade étnica da população das áreas florestais formou as características camponesas do caboclo ervateiro.

investido, o que permitia a produção do mate a custos muito baixos. Em contrapartida o trabalho era intenso, o processo da coleta, a construção do cariço, a secagem e o seu transporte até o engenho. Todas essas etapas produtivas necessitavam de muita mão-de-obra, de um trabalho coletivo, de uma comitiva de ervateiros. Conforme Zarth (1997, p. 174 e 175) essas relações de coletividade permaneciam entre os lavradores no período da atividade agrícola que era executada sob a forma de mutirão ou “putchirão”, como é expresso por estes camponeses. Outra forma de ação coletiva era a utilização em comum de pastos públicos: “Os ervais existentes, ‘de domínio público e explorados em comum’, estavam encravados nas densas matas que cercavam o campestre. Ali invernavam os animais dos trabalhadores ou até, em maior escala, alguns rebanhos ovinos e cavalares”. (MARTINI, 1993, p. 253).

Conforme a pesquisa de Zarth (1997, anexo I), em 1850 os campos nativos de toda a região já estavam apropriados. Neste mesmo período, a Lei de Terras de 1850 regulamentada em 1854, determina que a única forma de adquirir terra seja através da compra. Os estancieiros regularizam as suas ocupações no campo e estendem as suas apropriações jurídicas sobre as áreas florestais. Estas terras antes ignoradas pela elite pastoril tornam-se mercadoria e suas apropriações já visava a venda futura aos colonos. Os ervais públicos vão sendo paulatinamente usurpados por grandes proprietários de terra auxiliados por ações fraudulentas do poder político local e os que escaparam ao processo da privatização, na era republicana passaram a ser arrendados pelo governo estadual a grandes industrialistas do mate.

Os pequenos agricultores e ervateiros, assim como os estancieiros, eram posseiros e tinham o direito à propriedade conforme o estabelecido pelas Leis de Terra de 1850, mas vários obstáculos impediam o seu acesso: o desconhecimento do registro das posses que deveria ser feito na paróquia, habitavam as áreas mais distantes e freqüentavam raramente a igreja; a Lei de Terras determinava que todas as despesas (medição das terras, a tramitação e legalização dos processos) ficavam por conta do requerente da posse, o que impedia os camponeses pobres de requerê-la; os ervais eram considerados públicos e a regularização da posse pelos ervateiros era impedida; entendendo que os ervais eram públicos não haveria a necessidade de regularizar as posses, e a sua divisão em pequenos lotes particulares seria um obstáculo para a continuação do campesinato pluriativo dos caboclos (erva-mate e agricultura de subsistência) que necessitam de uma área mais extensa, de um trabalho coletivo e de uma mobilidade constante.

Apesar de todos estes obstáculos, os conflitos entre extrativistas-agricultores e latifundiários tornaram-se acirrados, mas nesta luta os estancieiros e a política local formaram

um poder unilateral. Para os caboclos, antes camponeses relativamente independentes nos ervais públicos, restavam poucas opções: tornar-se um trabalhador submisso na fazenda, um proletário nos ervais ou penetrar mata adentro em terras inóspitas ainda devolutas.

Os caboclos subordinados aos fazendeiros criam novas relações camponesas junto às estâncias.

Muitos caboclos ervateiros vão sendo alocados nas fazendas, passando a ser conhecidos como *peões*, *agregados* ou *posteiros*. Estes últimos moram no fundo da propriedade, em *ranchos* de que poucos tomam conhecimento. O caboclo é, assim, *pinçado* por proprietários fundiários e incorporado ao processo produtivo da fazenda de pecuária, de doma e de tropeada de mulas para São Paulo. [...]. O caboclo agregado, por sua vez, ganha uma pequena extensão de terra para erguer o *ranchito* e, com algumas enxadas e foices, passa a trabalhar para o fazendeiro, entregando-lhe dois ou mais dias de trabalho gratuitamente, além de produtos agrícolas, como a mandioca e o milho. (RÜCKERT, 1997, p. 82, grifo do autor).

Estas relações camponesas já existiam junto com a fundação das estâncias, que no período escravista ao mesmo tempo utilizaram tanto o trabalho escravo como o trabalho livre. Mas a oferta de mão-de-obra livre aumentou na medida em que os latifundiários se apropriaram das áreas de mato, o que “permitiu substituir o escravo na década de 1880 sem grandes traumas”. (ZARTH, 1997, p. 163).

Numa região onde havia abundância de terras, formava-se uma legião de despossuídos às margens dos grandes latifúndios. Sobre esta população imperava o despotismo dos coronéis<sup>33</sup>, a estratificação social era pacificada pela grande dependência do caboclo para com o estancieiro e pelas relações de compadrio que se estabeleciam entre as duas partes<sup>34</sup>.

Até o final do século, a hegemonia dos estancieiros era indiscutível. A pecuária e os pecuaristas detinham um inquestionável poder sobre a população local: peões de estância, extrativistas de erva-mate ou agricultores independentes, todos estavam sujeitos às determinações dos coronéis. [...]. Para o ingresso de recursos para consumo de produtos não-agrícolas – instrumentos de trabalho; vestimenta... -, dependia do extrativismo da erva-mate ou das estâncias de gado, ou seja, todos os caminhos levavam ao coronel estancieiro [...]. (ZARTH, 1997, p. 171).

Também eram esses homens que formavam os exércitos dos estancieiros, tanto em conflitos entre os próprios coronéis locais ou conflitos de maior escala onde estava depositada

---

<sup>33</sup> O posto de coronel era geralmente concedido ao mais opulento fazendeiro: “Cada município tinha o seu *chefe político* ou *mandachuva*, que era o coronel por excelência, estreitamente vinculado, por laços de colaboração e ajuda mútua, aos demais *coronéis* da área e ao governo do respectivo Estado, - um governo constituído de *coronéis*, - ao qual apoiava em troca de favores e carta branca para governar discricionariamente o município”. (QUEIROZ, 1981, p. 43, grifo do autor).

<sup>34</sup> “O compadrio é uma instituição que permite [...] aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por ela ligadas”. (FRANCO, 1997, p. 78).



a posição política e os interesses dos estancieiros, tais como: a guerra contra o Paraguai (1865 a 1870); a revolução de 1893-95; a revolução de 1923. Apesar de que nestas duas últimas revoluções muitos caboclos lutaram contra os republicanos porque se sentiam vitimados com os projetos de colonização em vigor e pela perda dos ervais públicos, mas também estavam aliados por caudilhos que participavam por seus interesses próprios.

Os caboclos que não se mostravam “voluntários” ao regimento dos coronéis e se refugiavam mata adentro, eram “caçados” e forçados ao recrutamento. Conforme a denúncia de um caboclo idoso oriundo da região noroeste gaúcha, a perseguição dos caboclos dentro da mata para o recrutamento forçado era ainda praticada na Revolução Constitucionalista de 1932.

R: Nos tempos da revolução, os meus tios e meu avô, eles não iam, quando davam uma revolução eles iam pro mato fazer roça, aí só roçavam, durante o tempo em que tavam pelhando, que tem revolução eles só roçavam. Daí quando terminava daí eles iam derrubar depois, por causa do barulho que faz. Então eles iam pro mato, se escondiam e iam fazer roça, eles nunca foram.

E você não tem nenhuma memória desta revolta? Ou ela já passou quando você era criança?

R: Oia, a ultima revolta que eu tenho lembrança ainda, mal e mal, foi de 32. Porque eu fui parar com uma madrinha minha e tia né e o meu padrinho foi pra aquela revolução em São Paulo, aquilo lá em 32 né.

Do tempo do Getúlio?

R: É. Então daquela eu ainda tenho lembrança porque o meu avô e meus tios não iam em revolução de jeito nenhum, o velho pegava os piá e seguia pros matos fazer roça, ele nunca quis saber de revolução. Então eu encontrei uns homens lá na estrada, me calçaram uma faca, me meteram faca. Eu tive que contar onde é que tava meus avôs e meus tios. Eu não sabia porque eles saíam escondido né. Daí eu disse: “Não, vocês querem me matar podem me matar”. Mas eu era um piazinho ainda. “Querem me matar podem me matar, porque eu não sei onde eles estão”. Daí teve um outro aí disse: “Não, deixa o piá, porque ele não sabe mesmo”. (caboclo, 84 anos).

Nas duas revoltas políticas do Rio Grande do Sul, a maioria dos fazendeiros do planalto gaúcho apoiava os republicanos, que defendiam o avanço dos projetos de colonização da frente agrícola que das “colônias velhas” se direcionava para o norte e noroeste do estado. Com a vinda dos colonos, os fazendeiros poderiam comercializar as suas terras de mato anteriormente apropriadas. “Trata-se aí da transferência da renda do escravo para a renda da terra. Com a colonização, seria possível resolver questões como a de oferta de alimentos, bem como alocar moradores que adquirissem terras de matas dos proprietários fundiários”. (RÜCKERT, 1997, p. 94).

A colônia, com a agricultura familiar de subsistência, também passa a gerar alimentos para os proprietários fundiários, substituindo a mão-de-obra escrava e cabocla na auto-

suficiência da estância. A situação do caboclo se agrava ainda mais com a crise da erva-mate no início do século XX.

Os caboclos que são excedentes da mão-de-obra dos ervais e das estâncias adaptam a sua identidade camponesa aos serviços da colonização. Os principais trabalhos com a ajuda da mão-de-obra de caboclos são: a medição dos lotes; a abertura de estradas; a derrubada de mato; a extração de madeira. O trabalho dos caboclos está mais relacionado à infra-estrutura da colônia, depois que os colonos estão estabelecidos e a mata transformada em roça, a mão-de-obra do caboclo torna-se novamente excedente.

Os caboclos participam da colonização com a sua mão-de-obra, mas não são incorporados por ela, no sentido de adquirir uma propriedade e se fixar nela. Vários fatores dificultam a fixação do caboclo à propriedade privada, a um lote colonial, fatores culturais relacionados à sua identidade camponesa e outros em relação a sua marginalização social.

A identidade camponesa cabocla anterior à colonização, vinculada à agricultura de subsistência e com inserção mínima no mercado econômico do extrativismo da erva-mate, se caracterizava pelo semi-nomadismo, pelo trabalho coletivo e sua alimentação vinha de uma prática agrícola rudimentar, complementada com a caça e a pesca. As atividades e a mobilidade dos caboclos representavam, no conjunto, uma síntese adaptativa da vida econômico-social num processo de utilização do meio imediato, onde cultura e natureza apareciam como uma totalidade. Um ajuste sócio-ambiental idêntico ao que descreve Cândido (2001, p. 222) para o caipira do interior paulista:

O equilíbrio ecológico e social do caipira se estabeleceu em função do que poderíamos qualificar de condições primitivas do meio: terra virgem de fácil amanho, abundância de caça, pesca e coleta, fraca densidade demográfica, limitando a concorrência vital. Quando, apesar disto, um determinado meio de exauria (relativamente ao seus precários recursos técnicos, é claro, não em absoluto), ele corrigia a situação pela mobilidade. A mobilidade recria o meio, permitindo encontrar as condições desejadas, e deste modo garantem o equilíbrio.

Com a pesquisa de Renk (1997, p. 112) feita com a população cabocla de Vargeão - SC, também se percebe a característica da mobilidade numa área de baixa densidade demográfica num período anterior da vinda da colonizadora.

O 'enjoar da terra' e a 'busca de terras melhores' está sempre presente no discurso que trata do passado. O 'tempo da posse' era o 'tempo da folga', da 'largueza', da 'fartura', como é expressa a abundância de solo e a ausência da concorrência, que se opõe ao presente, o 'tempo da pobreza', o 'o tempo da careza'. A 'folga' de então permitia os deslocamentos.

A propriedade privada que se estabelece com a colonização e o aumento da densidade demográfica, formam desequilíbrios e crises porque as alterações do ambiente circundante não podem mais ser compensadas da mesma forma. Para superar este momento de crise, onde o seu meio sócio-ambiental é desestruturado, os caboclos transformam as suas antigas relações camponesas para adaptar-se a nova situação.

Na medida em que a propriedade vem se estabelecendo sobre o antigo território caboclo, esta população migra mata adentro, em terras ainda devolutas ou em lotes ainda não ocupados por colonos. Continuam com a mesma prática agrícola, complementam com caça e pesca e estão integrados ao mercado através da prestação de mão-obra e da comercialização de seus produtos com os primeiros colonos. A mobilidade dos caboclos para o interior das matas é proporcional ao avanço dos projetos de colonização. Considerando estas características culturais, Breves (1985, p. 32) entende que os caboclos no geral não queriam ser proprietários porque lhes era mais vantajosa a situação de posseiro:

Cedo ficou evidente que, também... os caboclos em geral não pensavam em ser proprietários. O ideal para eles, seria continuar intrusos. Isso lhe dava várias vantagens: não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente e terem facilidade em mudar quando quisessem muito ao gosto deles.

No entanto, deve-se considerar que a mobilidade, ao contrário de antes, acontece quase sempre de forma involuntária. Os caboclos que ocupam a área já loteada e vendida pela colonizadora são denominados de intrusos e são expulsos através da “limpeza” das áreas, ação praticada por capangas pagos pela companhia e pelos próprios colonos<sup>35</sup>. E além da propriedade privada do minifúndio obstaculizar a reprodução da sua identidade camponesa, a marginalização social em que se encontrava foi outro impedimento ao seu acesso à propriedade. Não tinham conhecimento dos termos legais e nem dinheiro para regularizar as suas posses; não possuíam a concepção capitalista do acúmulo; e o governo republicano não se interessou em adequar uma política agrária.

Em 1890 quando se inicia a colonização do planalto gaúcho, a população cabocla que está na vanguarda das frentes pioneiras, vai paulatinamente penetrando pela floresta em direção ao noroeste, onde foram feitos os últimos lotes coloniais do Rio Grande do Sul.

À medida que a colonização vinha-se aproximando do rio Uruguai, diminuía os espaços da população cabocla. As companhias de colonização e o governo encontraram uma série de dificuldades ao colonizar as matas do Noroeste, diante da presença de milhares de posseiros, que não possuíam título legal das terras. Para

---

<sup>35</sup> Sobre as táticas usadas na efetuação da “limpeza” das áreas ver Renk (1997, p. 109-110).

colonizar a região, o governo precisava disciplinar o acesso à terra, delimitando para cada família um lote. A delimitação das terras era algo novo para os caboclos, acostumados a certa liberdade de migrar pelo interior da floresta, sem se preocupar muito com as questões legais da posse da terra. (ZARTH, 1998, p. 72).

A população cabocla, com o constante processo de desapropriação e mais a desvalorização da erva-mate, primeiramente é atraída à região da futura Porto Novo como mão-de-obra das madeireiras<sup>36</sup>, e em seguida, com a fundação da colônia, pelos serviços oriundos do processo da colonização. Para alguns Porto Novo também serviu como refúgio da Revolução Federalista (1893-95 e 1923), da Revolução de Palmeira (1899 e 1902) e de vinganças e/ou sentenças judiciais<sup>37</sup>. Isto devido a sua localização geográfica, pois ao sul faz divisa com o Rio Grande do Sul pelo rio Uruguai e ao leste faz fronteira com a Argentina pelo rio Peperi-Guaçu.

O chamado 'sertão do Uruguai' (região ao norte do povoado de Palmeira das Missões), com formação populacional heterogênea, passou a ser apontado como entreposto de contrabando e refúgio/esconderijo de 'bandidos' e 'revoltosos'/opositores políticos, devido à mata densa propícia ao ocultamento e a possibilidade de fuga representada pelo rio Uruguai, dando lugar ao predomínio da pobreza e violência. (RUBERT, 2000, p. 56).

O exílio nos 'sertões do Uruguai'/Pepery-guassu permitia a reorganização constante das tropas que na revolta de 1923 enfrentaram novamente as forças governistas, sendo que deram retaguarda à passagem da Coluna Prestes pela região em 1924/1925. (Ibid., p. 58).

---

<sup>36</sup> Não é possível confirmar se os primeiros caboclos que trabalharam nesta atividade tem as suas origens a partir do planalto gaúcho, porque conforme Heinen (1997) a extração da madeira já teria iniciado na região nas últimas décadas do século XIX.

<sup>37</sup> Fato muito comentado pelos antigos moradores da comunidade de Aparecida que se localiza na foz do rio Peperi-Guaçu.



Figura 2 - Porto Novo: ao sul divisa com o Rio Grande do Sul pelo rio Uruguai e ao oeste fronteira com a Argentina pelo rio Peperi-Guaçu. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Ainda em relação à hipótese de Porto Novo ter sido um espaço de refúgio para alguns caboclos, Heinen (1997, p. 91) cita o caso do caboclo Ricardo Valério dos Santos:

“Em 1893 ele matou um maragato em São Luiz Gonzaga e fugiu com a família para cá. Agora uns revolucionários, filhos ou netos da vítima procuraram tomar vingança, mas não o encontraram. Avisado do perigo, poucos minutos antes, escondeu-se entre enormes pedras perto do rio, que ainda parecem uma pequena fortaleza. A tropa acampou dois dias perto da sua morada e comeu duas cabeças de gado em churrasco”.

Como já foi visto anteriormente, quando os primeiros colonos chegaram encontraram famílias caboclas morando nas duas margens do rio Uruguai. Confirmação que ainda pode ser enfatizada no relato de Alfonso Sausen, colono que esteve presente na primeira missa celebrada em Porto Novo e que já morava nesta colônia em 1926:

E os Waldäuer – caboclos andarilhos do mato?

R: Moravam vários. Possuíam famílias numerosas e os filhos deles permaneceram por aqui. Quanto a comunicação com eles não houve maiores problemas. Os pioneiros sabiam falar um pouco de português: uns um pouco mais; outros, um pouco menos. Os alemães os contratavam para fazer serviços. Os caboclos caçavam muito. Trabalhavam na madeirama. Alguns ficaram na memória, como o caboclo Pompeu que morava na margem do rio Guarita e trazia mandioca e hortaliças para nós. Em Dourado morava o Valério. Mais pra cima morava um de nome Emílio. Perto do Peperi morava o caboclo Alves. Eram andarilhos do mato, mas em si eram gente boa. A maioria era de confiança. (JUNGBLUT, 2004, p. 461).

Não se tem conhecimento de que naquele período tenha ocorrido o processo da “limpeza” da área ou de conflitos entre colonos e caboclos devido à disputa de terras. Se houve expropriação esta aconteceu de forma menos violenta.

Provavelmente os caboclos que moravam à margem catarinense do rio Uruguai, com a vinda dos colonos, migraram em sua maioria para o lado riograndense<sup>38</sup>, onde se sentiam mais dentro da sociabilidade cabocla. É o caso do caboclo Fabiano descrito por Rohde (1951, p. 168), que teve a posse legalizada do seu lote, mas assim que conseguiu vendê-lo mudou-se para a outra margem do rio. Ainda a mesma autora deixa subentender no capítulo “*Caboclos und Bugres*” de que a vida social dos caboclos era no lado gaúcho e apareciam em Porto Novo quando eram lhes oferecidos eventuais serviços, para compras e comercialização de alguns produtos.

Esta hipótese corresponde às afirmações dos antigos moradores, que confirmam a não existência de famílias cabocla ou pelo menos uma família, morando em Porto Novo no decorrer da década de 1930. No lado riograndense, no entanto, já haviam caboclos mas que não consistiam numa população concentrada. A confirmação dos antigos moradores contraria Jungblut (2004, p. 40, grifo nosso), que no seu entender, quando os colonizadores chegaram “Havia **centenas** de famílias dessas que residiam nos dois lados do rio Uruguai”.

Aqui, quando você passava por Itapiranga, por estes interior ali, talvez às margens do rio, você encontrava caboclos também em Itapiranga?

R: Existia já, naquela época que tinha ali, tinha um tal de um Ricardinho, até tem um filho dele que mora ali, o Manuel, esta morando ali. Tinha dos mais antigos que me alembro, tinha o finado Juvêncio, um tal de Hortêncio, era tudo gente que residia aqui em Itapiranga, só que eles moravam ali no remanso né.

O remanso é ali por Aparecida?

R: É no lado de lá. É ele fica na direção o remanso mais ou menos. [...]. No lado de lá, na Barra do Guarita desse pra baixo, fica o que, dali uns 2 mil metros.

Ali eles moravam?

R: É, ali eles moravam, morava um tal de Avelino, que era um antigo mesmo era um tal de Avelino. Então tinha os outros, o Juvêncio, o Hortêncio, o Fidêncio também, tudo moravam ali. Que são daquelas gente antigo. O meu pai também morou ali no remanso, ate quando ele morreu ele morava ali né.

Você não sabe se moravam muitos caboclos nestes interior dos matos?

R: Oia, na época que eu conhecia, às vezes caminhava 3 horas de cavalo pra encontra um morador.

Dentro do mato?

R: É, era picadão.

Em direção a Aparecida no caso?

R: É, como quem costeava a Guarita, foi a onde eu mais conheci né. Daí eu te digo até pelo nome os morador que tinha: tinha um tal de Jango jagoso, tinha Durico Pompeu, Tertuliano Pompeu, o velho Macalim, depois o velho Belo, depois do velho Belo tinha o meu cunhado, um tal de Zacaria, lá tinha o Izartino.

Eles ficavam no lado de cá?

<sup>38</sup> A margem riograndense do rio Uruguai oposta a de Porto Novo apenas iniciou o seu processo de colonização a partir da década de 40, possibilitando até então a ocupação desta área por posseiros.

R: Tudo esta estrada que costeava a guarita, até chega lá em casa, na casa do meu avô.

Isto no lado do Rio Grande do Sul?

R: É, tudo no lado do Rio Grande.

Aqui no lado de SC será que tinha gente morando?

R: Agora aqui, de caboclo, naquela época em que era piá não tenho lembrança.

Não tem lembrança?

R: Não, não tenho lembrança.

É que eu to pesquisando os primeiros talvez que moravam por aqui, se já naquele tempo talvez já tinha morando por aqui dentro dos matos?

R: Não, aqui deste lado, que eu tenha lembranças não, caboclo não tinha morando deste lado. Depois, dali com os anos, depois começou vim algum né, daí começaram vim.

Você acha que o caboclo venho depois, junto com a colonização ele foi entrando aqui para fazer empreitadas?

R: Sim, é depois que começou a ficar mais povoado, morando mais perto, daí. E depois tinha muita gente que necessitava de serviço e esta gente que vieram, eles botavam empreiteiro né, pra fazer, pra fazer roça, roçar tiqüero, uma coisa assim. Daí eles precisavam, daí começaram a vim, daí de certo começaram a se aliar e daí alguns já venho pra morar, daí foram entrando. (Caboclo, 84 anos).

O caboclo que concedeu a entrevista anterior morou com a sua família dos 10 até os 16 anos no lugar onde é o atual município de Vista Gaúcha – RS, que se localiza próximo à colônia Porto Novo na outra margem do rio Uruguai. Diz que conhece Itapiranga desde os 10 anos quando ia junto com seu avô fazer compras, e desde esta idade já conhece a margem riograndense de Vista Gaúcha até Tenente Portella. Acompanhava o seu avô nas viagens a cavalo para comercializar o toucinho e fumo em corda que produziam.

A existência de um número menor de caboclos na região de Porto Novo na década de 1930 e a sua vinda em maior número num período posterior também é confirmada por um outro morador antigo:

Neste trabalho de fazer as ruas já contratavam caboclos também? Pra fazer este trabalho?

R: Não, isto fizeram mesmo, às vezes pegaram, não tinha tanto também aqui ainda, no outro lado, porque estava tudo mato.

Que idade você tinha quando chegaram aqui em 1930?

R: 10 anos.

O que eu pesquiso também se estas populações caboclas já existiam junto com os antigos moradores? Quando você chegou aqui em 1930 você viu muitos caboclos circulando por aqui?

R: Não, eram poucos.

Em que ano teria se concentrado mais os caboclos na Barra do Guarita?

R: Olha, isto foi, cresceram ali e produziram e venho mais uns de fora né. Até lá pra cima estava morando, tinha no salto do Guarita, lá tinha um moinho, uma serraria, estes eram de alguns caboclos.

Quando você chegou em 1930 era tudo mato no lado do rio grande?

R: É, era tudo mato.

Então os caboclos vieram depois?

R: É eles vieram depois mais, é já tinha alguns que vieram lá de Frederico pra lá, lá já tinha morando caboclos e eles vieram mais pra cá. (Teuto – brasileiro, 84 anos).

A pesquisa que foi feita no Fórum da Comarca Eleitoral de Itapiranga que mostra que a naturalidade da população cabocla do Rio Grande do Sul (em especial a do noroeste) é mais antiga que a de Porto Novo (ver tabela 2), explica que a maioria dos caboclos vem num período posterior à colonização, confirmando a declaração feita por antigos moradores.

Na medida em que a colonização do noroeste gaúcho foi avançando, os caboclos desapropriados se aproximaram cada vez mais das margens do rio Uruguai. Suas relações com Porto Novo foram se intensificando quando a colônia necessitou mais mão-de-obra, o que aconteceu com a entrada de colonos e quando a colonizadora (*Volksverein*) iniciou a extração da madeira nobre no período de 1940 a 1955. Com o aumento da necessidade de mão-de-obra (derrubada de mato, medição de lotes coloniais, abertura de estradas e principalmente a extração da madeira) que se intensificou a partir de 1940, famílias caboclas do lado riograndense vieram se estabelecer paulatinamente em Porto Novo, especialmente na Linha Glória. Esta área ainda não estava ocupada por colonos e se encontrava uma ou outra família cabocla e isto desde o período anterior à colonização<sup>39</sup>. Quase todos os caboclos idosos entrevistados participaram desta etapa migratória:

Por que vocês naquele tempo vieram morar para Itapiranga, lá de Tenente Portella?

Por que vocês vieram morar pra cá?

Ela: Naquele tempo nós casemos lá.

Ele: Daí casemos lá e viemos viajando pra lá e pra cá.

Vocês foram à procura de terra?

Ela: É.

Terra pra trabalhar?

Ela: É, um pouco pela terra e pra ver o mundo.

Então o que vocês começaram a trabalhar aqui quando chegaram?

Ela: Foice, enxada, machado.

Ele: É, foice e machado, não existia motosserra e nem trator e nada.

Ela: Plantar milho, feijão.

Ele: e abrir a estrada a muque também, cansei de abrir estrada a muque. (Casal de caboclos idosos, idade: ela 69 e ele 86).

Quando vocês vieram pra Itapiranga o que passaram a trabalhar?

R: Olha, nós quando viemos pra cá, nós derrubava mato, a machado, não tinha motosserra, não tinha trator pra fazer roça porque tudo era mato. Os pau que prestava nós cortava tudo pra tirar tabuinha pra fazer casa, pra fazer chiqueiro pros porco que nós criava, pra cercar em roda pra fazer galinheiro pras galinha. Tudo assim com serra naquela época, nós não sabia o que é que era motosserra.

Derrubavam pra vocês fazer roça?

R: É pra nós fazer roça. Pros alemão também, porque nós ia trabalhar de peão, daí pra eles também nós. (Cabocla idosa, 77 anos).

<sup>39</sup>

Conforme Jungblut (2000; 2004) e um antigo colono daquela comunidade.





Figura 3 - No trabalho pioneiro da colonização a grande contribuição da mão-de-obra cabocla. Na figura um colono condutor de lancha junto com caboclos balseiros. Fonte: Foto cedida pelo ex-balseiro Beno Eidt, [194 -?].



Figura 4 - Antigo balseiro em seu rancho na Vila União: memória viva da participação do caboclo no trabalho pioneiro da colonização. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

A mesma colonização que a partir de 1960 atraiu os caboclos oferecendo-lhes serviços, também os expulsou. Isto ocorreu quando os colonos ocuparam os últimos lotes que estavam localizados em Linha Glória e que se encontravam habitados por mais de 90 famílias caboclas. Estas famílias expropriadas, em sua maioria, migraram para a Argentina ou para o

sudoeste do Paraná, onde acompanharam o pioneirismo colonial com o intuito de conseguir um espaço para reproduzir a sua identidade camponesa por mais alguns anos.

Os caboclos que não emigraram de Porto Novo após a etapa final da colonização, se adaptaram a nova situação utilizando a herança camponesa do tropeirismo e dos ervais. Tornaram-se agregados dos colonos fixando-se em pequenos ranchos ao fundo das propriedades, e continuaram seminômades, migrando a procura de quem lhes poderia oferecer serviços.

A constante modernização agrícola dificultou a reprodução do campesinato caboclo. Os camponeses que moravam nos fundos das propriedades dos colonos praticamente deixaram de existir a quase duas décadas. Os que continuaram na zona rural estão encurralados em áreas íngremes onde ocupam pequenos lotes adquiridos ou apossados, se oferecem como mão-de-obra, mas a agricultura modernizada os descartou quase completamente. Aqueles que “optaram” pelo espaço urbano e não se adaptaram a proletarização, incham a periferia e sobrevivem com o subemprego.

Ao estudar-se a identidade camponesa e a trajetória dos caboclos de Porto Novo, percebeu-se que a colonização a princípio lhes trouxe uma ruptura: a expropriação e a instituição da propriedade privada. Mas o caboclo, adaptando-se a nova situação, reproduz em parte as antigas relações camponesas nas terras ainda não ocupadas pelos colonos, tornando-se dependente do mercado oferecido pela colonização. É uma nova ruptura na sua identidade, pois a ocupação total dos lotes mais uma vez o expropria e o obriga a migrar para novas frentes coloniais ou então se adequar às circunstâncias do espaço transformado.

Desta forma é possível entender que a colonização representa para os caboclos um constante processo de repulsão e atração, que só finda com a última repulsão que não lhe permite mais acompanhar novas frentes pioneiras. Situação esta acompanhada pela modernização agrícola e que dificulta a sua reprodução camponesa e que tende a marginalizar esta população que não se adapta a proletarização.

**Tabela 4 - Fases de atração e repulsão da população cabocla em Porto Novo**

<b>Período</b>	<b>Fatores de atração</b>
Final do século XIX até 1924	Extração e contrabando da madeira; refúgio da Revolução Federalista; expropriações no noroeste gaúcho; crise da erva-mate.
1940 a 1960	Extração de madeira pela <i>Volkverein</i> ; aumento de serviços na colonização; intensificação das expropriações no noroeste gaúcho.
A partir de 1978.....	Crescimento progressivo e significativo da agroindústria, caboclos camponeses, a maioria provenientes do noroeste gaúcho, se instalam no espaço urbano e se proletarizam.
<b>Período</b>	<b>Fatores de repulsão</b>
1926 a 1930	É provável que os caboclos que se encontravam em Porto Novo tenham migrado em sua maioria para a outra margem do rio Uruguai
1960 a 1962	Auge da desapropriação em Linha Glória.
1980 a 1990	A modernização agrícola praticamente extinguiu o caboclo agregado.
1990...	A agricultura modernizada necessita cada vez menos da mão-de-obra do caboclo.

Fonte: Tabela produzida a partir das pesquisas feitas pelo autor.

## 1.2 A identidade cultural dos teuto-brasileiros de Porto Novo

### 1.2.1 O conceito de colono

Desde o século XIX, a palavra colono serviu como designação oficial aos imigrantes que adquiriam um lote de terras em algum projeto de colonização<sup>40</sup>. Os imigrantes assentados no sul do Brasil, que em sua maioria tinham origem camponesa, substituíram o termo camponês (*Bauer* em alemão e *Contadini* em italiano) pelo de colono.

Entre os alemães, o emprego de Bauer (camponês) ocorre esporadicamente, quando acionam os aforismos como ‘o que o camponês não conhece, ele não come’. Ou, para referir-se a ocupação dos antepassados: ‘Meu pai era camponês (Bauer) lá (Alemanha)’, ‘O avô era camponês (Bauer). Lá não era colono (Kolonist)’. (RENK, 2000, p. 160).

<sup>40</sup> Para Roche (1969, p. 2-4, v. 1) o termo “colonização” utilizado em relação à vinda dos imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul pode ser compreendido a partir de dois sentidos: por parte do governo brasileiro com a exploração de uma região por mão-de-obra originária da Alemanha e outra por parte do governo alemão, de uma tentativa de colonização, moderna e discreta, contando com os laços entre Alemanha e um território longínquo. Nesta pesquisa será utilizado o conceito de Piazza (1982, p. 25), que se refere à colonização como a introdução de “programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organizações públicas ou particulares visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e a desenvolver atividades de ajuda, assistência e supervisão, a fim de implantar nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais”.

Como expressão de uma identidade camponesa, o termo colono foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização desde sua implementação no século XIX. Acabou-se transformando numa identidade assumida pelos indivíduos que classificava, igualmente associada à imigração (européia). Grande parte dos imigrantes assentados no sul do Brasil tinham origem camponesa, mas camponês e rural são termos poucos usados [...]. O termo camponês foi substituído por colono, e é este que expressa a identidade social do pequeno proprietário rural policultor [...]. (SEYFERTH, 1993, p. 46-47).

A denominação de colono (*Kolonist*) assimilada pelos imigrantes europeus está vinculada ao termo colônia (*Kolonie*), palavra que para este grupo social pode ter três sentidos distintos:

- a) pequena propriedade rural ou lote de terras num projeto de colonização (sentido restrito);
- b) sinônimo de rural (sentido amplo, ex: “Ele vive na colônia” é o mesmo que “Ele vive no meio rural”);
- c) área de terras que abrange um projeto de colonização (ex: colônia Porto Novo).

Para Seyferth (Ibid., p. 38) a condição camponesa de colono segue algumas características de identificação:

[...] não é qualquer agricultor, pois a definição cabível é a de um pequeno proprietário rural que não emprega mão-de-obra assalariada permanente. Algumas características específicas do campesinato estão presentes como elementos de categorização: trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade etc. Neste sentido consideram-se distintos de outras categorias de produtores rurais, como aqueles que denominam ‘fazendeiros’. A categoria fazendeiro pressupõe a posse de uma área de terras muito maior do que uma colônia, e a utilização de mão-de-obra assalariada.

A descrição acima feita pela autora é de um campesinato ideal, de um colono proprietário de uma colônia, de um camponês independente que tem a sua produção primeiramente voltada para a subsistência. Mas em Porto Novo<sup>41</sup>, a partir de 1960, com o processo final da colonização e a ocupação de todos os lotes, passou a existir uma categoria de colonos não proprietários: agregados, parceiros ou arrendatários. A existência desta categoria parece configurar uma contradição nos critérios que definem a identidade camponesa de um colono, a propriedade da terra, pelo qual estão vinculadas as outras “virtudes” do trabalho agrícola.

---

<sup>41</sup> Este fato também aconteceu em demais áreas que passaram por processos de colonização idênticos, foi destacado Porto Novo por esta ser a área de pesquisa neste trabalho.

O agricultor não proprietário continua sendo colono porque trabalha na colônia (no seu sentido amplo com sinônimo de rural). A contradição de não ser proprietário é resolvida pelo fator étnico: “*é de origem*”, isto é, descendente de imigrantes europeus. Apesar de não ter todas as “*virtudes*” camponesas que legitimam os demais, os colonos não proprietários compartilham as “*virtudes*” étnicas que os distinguem dos caboclos. Assim, a categoria colono representa uma identidade camponesa e étnica. O caboclo, mesmo que adquira todas as características camponesas do imigrante europeu e de seus descendentes, não se torna colono por não ser “*de origem*”.

De forma geral, quando se refere ao passado, o termo colono não é apenas designado ao homem rural de “*origem*”, mas todos os “*de origem*” que participaram do processo de colonização, os que imigraram para a colônia (no sentido da área de terras que abrange o projeto de colonização), inclusive os que se estabeleceram na *Stadtplatz*<sup>42</sup>. Podemos citar como exemplo o comerciante, o representante da colonização, um prestador de serviço como o proprietário de um moinho ou de uma ferraria, o madeireiro, o médico etc. No caso de Porto Novo, os descendentes desta pequena classe burguesa somente costumam acionar a identidade de colono quando é evocado o pioneirismo heróico dos seus antepassados, diferente disto, utilizam o termo colono quando se referem aos camponeses, de forma pejorativa ou não.

A partir de 1960 a condição camponesa tradicional de colono encontra sempre mais dificuldades em se reproduzir nos antigos moldes. Dois grandes fatores explicam esta situação de crise: a escassez de terras que traz interrupções na trajetória das frentes de colonização para as novas gerações camponesas e a modernização agrícola que descarta grande parte das técnicas do campesinato tradicional. Verifica-se assim uma ruptura desse modo de vida tradicional que se dá através de uma mudança social acelerada. Nesse contexto, a condição camponesa antes honrada, passa a ser estigmatizada.

Com a identidade camponesa desprezada, o termo colono é substituído pelos profissionais do discurso por eufemismos, tais como: produtores rurais, trabalhadores rurais, agricultores ou empresários rurais<sup>43</sup>. A designação de colono passa a ser utilizada de forma pejorativa, representando o sinônimo de atraso, rusticidade e arrogância. Bordieu apud Renk (2000, p. 163-164) ao analisar uma situação idêntica no campesinato francês, entende que a

---

<sup>42</sup> Este termo é utilizado se referindo a sede da colônia, ao espaço delimitando e subdividido em pequenos terrenos que formaram os futuros lotes urbanos, quando a vila transformou-se em cidade.

<sup>43</sup> Agricultor faz parte do linguajar empregado por técnicos agrícolas, veterinários, agrônomos e por aqueles com maior grau de escolarização; trabalhador rural é mais frequentemente utilizado pelo associado do sindicato; empresário rural é o termo mais presente no discurso dos defensores do liberalismo econômico.

condição subalterna dos camponeses os torna uma classe objeto por serem dominados até na produção da sua imagem de mundo social.

Entre todos os grupos dominados, a classe camponesa, sem dúvida, porque ela nunca se deu ou nunca lhe deram o contradiscurso capaz de constituí-la em motivo de sua própria verdade, é o exemplo, por excelência, da classe objeto, obrigada a formar a sua própria subjetividade a partir da sua objetivação (está muito próxima nisso das vítimas de racismo). Desses membros de uma classe espoliada do poder de definir a sua própria identidade, não se pode nem mesmo dizer que eles são o que são, porque a palavra mais comum para designar pode funcionar aos seus olhos como uma injúria – o recurso ao eufemismo, agricultor, proprietário de terras são testemunhas disso. Humilhados pela objetivação que lhes anuncia o que eles são ou o que eles devem ser, eles não têm outra escolha que retomar para si a definição (em sua versão menos favorável) que lhes é imposta ou de definir uma reação contra ela: è significativo que a representação dominante esteja presente no seio mesmo do discurso dominado, na língua com a qual eles se falam e se pensam, “camponês”, “grosso”, que fala com “sotaque de roça” tem o seu correspondente quase exato (em linguajar beamês) no *paysans empaysanet*, o gordo camponês, do qual se traça os esforços para falar francês arranhado e a quem a sua fala de jeito, a sua gordura, sua ignorância, sua inadaptação ao mundo citadino, lhe valem de ser o herói das histórias engraçadas as mais tipicamente camponesas.

Para quem incorporou o discurso moderno sobre o conceito de colono, a expressão é positiva quando reivindica o pioneirismo do passado como uma virtude étnica destes camponeses. O que se pode observar em Porto Novo, que no dialeto alemão *Hunsrueck*<sup>44</sup>, ainda falado pela maioria da população, os profissionais do discurso não se preocuparam em substituir o termo *Kolonist*, que neste dialeto expressa tanto o seu significado oficial dado pela colonização, como a atribuição que o imigrante deu a sua identidade camponesa. No desconhecimento de uma tradução mais adequada, até mesmo os defensores do discurso moderno traduzem como *Kolonist* o termo agricultor quando se comunicam em *Hunsrueck* dentro do seu cotidiano.

Nas entrevistas com os teuto-brasileiros de Porto Novo, pôde-se observar que a palavra colono transmitia uma significação distinta, principalmente quando comparada entre as diferentes faixas etárias. Quando foi lhes perguntado se percebiam uma diferença no significado da palavra colono e agricultor, os idosos e adultos acima de 30 anos quase que por unanimidade entenderam que o significado era o mesmo. Já entre a população mais jovem houve as diferentes concepções que o termo colono abrange. Uma parte associa o conceito de colono com a identidade camponesa, não percebendo assim uma diferença do significado de agricultor. Mas a maioria reproduz o discurso daqueles que não associam a categoria colono a

---

<sup>44</sup> *Hunsrueck* era uma região do sul da Alemanha caracterizada pelo seu conservadorismo agrário e católico, da qual é proveniente a maior parte dos antepassados dos teuto-brasileiros de Porto Novo, hoje a palavra define simultaneamente a referida região alemã e o dialeto típico da mesma.

uma identidade camponesa, entendem que colono tem haver com colonização e que atualmente tem uma conotação pejorativa, é um sinônimo de atraso.

Colono é aquela pessoa que vivia assim, mais antigamente assim na agricultura e só vivia de subsistência, tirava coisa assim pra viver. Hoje o agricultor já é praticamente considerado um empresário rural, o objetivo dele já é completamente diferente em relação ao proveito da própria terra né. (Teuto-brasileiro, 26 anos).

[...] agricultor tu já pega mais como uma empresa, investimento, um retorno. [...] se alguém diz pra mim agricultor, eu penso agricultor aquele que investe e tira né, e colono é mais pela história né: colonização, povoamento, exploração.

E muitos iam se ofender com colonos, eu acho que hoje até a gente ia se...eu ia até me ofender se alguém ia me dizer: “Tu é colono”.

Por que você ia se ofender?

R: Por que é uma expressão, que nem nas cidades eles têm a expressão né: “Mas é um colono”.

Sinal de atraso?

R: Sim, eles usam como um sinal de atraso, mas eu vejo mais como sendo de colonização, de povoamento, de exploração. (Teuto-brasileiro, 24 anos).

Entende-se assim, que o conceito de colono é complexo, seu significado varia da maneira como é expresso ou conforme a subjetividade dos sujeitos que absorvem e internalizam a expressão. Esta complexidade foi muito bem observada por uma jovem teuto-brasileira:

Não, eu não vejo agricultor e colono como a pessoa. Vamos dizer, se eu sou um agricultor você também pode me chamar de colono. Talvez se a minha cabeça pensar que colono é uma coisa mais assim atrasada daí eu vou me ofender. Mas eu penso assim, que colono e agricultor é a mesma coisa, só acho que muda a palavra se colono alguns pensam que é uma coisa atrasada e agricultor é uma coisa assim. Só que eu não vejo diferença. (24 anos).

O termo colono, portanto nesta pesquisa, será compreendido como a expressão de uma identidade camponesa que foi apropriada por parte dos imigrantes europeus e seus descendentes, quando da implementação da política de colonização a partir do século XIX. A identificação coletiva será caracterizada por fatores culturais e sociais que delineiam uma comunidade camponesa específica, bem como a identidade social em comum fundamentada em elementos etnicamente elaborados e contidos, sobretudo na idéia “*de origem*” dada pela imigração. De forma geral a palavra colono será subentendida como a identidade camponesa dos teuto-brasileiros católicos de Porto Novo, já que esta área de colonização é conhecida por sua homogeneidade étnica e religiosa.

### 1.2.2 A origem do colono teuto-brasileiro de Porto Novo

Os colonos de origem alemã que ocuparam Porto Novo a partir de 1926, eram em sua maioria descendentes de teuto-brasileiros das colônias velhas do Rio Grande do Sul<sup>45</sup>. Em menor número, a partir de 1930, vieram da Europa e Santa Catarina várias famílias de origem germânica. São oriundos da Alemanha (*Reichdeutsche*), Romênia (*Deutschrumänen*), Iugoslávia (*Donauschwaben*) e Rússia (*Russlanddeutsche*) e sua emigração foi motivada pelas perseguições do partido comunista (no caso das populações germânicas que se encontravam fora da Alemanha e sob a influência da ditadura de Stálin), pelo abalo econômico do 3º Reich em 1932 e pelos indícios de uma nova guerra mundial. “No mesmo período o *Volksverein* ofereceu Porto Novo aos alemães das fracassadas colonizações Heimat Timbó e Heimat Moema no município Dr. Pedrinho, ambas em Santa Catarina”. (JUNBLUT, 2004, p.83).

Apesar dos imigrantes terem vindo de diferentes lugares, a maioria deles assegurava uma origem e uma identidade comum: eram descendentes de camponeses católicos da região de *Hunsrueck* no sul da Alemanha, que dali emigraram a partir da metade do século XVIII em direção ao leste da Europa, e após 1824 ao Brasil, de forma intensa para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Para compreender a identidade social e camponesa do colono teuto-brasileiro de Porto Novo é necessário resgatá-la a partir do contexto histórico-social em que a região de *Hunsrueck* se encontrava nas fases das intensas emigrações. Será evidenciada a trajetória da população que, a partir de 1824, emigra desta região e se estabelece em colônias no Rio Grande do Sul, onde os seus descendentes em 1926 fundam a colônia Porto Novo<sup>46</sup>.

Esta região sul da Alemanha, limítrofe com a Bélgica, França e Suíça, corresponde aos atuais estados alemães de Rheinland-Pfalz e Saarland. Aí se situa o Hunsrueck, uma região montanhosa, subdividida em pequenas propriedades rurais e com tradição católica milenar. Formaram-se aí as comunidades as comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários com acentuada integração religiosa, social e cultural. (KREUTZ, 1991, p. 17).

A Alemanha, não tendo colônias onde pudesse repassar os excedentes populacionais e nem uma expansão industrial capaz de absorver os egressos do campo, recorreu cedo ao fenômeno da emigração. O êxodo começou especialmente rumo aos Estados Unidos da América e em direção ao leste europeu já no século XVIII. De *Hunsrueck* emergiam os maiores fluxos migratórios, em 1824, quando dali inicia-se a primeiras imigrações ao Rio

---

<sup>45</sup> “[...] nos primeiros anos de povoamento, cerca de 80% dos migrantes eram das colônias velhas [...]. Imigrantes e descendentes de imigrantes que colonizaram os vales dos Rios dos Sinos, Taquari e Caí ainda no século XX”. Esta porcentagem ainda se tornou maior a partir de 1934 quando foi estabelecido um sistema de cotas a imigrantes estrangeiros. (EIDT, 1999, p. 15 e 21, rodapé).

<sup>46</sup> Porque faz parte desta trajetória a maior parte da atual população de Porto Novo.



Grande do Sul, a região agrária se encontrava numa alta densidade demográfica, num intenso esgotamento do solo e num empobrecimento conseqüente do domínio napoleônico.

A quase totalidade dos troncos entrados no Brasil entre 1827 e 1830, bem como numerosos outros vindos a partir de 1844, reconduz ao vale do Mosela entre Coblenza e Treves (Trier), ao Hunsrueck entre o Mosela e o Planatinado, ao vale do Sarre, e a região Montanhosa da Eifel ao norte do Mosela. Nestas regiões o superpovoamento relativo, a pobreza do solo e o depauperamento subseqüente ao domínio napoleônico, convidavam, com particular insistência, para a emigração. [...]. O certo é que na região rural do Estado (RS), o elemento representado pelos descendentes do primeiro grupo (Reno – Mosela – Sarre, de 1826 a 1850) prevalece tanto no numero, como no tipo racial, no caráter e no dialeto peculiar. (RAMBO, 1956, p. 82-83).

Os imigrantes que chegavam ao Rio Grande do Sul atendiam aos interesses de uma política estratégica e econômica do governo imperial: fixar o imigrante na terra para garantir o território que estava numa disputa secular com os espanhóis e formar colônias para a produção de gêneros alimentícios necessários ao consumo interno. Ainda no lado econômico, a ala mais progressista da Corte defendia que a pequena propriedade iria dinamizar a economia: ocuparia espaços “vazios”, promoveria a valorização fundiária e formaria uma camada intermediária entre latifundiário e escravo. (SCHORER PETRONE, 1982, p. 17).

No caso do sul, a preocupação era colonizar, isto é, povoar, criar núcleos destinados a produção, por um lado, a ocupação do território e, do outro, produzir gêneros para o mercado interno, o mercado urbano que se começava a construir. É claro que havia também a preocupação de dinamizar o conjunto da economia como um efeito reflexo, por assim dizer, isto é, criar novas atividades, trazer economias de imigrantes (IANNI, 1978, p. 12).

Também havia objetivos raciais na opção do governo imperial pela imigração, pois uma grande parte dos políticos e intelectuais brasileiros defendia a idéia racista do branqueamento cultural: “É que os imigrantes europeus, vindos para o Brasil no século XIX, foram escolhidos a dedo para branquear o país”. (Ibid., p. 12).

A primeira corrente imigratória que ocorreu de maneira mais sistemática ao Brasil foi à vinda dos alemães para São Leopoldo em 1824. Anos antes foram estabelecidos pequenos grupos de alemães no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia, mas que não tiveram muito sucesso. O casamento de Dona Leopoldina da Áustria com o príncipe D. Pedro I abriu os primeiros laços de um intercâmbio duradouro entre o Brasil e a população germânica na Europa. “A idéia de introduzir colonos alemães teria sido sugerida a D. Pedro I pela Imperatriz, D. Leopoldina de Habsbourg”. (ROCHE, 1969, p. 142, V1).

Nesta pesquisa, além de analisar as estratégias político-econômicas do governo brasileiro com a colonização e da situação econômica dos imigrantes que favoreceu a sua

saída da Alemanha, quer se dar ênfase especial ao fator religioso, ou seja, a atuação dos jesuítas alemães junto a estes imigrantes. Para compreender a visão política e social destes religiosos e os motivos que os levaram a acompanhar a trajetória dos imigrantes alemães e a liderar a organização social das colônias, tanto no Rio Grande do Sul quanto posteriormente em Porto Novo, é necessário retornar a região de *Hunsrueck*.

Após a Revolução Francesa, a concepção político-econômica do Liberalismo, alicerçada no pensamento iluminista, se espalhou por toda a Europa e somou forças junto à burguesia na luta contra a monarquia. Mas com a queda do império napoleônico, o Congresso de Viena em 1815, restaurou o Antigo Regime na França e em outros países europeus e a partir do tratado da Santa Aliança criou-se um instrumento internacional para combater novos movimentos revolucionários. A articulação da Santa Aliança representou uma reação política também ao nível religioso e cultural: a Restauração Católica e o Romantismo.

O Romantismo Conservador era a referência político-cultural. E a Restauração Católica significou toda uma articulação das forças religiosas sob inspiração católica em oposição ao Liberalismo. Houve um esforço de renovação interna dos quadros da Igreja e um combate acirrado contra o liberalismo destruidor da ordem e harmonia estabelecidas. A luta da Igreja Católica também se endereçava contra o movimento e da formação das nacionalidades pela reafirmação centralizadora, o ultramontanismo, e a reafirmação de sua autoridade pela proclamação da infalibilidade papal. (KREUTZ, 1991, p. 20).

O movimento de Restauração na Alemanha se manifestou com mais intensidade, isto devido a sua situação socioeconômica e política na primeira metade do século XIX. A constituição política se encontrava dividida em 36 principados de tendências conflitantes, com base em uma formação feudal. Este contexto representava um obstáculo para o desenvolvimento de uma forte classe burguesa com tendências liberais. No entanto,

[...] a consolidação do Zollverein (Associação Aduaneira), a introdução mais ampla do transporte a vapor e a concorrência no mercado interno, 'levaram os comerciantes dos diversos estados e províncias a se unirem ainda mais, a nivelarem seus interesses e centralizarem seu poderio', e a se transferirem para o campo da oposição liberal. A partir de 1840 a burguesia prussiana assumia a liderança do movimento da classe média na Alemanha. (Ibid., p. 20).

Havia algumas características profundamente diferentes entre *Hunsrueck* e Prússia, principalmente a partir de 1840 com a constante ascensão da burguesia prussiana.

Ao nível religioso poder-se-ia dizer que, no geral, Prússia, com larga predominância de evangélicos, se identificou mais com o espírito da *Aufklaerung*<sup>47</sup>, sendo que o

---

<sup>47</sup> A *Aufklaerung* foi um movimento revolucionário do século XIX fundamentado no pensamento iluminista e na política do liberalismo econômico, “na Prússia de Bismarck ocorreu mais especificamente esta

Hunsrueck foi o terreno fértil para a Contra-Reforma [...]. A Prússia simbolizava a consciência política, o Hunrueck o conservadorismo agrário; a Prússia o dinamismo industrial – em termos de Alemanha -, o ritmo da natureza. (Ibid., p. 17).

A região agrária e predominantemente católica de *Hunsrueck* foi o centro de referência para a Restauração Católica alicerçada no Conservadorismo Romântico. O ritmo pacato da natureza seria a condição para uma vida harmoniosa e boa, ao contrário do meio urbano, mais propenso ao liberalismo, pluralismo e laicismo, que favorecia a revolta contra a ordem e a harmonia estabelecida. Estas comunas rurais, ao ritmo da natureza e numa cristandade medieval, com as concepções românticas bem enraizadas, eram os melhores celeiros vocacionais. Era de *Hunsrueck* que provinha a maior parte dos candidatos para a renovação dos quadros da Igreja, era neste meio que ela florescia e articulava a Restauração.

A Companhia de Jesus, com a atuação predominante na Alemanha era vista como a ordem religiosa que mais se empenhava no Projeto da Restauração Católica. A Ordem inaciana foi extinta em 1773 pelo Vaticano devido diversos atritos em que ela se envolvera entre autoridades políticas e eclesiásticas. Com a queda de Napoleão, a Companhia de Jesus foi oficialmente restabelecida em 1814. Teve um tímido começo na Alemanha no início do século XIX, mas recebeu um forte impulso nos anos revolucionários de 1848. Isto, em parte, devido à expulsão da Ordem na Suíça onde um número significativo de religiosos se instalou em diversas regiões da Alemanha, e em outra, devido à nova situação política e o movimento de intensificação e renovação das atividades religiosas nos Estados alemães. (WERLE, 2006, 91 a 95).

Em resposta as turbulências provocadas pelo movimento revolucionário de 1848, os religiosos católicos da Alemanha criaram inúmeras mobilizações e associações, e em destaque o I Congresso Católico<sup>48</sup>. Também não pode se deixar de considerar a importância da imprensa escrita, uma forte arma do clero, porque este veículo de comunicação deu a cobertura total do movimento da Restauração Católica.

Com a fundação do Partido Católico do Centro em 1871, os congressos e associações assumiram abertamente o seu caráter político. Na Unificação da Alemanha o pensamento liberal e antieclesiástico se fortaleceram e a cultura religiosa da Prússia, o maior e mais importante dos territórios que compunham o Império, estava dominada pelas tradições do protestantismo. O partido Católico passou a ser o partido de oposição mais significativo no

---

campanha de oposição à Igreja Católica e seus padres, em particular os jesuítas, conhecida como Kulturkampf?. (Ibid., p. 33-34).

<sup>48</sup> Os Congressos Católicos, que depois de 1848 foram organizados no outono de cada ano, passaram a ser o encontro de representantes das diferentes associações católicas alemãs e neste evento definiam-se as linhas de ação destas diversas associações.

Parlamento, isto devido à proclamação da infalibilidade papal em 1870 pelo Vaticano e por receber apoio de diversas facções contrárias à unificação alemã. A posição política do partido católico foi compreendida pelos liberais aliados de Bismarck, como uma ameaça à unificação e ao desenvolvimento do Estado moderno alemão, acusando-os de inimigos do Império. (Ibid., p. 55-56). Considerados inimigos do Império, em 4 de julho de 1873 o Kaiser confirma a expulsão dos jesuítas da Alemanha:

Todos os seus estabelecimentos foram totalmente perdidos. [...]. A tarefa agora era encontrar um novo local de trabalho para a grande maioria dos 750 membros que a província alemã contava na época. Alguns conseguiram encontrar trabalho em Colégios na Holanda, Suécia e Dinamarca, mas a grande maioria se deslocou para as missões ultramarinas, principalmente para os Estados Unidos, Índia e o sul do Brasil. [...] a maioria procurou-se instalar e trabalhar junto com emigrantes alemães. (Ibid., p. 99-100).

Após o restabelecimento da Companhia de Jesus em 1814, os primeiros jesuítas que retornaram ao Rio Grande do Sul foram dois espanhóis expulsos pelo governo argentino em 1843. A expulsão dos jesuítas da Suíça e da Áustria em 1848 contribuiu para a instalação de outros três religiosos em 1849. Em contato com os imigrantes alemães no interior gaúcho, depararam-se com um contexto diferente do europeu, tanto econômico e social, quanto religioso e cultural. A sua religiosidade não lhes causou boa impressão, pois desde 1824 viviam sem atendimento religioso em língua alemã. Presenciaram a prática de um catolicismo popular entre os imigrantes, qualificado como superstição e visto como prejudicial à verdadeira prática católica. Entre a geração mais jovem observaram o “abuso” dos casamentos mistos e a indiferença religiosa, onde passavam os feriados caçando e bebendo. (Ibid., p. 104-106).

De quatro a cinco mil almas dos anos da vinda dos primeiros jesuítas, no início dos anos 60 do século XIX, a população católica de origem germânica no Rio Grande do Sul se expandira para 10 a 15 mil, isto em decorrência do crescimento vegetativo e das novas imigrações. Para atender este número crescente de fiéis, imigraram cada vez mais jesuítas da Alemanha. Em 1869, a Companhia de Jesus alemã assumiu a direção da Missão no Rio Grande do Sul. Nos anos 70 deste mesmo século, em decorrência da sua expulsão da Alemanha, o número de jesuítas em atividade no Rio Grande do Sul aumentou significativamente: em 1875 eram 39; em 1885 já havia 78 com 13 residências; e em 1900, já somavam 100 padres. Com a vinda de mais jesuítas, a emigração para o sul do Brasil passou a ser recomendada aos alemães católicos através da associação de São Rafael, o que contribuiu

para a intensificação ainda maior da população católica nas colônias alemães do Rio Grande do Sul. (WERLE, 2006); (KREUTZ, 1991).<sup>49</sup>

A expulsão dos jesuítas da Alemanha favoreceu a vinda no Rio Grande do Sul de religiosos altamente qualificados. Logo se tornaram lideranças inquestionáveis entre os colonos católicos de origem alemã, consagrados como *patres colonorum* (pais dos colonos). Foram mentores na organização física, social, cultural e religiosa. Assim como na Alemanha, organizaram toda uma rede de associações, que também passaram a ser articuladas pelos Congressos Católicos. Fundaram seminários para a formação e recomposição do seu quadro religioso, o que fez que em pouco tempo as colônias se tornassem um “celeiro vocacional”. Preocuparam-se também em se utilizar da imprensa, do seu poder na formação pública e da representação da verdade. Enfim, articularam todos os meios para implantar, nas colônias do Rio Grande do Sul, o Projeto de Restauração Católica que estava passando por dificuldades na Alemanha devido à força crescente do Liberalismo. Seria o que Kreutz (1991, p. 158) denominaria de “elevado grau de transplante cultural”. A idéia de “transplante” também é comentada pelo jesuíta padre Balduino Rambo, um dos *patres colonorum*.

[...] vindos de um ambiente eclesiástico rigidamente organizado, transplantaram, automaticamente, este quadro público da vida religiosa para a nova pátria. [...]. Os jesuítas, que durante 80 anos foram quase os únicos sacerdotes na colônia alemã, nada mais fizeram do que aquilo que a sabedoria pastoral, de milenar tradição, da Igreja Católica ensina: aproveitar os germes presentes, organizar as forças dispersas, adaptar o conjunto as circunstâncias concretas do momento (RAMBO, 1956, p. 38-9).

Mesmo sendo um “transplante” da Alemanha, o Projeto de Restauração Católica teve que ser adaptado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul a esta nova realidade, como explica Balduino Rambo na citação anterior. Os imigrantes traziam consigo “os germes” do catolicismo alemão, mas as suas “forças estavam dispersas” devido ao abandono da assistência religiosa que viveram por um grande período. Também teriam que se adaptar ao novo espaço geográfico, totalmente agrário e isolado na mata virgem, diferente da Alemanha, onde o espaço agrário já estava sofrendo as transformações do processo industrial além do que o catolicismo social já estava atuando fluentemente no espaço urbano.

O governo imperial, para definir a estrutura física das colônias e a demarcação dos lotes, recorreu à organização dos núcleos agrários no modelo “espinha de peixe”,

---

<sup>49</sup> Após 1870 vieram várias outras congregações religiosas para o Rio Grande do Sul, não em número tão significativo quanto os jesuítas, mas também tiveram um papel importante no Projeto de Restauração Católica no sul do Brasil. A pesquisa irá se restringir aos membros da Companhia de Jesus por eles serem os mentores do projeto de colonização Porto Novo.

[...] onde a um travessão central se ligavam transversalmente os lotes, sendo que normalmente o travessão era planejado ao longo de um curso de água de modo que as casas e benfeitorias ficassem próximas ao mesmo. [...]. O mais importante era o núcleo para o qual convergia o travessão. [...]. A partir deste núcleo foram surgindo as vilas e as sedes distritais. (KREUTZ, 1991, p. 56).

Graças à criatividade especialmente dos jesuítas, que estavam vinculados a um projeto mais amplo da Igreja com os imigrantes, foram organizadas nucleações para se evitar o distanciamento do ponto de convergência da vida em comum.

Tomavam a forma de cruz em que as duas linhas centrais de cruzamento eram de 8 km, anexando-se ainda duas linhas laterais de apenas 4 km na ponta das duas linhas centrais. Situando-se a estrutura de organizações comunitárias (escola, igreja, comércio e salão de festas e cemitério) ao centro, era possível formar núcleos com 128 colônias de 25 hectares cada, sendo que os mais distantes teriam a percorrer 4 km, tido como distância viável para ser caminhada diariamente por crianças em idade escolar. (Ibid., p. 56).

A estrutura física destes núcleos coloniais possibilitou a sustentação de uma rede de organizações socioculturais e religiosas com a integração de todos os membros que pertencessem à comunidade rural. Todos deveriam participar da igreja, escola, associações e inclusive nos serviços comunitários, que não eram poucos. Os colonos eram constantemente convocados para os serviços de construção e manutenção dos bens públicos da paróquia ou da comunidade, como a capela, o cemitério, a escola, a casa do professor, o salão de festas, as estradas etc. Também eram convocados na preparação de algum evento, como por exemplo, a organização de uma festa ou baile. Eram ainda chamados para trabalhos em forma de mutirão em limites que ultrapassavam muitas vezes a sua comunidade ou paróquia, como na construção de algum seminário, hospital ou outra instituição que ficava sob a liderança da Ordem religiosa. As despesas que iam além da mão-de-obra na construção e manutenção dos bens públicos, eram mantidas através de arrecadações em coletas, na forma de dinheiro ou quase sempre de produtos agrícolas.

Com a ausência praticamente total do Estado, o clero concentrou seu poder sobre as instituições sociais que envolviam os núcleos agrários. A coação social era mantida dentro de uma hierarquia paroquial, o centro articulador se concentrava na sede paroquial, na liderança dos religiosos. O próximo nó da rede hierárquica se dava no centro das comunidades que se encontravam dentro dos limites da determinada área paroquial, dali as ramificações se estendiam aos núcleos familiares. Nesta hierarquia paroquial é importante destacar a função da escola e do professor paroquial, que pode ser entendido como um agente de ligação entre o

clero e a comunidade rural, e entre esta comunidade e a família<sup>50</sup>. “Enfim, souberam cercar os teuto-brasileiros das comunidades rurais católicas de modo tal que a interiorização das normas e da visão de mundo sob a Restauração Católica se tornaram uma segunda natureza”. (Ibid., p. 158).

Criou-se um clima de cristandade, onde a participação maciça dos fiéis nas cerimônias de vida religiosa, a frequência aos sacramentos e a internalização de um código de ética católica faziam recordar os períodos áureos da Igreja medieval. Num clima como este os valores religiosos e sua expressão normativa tendem a tornar-se valores sociais, ou melhor, estes se legitimam através de valores e normas sagradas. E para a consolidação e a manutenção destas estruturas montou-se todo um esquema que ia desde a capela e a paróquia até as escolas religiosas, o jornal católico, as missões populares, as aulas de catecismo e a severa vigilância exercida pelo confessionário. (BONI, 1980, p. 242).

Este esquema hábil de coação social conseguiu integrar as pessoas com variadas tarefas, interiorizar normas e valores sociais ao mesmo tempo em que previa a cobrança de todos os membros da comunidade. Os eventuais infratores desta sagrada harmonia e da ordem eram punidos por um sistema de sanções, principalmente morais, excluídos da convivência comunitária e conseqüentemente isolados dos demais membros.

Numa estrutura mais ampla, que ia além dos limites da comunidade e da paróquia, os colonos católicos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul estavam integrados num plano maior do Projeto de Restauração Católica liderada pelos jesuítas que se ampliava pelas colônias do estado gaúcho e mantinha as influências do catolicismo social da Alemanha. Através da instauração dos Congressos Católicos e de uma ampla rede de organizações econômico-sociais, recreativas e culturais, postas sob a primazia do espiritual, integrou os colonos a um grupo de identificação étnico-religioso, a grande comunidade católica alemã.

[...] foram organizadas associações e instituições religiosas voltadas principalmente para a vida social e econômica: cooperativas de crédito e de produção, associações de agricultores, a Volksverein, participação ativa na colonização de terras, assim como também os Congressos Católicos. Enfim, trata-se de um conjunto de práticas e instituições que não se referiam abertamente à vida religiosa dos fiéis, direcionando-se as suas vidas sociais, econômicas e culturais. No conjunto das colônias alemãs, os jesuítas não se limitaram a apenas pastorear os colonos, mas foram paulatinamente desenvolvendo uma estrutura institucional que procurava abranger a totalidade das colônias alemãs do Rio Grande do Sul e oeste catarinense, visando estabelecer uma maneira específica de ser entre os imigrantes alemães e seus descendentes, na qual a religiosidade ocupava lugar fundamental. Os congressos católicos se constituíam em instrumentos privilegiados para isso, principalmente porque forneciam um canal direto de comunicações com representantes de grande parte das colônias alemãs da região, através da qual se veiculavam as idéias e concepções acerca do mundo social. (WERLE, 2006, p. 118).

---

<sup>50</sup> Para saber com mais detalhes o papel do professor e da escola paroquial dentro das comunidades teuto-brasileiras e católicas recomendo a leitura de Kreutz (1991) e de Eidt (1999).

Rambo (1992, p. 50), entende que os Congressos Católicos ou Assembléias Gerais foram fóruns em que os teuto-brasileiros de confissão católica debatiam as questões de caráter geral relativas às comunidades católicas, e nos debates dessas assembléias eram propostas e criadas as organizações de abrangência mais global:

Questões essas que envolviam aspectos de natureza religiosa, educacional, social, econômica, política, assistencial, de lazer e cultural. Em meio aos debates dessas assembléias, propuseram-se e foram criadas as organizações de abrangência mais global. Na primeira, em 1898, fundou-se a Associação dos professores e educadores católicos do Rio Grande do Sul, o Lehrerverein. Em 1899, por ocasião da segunda assembléia geral, surge a Associação Rio-grandense de Agricultores, o Bauernverein. Em 1912, na nona assembléia geral em Venâncio Aires, fundou-se, por sua vez, a Sociedade União Popular, o Volksverein.

Sobre o caráter deliberativo dos Congressos, Kreutz (1991, p. 72-73) explica de que não ocorreram expressivas trocas de idéias, predominava a autoridade dos jesuítas, aonde os projetos das “novas empresas ou iniciativas” já vinham previamente elaborados por eles.

Os jesuítas foram muito hábeis na preparação e na condução destas Assembléias, conseguindo com que os colonos se cressem autores e fundadores de projetos e associações que tinham sido elaborados previamente e até em detalhes pelos “patres colonorum”.

[...]

Os relatórios deixam a entender que a participação nos debates, em geral não foi muito expressiva em termos de trocas de idéias e avanço nas propostas. Predominava claramente a voz e a autoridade dos Jesuítas para a proposta de ‘novas empresas ou iniciativas’. Porém, eles souberam criar a mística em torno destas assembléias, tornando-as os momentos mais solenes e vitais para a colonização e conseguindo que as conclusões fossem tomadas como um compromisso solene por parte das comunidades rurais.

Embora não houvesse uma participação democrática nos Congressos que reuniam em média 5 mil representantes católicos de diferentes localidades, a sua importância residia no envolvimento, na mobilização popular e no caráter solene e festivo em que era conduzido. “Sem o envolvimento popular e sem a ‘mística e entusiasmo’ invocados nos Congressos, ‘as novas empresas e iniciativas’ talvez não tivessem encontrado eco entre a população imigrante”. (WERLE, 2006, p. 139). Os Congressos também criavam um espaço de sociabilidade entre os moradores de diferentes localidades, que tinham como principais elementos de identificação a religião, a etnia e o *ethos* camponês. Enfim, fortaleciam o sentimento de pertencimento a grande comunidade católica alemã.

Assim como na Alemanha, no Rio Grande do Sul os jesuítas se utilizaram do poder de comunicação da imprensa para a divulgação e sustentação do Projeto de Restauração Católica. Entre as principais publicações podemos citar o jornal *Deutsches Volksblatt*, a revista mensal *St. Paulus-blatt* e os anuários *Familienfreundkalender* (anuário amigo da família) e o



*Riograndenser Marienkalender* (anuário mariano). Ainda foram numerosas as publicações de brochuras por ocasião de jubileus de comunidades rurais e de livros ou cartilhas escolares. Para se perceber a influência que estes periódicos, especialmente os anuários exerciam sobre os imigrantes e seus descendentes, é sugestivo o título completo do anuário católico mais difundido e editado pela *Volksverein: Der Familienfreund Katholischer Hauskalender Und Wegweiser Fuer Das Jahr....*(O anuário católico amigo da família e **guia** para o ano de...). Em todos os Congressos Católicos era feita uma discussão em torno da imprensa, onde se dava ênfase ao apóio a imprensa católica e a advertência contra más leituras. Na campanha de apóio se destacava o slogan: “Para cada casa católica um jornal católico”. (KREUTZ, 1991; WERLE, 2006). A advertência ao perigo das más leituras era apresentada de forma trágica e ameaçadora, como pode ser observado na expressão do professor August Muller em 1899:

Mas um simples livro é pode ser tão perigoso assim?

Sim! Sim! E mais uma vez sim! E digo mais: um livro maldito é pior do que dez camaradas maus!

[...]

o livro é mais perigoso porque, uma vez lido, penetra no interior do indivíduo, acabando por influenciar sua concepção de mundo e modo de agir. Seus pensamentos são abastecidos pelo livro. Oh pai cristão, mãe cristã, pense no que você está fazendo ao permitir a entrada de livros e revistas malditos em seu lar, nas mãos de seus filhos! Vá, recolha um cadáver de cólera na rua e o leve no quarto, na cama de seus filhos, para que a doença os conduzam a uma morte miserável. Assim você seria menos prejudicial a teus filhos do que permitir leituras indignas em tua casa, por meio dos quais você condena a alma das crianças para a morte eterna. (apud WERLE, 2006, p. 147).

A construção de uma representação entre boa e má leitura exercia uma espécie de controle ou censura indireta acerca do que era lido. Exposta aos leigos como a única divulgadora da verdade e dos bons valores, a imprensa católica tinha um papel significativo na propagação e manutenção do Projeto de Restauração Católica.

Já no início do governo republicano surgiram grandes debates entre intelectuais e políticos sobre a homogeneidade étnica e religiosa das colonizações e instituições teuto-brasileiras do sul do Brasil, e ainda hoje este assunto traz inquietações aos estudiosos da cultura teuto-brasileira. Quando são questionados os fatores que contribuíram para a formação deste fenômeno, as principais hipóteses apontadas são as seguintes: o isolamento geográfico; a xenofobia dos governos estaduais e da população luso-brasileira; a formação espontânea de colonizações homogêneas no resgate de sua identidade; a diferença cultural muito acentuada em relação aos brasileiros; a dificuldade de comunicação por a língua alemã não ser de origem latina; o poder das instituições religiosas nas colônias devido à omissão dos governos estaduais e federais; a ligação muito forte dos colonos com o país de origem; a teoria do

“perigo alemão” (onde o imperialismo germânico teria estruturado uma ampliação do seu império).

Esta última hipótese passou a ser muito defendida entre políticos e intelectuais a partir do final do século XIX e foi reforçada durante o Estado Novo, principalmente no período em que o Brasil teve a sua participação na Segunda Guerra Mundial contra os países do eixo. Mas Gertz (1994, p.37) contesta energicamente esta teoria: “Toda a pesquisa histórica séria realizada até hoje concluiu que nunca existiu nas instâncias superiores do governo nazista qualquer projeto de interferência político-militar no Brasil”. Numa outra obra, Gertz (1989) contraria vários políticos, intelectuais e pesquisas acadêmicas que defendem a teoria do “perigo alemão”. O autor percebe que nestas publicações existe falta de cientificidade e uma forte carga de preconceitos.

A principal argumentação em que se apoiavam os intelectuais e políticos brasileiros que sustentavam a teoria do “perigo alemão” era na persistência dos imigrantes em cultivar a nacionalidade alemã. Mas quando se julga que os descendentes alemães não aceitam a nacionalidade brasileira, é necessário compreendermos a concepção de nacionalidade e cidadania na tradição alemã:

Na tradição brasileira, a cidadania é pensada basicamente como uma questão ligada ao território, o que no jargão jurídico é denominado *jus soli*, isto é brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro. Inversamente na tradição alemã domina o *jus sanguinis*, o que significa que se considera ‘alemão’, independente do solo em que tenha nascido. Nesse caso, admite-se que uma pessoa pode, juridicamente, ser cidadão de um outro Estado que não a Alemanha, mas continua pertencendo à abstração ‘povo alemão’. (GERTZ, 1994, p. 30).

Esta concepção de nacionalidade, entendida como *Deutschtum* (germanismo), não pressupõe qualquer laço com o estado alemão, mas apenas com uma nação alemã, uma comunidade étnica ampliada com uma unidade cultural e lingüística, desvinculada de um território específico. Desta forma defendiam um pluralismo: a nacionalidade alemã e a cidadania brasileira. Neste sentido, a categoria de identificação teuto-brasileiros (*deutschbrasilianer*) lhes era bem aceita, pois o significado do termo vinha ao encontro do pluralismo pretendido. “A categoria de identificação - teuto-brasileiros – apesar de aparente ambigüidade, compõe-se, realmente, de dois elementos definidores, a nacionalidade alemã dada pelo direito de sangue e a cidadania brasileira, dada pelo direito do solo ou pela

naturalização”. (SEYFERTH, 1989, p. 126)<sup>51</sup>. Na região de Porto Novo existe uma anedota bastante popular que coloca em discussão estas duas formas de nacionalidade, a tradição brasileira do *jus soli* e a alemã do *jus sanguinis*:

Um colono chega à prefeitura para preencher um cadastro. No decorrer do cadastramento a secretária pede os dados e vai os anotando no papel, mas o embaraço acontece quando chega ao item da nacionalidade:

Secretária: Nacionalidade?

Colono: Alimão.

Secretária: Você nasceu na Alemanha ou no Brasil?

Colono: No Brasil.

Secretária: Então você é brasileiro.

Colono: Não, sou alimão.

A secretária explica: Quem nasce no Brasil é brasileiro, então você não é alemão, é brasileiro.

Colono: Não, sou alimão.

A secretária, impaciente, novamente explica: Quem nasce na Alemanha é alemão, quem nasce no Brasil é brasileiro, portanto, se você nasceu no Brasil é brasileiro e não alemão.

O colono continua teimando: Não, sou alimão.

Quando a secretária já estava desanimada, percebendo que não adiantaria dar uma nova explicação a este homem pouco letrado, o colono pergunta: Lá em casa tenho três catinhos dormindo numa forma de pão, eles continuam sendo catinhos ou vira pão?

A vantagem dada pela versão da tradição alemã é previsível quando a anedota é criada em meio à comunidade teuto-brasileira. A concepção nacional do *jus sanguinis* continua fortemente presente entre a população de Porto Novo. Na entrevista com os teuto-brasileiros de diferentes idades foi perguntado como melhor se definiam: alemães, brasileiros ou brasileiros de origem alemã. Como resposta, a maioria se definiu como brasileiro de origem alemã, dando ênfase à questão da origem; a outra parte, a minoria, se definiu como alemão, (esta designação está mais presente entre a população idosa). A nacionalidade *jus sanguinis* pode ser observada nas respostas de alguns entrevistados citadas abaixo:

Melhor alemão, claro. (agricultor, 92 anos).

Eu sou... isto já faz mais que 150 anos que os meus antepassados vieram lá da Alemanha, então eu sou brasileiro, mas também guardo a língua alemã, costumes dos alemães [...]. (agricultor, 91 anos).

Brasileiro de origem alemão. Brasileiro, puro brasileiro, já é uma vergonha (risos). (agricultora, 78 anos).

Eu me defino como alemão, porque sou de origem alemão. (teuto-brasileiro, 78 anos).

---

<sup>51</sup> No final do século XIX, o germanismo no formato teuto-brasileiro (*deutschbrasilianertum*) passou a ser bastante explorado pela representação política e intelectual que havia se formado entre os colonos, bem como pela imprensa.

Certamente alemão e brasileiro também. (agricultor, 55 anos).  
 Brasileiro de origem alemão, porque o sangue fica, a língua não vai<sup>52</sup>, mas o sangue fica. (agricultor, 48 anos).

Eu acho mais alemão. (operário, 28 anos).

A primeira impressão é alemão, é a primeira impressão. Mas daí ficaria, tendo em escolha eu acho que seria mais sensato ser brasileiro de origem alemã, até porque nós não temos vínculo com a nacionalidade<sup>53</sup> alemã, nós não temos vínculo com o país, com a pátria alemã, nenhum mesmo. (professor, 24 anos).

Olha! Eu não me ofendo com a palavra alemão, na verdade eu acho que tem que ter orgulho de ser alemão né. Também sou brasileiro, eu nasci aqui no caso, mas também tem que ter orgulho de falar que venho da Alemanha, a exemplo dos nossos antepassados. (estudante, 17 anos).

A herança do nacionalismo *jus sanguinis* vem de um passado remoto, como nos explica Magalhães (1989, p. 96-97):

[...] são ressonâncias dos movimentos românticos da Alemanha do século XIX, naturalmente traduzidos para o universo camponês, arredo à modernidade e sua conseqüente urbanização. Eles surgem nos estados alemães logo após a invasão napoleônica; para os seus primeiros precursores, a nação é um conceito caro e idealizado, que não se confunde com a de estado ou mesmo de território. Trata-se de uma unidade cultural e lingüística. Segundo esta visão, as origens da nação alemã remontam à Idade Média, onde pretensamente estaria unido sob a égide do Sacro Império Romano-Germânico. O herói desta época era conhecido como o imperador oculto (Der heimliche Kaiser), da família dos Hohenstaufen. Segundo a lenda, graças ao rei e a unidade do povo, a Alemanha não se viu subordinada a nenhuma sorte de denominação.

Todas as hipóteses acima citadas (especialmente a do nacionalismo *jus sanguinis*) e entre outras não mencionadas no texto, devem ser analisadas quando se pretende compreender a homogeneidade étnica e religiosa das colônias teuto-brasileiras, e ter o cuidado de não se deixar guiar por preconceitos, principalmente na hipótese do “perigo alemão”, já contrariado por Gertz. Mas o que se pretende evidenciar nesta pesquisa é a relação existente entre etnia e religião, a preocupação dos agentes religiosos em manter a homogeneidade étnica para alcançar um ideal de religiosidade. Esta preocupação existiu por parte de religiosos católicos e evangélicos, no entanto, aqui será estudada a manutenção da homogeneidade étnica e religiosa do catolicismo social liderada pelos jesuítas, porque esta situação está diretamente vinculada com o projeto de colonização Porto Novo.

A concepção de um ideal religioso a partir da homogeneidade étnica já foi observada por Willems (1940, p. 250), quando fez um estudo sobre a assimilação da população descendente de imigrantes alemães:

<sup>52</sup> O entrevistado consegue melhor se comunicar na língua portuguesa porque nasceu e sempre morou na comunidade de Aparecida, onde conviveu entre caboclos e ítalo-brasileiros.

<sup>53</sup> Neste caso o entrevistado utiliza o termo nacionalidade na versão *jus soli*.

Vemos mais de uma vez que a atitude negativa de alguns sacerdotes alemães (naturalmente não de todos), em relação à assimilação dos colonos, é determinada pelo ideal religioso, e não pela vontade de conservar ou difundir determinadas idéias étnicas ou nacionais.

Seyferth (1981, p. 146), no seu estudo acerca da identidade étnica e o nacionalismo no Vale do Rio Itajaí chega a uma conclusão idêntica a de Emílio Willems, entende que a religiosidade era a prioridade entre os católicos e o germanismo era um meio para se preservar a religiosidade e a piedade dos colonos teuto-brasileiros:

Sob todos os aspectos, prevaleceu na comunidade católica o ideal religioso, mas de modo algum se pode afirmar que o *Deutschtum* fosse ignorado por ela. Manter *fé e religiosidade* (nessa ordem) também foi a norma dos teuto-brasileiros católicos, e a língua alemã era considerada um principal veículo dessa manutenção. [...] O *Deutschtum* (germanismo), então passa a ser um meio de preservar a religiosidade e a piedade dos colonos teuto-brasileiros. Não tem a conotação puramente germanista, mas se refere, aqui, as qualidades e índole alemãs e à língua materna alemã. Mesmo prevalecendo o interesse religioso, é dada alguma importância à consciência étnica.

Werle ao pesquisar os Congressos Católicos do Rio Grande do Sul deixou bem destacado os interesses dos jesuítas em preservar a homogeneidade étnica e religiosa, e concluiu que havia uma relação muito íntima entre língua, etnia e religiosidade, coincidindo com Seyferth na citação acima: “a língua alemã era considerada um principal veículo desta manutenção”.

A idéia central é que havia uma relação íntima e direta entre língua alemã, características étnicas e uma determinada religiosidade católica que se pretendia preservar ou incentivar. Abandonara a língua alemã e adotar a língua portuguesa simultaneamente significava a adoção de hábitos religiosos considerados supersticiosos ou, em outros termos, o enfraquecimento da fé. O papel dos Congressos, neste contexto, era exatamente incentivar a manutenção da língua alemã. Neste sentido ressalta-se o caráter normativo dos Congressos, por meio do qual se indicava a língua e o padrão cultural a ser adotado. (Werle, 2006, p. 178).

A relação existente entre religião e etnia pode ser melhor compreendida através do conceito de trabalho religioso teorizado por Bourdieu (1992, p. 79):

[...] trabalho religioso realizado pelos agentes e porta vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder através de um tipo determinado de prática ou de discursos a uma categoria particular de necessidade próprias a grupos sociais determinados.

Inserindo no contexto das colônias católicas teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul, os jesuítas eram os “porta vozes especializados, investidos do poder” e através da interferência na vida social dos colonos na organização de uma rede de associativismo e na manutenção discurso fundamentado no conservadorismo romântico, respondiam as necessidades próprias

daquele grupo social camponês. Ao satisfazer os interesses próprios de um grupo social específico (camponeses católicos teuto-brasileiros), os jesuítas atendem seus próprios interesses, estabelecendo-lhes um *habitus* religioso particular mantêm o monopólio do exercício legítimo do poder.

A concorrência pelo poder religioso deve sua especificidade (em relação, por exemplo, à concorrência que se estabelece no campo político) ao fato de que seu alvo reside no monopólio do exercício legítimo do poder de modificar em bases duradouras e em profundidade a prática e a visão do mundo dos leigos, impondo-lhes e inculcando-lhes um *habitus* religioso particular, isto é, uma disposição duradoura, generalizada e transferível de agir e de pensar conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência. (BORDIEU, 1992, p. 88).

Durante o período imperial os jesuítas encontraram condições favoráveis para a organização religioso-cultural dos núcleos rurais teuto-brasileiros e a continuação do movimento de Restauração Católica no Rio Grande do Sul. O governo apoiou a formação de núcleos etnicamente homogêneos e permitiu o ensino em alemão nas escolas da província. (KREUTZ, 1991, p. 48). Conforme Roche (1969, p. 112 e 708) a homogeneidade étnica das colônias era um alívio para a administração, pois os imigrantes encontravam junto de seus compatriotas ajuda material e apoio moral, o que facilitava a expansão da colonização e exonerava o governo de seu dever de assistência. Esta situação foi propícia para os jesuítas poderem assumir o controle de todas as instituições sociais da colônia, se responsabilizando pela vida material e espiritual dos colonos.

Mesmo tendo um ambiente favorável para desenvolver, o projeto de Restauração Católica logo teve que enfrentar opositores com princípios liberais, eram os assim chamados *Brummer*<sup>54</sup>, que se estabeleceram no Rio Grande do Sul a partir de 1852. Tratava-se de cerca de 1800 lanceiros alemães contratados pelo Império contra Rosas na Argentina, que terminado o conflito optaram em se estabelecer na zona de colonização teuta ou no meio urbano de Porto Alegre. Na sua maioria eram intelectuais e políticos que tinham participado estreitamente das revoluções liberais de 1848 na Europa. Passaram a ter uma forte atuação no magistério, na imprensa e na representatividade política entre os imigrantes e descendentes de alemães. Com a atuação mais intensa dos jesuítas, a partir de 1870, desencadearam uma réplica do *Kulturkampf* alemão. (KREUTZ, 1991, p. 59-61).

A luta entre o conservadorismo religioso das colônias e do positivismo vindo do centro urbano de Porto Alegre, liderado principalmente pelos *Brummer*, se travou

---

<sup>54</sup> *Brummer* (zunido, barulho), neste caso foram assim apelidados por contestarem ou questionarem a ordem que vinha se estabelecendo.

essencialmente através da imprensa. Em 1862 foi fundado o *Deutsche Zeitung*, com a liderança especial de Karl von Kozeritz. Tratava-se de um grupo de imigrantes com boa formação e mais dedicados ao comércio, sendo a maioria *Brummer*. Em 1867 foi fundado o jornal *Bote von São Leopoldo*, porta voz dos interesses evangélicos, formou uma frente de oposição ao jornal liberal de Kozeritz. Os jesuítas, em 1871 fundaram o jornal *Deutsches Volksblatt*, através do qual combateram continuamente o liberalismo dos *Brummer* e divulgaram o seu movimento de Restauração Católica sob a inspiração do Ultramontanismo. Os jesuítas, somando forças com os evangélicos reunidos sob o Sínodo Riograndense, conseguiram combater com grande êxito a influência do liberalismo nas colônias teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul. (KREUTZ, 1991, p. 61-62); (WERLE, 2001, 143-144).

No final do século XIX, com a proclamação da república, a relativa autonomia dos jesuítas junto às colônias foi afetada. Ao contrário do governo imperial, os republicanos, em sua maioria defensora do positivismo, não foram favoráveis à atuação da Companhia de Jesus e já no primeiro projeto constitucional previam a sua expulsão do país. Em resposta, os jesuítas tentaram se organizar politicamente, e assim como na Alemanha, fundaram o Partido Católico (*Zentrumspartei*). (RABUSKE, 1974, p. 34). Para Werle (2006, p. 121) os resultados práticos desta iniciativa foram insignificantes, pois o partido não sobreviveu uma década, mas os jesuítas se dispuseram em tomar outros caminhos para organizar os fiéis. “O caminho que iria se mostrar mais duradouro e eficiente seria a dos Congressos Católicos”.

A partir do período republicano, o governo estadual, fundamentado no discurso assimilacionista, orienta explicitamente a formação de colônias mistas, onde se aplicou rigorosamente a mistura étnica. Os jesuítas se opunham radicalmente a esta iniciativa do governo republicano, pois ela entrava em total contradição com a idealização religiosa das colônias fomentada pelo Projeto de Restauração Católica.

Eu nomeio como primeira e principal fonte de perigo para a perda da fé, seu enfraquecimento e a negligência religiosa: as colônias ou colonizações mistas do nosso Brasil tão belo e cordial.

Quando eu digo colônias mistas, me refiro em primeiro lugar as colônias com mistura de confissões, mas também com mistura de nacionalidades. (SCHUEN, 1934, p. 16, tradução nossa).

O jesuíta padre Balduíno Rambo critica a política republicana pelo insucesso na formação das colônias mistas.

[...] depois de alguns anos de confusão e retardamento, geralmente um dos elementos da mistura migra para a outra parte, vendendo as suas terras ao elemento restante, que dali por diante se desdobra normalmente. Esta tendência de misturar para homogeneizar constitui até hoje o traço mais infeliz da política colonizatória

republicana: retarda os anos decisivos do começo, dificulta a formação de comunidades e a vida social, e, no fim de contas, não alcança o objetivo colimado, pois a “desmistura” se processa com a consequência duma força irresistível da natureza (RAMBO, 1956, p. 95).

Roche (1969, p. 178) também confirma que havia forte tendência dos colonos se agruparem religiosa e etnicamente: “Contudo, a administração tem de lutar contra o costume de os colonos reunirem-se por afinidades étnicas, mesmo nas colônias do Estado, e mais nas colônias particulares, caracterizadas pela segregação racial”. E na mesma obra o autor faz uma crítica ao governo estadual na criação de colônias mistas, a ruptura que esta imposição provocou na comunidade local: “Desejou-se banir uma língua e tradições que a pouco eram consideradas fontes de disciplina ou de atividade e quebrar uma solidariedade local e étnica que primeiro se encorajara”. (p. 113). A colonização mista forçada não atendeu as expectativas do discurso assimilacionista defendido pelos republicanos. Enquanto que as colônias permanecessem isoladas geograficamente e o governo não conseguisse integrá-las econômica e socialmente ao resto da província e nem bancar uma assistência pública mínima, o colono buscava apoio material e moral dentro da sua comunidade étnica, cuja organização era liderada pelo conservadorismo religioso. “A integração se efetivou apenas no século XX, a partir das relações econômicas mais intensas das colônias com o resto da província, especialmente Porto Alegre, como pólo industrial e comercial”. (KREUTZ, 1991, p. 49).

Além dos atritos com o governo do estado e do liberalismo vindo do meio urbano, o conservadorismo religioso dos jesuítas preocupado com a homogeneidade étnica das colônias católicas teuto-brasileiras, criou uma relação desarmônica com o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, no decorrer da segunda e terceira década do século passado.

Apesar de nascido na Alemanha, era afamado no Rio Grande do Sul como o mais destacado *renegado étnico* do Estado. Sem que me tenha sido possível, até o momento, comprovar a sua veracidade, o folclore conta que quando D. João Becker recebia visitas oficiais da Alemanha, fazia questão de comunicar-se com as mesmas através de um intérprete (apesar de que falava tão bem o Alemão quanto o Português). Temos aí um primeiro pomo de discórdia entre o arcebispo e a União Popular. (GERTZ, 1992, p. 574).

Seguindo as diretrizes do clero nacional, no 10º Congresso Católico realizado em Hamburgo Velho, o arcebispo destaca a necessidade de uma colaboração e ação conjunta entre católicos, teutos e lusos. E em 1926, no Congresso Católico em Novo Hamburgo, defendia o ensino em Português das escolas paroquiais. No entanto, as propostas de D. João Becker são contestadas pelo presidente da União Popular, Jacob Becker:

[...] misturas das diferentes etnias e raças. Ela dificulta o atendimento religioso e impede a nós teutos o desdobramento das nossas características inatas. A



experiência ensina que, sejam alemães ou italianos, eles progridem mais ali onde podem agir agrupados baseados em suas peculiaridades étnicas. (apud Gertz, 1992, p. 575).

As idéias e atitudes do arcebispo de Porto Alegre criaram grandes insatisfações entre as lideranças jesuíticas, a tal ponto de o Pe. Balduino Rambo o acusar de traidor de sua germanidade:

Este Homem, nascido em Winterbach, Hunsrück, cujos pais não conheciam o português e cuja formação toda provinha do alemão, cujas Cartas Pastorais foram respingadas de livros alemães, negou e traiu a sua germanidade de maneira mais desavergonhada. (apud Werle, 2001, p. 127).

As divergências entre a União Popular e o arcebispo de Porto Alegre não se davam somente em decorrência do problema étnico, mas ela tem raízes no próprio caráter autônomo dos jesuítas e dessa associação em relação à Igreja Institucional. É o que pode ser observado na saudação que D. João Becker envia ao Congresso Católico de 1928 em Cerro Largo: “associações que se movem fora dessas diretrizes não podem gozar da plena confiança das consciências católicas nem do apoio decisivo do clero nem da proteção do bispo nem, por fim, da benção de Deus”. (apud Gertz, 1992, p. 575).

O alto crescimento vegetativo, o esgotamento dos solos em consequência das práticas agrícolas rudimentares ou predatórias e a insuficiência reprodutiva dos lotes de 25 hectares implantados a partir de 1890, necessariamente fizeram com que a cada geração os colonos expandissem a frente pioneira na busca de novas terras para a sua reprodução camponesa.

Com efeito, com um só olhar as migrações rurais no tempo e no espaço. Foram regulares, e os colonos migraram periodicamente: de São Leopoldo para os vales próximos e, a seguir, para o oeste da borda da Serra, para o Planalto e, por último, para outros Estados; das antigas colônias para as novas e para Santa Catarina e Paraná.

Em cada zona, o crescimento, mais que aritmético, da população impossibilitava o estabelecimento no mesmo local da nova geração de agricultores. Era incompatível com a estrutura agrária e com a técnica agrícola. (ROCHE, 1969, p. 360. V1).

Assim como em Roche, o esgotamento dos solos devido a prática rudimentar da agricultura também já é apontada nas obras de Willems (1940 e 1946) e Waibel (1958). Os dois autores afirmam que o uso primitivo e predatório das técnicas agrícolas é consequência da assimilação dos imigrantes alemães das técnicas dos caboclos, o acaboclamento. Mas ao se analisar a trajetória dos teuto-brasileiros no decorrer da expansão colonizatória, percebe-se que a homogeneidade étnica e religiosa das colônias possibilitou margens mínimas de assimilação. A agricultura dos colonos caracterizada pela queimada, rotação das terras e aproveitamento da fertilidade natural do solo virgem, não era consequência do acaboclamento

ou do desconhecimento das modernas técnicas agrícolas da ciência agrônômica. Desde o primeiro Congresso Católico realizado em Harmonia (1898), o tema relacionado à agricultura sempre recebeu um destaque central. Os jesuítas estavam atualizados em relação às novidades da moderna agricultura alemã, o alerta ao esgotamento do solo devido o cultivo predatório era constante. Nos Congressos, através de palestras, os religiosos ensinavam diferentes técnicas de conservação do solo: adubação verde, curvas de nível, preservação da mata nas encostas e as margens dos rios, rotação da cultura, reflorestamento e combate às queimadas, entre outras. Mas preocupado com a produtividade instantânea relacionada às necessidades imediatas, sem ter incorporado uma consciência ambiental mais sensível, pareceu ser mais prático e rentável aos colonos derrubar a mata virgem e se aproveitar da fertilidade do solo até o seu esgotamento. Assim esgotava-se o solo de um lote agrícola de 25 hectares no decorrer de uma geração familiar. Se de um lado era impossível todos os filhos permanecerem na propriedade paterna por causa da insuficiência de terra, por outro lado, era mais vantajoso na questão da rentabilidade, o filho quando estava em tempo de casar, seguir a frente pioneira do que tentar recuperar a propriedade esgotada.

Não se tratava, portanto apenas de uma questão cultural o uso ou não de tecnologias agrônômicas modernas na agricultura local, e sim das circunstâncias oferecidas pelos condicionantes da produção. Da mesma maneira que os caboclos, os imigrantes utilizaram largamente a fertilidade natural das florestas enquanto isso foi possível. (ZARTH, 1997, p. 136).



Figura 5 - Prática agrícola predatória dos colonos: mata derrubada sendo queimada. Fonte: MIDELEDORF, 1933.

Sendo a migração um assunto sempre presente no cotidiano dos colonos, essa temática não passou despercebida nos Congressos Católicos. A maior preocupação dos jesuítas era em

relação à formação das colônias mistas, onde a população alemã católica convivia com outras religiões e etnias. Assim, logo perceberam a necessidade de estar presente junto ao movimento migratório, em direção as novas áreas coloniais. Já no primeiro Congresso Católico criaram uma comissão colonial que acompanhava os migrantes no processo da compra do lote. Os religiosos também indicavam quais eram as colônias mais aconselháveis em se estabelecer uma nova morada, observando sempre em primeiro plano a homogeneidade étnica e religiosa, e se o ambiente era favorável para a criação de uma próspera vida comunitária. Em 1902, com a fundação da Associação de Agricultores (*Bauernverein*) criaram a colônia Serro Azul (Cerro Largo), projetada para alemães católicos, mesmo a associação sendo interconfessional<sup>55</sup> prevaleceu o princípio da homogeneidade religiosa. Em 1912 houve a fundação da Sociedade União Popular para Alemães Católicos (*Volkverein*<sup>56</sup>), cuja atividade principal era ocupar-se com novas colonizações para católicos, como é expresso por Pe. Theodor Amstad, a liderança de maior representatividade na fundação da associação:

Se é certo que as plantas precisam ter um solo apropriado para dar bons frutos, isto é válido em maior proporção também às mais nobres das plantas: os homens, os cristãos! [...] O mais importante é o bem estar espiritual e a salvação eterna. Por isso é importante que nas novas colonizações logo seja providenciado para a escola e igreja e que acima de tudo seja evitado, por meio de colonizações separadas confessionalmente, o perigo das misturas de religiões que ameaça a fé. Por isso, uma das atividades principais da associação é se ocupar com novas colonizações para católicos. (apud Werle, 2006, p. 183).

A *Volkverein* pretendia formar uma colônia étnica e religiosamente homogênea no Rio grande do Sul, mas o governo estadual, defensor do discurso assimilacionista e das colonizações mistas, não cedeu ao projeto de colonização.

Mas o fato mais marcante nas relações entre *Volkverein* e Estado foram as tratativas para a ação colonizadora da União Popular na década de 1920. Por mais intensas que tenham sido as tentativas de conseguir terras do Estado, o governo foi

---

<sup>55</sup> Conforme Pe. Steinhart apud Werle (2006, p. 181-182), apenas em determinados campos da vida social a convivência entre protestantes e católicos era possível, como na esfera econômica e na luta pelos direitos de cidadania, já na vida religiosa, educacional, familiar e na imprensa deveria se observar o princípio da divisão confessional.

<sup>56</sup> “A *Volkverein* é a associação dos católicos de fala alemã do Rio Grande do Sul, dos quais assume os problemas materiais, espirituais e culturais”. (MIDDELDORF, 1933, p. 46, tradução nossa).

Segundo o parágrafo IV do estatuto da associação as áreas de atuação são: 1 por em prática as resoluções das assembléias gerais dos católicos; 2 preocupar-se com novas colonizações para católicos; 3 desenvolver iniciativas de beneficência e assistência, concretizadas na medida em que a necessidade o aconselhar; 4 uma constante e geral promoção das escolas paroquiais católicas; 5 difusão da boa imprensa e da boa leitura assim como a edição e a distribuição gratuita aos associados de uma publicação periódica; 6 a instrução popular mediante palestra e conversações; a intermediação de empregos e informações; 8 assistência jurídica para os associados. (St. Paulusblatt apud Rambo, 1992, p. 41).

inflexível sob o argumento de que não podia admitir um projeto colonizador que fosse étnica e confessionalmente homogêneo. (GERTZ, 1992, p. 576).

A empresa Chapecó Pepery LTDA, com sede em Neu Württemberg (Panambi), que fundou em 1922 a colônia Porto feliz (Mondaf), encontrava-se em uma grave crise financeira e ofereceu a parte oeste de sua gleba à Sociedade União Popular para que ali pudesse fundar uma colônia para católicos. Pe. João Rick, que a partir de 1921 havia substituído Pe. Amstad na liderança da *Volksverein*, veio com uma pequena comitiva vistoriar a área no início de janeiro de 1926 e já no dia 28 do mesmo mês foi realizada a compra da primeira parte da terra da colônia Porto Novo. (JUNGBLUT, 2004). Graças à fundação da Central das Caixas Rurais<sup>57</sup> (uma instância unificadora das diversas Caixas locais e que possibilitava o fluxo de capital entre elas) feita em 1925, a associação teve recursos financeiros disponíveis para comprar uma área de terras no extremo oeste catarinense e formar uma colonização dentro dos moldes almejados.

Em 1926 a *Volksverein* finalmente conseguiu adquirir terras para colocar seu projeto colonizatório em ação. A Central das Caixas Rurais disponibilizou os recursos financeiros à compra de grande área de terras no oeste catarinense. As terras foram demarcadas em lotes de 25 hectares, a fim de serem revendidos a colonos que se enquadravam no perfil desejado: católico de língua alemã. Por meio da triagem da venda de lotes procurava-se formar uma colônia étnica e religiosamente homogênea. A Sociedade União Popular assumiu a responsabilidade jurídica, a organização burocrática e comercial. Para executar este projeto, a Sociedade se serviu de toda a estrutura institucional organizada pelos jesuítas: os periódicos publicavam artigos e propagandas da nova colônia, delegados da Sociedade União Popular atuavam como agentes de vendas, os gerentes das Caixas Rurais financiavam e vendiam terras. Nos Congressos Católicos discutia-se e relatava-se os rumos da colonização<sup>58</sup>. (WERLE, 2006, p. 134).

Com a fundação da colônia Porto Novo, a Companhia de Jesus estende seu projeto de Restauração Católica para o extremo oeste catarinense. A *Volksverein* oferece um novo espaço para a reprodução camponesa aos seus associados, e em contrapartida, os jesuítas que tomam a frente na liderança da associação, mantêm um monopólio de poder absoluto sobre as almas, se responsabilizando pelo seu bem estar material e espiritual. Tão importante quanto o

---

<sup>57</sup> Pe. Theodor Amstad, junto com um grupo de 19 colonos de Nova Petrópolis, fundou em 1902 a primeira Caixa de Crédito que posteriormente iria formar o Sistema de Crédito das Caixas Rurais União Popular. A idéia mestra era auxiliar nos problemas financeiros dos colonos e especialmente promover ou financiar novas colonizações. O sistema se inspirou nos princípios associativistas de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818 – 1888), que havia desenvolvido cooperativas de crédito na Alemanha, em meados do século XIX. (WERLE, 2001, p. 99-100).

<sup>58</sup> Para Gertz (1992, p. 570) na transição da *era Amstad* para a *era Rick* a administração da *Volksverein* “passa para uma fase mais moderna, da fase do *pequeno* para o *grande*, do *varejo* para o *atacado*”. E em relação à colônia Porto Novo, “Ao contrário dos projetos anteriores, este é desenvolvido em dimensões empresariais, desde a sua administração interna até o *marketing*”. A dimensão empresarial adotada pela *Volksverein* deve-se em grande parte devido à concorrência acirrada das outras empresas colonizadoras, especialmente a Liga de Uniões Coloniais fundada em 1929, que era liderada pelos luteranos, mas era interétnica e interconfessional.

fator econômico é necessário analisar o fator religioso na idealização deste projeto de colonização. Uma comunidade agrária isolada na selva é um ambiente favorável para imunizar os leigos das “contaminações” do liberalismo econômico, que vinha do espaço urbano e se infiltrava de forma ascendente nas antigas colônias.



Figura 6 - Principais idealizadores da colonização de Porto Novo. Da esquerda para a direita (a cavalo): padres João Rick, Teodoro Treis e Max Von Lassberg. Fonte: Museu municipal de Itapiranga, [1926?].

Na entrevista com os antigos colonos, percebeu-se que os maiores motivos que atraíram os imigrantes a Porto Novo foram os fatores econômicos (a busca de uma terra fértil), a homogeneidade étnica e religiosa, e a rede de parentesco, onde alguns dos familiares emigraram e convenceram os outros a vir também. Estes motivos podem ser observados em alguns trechos das entrevistas expostas:

Você sabe por que vieram para Itapiranga? Na região de Itapiranga, Porto Novo naquela época?

R: É porque o meu pai era instrutor, técnico de fumo, naquela época pra Souza Cruz, ele primeiro trabalhou como ajudante lá e depois ele tinha a região própria dele e depois ele foi transferido para Itapiranga para começar a plantação de fumo de estufa em Itapiranga. Aí ele pegou Itapiranga, Mondai e Palmitos, tudo no lombo do cavalo. (78 anos).

Quem os convenceu pra vim pra cá, pra Itapiranga?

R: Isto foi o meu tio, o Adão Eidt, ele já estava aqui morando, ele era de Santa Cruz e venho direto pra cá. Então ali era uma colônia nova e era pra ser só pra católicos, feito assim com o padre Rick e com a *Volkverein* a União Popular. Então eles queriam fundar um lugar só de católicos, então ele convenceu os pais porque os filhos estavam crescendo nê, tinha sete filhos o pai e já estavam grandes, e um já queria casar e já estava pra casar. E então ele se convenceu de vim pra cá também. Por causa da religião, era mais fácil, porque lá era tudo misturado. E assim, os *westfelan*, estes eram muitos lá os nossos vizinhos e então o pai achou melhor aqui. Vocês tinham dificuldade naquele tempo de se relacionar com os *westfelan*?

R: Não, só que a pronúncia deles é diferente, a fala deles. [...] Isto foi então que convenceu o pai vim pra cá, daí vendeu a terra lá, então ele recebeu mais que a metade e a outra metade ele era pra pagar em um ano. (84 anos).

Por que vocês vieram para cá, quem os convenceu para vim para cá?

R: Os irmãos, para conseguir terra nova, solo novo. (92 anos).

Por que você venho pra cá?

R: eu era solteiro e queria conhecer outros horizontes.

Quem o convenceu?

R: Eu tinha um irmão e uma irmã morando aqui, ai eu fui visita-los e também passear bastante. (91 anos).

Você por acaso não sabe por que os seus pais vieram para cá?

R: Eles vieram para procurar terra mais forte, terra melhor, porque lá era terra muito fraca. (78 anos).

Quem os convenceu para vim pra Porto Novo?

R: [...] um primo nosso que estava em Porto Feliz ele nós comunicou com uma carta para a minha mãe que nós viéssemos também para Porto Feliz, era uma colonização nova, a gente podia comprar terra barata e podia viver assim diferente como lá nós países europeus. Então nós resolvemos ir para Porto Feliz. Mas quando chegamos para Porto Feliz, a colonizadora que estava fazendo a colonização era evangélica, era bem o contrário da nossa religião, porque nós éramos católicos e eles evangélicos. Então muita gente já se arrependeu quando venho para Porto Feliz. Já se arrependeram porque estavam pensando que eles iriam achar um lugar que era só católico e em Porto Feliz estavam fazendo uma colonização para evangélicos. E como lá não tinha, tinha católicos, mas não tinha padre. Então o padre duas ou três vezes por ano ele vinha da nova colonização de Porto Novo, lá onde viviam os católicos. E por iniciativa do padre de Porto Novo, ele nos convidou de vim morar aqui na nova colonização de Porto Novo, porque aqui era só para católicos e alemães. Então nós resolvemos vim para cá. (78 anos).

Os primeiros colonos ao se instalarem em Porto Novo eram teuto-brasileiros vindos do Rio Grande do Sul, e foi esta a procedência da grande maioria dos imigrantes até a fase final da colonização em 1960. Willems (1946, p 95) ao observar este fato, entende que os teuto-brasileiros tinham um melhor espírito pioneiro que os alemães, isto devido que os imigrantes do século XX já saíam de uma Alemanha industrializada e geralmente provinham do espaço urbano:

É preciso não esquecer-se de que o número de camponeses entre os imigrantes diminuía na medida em que a Alemanha se industrializava. Não admira, portanto, que nos últimos trinta ou quarenta anos, o espírito pioneiro se tenha tornado uma qualidade cada vez mais rara entre os alemães. Em 1926, a Associação Popular Católica fundou Porto Novo, em Santa Catarina. Era muito difícil encontrar “pioneiros” para a colônia. Os únicos moradores se compunham de descendentes da primeira geração de imigrantes.



Figura 7 - Colonos imigrando a Porto Novo. Fonte: MIDELEDORF, 1933.

No começo de 1930 vieram para Porto Novo as famílias de imigrantes da Alemanha e de descendentes de alemães oriundos da Romênia, Iugoslávia e Rússia. Como foi apresentado no início do texto, a sua emigração foi motivada especialmente pelas perseguições do partido comunista (no caso dos que moravam fora da Alemanha e sob a influência da ditadura de Stálin<sup>59</sup>), do abalo econômico do 3º Reich e dos indícios de uma nova guerra mundial. Na entrevista com um imigrante vindo da Romênia, colocou como principal motivo da emigração a Segunda Guerra Mundial:

Da onde vieram?

R: Nós viemos da Romênia.

Por que saíram de lá?

R: Nós saímos por causa da guerra. A primeira guerra que explodiu, depois da 1ª guerra nós caímos para o lado da Romênia daí não deu certo daí todo mundo já sentia de que a Rússia iria retomar novamente a Romênia, a Bessarábia de volta. Em todo mundo saiu, todo o mundo não quer dizer, mas a maior parte saíram para procurar outros lugares para viver. Também aconteceu que na segunda guerra mundial a Rússia também novamente retomou a Bessarábia de volta, a Romênia teve que devolver novamente. E as maiores batalhas da 2ª guerra mundial se desenrolaram naquela região, foi sorte que nós tínhamos saído.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942 a 1945) os descendentes de alemães sofreram intensas perseguições, o que reduziu a imigração para Porto Novo. Em 1946 o fluxo migratório foi retomado e uma ação publicitária foi feita em várias regiões do Sul do Brasil. Por volta dos anos 50 houve a entrada de famílias vindas das colônias

<sup>59</sup> Sobre as perseguições que sofreram os alemães e descendentes de alemães que estavam sob a influência da ditadura de Stálin recomenda-se a leitura do romance *Eu Fugi da Sibéria* de Clemens Gisi que foi escrito com base na biografia do autor.

germânicas do litoral Catarinense: Vale do Capivari, como Forquilha, São Ludgero, Braço do Norte e do Vale do Itajaí. Houve também a migração interna, a primeira geração de itapiranguenses que na idade de casar almejavam ter uma colônia de terra dando assim início a novas comunidades. A partir de 1960, os lotes estavam praticamente todos vendidos e terminou a vinda de colonos pioneiros. (JUNGBLUT, 2004, p. 83 a 85).

A partir dos anos 60, as novas gerações se estabeleciam em lotes retalhados ou colônias asseguradas pela família em Porto Novo, ou ainda seguiam a frente pioneira que se estendia para o oeste paranaense. Após 1970 as frentes coloniais já se expandiam até o Paraguai e sudoeste brasileiro. Jovens colonos portonovenses as seguiam e dela participaram com a mesma esperança dos seus antepassados quando atravessaram o Atlântico a mais de um século. O conservadorismo religioso acompanhou a organização estrutural destas colonizações, mas não conseguiu mais medir forças contra a supremacia do liberalismo econômico.



Figura 8 - Família de colonos de Porto Novo imigrando pro Paraná. Fonte: AGRO E HIDROTÉCNICA LTDA, 1962.

Com as frentes pioneiras sempre mais escassas e distantes, com o limite da subdivisão dos lotes rurais e da necessidade de um grande capital inicial para a prática da moderna agricultura, os filhos dos colonos, em sua maioria, não seguiram mais a trajetória da reprodução camponesa dos seus ancestrais. Dar um lote de terra ou ajudar a comprá-lo para o filho que está na idade de casar, quase se tornou uma tarefa impossível para os pais e também deixou de ser cobrada pelos filhos. O estudo substituiu a terra ou qualquer outro capital



necessário para começar a vida dos filhos. Concluir o ensino médio e até mesmo a faculdade para depois conseguir a sua reprodução social no espaço urbano passou a ser a trajetória da maioria dos jovens do meio rural de Porto Novo.

**Tabela 5 - Crescimento populacional de Porto Novo.**

Ano	Nº de Habitantes
1930	1300
1931	2000
1937	4000
1940	4813
1947	10000
1950	13542
1960	15011
1970	20277
1980	26487
1990	35724
1996	26792
2000	24564
2006	26386

Fonte: Jungblut (2004), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e secretarias de saúde dos municípios do antigo Porto Novo<sup>60</sup>.

### 1.3 Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros

A partir de 1926, depararam-se na área do projeto de colonização Porto Novo dois grupos étnicos: os caboclos e os colonos teuto-brasileiros. A trajetória e os aspectos culturais dos dois grupos tinham uma bagagem bastante diferenciada, mas certamente compartilhavam algo em comum quando migraram até ali: a necessidade de um espaço para a sua reprodução ou equilíbrio social. Para Cândido (2001, p. 29) as sociedades se caracterizam “[...] pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos que dispõem para satisfazê-los. O

<sup>60</sup> Pelos dados da tabela acima podemos verificar a dinâmica populacional dentro do contexto da construção do território de Porto Novo: um crescimento extremamente intenso após a 2ª Guerra mundial; uma ligeira queda entre a década de 50 e 60 que coincide com a continuação das frentes pioneiras em direção ao sudoeste paranaense; um crescimento contínuo até 1990, relacionado com o crescimento vegetativo e com o aumento da produtividade agrícola sem a introdução brusca de novas tecnologias, o que até então pode absorver uma grande quantidade de mão-de-obra; entre 1990 e 2000 existe uma acentuada diminuição do número de habitantes, que está relacionado com a intensa modernização agrícola e as constantes crises econômicas que afetam a agricultura, o que conseqüentemente provoca um grande êxodo rural, principalmente dos mais jovens; de 2000 para 2006 novamente presenciamos um crescimento populacional, não é tão acentuado como o de anterior a 1990, este crescimento se justifica pela diminuição do êxodo rural e pela ampliação da agroindústria, o que provoca um crescimento do espaço urbano, em especial da cidade de Itapiranga.

equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação”. E “a obtenção, para cada grupo, do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio depende dos tipos de organização que desenvolver neste sentido”. (Ibid., p. 31).

As necessidades dos dois grupos étnicos não eram as mesmas, mas ambos buscavam um território onde pudessem obter os recursos que satisfizessem suas necessidades. Assim pretende-se compreender as suas diferenças na organização social desenvolvida para a obtenção do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio, em síntese seriam as diferenças culturais das duas identidades étnicas, onde “a cultura pode significar, pelo simples fato de existir, uma solução coerente de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio”. (Ibid., p. 33).

Claval (2001, p.40) nos orienta de que a geografia deve se preocupar em compreender como as diferentes culturas se organizam no espaço, nele se imprimem e se refletem:

Ao problema fundamental da geografia de ontem: ‘Por que os lugares diferem?’ acrescenta-se outros: ‘Por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios, não descobrem nele as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associam a ele os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investem nele os mesmos sentimentos e a mesma afetividade?’.

Entendendo que não é possível abranger toda a diversidade cultural existente entre caboclos e teuto-brasileiros, será feita uma análise de alguns valores nucleantes (a religião, a língua, a propriedade da terra, o *ethos* trabalho e a família) que se difere de forma marcante entre as duas identidades culturais, e que dificultam a assimilação e reproduzem preconceitos.

### 1.3.1 A religião

A crença em algum tipo de divindade e o sentimento religioso são fenômenos generalizados presentes nos diversos tipos de sociedade desde os tempos mais remotos. A partir da Idade Contemporânea os cientistas sociais passaram a se preocupar de forma mais intensa sobre o porquê do surgimento das religiões e o papel por ela desempenhado na vida social.

No final do século XIX, a questão referente à necessidade do homem em crer nos poderes sobrenaturais começou a interessar a antropologia. O principal representante que

iniciou estes estudos foi Tylor que “elaborou a teoria do Animismo, em que o homem dito por ele como primitivo olhava tudo a sua volta animado – as chuvas, as arvores, os ventos – e resolveu dar razão a todos estes fenômenos ocorridos em volta dele, criando um ser supremo”. (BARBOSA, p 3). Para Morin (2005, p. 180a) o mito dá uma explicação às interrogações humanas que não conseguem ser respondidas pela razão, principalmente o sentido da morte. “Os mitos preenchem as enormes brechas abertas pela interrogação humana e, sobretudo, mergulham na brecha existencial da morte, mas também a solução ao problema da morte, revelando a vida além da morte”. Dispensando os aspectos metafísicos, a explicação dos fenômenos misteriosos que cercam o ser humano, a fuga do atormento da morte, a busca pela paz de espírito e segurança, são as principais funções sociais apontadas em relação de o homem ter a necessidade de crer em coisas superiores a ele.

No início do século XX, Durkheim, com o objetivo de estudar os aspectos visíveis e sociológicos da crença, como a forma de organização social dos atos religiosos e a instituição e o seu papel na coesão social, elabora uma definição racional de religião:

Quando um certo número de coisas sagradas mantém entre si relações de coordenação e de subordinação, de maneira a formar um sistema dotado de uma certa unidade, mas que não participa ele próprio de nenhum outro sistema do mesmo gênero, o conjunto das crenças e dos ritos correspondentes constitui uma religião. (DURKHEIM, 1996, P. 24).

Já após a segunda metade do século XX o estudo da religião pelas ciências sociais recebe uma atenção mais fenomenológica. Reconhece-se que os aspectos irracionais da religião devem ser relevados, no sentido de compreender como tais aspectos atuam na dinâmica social. Tem se como forte referência os estudos de Bordieu, que interpreta as interações simbólicas entre os agentes religiosos e os diferentes grupos de leigos, como já foi apontado anteriormente quando foi mencionado o seu conceito de trabalho religioso. Fundamentado no interacionismo simbólico, Gueertz (1989, p. 104-105) faz a sua leitura a cerca da religião:

[...] um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo estas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Os símbolos sagrados somente terão poder de significação se construídos a partir das representações culturais do grupo social, assim, a religião e os ritos religiosos fazem parte do sistema cultural no qual está inserida uma sociedade. Nietzsche (2006, p. 39), descrente da

existência de um ser supremo, percebe que Deus é uma criação humana, concordando neste sentido com a relação recíproca entre os símbolos sagrados e o meio cultural: “Este Deus que eu criei era obra humana e humano delírio, igual a todos os deuses. Era homem, tão-somente um fragmento de homem e de mim. Esse fantasma saía das minhas próprias cinzas e da minha própria chama, e na verdade nunca venho do outro mundo”.

Além da existência de diferentes formas de religiosidade em consequência da diversidade cultural, “as sociedades, do ponto de vista da religião, podem ser agrupadas entre aquelas cujos membros produzem e consomem a religião e naquelas nas quais a produção e o consumo são realizações de grupos distintos na sociedade”. (Barbosa, 2006, p. 7).

No primeiro caso, os produtores da religião são ao mesmo tempo os seus consumidores. É a religião que ocorre a margem da oficialidade erudita como, por exemplo, a religiosidade devocional popular.

No segundo caso a religião é produzida por um corpo de especialistas. Neste caso os indivíduos de uma dada sociedade são expropriados do capital religioso que se concentra nas mãos de algumas pessoas habilitadas para manipular o conhecimento e os ritos. Essas pessoas sistematizam o saber, burocratizam as relações e o acesso ao capital religioso. [...]

O corpo de especialistas na produção de bens religiosos só é possível em uma sociedade capaz de gerar excedentes econômicos para sustentar aqueles que se dedicam a produção de bens simbólicos. As sociedades mais simples, portanto, teriam impedimentos para a produção de especialistas da religião. Estes seriam próprios de sociedades capazes de produção de excedentes econômicos. (ABUMANSUR, 2006, p. 7).

Está é a diferença marcante da religiosidade entre as duas identidades étnicas na colônia de Porto Novo, a formação religiosa dentro dos moldes do catolicismo oficial e ultramontano dos teuto-brasileiros e o catolicismo popular dos caboclos.

Como foi visto anteriormente, em relação ao fator religioso, a colonização de Porto Novo pode ser compreendida como uma extensão do Projeto de Restauração Católica já iniciado com o catolicismo social dos jesuítas na metade do século XIX na Alemanha e posteriormente estendido às colônias alemãs católicas do sul do Brasil. A formação religiosa dos colonos vem de uma antiga herança dentro dos moldes do catolicismo oficial ultramontano fundamentado no conservadorismo romântico, religiosidade assegurada pelos jesuítas que os tornam o povo escolhido para propagar o seu Projeto de Restauração Católica.

A identidade camponesa cabocla, que se formou a margem dos ciclos econômicos onde a sua cultura do provisório não herdou a concepção da propriedade privada e a preocupação com o acúmulo, sofreu um abandono da Igreja. Os traços culturais da sua identidade camponesa, principalmente a adaptação ao provisório e a produção de mínimos excedentes econômicos, não possibilitaram a sustentação de um corpo de especialistas da

religião, explicando de outra forma, uma instituição religiosa oficial, nesse caso, a Igreja Católica.

No entanto, não se pode dizer que os caboclos na prática do seu catolicismo popular estavam completamente isentos dos especialistas da produção de bens religiosos. A liderança religiosa do monge João Maria se propagou da região do Contestado para os diversos agrupamentos de caboclos do sul do Brasil. Com a pesquisa a campo junto com os caboclos de Porto Novo, se percebeu que até a metade do século XX ainda percorriam imitações do Monge João Maria nas matas do noroeste gaúcho. Mas estes messias que peregrinavam solitariamente estavam longe de conseguir organizar uma instituição religiosa, e a produção de poucos excedentes da população cabocla permitiu que eles apenas sobrevivessem dentro dos mínimos vitais por meio da caridade de seus adeptos. A religiosidade popular cabocla não estava completamente desvinculada da religião oficial, religiosos católicos também percorriam esporadicamente os redutos caboclos, batizando, crismando, casando e ensinando algumas orações. Estas populações adaptavam os ensinamentos da Igreja oficial ao seu meio cultural junto com as pregações e profecias do João Maria ou de seus imitadores, e em relação à religião, consideravam-se católicos. Esta situação está de acordo com o entendimento de Oliveira (1985, p. 35) sobre a prática do catolicismo popular:

Podemos então definir o catolicismo popular como um conjunto de representações e práticas religiosas autoproduzidas pelas classes subalternas, usando o código do catolicismo oficial – os significantes – mas lhe dá uma significação própria, que pode inclusive opor-se à significação que lhes é oficialmente atribuída pelos especialistas.

As entrevistas junto à população cabocla idosa de Porto Novo possibilitaram o resgate de uma preciosa riqueza cultural, a sua religiosidade popular, que é praticamente desconhecida localmente onde existe uma supremacia da cultura teuto-brasileira e um monopólio religioso quase que absoluto do catolicismo oficial. No resgate do catolicismo popular caboclo podemos destacar as histórias ou lendas do profeta João Maria, a Mesada dos Inocentes e o batismo em casa. Estas características de religiosidade popular, devido a sua riqueza cultural e do seu desconhecimento local, merecem aqui uma atenção especial, portanto, uma explicação mais detalhada.

As histórias ou lendas de João Maria têm as suas raízes nos três monges que faziam as suas peregrinações religiosas entre a população cabocla do Brasil Meridional, especialmente na região da Guerra do Contestado (1912 a 1914), por ali haver uma grande concentração de redutos caboclos e pelos conflitos sociais que se desencadearam, onde estas lideranças populares prestaram um importante papel.

O primeiro monge que galgou fama foi João Maria, um homem de origem italiana, que peregrinou pregando e atendendo doentes de 1884 a 1870 Fazia questão de viver uma vida extremamente humilde, e sua ética e forma de viver arrebanhou milhares de crentes, reforçando o messianismo coletivo. Sublinhe-se, porém, que não exerceu influência direta nos acontecimentos da Guerra do Contestado que ocorreria posteriormente. João Maria morreu em 1870, em Sorocaba, Estado de São Paulo. O segundo monge também adotou o codinome (alcunha) de João Maria, mas seu verdadeiro nome era Atanás Marcaf, provavelmente de origem síria. Aparece publicamente com a Revolução Federalista de 1893, partidário dos maragatos, mostrando uma postura firme e uma posição messiânica. Chegou, inclusive, a fazer previsões sobre os fatos políticos da sua época. Atuava na região entre os rios Iguaçu e Uruguai. É de destacar a sua influência inquestionável sobre os crentes, a ponto de estes esperarem a sua volta através da ressurreição, após seu desaparecimento em 1908. As entrelinhas do que estava por vir estavam se amarrando entre si. A espera dos fiéis acaba em 1912, quando apareceu publicamente a figura do terceiro monge. Este era conhecido inicialmente como um curandeiro de ervas, tendo se apresentado com o nome de José Maria de Santo Agostinho, ainda que, de acordo com um laudo da polícia da Vila de Palmas, Estado do Paraná, ele fosse, na verdade, um soldado desertor condenado por estupro, de nome Miguel Lucena de Boaventura. (GUERRA DO CONTESTADO, p. 2, grifo do autor).

José Maria logo é venerado santo por suas curas “milagrosas” e por recusar qualquer benefício material em troca. É aceito como a reencarnação do monge anterior, sendo assim também chamado de João Maria ou João Maria de Agostinho. No conflito do Contestado, o monge mostrou-se uma grande liderança entre a população cabocla, capaz de unir todos os redutos dentro de uma grande comunidade igualitária, num movimento messiânico e de luta social pela reivindicação da terra<sup>61</sup>. José Maria morre em outubro de 1912 no Combate do Banhado Grande, em Irani (atual município de Concórdia – SC).

Apesar ter morrido no início do conflito, os ensinamentos do monge serviram de inspiração aos seus fiéis até o findar da guerra em 1916. A sua fama e devoção foram se alastrando entre as prosas dos caboclos e foram incorporadas pelas práticas do catolicismo popular de praticamente toda a população cabocla do sul do país. Assim, muitos caboclos idosos de Porto Novo, que em quase absoluta maioria tem as suas origens a partir do noroeste gaúcho, carregam na sua memória histórias de João Maria que foram repassados por seus antepassados. Alguns ainda confirmam com convicção de que viram pessoalmente o profeta João Maria. A veracidade deste fato não coincide quando comparada à idade do informante com a morte do último monge João Maria em 1912. Se a aparição física do profeta não é apenas fruto da imaginação dos crentes, é bem provável que possa ter havido algumas

---

<sup>61</sup> A população cabocla reivindicava a terra na qual foram despojados pela empresa norte-americana Brazil Railway Company. A empresa foi designada para terminar a estrada de ferro que iria ligar as cidades de São Paulo a Santa Maria (RS), em troca o governo dava - lhe o direito de explorar uma faixa de 30 quilômetros, 15 quilômetros de cada lado da ferrovia. Em Santa Catarina esta faixa de terras estava ocupada por antigos posseiros caboclos.

imitações do monge João Maria peregrinando entre os isolados redutos caboclos antes da metade do século XX.

Cândido (2001, p. 247) nos seus estudos com o caipira paulista, percebe que os cantos, lendas e tradições são adaptados para expressar os problemas e angústias presentes. Assim, serão citados alguns *causos* contados pelos caboclos em relação ao monge João Maria, para posteriormente fazer uma análise:

Vocês também já ouviram falar de histórias ou lendas de João Maria? [...].

R: Sim, eu já ouvi falar, ele saía caminhando, fazendo milagres, curava as pessoas, saía nos lugares.

Você ouviu isto da onde?

R: As pessoas antigas falavam, contavam e onde que contaram até agora conto um causo que diz que aconteceu: de ele chegar nos lugar...Seu João Maria saía, caminhar, visitar, chegava nas pessoas, nas casas. E diz que chegou numa casa, ele chegava nas casas, era um velhinho muito velhinho. Diz que apareceu com a roupa suja, assim rasgada. Daí ele chegou e pediu, mas isso diz que já era uma prova. [...]. Diz que ele chegou numa casa, ele chegava numa casa, pedia para ter comida. Mas diz que chegou num lugar, numa casa, diz que era uma gente de certo muito ruim né. Deram um espinho de peixe, deram um prato de comida com espinho de peixe pra ele, e em vez de dar um lugarzinho dentro de casa diz que botaram ele dormir na estrebaria, ali na estrebaria, nas criação. Daí diz que aquela mulher que deu aquele prato de comida pra ele, que levou pra ele aquele prato de comida, daí ela foi comer e se botou um espinho de peixe na goela. Daí quando ela se viu mal e que não tinha situação mais, ela se lembrou que tinha aquele velhinho lá, mandou chamar pra fazer um benzimento pra sair o espinho de peixe. Diz que aquele velhinho era benzedor. Então o velhinho diz que venho e daí ela soube. Recebeu o velhinho na frente da casa e daí ele fez aquelas orações com o nome do espinho de peixe e tudo aquelas mal que ela fez pra ele. Diz que ele fez aquilo daí saiu o espinho de peixe daquela mulher. Daí ela sarou, ele curou, mas primeiro as benzam pra mostrar para ela que ele era seu João Maria. (cabocla, 67 anos).

Você lembra de histórias de um monge João Maria?

R: Esse aí eu sei, ele vinha na nossa casa, eu era criança ainda. [...] Neste tempo eu era meninote ainda, ele chegou na nossa casa, na casa da mãe.

Lá em Aparecida?

R: Não. Eu não sei onde nós morava, eu sei que nós morava num lugar assim mesmo. Ele chegou, ele ainda disse pra mãe: “Não é em todas as casas que eu chego”. “É muito pouquinho as casas que eu chego”, ele disse. Daí a mãe tirou a janta de noitezinha, ele ficou ali, ele ficou daí ele disse, ele não jantou.

[...] eu tinha um irmão que era doente né, ele tinha problemas assim por dentro. Daí ele foi no médico e daí o médico fez uma lavagem nele, mas não é que ficou sã. Daí ele ficava só na cama, ele era criança também, daí ele tava deitado na cama assim. Daí ele foi pra mãe e perguntou: “Essa criança o que é que tem que ta só deitado”? A mãe disse: “Não sei, faz tempo que ele ta doente e não sara, sempre doente”. Daí ele disse pra mãe: “Não diga que é criança, diga que é um porquinho atrás da casa”. Daí ele saiu e a criança sarou. Sarou e daí não ficou doente mais. (Cabocla, 63 anos).

Ele chegou na nossa casa e eu não vi ele chegar, o mato né. Daí ele chegou, de chinelinho, uma bolsa nas costas, mas bem barbudo, ele tinha uma barba assim oh. Chegou e queria batata assada né. Daí eu disse: “Nós não temos batata”. “Mas tem no fogo”. E eu não sabia, eu não sabia que tinha batata no fogo. Daí ele cavoucou e pegou com os dedos assim. Aí ele queria umas folhas de couve: “Ah, tem um repolho ali, couve ali”. Foi lá e tirou um monte de couve assim. Eu fui lá olha e tava do mesmo jeito, do mesmo jeito as folhas onde foi tirado, eu fiquei bobo. Daí eu

contei pros morador, pros vizinhos ali: “Não viram o homem que ta viajando aí?”. Não, ninguém viu, só eu que vi. (caboclo, 86 anos).

Tem as lendas religiosas dele, do João Maria, eu não sei se vocês acabaram ouvindo histórias do João Maria?

R: Ah, eu cheguei a ver ainda histórias de João Maria. Este era o João Maria de Agustine né?

Você lembra destas histórias? Seus pais contavam?

R: Sim, e eu ate cheguei a conhecer este homem. Eu era guri né, mas eu conheci este homem, o João Maria.

Você o conheceu por onde?

R: Eu conheci ele na confrontura de Vista Gaúcha assim pra baixo pra banda da guarita, pra onde eu me criei né, lá eu conheci este João Maria de Agustine. Por que ele aparecia, então diziam naquela época que ele era um profeta de Deus né, é este João Maria de Agustine. Então eu cheguei a conhecer e até conto uma passagem que aconteceu uma vez né. Ele, tinha vez que o senhor via ele de uma maneira e às vezes no mesmo dia de outra maneira né. Ele chegou uma vez lá em casa, do meu avô, porque eles queriam muito bem ele, ele sempre ia por lá. Ele chegou em casa do meu avô, um chuvão homem, mas chuva e daí, e daí as vezes ele tinha os pés dele tudo sujo, assim tudo cheio de bicho de pé coisas assim, ele pegava. Aquela maneira que ele chegou, que ele entrou lá né, o velho mandou ele entra. Ele estava calçado com um calçadinho que tinha, antigo, um tal de sapatilha né, mas sequinha aquela sapatilha dele, não tinha nada de molhado e a roupa dele bem sequinho e ele chegou a baixo de chuva. E aí chegou lá e disse pra o meu avô: “Oh seu João, o gato pegou um terneiro ali na estrada”. Mas com aquela história de gato pegar terneiro, já passou a dizer: “E ele matou agora”. Daí tinha um tal de um Geraldo de Belo, tava junto lá na época. Cada um deles, o velho parece que pegou uma vinte e aquele Geraldo pegou uma winchester, e vieram ver o tigre estava em cima do terneiro, chupando a veia do pescoço do terneiro. Tinha matado aracem, o terneiro, disse que estava ainda se coiceando. Daí eles deram um tiro, cada um deu um tiro e secaram ele, só deu dois pulos assim, caiu e morreu. Ganhou uma bala de winchester né, atirou no sovaco do tigre velho e o outro atirou na cabeça com uma vinte. Isto é uma passagem. Depois, quando foi à hora dele dormir, nois tudo ate ficamos olhando, da maneira que nois via os pés dele daí ele tirou aquelas parafusadas do pé, os pé que nem os pé de uma criança, bem branquinho, bem limpinho, que nem os pé de uma criança. Então aquele eu acho que era mesmo um profeta de Deus, porque diziam que ele era né, porque ele aparecia de muitas maneiras né.

Você era naquele tempo criança ainda?

R: é eu era um piá mais ou menos de 9, 10 anos.

Daí ele teria passado a noite na casa de vocês?

R: É daí ele pousava, e daí, não era em todas as casas que ele pousava também. Ele já tinha as casas certas dele, quando ele vinha. Onde tratavam ele bem, onde ele se sentia bem também. E de tempo em tempo ele aparecia, às vezes ele demorava mais de anos pra aparece. (caboclo, 84 anos).

Daí ele chegou e pediu um pouso lá, se tinha um pousinho, um cantinho pra ele pousar lá. Parece que ele olhou a tiragem dele assim, porque tinha as vezes que ele andava mais ou menos e às vezes ele andava que nem um mendigo assim, tudo sujo, mal trajado de roupa. Daí diz que o colono olhou pra ele e disse: “Não, não tem lugar aqui”. Daí ele saiu quieto né, não tem e não tem. Daí ele foi na casa do meu avô e da minha avó, diz que eles tinham só uma galinha no terreiro, não só um galo no terreiro. Daí diz que ele chegou e eles eram pobrezinho né, daí diz que foram lá pra dentro e cochicharam lá, digo: “Vamos ter que matar o galo, fazer uma comida pra este homem aí porque não temos outra carne”. Daí concordaram lá, deram um jeito lá e pegaram o galo e mataram ele. Fizeram comida, tudo. Daí ele perguntou se dava pra ele pousar ali, daí o meu avô disse: “Olha, nosso lugarzinho é apertadinho, mas eu vou te arrumar uma caminha ali assim e assim. Disse: “Não, pra mim qualquer coisa ta bem”. “Então eu vou arrumar”. Mas eles eram pobrezinhos. Ta daí ele agarrou e arrumou uma caminha pra ele, ele dormiu lá. Quando foi umas horas da noite deu uma tormenta, mas diz que tormenta, mas no rancho deles quase não



vinha, vinha algum ventinho, mais nada. E lá naquele colono que não quis dar o pouso pra ele, diz que virou o galpão, matou rês, matou porco, diz que fez uma esculhambação. E lá onde ele pousou diz que era um ranchinho, lá só deu uns ventinhos, uns assoprozinhos, mas fraquinho né. E lá homem que era perto, deu aquela tormenta, matou criação e virou todo o galpão deles. Então no outro dia quando ele saiu ele disse pra minha avô: “Olha, a senhora vai na segunda casa que tem ali oh, a senhora vai lá, a mulher tem uma bolsa de roupa cheia”. Mas ele nem tinha ido, ele ia indo pra aqueles lados. Disse: “A mulher tem uma bolsa de roupa e uma porção de galinhas pra te dar lá”. E aí a mãe ficou pensando: “Mas eu nem conheço essa gente direito”. Mas ela foi né e eles notaram que ele era um profeta, que naqueles tempo existia, mas agora o profeta mais falado que eu ouvi falar foi aquele né. Daí a mulher lá disse o que ele disse: “Oh vizinha eu tenho uma bolsada de roupa aí e umas galinhas pra lhe dar”. O que o homem disse, chegou lá e tava lá. Daí todo mundo já conheciam ele, quando viam ele de longe já diziam: “Lá vem o mensageiro”. E ele era um profeta de Deus aquele homem. (caboclo, 84 anos).

Nas histórias de João Maria contadas pelos caboclos são destacados os poderes sobrenaturais do monge: a cura de doenças, as aparições, as adivinhações e seus feitos enigmáticos.

As histórias também carregam valores sociais, em especial a solidariedade, e quem a pratica é recompensado, como a exemplo da última história citada, onde o casal sacrifica a única galinha para fazer uma janta ao monge e no outro dia é recompensado pelo vizinho (certamente numa situação financeira melhor) com uma “bolsada” de roupa e umas galinhas. Também é feita uma distinção entre o bem e o mal, e quem não pratica o bem é castigado, como a exemplo da primeira e ultima história citada.

João Maria é descrito como um pobre andarilho, que pede pouso e comida. Em parte é a imagem e semelhança dos caboclos, que muitas vezes necessitam que os colonos lhes ofereçam pouso e comida quando estão perambulando pela colônia em busca de trabalho. Assim como eles, o monge sofre as mesmas rejeições: o pouso e a comida negada ou maus tratos, a exemplo da primeira história, onde a senhora coloca “espinho” de peixe na comida e o manda dormir na estrebaria.

Das cinco histórias acima citadas, as quatro envolvem a questão da comida. Este fato coincide com o que Cândido afirma anteriormente, na qual os contos e lendas são adaptados para expressar os problemas e angústias presentes. A escassez e a imprevisibilidade da comida é um problema presente no cotidiano dos caboclos e transparece nos *causos* que são contados em relação a João Maria.

Como explica a segunda e a quarta história, João Maria não pousava em qualquer casa: “Onde tratavam ele bem, onde ele se sentia bem também”. Esta é a casa do caboclo, onde o monge é sempre bem vindo, ao contrário da casa do colono, que o recusa ou o mal trata. Assim podemos perceber que os contos deixam transparecer a existência de uma relação de conflito entre o caboclo e o colono e isto aparece claramente na última história citada. O

colono (que aparece numa condição socioeconômica vantajosa) é egoísta e não oferece pouso a João Maria, já o casal de caboclos é solidário, acolhem o monge e sacrificam a única galinha para lhe fazer um jantar. Em contrapartida, o santo profeta, por meio dos seus poderes sobrenaturais protege o ranchinho dos caboclos contra uma forte tormenta, enquanto que “naquele colono que não quis dar o pouso pra ele, diz que virou o galpão, matou réis, matou porco, diz que fez uma esculhambação”. A narrativa da devastação da propriedade do colono pela tormenta, pode ser interpretada como um íntimo desejo dos caboclos.

Por meio de uma entrevista de um casal de idosos foi possível resgatar uma antiga prática do catolicismo popular caboclo, a Mesada dos Inocentes:

Ele: É, eu era criança, quase eu fui ainda, só que eu levei 7 anos para caminhar, eu era paralítico e a minha mãe fez uma mesada com seis inocentes.

O que a sua mãe fez para você poder caminhar?

Ele: Ela fez uma promessa para São João e São Pedro e caminhei.

A sua mãe chegou a fazer mesada dos inocentes?

Ela: Sim, ele diz que fez uma mesada para ele poder caminhar, só que eu não conheci a mãe dele.

[...].

Essa mesada se fazia em forma de gratidão?

Ela: Sim, muitos faziam, no dia em que nós fizemos uma mesada dos inocentes, eles faziam uma janta, uma galinhada, uma coisa para as crianças mais pobres, para as pessoas que é doente, paralítico, aleijado como se diz, muitos dizem aleijado né. Então era um mesado pra 6, 7 inocentes.

[...].

Ele: Mas os alemão não compreendem isso, os alemão não compreendem. Mas os caboclos, não é pra falar mal dos alemão, mas os caboclos compreendem tudo isso.

Segundo os estudos de Renk (1993, p. 16), “A Mesada dos Inocentes geralmente era comemorada no dia de São Sebastião, um dos santos mais venerados. Tanto a Mesada [...] quanto a própria festa de São Sebastião eram realizadas como ‘pagamento’ de alguma graça alcançada”. No caso acima, a mãe do caboclo a fez quando o seu filho conseguiu caminhar, cumprindo com a promessa feita a São João e a São Pedro. Os inocentes para quem se faziam uma refeição, conforme a cabocla informante eram crianças mais pobres, doentes e aleijados, portanto, esta prática do catolicismo popular trazia consigo um precioso valor social, a solidariedade para com os mais necessitados.

Outra prática do catolicismo popular caboclo que ainda está presente em Porto Novo é o batismo em casa<sup>62</sup>. A origem desta prática certamente está relacionada ao afastamento da população cabocla da Igreja oficial, como pode ser observada na entrevista abaixo:

---

<sup>62</sup> Quando estava entrevistando um casal de caboclos idosos na Vila São Pedro São Paulo, em Itapiranga, na vizinhança havia um batismo em casa. Com receio de parecer um intruso na festa, não tive a coragem de pedir permissão para assistir a cerimônia, mas depois me arrependi da minha falta de ousadia, por ter perdido a oportunidade de registrar este acontecimento.

R: A mãe batizou as crianças era uma guisada, eu fui batizada, crismada pequena tudo. Só que eles ir pra igreja assim como hoje em dia vão em todo o fim de semana não iam. Afinal muitos vizinhos lá, muita cabocla não se ouvia falar de igreja, da igreja católica só se ouvia falar quando levava-se as crianças para batizar ou pra crismar assim.

E para batizar e crismar, crismava-se em todas as idades em uma vez só?

R: Sim, quando levava era crismado assim pequeno, muitos eu acho que batizavam e crismavam outros já.

Batizava e crismava adultos também?

R: Não, não, eram pequenos, pelo que eu sei era batizado em pequeno. Agora como já tinha a minha irmã, quando a minha mãe parava na cidade de Portella ela foi batizada e crismada quando era pequena.

Era tudo uma vez só?

R: Era tudo uma vez só. Daí não era muito conhecido com a Igreja, não tinha relação com os padres nada, daí nós já batizamos. A primeira guriazinha nós já batizamos com 23 dias porque tava doente né. Um gurizinho, os outros gurizinhos já, desde o primeiro batizamos só em casa porque nós não tinha jeito pra batizar.

Quem vinha lá em casa batizar, o padre ou vocês mesmo batizavam?

R: Quando não batizava na igreja, daí muitos usavam batiza em casa.

Quem fazia, os próprios pais faziam?

R: Sim os próprios, arrumavam padrinho e faziam.

Sem a presença do padre?

R: É, sem a presença do padre. Então depois se dava a gente batizava na igreja. E como nós tivemos os gurizinhos que batizamos, batizamos em casa. E até não deu tempo de batizar na Igreja uns porque eles faleceram, eles faleceram e não deu tempo de batizar na igreja. Aqui foi batizado numa vez só, foi batizado quatro: dois do Vaine que era nosso filho, do Vaine dois, da Ita parece que duas também.

Tudo da mesma família?

R: É tudo aqui em casa, parece se não me engano, parece que foi batizado da Loiva também. (Cabocla, 67 anos).

Batizava-se primeiro as crianças em casa, depois quando os padres apareciam nos redutos caboclos, ou quando havia uma oportunidade de ir até a capela, as crianças recebiam o batismo da Igreja. Acontecia muitas vezes que as famílias já tinham vários filhos para batizar, e devido à idade de alguns, no mesmo dia eram batizados e crismados. Assim, a maior parte dos caboclos recebeu dois batismos, o de casa e o da igreja. Também possuem os padrinhos e madrinhas de ambos os batismos, o que amplia a relação do compadrio. Quando se justifica esta prática pelo afastamento da população cabocla à Igreja oficial, o afastamento neste sentido não se refere à distância física até à capela, mas a falta de um interacionismo religioso entre a identidade cultural cabocla e o catolicismo oficial. Isto explica a continuação da prática do batismo em casa nos dias atuais, bem como a resistência ou demora ao batismo na Igreja ou a crisma, que se realiza muitas vezes somente após uma constante persistência do clero ou de leigos da comunidade ligados ao serviço paroquial.

No período da colonização de Porto Novo, que se estendeu até por volta de 1960, houve uma grande dificuldade do clero em celebrar os seus cultos na comunidade de Linha Glória (atual comunidade de Aparecida e Glória), que até então era predominantemente

cabocla. Esta situação pode ser observada no trecho da entrevista realizada a um padre que atuou naquela comunidade a partir de 1962:

Em que período você iniciou os seus trabalhos aqui na paróquia? No período antes ou durante a década de 60 você já prestou assistência religiosa à comunidade de Linha Aparecida? Encontrou dificuldades no trabalho religioso por eles talvez não ter uma tradição católica e religiosa tão estruturada como os colonos de origem alemã?

R: Passei a dar assistência religiosa a Linha Aparecida, naquela época denominada de Linha Glória a partir de 1962. Aquele lugar era uma região predominante de caboclos, também era um lugar de fugitivos devido à localização estratégica: ao sul, no outro lado do Uruguai, o Rio Grande do Sul; ao leste ao rio Peperí fazia a divisa com a Argentina, sendo uma região de Fronteiras; e ainda a intensa mata virgem. Naquele tempo não havia capela e nem uma mínima estrutura de comunidade, dava-se a missa na casa do caboclo João Borba. Alguns colonos me alertaram de que deveria tomar cuidado ao prestar assistência religiosa na Linha Glória, por ser ali um lugar violento e perigoso, não deveria ir sozinho ou desarmado. Mas eu nunca me preocupei por causa de violência aqui em Itapiranga, sempre havia achado o lugar tranquilo, até que recebi um aviso: “O primeiro cara que entrar ali será baleado”. É que naquele tempo havia um grupo de capangas que se queria fazer dono do lugar, nunca cheguei a saber certo os rolos que havia, porque eles não tinham ligação com a Igreja. Mas sempre na fé em Deus e sabendo da importância de cumprir os deveres da minha vocação continuei o meu trabalho e graças a Deus nunca me aconteceu nada. Ali foi difícil formar uma comunidade, os caboclos tinham pouca ligação com os padres, claro que havia algumas famílias que tinham uma vida religiosa bastante ativa, porque a missa era até feita na casa de um caboclo.

Vocês também passavam na casa dos caboclos e os convidam a participar?

R: Sim, mas eles, mentiam. A gente os convidava, eles prometiam vir à missa, mas no dia não vinham, ou apenas vinham algumas mulheres com os seus filhos.

Em 62 quando iniciei a assistência religiosa em Linha Glória, já não havia mais tantos caboclos e já tinham entrando muitos colonos alemães e italianos. A gente teve que se adaptar a aquele grupo. Evitava-se dar o sermão em alemão, uma e outra reza e alguns avisos se dava em alemão, porque também não podia se deixar de atender os colonos que não compreendiam o português. Então tivemos que se adaptar com esta diversidade.

Eles tinham dificuldade em diferenciar o sagrado do profano? Respeitavam a ordem e o silêncio da cerimônia?

R: Eles tinham a concepção e o respeito ao espaço sagrado, claro que havia uma diferença quando comparado ao colono de origem alemã, mais civilizado e culto. Teve de se ter muita paciência. Às vezes os cachorros acompanhavam os seus donos dentro da igreja, então com muita delicadeza teve que se pedir para que os deixassem no lado de fora. Alguns também tinham o costume de interromper o padre no meio do sermão com perguntas ou complementações, mas a população de origem italiana e alemã soube ser compreensível com eles, assim a gente se adaptava a estas eventualidades, que eu vejo que são normais quando existe esta diferença cultural.

Desconsiderando a violência do lugar, que estava diretamente vinculado com o conflito que se desencadeou com o processo da desapropriação dos caboclos posseiros, o padre se deparou com dificuldades relacionadas às características histórico-culturais dos caboclos. Havia a dificuldade em formar uma comunidade dentro dos moldes da cultura teuto-brasileira devido a pouca ligação que os caboclos tinham com a Igreja oficial. O religioso também relata a dificuldade em atrair o caboclo à missa, do costume de apenas a mulher com os filhos freqüentá-la, o que é muito percebido na cultura luso-brasileira. O interessante é que

o padre teve que se adaptar a diversidade cultural daquele lugar, como fazer a reza e o sermão em português e alemão para atender tanto os caboclos quanto os teuto-brasileiros, o que fugia da realidade do restante da colônia. Mas certamente o maior impasse na celebração do culto estava na dificuldade dos caboclos em diferenciar claramente o espaço sagrado do profano, como das vezes “em que os cachorros acompanhavam os seus donos dentro da igreja” ou no “costume de interromper o padre no meio do sermão com perguntas ou complementações”.

A primeira professora da antiga comunidade de Linha Glória também se recorda de que os caboclos não estavam adaptados às normas comportamentais que o catolicismo oficial exige dos leigos na celebração do culto, principalmente na distinção do espaço sagrado do profano.

Você então no início percebia uma diferença na maneira de agir talvez do caboclo na questão da igreja, na missa?

R: Eles quando vinham lá em baixo na costa do Uruguai quando padre vinha, ele vinha cada dois meses. Daí eles vinham assim eles se atracavam, cada um o seu crioulo na boca né, tanto as mulheres como os homens e perguntavam do compadre: “Como é que vai o compadre, como é que vai a comadre”. É coisa bem, a gente não é acostumada aquilo, meu deus do céu a gente pensava: “Mas que coisa é essa, como é que esta gente reza”. E o padre lá na frente rezando e um puxava o terço né, e um puxava e o outro respondia e na metade começava a responder, assim era mam, mammamam...

Responder o que no caso, a reza?

R: A reza né, amamamam...uma mistura, meu deus. Mas na intenção deles tava certo (risos).

[...]

Entrava cachorro junto, acendiam o cigarro na vela?

R: Isso mesmo, o cachorro entrava junto e eles perguntavam: “O compadre como é que ta, o compadre não queria vim, a comadre não queria vim”. Fumando crioulo né, e é durante a missa assim, eles não sabiam isso, que tinha que ficar mais quieto.

Diel (2006), baseado em documentos e relatos dos missionários Franciscanos que chegaram a Palmas em 1903 para reformar o catolicismo popular dos caboclos bem como para reformar e consolidar a institucionalização da Igreja, relatou uma situação idêntica à de Porto Novo em relação ao embate da Igreja oficial e a religiosidade popular cabocla: a não existência de uma estrutura comunitária religiosa e a dificuldade de diferenciar o sagrado do profano nas missas e novenas. Segundo Rosendahl (2002, p. 68) “A definição de um lugar como sagrado reflete e percepção do grupo envolvido e, uma vez que a percepção varia de grupo para grupo, dificilmente pode ser generalizada quanto aos princípios de lugar sagrado”. Retornando a Diel (2006), o culto aos santos era realizado pelos caboclos na privacidade do seu rancho, com oratórios domésticos, com a cruz de cedro plantada em frente à casa e com a figura dos santos colados nas paredes, havendo uma grande autonomia da maneira de como realizar os rituais religiosos, dispensando o papel do padre. A proximidade do caboclo com o

sagrado se manifestava de forma espontânea na linguagem e nas expressões do cotidiano: “‘Se Deus quiser’; ‘Deus me valha’; ‘Deus te abençoe’; ‘Deus me livre’; ‘Deus é pai e um dia olha por mim’. Expressões essas que eram repetidas inúmeras vezes ao dia”. (Ibid., p. 10). Hábito que para o catolicismo oficial pode representar a infração do segundo mandamento: “Não tomar seu santo nome em vão”.

Os caboclos tiveram uma dificuldade em se adaptar ao catolicismo oficial. A sua religiosidade pautada no catolicismo popular, não teve reconhecimento por parte do clero local e pelos colonos, que a designaram e ainda designam de credices caboclas (*cabocloglaube ou negerglaube*). Em Porto Novo, onde o fator religioso foi e ainda é determinante na coesão da vida social e comunitária, a não integração do caboclo à Igreja oficial contribui para atenuar a sua segregação sócio-comunitária.

### 1.3.2 A língua

Um fator marcante de diferenciação cultural entre caboclos e teuto-brasileiros que se estabeleceu em Porto Novo a partir da sua colonização é a língua. Os colonos traziam na herança da sua trajetória a língua alemã, tanto no seu idioma culto (*hoch deutsch*) que se manteve através da Igreja, da imprensa e da escola paroquial, quanto pelo dialeto, sendo este de quase total predominância o *Hunsrueck* devido à antiga procedência dos imigrantes ser de maioria desta região da Alemanha. Os caboclos traziam na sua herança lingüística um dialeto português acrescentado de muitos vocábulos em espanhol e guarani, onde a estrutura gramatical e as expressões se contrastavam bastante da língua oficial, por exemplo: “Nóis fumo prantar pra despois coiê”. O linguajar caboclo foi e ainda é motivo para deboche de muitos colonos ou de seus descendentes, e de forma depreciativa é designado de *Negersprache* (fala de negro). Na fase da colonização, poucos colonos sabiam-se expressar fluentemente em português, quem conseguia emitia um respeito de intelectualidade no seu grupo social. A incapacidade ou dificuldade dos teuto-brasileiros compreenderem a língua dos caboclos e vice-versa, formou grandes barreiras na comunicação entre os dois grupos étnicos.

Em relação a esta problemática surge uma questão: por que após mais de um século de colonização o alemão é o idioma quase que exclusivo das colônias teuto-brasileiras? Um fator “se explica pelo seu isolamento e seu agrupamento mais ou menos espontâneo, conforme a região de origem”. (ROCHE, 1969, p. 657, V.2). O isolamento ou abandono também é

apontado pelo presidente Getúlio Vargas como o motivo da não assimilação nacional e da não utilização da língua portuguesa, num discurso pronunciado em Blumenau (SC), no ano de 1940:

[...] de certo modo, no meio de imensas florestas, foram deixados ao abandono [...]. Dir-se-ia que custaram muito a se assimilar à sociedade nacional e falar a nossa língua. Mas a culpa não foi deles, a culpa foi dos governos que os deixaram isolados na mata. (apud RAMBO, 1988, p. 18).

Certamente o isolamento ou abandono dos colonos foi significativo para que o alemão permanecesse nas colônias teuto-brasileiras como o idioma predominantemente mais falado. Mas cabe aqui reforçarmos a contribuição do fator religioso, a existência de uma íntima relação entre língua, etnia e religiosidade como já apontada anteriormente com Seyferth (1981) e Werle (2006). A preocupação em manter a língua alemã entre os colonos teuto-brasileiros era tanto por parte dos agentes religiosos da Igreja Católica quanto pela Luterana. Por Porto Novo ter sido uma colonização católica, será analisado a importância da preservação da língua alemã para a manutenção do Projeto de Restauração Católica liderado pelos religiosos da Companhia de Jesus.

O esforço dos jesuítas na manutenção da identidade cultural e da língua alemã dos colonos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul foi expresso no Congresso Colonial alemão de 1924:

Se os agricultores alemães da região de Porto Alegre, sul do Brasil, hoje na terceira geração ainda são alemães, se o cantar de músicas religiosas alemãs ainda pode ser ouvido nas igrejas católicas, isso ocorre graças a missionários católicos, os jesuítas [...]. (apud WERLE, 2006, p. 168).

No entender dos religiosos, a perda da língua alemã conduzia à perda dos “bons” costumes ou do jeito de ser alemão e conseqüentemente a perda da fé católica. Esta concepção pode ser observada de um trecho extraído da revista *Die Katholische Missionen* (As Missões Católicas) de novembro de 1912:

A região para onde os imigrantes foram transplantados de sua pátria mãe não lhes apresenta muitas facilidades. Primeiro eram necessários grandes esforços para transformar a floresta virgem em terra agricultável. Hoje precisam lutar tenazmente para defender a língua e o modo de ser alemão, (deutsche Art) assim como os costumes e fé alemã contra língua e cultura estranhas, contra a frivolidade, imoralidade e ateísmo estranhos. Os congressos não são as piores armas nesta luta. (apud Ibid., p. 167).

Os Congressos Católicos foram para os jesuítas importantes armas na defesa desta tríade: língua, etnia e religião. Sua atuação concomitante é vista como extremamente necessária para a preservação da herança católica dos colonos teuto-brasileiros. Nos

Congressos os temas de discussão em torno da necessidade de preservar a língua alemã e a identidade cultural com a preocupação de manter a religiosidade era constante<sup>63</sup>. Como pode ser visto num trecho da palestra descrita do Congresso Católico de Santa Cruz, realizado em 1901:

Como católicos alemães de nascença ou de descendência, amamos e valorizamos a nossa língua materna alemã, não só como legado de nossos antepassados ou como um bem de alto valor temporal, mas também e principalmente como um meio de manutenção da fé católica e da séria educação cristã na família e nos descendentes. Por isso lamentamos dolorosamente ao constatar como o alemão é negligenciado e descuidado na família e nas escolas de comunidades alemãs, assim como colégios superiores. Hoje tomamos firme e solenemente a decisão de combater energeticamente com todos os meios permitidos este grande mal. (apud *Ibid.*, p. 172).

A língua não era concebida pelos jesuítas como um simples canal de comunicação, compreendiam que ela carregava consigo toda uma subjetividade de valores culturais. Esta idéia pode ser percebida na exaltação poética que o jesuíta Pe. Balduino Rambo faz sobre a importância da língua de um povo:

A língua humana significa muito mais que uma mera forma de expressão. Ela brotou do sangue e da índole de um povo. Por isso cintilam sobre suas folhas, como as gotas do orvalho, as reminiscências, desde os tempos primigênicos do homem e de seu cálice desprende-se ainda hoje o aroma exalado pela alma humana. A língua materna é uma flor milagrosa plantada à beira da estrada de cada povo, para que nela se alegre. Quem a pisoteia danifica a sua alma. Aquele que a rouba, sob qualquer pretexto, invade indevidamente o próprio santuário da alma do homem. (apud RAMBO, 1994, p. 45).

Para Morin (2002, p. 198) “[...] cada enunciado corresponde às especificidades próprias à coerência lingüística de cada língua, especificidades subjetivas, culturais, sociológicas e históricas”. E coincidindo com a idéia de Pe. Balduino Rambo acima citada, o autor compreende que as palavras podem tanto designar as coisas num sentido indicador quanto evocar uma representação simbólica da coisa nomeada:

As palavras são ao mesmo tempo indicadores, que designam as coisas, e evocadores, que suscitam a representação da coisa nomeada. É nesse sentido evocador concreto que o nome tem potencialidade simbólica imediata: nomeando a coisa, faz surgir o seu espectro e, se o poder de evocação é forte, ressuscita, ainda que esteja ausente, a sua presença concreta. (Id., 2005, p. 171).

A representação simbólica das palavras varia entre os diferentes indivíduos, dependendo da herança cultural de cada um, esta representação ganha um maior sentido dentro de um grupo social que compartilha inúmeros traços culturais entre si. Ao se

---

<sup>63</sup> Em Werle (2006) são encontrados mais detalhes da importância que os jesuítas davam nos Congressos Católicos sobre a preservação da língua alemã.



integrarem na memória coletiva, a representação simbólica das palavras se perpetua, reproduzindo-se e multiplicando-se nas memórias individuais. Neste sentido Edgar Morin faz uma análise complexa da linguagem em relação à cultura: a linguagem que é produzida pela cultura também produz cultura.

A linguagem é tão necessária à constituição, à perpetuação, ao desenvolvimento da cultura quanto à inteligência, ao pensamento e à consciência do homem; tão consubstancial ao humano do humano que se pode dizer que a linguagem faz o homem. Mas esta idéia mutila uma verdade complexa: *a linguagem fez o homem que a fez; assim como fez a cultura que a produziu*. (Ibid., p. 133, grifo do autor).

E reforçando a mesma idéia, Morin (2002, p. 198) nos orienta: “Precisamos pensar circularmente que a sociedade faz a linguagem que a faz, que o homem faz a linguagem que o faz e fala a linguagem que o exprime”. Desta forma pode-se concluir que enquanto os colonos teuto-brasileiros preservavam a sua língua materna, mais sólida se mantinha a sua identidade cultural e melhor se concretizava o ideal social e religioso almejado pelo Projeto de Restauração Católica liderado pelos jesuítas.

A escola paroquial era um espaço privilegiado para a manutenção da língua alemã. Segundo Kreutz (1991, p. 145), o ideal perseguido pelas escolas era o bilingüismo, a discussão em torno da língua na escola era freqüente nos Congressos Católicos e geralmente se reconhecia à necessidade de um ensino mais aprofundado no português, “mas simultaneamente se realçava que o fundamental era o alemão”. Na análise de Kreutz a tendência em privilegiar o ensino em alemão estava relacionada ao aspecto religioso, “acreditando-se que em alemão expressariam melhor o sentimento religioso”.

Com o Decreto-Lei Federal nº. 406, de 4 de maio de 1938, conhecido como Lei da Nacionalização, as escolas paroquiais sofreram um grande abalo. A Lei implantava nas escolas públicas a língua portuguesa em substituição da língua materna.

Em Porto Novo o clero liderou uma grande mobilização contrária a Lei da Nacionalização:

Houve uma intensa mobilização contrária ao fechamento das escolas paroquiais. Muitos professores sequer prestaram os exames, outros prestaram e não assumiram o cargo. A população foi convocada para participar de novenas e terços, pedindo a intervenção divina para o impasse. O bispo diocesano conclamou a população para as orações através de um telegrama dirigido ao vigário: *‘Sino dobre finado três dias cada semana; reúna povo todas as noites rezar terço intenção escola e governador mude processo’*. [...] Por vários dias houve o toque fúnebre do sino, simbolizando a ‘morte’ das escolas paroquiais. (EIDT, 1999, p. 44, rodapé).

Apesar das mobilizações e resistências contra a Lei da Nacionalização, ela foi cumprida a rigor pelas autoridades públicas locais.

A língua alemã novamente sofre um grande obstáculo para a sua manutenção quando o Brasil se põem numa posição contrária à Alemanha na Segunda Guerra Mundial (1942 a 1945). Além das escolas, proibiu-se o uso da língua alemã em todos os espaços considerados públicos, inclusive nas cerimônias religiosas. Em relação a esta última ordem, o vigário de Porto Novo a princípio mostrou uma pequena resistência:

Em fevereiro uma pequena luta a respeito de pregar e cantar em alemão na igreja. Havia aqui o costume de pregar e cantar em ambas as línguas: em brasileiro e em alemão, ao menos nos últimos anos. A 1º de fevereiro veio ordem para o sargento que era proibido falar o alemão, em lugares públicos o que também queriam aplicar a igreja dizendo que a igreja era lugar público, o que não foi admitido pelo vigário. Depois o subprefeito e coletor alegaram que tinham ordem de promover a nacionalização e que se o vigário continuasse a pregar em alemão deveriam denunciá-lo como o maior impedimento para a nacionalização. Na mesma semana venho no jornal oficial, o diário oficial, um aviso do arcebispo de Florianópolis, que todas as funções religiosas fossem feitas no idioma vernáculo e deixar de cantar, rezar e pregar em alemão o que o povo muito sentiu. (LIVRO TOMBO, 1942, f. 21).

Esta imposição causou situações embaraçosas, uma vez que a maior parte da população teuto-brasileira de Porto Novo não sabia se comunicar em Português. “Nas suas primeiras visitas às capelas um vigário constata ser quase impossível ensinar a religião sem auxílio da língua de origem”. (Id., 1943, f. 2). Os anos de 1942 a 1945 foram conflituosos em Porto Novo. As autoridades enviadas aplicavam agressiva e punitivamente as leis, afetando em maior ou menor grau a liberdade individual da população. Os abusos de autoritarismo também não foram poucos:

Efetuaram-se prisões, expulsões, torturas e apreensões a fim de descobrir indícios de vinculação da colônia com a Alemanha. [...] A população da colônia foi acusada pelas autoridades públicas de ser adeptas do nazismo; pertencerem à quinta coluna; contrabandear armas; instalarem uma rádio clandestina e praticarem a desobediência civil. Houve prisões e torturas, muitas famílias perderam tudo o que possuíam. Em nome da nacionalização dezenas de pessoas foram obrigadas a executar trabalhos forçados em prisões de inúmeros municípios catarinenses. Eram taxados de “traidores da pátria”; o governo pretendia inequivocamente força-los a uma integração nacional. (EIDT, 1999, p. 45).

Este clima tenso na comunidade local aumentou a desconfiança dos colonos em relação aos caboclos<sup>64</sup>, muitos acreditavam que eles estavam a mando das autoridades públicas e denunciavam os colonos caso estes se expressassem na língua alemã. “Sim, de vez em quando a gente via uns caboclos, mas não se sabia o seu nome, nós os denominávamos de

<sup>64</sup> Numa análise no livro de registro de queixas da delegacia de polícia de Itapiranga foi possível verificar a ocorrência de inúmeras denúncias por falar alemão ou simpatizar o nazismo, mas a maioria das denúncias era feita entre os próprios colonos. Estas denúncias ocorriam quase sempre em decorrência de pequenas inimizades ou na tentativa de ganhar algum tipo de gratificação e simpatia das autoridades públicas locais, como registrou o vigário da paróquia: “[...] ainda mais que entre os próprios católicos de origem há homens que com denúncias procuram conquistar um ossinho junto às autoridades locais”. (LIVRO TOMBO, 1943, f. 21).

getulistas”. (Teuto-brasileiro, 79 anos). Como poucos conseguiam se comunicar em português, falavam em voz baixa na língua de origem no convívio social de pequenos grupos de conhecidos e amigos, sempre com receio de que pudesse haver um caboclo na espreita. Este medo ou desconfiança em relação aos caboclos também era incutido nas crianças para evitar que elas falassem em alemão: “Para mim não são de muita confiança porque no tempo da 2ª Guerra Mundial o meu pai nos alertava para que não falássemos em alemão porque os caboclos nos espionavam e nos entregavam à polícia”. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

A Lei da Nacionalização, acompanhada posteriormente com as imposições autoritárias da Segunda Guerra Mundial, contribuíram significativamente para a decadência da língua alemã culta (*hoch deutsch*), no entanto, o dialeto *Hunsrueck*, de predominância quase total na colônia, se mantém forte até hoje apesar da sua hibridação cada vez maior com o português. Em Porto Novo o *Hunsrueck* é falado em todos os espaços sociais, bastando apenas que duas ou mais pessoas conhecidas e da mesma origem étnica se encontrem, o que é comumente acontecer num lugar pequeno e de uma antiga colonização de homogeneidade étnico-religiosa. O uso do dialeto recebe uma pequena queda no espaço urbano, como na cidade de Itapiranga, onde houve uma maior entrada de outros grupos étnicos, e nas comunidades de Linha Glória e Aparecida, onde os teuto-brasileiros não são maioria, sendo ainda tanto ocupadas por ítalo-brasileiros quanto por caboclos. Também é menos falada entre os teuto-brasileiros jovens e uma explicação para isso seria pelo fato de freqüentarem um grande período o espaço escolar onde praticamente só é falado o português; outra explicação seria por serem filhos de uma geração que sentia vergonha de ser “alemão” ou de falar o “português atrapalhado”<sup>65</sup>. No entanto, hoje muitos pais estão se conscientizando da riqueza cultural da língua herdada dos seus antepassados e simultaneamente com o português ensinam o *Hunsrueck* aos seus filhos. Nas escolas, a partir da Lei da Nacionalização, houve uma preocupação por parte dos professores para evitar que os alunos se expressassem na língua de origem. No momento dos intervalos, um aluno, geralmente o ajudante do dia, era escalado para observar se os demais colegas cumpriam a ordem dada: a proibição de falar em alemão. Está prática pedagógica ainda era utilizada pelas escolas de Porto Novo no decorrer da década de 1990, isto porque os alunos no geral apresentavam uma grande dificuldade no português, tanto na leitura, na escrita como na fala. Nos últimos anos as escolas passaram a oferecer o

---

<sup>65</sup> A partir da década de 70 o português começou a ser sempre mais exigido devido o processo da modernização agrícola. Muitas pessoas que sentiam dificuldade em se comunicar em tal língua passaram por situações embaraçosas e viraram motivos de assuntos cômicos por aqueles que já se conseguiam comunicar em português com mais fluência.

alemão como opção de estudo de mais uma língua estrangeira, o que teve uma boa aceitação entre os alunos. A língua alemã amplia aos estudantes as oportunidades no mercado de trabalho, já que muitos jovens teuto-brasileiros da região vão anualmente trabalhar como estagiários na Alemanha. A procura pela naturalização alemã também é grande na região.

Nas entrevistas de teuto-brasileiros jovens, adultos e idosos, a grande maioria confirmou que preferia falar o alemão (neste caso o *Hunsrueck*) do que o português. Mas quais seriam os motivos que os levam a preferir o idioma de origem?

Entre os mais idosos há os casos mais extremos em que não sabem falar o português:

Você fala mais alemão ou português?

R: Eu não sei falar português, só alemão.

Consegue-se relacionar bem assim com todos por aqui?

R: Sim.

Como na prefeitura, por exemplo?

R: Sim. (Teuto-brasileiro, 94 anos).

Já entre os adultos, a explicação pela preferência do alemão geralmente se justifica por sentirem através deste idioma uma maior facilidade de comunicação. Muitos apreenderam o português na escola, mas por utilizarem com mais frequência o idioma de origem no seu cotidiano passaram a sentir dificuldades em se comunicar na outra língua, expressam um “português atrapalhado”<sup>66</sup>.

Você fala mais alemão ou português?

R: Mais alemão, porque tem poucos que se pode falar em português, só se por acaso vier um que não sabe falar alemão então a gente fala português, mas no restante a gente sempre fala alemão.

[...]

Qual você prefere falar?

R: Alemão.

Por quê?

R: Porque a gente sempre fala mais alemão, a gente consegue se expressar melhor, a gente sempre tem as palavras logo, mais rápidas, em português a gente não tem as palavras tão rápido, logo.

Tem que pensar mais tempo?

R: Sim. A gente sempre tem que cuidar se está pronunciando certo ou não, por isso que a gente sempre prefere falar alemão do que português, porque o alemão vem mais rápido porque a gente sempre o fala. (Teuto-brasileira, 56 anos).

Mas o interessante é que a maioria da população teuto-brasileira mais jovem de Porto Novo também prefere se expressar na língua alemã:

Você fala mais a língua alemã ou portuguesa?

R: A língua alemã.

Onde e quando você fala o alemão?

<sup>66</sup> Esta situação é mais frequente em adultos acima de 40 anos, isto porque a maioria só cursou o ensino primário onde tiveram apenas uma pequena base da língua portuguesa.

R: Meus amigos, na família, em casa. E o português eu falo mais na empresa.  
Você prefere falar o alemão ou o português?

R: Prefiro o alemão.

Teria uma justificativa por quê?

R: Eu acho que isso foi a primeira língua que o cara aprendeu a falar desde pequeno né, daí o cara tem uma facilidade maior.

Identifica-se também melhor?

R: Isso, isso, aha. (Teuto-brasileiro, 28 anos).

Você teria uma preferência de uma ou outra?

R: Não, hoje não. Preciso das duas na minha área.

Mas a preferência de falar, em qual você se sente mais a vontade ou não teria?

R: O alemão mais a vontade assim. (Teuto-brasileiro, 26 anos).

Qual você prefere falar?

R: O alemão.

Por quê?

R: Porque foi a primeira língua que eu aprendi e que eu acho mais fácil, porque eu não sei assim, eu penso melhor falando alemão.

Você pensa em alemão?

R: Sim eu penso em alemão (risos).

Da risada em alemão?

R: É. (risos). Consigo me expressar melhor. (Teuto-brasileira, 25 anos).

Quais seriam os motivos dos mais jovens por esta preferência? Justificam-se explicando que nesta língua se sentem mais à vontade e conseguem se expressar melhor. Mas estes jovens entrevistados, ao contrário de muitos adultos e idosos, não sentem dificuldades em se comunicar em português: “Gosto mais de falar alemão né, mas se precisar falar português falo português”. (Teuto-brasileiro, 19 anos). Estes são jovens com o ensino médio completo, assim como outros que já concluíram algum curso técnico ou superior, como no caso dos jovens das citações anteriores. Os entrevistados que são funcionários públicos, que trabalham no comércio ou na agroindústria, falam fluentemente a língua portuguesa no cotidiano do trabalho. O sentir-se à vontade ou expressar-se melhor na língua materna está relacionado a uma maior identificação cultural com este idioma e não uma dificuldade na expressão ou compreensão da língua portuguesa. É o que pode ser observado na citação do rapaz de 28 anos, que justifica a preferência pela língua alemã por ter sido a primeira que aprendeu a falar e concorda que com ela se identifica melhor. Como também na citação da jovem de 25 anos que se explica: “eu penso melhor falando em alemão”; “eu penso em alemão”. O que pode estar subentendido na explicação da jovem é que ao expressar-se na língua alemã ela também pensa como uma alemã, ou melhor, se expressa por meios dos signos culturais do seu grupo étnico teuto-brasileiro. Para Claval (2001, p. 64), a língua materna trará no indivíduo para sempre traços culturais da sua origem:

A língua que a família pratica entra assim na prodigiosa memória da criança. A língua materna é como um signo cultural indestrutível. Mais tarde o indivíduo

poderá provar outras comidas, usar outras roupas e praticar outras línguas. Sobrará sempre uma entonação que revelará a sua origem.

Mas a língua materna, apesar de ser a preferente da população teuto-brasileira, não é a mais praticada em todas as circunstâncias. Os conteúdos escolares e técnicos são melhores expressados na língua portuguesa ou sofrem uma forte hibridação, principalmente entre os mais jovens. O vocabulário do dialeto praticado na família, de certo modo não acompanhou o extenso vocabulário português inserido nos conteúdos escolares e os novos termos presentes nos constantes avanços tecnológicos. Esta situação complexa em relação à utilização do português e do alemão pode ser observada num trecho da entrevista feita com um jovem professor:

Você fala mais a língua alemã ou portuguesa?

R: Quase empata. No trabalho sempre português e em casa sempre alemão.

Amigos?

R: Também, as duas coisas, têm amigos que não entendem alemão e tem outros que nós falamos alemão. Até no trabalho às vezes, como com os professores nós falamos em alemão e com os alunos eu falo sempre português, sem perceber. Eu não preciso ir lá e falar: “agora eu preciso falar português”, é automático, quando eu estou em sala de aula é português. Se eu falo de um assunto mais de leitura, mais de coisas que eu estudei, geralmente eu falo em português, é uma expressão mais fácil. Mas agora coisa do dia a dia geralmente eu falo em alemão. (teuto-brasileiro, 24 anos).

Claval (2001, p. 87) também chega a uma compreensão idêntica em relação às populações que utilizam duas línguas:

Quando as populações podem recorrer a duas línguas, não as utilizam nas mesmas circunstâncias, porque não são igualmente próprias para exprimir certos registros, dado o seu nível de evolução e os níveis sociais daqueles que a praticam de forma majoritária. No Quebec do início do século, utilizava-se o francês em família, para a cozinha e a vida religiosa: era em inglês que se falava dos problemas técnicos e onde o essencial da vida pública era desenvolvido.

Em Porto Novo, a fala da língua alemã não se restringe apenas às relações familiares, de amigos ou vizinhança, ela está presente de forma majoritária nas relações sociais da vida pública.

Você fala mais o alemão ou o português?

Mais alemão. Quase tudo alemão, dentro da igreja no culto é em português, mas assim quando saio é tudo alemão.

Prefere falar alemão?

R: Sim, e desta forma que melhor consigo - me comunicar. (Teuto-brasileiro, 53 anos).

Você fala mais alemão ou mais português?

R: Mais alemão.

Em quais lugares você fala alemão e em quais português?

R: Isto depende que pessoas são, se são pessoas que falam brasileiro a gente fala brasileiro, senão alemão.

Na maioria das vezes quando você vai à prefeitura e em outros estabelecimentos comerciais, você fala alemão ou português?

R: A maioria das vezes alemão. (Teuto-brasileiro, 48 anos).

Quando vocês saem tipo na prefeitura, no comércio, vocês falam alemão ou português?

H: Eu falo alemão se eles começam a falar comigo em alemão.

E se alguém não inicia a conversa contigo?

H: Daí eu inicio conversando em alemão, daí eu inicio em alemão, se eu sei que ele fala alemão, mas se eu sei que ele fala português daí eu falo em português com ele. (Teuto-brasileiro, 50 anos).

Sendo a língua alemã a mais falada nos diferentes espaços sociais de Porto Novo, nesta pesquisa houve uma preocupação de querer compreender como a prática deste idioma afeta as relações sociais entre os teuto-brasileiros e caboclos. Conforme a denúncia dos caboclos feita nas entrevistas, os “*de origem*”, quando estão se comunicando na sua língua materna dentro de um grupo, dificilmente mudam para o idioma português quando aparece um caboclo entre eles. Alguns se mostraram compreensíveis, entendendo que esta atitude dos teuto-brasileiros é involuntária e “expressar-se em alemão” é um hábito muito forte e faz parte do costume deles:

Você quando já saiu assim na vida social, nesta região aqui, você já se encontrou numa situação em que tinha um grupo de alemão falando alemão e você chegou ali e eles continuavam falando alemão? Você já se sentiu nesta situação?

R: Sim, eles tiravam a prosa deles igual.

Em alemão?

R: Sim.

Então o que você fazia?

R: Ah, eu ficava na minha né, eu não entendia nada, eu ficava na minha né, eles proseava e eu não entendia.

Como é que você enxerga isso? Por que eles percebem que você não sabe falar alemão? Você enxerga isso como um preconceito ou você acha que a língua alemã tem um costume muito forte?

R: Não, é que a língua deles é aquela né e como existia antes tempo que quando o alemão venho pra cá que nem entendia o caboclo né. (Caboclo, 84 anos).

Você disse que ouve mais as pessoas falando alemão na vida social?

R: Sim, mais em alemão.

Então o que você faz quando ouve as pessoas falando mais alemão?

R: Fico escutando (risos)

Não se manifesta e diz: “Oh, oh, vamos falar português aí”?

R: (risos). Não, não.

Você acha que eles falam isto sem querer, não percebem, ou falam talvez não se preocupando com os outros que não saibam?

R: Não, é por que estão mais acostumados a falar alemão, assim. (Cabocla, 68 anos).

Você se encontrou muitas vezes numa situação onde um grupo estava falando a língua alemã e você chegou neste grupo e eles continuavam falando a língua alemã? Você já se encontrou numa situação assim?

R: Isto é muito comum por aqui na nossa região, a gente não tem nada contra ninguém só que isto é um costume deles, não tem o que fazer.

E como é que você reage? Você fica quieto ou pede pra eles falarem português?

R: Eu na verdade eu entendo a maioria daí eu fico junto porque eu sou amigos deles, daí quando dá uma oportunidade eu falo português daí eles mudam.

Então você entende mais ou menos o alemão?

R: Sim e daí quando dá uma oportunidade falo eu em português daí eles mudam.

Você não se incomoda com isso ou se incomoda?

R: Acho que não. (Caboclo, 25 anos).

Então você já chegou onde um grupo de pessoas estavam todos falando alemão?

R: Já.

Aí você chegou ali eles pararam de falar alemão?

R: Eles falam, só que nem assim, na própria escola também tem os grupinhos né, daí às vezes eles falam em alemão, daí eu peço o que significa isso ou coisa assim daí eles traduzem pra você o que eles falam.

Então você não vê aquela coisa, que mesmo você estando ali eles continuam falando? Ou eles param, eles mudam?

R: Eles param, só que volta e meia eles falam uma palavra em alemão também daí tu meio que fixa a palavra que eles falam.

Então às vezes sem querer eles voltam para o alemão de novo?

R: Sim.

Então você acha que isso é mais pelo costume ou pela falta de respeito pelo outro?

R: Mais pelo costume eu acho. (Cabocla, 17 anos).

Esta compreensão é mais comum entre idosos e jovens e a explicação talvez seja por não estarem inseridos tão diretamente na disputa concorrida do mercado de trabalho, onde os ressentimentos e preconceitos se tornam mais visíveis. Também são geralmente pessoas que tem uma maior convivência e melhor relacionamento com os teuto-brasileiros. Entre os jovens caboclos foi possível observar que a tolerância em relação àqueles que se expressam em alemão é mais comum nos que tem um grau de estudo maior, como nos entrevistados que já conseguiram entrar no ensino médio. Provavelmente o cotidiano do espaço escolar contribui para melhorar a convivência entre os dois grupos étnicos. Também foi possível notar que entre os jovens caboclos que estão frequentando a escola há os que costumam se impor quando estão junto aos teuto-brasileiros para falarem em português, como pode ser analisado nas duas últimas citações ou no trecho da entrevista feita a uma estudante abaixo:

Aqui eles falam muito alemão na vida social da comunidade?

R: Sim.

Então você já se encontrou numa situação que você entrou num grupinho, todo mundo estava falando alemão, daí você chegou lá eles continuavam falando alemão?

R: Sim, principalmente no colégio.

Por que você acha que eles continuam falando alemão mesmo sabendo que você talvez não saiba falar?

R: Quem sabe eles estão falando de assunto pessoal ou às vezes estão falando da gente mesmo, daí a gente não sabe.

Daí o que você faz se os colegas falam alemão?

R: Daí, conforme nós estamos fazendo trabalho, eu peço licença, falo pra eles falar o português porque eu não entendo. (Cabocla, 15 anos).

Esta imposição demonstrada por alguns jovens estudantes pode ser vista como uma exceção, que foi somente captada no espaço escolar, o que reforça a argumentação de que o ambiente da escola contribui para melhorar o relacionamento entre os dois grupos étnicos e também desperta nos estudantes a consciência por direitos de cidadania. No entanto nos



diálogos de demais caboclos de diferentes faixas etárias: jovens que desistiram no ensino fundamental, adultos e idosos; foi observado que as reações diante dos teuto-brasileiros que se expressam em alemão na presença dos caboclos não é de imposição, mas de retração<sup>67</sup>:

Você já se encontrou numa situação em que estava num círculo de pessoas onde todos falavam alemão?

R: Já.

Você chegou lá e eles continuaram falando alemão?

R: Eu trabalhei ali em Itapiranga né, na Minuano, ajudava a fazer entrega, parte assim. Daí nas comunidades né, sempre falavam alemão né, no meio era só eu de caboclo, o motorista era alemão, então eles conversavam assim.

Não começaram a falar português quando você veio?

R: Não.

E o que é que você fez, você pediu para que falassem português ou ficou em silêncio?

R: Eu fiquei quieto. (Caboclo, 21 anos).

Você já se encontrou numa situação onde eles estavam falando alemão, você chegou e continuavam falando alemão?

R: Sim, em grupo.

Qual a tua reação?

R: Não, a pessoa fica meio constrangido né, porque pode, porque tem uns que não entendem nada e podem pensar que tão falando dele né, ou coisa parecida né, tu fica meio rejeitado numa situação assim, é verdade.

No caso você pediu para que eles falassem português ou ficou do lado em silêncio?

R: Eu fiquei escutando, você não, não vai se impor. (Caboclo, 28 anos).

Quando eles falavam alemão eles paravam quando você vinha? Eles mudavam de língua ou continuavam falando?

R: Tem uns que né, que respeitam, o cara chega eles: “Ah tu não entende, agora vamos falar português”. Mas já aconteceu que as pessoas não tavam nem aí (risos).

Você acha isso uma falta de respeito quando eles não mudam de língua quando você vem?

R: É isto é uma falta de respeito. É a mesma coisa como se a gente soubesse falar uma outra linguagem daí chegasse um alemão e não sabia falar o que nós estávamos falando. Então é uma falta de respeito isso.

E daí se eles não mudavam você ficava ali em silêncio ou você pedia pra que eles mudassem de língua ou saía?

R: Não, a gente sai ou a gente fica quieto escutando [...]. (Cabocla, 38 anos).

Você já se encontrou numa rodinha onde todo mundo estava falando alemão e você chegou ali e eles continuaram falando alemão?

R: Continuaram sempre falando alemão.

E você vê isso como uma falta de respeito?

R: Isso é uma falta de respeito né, se eles sabem que a gente não entende o alemão, pra que continuar né.

Qual a sua reação, você se retirava, ficava em silêncio ou o que é que você fazia?

R: Eu ficava em silêncio, mas isso magoava, bastante magoava, senão eu me retirava quando via que não tava bom as coisas. (Cabocla, 41 anos).

Você nunca chegava lá e dizia: “O porem, o que vocês estão falando, eu quero que vocês falam o português”. Você nunca ia lá pedi pra eles falarem em português?

<sup>67</sup>

Esta situação também se forma no espaço escolar quando as relações humanas entre os estudantes dos dois grupos étnicos são menos espontâneas.

R: Não, eu não. Só que eu falava com a minha irmã, nós tinha que as vezes que parar junto na casa e até eles faziam comida, faziam um café. Tinha dias que eu até tava meio nervosa, eu até não ia tomar café, porque eu ficava nervosa, ficava irritada com aquilo, porque eles iam lá e só ficavam falando em alemão e juntava toda uma turma de alemão e alemoa e começavam só naquela língua né. Daí a gente não sabe e até começavam a conversar lá e a gente pensava: “Eles começam a falar da gente e desfazendo a agente e a gente não sabe”. (Cabocla, 67 anos).

Tem um grupinho falando alemão, tu chega e eles continuam falando alemão, daí o que você faz?

R: Fica quieto, mais uma vez né (risos). Tem uns caboclos que vão lá e falam, os alemão tem raiva dele depois, tem que deixar. (Caboclo, 68 anos).

Permanecer em silêncio, não se impor, ou nos casos mais críticos, se retirar do grupo, estas são geralmente as reações dos caboclos diante dos teuto-brasileiros que permanecem se expressando em alemão na sua presença. Esta atitude dos “*de origem*” é vista pela maioria dos caboclos como desrespeitosa ou de desconsideração, formando neles um ressentimento carregado de sentimentos de desconfiança, irritação, mágoa e rejeição. Na concepção de alguns caboclos, os teuto-brasileiros se expressam intencionalmente na língua materna com o objetivo de excluí-los das suas rodas de conversa:

Não sei se vocês já passaram por isso? Às vezes vocês estavam num grupo onde tinha alemão e quando vocês estavam naquele grupo, eles continuavam falando alemão?

R: Sim, sim.

Vocês também já passaram por estas situações?

R: Sim, eles continuavam falar e daí e depois a pretensão que eu tinha que eu nunca quis, eu até podia aprender falar em alemão, mas eu não aprendi a falar em alemão por causa da pretensão que eles tinham que enquanto que eles estavam proseando com caboclo, só os alemão e os caboclos, estavam olhando direito pra gente e estavam proseando. Quando chegava outro alemão ou outra alemoa, ela já começava a conversar com a alemoa e virava a cara assim pro lado pra gente.

E não conversava mais com vocês?

R: Já não conversava direito como conversava com os outros.

E falavam em alemão?

R: E falava em alemão.

E Como é que você reagia a isso?

R: Eu ficava um pouco por ali, já não ficava contente e pensava na minha idéia, eu desde menina eu pensava: “nunca vou falar em alemão porque eles tem pretensão com a gente, não adianta a gente falar em alemão né”. (Cabocla, 67 anos).

Você sente uma dificuldade, aqui na comunidade por não falar alemão?

R: Não, até agora nenhum ,eu me sinto bem onde moro.

Eu tava na minha dúvida, por exemplo, os caboclos são minoria neste região, como é que eles se sentem num lugar onde a maioria fala alemão?

R: Ele se sente mal né, por que o brasileiro não tem como né, e o alemão não, ele não respeita o brasileiro. Como dentro da firma né, tem o meu marido que é brasileiro, tem mais uns três quatro, daí os alemão se juntam e falam, nem que não estejam falando de mal né. Mas eles começam a fala,fala,fala... sabe, o brasileiro fica tudo desconfiado. Sabem que ele não esta entendendo, eu acho que um deve respeitar o outro.

Você acha que ele faz isso por querer ou sem querer?

R: Eu acho que ele faz isto por querer, porque...porque ele não devia que falar, pelo menos respeitar nas horas em que o brasileiro esta ali, eu acho que é um respeito isto aí. Quem sabe tu não pensa assim como eu penso. (Cabocla, 55 anos).

A língua que representa um meio de identificação cultural entre os teuto-brasileiros de Porto Novo, quando utilizada de forma etnocêntrica contribui para o seu enclausuramento étnico e cria barreiras para um melhor relacionamento com os caboclos. Estes dificilmente tomarão uma atitude de imposição, isto porque pertencem a uma minoria étnica nesta região e trazem na sua subjetividade o ressentimento conseqüente da constante segregação social. A iniciativa e os cuidados de se expressar em português nas rodas de conversa onde os caboclos se encontram presentes, devem partir do grupo majoritário teuto-brasileiro, como nos ensina uma jovem cabocla:

E daí qual a sua reação? Você pede pra falar em português?

R: Olha, eu sempre saio, porque eu não gosto. Se eu acho que tem um grupinho falando em alemão ali, se chega algum que não sabe falar alemão, eu acho que eles deveriam vê que aquela pessoa não fala em alemão, deviam falar, deviam falar em brasileiro. Só que têm uns que o preto ali, eles nem tão, continuam falando em alemão. Tu não sabe se eles estão falando de ti ou estão falando de quem, mas eu sempre quando tinha este grupinho falando em alemão já me retirava, eu nunca gostei disso.

Por que você acha que não seria correto talvez aquele que não saiba falar pedir pra que falem em português? Você acha que os outros tem que ver?

R: É, os outros tem que chegar, que nem por exemplo, se tu ta falando em alemão ali e eu chegar tu tem que ver se eu não sei falar alemão, antes de eu falar para ti e perguntar pra ti, falar em brasileiro, eu acho que tu tem que ver que eu estou ali. (Cabocla, 22 anos).

### 1.3.3 A propriedade da terra

Tanto para os colonos quanto para os caboclos, a terra é necessária para a reprodução social das suas identidades camponesas. Mas há uma concepção diferente dos dois grupos étnicos em relação a terra, o que reflete numa diferenciação na forma de organização e transformação do espaço apropriado, neste caso, a área ocupada por uma família ou grupo na qual exercem as atividades para a sua reprodução camponesa.

Para os imigrantes teuto-brasileiros, a concepção da pequena propriedade privada institucionalizada é uma herança antiga já presente nas comunidades agrárias e católicas da região de *Hunsrueck*. Ela lhes representava a liberdade individual e familiar, como também era necessária para a reprodução da comunidade camponesa em que estavam inseridos. Esta idealização romântica da pequena propriedade privada incorporada pelos camponeses ia de

encontro aos interesses do catolicismo conservador, que criava uma sustentação mais sólida neste modelo de estrutura agrária. Ao contrário do espaço urbano que, junto com o seu crescimento no início da industrialização da Alemanha após a metade do século XIX, crescia também o ateísmo da população que incorporava o pensamento iluminista.

A idéia de que uma pequena propriedade agrícola permite liberdade individual e familiar, uma vida mais ao ritmo da natureza e maior garantia de sobrevivência, estava muito presente entre pequenos proprietários do Hunsrueck e era alimentada pelas forças contra-revolucionárias, lutando por uma ordem religiosa, monárquica e aristocrática, sob o signo da propriedade individual. (KREUTZ, 1991, p. 18).

A busca por uma propriedade agrícola para garantir a identidade camponesa e de uma estrutura social capaz de manter as tradicionais relações sociais das comunidades agrárias católicas, foram os dois fatores fundamentais que atraíram os colonos a Porto Novo e concretizaram o projeto de colonização. A terra, neste sentido, representa um patrimônio familiar respaldado em um esquema axiológico, que orienta práticas sociais dos camponeses e uma estilização de vida. Desta forma, existe uma preocupação em obter a aquisição da terra através de um título de propriedade na qual possa se estabilizar e se sentir seguro.

Para o caboclo a terra também é um espaço necessário para a sua reprodução familiar e social, mas diferente do colono, pois não possui a herança da instituição da propriedade privada. Para Gehlen (1998, p. 125) a matriz socioeconômica e cultural tem as suas raízes da aldeia indígena e da fazenda latifundiária:

Do indígena herdou a idéia da terra-fonte geradora da vida, num sentido cosmológico, cuja possessão sempre é “provisória” e serve para atender as necessidades imediatas. Do latifúndio, a idéia de patrimônio, porém expandido para a família “ampliada” (matriz aldeã) e de uso produtivo tradicional.

Cândido (2001, p. 47-48) no seu estudo sobre os meios de vida do caipira paulista, que em grande parte se identificam com os do caboclo do Brasil meridional, também entende que o seu modo do uso da terra tem as suas raízes na assimilação dos traços culturais do indígena e do português:

A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso na habitação, na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura.

Os dois autores têm em comum a argumentação da assimilação da herança indígena e lusa na concepção do camponês “nacional” em relação à terra. No entanto, sobre a herança

lusa, Cândido enfatiza o espírito de aventura do bandeirante, enquanto Gehlen, a ocupação expansiva do latifundiário, mas ambos concordam sobre a característica da posse provisória da terra. Conforme Cândido (2001, p. 60) a abundância de terras e a possibilidade da posse acompanhada de uma baixa densidade demográfica, contribuíram para o caipira manter uma cultura do provisório numa vida social marcada pelo isolamento e de um equilíbrio mínimo com o meio:

É preciso indicar, neste passo, que a agricultura itinerante era possibilitada não apenas pelas reservas de terra nova e fértil, imensas para uma população esparsa, como também pelo sistema de sesmarias e posses; sobretudo estas, que abriam para o caipira a possibilidade constante de renovar o seu chão de plantio, sem qualquer ônus de compra ou locação. A posse mais ou menos formal, ou a ocupação, pura e simples, vêm juntar-se aos tipos de exploração e ao equipamento cultural, a fim de configurar uma vida social marcada pelo isolamento, a independência e o alheamento às mudanças sociais. Vida de bandeirante atrofiado, sem miragens, concentrada em torno dos problemas de manutenção de um equilíbrio mínimo entre o grupo social e o meio.

Estes fatores também podem ser atribuídos à identidade camponesa cabocla do sul do país, quando as áreas de mato ainda se mostravam abundantes. A característica da posse provisória diferencia-se profundamente da forma de uso da terra do caboclo com a do colono teuto-brasileiro. Esta diferença pode ser comparada com a distinção feita por Claval (2001, p 252) em relação ao uso da terra das sociedades nômades com as que praticam uma agricultura sedentária:

As sociedades de caçadores-colhedores contentam-se com o direito de uso coletivo, mais vinculado aos recursos do que as próprias terras. [...]

Com a agricultura sedentária e a urbanização, a parcela deixa de ser um simples suporte. Ela é enriquecida com o trabalho de revolver, adubar, padronizar e organizar o solo. Exigindo o retorno as terras ao uso comum, desencorajar-se iam as iniciativas e o trabalho de cada um. [...]

Para alcançar uma intensificação das utilizações do solo, os direitos individuais devem ser reforçados. É necessário estabilizá-los por um longo período: coloca-se de fato o problema da herança e da transmissão dos bens para as gerações seguintes; afirma-se o desejo de consolidar o uso de uma verdadeira propriedade.

Os caboclos praticavam uma agricultura seminômade com uma combinação do uso coletivo e privativo da terra nas suas atividades camponesas: com uma demarcação precária na privacidade do núcleo familiar se encontrava o rancho e às vezes alguns animais domésticos, utensílios e uma pequena roça; na coletividade utilizavam os ervais e as pastagens, que no período imperial eram públicos. O colono, com uma agricultura sedentária, já trazia da Europa a herança de uma prática camponesa do uso intensificado do solo, havendo entre eles, portanto, a concepção de uma consolidação da institucionalização da propriedade

privada. Assim, colonos e caboclos trazem diferenças visíveis na forma de organização e transformação do espaço apropriado para a suas práticas e reproduções sociais camponesas.

Antes da modernização agrícola que se desencadeou após a metade do século XX havia pouca disparidade social entre os colonos teuto-brasileiros de Porto Novo, o que nos permite descrever de forma generalizante a infra-estrutura e a organização espacial de suas propriedades. As construções, praticamente de madeira, eram construídas a base de uma boa estrutura, resistindo geralmente até duas gerações. A casa se encontrava dividida em vários cômodos: cozinha, sala, quartos e muitas vezes uma varanda; no lado de fora estava o banheiro e o forno para assar pão. Próximo à residência se encontrava o celeiro, o estábulo, o chiqueiro e o cercado quase sempre feito com um muro de pedras, onde os animais eram confinados. Ainda havia o paiol que servia para armazenar a produção e guardar os utensílios agrícolas<sup>68</sup>. Também próximo a casa se cultivava um jardim, um pomar, uma horta e o pátio era limpo<sup>69</sup>. Era ainda preciso preparar a lavoura para nela conseguir trabalhar com o arado e escoar a produção: retirar troncos, galhos, pedras, arrancar os tocos e abrir as estradas.

Uma grande energia humana por parte da família do colono é depositada sobre a propriedade. Ela deixa de ser um simples capital como visto pelas empresas colonizadoras e passa a trazer consigo um patrimônio moral, ou seja, a transformação de um espaço natural em cultural através de um *ethos* de trabalho. A família então se consolida sobre a propriedade, cria raízes e valoriza a ancestralidade. Mas com um lote de 25 hectares era necessário que os filhos quando estavam na idade de casar saíssem da casa dos pais e migrassem à procura de um novo lote nas frentes de colonização. Pela recompensa do trabalho investido na propriedade dos pais, era costume o filho receber alguma herança em valor material, no caso dos colonos “fortes”<sup>70</sup>, um lote de terra. Comumente destinava-se “ao filho a casa e lote paterno, como contrapartida pela garantia aos pais na velhice”. (RENK, 2000, p. 215). Ao fazer um estudo sobre os padrões de herança dos colonos teuto-brasileiros numa região do Rio Grande do Sul, no município de Dois Irmãos, Woortmann (1995, p. 177) percebe que não há um padrão único de herança e o sucessor não é necessariamente o filho mais novo:

---

<sup>68</sup> Outra forma era a construção de um grande galpão onde de um lado servia como residência e de outro lado como paiol e abrigo aos animais, e entre as duas divisões havia ainda um espaço para guardar a carroça e outros utensílios agrícolas. Neste modelo de construção o colono fixava uma residência de forma provisória até conseguir construir a sua casa, mas muitos, devidos os infortúnios permaneceram nela morando numa geração inteira. Este estilo residencial ainda é encontrado de forma rara nos dias atuais.

<sup>69</sup> Deixar crescer o inço na frente da casa, em especial a “caxumba”, desqualificava as virtudes camponesas porque isto representava uma visível preguiça ou falta de capricho da família, principalmente por parte das mulheres.

<sup>70</sup> São considerados colonos “fortes” as famílias que se destacam economicamente, tendo como capital valorativo a quantidade de terra e a infra-estrutura da propriedade.

Os pais avaliam o que se chama de *Geschick*, (jeito, tendência, inclinação) de cada filho homem, sua suposta qualidade inata e, em função desta avaliação, constroem seu *Schicksal*, destino. Aqueles que são percebidos como fisicamente fracos mas inteligentes, caracterizando-se como bons alunos na escola eram destinados ao sacerdócio. [...] os percebidos como fisicamente fortes e possuidores de espírito de iniciativa, eram antigamente, enviados para as colônias novas. O filho considerado ‘esperto’ migrava para a cidade, ingressando em atividades comerciais ou outras ocupações urbanas. Finalmente, aquele percebido como forte e resistente, mas de um temperamento acomodado, ‘sistemático’, ‘caprichoso’ (que gosta de fazer as coisas com capricho, bem acabadas) seria o sucessor. Na prática, o ultimogênito era preparado para ser assim desde pequeno; desde cedo era condicionado para este papel, para ser o *Stammhalter*, literalmente, o suporte do tronco, no sentido de ser o continuador do patrimônio e do nome.

O intento da integridade do patrimônio permite que a propriedade permaneça na mesma linhagem por várias gerações e que não se retalha impossibilitando a reprodução camponesa da nova família. Em algumas situações, permanecer como sucessor na propriedade dos pais representava um peso quando havia a possibilidade de migrar às terras virgens da frente pioneira. O desgaste do solo nas antigas colônias muitas vezes fez com que famílias inteiras migrassem para as novas colônias, o que nos permite concluir que a reprodução social da família tinha um valor mais significativo que a ancestralidade da propriedade deixada para traz. “A venda de áreas para novos investimentos noutras parcelas não é merecedora de sanções negativas. Seria se não houvesse aplicação do montante recebido, por ‘ter posto fora a terra’”. (RENK, 2000, p. 189). Com a modernização agrícola acontece não raras vezes, que o colono vende uma parte da terra para investir no restante da propriedade, como na construção de um estábulo, chiqueiro, aviário ou na aquisição de um equipamento agrícola.

Diria ainda que, o valor de patrimônio moral, nesse caso não está no caráter de ancestralidade da terra, mas passa pela terra domada, pela construção da propriedade, tomando para aferição o estado em que a encontraram e naquela em que a transformaram. Nesse sentido, quando é mostrada aos visitantes, o fazem no sentido de apontar o espaço domado, alterado, construído e estão (valendo-me de Guedes (1992:45)) ‘investidos de sentido e significado’, também enquanto virtude étnica. (Ibid, 190).

Com a argumentação anterior formulada, não quer se afirmar que não havia um enraizamento ou um “espírito de ancestralidade” sobre a terra, principalmente a herdada. Migrar para uma nova colônia, vender uma parcela da propriedade para um reinvestimento ou até vender a propriedade para morar na cidade, era e são decisões difíceis de serem tomadas e feitas em ultimo caso, quando for considerada como a melhor atitude prática para a reprodução social da sua família. Neste sentido, a ascensão social por meio do *ethos* de trabalho representa um valor significativo maior na virtude étnica do que a decência social para manter a ancestralidade da propriedade da terra.

Outra característica que não pode deixar de ser enfatizada é a estrutura fundiária e a demarcação dos lotes coloniais para a organização dos núcleos agrários no modelo “espinha de peixe” ou na forma de cruz, que possibilitaram a integração de todos os membros à comunidade rural. A consolidação da família sobre a propriedade permitiu que ela estabelecesse laços profundos e comprometedores sobre as atividades socioculturais e religiosas da comunidade, contribuindo para a sua prosperidade e solidificação do espírito comunitário.

O caboclo, com a herança da posse provisória da terra se adaptou muito bem as atividades econômicas que exigem a constante mobilidade, como o tropeirismo e no caso do norte e noroeste gaúcho, do oeste catarinense e do sudoeste paranaense, o extrativismo da erva-mate. Na extração da erva-mate era necessário que o caboclo mudasse seu local de residência periodicamente, pois a planta, para ter um rendimento satisfatório só pode ser podada a cada quatro anos. Desta forma, se apropriou precariamente do espaço onde estabeleceu a morada da sua família. Construiu um pequeno rancho de chão batido de um só cômodo, com paredes de madeira lascada ou roliça, o telhado de capim seco e/ou folhas de coqueiro. Na proximidade do rancho não havia nenhuma outra infra-estrutura construída, também não era cultivado um jardim, pomar ou horta. Seus utensílios agrícolas eram mínimos: uma foice, um machado, um saraquá<sup>71</sup> e um pilão. Possuíam poucos animais que andavam soltos nos arredores do rancho, sendo que quase todas as famílias tinham um cavalo, que lhe era útil como meio de locomoção e no transporte da folha da erva-mate e da pequena produção agrícola. A extração da erva-mate, que é sazonal, permitiu que no período da entressafra se praticasse uma agricultura de subsistência, como é descrita por Queiroz (1981, p. 36-37):

O milho é aqui o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes a abóbora e a melancia . semeia-se em outubro, com o auxílio dos *chuços* que só se distinguem dos paus-de-cavar usados pelos índios por serem poir serem providos de um ponta de ferro. Em terrenos virgens e muito férteis, o feijão é plantado junto ao milho. A partir de janeiro, pode-se colher o feijão preto grande, mas somente em março é que se tem o verdadeiro. a colheita do milho principia em maio, embora só o façam tão cedo aqueles que tem pressa. Deixadas na roça as espigas até apanhar geada, depois não ficam sujeitas a *gorgulho*. Além disto, nem toda gente dispõe de paiol bastante. Vai se tirando do pé a medida das necessidades.

O milho representa em Serra-Acima a base da alimentação cabocla. Com ele se faz canjica [...] Posto a secar ao sol, está pronta a canjica para se comer com leite: ou, se houver, com alguma carne. A partir da canjica, fabrica-se farinha por um processo que pouco se distingue daquele que até os nossos dias é praticado pelos Kaingang [...]

---

<sup>71</sup>

Um pau pontudo com o qual cavam um buraco na terra para plantar a semente.



Farinha de milho com feijão, quirera com um naco de carne, quando há, eis aí os pratos de todo dia. Se escasseia a comida, o mate-chimarrão, tomado habitualmente desde manhã cedinho, conforta o estômago. Traz do mato o mel das abelhas selvagens. Vez por outra, vez por outra aparece às refeições algum palmito, alguma caça e principalmente pinhão. O pinheiral é o paiol dos pobres. Pena que só frutifique nos meses mais frios e que após levar três anos produzindo que é um desperdício, passe um tempo imprevisível sem dar fruto quase nenhum.

Com o pouco que sobra do produto das roças, os caboclos fazem miúdo comércio – na base da troca – com os bodegueiros. Algumas reduzidas lavouras de tabaco, juntamente com o fabrico doméstico do fumo de rolo, que é uma espécie de artesanato, surgiu para os lados de curitibanos, e permitiu a sertanejos melhorarem de vida.

Junto aos ervais os caboclos também praticavam uma pequena e rudimentar pecuária. Numa pesquisa sobre a população cabocla do noroeste gaúcho, Martini (1993, p. 253) escreve sobre a existência de pastos públicos entre a mata, que eram utilizados de forma coletiva, onde “invernavam os animais dos trabalhadores ou até, em maior escala, alguns rebanhos ovinos e cavallares”. Outra atividade de grande destaque no período da entressafra da erva-mate e de inserção econômica no mercado era a criação de porco solto<sup>72</sup>, denominada de safra: “A safra consistia na derrubada do mato, queima da área e plantio de milho e abóbora. Após o amadurecimento deste plantio os animais eram soltos e ‘criavam por si’”. (RENK, 1997, p. 108). Queiróz (1981, p. 37), revela que os caboclos do planalto catarinense criavam o porco solto no pinheiral onde se alimentavam do pinhão:

Para isto é preciso prever com antecedência aqueles anos em que o pinheiro vai frutificar, o que se conhece examinando a copa das árvores: - quando os ramos de baixo principiam a querer esbranquiçar, em contraste com as grimpas que continuam verde-escuro, é sinal que vem aí o tempo bom. O sertanejo *carboteiro* faz das tripas coração, vende o que pode, barganha, toma emprestado, e adquire o maior número de bacorinhos e marrões. Soltos no pinheiral, crescem e ficam tão gordos que mal podem andar. É de bom aviso não tocá-los para o mato quando novos demais, ou deixá-los mais de seis meses em liberdade completa, porque se tornam *alçados* que depois é difícil reavê-los. Em todo o caso, existem cachorros treinados para pegar porcos.

Este sistema integrado desenvolvido pelos caboclos: extrativismo, criação de animais e agricultura de subsistência é conhecido como *faxinal*. (MAN YU, 1988).

---

<sup>72</sup> “A criação de animais, no sistema de safra, inicialmente, consistia numa atividade de entressafra da erva-mate. Com o declínio da economia ervateira, depois da queda de 1931, passou a ser a principal atividade”. (RENK, 1997, p. 108). Esta atividade também ganhou maior impulso com o surgimento dos frigoríficos, por isso era mais relevante entre a população cabocla que se localizava em áreas de colonização mais tardia, onde ainda havia um espaço menos concorrido que tornava possível esta prática. Como a exemplo de Porto Novo, a criação de porco solto no sistema de “safra” não foi identificada e também desconheço o seu mencionamento entre as pesquisas da população cabocla do Rio Grande do Sul. Já no sudoeste paranaense a criação do porco solto foi uma atividade intensamente praticada pelos caboclos antes da vinda dos imigrantes. (BONETI, 1998).

Em relação à organização do espaço apropriado para a prática agrícola e criação de animais, Renk (1997, p. 96-97, grifo da autora) explica que a população cabocla costumava dividir as terras em terras de plantar e de criar:

Esta população adotava uma prática costumeira de dividir as terras em **terras de plantar** e **terras de criar**, como eram nominadas internamente. As primeiras situavam-se longe de casa, próximas aos cursos d'água. [...] Além das **terras de plantar** se situarem a “léguas de lonjura”, o produto colhido era depositado em paióis, feitos de esteiras de taquara, no local de plantio. À medida que consumiam o produto, passavam a buscá-lo no local depositado. BREVES (1985), ao criticar este costume, era interpelado pela população local de que não consumiam a colheita num único dia, logo, não havia por que busca-lo em única vez.

O transporte dos produtos ao local de consumo era feito com cesto de taquara, que podia ser carregado nas costas, onde uma alça o prendia à cabeça ou à testa do carregador ou por cargueiro. Neste caso utilizavam cavalo, onde os produtos colhidos, como o milho, feijão, a abóbora e batata-doce, eram depositados em cestos.

As **terras de criar** ficavam na proximidade da casa, onde eram criados os animais domésticos, como galinhas, porcos, cavalos e bovinos. Internamente, esta modalidade foi vista como **sistema dos brasileiros** e peculiar a uma época anterior à colonização, quando não havia a **lei de criar preso** introduzida pelos **colonos**. Da mesma forma, a abundância das terras e a distância das duas áreas, a de **plantar** e a de **criar**, não implicava no prejuízo da primeira ser invadida pelos animais.

Com a vinda das empresas colonizadoras houve a privatização dos ervais públicos (neste caso os do noroeste gaúcho no início do governo republicano) e a divisão da terra em lotes coloniais. Este processo impossibilitou a continuação das tradicionais práticas camponesas da população cabocla. A formalização da propriedade privada em lotes de 25 hectares e a ocupação sucessiva por colonos, impediu a ocupação expansiva da terra, o que resultou no fim do binômio “terras de plantar” e “terras de criar”. Não era mais possível a utilização coletiva dos pastos públicos (noroeste gaúcho) nem mais a criação do porco solto. E a privatização dos ervais impossibilitou a mobilidade espontânea das famílias na procura da erva-mate.

Muitos caboclos, para continuarem suas tradicionais práticas camponesas, migraram em áreas devolutas ainda não alcançadas pelas empresas de colonização (no período em que está opção existia). Os que permaneceram se adaptaram aos serviços oferecidos pela colonização: derrubada de mato, abertura de estradas e extração de madeira. Estes trabalhos exigiam uma constante mobilidade, como o acampamento junto às empreitadas. Estabeleciam seus ranchos em áreas ainda não demarcadas ou vendidas aos colonos, e sempre quando a situação exigia (a pressão da companhia ou dos colonos) se deslocavam mata adentro onde fazia a sua nova morada. Para se adaptar a esta realidade, o caboclo aciona a sua herança do provisório, mas a partir de então, diferente do período dos ervais públicos ou das terras

“devolutas”, as suas constantes migrações são quase sempre involuntárias: é a institucionalização da propriedade privada que o expulsa da sua posse.

A não adaptação do campesinato caboclo a uma propriedade dentro dos moldes de um lote colonial foi uns dos principais fatores da sua exclusão nos projetos de colonização. BREVES (1985, p. 32) aponta dois motivos principais que dificilmente possibilitaria aos caboclos tornarem-se proprietários: o primeiro seria a pobreza da população que não acumularia o montante exigido pelo Estado para a compra da propriedade e o segundo seria porque não pensavam em ser proprietários, preferiam viver como “intrusos” pela vantagem de não precisarem pagar impostos e nem serem obrigados a fazer uma casa e uma roça boa. Houve assim sempre uma idéia de passagem provisória, de ocupante, “coisa muito do gosto deles”. Há no caboclo a herança camponesa pautada na mobilidade, sendo que a idéia de intruso é uma representação externa do seu grupo étnico. Certamente não preferiam viver numa situação de constante expulsão, o que o autor não considerou foi à falta de uma política agrária capaz de incluir os caboclos dentro das suas características camponesas.

Para Renk (1997, p. 111), os caboclos não viam a terra como mercadoria ou como patrimônio moral. Antes da colonização era vista como abundante e na sua lógica era do Brasil e, portanto não havia necessidade de comprá-la. Mas provavelmente no decorrer do processo colonizatório que se estendeu além da metade do século XX, a população cabocla se conscientizou de que a terra que era do Estado iria ser privatizada. Portanto o caboclo não adquiria um lote por não ter recursos financeiros uma vez que não adaptou suas práticas camponesas a uma agricultura produtora de excedentes maiores, como a do colono.

Já Boneti (1998, p. 93) compreende que os caboclos entre si tinham uma lei da propriedade da posse idêntica a da propriedade privada do mundo capitalista:

Quanto à noção jurídica e política da propriedade parcelar: entre os caboclos havia uma lei, a lei da propriedade da posse da terra; uma lei criada pelos primeiros habitantes da região, os caboclos, e que vigorou, mesmo após a vinda dos migrantes, até a legalização final da propriedade da terra da região. A lei da terra da sociedade cabocla determinava respeito aos limites da propriedade da posse traçados pelos caboclos. Nada havia de diferente com o mundo de fora, o capitalista. Era, no fundo a instituição da propriedade privada [...].

O autor sustenta esta argumentação porque caboclos delimitaram suas posses e a transformaram em mercadoria de troca: “O fato de delimitar as suas posses e a transformar numa mercadoria de troca significa apropriar-se dela”. (Ibid., p. 101). Conversando com os caboclos idosos de Porto Novo sobre a delimitação e ocupação das suas posses foi possível compreender de que este modo de apropriação da terra estava longe de ser capitalista. As delimitações das áreas não eram rígidas, o limite da ocupação do espaço entre uma e outra

família se dava “através do respeito”, na compreensão de que todos precisavam de um pedaço de terra para se sustentar. Conforme sua fala, muitas vezes se convidava um compadre ou um amigo para construir um rancho nas proximidades sem pedir nada em troca. Quando se pretendia emigrar da sua posse e uma outra família se mostrava interessada no lugar, às vezes cobrava-se a esta família um pequeno valor, mas não pela terra, porque tinham a consciência de que não eram proprietários legais, mas pelo trabalho nela investido, como a abertura de uma clareira ou nos raros casos em que havia se construído um rancho de madeira. Os valores eram insignificantes, distantes de transformar a terra em mercadoria: “Não sei mais de quem, eu sei que nós compramos de um vizinho lá. Era do tempo do barato, nós troquemos uma vaca por uma colônia de terra”. (Cabocla, 68 anos).

O termo “posseiro” é pouco conhecido entre a população cabocla de Porto Novo, a posse ocupada é denominada de “terra de direito”:

Ele: Tinha muitos ali em aparecida, na terra do peperí, era **direito, direito** não era terra comprada, era **direito** comprado, uma **terra de direito**. Compreende o que é **direito**?

Sim, como se diz posseiro também?

Ele: Ah?

Podia se dizer também posseiro pra isso?

Ela: Bom, posseiro é que faz posso. Posseiro que nós compreendemos é que, é que edifica ou detenha a água.

Ele: Um compra do outro, aquele que fica com aquele pedaço de terra é direito dele, é direito. Não é terra escriturada.

Não é terra escriturada?

R: Não, não é terra escriturada, na terra escriturada eu sou dono, sendo escriturada e se não é escriturada eu não sou dono, só direito meu. (Casal de caboclos, 67 (ela) e 90 (ele) anos).

Em todas as leituras já feitas sobre a população cabocla, não se encontrou nenhuma obra que citasse o termo “terra de direito”, que é tão popularmente conhecido entre a população cabocla de Porto Novo. Esta expressão certamente não é só local, uma vez que os caboclos têm em sua maioria, suas recentes raízes do noroeste gaúcho. É bem provável que o termo não tenha despertado um grande significado entre os pesquisadores. No entender dos caboclos a “terra de direito” ou simplesmente “o direito”, é a área ocupada pela família dentro dos limites assegurados “pelo respeito”, esta família teria assim o **direito** de usufruir deste pedaço de terra para a prática da sua agricultura de subsistência. A expressão faz parte de uma representação interna do grupo étnico que permite uma apropriação precária da terra. Na representação externa onde era válida a instituição legal da propriedade privada, a “terra de direito” não lhe dava nenhum **direito** de usufruí-la.

A partir da descrição feita pelo primeiro colono que se estabeleceu na comunidade da antiga Linha Glória<sup>73</sup> em 1954, pode-se claramente verificar as características do uso provisório da terra pelos caboclos e a sua não adaptação ao modelo camponês do colono, ou em outras palavras, a sua não adaptação à consolidação da propriedade privada dada nos moldes da política de colonização:

Quando você entrou aqui o que o caboclo trabalhava? Estes posseiros que estavam aqui o que eles trabalhavam?

R: A roça que eles faziam era de foice, de machado e fogo.

Não tinha enxada?

R: Enxada muito pouco, às vezes carpia um feijãozinho e um lavrava, até eu lavrei pra um cara lá em baixo, um pedaço pra plantar uns pé de feijão.

Boi eles não tinham pra lavar?

R: Não, eles iam, mas saíam 2ª feira, eles iam, diziam: “Vamos pra colônia”. Trabalhavam mais na colônia. Empreitada de roçada de mato, derrubada de mato, porque naquela época era tudo a foice e machado, não tinha moto serra como hoje, nem máquina e nem nada. Então o ganho deles era assim.

Como é que eles construíam o seu ranchinho? Com madeira ou como é que era o ranchinho deles?

R: A grandiuva (ku eker), se tu sapeca ela no fogo, na lua certa, ela dura 5, 6 anos.

E os caboclos tinham este conhecimento?

R: Sim. E se apodrecia, dentro de um dia eles faziam um outro rancho, era tudo de madeira roliça, teto de capim de elefante ou folha de coqueiro e alguns faziam tabuinha, um ou outro, mas os primeiro rancho que tinha por ali era tudo coberto de palha de coqueiro ou capim de elefante.

Então eles faziam uma pequena rocinha junto e caçavam, pescavam?

R: A mulher trabalhava um pouquinho em casa, às vezes elas iam junto, às vezes ia uma família inteira para o interior trabalhar, ganhava uma carpida ia a família inteira, criava um ou outro porquinho solto ou algumas galinhas.

Gado eles tinham pouco?

R: Não, gado eles não tinham, não sabiam tratar direito ainda. (teuto-brasileiro, 78 anos).

A rudimentaridade dos ranchos também é descrita pelos próprios caboclos idosos que moravam no local naquele período:

Como é que vocês fizeram a casa quando chegaram lá em Aparecida (antiga Linha Glória)? Como é que era a casa de vocês?

R: Primeiramente nós fizemos de coqueiro e depois nós fizemos de tábua. (cabocla, 92 anos).

Como é que você morava naquele tempo? Com o que você construía, a sua casa, o seu rancho?

Ela: Com folha de coqueiro.

Ele: E lascava o tronco pra fazer a parede assim, as tábuas das paredes lascava o coqueiro.

Naquele tempo então vocês moravam assim tipo em terra de direito?

Ela: É, era de direito sim. (casal de caboclos, 63 (ela) e 69 (ele) anos).

---

<sup>73</sup> Área das atuais comunidades de Aparecida e Glória, as duas comunidades foram criadas a partir da antiga em 1966.

Na década de 60, quando houve a efetiva ocupação da comunidade da antiga Linha Glória, os caboclos não apresentavam as características de uma agricultura sedentária: “A roça que eles faziam era de foice, de machado e fogo” produzindo um mínimo para a sua subsistência; raramente criavam alguns animais; a infra-estrutura da terra ocupada se limitava a um rancho improvisado “de madeira roliça, teto de capim de elefante ou folha de coqueiro”; “o ganho deles” se concentrava nos trabalhos da colônia, temporários e de constante mobilidade.

Com a crescente modernização agrícola a partir da década de 70, as propriedades tiveram que se adaptar as novas exigências do mercado econômico; o capital investido na propriedade recebe uma importância cada vez maior do que a terra em si. Da quase homogeneidade de antes, formaram-se diferentes modelos de propriedades entre as diferentes classes sociais dos colonos. As estratificações sociais vão desde o cume da pirâmide onde se encontram os produtores bem-equipados tecnologicamente, até a base, onde estão os descartados e descapitalizados da produção.

Ao se observar a paisagem rural de Porto Novo, encontramos dentro das estratificações sociais dos colonos características em comum que se diferem dos camponeses caboclos: as características que revelam a herança de uma prática camponesa sedentária na propriedade dos colonos e os traços da herança de uma cultura do provisório no espaço apropriado pelos caboclos.



Figura 9 - Moradia típica de um colono (pequeno agricultor). Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 10 - Moradia típica de um caboclo. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Na propriedade do colono geralmente encontramos um cercado, uma horta, um pomar, um jardim, um paiol, um chiqueiro e um estábulo<sup>74</sup>. A casa, por mais humilde que seja quase sempre se encontra pintada e com uma divisão em diferentes cômodos, nela também encontramos instalada água encanada, um banheiro com sanitário e chuveiro, e uma lavanderia.

Na propriedade dos caboclos, na maioria das vezes, encontramos apenas construída uma precária residência. O rancho, como é denominado por eles, é pequeno e com nenhuma ou pouca divisão de cômodos; construído rústicamente de madeira e sem pintura; raramente com a instalação da água encanada e banheiro. Comparado com a infra-estrutura da propriedade agrícola do colono, na morada do caboclo dificilmente existe uma construção além do rancho e com raras exceções um pequeno chiqueiro improvisado. É comum terem alguns porcos caminhando soltos nas proximidades da residência. As poucas cabeças de gado que possuem geralmente estão amarradas, pois não há um cercado. Nas proximidades do rancho é muito raro ver um jardim, uma horta ou um pomar. Mas o que foi possível observar durante a pesquisa a campo é que muitas vezes, em frente ao rancho e quase sempre à sombra de algumas árvores se preservava um pequeno pátio: lugar onde a família e a visita se aconchegam para soltar uma prosa.

---

<sup>74</sup> Na propriedade do colono que aparece na foto acima, o jardim se encontra atrás do pomar ao lado da casa, o paiol, o chiqueiro e o estábulo se encontram numa construção única que aparece em parte aos fundos.

Diferenças também podem ser observadas na lavoura: maior produtividade e uso de técnicas modernas por parte dos colonos e prática agrícola rudimentar e de baixa produtividade na roça cabocla, como foi muito bem descrito numa entrevista com um teuto-brasileiro:

A mesma coisa dentro da roça, a gente vê a diferença: o alemão lavra, passa veneno, planta, colhe; o caboclo, ele roça um cantinho, passa fogo e planta, depois colhe e o eito fica deitado, eles não semeiam pasto dentro pra proteger, eles não adubam novamente o solo, ele espera até o próximo ano, bota fogo e planta novamente. Sabe, é que nem antigamente, como os primeiros que entraram assim eles ainda hoje trabalham. (teuto-brasileiro, 32 anos).

Numa análise superficial poder-se-ia concluir que o estabelecimento precário do caboclo é uma conseqüência direta da sua situação social. Os caboclos em geral possuem um rendimento inferior aos teuto-brasileiros, mas expor o fator econômico acima do cultural para justificar as diferentes características presentes na propriedade de um e de outro grupo étnico sem dúvida não deixa de ser um grande equívoco. Como a exemplo das duas propriedades nas fotos anteriores, aparentemente parece que o rendimento econômico da família do colono é bastante superior, enquanto que a família cabocla parece viver numa situação de extrema miséria. Mas pesquisando a renda das duas famílias, identificou-se que ambas tinham um rendimento econômico idêntico: na família cabocla, o marido está aposentado com um salário mínimo, a esposa é funcionária da agroindústria Seara Alimentos S/A e o filho trabalha como diarista; na família do colono, o marido trabalha na lavoura se dedicando numa pequena produção de fumo, a esposa é aposentada com um salário mínimo e a filha também é funcionária da agroindústria Seara Alimentos S/A; a família cabocla é de cinco componentes e a do colono de quatro. Podemos assim compreender, que a antiga herança da cultura do provisório, como anteriormente apontada na concepção de Cândido (2001) e Gehlen (1998), tem uma significativa influência sobre o caboclo e que se reflete visivelmente na forma de como ele se ajusta ao meio, ao espaço a que sua família se apropria. Antes o uso provisório da terra se justificava pela necessidade da constante mobilidade presente nas suas práticas camponesas, mas atualmente, mesmo que uma família cabocla esteja estabelecida a mais de duas décadas no mesmo lugar, a cultura do provisório continua se refletindo de forma intensa sobre esta propriedade. Com isto pode-se compreender que as características culturais de um grupo étnico não se transformam com a mesma rapidez exigida pelas mudanças introduzidas, o que provoca rupturas e ou novas adaptações por meio de uma simbiose do velho com o novo.



Nas entrevistas da pesquisa a campo, quando se questionou sobre as diferenças existentes entre teuto-brasileiros e caboclos, a característica da propriedade foi bastante apontada entre os teuto-brasileiros:

Ah, isto é uma grande diferença, está diferença é grande. Por que sabe que o caboclo não pode se adaptar do jeito que um alemão se adapta na agricultura. Por que tu indo pelas estradas e tu enxergando uma propriedade alemã e tu enxergando uma propriedade cabocla, a diferença é de dia pra à noite. Então ali existe alguma coisa que o caboclo não tem o sistema de permanência. O caboclo é o seguinte, ele mora três ou quatro anos num lugar ele muda, ele não tem permanência que nem o alemão, o alemão se organizando uma vez num lugar ele acha isso um lugar sagrado, ele cuida disso né, e o caboclo ele não tem este sistema. [...]

E isto você percebe já na propriedade?

R: Já na propriedade, de longe você vê isto.

O que você percebe de diferente na propriedade.

R: Você vê que ali tem uma propriedade que tem uma estrutura bem melhor, bem caprichada e do caboclo ele joga as coisas por aí e o alemão coloca as coisas no lugar bem caprichado. O caboclo joga as coisas por aí e deixa jogado três, quatro dias e no dia seguinte ele vem ali olha e diz; “ah, ainda está deitado aí, eu posso continuar construindo”. E o alemão é diferente né, ele se organiza mais. (teuto-brasileiro, 78 anos).

Você pode passar, onde tem um caboclo morando e onde tem um de origem alemão morando, tem diferença grande. Um alemão, um italiano e um brasileiro, o polaco é mais ou menos, mas o que é de origem cabocla enxerga de longe, falo a verdade porque eu estou observando aqui gente que moraram ali, moram tanto tempo aqui como eu e não tem nenhum pé de laranja. (teuto-brasileiro, 78 anos).

Na maioria tem alguns cabritos ou coisa assim, no gado você já vê de longe, na construção já, e em tudo sabe a diferença é muito grande. (teuto-brasileiro, 55 anos).

Vem uma vez num alemão, geralmente tem um pátio feito, raras exceções. Olha uma vez num caboclo, dificilmente tu acha, eles até podem chegar a uma casa, mas eles não se preocupam uma vez em caprichar um pouquinho mais, como fazer um pátio, plantar uma vez um pé de grama, um pé de fruta. (teuto-brasileiro, 32 anos).

Se você pegar e rodar hoje o nosso interior e a própria cidade, dá para só distinguir já a origem pela própria aparência das casas, propriedades assim também.

Qual seria a diferença nas propriedades?

É a própria organização e o modo de administrar, conforme como está sendo a propriedade né, a forma de cultivo também né, dos produtos como é que trabalham né e a forma como é que organizam a própria residência assim né, até alguma coisa em parte de limpeza assim né, a organização do pátio tudo.

Para dar um exemplo, diferencia uma propriedade de um caboclo e de um alemão?

R: Uma propriedade de uma pessoa mais assim de origem alemã, uma das coisas mais que a gente pode ver logo é se você chega na propriedade já né, o pátio uma coisa geralmente a pessoa de origem cabocla ela é bem mais relaxada assim, tu vê coisas jogadas aqui, coisas jogadas ali assim. E o pessoal de origem alemã já não, ele dá um destino às coisas que não servem mais né, tipo assim, fazem a separação do lixo essas coisas tudo né. Geralmente o caboclo joga assim as coisas mais no primeiro matinho que tem do lado, ele vai lá joga assim e não tá muito preocupado com o visual assim da propriedade. Seriam essas as diferenças que eu vejo assim. (teuto-brasileiro, 26 anos).

Entre os entrevistados caboclos, a diferença da propriedade não foi apontada, ao contrário dos teuto-brasileiros que a enfatizaram. Na descrição da propriedade do caboclo são

destacadas as características do provisório, mas nas falas os teuto-brasileiros deixam transparecer o seu etnocentrismo: “caboclo ele joga as coisas por aí e o alemão coloca as coisas no lugar bem caprichado”; “eles até podem chegar a uma casa, mas eles não se preocupam uma vez em caprichar um pouquinho mais”; “a pessoa de origem cabocla ela é bem mais relaxada assim, tu vê coisas jogadas aqui, coisas jogadas ali assim”. Existe uma dificuldade por parte dos teuto-brasileiros em aceitar as características culturais do caboclo que se refletem sobre a organização e uso do seu espaço apropriado. A cultura do provisório é vista de forma preconceituosa e intolerante pelos “*de origem*”, é considerada como sinônimo de “falta de capricho”, o que representa uma grande desqualificação dentro da sua ética camponesa. Esta intolerância é sem dúvida um grande impasse para melhorar o relacionamento entre os dois grupos étnicos, o que conseqüentemente acentua a segregação social do caboclo.

#### 1.3.4 O *ethos* trabalho<sup>75</sup>

A concepção moderna de trabalho a partir do processo da industrialização traz uma centralidade econômica e ética que acarreta efeitos diferentes sobre os dois grupos étnicos em estudo:

O trabalho é assumido como centralidade ética, reificando a noção cristã de que, além de necessário, é a única via para *redimir* e *libertar*. É condição de inclusão na cidadania e, por extensão, na civilização. O referencial de valorização do trabalho é a produtividade: relação otimizada entre tempo e tecnologia. Para viabilizar esta noção hegemônica, impôs uma nova gestão de tempo. Essas duas mudanças – atribuição ao trabalho como centralidade ética e econômica e ao tempo como gestor de produtividade do trabalho – geram efeitos diferenciados sobre as diversas classes sociais e/ou grupos específicos. (GEHLEN, 1998, p. 128).

Os colonos imigrantes de Porto Novo já traziam na herança das antigas comunidades agrárias da Europa as raízes da concepção moderna do trabalho: a sua centralidade ética na noção cristã, bem como a sua atribuição econômica acompanhado pelo referencial valorativo da produtividade.

---

<sup>75</sup> É utilizado o termo *ethos* porque se pretende vincular a concepção de trabalho dos indivíduos às características sócio-culturais do seu grupo étnico: “O *ethos* por sua vez, é dado pelo conjunto de disposições sócio-culturais latentes, adquiridos pela socialização, que abrem a cada indivíduo determinadas modalidades e possibilidades de produção de sentido – portanto, de formas de consciência – e definem um estilo de comportamento”. (GAIGER, 1994, p.178).

Dentro do princípio cristão, o trabalho é apresentado como uma virtude e um dever: “Te alimentarás do suor do teu rosto” e a ociosidade como um dos sete pecados capitais:

A perda do tempo é pois o primeiro e, em princípio, o mais funesto dos pecados. A duração da vida humana é por demais curta e preciosa para garantir a própria escolha. A perda de tempo na vida social, em conversas ociosas, em luxos e mesmo em dormir mais que o necessário para a saúde, de seis até o máximo de oito horas, é merecedora de absoluta condenação moral. Não se trata pois de reafirmar, com Franklin, que tempo é dinheiro, mas a posição é verdadeira em certo sentido espiritual. Ela é infinitamente valiosa, pois que cada hora perdida é perdida para o trabalho de glorificação a Deus. (WEBER, 2006, p. 119).

O capitalismo moderno, que Weber (Ibid., p. 28) define como “a organização capitalística racional do trabalho livre [pelo menos formalmente]”, incorporou de certa forma a concepção cristã da virtude do trabalho. A condenação moral da ociosidade, que no cristianismo representa o tempo perdido “para o trabalho de glorificação a Deus”, com o avanço do espírito do capitalismo e a decadência das bases religiosas, a perda de tempo passou a ser consequentemente a perda do dinheiro, como nos ensina Benjamin Franklin;

‘Lembre-se que tempo é dinheiro. Para aquele que pode ganhar dez *shillings* por dia pelo seu trabalho de vai passear, ou fica ocioso metade do dia, a pesar de não gastar mais que seis *pence* em sua vadiagem ou diversão, não deve ser computada apenas essa despesa; ele gastou, ou melhor, jogou fora mais cinco *shillings*.  
[...].  
‘Aquele que perde inutilmente o valor de cinco *shillings* de seu tempo, perde cinco *shillings*, e poderia com a mesma prudência tê-los jogado ao mar.  
‘Aquele *shillings* não perde apenas essa soma, mas também todas as vantagens que poderia obter investindo-a em negócios, e que, durante o tempo em que um jovem se torna velho, integraria uma soma considerável. (apud Ibid., p. 46-47).

A condenação do cristianismo pelo consumo do supérfluo foi outra contribuição dada para o avanço do capitalismo moderno, o que favoreceu o acúmulo de capital para um investimento produtivo:

Quando a limitação do consumo é combinada com a liberação das atividades de busca da riqueza, o resultado prático inevitável é óbvio: o acúmulo de capital mediante a compulsão ascética para a popança. As restrições impostas ao gasto do dinheiro, serviram naturalmente para aumentá-lo, possibilitando o investimento produtivo do capital. (Ibid., p. 129).

Os jesuítas, que acompanharam a trajetória dos colonos teuto-brasileiros da Europa para o Rio Grande do Sul e de lá para Porto Novo, sempre tentaram imunizar os seus leigos da filosofia iluminista do liberalismo econômico. No entanto, não podiam se desvincular do constante avanço das forças produtivas e das relações econômicas do capitalismo moderno. Para resguardar as comunidades agrárias de todos os “males” da sociedade moderna, os jesuítas criaram e lideraram inúmeras formas de associativismo que tinham o objetivo do bem

estar material e espiritual dos colonos. Estes por sua vez, incorporaram uma concepção moderna do trabalho e das relações econômicas dentro de uma ética religiosa, a primazia do espiritual para não sufocar no materialismo. Um dos exemplos que podem ser citados para elucidar este fato é a criação do *Sparkass* (Caixa Rural) e a *Volksverein* (Sociedade União Popular para Católicos Alemães).

No estatuto da Caixa Rural União Popular é descrito o seu objetivo econômico e financeiro: “combater a usura fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários a exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes o exercício da sua profissão”. Mas a importância deste sistema de crédito ia além da esfera material: “[...] o sistema *Raiffeisen* se baseava em princípios cristãos de amor ao próximo, conferindo grande importância à formação moral dos associados, que tinha responsabilidade solidária e ilimitada quanto a obrigações contraídas pela cooperativa”. (WERLE, 2006, p. 153). Conforme Pe Theodor Amstad, fundador da primeira Caixa Rural em Nova Petrópolis em 1902, um dos objetivos iniciais era “acima de tudo ensinar a economizar”. (apud *Ibid.*, p. 151). Hábito que se procurava introduzir principalmente em jovens e crianças. O comportamento econômico dos jovens que consumiam bens vistos como luxuosos era severamente condenado, como pode ser analisado num trecho da palestra do II Congresso Católico realizado em 1899 em Santa Clara:

Como último dos males fundamentais que flagelam a colônia cito o luxo vulgarizador. Se observarmos como a juventude se apresenta nos salões de baile, chega-se a imaginar que se trata de príncipes e princesas reais. O filho aparece com a sua cela de prata, chicote pistola dupla e uma faca na bainha, além de seu relógio de bolso e outras coisas mais. Mas quando observarmos a casa destes jovens, suas ferramentas de trabalho que cada agricultor deve e precisa possuir, perde-se o juízo. A enxada, com a qual trabalha não serve nem para limpar o estábulo, o machado só serve mais para quebrar ossos e o arado está nas últimas. Com tudo isso não abrem mão do luxo, mesmo afundado em dívidas. (apud *Ibid.*, p. 152).

O consumo de bens luxuosos ou supérfluos recebia, pois uma severa crítica e era visto como um grande mal que afligia principalmente a juventude. Em contrapartida recomendava-se o investimento em bens produtivos, na aquisição de melhores equipamentos agrícolas, como se pode observar na comparação feita acima. Uma outra opção mais recomendada ainda, em especial aos jovens, era de investir o dinheiro numa poupança na Caixa Rural, como foi proposto no II Congresso Católico: “para o seu próprio interesse os jovens são orientados a investir na poupança o dinheiro que recebem de seus pais”. (apud *Ibid.*, p. 153). Neste contexto é possível concordar com a argumentação de Weber apontada anteriormente,

onde a ética cristã do não uso do dinheiro em bens supérfluos e sua conseqüente acumulação em poupança favoreceram para um investimento produtivo do capital.

No caso do dinheiro aplicado na poupança das Caixas Rurais, foi na sua maior parte, utilizado pela *Volkverein* para promover ou financiar novas colonizações. Esta associação de caráter confessional, assim como a Caixa Rural, se pautava em princípios cristãos onde a liderança jesuítica se preocupava em assegurar o bem estar material e espiritual dos colonos. A sua finalidade e área de atuação era abrangente: a instituição se estendia por toda a região da colonização alemã e católica do Rio Grande do Sul e oeste catarinense, procurando promover o caráter associativo e assistencial para contemplar todas as esferas da vida do colono. Mas o seu objetivo principal, desde que foi fundada em 1912 no Congresso Católico de Venâncio Aires, era de organizar uma colônia exclusivamente por descendentes alemães de religião católica. Mas isto se concretizaria apenas a partir de 1926, quando a instituição se tornou a mentora do projeto de colonização Porto Novo financiado pelas Caixas Rurais. No decorrer do avanço da colonização, a *Volkverein*, para concorrer com outras empresas colonizadoras no disputado mercado das terras, teve que inovar nas suas estratégias de venda e publicidade, passando a ter um caráter muito mais capitalista-empresarial do que uma instituição associativa de princípios cristãos.

Apesar do conservadorismo religioso e político dos jesuítas, o projeto de Restauração Católica que integrava os colonos trazia preceitos da concepção moderna de trabalho: a sua centralidade ética cristã e o seu referencial valorativo de produtividade, que relaciona o uso da técnica com a do tempo e a idéia do acúmulo para um investimento produtivo em detrimento da aquisição de um bem de consumo considerado supérfluo ou luxuoso. Com a intensificação das relações capitalistas em Porto Novo a partir da modernização agrícola que se desencadeia principalmente após a década de 70, as imposições do liberalismo econômico tornam-se supremas em relação à antiga organização social fundamentada nos princípios religiosos da Restauração Católica. Nesta fase de transição, os colonos tiveram que adaptar a sua concepção moderna de trabalho envolto num espírito de cristandade para uma nova concepção impulsionada sempre mais pelo espírito do capitalismo.

Na literatura brasileira encontramos inúmeras referências que caracterizam os camponeses mestiços não “*de origem*” (aqui denominados de caboclos, mas costumeiramente também nomeados de caipiras, sertanejos ou nacionais) de indolentes. As maiores publicações, que envolvem desde histórias pitorescas, romances e obras de cunho científico, aconteceram no período do final do século XIX a metade do século XX, que coincide com a fase dos intensos projetos de colonização. Os seus autores eram na sua grande maioria porta-

vozes dos interesses políticos e econômicos que estavam em jogo, e por meio das suas publicações tentavam justificar a não inclusão do caboclo nos projetos de colonização. A sua desqualificação geralmente recaía no seu caráter indolente acompanhado pela falta de ambição, que impossibilitaria a sua admissão numa sociedade que estava se encaminhando para o moderno capitalismo. Os estudos que envolviam os traços culturais da identidade camponesa do caboclo pouco se interessaram em fazer uma análise mais profunda sobre o seu *ethos* de trabalho, que de forma etnocêntrica e preconceituosa julgavam como vadiagem.

Numa pesquisa inovadora, Antônio Cândido ao estudar o caipira paulista no início da década de 50, compreende de forma mais profunda a sua concepção de trabalho. Adverte que a não adaptação do caipira a trabalhos intensos e contínuos não deve ser considerado vadiagem, mas desnecessidade de trabalhar, e aponta as determinantes econômicas e culturais que contribuíram para este fenômeno:

Entre aqueles determinantes, avulta a predominância da economia de subsistência, associada a extraordinária fertilidade das terras virgens. Com efeito, plantava-se para viver, com pouca ou nenhuma utilização comercial do produto; no solo novo, a colheita era enorme em relação ao plantio, sobrando mantimento, como já foi dito. Em caso de enfraquecimento do solo, associado à precariedade da técnica, era possível recorrer a novas terras, onde se recriavam as condições anteriores, não apenas de produtividade, como de isolamento, perpetuando a auto-suficiência e tornando desnecessária a introdução de hábitos mais rigorosos de trabalho.

Em sentido complementar, atuava a referida precariedade dos direitos territoriais [...]. Vemos aí que o tipo de apropriação influi sobre a atividade agrícola, e ambos sobre a organização social – dificultando o progresso técnico e o aparecimento de formas mais ricas de contacto inter-humano. Além disso facilitam a mobilidade e a incerteza, que prolongam em nível precário o espírito de aventura e a repulsa ao trabalho.

Daí a estabilização da vida do caipira, nos planos biológico e social, em torno de padrões mínimos, que encerrando o agricultor num círculo fechado, tornavam-se um fator pouco favorável para o desenvolvimento de atividade intensa.

Resumindo, podemos dizer que o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos prementes, a técnica sumária e, com muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão. (CÂNDIDO, 2001, p 112-113).

O autor entende que a não adaptação do caipira a um trabalho mais produtivo e exaustivo e a sua sobrevivência em meios mínimos e precários permitiu a ele uma relativa independência e não submissão ao trabalho servil:

Em verdade este mecanismo de sobrevivência, pelo apego às formas mínimas de ajustamento, provocou certa anquilose de sua cultura. Como já se tinha visto no seu passado índio, verificou-se nele certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhes foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. (Ibid., p. 107).

A análise de Cândido pode ser muito bem relacionada ao caboclo do sul. Ele dificilmente se adaptou a um trabalho contínuo e metódico e sempre preferiu as atividades relacionados à mobilidade onde pudesse manter uma relativa independência, como o tropeirismo e a extração da erva-mate. Não podemos esquecer que nestas atividades havia a dependência com o estancieiro, no caso do trabalho da doma do gado; com o comerciante, o empresário ou do proprietário das terras na extração da erva-mate. Mas estes vínculos permitiam que o caboclo dentro do cotidiano organizasse o seu modo de trabalho com uma grande margem de autonomia. Conforme Linhares (1969, p. 238), o caboclo ervateiro preferia “penar alguns meses no mato, comendo e dormindo mal, atacado por insetos, do que se entregar à rotina, na vila ou em qualquer centro, em trabalhos menos penosos, mas mais metódico como sucede nas colônias agrícolas”. Até mesmo nos serviços da colonização e ainda atualmente nos trabalhos temporários nas propriedades dos colonos, o caboclo procura uma autonomia na realização das suas atividades para que possa trabalhar conforme seus métodos. Daí a preferência pela empreitada do que o pagamento por dia na execução de um trabalho temporário, como se verificou nas entrevistas com os caboclos de Porto Novo:

Por que é que vocês gostavam mais da empreitada?

R: Sim, a gente trabalhava mais sossegada não é, tava chovendo no dia a gente não ia não é, daí a gente esperava acompanhar o tempo e daí depois ia trabalhar. (Cabocla, 92 anos).

E você vê uma vantagem em fazer uma empreitada do que fazer por dia?

R: Ah, mas toda a vida, ihhhh. Porque o senhor veja, eu naquela época o que eu fazia de empreitada, o preço de um peão, o maior preço que tinha era 10 pila por dia né, naquele tempo era o tempo dos mil reis, era 10 mil reis por dia, mas isso precisava ser um peão bom pra firmar os 10 pila por dia. E eu fazia 5 metros e eu fazia 6 metros por dia às vezes porque daí tu ganhava mais né. Eu fazia 6 metros de muro, solito, sem servente sem nada. Eu pegava de manhã cedo e quando era de noite eu tava com 6 metros pronto. (caboclo, 84 anos).

Por que você acha que era melhor por empreitada?

R: Sempre era melhor por empreitada né, a gente por dia tem muita obrigação né, e às vezes não podia seguido, direito por dia né, daí pegava em empreitada. (cabocla, 84 anos).

Qual a vantagem de trabalhar por empreitada?

R: A vantagem é, vamos dizer, o senhor pega uma empreitada, o tempo chove, o senhor esta trabalhando por dia, da uma chuva perde o meio dia e se é de empreitada se choveu de meio dia e de tarde deu sol o senhor pode roçar, se é duas horas cedo o senhor tira meio dia naquele dia, se é por dia o senhor perde cedo, perde tarde, o senhor não ganha nada. É por causa que nós trabalhava por empreitada porque aproveitar mais o tempo, se chovia de noite cedo daí tava ruim de trabalhar e o colono não dava o serviço pra calcular um dia ou meio dia, então se a gente empreitasse a gente podia onde parou a chuva a gente entrar no mato e roçar, ou cortar, conforme a gente fazia. (caboclo, 78 anos).

O que você preferia? Qual dos dois você preferia?

R: Eu preferia mais a empreitada, porque a empreitada tu tinha descanso e por dia tu não tem descanso. Se você trabalha por dia né, tu tem que bater né e às vezes tu pára um pouquinho para descansar daí não pode parar porque passa da ora. Daí se é por dia que tu ta ganhando se passou da hora o patrão reclama. (cabocla, 77 anos).

Qual a vantagem, porque gosta mais da empreitada?

R: É, é que ele já era velho, trabalhava um pouco, descansava né, depois pegava de novo, os guri eram pequenos pra ajudar.

Ele levava os guri junto?

R: Sim. (cabocla, 69 anos).

Mas o que você preferia? A diária ou a empreitada?

R: Empreitada era melhor.

Por quê?

R: Por que daí eu podia, eu acampava né, daí eu fazia como eu...a comida eu mesmo fazia, daí eu fazia o acampamento, eu dormia lá. E daí por dia assim a gente parava na casa dele daí eu já não me achava muito à vontade. (Caboclo, 68 anos).

Quando vocês trabalhavam fora preferiam trabalhar por dia ou por empreitada?

R: Trabalhava às vezes por dia ou por empreitada era melhor né, porque daí a gente podia escolher como queria trabalhar. (cabocla, 60 anos).

Você tem uma preferência por empreitada ou diária?

R: A maioria que eu gostaria mais é de trabalhar por empreitada, porque daí a gente trabalha mais como quer né. (caboclo, 48 anos).

Você preferia trabalhar por dia ou por empreitada?

R: Olha, eu preferia mais empreitada né.

Qual a vantagem?

R: A vantagem é que tu acabava mais logo o serviço daí tu tinha dinheiro na mão e assim pra dia tu tinha que fazer as horas extras.

Trabalhava mais rápido com fazia empreitada?

R: Com certeza. (cabocla, 41 anos).

Você tem uma preferência de trabalhar por empreitada ou por diária?

R: Empreitada.

Por quê? Qual a vantagem?

R: A vantagem se tu quer trabalhar mais tu trabalha, se tu quer trabalhar menos tu trabalha. (cabocla, 38 anos).

Qual a vantagem de trabalhar por empreitada?

R: A empreitada a vantagem que tem que tu trabalha como tu que né, não tem horário pra tu trabalhar né, por dia tu...na empreitada se sobrar duas ou três horas tu vai trabalhar ou se tu de repente pleita tu tem mais um colega pra levar junto. (caboclo, 28 anos).

Qual é a vantagem da empreitada?

R: Daí a gente trabalha mais, daí a gente vai mais porque daí a gente se esforça mais, daí a gente se esforça mais pra...

Daí você também trabalha mais horas?

R: Sim claro, tu vai mais horas daí. Porque enquanto que a gente consegue aproveitar a gente aproveita. (caboclo, 23 anos).

Qual a vantagem de trabalhar por empreitada?

R: A empreitada o cara pode fazer do jeito dele, se quiser pegar as sete e parar as onze, param, se quiser parar as 10 para, se é por dia não. E tem a possibilidade de trabalhar mais ligeiro a empreitada também do que por dia. (caboclo, 21 anos).



A maior vantagem apontada pela empreitada está no fato de poderem trabalhar com autonomia, sem se submeterem a horários, regulamentações ou aos mandos de um patrão. Na empreitada também podem contar com o auxílio de membros da família com diferentes faixas etárias, incluindo crianças e velhos, bem como os do sexo feminino, que dificilmente seriam aceitos para trabalhar por dia ou teriam a sua mão-de-obra bastante desvalorizada. Ainda é possível recorrer à ajuda de um amigo ou conhecido sem precisar haver o consentimento do proprietário. Estas são práticas muito comuns quando é feita uma empreitada que necessita vários dias de trabalho. Outra vantagem apontada é a do fator tempo, no sentido climático e cronológico. No caso da ocorrência de uma chuva no decorrer do período de trabalho, numa empreitada não há a necessidade de continuar trabalho na chuva para completar um dia de serviço, também não se “perde o dia”, podendo iniciar ou retornar ao serviço assim que a chuva passar<sup>76</sup>. No sentido cronológico do tempo, na empreitada, o caboclo muitas vezes trabalha mais rápido ou estende por algumas horas a sua jornada de trabalho. Faz isso para ganhar uma remuneração maior por um dia trabalhado ou para terminar logo o serviço e receber o dinheiro da empreitada. Frente a esta atitude do caboclo existe a crítica dos colonos: “Se eles fazem empreitada trabalham o dia corrido e sem interrupção, quase se matam. E se não é isso eles trabalham pouco ou nada e assim por diante. (risos)”. (teuto-brasileiro, 55 anos); “De preferência fazem empreitada e se eles não fazem empreitada eles só trabalham para que o meio dia passe”. (teuto-brasileira, 53 anos); ao fazer um acordo por dia “Eles só trabalham quando a gente está junto”. (teuto-brasileiro, 29 anos).

Entre os colonos de Porto Novo há uma concordância geral de que a mão-de-obra cabocla é só útil em algumas atividades, restringindo-se a roçada e a quebra do milho, enquanto que naquelas que exigem uma experiência mais qualificada seria necessária à utilização da mão-de-obra teuto-brasileira:

No serviço geral quando você contratava às vezes um peão, você prefere o trabalho de um caboclo ou de um alemão?

R: Depende do serviço, serviço pesado como roçar, derrubar mato daí eu preferia um caboclo, sempre um caboclo. Na metade do tempo ele fazia a mesma quantidade que o alemão, ele é ligeiro neste serviço.

Em quais serviços você preferia o alemão?

R: Pra lavar, plantar, trabalhar com máquina, gradear, pra isto eu prefiro, capinar também, eu preferia o alemão. Mas assim pra fazer roça nova, daí eu pegava caboclo. (teuto-brasileiro, 78 anos)

---

<sup>76</sup> Quando o caboclo recebe por dia, o colono dificilmente aceita que ele venha trabalhar algumas horas depois da chuva sem no mínimo completar um meio dia; quando o trabalho é interrompido por uma chuva, muitas vezes o tempo trabalhado é desconsiderado se não completa um meio dia de serviço. Desta forma o caboclo “perde o dia”.

Você acha que dá para pegar o caboclo para todos os serviços que também dá pra pegar o alemão na propriedade?

Marido: Não.

Então pra que serviços dá pra pegar o caboclo?

Esposa: Nós tínhamos eles mais para roçar.

Pra que serviços voce acha que não é possível pegar o caboclo, a maioria, vamos generalizar né?

Marido: o que eu é pro dizer, não, nós tínhamos também caboclos que quebraram milho antigamente, eles trabalharam também. Iah o que eu é pra dizer?

Esposa: Colocar eles por alguns dias no chiqueiro de porco.

Marido: Pegar no gado ou..

Seria por causa do manejo que ele teria que aprender, como lidar com isso?

Marido: Como lidar com tudo, ele não captou isso pra ele. Os caboclos que nós tínhamos era mais pra roçar, fazer empreitadas, quebrar milho daí eles são ligeiros. Se eles ganham uma bóia e uma empreitada de milho, se eles tem pra roçar ou alguma coisa. (casal de teuto-brasileiros, 48 (ela) e 50 (ele) anos).

Não se pode cometer o equívoco de aderir aos preconceitos que afirmam que o caboclo não trabalha ou trabalha pouco. Para isso teríamos que negligenciar a significativa participação do seu trabalho no tropeirismo, na erva-mate e nos projetos de colonização, sua pequena agricultura de subsistência e a criação de animais num sistema integrado denominado de Faxinal, bem como sua atual prestação de serviço temporário de diarista e empreiteiro. Justamente para evitar a reprodução de comumente preconceitos se pretende compreender a diferença do *ethos* de trabalho do caboclo e do colono teuto-brasileiro em Porto Novo. Para isso parte-se do pressuposto de que a diferença mais profunda está na não concepção moderna do trabalho por parte da identidade camponesa cabocla. .

O caboclo não traz na sua herança a ética cristã que julga o trabalho como uma virtude e um dever. Trabalha para atender as suas necessidades imediatas. Na trajetória das suas práticas camponesas integrou uma pequena agricultura tradicional de subsistência com o trabalho temporário. Este geralmente era e ainda é sazonal, como a extração da erva-mate, o tempo da roçada e da colheita. Nos períodos menos intensos de trabalho, há o momento de maior ociosidade, em contrapartida também o de maior penúria. Na época em que ainda era possível viver como posseiro, os caboclos nesta temporada dedicavam-se a uma pequena agricultura (muitas vezes sem produção de excedentes) e a caça e pesca. Esta que era uma prática prazerosa e também necessária para complementar a alimentação.

Outra característica que não integra o caboclo a uma concepção moderna de trabalho é a não incorporação da produtividade como referencial de valorização, ao menos não da mesma forma como é incorporada pelo *ethos* de trabalho do colono. A prática camponesa seminômade sem a concepção da propriedade privada da terra e o seu ajustamento a padrões biológicos e sociais mínimos com um consumo ínfimo de produtos manufaturados, dispensaram a produção de grandes excedentes e conseqüentemente o referencial valorativo

da produtividade. O que também precisa ser enfatizado é a sua herança cultural adaptada ao provisório que não traz consigo a idéia do acúmulo. A produtividade dentro de um grupo social é intensificada quando se forma a necessidade da produção de mais excedentes e do acúmulo constante de capital, que possibilita novamente a sua reversão em investimento produtivo, um ambiente propício para a proliferação do capitalismo moderno. O caboclo, ao contrário do colono europeu, não apresentava um embrionário espírito capitalista quando migrou para Porto Novo. É o que pode ser observado na descrição feita por Rohde (1951, p. 94 - 95) quando teve seu primeiro contato com os caboclos no início da colonização:

Agora vem o interessante para mim. Entendi profundamente, que preciosa sorte ou qual grande riqueza nos possuíamos em podermos usufruir da rica fonte do conhecimento, dela nos servindo como seres alegres e pessoas independentes. O primeiro comprador ou cliente, um dos que ontem recebeu seu salário, põem sobre a mesa uma cédula de 100 cruzeiros e pede uma garrafa de cachaça, que Emil foi enchendo lembrando-lhe que o patrão não tolera que seja tomado aqui, no que todos concordam espontaneamente. Emil lhe devolve nove notas e mais uns restinhos de troco. Até 10 ele sabia contar – portanto confere. Põe sobre a mesa a segunda nota, uma de 10, pelo que pediu um par de chinelos, que ele escolhe e recebe troco. Nisso coloca mais uma nota, desta vez por um quilo de açúcar, pelo que recebe o troco e pede um sabão, igualmente como antes e assim prossegue. Enquanto recebe troco podia comprar. Finalmente quando lhe sobra um níquel, alcança pedindo umas “balas”: alegrou-se como uma criança, por se desfazer do dinheiro e poder comprar tanta coisa.

Chega a vez do seguinte. Por sorte também fica tudo por uma troca de forma também o seguinte podia fazer seu negócio. Somar eles não sabem, e prova disso, que desta forma não podem ser favorecidos, nem notam, como dependem da honestidade de quem lhes vende. Uma coisa comprovei que cada vez a primeira coisa que compravam sempre era uma garrafa de cachaça e a última sempre umas balas de açúcar. Alguns, que eram possuidores de armas, compravam também uma porção de balas de revólver, com as quais a grande festa junina deveria ser anunciada. Algumas “coisas de luxo” como pente para o cabelo, pequeno espelho, um novo chapéu de palha, uma nova calça ou camisa se servia ou não, eram comprados, mas de qual que forma serviriam para a festa de São João. Nos suspiramos fundo quando o último havia gastado seu salário, o que havia durado horas, até que então se foram. (tradução nossa).

Conforme a descrição feita pela autora, os caboclos não tinham uma habilidade no manuseio do dinheiro e no trato das relações mercantis capitalistas, o que lhes deixava bastante exposto à exploração, pois “dependem da honestidade de quem lhes vende”. Não se preocupavam em adquirir um bem produtivo e consumiam imediatamente todo o seu dinheiro adquirido no trabalho de uma empreitada: “alegrou-se como uma criança, por se desfazer do dinheiro e poder comprar tanta coisa”. Neste sentido, o relatório da FASE (1979, p. 95) confirma:

[...] tudo deixa crer que a lógica econômica do caboclo não é uma lógica mercantil. Mesmo que ele continue como produtor parcial dos valores de troca – e um produtor mercantil, que se insere numa certa forma na divisão social do trabalho - sua

existência econômica se baseia acima de tudo sobre o usufruto imediato dos bens que possui.

A não concepção do acúmulo, a imprevidência e a preocupação mais voltada para as necessidades imediatas são traços culturais descritos por um próprio caboclo quando diferencia a sua identidade cultural com a do colono teuto-brasileiro:

R: É, não é que ele é relaxado, ele não se preocupa no amanhã né, tando bom hoje o amanhã ele não previne e o alemão não, ele praticamente previne. E o caboclo não usa esse negócio de acumular.

Eu observei as propriedades é difícil ver no caboclo um pomar, uma horta, aquela coisa né.

R: É, ou ver uma criação de porcos, o caboclo ter uma granja assim né, ele não pensa no bastante, tendo uma pequena coisa ele tá satisfeito. Que nem nós na época que tava em casa, nós comia o porco num dia se for preciso né. Reunia toda a parentagem, não acumulava as coisas, não pensava no amanhã, que tinha que guardar e coisa errada, nós fomos criados assim.

Será que não acumulava porque tinha dificuldade de preservar ou porque realmente não pensavam no amanhã?

R: É que não pensavam no amanhã praticamente né, tendo hoje amanhã tu dá um jeito, a visão do caboclo é praticamente essa. Tu tendo hoje amanhã tu dá um jeito né, tu consegue uma coisa né, e tem, e não é que não tem, se não existisse tudo bem, mas o caboclo sabe que existe, então se hoje ele tem amanhã ele trabalha de novo né. Então se ele fica dois dias sem trabalhar e quando acabar as coisas ele vai trabalhar de novo pra conseguir aquilo né e se ele não conseguir ele também passa, ele não se preocupa né. (caboclo, 46 anos).

Um dos hábitos mais visíveis que reflete a não concepção do acúmulo e a imprevidência dos caboclos é o ritual que costumeiramente acontece quando é abatida uma rês: reúnem-se todos os amigos e parentes das proximidades e dentro de um clima de festa só voltam às suas casas depois de terem consumida toda a carne. O tempo de permanência da visita pode se estender por vários dias, dependendo do tamanho do animal sacrificado. Este hábito é um motivo de sátiras e de incompreensões por parte dos colonos: por que consomem a carne de uma só vez deixando a faltar à mesa no seu cotidiano? A resposta pode estar na explicação dada pelo caboclo na citação: “É que não pensavam no amanhã praticamente né, tendo hoje amanhã tu dá um jeito, a visão do caboclo é praticamente essa”. Acostumados a viver dentro de um ajustamento de padrões biológicos e sociais mínimos, o caboclo não se preocupa em acumular para se prevenir pro amanhã: “quando acabar as coisas ele vai trabalhar de novo pra conseguir aquilo né e se ele não conseguir ele também passa”.

Nas entrevistas, os teuto-brasileiros quando questionados sobre a diferença entre eles e os caboclos, a maioria comparava as diferenças dentro das características que compreendem a concepção moderna do trabalho:

Vocês que são de origem alemã. Vocês percebem diferença de vocês com os caboclos? Você acha que tem diferenças?

R: Sim, claro que tem diferenças.

Quais são as maiores diferenças que vocês percebem? De vocês com os caboclos?

R: Que eles querem trabalhar menos. O que eu ainda devo dizer? (teuto-brasileiro, 92 anos).

A maior diferença é que o caboclo ou brasileiro como se diz, ele pensa muito pouco no amanhã ou depois de amanhã, ele só pensa no hoje. Se ele tem comida pra hoje pra amanhã ele não pensa. O alemão não, o alemão pensa mais longe. (teuto-brasileiro, 78 anos).

Que diferenças você vê de forma maior?

R: O de origem cabocla ela é praticamente menos trabalhadora, mais participação nos bolichos e vários fatores, eles não levam a sério o serviço, o trabalho, como o de origem alemão ou italiano. Como os de origem alemão e italiano, eles querem trabalhar e o caboclo, ele hoje trabalha, amanhã vou descansar, é aquele jeito. (teuto-brasileiro, 78 anos).

E os alemães sempre fazem mais para o futuro, sempre juntam mais tudo o que falta dentro de casa e em tudo, eles se preocupam mais com isso. E os negros não, se eles têm hoje eles não se preocupam se amanhã eles ainda têm uma coisa ou não, se eles têm hoje então já está tudo bem pra eles. Eles também não se preocupam com o futuro, eles sempre vivem assim, eles não precisam de uma casa grande e nenhuma casa luxuosa. Os alemães não, cada um quer ter a mais bonita e a melhor. (teuto-brasileira, 56 anos).

Esposa: o caboclo iria perguntar primeiro o que ele ganharia pra salário e o alemão primeiro iria fazer o serviço.

[...].

Esposa: Eles aproveitam melhor a vida, eles vivem hoje, eles não pensam no amanhã.

Marido: Eles já não trabalham tanto, essa já é uma grande diferença. (Casal de teuto-brasileiros, 53 (ela) e 55 (ele) anos).

Qual seria a maior diferença que vocês percebem?

Marido: O caboclo sabe, ele trabalha pra comer.

Esposa: Se tem pra comer ta feliz.

Marido: Ta feliz é, assim ele não tem muito interesse pra progredir né. (casal de teuto-brasileiros, 48 (ela) e 50 (ele) anos).

No geral, o alemão, o de origem alemã ou italiana, eles tem mais iniciativa, tem mais audácia no investimento, isso eu vejo. (teuto-brasileiro, 48 anos).

Eu acho que a maior diferença é essa, o que realmente é o caboclo, ele trabalha quando precisa trabalhar senão ele não trabalha e o alemão já é diferente, ele trabalha e pensa para o futuro, para amanhã e depois de amanhã. E a maioria dos caboclos que trabalham não pensam no amanhã e no depois de amanhã, ele só pensa pra hoje. Essas são as maiores diferenças eu acho. (teuto-brasileiro, 48 anos).

Então a outra grande diferença é o branco procura trabalhar pra frente, trabalhar hoje pra ter com que viver amanhã e depois de amanhã ainda melhor e assim por diante conseqüentemente. E o negro trabalha hoje, se tiver com que viver amanhã já ta bom, mas pra depois de amanhã ele não se preocupa amanhã, ele espera pra se preocupar depois de amanhã. Porque você pode notar no geral, o que tem o negro e o que tem o alemão. E o que é mais uma diferença [...] a questão do tempo: o alemão não quer ter tempo pra nada, o negro você pode convidar em dia de semana pra vagabundear ou pra passear ele tem tanto tempo quanto nos domingos também. Sabe, a cultura é completamente diferente, acho eu pelo menos assim. (Teuto-brasileiro, 32 anos).

R: Como eu posso te dizer, tem muitos que tem um outro sistema, no trabalho também já, como eu trabalho muito...sabe, nós trabalhos misturados daí a gente percebe quando são alemães ou caboclos.

Você percebe dentro da fábrica que tem uma diferença?

R: sim é muita diferença.

Qual a diferença que você percebe do caboclo e do alemão dentro da fábrica?

R: O caboclo é assim, ele gosta de se desviar do trabalho, às vezes não gostam de fazer o trabalho. Nós alemães não, não importa qual é o trabalho, nós se atraquemos nele e fizemos. (teuto-brasileiro, 28 anos).

R: O alemão consegue enxergar, vamos dizer um trabalho, ele consegue fazer o trabalho e o caboclo deixa rolar, se ele puder puxar o outro pra fazer o serviço eles fazem, porque eles não têm aquele interesse de fazer o trabalho, eles querem empurrar com a barriga as coisas deles e o alemão não, ele procura fazer o trabalho e tentar fazer mesmo e não deixar pros outros fazer.

Isso você percebe na firma onde trabalha?

R: Sim, na firma acontece muito isso. (teuto-brasileiro, 28 anos).

[...] tem bastante diferença sim, a pessoa de origem alemã assim ela se preocupa mais não só no bem estar dela e também em adquirir mais coisas materiais, em fazer mais capital assim. O de origem cabocla a gente pode observar assim muitas vezes se ele tem o que comer e o que se vestir ele ta bem mais satisfeito. (teuto-brasileiro, 26 anos).

Que nem assim, o de origem alemã ele, vamos dizer, trabalha mais pro lucro, o de origem, cabocla também trabalha, mas não tanto preocupado em somar muitas riquezas. (teuto-brasileiro, 17 anos).

Os teuto-brasileiros vêem o seu *ethos* de trabalho como superior e o mais correto a ser seguido. Ao estabelecerem as suas diferenças com a dos caboclos não deixam de expressar um julgamento que parte da incorporação da ética cristã, do trabalho como virtude e dever. E de forma estigmatizada criticam os caboclos que “querem trabalhar menos”, que “não trabalham tanto”, um indivíduo que só “trabalha pra comer” ou que “trabalha quando precisa trabalhar senão ele não trabalha”. Até nos trabalhos assalariados no meio urbano os teuto-brasileiros percebem que os caboclos gostam “de se desviar do trabalho”, “puxar o outro pra fazer o serviço”, “empurrar com a barriga as coisas deles”, enquanto que “Nós alemães não, não importa qual é o trabalho, nós se atraquemos nele e fizemos”. Há também uma condenação da ociosidade do caboclo que tem “mais participação nos bolichos” e com uma filosofia de vida onde “ele hoje trabalha, amanhã vou descansar, é aquele jeito”. Outra diferenciação apontada pelos teuto-brasileiros em relação ao seu *ethos* de trabalho com a do caboclo envolve a produtividade como referencial valorativo, a característica fundamental da concepção moderna do trabalho. Para os “*de origem*”, o caboclo “pensa muito pouco no amanhã ou depois de amanhã, ele só pensa no hoje”, já “O alemão não, o alemão pensa mais longe”. O caboclo não teria “muito interesse pra progredir”, enquanto que “o branco procura trabalhar pra frente”, “tem mais iniciativa, tem mais audácia no investimento”, “trabalha mais para o lucro”. Também é apontada uma diferença na concepção do tempo: “o alemão não quer

ter tempo pra nada, o negro você pode convidar em dia de semana pra vagabundear ou pra passear ele tem tanto tempo quanto nos domingos também”. Em síntese aos apontamentos feitos pelos teuto-brasileiros, os caboclos não incorporaram a ética cristã do dever e da virtude do trabalho, nem o espírito capitalista<sup>77</sup> que impulsiona a sua produtividade.

Uma boa parte dos caboclos entrevistados também aponta o *ethos* de trabalho como grande diferença entre os dois grupos étnicos em estudo. Na distinção das características há certa coerência com aquelas apontadas pelos teuto-brasileiros. No geral há uma concordância entre os caboclos que o “alemão” é mais trabalhador:

Você percebe diferenças entre o de origem alemã e o de origem cabocla?

Filho: Percebe, até no se o cara, como se diz: “o alemão trabalha pra morrer e o brasileiro trabalha pra viver”, sempre tem este ditado e pior que é né, o alemão trabalha e com 45, 50 anos ta morto o homem.

Esgotado?

Filho: É. E o brasileiro trabalha pra viver mais.

[...]

Mãe: Cada vez fica mais rico o alemão. (família de caboclos, 38 (filho) e 76 (mãe) anos).

O que você percebe no caboclo?

R: Todo o modo assim, até no trabalhar, tudo. O caboclo, ele não é de trabalhar muito, pode cuidar, até deve de notar, o alemão já é mais batalhador com a família toda do que o caboclo. Uns, os outros não, porque tem vários tipos, mas tem o alemão que é mais... (caboclo, 28 anos).

Como pode ser analisado na primeira citação, o caboclo vê no “alemão” certa obsessão pelo trabalho e não julga este hábito como um fator positivo, porque o “alemão trabalha pra morrer” e “com 45, 50 anos ta morto o homem”. Já “o brasileiro trabalha pra viver”, deixando subentender de que este seria o hábito mais coerente. Mas dentro da lógica capitalista o *ethos* trabalho dos “*de origem*” é favorecido, como acrescenta a cabocla idosa: “Cada vez fica mais rico o alemão”.

Outra diferença bastante apontada pelos caboclos está relacionada ao referencial valorativo da produtividade, onde citam principalmente a concepção do acúmulo e do espírito capitalista dos teuto-brasileiros:

Pois é, ele tem uma diferença, porque nós gostemos, um ajuda o outro quando tem necessidade, ou empresta, ou é vendido ou é dado. E esses de origem não, às vezes nem que têm eles não tem e a gente se não pode comparar o que pode fazer, fica na precisão, eles são meio sobre si.

Este é o problema, a ruindade deles, se eles fossem uma pessoa boa podiam assinar ou ajudar alguma coisa quando a gente precisa as vezes, até uma banha, as vezes a gente se aperta, cada um carnea, cada um pode vender aí uns 10 quilos. Não querem

<sup>77</sup> O espírito capitalista segue a lógica da intensificação da produção de excedentes para o acúmulo do capital que novamente é revestido em investimento produtivo. O tempo é o gestor da produtividade e o seu não aproveitamento no trabalho representa perda da produção, de capital ou de dinheiro.

nem que tenha lá apodrecendo não vendem. Não é todos assim, mas a maioria é deste jeito. (caboclo, 78 anos).

Então o caboclo não tem essa coisa do acumulo?

R: Não, não tem acumulo. Ou banha né, antigamente eu, na minha convivência né, se o cara chegar, depois a gente chegou, a saber, que o cara só tinha banha pra amanhã, mas ele emprestou o que ele tinha pra amanhã né e depois dá um jeito pra ele de novo.

O alemão já não, se o alemão puder guardar e se estragar ele bota fora, mas não te dá também, tem muito, hoje ainda acontece né, o alemão prefere jogar fora do que dar pra um outro né e o caboclo não, quanto mais repartir melhor pra ele. (caboclo, 46 anos).

Que diferenças maiores você percebe?

R: Olha, o alemão tem um interesse muito grande né, de tocar a vida pra frente e o caboclo já não quer muita...de saber tocar a vida pra frente numa boa né, porque tem muito que quer só ir pra traz, tem outros que vai pra frente e tem outros querem pra traz. Que o alemão já pensa mais pra si né, quer ser mais, quer ter mais e mais e o brasileiro não, se o brasileiro tem pra comer hoje tem, amanhã vai de novo né. (caboclo, 41 anos).

Que diferenças você percebe?

R: Vamos dizer, para arrumar um emprego eles pegam sempre os de origem alemã né, em quase todos os setores. Mas...Daí também, no modo de viver né, tem diferença.

Que diferenças você percebe no modo de viver?

R: Que nem os caboclos, os pretos vamos dizer (risos), eles trabalham e se divertem bastante eu acho assim né, não pensam muito só assim ter, ter sabe, claro, também tem aqueles que pensam mas nem todos né. E os de origem alemã eles já são mais seguros, sabe, também fazem festa, mas eles são mais seguros, eles poupam, querem sempre mais. (cabocla, 38 anos).

Qual seria esta diferença?

R: Se fosse pra mim te falar também não...como é que vou te dizer. Que o alemão é assim, o de origem alemão, parece que ele sempre quer mais pra ele, uma coisa assim.

Ele é mais capitalista? Como se diz?

R: É, ele pensa mais do lado material dele do que do lado da amizade, é isso. (caboclo, 25 anos).

Que diferenças você percebe?

R: Até no modo, no jeito que trabalham os caboclos e os alemão né.

Qual a diferença seria na forma de trabalhar?

R: Seria na forma de se desenvolver né, no serviço assim. Penso eu né, que o caboclo é um pouco mais enrolado que...

Não se envolve tanto ou como?

R: Os alemão sempre fazem bastante, sabem como empenhar.

Investir no caso?

R: Investir, isto.

Você acha que o caboclo não entende muito disso ou não aprendeu muito isso?

R: Isso que eu penso né. Porque dá pra ver né, dá pra notar. (caboclo, 21 anos).

Conforme pode ser visto na descrição feita pelos caboclos, os teuto-brasileiros melhor incorporaram a concepção moderna do trabalho. As características apresentadas, como o acúmulo, a produtividade e o espírito capitalista, que no *ethos* trabalho dos teuto-brasileiros são aceitos positivamente. Na versão dos caboclos, são manifestações de egoísmo e individualismo característicos dos “*de origem*” e que são contrários aos princípios de



solidariedade presentes no grupo social caboclo. Assim constata-se que há uma incompreensão por parte de ambas as etnias em relação ao *ethos* trabalho do outro que é culturalmente diferente, gerando preconceitos e ressentimentos.

A não apresentação dos princípios da concepção moderna de trabalho foram um dos fatores determinantes que excluíram os caboclos dos projetos de colonização. Com a intensificação das relações capitalistas e implantação de novas técnicas que visam o constante aumento da produtividade, a cultura cabocla sofreu novos impactos, atenuando a sua segregação social.

Para os que já tinham incorporado a centralidade ética do trabalho, a tecnificação induz o *tempo* como controle e a *produtividade* como objetivo. Para os caboclos, além dessa impõe-se a reestruturação anterior, ou seja, a reconversão valorativa para a ética do trabalho. É possível, portanto, imaginar, o impacto que gera, na estrutura de vida e representação cabocla, a modernização, entendida, em primeiro lugar, como imposição da centralidade ética do trabalho e, em segundo lugar, como a implantação de relações capitalistas e de métodos e de técnicas de trabalho que buscam aumentar a produtividade do *tempo* de trabalho. É uma dupla ‘conversão’ ou reversão do *modus vivendi* da cultura cabocla. (GEHLEN, 1998, p. 133 – 134).

No contexto atual, onde os mercados ampliam suas fronteiras em dimensões supranacionais e tornam-se cada vez mais competitivos, o referencial valorativo do trabalho ultrapassa a de produtividade e incorpora a de qualidade. A cultura cabocla, que sente grande dificuldade em aceitar a centralidade ética da produtividade, encontra-se mais exposta aos riscos de exclusão por não corresponder aos novos determinismos seletivos. Além da segregação do mercado econômico, na escala local de Porto Novo, onde o grupo étnico caboclo é minoria, a sua inclusão também é dificultada pelos preconceitos e incompreensões referentes ao seu *ethos* trabalho.

### 1.3.5 A família

A família está presente em todas as sociedades. Ela é a primeira instituição social em que o indivíduo passa a pertencer, e de alguma ou de outra forma o acompanha até a sua morte. Portanto, a família tem um papel essencial na formação da identidade pessoal de cada ser humano.

[...] o nome da família funda a identidade pessoal. A imersão das crianças na fonte familiar, durante os anos decisivos de formação, desempenha um papel capital nos destinos individuais. As personalidades do pai e da mãe imprimem-se nas almas

infantis para sempre. O pai encarna a autoridade, e a mãe, o amor, as duas potências que marcarão os destinos individuais. (MORIN, 2005, p. 172b).

Dentro de uma estrutura mais ampla, a instituição família ocupa uma função essencial para a reprodução social, tanto no sentido biológico quanto cultural, contribuindo “para a sociedade com os seguintes serviços: reprodução, manutenção física dos seus membros, atribuição de *status* à criança, socialização e controle social”. (GOODE, 1970, p. 17). Os indivíduos de uma sociedade necessariamente precisam viver numa forma de agrupamento familiar para receberem alimento, proteção e para que lhes sejam ensinados o que a natureza não lhes deu, enfim, a família é encarregada de transformar um organismo biológico em ser humano. Na medida em que o animal humano passou a transformar cada vez mais o seu meio natural em um meio cultural, a sua comunidade e a sua cultura passaram a depender sempre mais da eficiência da socialização<sup>78</sup> da unidade familiar. Neste sentido ocorre uma relação recíproca entre a família e a comunidade: a família incorpora e reproduz os valores sociais da comunidade e esta orienta e molda a unidade familiar conforme os interesses ou necessidades da coletividade social.

Consequentemente é através da família que a sociedade pode retirar do indivíduo a sua contribuição necessária. Por outro lado, a família só poderá continuar existindo se for mantida pela sociedade mais ampla. Se a sociedade, sendo um sistema social maior, oferece à família, que é um sistema social menor, as condições necessárias para a sua existência, é preciso que estes dois tipos de sistemas estejam inter-relacionados de vários modos. (Ibid., p. 13-14).

Assim compreende-se que a família é uma construção cultural e os modelos familiares variam conforme as características culturais do meio social na qual se encontram inserido. É desta forma que se pretende analisar as diferenças entre a família teuto-brasileira e a cabocla em Porto Novo, diferenças estas que provocam estranhamentos, preconceitos e constroem barreiras para uma melhor integração social entre os dois grupos étnicos. A família não é uma instituição social estanque, ela se molda junto com as transformações que acontecem dentro de um espaço geográfico. Neste sentido serão consideradas as mudanças que ocorreram na família do colono e do caboclo no decorrer da construção do território, mudanças que também contribuíram para uma fusão entre os dois modelos familiares através do casamento interétnico, mesmo que este ainda aconteça em pequena porcentagem e sofra resistência entre uma grande parte da população de Porto Novo.

---

<sup>78</sup> “Socialização é o processo através do qual a criança adquire os valores e conhecimentos de seu grupo e aprende os papéis sociais adequados a posição que ocupa”. (GOODE, 1970, p. 25).

A maior diferença perceptível na família teuto-brasileira e cabocla está no tipo de agrupamento familiar: a primeira se caracteriza pela família nuclear ou conjugal, que geralmente reúne o marido, a esposa e os filhos (também os avôs quando esta situação se torna necessária); a segunda é formada pela família extensa, que reúne, além do casal e seus filhos, outro parentes, como avôs, netos, genros, noras, sobrinhos e afilhados. Renk (1997, p. 144-145), ao analisar os vários arranjos internos das famílias caboclas na sua pesquisa, os classificou em três formas de agrupamento, estas características de organização familiar também poderão ser atribuídas aos caboclos de Porto Novo:

- A) a existência de três gerações, sob mesmo teto, com unidade indivisível de produção e consumo;
- B) a co-habitação de duas gerações, onde alguns membros da segunda geração são oriundos de casamentos anteriores de um dos cônjuges, mas que em face do novo ajuntamento passam a 'fazer parte da família';
- C) no terceiro grupo há presença de agregados, com os **criadinhos**. Estes incorporados no grupo familiar, podem ter vínculos de parentesco espiritual, consanguíneo ou afim. Em algumas circunstâncias o casal sem filhos vale-se de sobrinhos ou afilhados, incorporando-os ao seio do grupo e assumindo para com estes o papel dos pais. Em outros casos, por serem órfãos ou os pais estarem separados, a prole é deixada ao encargo de 'parente ou compadre'. Ainda nesta categoria de **criadinhos** é comum os avós responsabilizam-se pelos netos. Aparentemente não há nenhuma regra de incorporação de **criadinho** ao grupo doméstico. Nos casos encontrados foi apresentado como um traço de solidariedade, por parte de quem o acolheu, ou como 'uma caridade de que não se pode negar'. (grifo da autora).

Percebe-se que a família cabocla apresenta uma estrutura familiar mais flexível e aberta para nela aceitar diferentes membros. Os laços de parentesco e de compadrio tornam-se profundos e comprometedores, suas relações vão desde as visitas que são freqüentes e que podem se estender por semanas<sup>79</sup>, da aceitação de alguém que necessite de um abrigo temporário e que muitas vezes permanece no rancho e se integra à família por vários anos ou até mesmo de uma incorporação plena de um novo membro à família, como no caso dos criadinhos acima citados por Renk. Desta forma, a família cabocla do tipo extensa, que reúne várias gerações, parentes e membros pertencentes à relação de compadrio, se encontra sempre bastante numerosa.

---

<sup>79</sup> As longas visitas que costumam acontecer entre os caboclos recebem fortes críticas por parte dos teuto-brasileiros, por ser um tempo longo de ociosidade e improdutividade, o que não está de acordo com a sua ética camponesa. O hábito das demoradas e freqüentes visitas entre os caboclos dificulta as suas relações trabalhistas com os teuto-brasileiros, principalmente quando a família cabocla se encontra como agregada na propriedade de um colono. Na pesquisa a campo, um caboclo idoso relatou de que quando estava agregado o colono proprietário havia lhe proibido de receber visitas, assim se viu obrigado a romper o contrato, porque seria incapaz de proibir a visita aos seus parentes e compadres.



Figura 11 – A moradia de uma família cabocla do tipo extensa. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

No meio rural de Porto Novo algumas famílias caboclas formaram aglomerados. Estes se desenvolvem quando um integrante ou uma família em si consegue adquirir uma pequena área por meio de um contrato de compra<sup>80</sup> e posteriormente cede pequenos espaços para os demais familiares, parentes ou compadres. Assim aglutinam-se de três a oito ranchos numa pequena área inferior a um módulo rural (3 ha.) e que muitas vezes chega a ser menor que 1,5 ha<sup>81</sup>. Deste modo existem as unidades familiares de cada rancho com as suas particularidades próprias. Mas ao mesmo tempo todas as famílias possuem vínculos tão fortemente interligados pela proximidade e pelos laços de parentesco e compadrio que é possível caracterizar o aglomerado como uma família extensa. Dentro destes aglomerados formam-se as relações de solidariedade e ajuda mútua, tais como a divisão da produção e consumo, os trabalhos coletivos em diárias e empreitadas, mais a educação e o cuidado das crianças de forma conjunta. Em casos de desavenças dentro do grupo, as relações de interdependência são afetadas desestruturando o conjunto do aglomerado, a afetividade e a solidariedade são substituídas pela discórdia e a violência, tornando a convivência entre as famílias (que é inevitável) um campo tenso e de constantes conflitos.

<sup>80</sup> A área só é possível de ser adquirida mediante um contrato de compra por ser menor que um módulo rural, que corresponde no Estado Catarinense 3 ha.

<sup>81</sup> Nesta descrição não está incluído o aglomerado da Vila União que tem em torno de 25 famílias, que se formou a partir de 1988 da ocupação de uma área de reserva florestal permanente de 65 ha., atualmente esta área se encontra sob a jurisdição do Ministério da Agricultura.

A família teuto-brasileira, que se caracteriza pelo tipo nuclear, não significa que está totalmente independente e fechada em si. Para isso é importante a explicação de Goode (1970, p. 89) feita a partir das famílias nucleares dos países industrializados, como Grã-Bretanha e os Estados Unidos:

[...] cada unidade familiar mantém contato com uma ampla variedade de parentes e que a categoria de 'recreação' mais difundida é 'visitar os parentes'. Além disso, é fácil ver que muitos desses parentes que se colocam *fora* da unidade conjugal não podem ser desprezados sem irritar ou magoar alguém *dentro* da família, simplesmente porque cada indivíduo é, ou virá a ser, membro de duas famílias ao mesmo tempo. Um filho não pode rejeitar o pai ou a mãe do seu pai, ou o irmão ou a irmã deste, sem o deixar zangado, e ele tão pouco poderá hostilizar os seus sobrinhos ou sobrinhas sem, por sua vez, desprezar a sua irmã ou irmão.

O que difere a família teuto-brasileira da família cabocla extensa é a menor dependência entre as relações de parentesco<sup>82</sup>, os parentes são relativamente excluídos das decisões cotidianas da família conjugal. No entanto há um comprometimento moral de manter entre a parentela uma relação de respeito e cordialidade, isto muitas vezes, até para evitar uma desestruturação da família nuclear. Entre os teuto-brasileiros os laços de solidariedade e ajuda mútua também se manifestam nas relações de parentesco, mas são menos intensos e comprometedores do que entre os caboclos.

Nas famílias teuto-brasileiras também há situações em que é oferecido um abrigo temporário a um parente, mas estas circunstâncias não são freqüentes e dificilmente este indivíduo é incorporado à família, como acontece costumeiramente entre os caboclos. A plena incorporação de um membro à família somente se dá em casos excepcionais, como no fato de uma criança de parentesco próximo se encontrar órfã de pai e mãe.

Ainda entre os teuto-brasileiros, não raras vezes, encontra-se três gerações sob o mesmo teto. Mas a permanência do novo casal na casa dos seus pais é provisória, até que consigam se estabelecer na sua própria residência, exceto em alguns casos quando se tratar do filho responsável em amparar os pais na velhice. Na situação de patri ou matrilocidade, a produção e o consumo não são indivisíveis e os pais tem pouca ou nenhuma autoridade sobre o(a) filho(a) ou o jovem casal. Há situações em que um ou mais filhos, depois de casados, constroem sua residência na propriedade dos pais, mas estes passam a ter uma quase total independência a partir das suas novas unidades familiares, diferenciando-se, neste sentido dos

---

<sup>82</sup> As relações de compadrio são quase inexistentes, geralmente se restringem apenas ao compromisso moral do padrinho entregar um presente no natal e na páscoa ao afilhado.

aglomerados caboclos<sup>83</sup>. No caso em que mais de um filho estabelece a sua neolocalidade na propriedade dos pais e onde ambos continuam ligados às atividades rurais, a propriedade com a sua terra, utensílios e construções é retalhada, possibilitando assim que as novas unidades familiares se desenvolvam com relativa independência.



Figura 12 - Neolocalidade de um filho (aos fundos) numa propriedade de colonos teuto-brasileiros.  
Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Tanto a família teuto-brasileira quanto a cabocla é monogâmica<sup>84</sup>, no entanto, dentro dos seus modelos familiares tradicionais<sup>85</sup> há uma diferença na forma de selarem a união do casal. No casal teuto-brasileiro a união era selada (e geralmente ainda é) através de um contrato civil e um comprometimento religioso. Já no casal caboclo não havia a união por meio da formalidade civil e raramente pela religiosa. Na pesquisa junto aos caboclos foram ouvidas diferentes expressões que caracterizam o momento em que o casal se conheceu e

<sup>83</sup> Atualmente, com o aumento dos serviços urbanos, estes arranjos familiares se desencadeiam com mais frequência: os filhos quando casam, delimitam na propriedade dos pais um pequeno terreno para estabelecer uma neolocalidade e passam a se ocupar numa profissão no meio urbano.

<sup>84</sup> Engels (1984) na sua obra “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, defende a teoria de que nas comunidades primitivas os seres humanos viveram em promiscuidade sexual havendo o matrimônio por grupos onde vários homens tinham em comum várias mulheres. Segundo ele a monogamia teria surgido juntamente com a propriedade privada, na qual a família deixou de ser basear em condições naturais, mas econômicas. Já Lévi-Strauss (1972) contraria o evolucionismo da família na teoria de Engels, no seu entender, a família conjugal monogâmica é relativamente frequente desde os tempos mais antigos que possibilitam ser investigados. Para o autor, a família não conjugal são adaptações mais recentes de algumas sociedades: “[...] os tipos de organização que parecem estar mais remotos da família conjugal não ocorrem nas sociedades mais selvagens e arcaicas, mas sim nas formas relativamente recentes e altamente sofisticadas de desenvolvimento social”. (LÉVI-STRAUSS, 1972, p. 360).

<sup>85</sup> Seriam os modelos familiares que predominaram quase que de forma absoluta até por volta de 1970.

passou a viver juntos: “nois se juntemos”; “nois se achemos”; “nois se esbarremos”; “nois se atraquemos”. Expressões estas que revelam a existência de nenhuma ou de pouca formalidade no ato da união.

Na família tradicional camponesa teuto-brasileira o casamento era indissolúvel e de um comprometimento de fidelidade absoluta entre o casal, sendo que a separação só acontecia com a morte de um dos cônjuges. Dois grandes fatores de certa forma impossibilitavam o rompimento da relação conjugal em vida: o primeiro, está relacionado ao fator religioso, ou seja, era inadmissível infringir o dogma de permanecer unido e fiel “até que a morte os separe” e quem por ventura o violasse sofreria uma pressão social de tal intensidade que impossibilitaria a sua convivência no meio comunitário; o segundo, está vinculado ao fato da família representar uma unidade produtiva e econômica na exploração da colônia:

[...] o matrimônio indissolúvel está intrinsecamente ligado à exploração familiar da colônia, que pressupõe a divisão sexual e geracional do trabalho. Em caso do rompimento do vínculo, como sobrevivia sem o concurso do trabalho do cônjuge? De outro lado, partilhados os bens, ficaria inviabilizada a reprodução do grupo. A ‘virtude da indissolubilidade’ não pode ser dissociada da gestão e transmissão econômica da colônia. (RENK, 1997, p. 80).



Figura 13 - Na tradicional família teuto-brasileira o casamento era indissolúvel, a separação do casal acontecia somente com o falecimento de um dos cônjuges. Fonte: arquivo fotográfico do autor, família Weber [1934?].

Na família tradicional cabocla a fidelidade dos cônjuges também era exigida<sup>86</sup>, mas diferente da teuto-brasileira, os casamentos nem sempre eram indissolúveis. Renk (1997, p. 151 a 153) ao pesquisar sobre as trocas matrimoniais da população cabocla, destacou a existência do “roubo” ou “rapto” da noiva em situações em que não há concordância dos pais em relação ao casamento. “[...], no entanto, quando os informantes nessa circunstância falam de si, preferem utilizar o termo **fuga**, porque pressupõe, em princípio, a concordância de ambas as partes, uma vez que ‘tratam e fogem e tal’”. (RENK, 1997, p. 152, grifo da autora). A partir da pesquisa no livro de registro de queixas da delegacia de polícia de Itapiranga e através de depoimentos orais de moradores de Porto Novo, verificou-se que a “fuga” (“rapto” ou “roubo” em sentido tautológico), não se deu somente entre noivos, mas também entre pessoas casadas, que por meio deste ato rompiam o seu casamento e iniciavam uma nova relação conjugal<sup>87</sup>. Diferente da vida comunitária teuto-brasileira, na sociabilidade cabocla não havia a incorporação dos dogmas de uma instituição religiosa pela qual o clero junto com os leigos pudesse exercer um controle social por meio de uma punição moral. A família cabocla também não estava consolidada sobre uma propriedade privada, o que facilitava o rompimento do casamento e um novo ajustamento conjugal através da “fuga”. Para o grupo teuto-brasileiro, que não compreendia e nem aceitava estes arranjos matrimoniais, julgava estas uniões como desmoralizantes, típicas de caboclos. Tais famílias eram vistas como desestruturadas na qual estava liberada a promiscuidade sexual, o adultério e a prostituição.

A infância, nas duas identidades camponesas era (e em parte ainda é) curta. Através das brincadeiras as crianças eram incorporadas ao trabalho, como nos explica Weid (1987, p. 24):

No campo [...] a infância tem curta duração. A criança pequena começa a penetrar no universo do trabalho através da brincadeira. No início o lazer não se distingue do

<sup>86</sup> No livro de registro de queixas da delegacia de Polícia de Itapiranga estão registradas as ocorrências de algumas brigas entre os caboclos por um ter assediado a esposa do outro, explicitando com isso a importância honrosa que se dava a fidelidade, principalmente a da mulher.

<sup>87</sup> Gonçalves (1997, p. 31) ao pesquisar o grupo indígena Pirahã no município de Humaitá, estado do Amazonas, verifica que o “o roubo” de mulher é o modo mais difundido de casamento e acontece de duas maneiras: “uma, inesperada, avaliada negativamente; outra, esperada, ocorre durante rituais que contam com a participação de indivíduos provenientes de diferentes localidades”. Assim como foi constatado por Renk entre os caboclos “O ‘roubo’, praticado no dia-a-dia ou no momento do ritual, é, antes de tudo, uma combinação entre a mulher ‘roubada’ e o homem que a ‘rouba’”. Entre os caboclos o “roubo” ou a “fuga” geralmente gera desejo de vingança por parte do cônjuge que se sente vitimado, enquanto que nos Pirahã “Passados alguns dias, os dois podem retornar para a aldeia e continuar uma vida normal. Neste caso, não se observa qualquer tipo de prestação matrimonial envolvendo o marido da mãe da esposa, ou mesmo o marido lesado”. É bem provável que a prática do “roubo” ou “fuga” para constituir um novo casamento por parte dos caboclos, tenha uma antiga herança indígena. A “fuga” de um dos cônjuges para iniciar um novo relacionamento conjugal, atualmente também é possível de acontecer entre os de origem, mas neste caso são fatos excepcionais e que não acontecem com tal frequência do que entre os caboclos.



trabalho, é como se ela brincasse de trabalhar. Pouco a pouco, no entanto, lazer e trabalho se distanciam um do outro. Na mediada que vão sendo incorporados as regras, a responsabilidade e os comportamentos adequados ao sujeito produtivo do campo, sua formação se completa. Logo os divertimentos das crianças passam a ser iguais aos dos adultos; as festas, os encontros, as idas à igreja, os ‘ajuntamentos’ e o futebol.



Figura 14 - Por meio da brincadeira a criança camponesa é incorporada ao trabalho.  
Fonte: Reichert (2003, p. 26).

O trabalho se iniciava em tarefas auxiliares como recolher gravetos para o fogão a lenha, tratar os animais, limpar a casa e pátio, cuidar das crianças mais novas, preparar os alimentos, cozinhar e ajudar nos serviços mais leves da roça. As crianças eram introduzidas nas atividades de produção e nos afazeres domésticos segundo a idade e o sexo. Logo iam assumindo as tarefas e os valores “do mundo dos homens” e do “mundo das mulheres”. Para Lévi-Strauss (1972, p. 369) “Tal como a forma da família, a divisão do trabalho resulta mais de considerações de ordem social e cultural do que de ordem natural”. No entender do autor, a divisão do trabalho segundo o sexo é “explicada como dispositivo para tornar os sexos mutuamente dependentes por razões econômicas e sociais, estabelecendo assim, de maneira clara que o casamento é melhor que o celibato”. (Ibid., 371).

Devido à clara divisão do trabalho e dos valores segundo o sexo, o casamento nos dois grupos étnicos tornava-se praticamente uma necessidade e uma exigência social. O celibatário encontrava-se neste meio camponês numa situação idêntica na qual foi observada por Levi-Strauss entre os índios bororos do Brasil Central “Onde um homem solteiro é, na realidade, apenas meio ser humano”. (Ibid., 363). E em relação à situação da mulher solteira podemos nos utilizar da descrição feita por Bosi (2003, p. 362): “Mulher solteira não tem projeção

social. Na escala social existe primeiro a mulher casada, em segundo lugar a viúva, num terceiro lugar a desquitada, em quarto lugar a prostituta e em último lugar..., a solteirona”.

No grupo teuto-brasileiro a exigência e pressão social para o casamento era ainda maior devido a forte interdependência que havia entre a família e a vida comunitária. Encontrar-se na posição de solteirão ou solteirona era (e ainda é) motivo de ser referência nas conversas cômicas e sofrer uma repulsa nos diversos espaços sociais da comunidade. Eidt (2006) conseguiu explicitar muito bem a situação constrangedora em que se encontrava uma pessoa celibatária em Porto Novo por meio do personagem Jacó:

Jacó continuava a zelar pela sobrevivência de Arthur e Teresa, sem que nenhuma nova força o animasse. Estava numa idade em que se tornara impossível aproximar-se convenientemente de uma mulher. O que o atormentava na intimidade era o fato de ter declinado de toda a responsabilidade de ser pai de uma família. As cobranças públicas eram cada vez mais freqüentes, tendo mesmo quem o sentenciasse com o veredicto de impotente e, até mesmo, de hermafrodita. Para os amigos, em pequenos momentos de distrações, Jacó chegava a lamentar sobre que pecado teria cometido para merecer tamanha desventura. Em geral, preferia a completa solidão. Recolhia-se ao silêncio.

[...]

Alfredo percebe que seu irmão vivia em meio a temores contínuos e numa profunda solidão afetiva. Jacó chegou a ter seu nome vetado para assumir a função de presidente da comunidade religiosa, com o único argumento de que a função seria muito nobre para ser assumida por um Papai Noel.

[...]

Nos anos de solteiro, achava-se sozinho, rejeitado e incompreendido. Havia se privado de todas as perspectivas. O acesso ao mundo dos jovens lhe fora interdito pela idade, e a participação da vida dos casais, pela sua condição de *Junggeselle* (solteirão). Perante a autoridade social, sua condição de celibatário era subjetiva e objetivamente repudiada. (Eidt, 2006 p. 159, 160, 163).

Na comunidade teuto-brasileira o controle social era exercido pela liderança do clero através da incorporação dos dogmas do antigo conservadorismo da Restauração Católica. Uma forma de coerção social se dava por meio de mecanismos de controle que se estendiam para a ação do corpo com o objetivo de normatizar o prazer, adestrava-se o comportamento para deixar a alma imune ao “pecado” do sexo. “A moralidade cristã considera o casamento e a constituição da família como os únicos meios de evitar que a satisfação sexual seja pecaminosa”. (LÉVI-STRAUSS, 1972, p. 368).

Na família, os mecanismos de controle eram reproduzidos pelo ocultamento das noções fundamentais do sexo por tabus e pela severa vigilância sobre as crianças e os jovens. Os tabus da sexualidade eram injetados nos primeiros anos da infância e as posteriores dúvidas eram mantidas sob um regime de censura. Os mistérios do sexo eram geralmente descobertos na observação do comportamento sexual dos animais ou por amigos e irmãos mais velhos que tivessem a oportunidade e/ou a capacidade de desmistificá-los. Os que

permaneceram na ignorância em relação ao assunto durante a juventude, passaram por situações embaraçosas quando já casados. Como no caso do personagem Otmar descrito por Eidt (2006, p. 140) e baseado em fatos reais:

Chegaram mesmo a fazer chacotas de um casal da comunidade vizinha que, na total ignorância e inocência, deslocou-se até o hospital a fim de comprar um filho após nove meses de casados. Comentários davam conta de que 'seu Otmar', como era conhecido, foi orientado pelas irmãs do hospital para que se aconselhasse junto a um amigo sobre sua ignorância.

Para manter os tabus da sexualidade e não despertar os seus desejos, logo as crianças eram ensinadas a terem a sua convivência social separada conforme o sexo: o grupo das meninas e o grupo dos meninos. Esta separação iniciava na família, os filhos do sexo masculino e feminino tinham os seus quartos separados e também, geralmente, se separavam nas brincadeiras e no trabalho. Este modelo de convivência entre as crianças e os jovens se reproduzia na socialização entre as relações de vizinhança com forte vigilância dos adultos, e desta forma, se estendia à vida social da comunidade com a contribuição da vigilância do clero e de seus representantes leigos.

A sexualidade é, então, encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade é reconhecido, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Na família cabocla as noções fundamentais do sexo eram assimiladas naturalmente a partir da infância. O modelo familiar tipo extenso com um grande número de membros abrigados num pequeno rancho de construção provisória e sem repartição de peças, não permitia grandes intimidades e recatos. Sem a privacidade dos quartos, adultos e crianças de ambos os sexos se comprimiam lado a lado, logo os mais imaturos desvendavam a sexualidade e a intimidade das relações conjugais. Em razão das crianças e jovens caboclos não estarem imunizados do "pecado" do sexo pelos inúmeros tabus, havia uma preocupação muito grande dos pais teuto-brasileiros em evitar que seus filhos tivessem alguma convivência com eles.

Não se quer aqui transmitir a impressão de que na família cabocla havia uma grande liberdade ou promiscuidade sexual. No meio social caboclo a coerção exercida pelo clero não surtia um grande efeito, no entanto, a virgindade feminina era valorizada, em caso de defloração havia a imposição do casamento com o transgressor. Estes ajuntamentos eram os mais freqüentes, fazendo com que entre a maioria das jovens caboclas a passagem da

infância para a vida adulta se consumasse num curto espaço de tempo. Conforme aponta Renk (1997, p. 151) na família cabocla há uma grande preocupação da filha não “cair na desgraça”:

O fato de uma mulher não integrar o circuito das trocas matrimoniais, implicaria na vulnerabilidade, e na categoria das que caíam em desgraça. O casamento de certa medida, pode ser visto como uma atitude para a salvaguarda da honra feminina. Na mesma lógica, em caso de gravidez ou em caso de fuga [de solteiras], a solução consiste em **botar junto**, o que resgataria a honra maculada. (grifo da autora).

Em ambas as identidades culturais os modelos tradicionais de família camponesa são patriarcais e com uma relativa submissão da mulher. Sobre a dominação masculina há teorias que tentam justificar que esta relação se desenvolveu através de um processo natural, isto, em virtude da mulher se apresentar fisicamente “mais fraca” e por natureza ter um instinto maternal, enquanto que o homem, devido a sua virilidade estava mais apto à caça e a defesa do território. Assim a adaptação humana ao meio natural teria resultado na divisão sexual do trabalho e da subordinação feminina: o homem caçava e defendia o território enquanto que a mulher cuidava da família e dos afazeres domésticos, sendo que ela dependia da caça e da segurança oferecidos pelo homem, o que a tornava submissa a ele.

Já, Bourdieu (2003, p. 19 a 20) contraria a teoria da origem da divisão sexual do trabalho e da dominação masculina resultante de um processo natural de adaptação ao meio fundamentado nas diferenças biológicas entre os sexos:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença *biológica* entre os *sexos*, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da visão social do trabalho.

O autor também contesta a teoria que atribui às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, onde se supõem que a mulher escolhe ou até goste da dominação masculina. Entende que esta dominação é

resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar, etc.) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas de poder. [...] por não levar em conta os efeitos duradouros que a ordem masculina exerce sobre os corpos, ela não pode compreender adequadamente a submissão encantada que constitui o efeito característico da violência simbólica. (Ibid., p. 52-53).

Para Engels (1984) a primeira forma de exploração social do homem pelo homem foi a exploração da mulher pelo homem. Segundo Bourdieu (2003, p. 72-73), atualmente a exploração da mulher se desenvolve especialmente na divisão do trabalho onde são inculcadas pela família e por toda a ordem social as ditas “vocações femininas”, que são geralmente cargos ou tarefas de submissão:

A lógica, essencialmente social, do que chamamos de “vocação”, tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com felicidade [no duplo sentido do termo] as tarefas subordinadas ou subalternas que lhe são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação.

A inculcação de um espírito vocacional atribuído as “aptidões femininas” faz com que as mulheres quase sempre se responsabilizam pela execução de trabalhos não remunerados, vistos perante uma visão androcêntrica de não produtivos, tais como os trabalhos domésticos e de beneficência.

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive aos seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças [...] mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos. (Ibid., p. 117).

Ao compararmos a dominação masculina nos dois modelos tradicionais de família camponesa, nos dá a entender de que na família cabocla a submissão da mulher é maior. Érico Veríssimo em seu romance *o Tempo e o Vento* descreve a condição submissa da mulher gaúcha (cabocla) do povoado de Santa Fé no final do século XIX:

Entretanto o destino das mulheres naquele fim de mundo era bem melancólico. Não tinham muitos direitos e arcavam com quase todas as responsabilidades. Sua missão era ter filhos, criá-los, tomar conta da casa, cozinhar, lavar, coser e esperar. Dificilmente ou nunca falavam com estranhos e Winter sabia que um forasteiro que dirigisse a palavra a uma senhora corria o risco de incorrer na ira do marido, do pai ou do irmão desta senhora, que lhe viria imediatamente ‘tirar uma satisfação’. Os homens, esses podiam sair em aventuras amorosas, a fazer filhos nas chinocas que encontrassem pelo caminho, nas escravas ou nas concubinas; mas ai de quem ousasse olhar mais demoradamente para as suas esposas legítimas! Eram estas em sua maioria analfabetas ou de pouquíssimas letras e tinham uma assustadora tendência para a obesidade. [...] Eram tristes e bisonhas, e as contínuas guerras não lhes permitia tirar o luto do corpo: por isso traziam nos olhos o permanente espanto de quem está sempre a esperar uma notícia trágica. (VERÍSSIMO, 1967, p. 363).

Jungblut (2004, p. 43) ao analisar a família cabocla de Porto Novo, se identifica com a descrição acima feita por Veríssimo em relação à submissão da mulher:

Na sociedade cabocla, as mulheres cuidavam das crianças. A prole era numerosa. Nas relações com pessoas fora da família, a comunicação só podia ser de homem para homem e de comadre para comadre. Havia um ciúme cultural. Os homens eram chefes absolutos das famílias. Quando a família recebia a visita de um compadre, então somente o chefe da família conversava com o visitante.

Renk (1997, p. 149) ao pesquisar as relações entre os gêneros na família cabocla, percebe que há uma grande submissão da mulher, tanto quando ainda estiver na casa dos seus pais quanto na nova família que constituir a partir do casamento. ‘Livres do mando do pai estão no mando do marido’. É o que nos relata uma cabocla no trecho de uma entrevista:

Uma moça começa a se governar<sup>88</sup> com que idade?

R: Uma moça nunca se governa. Se ta em casa a gente governa. Se casa, o marido governa. Sempre tá na cadeia.

Como é essa cadeia?

R: Sai do pai quando casa, o mando do marido governa. Nunca tem liberdade que nem os filhos homens. (apud *ibid.*, 149).

Em algumas situações, no decorrer da pesquisa a campo, foi possível detectar uma submissão da mulher cabocla de forma idêntica como descrito acima por Veríssimo e Jungblut. Teve um caso em que uma senhora não cedeu entrevista porque o marido não se encontrava em casa. Em um outro momento, numa situação parecida, o pai deixou transparecer que seria inconveniente entrevistar a sua filha, que morava num rancho separado no mesmo terreno, por seu marido se encontrar ausente. Houve casos em que a mulher se recolhia para o interior da residência enquanto que o diálogo se desenvolvia com o marido. Numa outra ocasião, no decorrer de uma entrevista, quando perguntei a uma senhora se costumava passear ou sair para outros lugares, ela respondeu com naturalidade: “Saio pouco porque o marido não é de passear muito e a mulher tem que obedecer o marido”. (cabocla, 30 anos). Estas situações descritas ocorreram esporadicamente e não podem ser generalizada para todas as famílias caboclas de Porto Novo. Mas o interessante é que submissão semelhante a essa não foi possível de ser observada nas famílias teuto-brasileiras, o que demonstra que no modelo familiar tradicional caboclo a dominação masculina era mais acentuada, perceptível em antigas formas de relacionamento que ainda permanecem marcadamente presentes em algumas famílias.

Uma menor submissão da mulher camponesa teuto-brasileira está certamente relacionada ao fato de ela ter uma maior participação nas atividades produtivas que envolvem o núcleo familiar. Segundo Breves (1985, p. 43), os caboclos, diferentes dos descendentes de europeus, não concordavam com o trabalho da mulher na lavoura por entenderem isso como

---

<sup>88</sup> “Se governar” significa o momento em que o filho adquire a sua independência econômica e autonomia, sem mais precisar se submeter aos mandos dos pais.

uma subversão de valores. Em Porto Novo, a maior parte dos serviços que traziam algum rendimento econômico ao caboclo estava relacionada às empreitadas da derrubada da mata. A participação da mulher nestas empreitadas era vista de forma inconveniente, por entenderem que ela não teria a habilidade e o preparo físico que o trabalho no mato exigia.

Marido: Alguns faziam assim, mas eu nunca levei a minha mulher pra fazer empreitada, eu fui solito.

Por que não levava?

Marido: Eu não levava porque empreitada não é pra mulher, a mulher pode trabalhar em casa, ela faz comida, ela lava roupa, ela limpa a casa, ela varre o terreiro. Daí ela tem bastante serviço, é uma preocupação grande, eu considero. E lá no mato, ela não é do mato e eu sou do mato, eu trabalho qualquer tipo de serviço. Se é pra mim levar mulher pro mato e tar ensinando ela como é que roça, como é que corta, então que fique em casa, não chega a vencer o trabalho em casa.

Mesmo carpindo não levava junto?

Esposa: É só por um aperto.

Marido: Mas antes eu pegava um pedaço de carpida pra ela e eu trabalhava em outros lugares.

Ah, então deixava o serviço fácil?

Marido: Só um servicinho fácil. A minha mulher aquela que eu tive que ela faleceu, mas então arrumei ela, ela foi me ajudar, mas que roçar mato ela não foi nem junto. (casal de caboclos, 65 (ela) e 78 (ele) anos).

Assim, a mulher cabocla acompanhava as empreitadas que incluíam “um servicinho fácil”, geralmente a carpida ou a quebra de milho. No entanto a oferta e a valorização destes serviços eram sempre menores que a roçada ou outro trabalho que necessitasse de uma resistência física maior, vistos como inconvenientes para as mulheres. A criação de alguns animais ou a pequena roça que faziam junto ao rancho, atividades que muitas vezes cabia a mulher, somente complementavam a subsistência e não traziam uma remuneração financeira. A fonte provedora era a masculina, a mulher responsável pelos afazeres domésticos ou auxiliar nas empreitadas em alguns serviços menos valorizados, tornava-se completamente dependente e subordinada ao marido. É importante destacar que esta divisão de trabalho por gênero pouco se modificou no atual campesinato caboclo de Porto Novo, o que torna possível detectar uma maior submissão da mulher cabocla em algumas famílias.

Na tradicional família camponesa teuto-brasileira a autoridade maior cabia ao homem, era ele que tomava as decisões mais importantes, mas constituíam exceções os casos de despotismo masculino. A importância econômica do trabalho feminino possibilitava uma relativa participação da mulher nas decisões que envolviam a família e a propriedade.

Dentro da família a principal posição era ocupada pelo homem, que devia ser respeitado e ter suas ordens acatadas. Os homens idosos, especialmente os patriarcas de famílias grandes, mereciam a consideração de toda a comunidade. Uma decisão sua formava-se automaticamente numa decisão de toda a família. Apesar da preponderância masculina, a mulher gozava de certos direitos, que a colocavam, por exemplo, numa situação muito superior à da mulher gaúcha da época. Não se

tomava uma resolução familiar sem consultar as mulheres. A opinião delas era levada em conta na compra de um lote de terra, de uma vaca, ou mesmo de algumas sementes.

A posição relativamente importante da mulher dentro da família tinha origem na grande parcela de sua contribuição econômica à família [...]. Além dos serviços domésticos, elas também plantavam, colhiam, cuidavam dos animais, costuravam, fabricavam pão, manteiga, cerveja, charutos, tecidos. E tinham filhos [...]. Da capacidade de trabalho e organização feminina dependia grande parte do progresso econômico da família. (AMADO, 1978, p. 41-42).

Voltando ao romance *o Tempo e o Vento*, quando o marido e o filho mais velho de Frau Schultz foram recrutados para guerrearem contra os Farrapos, Érico Veríssimo aponta a capacidade de liderança da mulher camponesa teuto-brasileira sobre a família e a propriedade:

Hans Schultz, seu filho mais velho e Erwin Kunz também tinham sido recrutados. Na hora em que Hanz deixou a casa, toda a família rompeu a chorar: mas no dia seguinte antes de nascer o sol foram todos como de costume trabalhar na roça, desta vez comandados por Frau Schultz, que levava seu filho mais moço escanchado na cintura. (VERÍSSIMO, 1967, p. 295).

Na vida pioneira a mulher do colono também auxiliava o seu marido no exaustivo trabalho da derrubada da mata, como é descrito por Eidt (2006, p. 42-43):

A mãe de Alfredo passava praticamente todas as horas do dia ao lado de Arthur, dispensando ao marido toda a sua generosidade. Para mostrar o quanto lhe era devota, acompanhava-o na derrubada de angicos, guajuviras, loros, cedros e tantas outras árvores que eram vendidas aos balseiros. O serviço era manual, com uma serra denominada “vaivém”. Por vezes, a derrubada de uma árvore consumia o serviço de um dia. Jamais temeram o trabalho, por mais pesado que fosse. Arthur sabia que havia investido tudo na vida pioneira e não poderia retroceder. A nova realidade teria que ser suportada integralmente.

No campesinato teuto-brasileiro, como em qualquer outro, havia a divisão sexual do trabalho: o serviço doméstico ficava sob total responsabilidade da parcela feminina, além desta ainda ter uma fundamental contribuição nas lides agrícolas; o trabalho mais pesado da lavoura que necessitava de um maior vigor físico era executado pelos adultos do sexo masculino. No entanto, no trabalho pioneiro, pela necessidade de uma maior mão-de-obra e pela impossibilidade financeira de contratá-la, a mulher teve que realizar atividades agrícolas que em situações diferentes estariam sob a responsabilidade masculina. Mas isto não implicava que as atividades domésticas, de exclusiva responsabilidade feminina, fossem compartilhadas, da mesma forma, pelo elemento masculino. A acentuada exploração da mão-de-obra feminina no trabalho pioneiro da colonização, muitas vezes esgotou as energias do



corpo da mulher e trouxe debilitações a sua saúde<sup>89</sup>. Em 1961, a empresa paulista Agro e Hidrotécnica LTDA, foi contratada pela Caixa Rural para realizar um levantamento socioeconômico com o intuito de propor um plano de desenvolvimento para Porto Novo. A pesquisa denunciou a intensa exploração da mão-de-obra feminina e uma das propostas de desenvolvimento, que se enquadrava na área da saúde, foi de “aliviar a mulher do excessivo trabalho, reservando-lhe mais tempo para o lar e os filhos”. (AGRO E HIDROTÉCNICA LTDA, 1962, p. 25).

Em Porto Novo, até por volta de 1970, as trocas matrimoniais entre teuto-brasileiros e caboclos eram inexistentes<sup>90</sup>. Esta endogamia pode ser atribuída a dois grandes fatores: a influência dos jesuítas na preservação de um ideal religioso a partir de uma homogeneidade étnica e a falta de afinidade social devido à incompatibilidade cultural entre os dois grupos étnicos. Com o conjunto de transformações socioeconômicas que acompanharam o posterior processo de modernização agrícola, o poder de imposição do clero teve cada vez menos efeito. No entanto, os preconceitos e as diferenças culturais, principalmente as relacionadas à produtividade (o *ethos* trabalho e da propriedade da terra), continuaram como grandes barreiras nas trocas matrimoniais entre as duas etnias. A maior restrição acontecia por parte da família teuto-brasileira, esta “troca desigual”, representava a ela não só uma decadência econômica como também social, porque havia o grande risco da nova família, resultado desta aliança, “decair” para o acaboclamento. “A família foi, durante muito tempo, o fruto de uma aliança entre duas famílias diferentes, cada uma encontrando a sua vantagem na associação”. (MORIN, 2005, p. 172b).

O amor é uma ameaça potencial ao sistema de estratificação e há vários modos de ele ser controlado. Ele pode romper os planos dos mais velhos de unir duas linhagens ou heranças de família de posição elevada a outra de posição baixa, para o desagrado da primeira. Acredita-se, em todas as sociedades, que a propriedade, o poder, a honra da linhagem, as relações totêmicas e outros elementos da família passam de uma geração a outra, através das linhas de parentesco ligadas pelo casamento. Assim, a escolha do cônjuge tem muitas conseqüências e as pessoas que se apaixonam enfrentam tempestade de cólera, violência, ostracismo e o seu próprio temor de se casarem; para evitar isso, a escolha do cônjuge é frequentemente controlada, de modo a não ser abandonada ao capricho dos jovens. (GODDE, 1970, p. 72).

Vários namoros e casamentos interétnicos foram impedidos pela autoridade dos pais teuto-brasileiros, que a todo custo asseguravam a “honra” da família. Durante a pesquisa a

---

<sup>89</sup> Muitos homens, tanto caboclos e teuto-brasileiros, também tiveram a sua saúde debilitada pelo trabalho exaustivo do pioneirismo, destacamos a situação da mulher (especialmente a teuto-brasileira) por ela ter assumido uma dupla jornada, o trabalho doméstico e da lavoura.

<sup>90</sup> Pode ter ocorrido uma e outra rara exceção, em especial entre algumas famílias acabocladadas oriundas do noroeste gaúcho.

campo resgatou-se uma destas histórias, com a promessa de manter o nome da senhora que vivenciou o romance em sigilo. Para evitar eventuais constrangimentos e deixar a informante mais a vontade, a entrevista se deu por meio eletrônico, e o texto a seguir foi escrito por ela e transcrito na íntegra<sup>91</sup>:

### **1971**

Trabalhando numa cidadezinha do interior, encontrei-me certa tarde com um rapaz moreno, alto, esbelto e sorridente. Veio pedir-me um favor. Conversamos um tempo, e ele se foi, mas ficou –me uma sensação especial.

A partir daí nos encontramos diversas vezes. Um dia nossos amigos fizeram uma reunião dançante e ele também foi e dançamos a noite inteira bem juntinhos, sem falar, só nos olhando e dançando ao som da gaita tocada por nosso amigo.

Encontramo-nos outras vezes e eu sempre mais apaixonada, mas sem contar nada aos meus pais. A única que sabia era umas das minhas irmãs. Eu tinha muito receio de contar aos meus pais, pois nosso pai era muito severo, rigoroso mesmo conosco. Eu tinha na época 19 anos. Ele tinha uns 22 anos, não lembro certo. Eu tinha 1,50m de altura e ele 1,70m. Eles vieram de Santa Cruz do Sul. Falavam um pouco o alemão, pois se criaram entre os alemães de lá.

Um belo domingo fui visitar meus pais na minha cidade, eu conversando com minha irmã meu pai escutou nossa conversa. Foi um Deus nos acuda. Ele me disse:

“Ou tu termina com ele ou ficas em casa e não vais mais trabalhar. Pode escolher”.

Ele falou sem piscar ai nos já sabíamos era serio, sem chance de escolha.

Nunca mais falei com ele. Não sei que fim levou. Chorei a noite inteira, mas como guerreira que sou, levantei no outro dia e fui trabalhar, com a cabeça erguida, pronta pra outra.

Encontrei entre os meus pertences um poema que fiz uns dias depois. Transcrevo ele na íntegra, para melhor sentir minha emoção daquela época.

Estou casada há 28 anos. Sou mãe, sogra e avó. Encontrei uma pessoa que me completa e me faz feliz.

Aquele é apenas um caso de juventude. De tantos que aconteceram por aí.

### **Poema: Era só felicidade**

Eram seis horas da tarde  
O sol se ia pondo no horizonte  
Atirando seus raios  
Ao longo do céu azul!

Eu sentada no meu quarto  
Escutei as batidas na porta  
Anunciando a chegada  
De alguém tão esperado!

Abri-a tremendo de emoção  
Ao vê-lo diante de mim  
Bateu-me acelerado o coração  
Que cheguei a ficar ruim!

Atirei-me em seus braços

---

<sup>91</sup> Apesar de existirem, num passado recente de Porto Novo, inúmeras histórias de amor entre caboclos e teuto-brasileiros que tiveram a infelicidade de sucumbirem frente à autoridade patriarcal, é muito difícil conseguir resgata-las na íntegra. Isto porque estas histórias afetam profundamente a intimidade das personagens que as vivenciaram e em alguns casos ainda representam manchas ocultas que desmoralizaram a família teuto-brasileira.

E assim juntinhos  
Deixamos o mundo girar  
Sem saber o que falar!

Perdi toda fala...  
Somente olhava pra você  
Querendo saber tudo pelo olhar  
Sem mexer-me dali!

Eu era tão feliz, tão feliz  
Que a felicidade não cabia em mim  
Eu só ria, ria com você ao meu lado  
Olhando para mim!

Jamais pensei que um dia  
Viesse a ser feliz assim  
Quando já havia esquecido  
O que é ser feliz assim!

Conversamos e sorrimos  
Sentados lado a lado  
Esquecendo-nos dos demais  
Falando somente de nós!

Fui feliz ao lado seu  
Mas o destino não quis  
Deixa-lo ao lado meu  
Tirou-o daqui deixando-me  
Infeliz e só!

Os primeiros casamentos interétnicos, para se concretizarem, tiveram que superar inúmeros obstáculos impostos pela família conservadora teuto-brasileira e pelos preconceitos que emergiam em meio à vida comunitária. Neste caso, os caboclos, para transmitirem simpatia e confiança à família e a comunidade teuto-brasileira, tiveram que negar traços da sua identidade cultural e incorporar forçadamente as características culturais dos colonos.

Como é que você chegou a conhecer a pessoa de origem alemã com a qual você está casado hoje?

R: Os meus pais trabalhavam pra eles de peão e é daqui da comunidade mesmo.

Acabaram-se conhecendo, acabaram namorando?

R: É, através do serviço né, porque o pai trabalhava ali.

[...]

Na época a gente se conhecia, tudo bem, mas o conhecimento às vezes não é o essencial né. A gente se conheceu da infância, depois na época da juventude começou nós bailes, a gente começou a se encontrar e daí....Mas houve a resistência dos..

A resistência por parte dos alemães?

R: É dos pais que não queriam né.

E dos seus pais não houve?

R: Não, não. Eles a questão financeira, porque eu não tinha nada, coisas errada tudo. Daí ela foi embora pra Porto Alegre, ela ficou por seis anos por lá trabalhando. E depois a gente continuou e a mesma coisa né, ficamos juntos até que nós ia casar. Hoje a gente está se dando bem com eles.

Hoje então não tem mais resistência?

R: Não, pouco, porque hoje o meu irmão também casou, já tinha duas gurias, então o meu irmão casou com a outra então não tem mais, hoje é tudo família né.

Então teve que ceder, mas no período anterior houve muita resistência?

R: Ihhh, houve, houve, bastante. Se fosse hoje ter que enfrentar tudo de novo, não sei se eu faria tudo de novo. Tem muita alemoa se misturando, na época era menos, era mais difícil, hoje não, hoje em qualquer lugar já estão olhando, já estão inticando com ele, antigamente não.

Naquele tempo em que o teu sogro impediu, foi grande a resistência por muito tempo assim?

R: Olha foi por um grande período né, não queria, não queria de jeito nenhum né.

Por que ele não queria, o que ele mais argumentava?

R: Nós, eu era, praticamente eu gostava da pinga, cerveja e coisa né, na época que eu era da minha juventude eu aproveitei praticamente. Daí: “Não, este cara é bêbado coisa errada, tu tem que arrumar outro. E não tem nada, não tem onde cair morto. Onde é que tu vai morar? Não tem terra e não tem nada”. Daí ela disse: “Não, mas um dia nós podemos conseguir”. A resistência foi por causa de bens materiais né.

Mas no fundo também estava incutida a questão do caboclo?

R: É, a questão do caboclo, é o preconceito né, “tu é preto”. Por causa dos outros, parentagens, mas é.

[...]

Inclusive até pra casamento exigiu que tinha que ter terra né, exigiu que tinha que parar do vício e daí praticamente que mudou a vida né. A gente, na época fiz um curso pra ministro, então hoje faz 20 e poucos anos que sou ministro da comunidade né. Então a gente mudou a visão também, a mentalidade da gente mudou um pouco né.

Hoje na tua propriedade, você percebe diferenças na propriedade, ela estaria mais na situação do caboclo ou mais na situação do alemão?

R: Ela tá mais na situação do alemão.

Seria mais por imposição da sua esposa ou porque você também adquiriu o sistema mais?

R: Não, eu adquiri experiência, adquiri experiência né, é que a gente vê, a gente se espelha no outro né, o outro fez e deu certo, a gente faz também né.

Você adaptou muito do sistema de trabalho do alemão?

R: Me adaptei bastante praticamente né. Do caboclo né, hoje a visão dele né, como antigamente a gente não pensava em ter horta né, ter pomar essas coisas né, eletrodomésticos essas coisas, o caboclo não pensou muito que tinha que ter né, era mais braçal. (caboclo, 46 anos).

R: E quando ele venho a primeira vez passear na casa da moça, daí a moça venho com medo de contar a verdade. Daí o Edvino falou assim: “Eu não tenho nada contra”. Ele perguntou, o moço, que se podia entrar dentro da casa. Daí ele disse: “Sim, se você aceita de hoje em diante, se quer namorar com a minha filha, aceita as minhas opiniões pro futuro e aceita as minhas sugestões, eu não tenho nada contra o namoro de vocês. Só que eu gosto que você aceite”. O pai dela neste ponto é bastante... Como se diz ainda? Bastante....

Rígido?

R: Aha, o pai dela era bastante....

Teimoso?

R: Mandão, mandão. É assim que ela falou: “O pai é bastante mandão, se você aceita o que é que o pai manda nós continuamos, aí posso aceitar você”. Porque já tinham terminado porque o pai não queria.

Por que ele não queria? Por que ele era caboclo?

R: Aha, porque eles não tinham nada, estavam morando na fazenda do patrão, do cerealista lá de Piratá, ele tava na fazenda dele de empregado né, só que um empregado que trabalhava. O Edvino falou assim: “Eu sei que tu é uma pessoa que trabalha, eu aceito se tu pegar a minha filha, só que daí eu quero ter o direito de ajudar vocês a trabalhar em diante”.

Ajudar a organizar a propriedade?

R: Isso, e ele aceitou e tão bem hoje.

Então este caboclo entrou no ritmo do alemão?

R: Aha, no ritmo do alemão, no sistema dele e tão bem hoje. E no final de contas vai ser ele também que vai cuidar dos velhos hoje. Ele obedeceu bastante, nenhum dos

filhos, ele contou mesmo lá em casa pro pai, nenhum dos filhos obedeceu tão bem como ele. (teuto-brasileira, 50 anos)<sup>92</sup>.

A modernidade trouxe rupturas a bases sólidas que estruturavam a vida comunitária teuto-brasileira de antes: a religião e a família. A geração mais nova já não se submetia mais com tanto temor à autoridade clerical e patriarcal. As novidades tecnológicas dos meios de comunicação, o aumento dos fluxos e da escolaridade trouxe uma maior abertura ao mundo, que antes se limitava ao espaço da comunidade local, muitos jovens romperam com antigos valores, tabus e preconceitos. Com o processo da modernização agrícola, a relativa homogeneidade socioeconômica dos colonos no campesinato tradicional se desfez: os mais aptos ascenderam social e economicamente, os que não se incorporaram a nova lógica capitalista passaram a ocupar as estratificações mais baixas da hierarquia social. A introdução tecnológica dispensou grande parte da mão-de-obra cabocla, dificultando com isso a sua condição social, mas por outro lado, trouxe ascensão para alguns que se adaptaram a princípios capitalistas exigidos pelo mercado. A desmistificação de preconceitos e a proximidade na estratificação social de caboclos e teuto-brasileiros intensificaram as relações sociais entre as duas etnias por parte de uma parcela da população, aumentando com isso, os casamentos interétnicos.

A mestiçagem passa a ocorrer com mais freqüência no meio urbano, onde filhos de colonos e caboclos tornaram-se proletários e pertencentes à mesma classe social. “O casamento entre membros de famílias diferentes é o indício mais evidente de que uma considera a outra social e economicamente igual a si própria”. (GOODE, 1970, p. 58).

No meio rural os casamentos interétnicos são mais raros porque o caboclo ocupa em geral uma estratificação social bastante inferior a do teuto-brasileiro e por serem as diferenças culturais mais contrastantes, e conseqüentemente o preconceito mais intenso. As eventuais trocas matrimoniais que passam a acontecer, neste meio, entre os dois grupos étnicos geralmente se dão nas seguintes circunstâncias: teuto-brasileiros pobres que residem próximos de famílias caboclas e já possuem uma maior convivência com elas(há uma grande tendência de acaboclamento<sup>93</sup> da nova família, fruto desta aliança); teuto-brasileiros com caboclos que se adaptaram ao “sistema do alemão” e neste caso as trocas matrimoniais podem ocorrer até com colonos “fortes” desde que o caboclo apresente as “virtudes” necessárias e se sujeite a

---

<sup>92</sup> A história relatada se sucedeu com a prima dela.

<sup>93</sup> O termo “acaboclamento” é designado a teuto-brasileiros que passaram adotar traços culturais predominantemente caboclos, transformação cultural que pode ocorrer devido à intensa convivência e principalmente pelo casamento interétnico. Diferente do que em Waibel (1958) e Willems (1940 e 1946), aqui o termo não tem uma conotação pejorativa.

imposições (nesta situação há um ateutoamento<sup>94</sup> da nova família); solteirões ou solteironas de origem alemã que optam em se casar com caboclos(as) para não permanecerem na condição de celibatários.



Figura 15 - Exemplo de uma família na qual ocorreu o processo de acaboclamento. Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 16 - Exemplo de uma família na qual ocorreu o processo de ateutoamento. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

---

<sup>94</sup> Utilizo o termo “ateutoamento” num sentido inverso de “acaboclamento”, designando os caboclos que incorporaram traços culturais predominantemente teuto-brasileiros. O termo tem a sua originalidade nesta pesquisa.

O processo da modernização veio acompanhado de um conjunto de fatores socioeconômicos que trouxeram profundas transformações às tradicionais estruturas familiares caboclas e teuto-brasileiras. Para compreender estas transformações de forma mais subjetiva, procurou-se valorizar os depoimentos de alguns antigos moradores de Porto Novo que possuem na memória as lembranças do tradicional modelo familiar e vivenciaram a sua ruptura.

A mudança mais apontada pelos idosos entrevistados está relacionada à desestabilização da autoridade patriarcal, no entender deles, hoje há uma menor obediência e respeito aos pais e aos mais velhos, provocando em consequência disso uma desorganização em muitas das atuais famílias:

Vocês hoje percebem diferenças nas famílias de hoje e de antigamente?

Esposa: Sim, tem.

Que diferenças vocês percebem?

Esposa: Tem muita diferença por que desde o respeito da piaçada, a piaçada respeitava.

Marido: Antigamente a piaçada... Mas hoje em dia não tem respeito mais.

Esposa: Hoje é piaçada de menor, gente mais grande, não tem respeito com as pessoas. Antigamente, pra contar bem a verdade, chegava uma pessoa lá em casa, como lá em casa na mãe, nós não saia quase pra parte nenhum, chegava uma pessoa lá, podia ser um negro velho nós mandava dar louvada, a mãe fazia dar louvada. (casal de caboclos, 67 (ela) e 90 anos (ele)).

Porque tempos atrás o senhor era padrinho de um o afilhado chegava não é: “Benção meu padrinho”, não é, “Benção minha madrinha”. Agora uns tempo pra cá não, o senhor não sabe, o filho faz anos que não vê o pai, chega: “Boa tarde pra vocês”, ele não vem. E o que era o antigo, não é, o antigo chegava não é, tirava o chapéu, botava debaixo do braço e dava: “Louvação pai, louvação mãe”. Agora você não vê mais isso, não tem mais isso aí. Por isso que dá muitos pecados hoje em dia, por isso aí. Os meus não, os meus eu criei, chegavam onde tava o padrinho, tiravam o chapéu da cabeça: “Benção meu padrinho, benção minha madrinha, como é que vocês vão?”. Era assim. (cabocla, 92 anos)<sup>95</sup>.

Você acha que existe uma diferença da família de hoje e de antigamente?

R: A gente que é de antes tempo, ta muito ruim, porque os filhos não obedecem os pais né, os velhos mandam pra aula, manda pra igreja, ficam brincando na estrada ou manda pra catequese e não vai, ficam brincando e depois vem me mostrar que foi. (cabocla, 68 anos).

Na questão da organização da família, também mudou de hoje pra antigamente?

R: Ah não, este aí não tem nem, de Deus o livre homem, hoje pro senhor criar uma família não ta fácil, você dá um conselho bom pra um filho aí tem 8 e 10 que dá um mau conselho e ele vai seguir estes, em vez do conselho do pai. (caboclo, 84 anos).

---

<sup>95</sup> Pedir a benção ou a louvação aos padrinhos, tios, pais ou mais velhos é um sinal de respeito à hierarquia patriarcal da família cabocla e ainda é bastante valorizada entre eles, apesar dos caboclos idosos terem lamentado a perda deste valor, durante a pesquisa a campo foi possível notar que este hábito cultural ainda está bastante presente nas famílias.

R: Às vezes uma pessoa, uma guria né, às vezes não respeita os pais pra dizer uma palavra. E de primeira tava tudo bem organizado né, tudo respeitavam as pessoas e agora não, ta muito pouco o respeito às pessoas agora. (cabocla, 84 anos).

Do jeito que são criados os filhos também têm uma diferença?

R: Sim, antigamente ainda se podia pegar a vara para castigá-los, hoje isto não existe mais.

Os filhos têm mais direitos?

R: sim. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Na família o que você percebe de diferente, o modelo familiar de hoje com o de antigamente na qual você cresceu?

R: Nós tínhamos isso mais rígido do que é mantido hoje. Hoje tudo é mais facilitado.

Você se refere em relação às regras?

R: Sim. (teuto-brasileiro, 84 anos).

A desobediência das crianças ou adolescentes aos mais velhos é relacionada principalmente a não execução de tarefas que tradicionalmente sempre lhes eram responsabilizadas pela divisão etária do trabalho da família camponesa. Conforme os idosos e adultos em idade mais avançada, a constituição que proíbe o trabalho de menores estaria em grande parte favorecendo esta desobediência, contribuindo na formação de futuros malandros e vagabundos:

R: [...] hoje mandei cedo o meu filho fazer lenha porque eu não tenho lenha, ele saiu, chegou aqui às 11 horas com as mãos abanando sem nada. [...] É, daí eles fazem a malandragem que eles querem por aí. Porque trabalha não trabalham porque o único serviço que tem ali na...e ali menor não pode trabalhar, então o menor fica aprontando por aí.

Um período vão na aula e o outro...?

R: É, mas também vem da aula e não são capaz de buscar um balde de água pra gente, vão direto na brincadeira deles. (Caboclo, 84 anos).

Olha uma grande coisa eu acho que piora o Brasil que o de menor não pode trabalhar. Não trabalhar como um escravo, fazer um servizinho, um servizinho onde incentivassem para que todos trabalhassem, daí o governo mesmo esta criando vagabundo por não deixar a criança trabalhar. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Vocês têm um filho de que idade?

R: O que ta em casa com nós tem 14 anos. [...].

De manha ele levanta às 5:30 quando o Valdir levanta nê, daí as 6 horas ele chama ele, ta na hora, daí ele levanta nê, vai para a escola. De tarde ele trabalha. Eu sei que é proibido menor trabalhar, mas tem que ajuda um pouco. Eu acho assim...

Ele ajuda na cerâmica?

R: Sim. Eu vejo assim, eu sei que é proibido, mas se é para um filho fica na rua aprontando, então vai trabalha. Ele se sente bem trabalhando, ele é um guri forte, graças a Deus, e ele acha melhor trabalha do que fica em casa, na tv nê, ou sair e correr rua nê, tem muitas crianças que fazem isto ainda, os pais falam não adianta. Eu acho que sobre isto nunca deu problema nê. Eu sei que as firmas não, tu vai, sei lá, eles não querem que de menor trabalha, mas no meu ver eu acho que o de menor tem que trabalha, do que fica fazendo arte, aprontando. Como tem muitas pessoas, muitos de menor que chegam, roubam, fumam maconha, eu acho que isto é errado. Eu acho que se fosse pega todas estas crianças a trabalha, não tinha tanto banditismo eu acho. Acho eu no meu ver, por que eu sou muito do tempo dos antigo, de coisa errada eu não gosto, sou muito contra coisa errada. Então eu prefiro assim, ele



estuda, faz as horinhas dele certinho no colégio, ajuda a trabalha. (Cabocla, 49 anos).

Nas comunidades teuto-brasileiras, o ensino primário das escolas paroquiais tinha a função de contribuir com os fundamentos básicos que possibilitassem a reprodução dos indivíduos dentro de um modelo tradicional de sociedade camponesa<sup>96</sup>. A escola era até então um espaço de extensão e fortificação de valores sociais já incorporados pela família por várias gerações. Com a entrada da modernidade o período de permanência dos filhos na escola torna-se cada vez mais extenso, esta sempre mais sob o domínio público e faz com que o Estado, por meio de um modelo padronizado, assuma a maior parte da educação das crianças e jovens, que anteriormente eram restritas à família e às instituições da comunidade. A escola deixa de ser apenas uma intermediação entre a família e o espaço da sociedade local, ela estende aos estudantes, horizontes que se ampliam além da sua comunidade, lhes incorporando novas concepções sociais que muitas vezes são conflitantes com os tradicionais valores camponeses.

Sim, tem uma grande diferença, como hoje eles precisam ir tanto tempo à escola. Nós fomos quatro anos, se você sabia escrever o nome ou não você saia.

[...]

R: Tem uma grande diferença, eles vão muito tempo na aula e não aprendem mais a trabalhar certo na roça.

Você acha que a escola faz com deixam de aprender a trabalhar na roça.

R: Mas claro, quando eles vão tanto à aula eles não querem mais saber do trabalho da roça. (Teuto-brasileiro, 92 anos).

Por parte de algumas famílias teuto-brasileiras houve a transgressão de um dos mais sagrados valores cristãos, a união conjugal sem o casamento religioso<sup>97</sup>:

Tem dentro até da minha própria família. Uma filha e um filho da minha filha mais velha não são casados de religião nenhuma, tão vivendo junto. E duas filhas no Paraguai de um filho meu, do Mato Grosso de um filho meu. Hoje eles têm que seguir a sua obrigação. Posso falar pra eles, eu questionar com eles por causa disso não, eles são grandes, foram educados na religião católica, participaram da catequese, da primeira comunhão, depois a catequese de crisma, e depois o curso de noivo e casaram pela igreja e pelo civil. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

A atual sociedade capitalista, competitiva e consumista, não permite mais a manutenção do extenso número de filhos que anteriormente eram sempre bem vindos, tanto

---

<sup>96</sup> No período da colonização, que se estende até por volta de 1960, os caboclos não frequentavam a escola.

<sup>97</sup> Anteriormente a união conjugal sem o consentimento religioso acontecia só entre a população cabocla.

para aumentar a mão-de-obra familiar como também para satisfazer os interesses do clero em aumentar o seu número de fiéis<sup>98</sup>.

Se a gente compara, isto dá uma grande diferença, mas está diferença tem que vir. Com a evolução que o mundo evoluiu, o sistema de família que tinha antes não podia ficar mais. Por que naquela vez os padres sempre diziam: “Criam tantos filhos quanto for possível ter na família”. E hoje é diferente, hoje o casal com dois filhos é uma família grande. Porque hoje as famílias grandes e numerosas que nós tínhamos não teriam mais condições de viver nos tempos de hoje, seria impossível. Hoje uma família de 13 filhos, como a nossa família era, seria impossível de viver hoje. Porque hoje tem de tudo, hoje tem que ter televisão, tem divertimento pra cá e pra lá, tem o estudo superior, tem isso, tem aquilo, isto antigamente não se tinha e isto tudo custa dinheiro. Ter uma família de 13 filhos hoje seria praticamente o desastre da família. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Um colono idoso faz uma profunda análise de como se transformaram as relações familiares a partir da entrada dos meios de comunicação, como o rádio e a televisão:

O que você percebe de diferente de hoje e de antigamente na família?

R: Antigamente a família era mais unida, ela cantava, visitava os vizinhos e hoje em dia a televisão e a rádio ocupa todo o espaço da família. Até a conversa familiar findou, porque hoje em dia quase ninguém tem mais tempo de conversar. Têm muitos, quando se levantam, tomam um chimarrão, logo mais fica ligado rádio ou a televisão. Tomam chimarrão, depois vão tratar o gado e depois vem tomar café, mas logo se não está ligado o rádio ou a televisão eles ligam. Então até depois vão pra roça, quando chegam para a casa a primeira coisa, ligam de novo. E daí almoçam ou tomam ainda um chimarrão, o rádio ou a TV estão ligados e quando alguém quer falar: “oia agora vem....”(risos). E depois vão pra roça e quando chegam voltam de novo, quando tem o gado tratado daí ligam. E em muitos lugares os velhos estão juntos, moram juntos e passam o dia inteiro sem falar, não é que não se dão, se dão bem, mas a rádio e a televisão ocupam todo o lugar, toda a conversa familiar. O Egon Berwanger: “O diabo é para pegar o rádio e a televisão, toda a conversa familiar está no fim”. (Teuto-brasileiro, 91 anos).

Não se pode cometer o equívoco em julgar que no campesinato tradicional a família encontrava-se num espaço de convivência harmoniosa, na qual as transformações advindas da modernidade substituíram a antiga harmonia por relações conflitantes de instabilidade e discórdia familiar. Se os mais conservadores lamentam o afrouxamento das antigas relações familiares patriarcais, principalmente na questão da obediência e respeito dos mais jovens pelos mais velhos, tem-se que considerar de forma positiva que as novas gerações tornaram-se menos submissas, reivindicam constantemente relações mais democráticas e não aceitam mais a autoridade abusiva praticada por grande parte dos pais das gerações anteriores. Se a constituição contribui para formar futuros indolentes ao proibir em parte o trabalho formal aos menores, em contrapartida, o Conselho Tutelar (órgão municipal que tem como função

---

<sup>98</sup> O incentivo do clero para as famílias terem um grande número de filhos era somente dado aos teuto-brasileiros, o crescimento vegetativo da população cabocla seria um impasse na manutenção de um ideal religioso pautado na homogeneidade étnica. No entanto, mesmo sem este incentivo, a prole nas famílias caboclas era numerosa porque não havia um planejamento familiar com a preocupação de conter a natalidade.

assegurar os direitos das crianças e adolescentes) não permite mais que ocorra uma super-exploração da mão-de-obra infanto-juvenil como acontecia em muitas famílias num passado recente. As novas formas de vida conjugal, a união sem o consentimento religioso e o divórcio acompanhado de um novo casamento, não são indícios capazes de julgar que o modelo familiar tradicional apresentava-se mais harmonioso. Há que se considerar que o poder de coerção social do clero atrofiou fazendo com que os casamentos não religiosos deixassem de ser vistos como imorais, e em relação ao divórcio, este passa a acontecer principalmente na medida em que a esposa torna-se menos submissa ao marido, sendo mais frequentes no espaço urbano onde a mulher através de um emprego consegue a sua autonomia econômica<sup>99</sup>. Se a introdução tecnológica dos meios de comunicação como a rádio e a televisão passaram a ocupar o espaço do diálogo familiar, a popularização do telefone e em parte da Internet, possibilitam atualmente que os familiares que se dispersaram em grandes distâncias possam se comunicar em tempo real. Se a escola, que se responsabilizou pela maior parte da educação dos filhos, deixou de ser restritamente comunitária e não dá ênfase em incorporar antigos valores das tradicionais famílias camponesas, atualmente amplia os horizontes do estudante<sup>100</sup>, como é observado de forma otimista por dois colonos idosos:

A escola, qual a maior diferença que você percebe na escola de antigamente e de hoje?

R: O que eu vou dizer para você? Aquela vez as quatro paredes da escola era a escola, hoje o mundo é a escola, hoje tu tem que olhar o mundo. Hoje quando tu se senta na escola tu olha na internet, tu olha na televisão, tu enxerga no outro lado, na Europa tu enxerga o que acontece. Naquela vez a gente estava sentado entre quatro paredes e não conseguia olhar para fora. A comunidade vizinha a gente não enxergava, hoje tu enxerga lá o mundo inteiro em poucos minutos, então isto que mudou. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

E na escola você também percebe uma diferença?

R: Antigamente a escola era da comunidade, também os alunos não saiam quase da comunidade, talvez até a comunidade vizinha uma ou outra vez. [...] Antigamente quando a gente vinha as crianças se escondiam e hoje não, eles não têm mais...., quando chegam em qualquer cidade aí eles estão em casa, eles estão em casa em todos os lugares, as crianças não tão mais tímidas como antigamente.

Isto é um lado bom que você vê?

R: Isto é um lado bom. Se eles também aprendem coisas, muitos dizem que aprendem coisas que não era preciso, mas isso não tem, quando a gente quer fazer uma fritada de ovos tem que se quebrar os ovos (risos). Tudo tem os seus lados bons e também os negativos, isso é lógico. (Teuto-brasileiro, 91 anos).

---

<sup>99</sup> As separações entre os cônjuges já acontecia nas famílias caboclas a partir do “rapto” ou fuga da mulher com um outro pretendente.

<sup>100</sup> Apesar da escolaridade dos caboclos ser consideravelmente menor, atualmente a sua permanência na escola já se estende por um período bem maior, o que faz conseqüentemente que caboclos e teuto-brasileiros incorporem valores sociais cada vez mais idênticos e tenham possibilidades semelhantes na inclusão socioeconômica.

Nesta análise comparativa entre o modelo familiar tradicional e as novas formas de relações familiares advindas a partir do processo da modernização, não se pretende fazer uma comparação qualitativa entre o antigo e o novo com o objetivo de querer julgar qual seria a mais ideal forma de se viver em família. O mais importante certamente é compreender que há relações recíprocas entre os padrões familiares e os traços da sociedade da qual a família faz parte, as variáveis societárias moldam as variáveis familiares e vice-versa. O processo da modernização impôs formas hegemônicas ao lugar que antes no seu isolamento possuía características sociais bastante singulares. As intensas transformações que passaram a atuar sobre o espaço local trouxeram grandes rupturas às tradicionais famílias camponesas caboclas e teuto-brasileiras. Os padrões familiares tão divergentes entre os dois grupos étnicos passam a se assemelhar sempre mais na medida em que as novas gerações compartilham valores, interesses e necessidades em comum<sup>101</sup>.

Vamos supor, alguns caboclos diziam que o alemão pensa mais em acumular, a questão mais de visão capitalista e o caboclo não. Na família de vocês percebem essa diferença?

R: Não, porque assim não, porque eles de vez em quando têm meses que querem poupar, tem meses que quando vê já tem gasto, isso é dos dois lados. Porque hoje em dia na vida você tem que buscar sobreviver. [...] Eles lá têm, por exemplo, os meus pais tão num rumo de trabalho, eles tem outra coisa, só que tem vezes que poupam e ganham, mas só que tem vezes que quando vê eles tem que gastar, tem que investir. (cabocla, 20 anos).

Como nos explica a jovem cabocla de casamento interétnico, caboclos e teuto-brasileiros “tem que buscar sobreviver”, o que faz com que se identifiquem cada vez mais na atual sociedade capitalista. Muito mais que a incompatibilidade cultural, a herança de uma forte carga de preconceitos é o maior impasse para o intercâmbio familiar entre os dois grupos étnicos.

Você teria uma resistência em casar com uma pessoa de origem cabocla?

R: Sim.

Por que você teria esta dificuldade?

R: Talvez porque daí eles também te olham meio, sei lá, com preconceito também.

Então você acha que seria também..?

R: Excluída. (teuto-brasileira, 17 anos).

---

<sup>101</sup> Houve adoção de padrões familiares semelhantes principalmente entre as famílias caboclas e teuto-brasileiras que se proletarizaram.

## 2 A NÃO INCLUSÃO DO CULTURALMENTE DIFERENTE: A SEGREGAÇÃO SOCIAL DO CABOCLO

As características sócio-culturais do caboclo foram pouco atrativas às instâncias políticas de escala nacional e estadual que por meio do processo político da colonização pretendiam modernizar o Estado com a sua maior integração ao grande capital internacional. Na estratégia de dinamizar as relações capitalistas sobre o território a partir da pequena propriedade agrícola, privada e produtiva, idolatraram-se as virtudes do camponês europeu que com a sua imigração ao Brasil já traria os princípios da propriedade privada e das relações capitalistas de trabalho. Sem se comprometer com algum amparo social sobre o camponês colono e caboclo, o Estado terceirizou os serviços de colonização a grandes corporações capitalistas cedendo-lhes vastas áreas de terras. Estas corporações em geral novamente subdividiam as terras que legalmente lhes pertenciam e as comercializavam a empresas de colonização, que por sua vez efetivavam a ocupação da área por colonos com a venda dos lotes agrícolas. Os camponeses caboclos, não tendo a incorporação de valores capitalistas como a concepção da propriedade privada da terra e a produção de excedentes com a idéia de acúmulo, deixaram de ser incluídos nos projetos de colonização que se desenvolviam a partir da especulação do mercado da terra. O Estado não se preocupou em elaborar um projeto específico capaz de integrar as características camponesas em espaços territoriais nas quais as comunidades caboclas pudessem se apropriar legalmente. “Fundamentado na ideologia da igualdade, a cultura política ocidental enxerga a diferença como uma ameaça, uma antinomia, arriscando a afundá-la numa crise de identidade”. (SEMPRINI, 1999, p. 159). Ao tratar de forma homogênea<sup>102</sup> as diferenças da identidade camponesa cabocla e teuto-brasileira, deixando ambas a mercê da exploração das companhias de colonização que usufruíram da renda capitalizada da terra<sup>103</sup> a partir da sua comercialização, contribuiu para a segregação<sup>104</sup> social do caboclo que a partir das suas características culturais não se apresentava tão apto como o colono na disputa seletiva dos espaços sociais dentro de uma lógica racional capitalista.

---

<sup>102</sup> Além do Estado não promover nenhum projeto específico de acesso do caboclo a terra, defendeu teorias preconceituosas e racistas em relação a sua identidade cultural, bem como utilizou a força repressiva policial e militar na expulsão do caboclo das suas posses.

<sup>103</sup> A renda capitalizada da terra provém, assim, do capital investido na terra pelo seu proprietário; é o ganho que o investidor espera obter ao vender uma fração da terra, seja rural ou urbana. (RÜCKERT, 1997, p. 37).

<sup>104</sup> A segregação, processo de separação, afastamento, desligamento de um grupo, como tentativa de que, em separando ‘o diferente’ se possa constituir um grupo de iguais. (MIRANDA, 2006, p. 4).

[...] a instituição estatal cumpre o papel de tornar iguais os diferentes, não na perspectiva de sua inclusão como diferentes, mas na busca de uma homogeneização a partir de um padrão referencial, o qual é sustentado por um conceito peculiar de racionalidade. Entendemos que, dadas as particularidades do modo de produção capitalista, a medida que o Estado promove um processo de igualização das diferenças, fomenta, como consequência, a competição entre os sujeitos sociais, na perspectiva de uma seletividade, no âmbito da ocupação dos espaços sociais, entre os considerados 'qualificados' e os 'não qualificados' a serem 'incluídos' no modelo referencial de sujeito social e de sociedade. (BONETTI, 1998, p. 12).

Os colonos, para não se encontrarem abandonados a própria sorte devido à isenção do Estado no oferecimento de qualquer tipo de assistência social, organizaram-se socialmente com relativa autonomia a partir das suas tradicionais comunidades camponesas buscando a sua identificação na etnia e na religião. Os caboclos, além de serem praticamente impossibilitados do acesso a propriedade privada, foram rejeitados nas relações sociais das comunidades que se construíram a partir de um ideal étnico e religioso. Na medida em que os colonos ocupavam os seus lotes, os caboclos adentravam na mata onde se estabeleciam em seus ranchos improvisados até que fossem novamente alcançados pela institucionalização da propriedade privada.

A modernização agrícola a partir da década de 70 aniquilou a maior parte da mão-de-obra cabocla, reduzindo ao extremo as tradicionais relações trabalhistas com os colonos, como às diárias, as empreitadas ou a condição de morador aos fundos de uma propriedade. Expulsou do meio rural grande parte desta população que até então havia resistido à imposição da propriedade privada se adaptando a novas formas de trabalho. Os caboclos, que em geral não se adaptaram ao modelo hegemônico da política da colonização e nem da posterior modernização agrícola, atualmente encontram-se em extrema exclusão do meio social vigente:

Tais especificidades nos fazem construir um entendimento de exclusão associado a um movimento que se dirige do dentro em direção ao fora. Estar dentro significa ser igual, ser convencional ao modelo constituído pela ordem do poder. Numa sociedade tecnocrática com um tipo específico de Estado e políticas públicas, ser igual é ter uma função social específica, ter condições materiais e culturais para possuir uma identidade social, e, sobretudo ter competência técnica para levar vantagem na dinâmica competitiva da sociedade. (Ibid., p. 42).

Como o exemplo de Porto Novo, há uma visível segregação social dos caboclos em decorrência das suas condições econômicas e devido aos preconceitos em relação a sua

herança cultural e racial. A segregação é possível de ser observada tanto na paisagem<sup>105</sup> quanto nas relações sociais que envolvem o cotidiano da vida comunitária.

## 2.1 A paisagem denuncia a segregação social do caboclo

Numa análise superficial, já é possível detectar a supremacia da identidade cultural teuto-brasileira nas paisagens que compõem o antigo território de Porto Novo. Monumentos, construções típicas, praças, placas, nomes de ruas e lugares memoram ou homenageiam os atos do colonizador, a cultura germânica e a influência jesuítica sobre o grupo étnico. A toponímia e a construção de monumentos transmitem significados simbólicos que trazem uma considerável contribuição para uma criação mítica sobre a origem do território com a finalidade de institucionalizá-lo e sacramentá-lo.

Os mitos pululam assim de precisões topográficas e de nomes de lugares: a toponímia encarrega-se de uma dimensão sagrada; torna-se uma escrita secreta, uma linguagem que, estruturando o espaço, estrutura também os homens. Antes de criar a sociedade, o mito constrói o território. Reparte os homens no espaço, cria os nomes dos homens (aqueles dos ancestrais, dos heróis civilizadores ou totêmicos) e com o mesmo movimento os vincula aos lugares. Toda uma geografia sagrada daí decorre. Pelo mito a terra torna-se “pátria” e a paisagem, uma matriz de enraizamento banhada no tempo mítico das origens. (BONNEMAISON apud CLAVAL, 2001, p. 208).

No entender de Claval (Ibid., p. 202) “Nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder”. Compreende-se assim, que a institucionalização de um território não se dá por um ato único, os valores culturais que o grupo dominante celebra precisam ser intensamente reproduzidos para continuar a ter significado. A toponímia e os monumentos históricos em grande parte cumprem esta função impregnando tais valores sutilmente no cotidiano da população. Mas os valores inscritos nas paisagens são ainda frequentemente reforçados em rituais festivos, religiosos ou em diferentes cerimônias públicas. Em Porto Novo, como principais exemplos podemos citar a *Kerb* (festa do padroeiro da comunidade), a *Erntedankfest* (festa em agradecimento a colheita), a comemoração do dia do colono e a *Oktoberfest*, que são rituais festivos e religiosos que relembram a saga, a fé e o altruísmo dos

---

<sup>105</sup> Será utilizado o conceito de Brunet apud Claval (2004, p. 48): “aquilo que o olho abarca [...] de uma só olhadela, o campo do olhar. A paisagem é, portanto, uma aparência e uma representação [...]. Só é paisagem quando *percebida*. Alguns de seus elementos não aguardaram a humanidade para existir mas, se compõem uma paisagem, é sob a condição de serem olhados. Somente a representação os faz paisagem”.

colonos. Estes rituais avigoram antigos valores culturais e uma identidade de grupo a partir de uma origem em comum. “Os ritos lembram o ato fundador e permitem o restabelecimento das condições originais, quando a prática cotidiana faz esquecê-las”. (Ibid., p. 210).



Figura 17 - Desfile da Oktoberfest. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 2007.

Na institucionalização do território por meio de ritos e signos, o grupo hegemônico cria facilmente um discurso em seu favor, reproduzindo continuamente através das gerações uma história utilitarista (aquela história do vencedor e dos grandes feitos). Como por exemplo, nas paisagens de Porto Novo, não é possível encontrar monumentos ou topônimos que memorizam ou homenageiam a minoria étnica cabocla que teve (e ainda tem) uma significativa participação na construção do território.

É esse esquecimento, essa ‘amnésia cultural’ que permite a paisagem agir como poderosa ferramenta ideológica. Tornando-se parte do dia a dia, do que é tido como dado, do objetivo e do natural, a paisagem mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo. Sua história como uma construção social não é examinada. Logo ela é tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita. (DUNCAN, 2004, p. 111).





Figura 18 - Monumento em homenagem à imigração alemã. Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 19 - Monumento em homenagem aos primeiros colonos com seus nomes cravados. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

As paisagens trazem a marca das culturas, e ao mesmo tempo, as influenciam. É neste sentido que Berque (2004, p. 84 a 86) explica que a paisagem é uma marca e uma matriz:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação.

[...]

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada [e eventualmente reproduzida] por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contra partida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc.

A paisagem não pode ser compreendida como um simples reflexo da cultura dentro da qual foi construída, sendo matriz “age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado”. (DUNCAN, op. cit., p. 106). Os diversos valores culturais inscritos, geralmente de forma simbólica nas paisagens, atuam como instrumentos na reprodução da ordem social do grupo hegemônico, legitimando os seus discursos.

Em Porto Novo, se por um lado as paisagens revelam a supremacia da cultura teuto-brasileira, por outro, não são capazes de ocultar a presença da cultura cabocla. Ao percorrer o território sob um olhar mais atento é possível observar que as paisagens denunciam a segregação social do caboclo, tanto no espaço rural quanto no urbano.

### 2.1.1 A segregação social do caboclo a partir da análise da paisagem rural

No meio rural as famílias caboclas encontram-se na condição de pequenos proprietários<sup>106</sup>, arrendatários, parceiros ou posseiros. Concentram-se em aglomerados<sup>107</sup> ou encontram-se dispersos em seus pequenos ranchos com suas unidades familiares. Ocupam as áreas mais impróprias para a prática agrícola, como os terrenos íngremes com solos pouco férteis e geralmente de difícil acesso.

---

<sup>106</sup>

Quase sempre com uma área inferior de um módulo agrícola que em Santa Catarina é de 3 ha.

<sup>107</sup>

Agrupamento contínuo de famílias caboclas dentro de uma pequena área de terras.

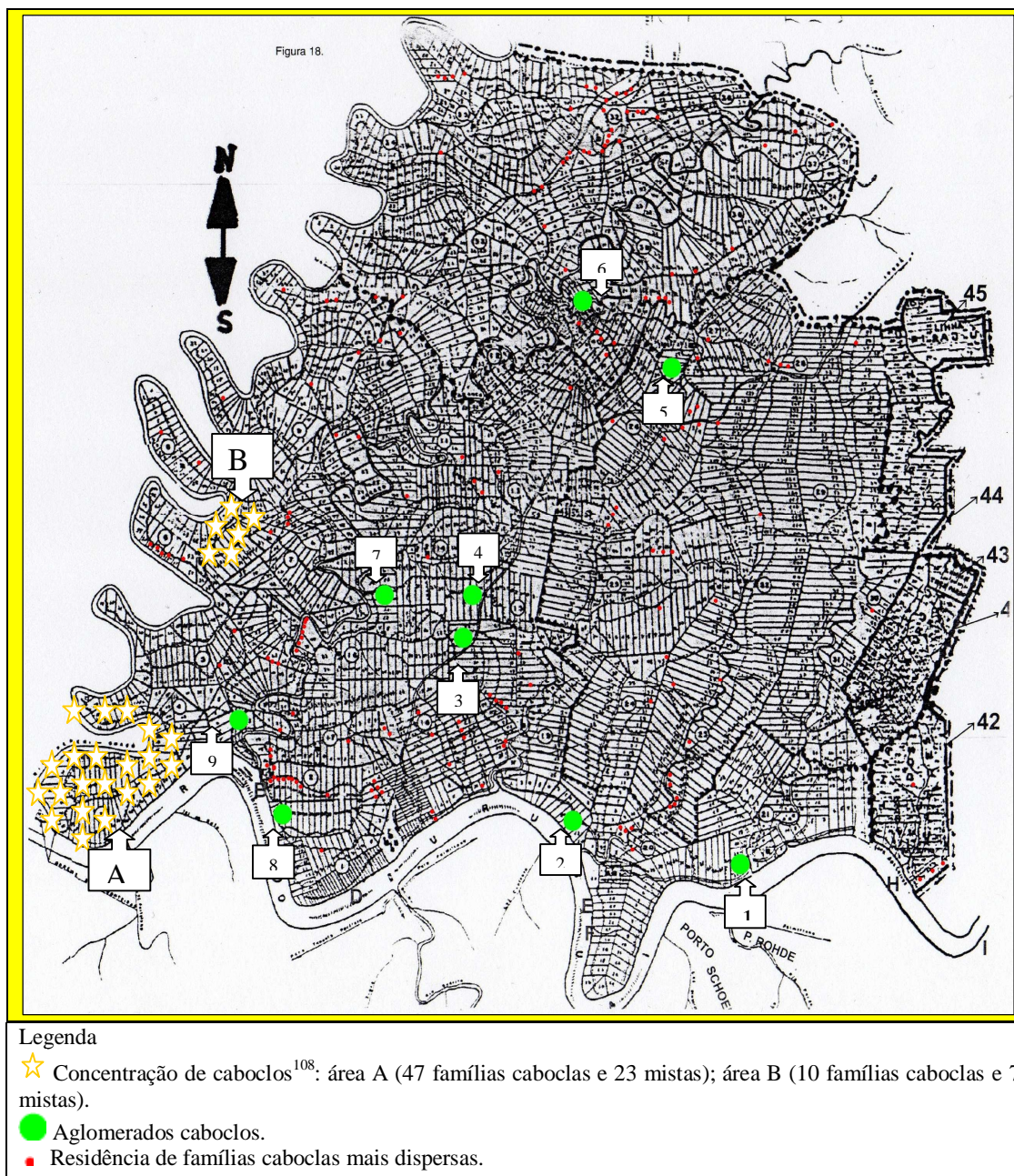


Figura 20 – Localização da população cabocla rural de Porto Novo. Fonte: Mapa produzido pelo autor com base no mapa de Jungblut (2004, p. 102); dados obtidos a partir das agentes municipais de saúde que atuam na área que compreende o antigo Porto Novo e da pesquisa *in loco*.

Para ter-se uma maior compreensão da situação social da população cabocla rural de Porto Novo será feita primeiramente uma análise a partir das paisagens nas quais as famílias se encontram em maior número, como nos aglomerados e nas áreas de concentração de caboclos, e posteriormente, as que se encontram mais dispersas.

<sup>108</sup>

Uma determinada área onde residem um maior número de famílias caboclas predominando sobre as famílias teuto-brasileiras, não vivem tão próximos quanto nos aglomerados e as famílias não chegam a ser tão interdependentes entre si, moram dentro de seus pequenos lotes entremeados com as famílias de colonos.

### 2.1.1.1 Os aglomerados caboclos

Os aglomerados podem ter origens diferentes e características próprias, por isso serão feitas descrições e observações particulares de cada um deles:

#### 2.1.1.1.1 Aglomerado 1

Localiza-se na comunidade de Sede Capela na divisa com a comunidade de Chapéu. O grupo é formado por seis famílias caboclas e uma mista. São empregados da Cerâmica Porto Rohde, que é proprietária da área na qual o aglomerado se encontra, bem como das casas nas quais as famílias moram.

Ao observar-se as moradias percebe-se que sua arquitetura se assemelha as demais casas dos colonos do que a das outras famílias caboclas, isto pelo fato de sua construção ter sido planejada pelo proprietário da cerâmica. As casas possuem uma boa infra-estrutura, como pode ser observado a partir da instalação da rede de energia elétrica e da água encanada. Ao verificar o interior de algumas residências foi possível constatar que a aquisição de móveis e eletrodomésticos é superior a da maioria das outras famílias caboclas observadas na zona rural de Porto Novo. Este consumo é certamente possibilitado pela renda mensal fixa, que não é a do caboclo que trabalha de diarista ou com empreitadas.

Apesar de possuírem uma renda econômica maior do que os caboclos não proletários, os seus salários são baixos, conforme o relato de uma moradora: “Saio pouco por que o marido também trabalha nos finais de semana, é difícil, mas pelo menos da um pouco mais de dinheiro, dá 450 reais”. (Cabocla, 30 anos). Na cerâmica também trabalham mulheres e adolescentes e estes recebem menos que os adultos do sexo masculino e geralmente não possuem carteira assinada.

Ao contrário da maior parte das famílias caboclas do meio rural, estas não são do tipo família extensa. A total proletarização<sup>109</sup> das famílias e a intervenção do proprietário da cerâmica que só cede à residência àqueles que trabalham na empresa, são certamente os maiores obstáculos para a formação de famílias extensas dentro do grupo.

---

<sup>109</sup> O reduzido tamanho dos terrenos não permite a prática de nenhuma atividade camponesa, como o cultivo de uma pequena roça ou a criação de alguns animais.

Um aglomerado de caboclos surgiu no local junto com a construção da cerâmica em 1980, mas as casas já foram reconstruídas ou reformadas; as famílias também não são mais as mesmas; o morador mais antigo vivia ali há um ano e meio. Há uma constante entrada e saída de famílias, o que não permite uma grande integração nas relações de vizinhança dentro do grupo ou nas relações sociais da comunidade local.

Daqui da vizinhança que você conhece talvez, você saberia da onde eles teriam vindo, o pessoal que são de origem brasileira?

R: Tem um que mora ali em baixo este também é de Tenente Portela, e aquele moreno que também chegou ali já também é do Rio Grande, de tenente Portela, de Derrubadas, eu sei que eles são de lá. Acho que ultimamente tenham também vindo de Itapiranga.

Tem muita gente que mora aqui um período e sai?

R: Tem.

Muitas idas e vindas?

R: Tem bastante, que vem uma semana, daí não se enquadram no serviço. Cerâmica não é fácil, né, é pesado né, daí eles acham meio pesado o serviço e daí voltam.

Talvez por isto que a vizinhança não se conhece muito.

R: Eu acho que pode ser isso.

Em curto tempo não acaba criando muitas relações?

R: Sim, é isto.

Daí cada família fica na sua casa?

R: Sim só que se dá muito bem. Graças a Deus a gente nunca teve desentendimento com ninguém.

[...]

Você conhece a maioria aqui?

R: Não, conheço muita pouca gente aqui, eu...é só em casa né, eu saio muito pouquinho. Alguns eu conheço, mas muito pouco né.

[...]

Você frequenta muito o centro da comunidade? Ou você fica mais em casa?

R: Mais em casa.

Aos domingos vocês costumam sair?

R: Não, é difícil. É que durante a semana ele trabalha aí final de semana ele fica em casa né. Aonde a gente vai mais é no nosso filho, dificilmente saímos.

Vocês não visitam a vizinhança ao redor?

R: É difícil

As Famílias de outros agricultores?

R: É que aqui nós não temos muito conhecimento.

Vocês moram um ano e meio?

R: É. Um ano e meio. (Cabocla, 49 anos).

A pouca participação social na comunidade foi justificada por alguns trabalharem nos finais de semana (como explicou a cabocla anteriormente em relação ao seu marido), “por causa que a distância é muito longe” (Cabocla, 30 anos) e por se sentirem vítimas de preconceito por parte da população teuto-brasileira: “muito caboclo já nem vai, por que tem muitos que tem muito racismo ainda” (Cabocla, 49 anos).



Figura 21 - Moradias de famílias caboclas junto à cerâmica. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

#### 2.1.1.1.2 Aglomerado 2

Também se localiza na comunidade de Sede Capela. O grupo é formado por cinco famílias caboclas. Cada família é proprietária do seu lote de terra, sendo que nenhum ultrapassa a 3 ha. A área se encontra junto às margens do rio Uruguai, é bastante íngreme e dominada pela mata.

As famílias não têm o mesmo período de tempo de moradia, pois a mais recente se estabeleceu há um ano e a mais antiga mora cerca de 15 anos.

Conforme a agente municipal de saúde que atua na área, três destas famílias se encontram com instalações bastante precárias em suas moradias. Apenas em 2005 teriam recebido energia elétrica, e até o momento não possuem água encanada e nem acesso a uma água potável.-Mas a agente está batalhando junto ao poder público municipal para a instalação de uma rede de água encanada e o projeto está em vias de ser aprovado:

Ate pouco tempo, até o fim do ano passado, tiverem três famílias que apenas receberam energia elétrica. Deu uma virada e tanto naquelas casas.

[...]

Teve aquele programa “Luz para Todos”, daí eu dei uma força pras famílias, incentivei elas: “vamos atrás, vamos atrás e vamos, porque daí vocês conseguem”. E realmente...

E eles por conta desconhecem a parte burocrática?

R: Muita coisa eles desconhecem.

Então é um papel importante da agente de saúde, de visitar, de orientar?

R: Meu Deus, a gente se sente gratificado muitas vezes, gente como é bom (risos). Agora estou na luta para conseguir água pra estas famílias.

Que água eles pegam? Dos poços? Ou do rio?

R: Os poços secaram. Tem um poço bem longe, só tem água às dez horas no máximo, depois a água some. Se até às 10 horas pegou água pegou. E água para lavar roupa é pega de um açude<sup>110</sup>.

A encanação então ia melhorar a questão da higiene e da saúde?

R: Muito, muito, muito, muito... Agora segunda-feira vamos fazer uma reunião com as famílias. [...]. Então mês que vem ou um pouco mais eles vão ganhar a água.

Então vocês iam ajeitar com o poder público municipal?

R: Sim.

É importante ajudar nesta parte burocrática porque as pessoas ficam muitas vezes excluídas por causa destes detalhes, né?

R: Nós sentimos que estão tão excluídas meu Deus. Coitados, as famílias vão metros, longe eles vão pegar com crianças, garrafão, com balde. As mães com balde e as crianças com garrafão pegar água pra ter pra lavar as roupas ou para fazer a higiene das mãos e estas coisas. É triste, gente do céu! (Agente Municipal de Saúde).

Estas famílias são constituídas por pescadores, pequenos agricultores e diaristas. Ao conversar com um jovem pescador, este se mostrava bastante desanimado com seu ofício. Explicou que está prestes a ir para Chapecó em busca de um trabalho urbano, no seu entender há muitas vagas de emprego nos frigoríficos, e receberá uma renda mensal bem maior do que na pescaria.

As pessoas do local mostraram-se bastante desconfiadas em relação à pesquisa e sem disposição para contribuir, o que dificultou uma análise das relações sociais entre o grupo e deste com a comunidade.

---

<sup>110</sup>

Neste período da pesquisa a campo havia uma estiagem prolongada.



Figura 22 - Moradia de uma família cabocla de pescadores. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

#### 2.1.1.1.3 Aglomerado 3

Localiza-se na comunidade de cordilheira às margens da rodovia SC 472. O grupo é formado por nove famílias caboclas do tipo extensas. Cada família é proprietária de um terreno que tem uma área de em torno de 1000 m<sup>2</sup>. Os casebres têm acesso à energia elétrica, mas o encanamento da água é bastante precário. Possuem uma rudimentar instalação sanitária<sup>111</sup>.

São diaristas, com exceção de um que é vendedor ambulante e de outro que é operário da agroindústria Seara Alimentos S/A. Junto às suas residências, algumas famílias ainda mantêm tímidas atividades camponesas, criam um terneiro, um porco ou algumas galinhas. Como não possuem espaço para cultivar o alimento necessário para o trato dos animais, buscam algum pasto ao longo da rodovia ou negociam a ração animal com um colono próximo, geralmente em troca de prestação de serviço.

O aglomerado teve início a partir de 1996 quando um colono vendeu um hectare da sua propriedade, e este foi novamente retalhado e vendido em terrenos sob contratos de compra. Mas desde lá os moradores não são sempre os mesmos, no decorrer dos anos uma

---

<sup>111</sup> Refere-se à não instalação de chuveiro e/ou de vaso sanitário.



família cabocla foi vendendo para a outra, e assim sucessivamente. Atualmente ainda continuam<sup>112</sup> as constantes saídas e entradas de famílias no aglomerado.

Dentro do grupo, algumas famílias possuem uma relação de parentesco e outras são estranhas entre si. Na conversa com os caboclos do local e com colonos que residem nas proximidades, foi possível perceber que as relações de vizinhança não ocorrem de forma harmoniosa entre todas as famílias do aglomerado, há fortes desavenças e conflitos entre elas.

Mas os que não conseguem um amparo nas relações de vizinhança dentro do grupo, certamente não conseguirão nas relações sociais da comunidade. Apesar dos caboclos nas entrevistas não terem denunciado nenhum ressentimento em relação aos teuto-brasileiros, notou-se que eles se mantêm enclausurados no seu aglomerado. Conforme a ministra da eucaristia da comunidade, há uma auto-exclusão por parte deles<sup>113</sup> e esta é de tal intensidade que chegaram a pedir uma capela própria para o grupo, mas como o padre não concordou com a proposta, grande parte destes caboclos foi para o lado dos “crentes”<sup>114</sup>. Em Porto Novo, onde a Igreja Católica e as demais atividades da comunidade estão fortemente integradas, a plena integração social do indivíduo que pertence a uma outra religião torna-se bastante difícil. O caboclo “crente” passa a sofrer uma dupla segregação social, pelo fator étnico e pelo religioso.



Figura 23 - Moradias de famílias caboclas do aglomerado. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

<sup>112</sup> A família que cedeu entrevistas foi a única que permaneceu no lugar desde 1996.

<sup>113</sup> A auto-exclusão com certeza é uma ação recíproca da exclusão que sofrem no meio social teuto-brasileiro.

<sup>114</sup> Os católicos de Porto Novo generalizam de crentes os adeptos das religiões pentecostais, na qual se destaca a Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

#### 2.1.1.1.4 Aglomerado 4

Também se localiza na comunidade de Cordilheira às margens da rodovia SC 472, a menos de 1 km próximo do aglomerado 3. No aglomerado estão construídos três ranchos que são habitados por uma família cabocla do tipo extensa. As moradias têm acesso à energia elétrica, mas não possuem uma rede de água encanada e instalações sanitárias.

Conforme a agente municipal de saúde que atua na comunidade e os depoimentos de um colono da vizinhança, os moradores que ocupam juntos uma área em torno de 4 a 5 mil m<sup>2</sup>, teriam simplesmente se apossado da terra que pertence a uma propriedade agrícola. No entanto, o colono proprietário, há muitos anos já teria ingressado com uma ação judicial e a última audiência do processo foi marcada para o dia 23 de maio de 2007.

A renda econômica do grupo é oriunda da prestação de serviços em diárias ou empreitadas nas propriedades dos colonos. Pela cerca improvisada próximo às residências é bem provável que criem um e outro bovino, e assim como no aglomerado 3, certamente buscam o pasto às margens da rodovia ou negociam a ração animal com os colonos das proximidades.

Segundo a ministra da eucaristia da comunidade, o grupo não tem nenhuma participação social comunitária e não mantém relações de vizinhança com os colonos. As relações com o aglomerado 3 também seriam pouco amistosas e as fortes intrigas do grupo com algumas famílias daquele aglomerado estariam acontecendo principalmente por um homem de cá estar juntado com a ex-cônjuge de um homem de lá.



Figura 24 - Moradias caboclas do aglomerado. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

#### 2.1.1.1.5 Aglomerado 5

Localiza-se na comunidade de Beato Roque, na estrada em direção à comunidade de São Pedro<sup>115</sup>. A área que ocupam é menor que 1,5 ha. As sete famílias que compõem o aglomerado possuem laços de parentesco entre si, caracterizando-se no seu conjunto como uma família do tipo extensa. Apesar das intensas relações interdependentes, dentro da área ocupada pelo grupo cada unidade familiar tem a sua moradia e a demarcação de seu terreno.

O lugar na qual o aglomerado se encontra é íngreme e de difícil acesso. As pequenas casas rústicas de madeira possuem instalação de energia elétrica, mas tem uma precária instalação sanitária e de água encanada. Observou-se que as famílias buscavam a água em baldes num poço localizado a uns 500 m acima das residências, à margem da estrada e desprotegido de qualquer tipo de contaminação<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> Comumente chamado e estigmatizado de favela pelos teuto-brasileiros.

<sup>116</sup> Talvez seja somente um poço improvisado utilizado no período da estiagem.

A renda do grupo, exceto de uma senhora que trabalha na Seara Alimentos S/A e da aposentadoria de um idoso<sup>117</sup>, provém do trabalho temporário em diárias e empreitadas nas propriedades dos colonos. A reduzida área de terra permite somente a prática de uma tímida atividade agrícola: foi possível encontrar apenas alguns pés de milho e mandioca, havia algumas aves soltas pelo terreiro e próximo de algumas residências pequenos chiqueiros precariamente construídos.

O aglomerado iniciou a sua formação em 1992 quando um colono vendeu para o seu vizinho (também colono), por meio de um contrato de compra, um terreno de 1,5 ha que era parte da sua propriedade. Este novamente vendeu a área a um caboclo que a dividiu em terrenos aos seus familiares. Conforme as declarações feitas pelo antigo proprietário, o seu ex-vizinho não teria lhe pago a área de terra e a teria vendido ao caboclo somente na “palavra”, sem nenhum tipo de documento, portanto, ele ainda seria o proprietário legal. Este último explicou que aos poucos está comprando a área de volta, na medida em que os caboclos precisam de dinheiro vendem os seus terrenos a ele, que lhes paga o valor de 400 reais.

Então eles vêm oferecer os terrenos?

R: Sim.

Tem ainda sete?

R: Sim.

Quando precisam de dinheiro daí você acha que eles vem?

R: Sim, daí eles vem vendê-los.

E eles sabem que vocês os compram?

R: Sim, não tem como vender para um outro, a não ser entre eles, mas mais adiante não. Porque eles não têm papel estas coisas, tem papel aquele que havia comprado de nós, este tem um contrato.

Então quando vocês vendem dão um recibo de quanto metros quadrados compraram?

R: É. Assim vai vendendo. O velho sabe, são tudo filhos, cunhados, netos, todos eles ganharam um pedaço, daí eles venderam.

Acrescentou ainda que na área de 1,5 ha já teriam chegado a morar 50 famílias, ao me impressionar com tal número, justificou: “Nego gosta de morar num monte”. Explicou que pretende comprar o terreno de volta para os caboclos saírem dali. Quando questionado pelos motivos pela qual gostaria que saíssem, o colono argumentou:

Deixam jogado muito lixo na nossa propriedade que ali faz divisa, passam na propriedade e estragam a cerca do potreiro. E não é só nós que queremos ver eles longe, mas toda a comunidade e o município. A prefeitura tem 10 mil de despesa por mês com eles, em hospital, remédios, cesta básica, leite. Sabe, negro não quer trabalhar, querem tudo da prefeitura: comida, hospital... Fazer filho, isto sabem fazer. Na campanha política prometeram que a prefeitura iria ajudar a tirá-los daí,

<sup>117</sup> Conforme a agente municipal de saúde da comunidade, o aposentado é constantemente atraído de um rancho para o outro, as famílias o convidavam a se estabelecer em suas moradas para poderem se beneficiar com a sua aposentaria que é de um salário mínimo.

pagar o terreno, mas não vieram. Mas não vão durar muito tempo ali: brigam muito entre si, quase nunca tem serviço. Muitos foram trabalhar na Seara, mas desistiram, não conseguiram manter o ritmo e o horário. Não sabem poupar para o amanhã, um daqueles recebeu na semana passada mil reais num negócio e gastou tudo na zona.

Analisando a argumentação feita pelo colono é possível notar que há desavenças com as famílias do grupo e estas sofrem uma forte rejeição da vizinhança, da comunidade local e do poder público municipal.

A assistente social do município de São João do Oeste confirmou que no aglomerado há constantes intrigas entre as famílias. No entender dela os conflitos ocorrem com tal intensidade devido à proximidade entre eles: “Isto em parte é justificado pelos vizinhos muito próximos: as crianças brincam no pátio dos outros, estragam horta, fofoca de vizinho”. Ainda conforme a assistente social, as famílias do aglomerado seriam também as que mais davam trabalho ao conselho tutelar, explicou que recentemente foi registrado um caso de estupro de uma criança, e entende “que um dos fatores pode ser por haver poucos cômodos na casa, onde pais e filhos dormem num mesmo quarto sem privacidade e mais associado ao alcoolismo”.

Conversando com um jovem professor que tem uma participação ativa na comunidade de Beato Roque, este também confirma a segregação social do aglomerado. E aponta três fortes motivos, que na sua análise, em grande parte dificultam a participação e a integração do caboclo à vida social da comunidade: a maioria é “crente”; sofrem aversão ou preconceito por parte dos teuto-brasileiros; e não possuem dinheiro para entrarem como sócio no clube social<sup>118</sup> da comunidade.

Durante a pesquisa a campo foram feitas duas visitas ao aglomerado. Na primeira visita foi feita uma entrevista com o caboclo idoso do grupo, que morava um pouco mais afastado das outras famílias. Após uma longa conversa, este me levou até as demais famílias. Num pátio em frente ao rancho encontravam-se quatro homens e uma mulher com idades entre 20 a 30 anos. Mostraram-se desconfiados e o único que mantinha diálogo foi bastante irônico nas falas - a recepção não agradável fez com que a conversa fosse breve. Na segunda visita, a intenção de conversar um pouco mais com o caboclo idoso que na outra vez havia sido muito receptivo foi infrutífera, pois este se recusou a qualquer diálogo, provavelmente tenha recebido orientações dos demais para não dar nenhuma entrevista. O enclausuramento

---

<sup>118</sup> A formação e a caracterização do clube social comunitário, bem como a não integração do caboclo neste espaço, será analisada de forma mais profunda posteriormente no item 2.2.3.

do grupo, a sua desconfiança e o ressentimento, certamente são conseqüências do intenso preconceito e da rejeição que sofrem no meio social teuto-brasileiro.



Figura 25 - Moradias de famílias caboclas da “favelinha”. Fonte: Patrício Reichert, 2007.



Figura 26 - Moradia de família cabocla da “favelinha”. Fonte: Patrício Reichert, 2007.

#### 2.1.1.1.6 Aglomerado 6

Localiza-se na comunidade de São Pedro, próximo ao centro comunitário. Esta comunidade, em 1942, sob a persistência do padre Teodoro Treis, foi projetada para ser um futuro Distrito de Itapiranga, como descreve Jungblut (2004, p. 102):

Padre Teodoro Treis gostava de inspecionar os locais pré-estabelecidos para serem centros comunitários e fixar os pontos das escolas e da Igreja. [...] Chegando em São Pedro encantou-se com a geografia do local e abundante água que ainda havia no arroio Jundiá. Área já fora loteada. Procurou os dirigentes do *Volksverein* e insistiu que preparassem São Pedro para ser um centro urbano. Meio contrariados, os agrimensores foram encarregados de refazer a medição. Demarcaram 256 lotes urbanos de 1.000 m<sup>2</sup> e 28 chácaras de 3.000 m<sup>2</sup> cada. Padre Treis queria que fosse promovida a ocupação da Sede São Pedro para que pudesse ser elevado a Distrito. Para ele São Pedro deveria prevalecer sobre São João. [...] Padre Treis teve que sair de Itapiranga e São Pedro perdeu o seu incentivador. A SUP não mostrou interesse em promover São Pedro, sequer fez publicidade como queria o padre. São Pedro não recebeu moradores com potencial financeiro para instalar comércio. Os substitutos do padre Treis preferiram dar apoio normal a São João do Oeste. Quando sede Tunas começou em 1950 e progrediu rapidamente, o sonho de São Pedro se tornar Distrito foi adiado.

Tendo o projeto de Teodoro Treis fracassado, os lotes urbanos e as chácaras tiveram o seu valor imobiliário bastante desvalorizado. Parte da área urbana projetada foi anexada pelas colônias circunvizinhas, os outros lotes atraíram colonos e caboclos que não possuíam as condições financeiras para adquirir uma colônia. A área mais periférica dos lotes urbanos e das chácaras, com maior desvalorização no mercado da terra, atraiu em maior número as famílias caboclas, o que conseqüentemente resultou na formação de um aglomerado.

O caboclo mais idoso do grupo e o primeiro a se instalar no local, relatou que comprou um terreno de 1.000 m<sup>2</sup> da *Volksverein* em 1960, mas apenas em 1972 teriam se estabelecido mais famílias caboclas no lugar do atual aglomerado, somando em torno de 10 famílias do tipo extensas. Este caboclo que a partir de 1975 morou durante uma década na comunidade vizinha, explicou que quando retornou em 1985 ao local havia somente mais um morador. Atualmente o aglomerado é formado por duas famílias do tipo extensas, na qual uma contém seis unidades familiares e a outra três, e mais uma família que não contém laços de parentesco com os demais do grupo.

As residências, que são pequenas casas rústicas de madeira, possuem energia elétrica, mas a instalação sanitária e de água encanada são precárias. Exceto a residência da unidade familiar que não faz parte das duas famílias extensas, cuja casa é de alvenaria e possui melhores instalações sanitárias e de água encanada<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Certamente a renda econômica desta família é maior por nela haver dois idosos aposentados por um salário mínimo.

Com exceção de um jovem que é funcionário na agroindústria Seara Alimentos S/A, os demais membros do grupo ativos para o trabalho são diaristas. Os caboclos por parte de uma das famílias extensas, além de executarem trabalhos temporários agrícolas, também são pedreiros. Um jovem casal que trabalhava na Seara Alimentos S/A havia sido recentemente despedido e em conversa com o cônjuge, este com grande desânimo explicou que a única opção que lhe restava era voltar a ser diarista. Também é importante considerar na renda econômica, a aposentadoria de um salário mínimo de quatro idosos do grupo. Na reduzida área de terra dos terrenos ainda é possível identificar tímidas práticas agrícolas: uma pequena roça de feijão, algumas galinhas soltas pelo pátio, um e outro chiqueiro precariamente construído e uma pequena pastagem sem cercado onde um bovino possivelmente é atado na sogá.

Junto ao aglomerado também se verificou a existência de uma rudimentar oficina. Com madeira, carcaças de carros sucata e velhos motores agrícolas a combustão são construídos precários automóveis, popularmente chamados de “caretinhas”. Durante a pesquisa a campo foram vistas algumas destas “caretinhas” outras famílias caboclas e é bem provável que elas tenham sido feitas nesta oficina.



Figura 27 - Precário veículo de um caboclo (“caretinha”). Fonte: Patrício Reichert, 2006.

As relações de vizinhança dentro do aglomerado não acontecem harmoniosamente da mesma forma que entre todas as unidades familiares. As relações acontecem com mais intensidade entre os membros que pertencem à mesma família extensa. As duas famílias



extensas também se dividem pela religião, a maior (com seis unidades familiares) é católica, enquanto que a outra é “crente” (da Assembléia de Deus). A família que não possui laços de parentesco entre as duas famílias extensas possui uma convivência maior com a ala dos “crentes” e também segue a sua religião. Durante a pesquisa de campo, o lado dos católicos tituló os crentes de fanáticos e acusou os pastores de tirarem muito dinheiro dos seus fiéis. Já os adeptos da Assembléia de Deus criticaram os católicos por não freqüentarem a missa: “Os outros vizinhos brasileiros vão no futebol, na festa, mas não vão na missa. No meu ver eles não tem religião, acho que quem é católico de verdade deve ir na missa”. (caboclo, 78 anos).

Os caboclos deste aglomerado não se encontram tão intensamente segregados quanto naqueles já mencionados anteriormente. Na comunidade há algumas outras famílias caboclas dispersas, alguns casamentos interétnicos e ainda alguns colonos acabocladados, o que permite aos caboclos do aglomerado manter boas relações sociais além daquele grupo. Mas a possibilidade de ampliarem sua rede de trocas sociais não os imuniza do preconceito e da rejeição da maioria dos colonos. Conforme um jovem teuto-brasileiro que tem uma grande participação nas atividades sociais da comunidade, os caboclos participam muito pouco da vida comunitária, alguns chegam a freqüentar alguma festa, baile ou futebol, mas não se envolvem na organização de um evento e nem auxiliam nos trabalhos comunitários.



Figura 28 - Moradias da família do tipo extensa dos caboclos “crentes” do aglomerado.  
Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 29 - Moradias da família do tipo extensa dos caboclos católicos do aglomerado.  
Fonte: Patrício Reichert, 2006.

#### 2.1.1.1.7 Aglomerado 7

Localiza-se na comunidade de Cotovelo, em torno de 3 km do centro comunitário. As oito unidades familiares caboclas que compõem o aglomerado ocupam uma área de seis hectares de terra. As famílias possuem laços de parentesco e/ou de compadrio entre si fazendo com que o grupo tenha características de uma grande família extensa.

A área do aglomerado é íngreme e de difícil acesso. As pequenas e rústicas casas de madeira possuem acesso à energia elétrica, mas tem precárias instalações sanitárias e de água encanada. Uma das residências, na qual foi realizada uma entrevista, é de chão batido.

Em 1972 a comunidade de Cotovelo presenciou a entrada de seis famílias caboclas, fato que chamou muita atenção ao padre vigário da paróquia: “O padre vigário ao fazer visita à Cotovelo, notou a afluência de grande número de caboclos. Duas famílias de origem alemã venderam as suas terras para 6 famílias de caboclos”. (LIVRO TOMBO 2, 1972, F 4). Uma destas famílias caboclas, conhecida como a família Silva, adquiriu seis hectares de terra e posteriormente dividiu a área em oito lotes que vendeu as outras famílias caboclas, o que resultou na formação do atual aglomerado.

A renda econômica dos caboclos provém da prestação de serviços temporários em diárias e empreitadas nas propriedades dos colonos. A aposentadoria do casal idoso, que soma dois salários mínimos, tem uma contribuição significativa para as unidades familiares que tem vínculo de parentesco com o casal. As famílias, em seus terrenos menores que um hectare de terra, ainda praticam uma tímida atividade agrícola de subsistência: pequenas roças, algumas galinhas e um e outro suíno e bovino.

Um jovem caboclo que mora nas proximidades do aglomerado informou que o lugar é apelidado de “Linha do Pau Pega”, isto por ter ali ocorrido freqüentes brigas entre os moradores. No entanto, o apelido não deixa de ser um estereótipo, porque durante a pesquisa a campo não foi possível identificar desavenças entre as famílias do grupo. Os caboclos mantêm boas relações de vizinhança com uma família de teuto-brasileiros acabocladados que se encontra encostada ao aglomerado<sup>120</sup>. Mas fora esta família, as relações de ajuda mútua entre vizinhos se mantêm restritas ao aglomerado.

A participação social do grupo na vida comunitária é muito pequena. Em conversa com a catequista da comunidade, esta de forma indignada explicou que os caboclos raramente vêm à missa e as crianças estariam muito ausentes na catequese. Conforme ela, os caboclos não participam nos trabalhos da comunidade, e às vezes, quando possuem algum dinheiro freqüentam bailes, festas e futebol. No seu entender, a pouca participação do caboclo na vida social da comunidade é decorrente da sua dificuldade de relacionamento com os teuto-brasileiros devido à existência de preconceitos, tanto de um quanto de outro lado, e por ter uma renda econômica muito inferior. Os caboclos do aglomerado, por sua vez, não denunciaram explicitamente a existência de preconceitos<sup>121</sup>, e justificaram que a sua pouca participação no meio social comunitário é por estarem localizados distantes do centro comunitário e por terem pouco dinheiro para gastar em celebrações festivas.

---

<sup>120</sup> O teuto-brasileiro mais idoso desta família estava de visita na residência de uma família de caboclos na qual foi realizada uma entrevista, explicou que costuma se encontrar praticamente todos os dias com os caboclos para prosear e tomar um chimarrão. A sua propriedade identifica-se mais com as demais propriedades caboclas do que com a dos colonos.

<sup>121</sup> Mas deixaram transparecer implicitamente um ressentimento em relação ao teuto-brasileiro quando explicaram que os colonos têm melhores condições para participar da vida comunitária por possuírem uma maior renda econômica e por terem automóveis, com os quais poderiam se deslocar rapidamente, independente se chover ou fizer sol quente.



Figura 30 - Moradia de uma família cabocla do aglomerado. Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 31 - Moradia de uma família cabocla do aglomerado. Fonte: Patrício Reichert, 2007.

#### 2.1.1.1.8 Aglomerado 8

Localiza-se na comunidade de Laranjeira, em torno de 1 km do centro comunitário, às margens do rio Uruguai. O aglomerado é formado por seis unidades familiares caboclas, sendo que todos são parentes entre si, o que os caracteriza como uma família extensa.

O lugar é conhecido como Vila Chaves em decorrência do sobrenome dos seus moradores. O aglomerado surgiu há 24 anos quando os irmãos Chaves, que moravam na Barra do Guarita - RS, adquiriram por meio de um contrato de compra, seis terrenos de 1000 m<sup>2</sup> da propriedade de um colono.

Os terrenos, encostados às margens do Uruguai, são íngremes e com difícil acesso de algumas residências. As casas simples, de madeira e de alvenaria, têm energia elétrica, água encanada e instalações sanitárias. Possuem melhores condições habitacionais do que em geral as famílias caboclas de outros aglomerados.

A maioria das pessoas economicamente ativas do grupo são pescadores, exceto uma mulher que é funcionária da Seara Alimento S/A e de um homem que é empregado na propriedade de um teuto-brasileiro. Em seus terrenos ainda foi possível verificar o cultivo de alguns pés de milho e de feijão, é bem provável que o milho seja para o consumo humano já que não foi vista a criação de nenhum animal.

Durante a pesquisa a campo percebeu-se que as relações de vizinhança dentro do aglomerado são harmoniosas e por outro lado, bastante interdependentes, já que a maior parte do grupo se ocupa no ofício da pesca. Mas no que se refere à participação social na comunidade, percebe-se certo enclausuramento. Em conversa com um morador do local, este informou que apenas um dos caboclos participa de algumas atividades e eventos sociais da comunidade. Explicou que não frequentam a vida comunitária porque eram da Assembléia de Deus, mas atualmente não estariam participando de nenhuma religião, porque para participarem desta Igreja teriam que se deslocar até a cidade de Itapiranga e não possuíam automóvel. O morador afirmou ainda que não sentia a existência de preconceito por parte dos teuto-brasileiros. Nisso permanece uma grande dúvida: se não se sentem rejeitados e nem vítimas de preconceitos da comunidade teuto-brasileira porque permanecem fechados dentro do seu aglomerado? É provável que sintam na sua subjetividade os preconceitos e a rejeição da sua etnia, mas não queiram se manifestar sobre o fato<sup>122</sup>. Acredito que, por ser eu, o pesquisador e entrevistador de descendência alemã, muitos caboclos não se sentiram a vontade em denunciar os preconceitos e a rejeição que sofrem por parte dos teuto-brasileiros.

---

<sup>122</sup> Acredito que por ser de descendência alemã, muitos caboclos não se sentem a vontade em denunciar os preconceitos e a rejeição que sofrem entre os teuto-brasileiros.



Figura 32 - Moradia de uma família cabocla da Vila Chaves. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

#### 2.1.1.1.9 Aglomerado 9

Também se localiza na comunidade de Laranjeira, aproximadamente a 1 km do centro comunitário, às margens da rodovia ITG-070, no sentido da comunidade de Presidente Becker. O aglomerado, que é o maior de Porto Novo, no período da pesquisa a campo era formado por 32 famílias, uma mista e as outras caboclas. Os moradores se dividiam em dois grupos: no lado de baixo da rodovia era a Vila Carvalho com sete famílias e no lado de cima, a Vila União com 19 famílias<sup>123</sup>. O local, no qual os caboclos estão na condição de posseiros, é uma área de preservação permanente de 65 ha. situada entre as margens do rio Uruguai e rio Macaco Branco, área que é da União e se encontra sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura.

As residências não se apresentam de forma homogênea, algumas são de tijolos, outras de madeira razoavelmente estruturadas, mas a maior parte foi precariamente construída, geralmente com a madeira extraída do local, com lonas e/ou material aproveitado do lixão que se encontrava naquele lugar. Há pouco mais de um ano os moradores passaram a ter acesso à

---

<sup>123</sup> Conforme as informações mais recentes da agente de saúde municipal que atua na comunidade, a família Carvalho teria saído do local, consequentemente deixou de existir a vila que carregava o sobrenome desta família e a antiga divisão do aglomerado.

energia elétrica, mas no geral não possuem água encanada e as instalações sanitárias são precárias ou inexistentes. O lixão oferecia grandes riscos de saúde aos moradores uma vez que o lixo era depositado junto a um galpão onde era feita a sua seleção e este se localizava no topo do aglomerado. A chuva e o vento espalhavam parte do lixo pela área e devido à declividade do terreno possivelmente o chorume escoava pelo pátio das residências até se infiltrando para o interior delas, pois um cheiro extremamente forte do lixo depositado difundia-se pelo ambiente. Provavelmente a população carente do aglomerado reutilizava muita coisa do lixo para as suas necessidades, como utensílios, roupas, calçados, brinquedos e alimentos (para consumo humano e animal) <sup>124</sup>.

O aglomerado teve o início em 1984 a partir das famílias que foram atraídas pelo lixo depositado no local pela prefeitura de Itapiranga, como declara o caboclo que naquele ano ali se estabeleceu:

R: Esta área quem abriu, fui eu quem comecei esta área aqui. Eu entrei aqui, quem abriu esta área fui eu que abri ela. Eles me deram oito dias pra sair desta área. Eu sentei o pé aqui dentro e “Não! A área é do Estado”. E hoje eu não estou mais aqui dentro da área né. Eu fui embora, fui pro Mato Grosso, tive em Paraguai, tive em Joinville, pra São Paulo pro lado de lá, agora to parando com o meu filho aí <sup>125</sup>.

Ah! Agora tu voltou a morar aqui de novo com ele?

R: Sim.

Então tu veio como tipo um posseiro aqui?

R: Sim. Eu primeiro fui que abri esta área aqui. Eu vim com 10 peão pra cá por causa do lixão, trabalhar o lixo.

Ah! Tu veio com 10?

R: Peão. Eu vim de São Miguel do oeste.

[...]

Houve [...] promessas de arrumar casas essas coisas?

R: Sim, tudo promessa.

E essas promessas também atraíram a vinda de mais pessoas?

R: Veio muita gente pra cá.

Por causa dessas promessas?

R: Sim, veio bastante gente.

[...]

R: Sim, na época foi. Eu uma época antes de vim pra cá, quando eu abri esta área aqui, eu entrei por primeiro né, eu fui de peão. Daí o Forneck veio, eu cheguei lá, daí tinha o Gilberto na época que se elegia pra prefeito. Aí eles vieram ali pra me tirar da área, daí eu falei pro cabo Ademir que eu precisava de terra, um cabo muito bom que era o meu amigo, daí vieram pra me tirar da área, daí eu pedi pra ele. Daí ele disse: pode ficar aqui na área, tem que ser com a minha ordem. Aquele tempo eu tinha minha mulher e filhos aqui trabalhando. Mas depois eles disseram: “Como é que tu podia entrar sem pedir?”. Mas daí eu pedi pra ele: “De quem é esta área aqui?”. Daí ele respondeu: “Área do Estado”. “Então se é do Estado é nosso, não temos terra, vamos roubar para viver? Tamos aqui pra manter os filhos”. Aí ele disse, o cabo Ademir olhou pra mim e disse: “Senta aí, tu ta sustentando os teus filhos e de tua família que está ali”. Daí deu aquela política ali, daí o doutor Gilberto era um baita de um amigo meu, daí ele me apareceu: “Se é para sustentar os teus

<sup>124</sup> O lixão que ali ainda existia no decorrer da pesquisa a campo foi retirado do local.

<sup>125</sup> A exemplo deste relato, a trajetória da maioria dos caboclos de Porto Novo é composta de constantes migrações.

filhos aqui ninguém pode te tirar porque isto aqui é do Estado, tu não tem terra, você foi o meu peão três anos em Beleza”. Todo mundo votou pra ele, ele ganhou por cento e poucos votos. Então foi assim que começou. No dia em que cheguei em Itapiranga, pedi se ele ia cumprir com o que tinha prometido, ele disse que não ia tirar ali ninguém. “Então tudo bem, você tem que manter o que prometeu, porque eu não tenho outro lugar pra ir e esta terra é do Estado, é do Governo”. Aí ele foi e disse assim: “Volta aqui rapaz”. Nós ganhamos ferramenta, foice, machado, enxada e facão e um rancho. “E se você sabe de alguém que vai trabalhar nesta área ali e não vai atrapalhar, pode colocar, a área é de vocês”. O lugar do lixão ficou aqui na frente. Eu fiquei aqui três anos, trabalhando com o pessoal de São Miguel com a mesma firma.

Você veio antes do lixão aqui?

R: Ihhh, já tinha o lixão, tinha o lixão, só que eu trouxe o pessoal pra trabalhar.

O lixão veio antes de você?

R: Veio antes, bem antes. Até aqui pra baixo nos pirau tinha carro velho, que eu cortei todos eles pra vender.

Só que ninguém fazia a seleção nada?

R: Não, não existia na época.

Então você venho trabalhar aqui pra selecionar o lixo?

R: Sim, pra selecionar o lixo. Naquela época eu vim. Então depois eu saí fora.

Você venho que ano já pra selecionar o lixo?

R: Isso aqui, eu já tava com 26 anos quando eu vim pra cá.

Então lá por 85 por ali?

R: É, 84, 85 eu tava aqui.

Depois em 88 vieram os outros?

R: Vieram os outros.

Por causa das promessas políticas?

R: Pelas promessas políticas, mas eu já sabia, eu tava fora, mas eu sabia o que estava se passando. Eu hoje sou grato se o pessoal esta aqui colocado. (caboclo, 49 anos).

Conforme a declaração feita do caboclo no trecho da entrevista acima, o candidato e posterior prefeito de Itapiranga da época, Gilberto Francisco Henkes<sup>126</sup>, teria defendido as famílias que ali teriam se estabelecido e de certa forma incentivado a vinda de mais famílias ao local. Nas entrevistas foi insistida a hipótese de que os caboclos foram atraídos ao local por promessas políticas. Isto, porque em conversa com alguns colonos da comunidade, estes, de forma inconformada, afirmaram que a partir de 1988, teriam vindo para o lugar um grande número de famílias pobres atraídas por promessas da campanha eleitoral. O governo municipal, com o intuito de arrecadar votos para se manter na administração da prefeitura, teria prometido a estas famílias terra, moradia, trabalho, energia elétrica e água encanada<sup>127</sup>. Um ex-vereador que atuou durante a administração de 1989 a 1993 e que era do partido da oposição do governo municipal, confirma a acusação feita pelos colonos:

---

<sup>126</sup> Foi o primeiro prefeito eleito de Itapiranga após a volta das “diretas”, permaneceu conhecido entre os porto-novenses por sua popularidade e carisma pela população mais pobre. A sua posição em favor da permanência das primeiras famílias que se encontravam assentadas na área do atual aglomerado durante sua candidatura, certamente não deixou de atender os seus interesses na campanha eleitoral.

<sup>127</sup> É preciso considerar que os colonos que fizeram tais críticas certamente são simpatizantes do partido opositor.



É que algumas pessoas ali da comunidade de Laranjeira, talvez até críticas da oposição, em 88 parece que houve mais a ocupação né. Falaram que houve até uma transferência, incentivo da prefeitura de eles irem lá, trabalhar no lixão. Será que isso ocorreu?

R: É. Inclusive eu era vereador na época. Eles começaram a se instalar aqui ao longo do asfalto e isso tava trazendo incômodo né, porque dava estas misturas deste povo de origem negro junto com outros, e costumes diferentes e crenças diferentes, eles inclusive como não tinham o que fazer até tiravam alguma coisa. Então de fato, inclusive passou pela câmara de vereadores, uma solicitação do prefeito na época, que houve votação inclusive na câmara. Eles foram transferidos de lá e foram jogados todos lá em baixo, pra que eles ficassem lá com eles mesmo lá e que eles se entendessem lá. É exatamente pra não perturbar. E que vamos falar assim, não deixa de ser também uma... Racismo até né, são tudo diferentes. Mas foram jogados lá, mas é verídico isso.

Também vou de novo falar, críticas da oposição certamente, mas também não pedi o partido né, fui lá conversando com os moradores de origem alemã lá, que eu pesquisei né. Alguns acham que foi um período assim, 88, seria até uma forma de conseguir alguns votos pra reeleição posterior né?

R: Isso na penúltima eleição, isso foi bem caracterizado, quanto é que se você vai lá, politicamente todos eles lá votaram o Áurio, o PMDB. Lógico, nós fomos também, nós visitamos também lá nesta atual administração, e também tinha duas famílias lá que votaram pra nós. Então esta dependência de votar por compromisso ou por coisa, ela é verídica, ela existe, isso aconteceu de fato.

Houve promessas políticas de construírem casas, darem água, luz se forem lá?

R: Exatamente, isso foi verídico, ainda hoje eles estão esperando inclusive casa e luz por compromissos políticos.

Além das supostas vantagens eleitorais, o incentivo dado às famílias de ocuparem a área de reserva permanente junto ao lixão, estava de acordo com os interesses dos diferentes partidos políticos e da maior parte da população teuto-brasileira. As famílias caboclas que passaram a se assentar às margens da rodovia SC 472 próximo à cidade de Itapiranga, vindos do interior de Porto Novo ou até de outros municípios, tornaram-se um fato constrangedor para a maioria da população. As famílias caboclas, de cultura ou de religião diferentes, pobres e desempregadas, traziam o grande risco de transgredirem a ordem social vigente. E a miséria humana exposta próximo ao centro urbano era uma mancha ao cartão postal da cidade. Transferir estas famílias para o lixão junto aos demais caboclos que ali já se encontravam e iludi-los de promessas para ali permanecerem, pareceu ser a maneira mais eficaz e imediata das autoridades públicas manterem a “ordem” e ocultarem a questão social.

Para manter as famílias ocupadas, que a princípio foram ali “jogadas”, como afirmou o ex-vereador na entrevista anterior, a prefeitura construiu um galpão para fazer a seleção do lixo e concedeu aos caboclos a pedreira que antes era por ela explorada. Os caboclos que passaram a trabalhar na seleção do lixo e na pedreira (onde são extraídas pedras para calçamento, muros e britas) organizaram-se em forma de uma cooperativa de trabalho, através da qual vendem a produção e dividem a renda entre os integrantes que participam da atividade produtiva. No entanto há uma dificuldade de oficializar a cooperativa de trabalho, como explica a secretária dos Recursos Humanos da prefeitura de Itapiranga:

A cooperativa de trabalho existe, mas não é oficial, ela não chegou a atingir 20 sócios. No início queriam se associar junto a COTRAVAL<sup>128</sup>. É difícil oficializar uma cooperativa de trabalho por eles não querer contribuir com o INSS<sup>129</sup>, preferem ou necessitam utilizar este dinheiro para a compra de gêneros de primeira necessidade, não chegam a pensar no futuro, na previdência social, na aposentadoria ou invalidez.

Em 1996 a prefeitura municipal solicitou a concessão da área de reserva permanente ao Ministério da Agricultura para a realização de um projeto horto-florestal, a concessão foi dada por 10 anos. Se uma das metas do projeto era de oferecer mais oportunidades de trabalho a população do aglomerado, esta não atingiu resultados satisfatórios, porque o viveiro que foi construído na área e que tem como maior objetivo a produção de mudas de eucalipto<sup>130</sup>, apenas empregou um morador do local.

Durante a pesquisa de campo, a população cabocla do aglomerado obtinha a sua renda em diferentes atividades: na exploração da pedreira, na seleção do lixo, no trabalho em diárias e empreitadas, alguns como funcionários da Seara Alimentos e um apenas empregado no viveiro da prefeitura municipal. Também puderam ser observadas algumas práticas camponesas que trazem uma importante complementação ao sustento das famílias e que em alguns casos chega a ser a maior fonte provedora. Verificou-se a pequenas roças de milho e de feijão, a criação de alguns suínos em pequenos e precários chiqueiros, e um e outro bovino atado na sogá.

R: Tem uma boa parte que é preservada, só que aqui onde o pessoal mora, nesta região de cima, claro, o pessoal precisa plantar né, morar aqui e não plantar nada não sobrevive.

Planta junto?

R: É por isso foi, foi feita roça pra auxiliar né. Cria um porquinho, tem sua vaquinha de leite... (caboclo, 40 anos).

Na forma de ocupação e uso da terra das famílias do aglomerado é possível identificar a antiga herança camponesa cabocla da “terra de direito”, uma apropriação precária que tem os seus limites assegurados pelo “respeito”, como já foi exposto no capítulo anterior referente à propriedade da terra.

Como é que vocês se delimitam a área aqui, o que um vai plantar o que outro?

R: Pelo respeito. Cada um respeita o pedaço do outro né, por exemplo, se eu abrir aquele pedaço ali né, ali é o meu pedaço, vou plantar ali o feijão, sabe que ali eu abri pra mim plantar né. Se quiser plantar vai abrir outro.

<sup>128</sup> Cooperativa dos Trabalhadores do Vale do Uruguai.

<sup>129</sup> Instituto Nacional do Seguro Social.

<sup>130</sup> A prefeitura plantou eucaliptos na área que se encontrava bastante devastada devida a exploração clandestina da madeira que ocorreu durante décadas. Atualmente a proposta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é de derrubar os eucaliptos e substituí-los pela mata nativa, projeto que já está em andamento pela prefeitura.

Outro mato?

R: Só que mato não, só a capoeirinha assim.

E para construir uma casa? Também respeita assim neste sentido?

R: Sim, cada um respeita o pátio do outro.

Como é que se delimita o pátio?

R: Por exemplo, a casa dele aí, mais ou menos até lá.

Tudo que ele varreu mais ou menos?

R: Oh, estas bananas já pertencem pra ele. Por exemplo, quando tu veio morar aqui no canto, fez a sua casinha, tu reservou o seu pedaço ali, aquilo ali é teu cara, se um outro vim isto ali ele já tem que respeitar porque outro já estava morando ali. (caboclo, 40 anos).

Em 2006 venceu o contrato com o Ministério da Agricultura que dava a concessão de 10 anos da área à prefeitura de Itapiranga. Devido às irregularidades apresentadas sobre a área: a grande devastação da mata, a instalação da pedreira e do lixão e o estabelecimento precário das famílias; houve grandes dificuldades para a concessão ser novamente renovada. A princípio, a ordem das estâncias superiores era de que a prefeitura deveria retirar o lixão e transferir as famílias para uma outra área dentro do município. Enquanto que as tramitações legais não estavam decididas os moradores mostravam-se bastante preocupados e inseguros em relação ao seu futuro próximo:

Aqui sempre seria área de preservação?

R: Ta nestas condições, daí agora já foi feita uma reunião aqui, até com promotor, prefeito, com autoridade tudo né. Mas antes de vim esta documentação de fora, agora venho esta documentação aqui, estão pleiteando. Aí nós criamos uma associação aqui pra vê o que nós podemos fazer, precisamos nós organizar, pra eles decidir também o que fazer com esta área aí né. Ou vão legalizar ela pra habitação ou vão destinar um outro lado pra nois por que... Que nem eu ali, nem uma casa descende eu tenho, mas eu to pensando em fazer uma casa ali, mas que tal eu faço hoje uma casa e amanhã eu tenho que tirar.

É a insegurança?

R: É, ta insegura a coisa. Daí é este aí o problema que nois estamos enfrentando é este. Daí como eu te falei, foi destinado esta área aqui para a preservação ambiental, daí vieram os fiscal sabe, o IBAMA.

Em que momento eles começaram a vir? Este ano apenas?

R: Não, já faz vários anos.

E antes nunca deu um rolo?

R: Não.

Tudo normal?

R: Pois é, só que agora então venceu o contrato. Venceu o contrato que eles tinham com a prefeitura e com o governo federal, e agora eles não querem renovar o contrato por causa disso. Daí o pessoal esta inseguro aqui porque não sabe o que vai acontecer daqui pra diante né. Se permanece habitação aqui ou sai. (caboclo, 40 anos).

O poder público municipal junto com os moradores do local estava fazendo grandes esforços para que as que as famílias pudessem permanecer na área:

Mas será que conseguem fazer hoje com que estas pessoas fiquem lá?

R: Elas querem ficar, elas não querem sair.

Mas conforme a lei né, que é uma área da união, uma área de preservação permanente?

R: Eu acredito que, nós no momento estamos fazendo o encaminhamento, nós consultamos o ministério da agricultura, nós estamos... Esta área nós próximos dias vai dar cedência de novo pra 10 anos pro município e segundo a promotoria e mesmo o ministério público, nós vamos fazer em São Miguel do Oeste, tem a promotoria federal da república, nós vamos lá levar eles, vamos fazer um croquis, vamos fazer uma planta e vamos lá pra solicitar pra fazer um ajustamento de conduta que aquela área lá fique deles. Eu tenho muita esperança de que isso vai dar certo.

Tirando o lixão eles podem morar lá?

R: Fazer um loteamento digno, fazer algumas ruas largas.

E eles iam trabalhar o quê? A prefeitura ia fazer outros projetos para eles trabalharem?

R: Eles estão vindo pra Seara, estão sendo absorvidos. Nós preparamos ao longo dos anos aí, não só nesta administração, em outras, foi dado oportunidade pra eles estudar. Eles hoje têm, só neste ano aqui já vimos 12 pessoas trabalhando na seara. (Secretário da Administração da Prefeitura Municipal de Itapiranga).

Atualmente o lixão não se encontra mais na área, o serviço da coleta de lixo foi terceirizado para uma empresa do município de Iporão do Oeste. Se de um lado a saída do lixão melhora as condições de moradia trazendo menos riscos de saúde à população, de outro lado, lhes tira uma grande parcela da oferta de trabalho. A pedreira que continua ativa não oferece garantias de permanência, porque a empresa responsável pela extração, a Planaterra, recebeu uma notificação do IBAMA e está respondendo a um processo de degradação ambiental. Há ainda vários impasses que dificultam a absorção da maioria destes caboclos como mão-de-obra da agroindústria Seara Alimentos: a maior dificuldade é em relação aos adultos, que com a identidade camponesa cabocla fortemente enraizada sentem dificuldade de se adaptar a proletarização; outro obstáculo é a baixa escolaridade, a empresa dá preferência àqueles que têm pelo menos o ensino fundamental completo; para uma parte deles há ainda a falta ou a inexistência de documentação em dia. O que para muitos é um problema simples de ser resolvido, para eles muitas vezes é um empecilho que os faz desistir da admissão do emprego:

Assim se torna muito complicado trabalhar com eles. Por exemplo, havia três rapazes que eu incentivei a trabalhar na seara, na hora de serem chamados para trabalhar faltou o documento de alistamento militar, como tiveram que pagar multa desistiram do emprego, sabe, eles querem dinheiro na hora<sup>131</sup>. (Secretária dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapiranga).

Conforme as informações mais recentes dadas pelo secretário da administração da prefeitura de Itapiranga, atualmente há uma certidão provisória que concede a área ao

---

<sup>131</sup> Por viverem sempre no limite da sobrevivência, certamente não possuem ou necessitam do dinheiro na hora, também podemos identificar nesta questão a herança da cultura cabocla que tem a preocupação centrada nas necessidades imediatas sem uma concepção de previdência.

município e uma certidão definitiva estaria por vir. A intenção da prefeitura seria de buscar uma concessão por prazo indeterminado com ajustamento de conduta, para que assim as famílias possam permanecer morando no local. Ainda, segundo o secretário, a prefeitura apenas poderá fazer um investimento na infra-estrutura habitacional, como loteamento, construção de casas populares e instalação de um saneamento básico, isto se vier uma certidão definitiva da concessão da área.

No período da pesquisa de campo, os teuto-brasileiros que moram próximos ao aglomerado informaram de que no lugar costumam ocorrer inúmeros casos de violência e criminalidade. Conversando sobre o assunto com os caboclos da Vila União, estes contestaram tal acusação e explicaram que ali não havia grandes desentendimentos porque quase todos eram parentes entre si. Já a estudante do curso de Serviço Social, que estava organizando, a partir do seu trabalho de estágio, uma associação de moradores entre as famílias do aglomerado, relatou que há conflitos entre moradores da Vila União e da Vila Carvalho:

No lado de baixo da rodovia, também pertencentes à terra da União é Vila Carvalho, existe um atrito direto. Isto é devido rijas antigas, mas as famílias não se fecham completamente entre si, as rijas são entre alguns de ambas as vilas. Às vezes uns mudam de uma vila para outra, alguns da vila Carvalho até participam da associação dos moradores da Vila União e no trabalho da separação do lixo.

Em um diálogo mais recente com a agente municipal de saúde que atua na comunidade, esta revelou que as brigas mais intensas ocorriam entre os integrantes da família Carvalho, situação que teria resultado no assassinato do varão idoso daquela família extensa. O acontecimento do homicídio teria desintegrado a família e provocado um clima tenso no aglomerado, o que fez com que se retirassem do lugar. Conforme a agente de saúde, a Vila Carvalho deixou de existir, e atualmente as quatro famílias que permaneceram morando no lado debaixo da rodovia e que não faziam parte da família Carvalho, possuem boas relações com as demais famílias caboclas, o que faz com que todos os moradores se incluam à Vila União.

As relações sociais além do aglomerado são bastante restritas, os caboclos não se integram às diferentes atividades sociais da comunidade local. Na questão religiosa grande parte é “crente” e os que são católicos praticamente não participam das atividades religiosas. No clube social comunitário apenas marcam presença eventualmente quando possuem algum dinheiro para gastar, não chegam a ser sócios e não assumem qualquer tipo de compromissos.

R: De comunidade, ser sócio, ativamente não. Eles são assim, eles vem lá, quando eles vêm lá eles tem dinheirinho, gastam e jogam, mas não é que eles são sócios ou né.

[...]

Tipo eles também não participam da missa aqui ou eles vem?

R: É difícil. Tem as crianças que vem porque tem a catequese. Hoje tem que ser sócio, tem que participar pra colocar as crianças na catequese, tem que ser né.

Mas na missa eles não vão?

R: Não, é difícil, é muito difícil. Mais que eles participam é quando eles têm um valorzinho assim que eles podem vim gastar, tomar ou se divertir, eles vão.

(Colono - Líder Comunitário, 45 anos).

Segundo um colono que tem uma representatividade de liderança na comunidade de Laranjeira, anos anteriores os caboclos do aglomerado teriam causado constantes brigas no clube social em decorrência de bebedeiras e de desobediência ao estatuto e regimento interno, brigas estas que só teriam cessado com a expulsão dos elementos infratores. Quando questionado sobre os motivos que fazem os caboclos terem dificuldade de participar e se enquadrar nas regras da comunidade, o colono dá a seguinte argumentação: “A base familiar e social deles é diferente, isto vem de tradição. Os caboclos não têm lugar social, é diferente, isso vem de tradição. Não tem lugar e nem renda fixa o que dificulta tornarem – se sócios”.

A população teuto-brasileira, não só da comunidade de Laranjeira como também das comunidades mais próximas, possui inúmeros esteriótipos em relação ao aglomerado e o mais comum deles é de que o lugar é formado por um bando de vagabundos e criminosos. Em vez de ser denominado de Vila União (também de Vila Carvalho ainda recentemente) o lugar é estigmatizado de “lixão” pela maioria dos teuto-brasileiros.

Foi organizada uma associação de moradores sem fins lucrativos com o objetivo de melhorar o local de trabalho e de moradia, de formar uma comunidade, porque segundo os moradores eles são excluídos da comunidade de laranjeira na qual a vila se encontra, não só desta comunidade como de todas as outras. A maioria das pessoas não chamam de Vila União, mas de Lixão. (Estudante do curso de Serviço Social com trabalho de estágio na Vila União).



Figura 33 - Moradias de famílias caboclas da Vila União. Fonte: Patrício Reichert, 2007.



Figura 34 - Moradia de família cabocla da Vila União<sup>132</sup>. Fonte: Patrício Reichert, 2007.

#### 2.1.1.2 Concentração de caboclos

---

132

Na foto pode-se observar o lixo proveniente do lixão espalhado pelo terreno.

### 2.1.1.2.1 Área A

Localiza-se dentro da área que compõem as comunidades de Aparecida e Glória<sup>133</sup>, nela se encontram 44 famílias caboclas e 23 mistas. Considerando-se a miscigenação, os traços da etnia cabocla prevalecem sobre a etnia teuto e ítalo-brasileira que também se incluem naquele espaço.

As famílias caboclas ali estabelecidas não apresentam características totalmente homogêneas na forma da sua organização e estruturação sobre a propriedade da terra. Uma e outra propriedade cabocla possui características bastante idênticas a dos colonos, como na infra-estrutura, na forma de organização e tamanho<sup>134</sup>. Uma pequena parcela se encontra na condição de arrendatários ou parceiros em propriedades de colonos. Mas a maioria das famílias são proprietárias de pequenos lotes com uma área inferior a um módulo agrícola (3 ha) que adquiriram através de um contrato de compra. Estas geralmente moram nas áreas mais íngremes e impróprias para uma adequada prática agrícola, apesar de praticamente todas terem acesso à energia elétrica, as suas pequenas casas rústicas quase sempre apresentam precárias instalações sanitárias e de água encanada.

Conforme o relato e análise de um antigo colono da comunidade de Aparecida e da pesquisa feita por Jungblut (2000 e 2004), já havia algumas famílias caboclas no local num período anterior a fundação da colônia Porto Novo em 1926. Certamente estas famílias foram atraídas para aquela área como mão-de-obra na extração e contrabando de madeira, e/ou como refugiados de sentenças e de revoltas políticas do Rio Grande do Sul<sup>135</sup>. A partir de 1940 houve o avanço da colonização do noroeste gaúcho até as margens do rio Uruguai, atraídos como mão-de-obra nos serviços da colonização e da extração da madeira nobre pela *Volksverein* (1940 a 1955), os caboclos desapropriados foram se estabelecendo paulatinamente nesta área, que era a antiga Linha Glória, naquele tempo ainda não ocupado por colonos. Em 1959 se encontravam no lugar, na condição de posseiros, em torno de 97 famílias caboclas, gerando uma situação de grande impasse à colonizadora que pretendia vender os lotes de terra aos colonos embasada na antiga idealização de homogeneidade étnica e religiosa do projeto Porto Novo.

---

<sup>133</sup> A área da antiga comunidade de Linha Glória.

<sup>134</sup> Seriam características mais idênticas à dos colonos fracos.

<sup>135</sup> Maiores detalhes já foram comentados no capítulo 1.



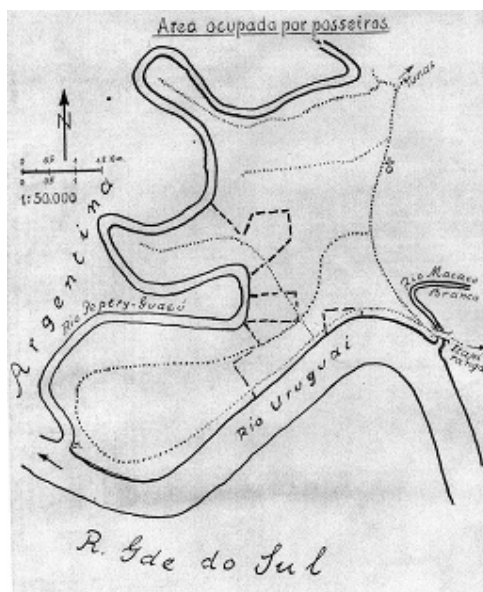


Figura 35 – Área de ocupação cabocla. Fonte: AGRO E HIDROTÉCNICA LTDA, 1962, anexo I.

Na medida em que os colonos adquiriam lotes de terra através da compra e pretendiam se estabelecer na área, passou a haver uma pressão sobre as famílias caboclas para que se retirassem do local. A princípio, os representantes da *Volkverein* responsáveis pela venda da terra ofereciam os lotes coloniais aos caboclos, já com a certeza de que não teriam condições financeiras para comprá-los. Assim fazia-se a seguinte proposta: “Ou compra ou sai”. Para que os caboclos aceitassem mais facilmente a sua retirada, a Companhia lhes pagava o seu “direito”. O irrisório valor em dinheiro seduziu algumas famílias e os fez consentirem com o acordo. Para as famílias que resistiram à proposta, utilizaram a violência através de ameaças por parte de homens da Companhia ou pela repressão policial.

Um grupo de caboclos sob a liderança de Leopoldo Parreira<sup>136</sup>, organizou um movimento de resistência contra a Companhia, com o objetivo de se tornarem proprietários das terras em que se encontravam. No entanto, grande parte dos caboclos não aderiu ao

<sup>136</sup> Tornou-se uma figura polêmica entre os antigos moradores daquela área. Por parte dos colonos e alguns caboclos foi um criminoso de alta periculosidade e um transgressor da Lei que queria se apoderar de qualquer custo das terras que pertenciam legalmente da *Volkverein*. Já por parte da maioria dos caboclos ele é venerado como um grande líder que pretendia mobilizar a população cabocla na luta por um pedaço de terra. Mas os relatos de ambas as partes confirmam de que este controverso personagem é na verdade um teuto-brasileiro que teve seu nome original modificado, para assim se refugiar de possíveis sentenças judiciais e ameaças de morte, resultantes da sua fama de valentão. “[...] o nome certo dele é Leopoldo Hoffmann, ele é natural de Santa Cruz. Aqui em Santa Rosa, nesta região, ele tinha o nome de Leopoldo Canta Uva, daí ele foi para a Argentina lá ele era Leopoldo Charequechu, daí ele entrou aqui como Leopoldo Parreira”. (Colono, 78 anos). Na sua interessante e polêmica biografia é possível registrar mais um caso de acaboclamento.

movimento. Uns por não terem dado credibilidade ao líder, caracterizando-o como homem violento e de má índole. Outros viam Leopoldo Parreira como um homem carismático, mas pressentiram o perigo porque ele e seus amigos mais próximos estavam utilizando armas de fogo, e que a qualquer momento poderiam travar um conflito armado contra a força policial e os jagunços da Companhia.

Daí ele reuniu gente pra modo de ele apresentar aquele povo do modo de ganhar aquela terra. Ele não devia ter arma, se fosse só desarmado e eles reunisse gente aí eu venho, porque daí ali não era pra combate nada era só pra gente reconhecer. (caboclo, 78 anos).

Por que será que todos os caboclos não entraram?

R: Não foram porque a maioria sabia o que eles iam dançar né. Claro, qualquer força não é resistência, é o mesmo que nós entrar aí pegar um punhadão de pedra grande aí, não podemos nem quando pegar 10 aí correr pra cima, não tem. Se vai lutar o coitado morria. (caboclo, 61 anos).

R: O problema é que o único homem de mais posição era ele né, e o mais tudo gente pobre. No caso até pra acorrar com a ajuda de advogado ou uma ajuda financeira ninguém tinha naquela época, tudo era pobre. Cada um plantava as suas mandioquinhas, seus feijãozinhos pra comer aí com peixinho né e aí tudo caboclada pobre né. E daí então só defendiam ele na palavra né, mas onde a força pegou mesmo a maioria daí ficou fora né.

A força policial no caso?

R: É. No caso a própria força policial, entrou a companhia né. Daí já começaram a fracassar, porque daí eles não tinham armamentos né, aí contra armas pesadas. Porque o único que tinha uma arma era o Parreira mesmo né, aqui, aí tinha uns chegados mais dele ali, que tavam na casa com ele né. Essa gente também era de barra um pouco mais pesada então estes estavam do lado dele. Mas a maioria, o resto tinha as suas famílias ajudavam verbal, como diz o ditado né, mas não tavam na luta né. (Teuto-brasileiro acaboclado, 58 anos).

No ano de 1959 o poder público municipal procurou junto ao Instituto Nacional de Imigração uma solução para o problema dos moradores da antiga Linha Glória. Os caboclos mostraram-se bastante animados com a idéia e a esperança de que pudessem permanecer na área. Prestaram, em forma de mutirão, serviços voluntários durante vários dias na construção da estrada que liga a localidade à sede de do município:

Sob a capatazia do Sr. Sebastião Pereira a nossa gente do Peperi prestou 578,5 dias de serviço gratuito na estrada da Linha Glória. Um mapa caprichosamente desenhado pelo Sr. José Franzen facilitará ao Sr. Prefeito o trabalho de conseguir no Rio, através do Instituto Nacional de Imigração, uma solução para o problema da localização dos moradores do Peperi. (JORNAL DE ITAPIRANGA, 1959, p. 4).

Na viagem ao Instituto Nacional de Imigração, o prefeito Arthur Goerck recebeu a seguinte proposta:

Prosseguindo o Sr. Prefeito afirmou: - Na nossa visita ao professor Valter Cechela, presidente do Instituto Nacional de Imigração, legítimo representante de Wolfram Metzler, propusemos-lhe o grave problema criado em nossa comuna pelas 97

famílias que habitam sem título as terras de Linha Glória, problema muito bem solucionado por esse homem dinâmico que propôs ao *Volksverein* uma permuta de terras. Parte da área ora ocupada, será dividida em pequenos lotes, podendo todos os ocupantes tornar-se proprietários, a preços favoráveis e em prestações módicas.

As famílias da Linha Glória receberão do Poder Municipal assistência de ensino e da autoridade eclesiástica assistência religiosa.

O *Volksverein*, por sua vez, será indenizado com terras no Paraná, onde a INIG ainda possui grandes áreas, no valor de Cr\$ 250.000, 00. (JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA, 1959, p. 1).

Mas a proposta acima mencionada não foi cumprida, porque durante os anos seguintes as intimidações e as ordens de despejos se intensificaram cada vez mais. Teria o Instituto Nacional de Imigração não arcado com a sua promessa ou teria o poder municipal e/ou a *Volksverein* deixado de cumprir a sua parte no acordo? Este ainda é um caso obscuro que carece de uma investigação mais detalhada para se compreender com mais clareza o episódio da desapropriação dos caboclos na antiga Linha Glória. Em 1963 o problema dos caboclos posseiros teve seu desfecho final, praticamente todos se submeteram a ordem de despejo. Para expulsar o pequeno grupo que ainda resistia sob a liderança de Leopoldo Parreira, buscaram ajuda na força militar de Chapecó. Os que não conseguiram escapar durante a batida policial foram presos juntamente com seu líder. Conforme o relato dado pelo cunhado de Leopoldo Parreira, este teria sido fortemente torturado pelos homens da Companhia nos dias em que permaneceu encarcerado no Hotel Mauá, antes de ser transferido para Tenente Portella. Sobre o processo de desapropriação dos caboclos não foi encontrado nenhum registro nos livros tombos, na delegacia de polícia, no museu municipal de Itapiranga ou no acervo de documentos antigos da “Creditapiranga” (Antiga Caixa Rural União Popular). Mas os fatos estão na memória dos antigos moradores que os vivenciaram, o que nos permite ainda desvendar um acontecimento bastante nebuloso da história de Porto Novo.

Uma e outra família cabocla teve condições econômicas para adquirir um pedaço de terra da *Volksverein*, financiando-o a partir da Caixa Rural<sup>137</sup>. A maioria “optou” em seguir a sua antiga prática camponesa a frente das frentes pioneiras, em direção ao sudoeste paranaense, nordeste e norte da Argentina e para o Paraguai. Algumas famílias, na procura de trabalho temporário, passaram a perambular pelas propriedades agrícolas dos colonos de Porto Novo ou de propriedades próximas, durante uma a duas décadas, até que se fixaram como agregados, ou adquiriram um pequeno terreno ou ainda emigraram para outros lugares. Uma parte, em torno de 20 a 30 famílias, fixou-se como posseiro na outra margem do rio

---

<sup>137</sup> Conforme o relato de antigos moradores calcula-se que não mais de cinco famílias caboclas tiveram condições de comprar um pedaço de terra da *Volksverein*, atualmente reside nesta área apenas uma destas famílias que naquele tempo havia consigo adquirir um lote de terra da Companhia.

Peperi-Guaçu no lado Argentino e continuaram mantendo relações com Porto Novo e com a comunidade da qual foram desapropriados. Depois de uma década, as famílias que haviam se estabelecido à outra margem do Peperi-Guaçu, paulatinamente se retiraram. Algumas foram atrás de seus parentes que anteriormente haviam seguido as frentes pioneiras. Outros voltaram a se estabelecer em Porto Novo, como parceiros, arrendatários, proprietários de pequenos terrenos ou até novamente como posseiros (como as margens da rodovia SC 472, em terrenos baldios na periferia da cidade de Itapiranga e posteriormente na área do atual aglomerado da Vila União). A última família migrou para o lado brasileiro há cinco anos, mas mantém no lado argentino uma área de terra na qual praticam uma pequena agricultura, nela possuem roça, um estábulo e um cercado com algumas cabeças de gado bovino. O caboclo que migrou para a outra margem do rio quando tinha 18 anos, informou que possui em mãos um documento da Argentina que permite a sua permanência e ocupação desta pequena área de terra. Ainda segundo ele, por parte daquele país nunca houve uma pressão para que as famílias se retirassem dali. Órgãos governamentais teriam até proposto a construção de uma infra-estrutura comunitária, desde que a população se naturalizasse como argentina. Mesmo assim não havia grandes estímulos para as famílias permanecerem, porque como brasileiros encontravam-se isolados pelo rio, e como argentinos estavam a dezenas de quilômetros do povoado mais próximo e isolados pelo trecho da área de reserva ambiental.



Figura 36 - Área ocupada por uma família cabocla à outra margem do rio Peperi-Guaçu no lado argentino.  
Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Durante a pesquisa a campo surgiu uma grande dúvida: se no período da desapropriação praticamente todas as famílias se retiraram, por que atualmente a etnia cabocla ainda prevalece em número sobre as demais etnias (teutos e ítalo-brasileiros) que compõem aquela área? A incógnita foi desvendada em uma conversa com um antigo morador:

[...] Ah, outra dúvida, por exemplo, você me falou daquela vez que a maioria saiu né?

R: Teve, sim.

Então por que é que hoje têm tantos caboclos ainda aqui?

R: Olha, no caso tem muitos que entraram de novo né.

Voltaram?

R: Teve muitos que voltaram né. Até na época mesmo, que saíram mesmo, quase não voltou ninguém muito né.

Daí entraram depois do Rio Grande do Sul, vieram de novo?

R: É, foram entrando outros depois né.

Ah, então eles compraram pequenos pedaços?

R: Até morador daquela época aí tem bem poucos. Tem aí os Taborda né, que eles são ainda gente que é daquela época, mas o mais que naquela época seria, vamos dizer, os Ramos, os Gularte era uma família grande que existia aí isso não existe nenhum mais, não tem mais nenhum desse pessoal aqui.

Então essa gente saiu e veio outros do Rio Grande?

R: E veio outros é, veio entrando outros e tem uns ainda então que permanecem né por ali, como nós tava falando dos Taborda né, que inclusive já eram morador da época e tão por aí.

Eles acabaram comprando a propriedade?

R: Agora a maioria, um deles parece que tem umas arezinhas pequena, mas tem.

Mas naquele período eles compraram ou será que..?

R: Não, naquele período não, até eles também passaram a morar do lado da argentina né, mas na barranca aqui do outro lado né, se legalizaram argentino lá e ...

Os caboclos, eles vieram do Rio Grande do Sul e alguns voltaram, outros foram de agregados?

R: No caso na época a maioria saíram né, agora então vieram do Rio Grande, outros daqui mesmo que estavam e permanecem aqui né, seriam que na época saíram, foram pros alemão trabalharam pra Becker ali pra cima e agora com o tempo tão voltando, uns comprando um pedacinho, de agregado.

Eu vi que muitos têm um hectare, nem um hectare, compram por contrato.

R: É, a maioria por contrato né, que tem uma arezinha. Até este Taborda que eu tava falando, agora parece que o piá dele comprou uma área de terra que ta legalizada, mas senão ele tem um hectare ali né. Aí como esses Araújo também vieram da época dos pais deles né, eles saíram, agora voltaram, também tem só um hectare de terra ali. Aí ta voltando muitos de volta.

Por que será que voltaram, por que alguns deixaram as suas raízes aqui? Por que voltaram aqui e não em outras comunidades?

R: De repente em outras partes a terra já é mais cara e também tem um ditado que quem bebe água do Peperi não pode ficar longe né. (risos).

Então alguns voltam e vão atraindo de novo pra cá. A migração é uma coisa interessante, um vai e atraí o outro, as migrações muitas vezes se explicam assim né?

R: Mas isso principalmente os que foram aqui perto né, mas os que foram longe, os que foram pra Argentina e coisa, esses se voltaram por aqui não.

Só aqueles que se colocaram no outro lado da barranca né?

R: É. Na barranca. Que nem os Taborda, esses daí voltaram de novo, estão aí. Mas os que migraram para o centro da Argentina mesmo aí... (Teuto-brasileiro acaboclado, 58 anos).

Conforme a explicação dada na entrevista anterior, a maioria dos caboclos que atualmente moram na área da antiga Linha Glória, veio do noroeste gaúcho após o período da desapropriação, porque a terra ali era mais barata. Outros são remanescentes das antigas famílias que foram despejadas da sua “terra de direito”, depois de vagarem por vários anos entre as propriedades dos colonos na procura de serviços temporários. Retornaram ao local onde haviam deixado suas raízes, agora na condição de arrendatários ou de proprietários de pequenos terrenos geralmente inferiores a um módulo agrícola (3 ha).

Apesar da entrada e do retorno de famílias caboclas, a área não voltou a ter a supremacia da etnia cabocla como antes do desfecho da sua desapropriação, no início da década de 60. Na colonização da antiga Linha Glória, a *Volksverein* não seguiu mais com tanto rigor o seu ideal de homogeneidade étnica, vendendo também lotes coloniais a ítalo-brasileiros.

Atualmente, as famílias caboclas que conseguiram adquirir um pedaço de terra um pouco maior, sobrevivem como pequenos agricultores, de forma idêntica aos colonos “fracos”. Os caboclos agregados também praticam uma pequena agricultura, e de forma paralela muitas vezes ainda se submetem às ordens e aos serviços do seu patrão. Mas a maior parte das famílias caboclas se localiza em pequenos terrenos, quase sempre menores que um módulo agrícola e que foi adquirido por meio de um contrato de compra. Estas sobrevivem de trabalhos temporários nas propriedades dos colonos ou são operárias na agroindústria Seara Alimentos. Na sua pequena área de terra praticam uma reduzida atividade agrícola para complementar a renda familiar, como uma pequena roça, a criação de algumas aves, de um e outro bovino e suíno. Nas famílias onde há um idoso que recebe o benefício da aposentaria, esta chega a ser a principal renda.



Figura 37 - Moradia de uma família cabocla da comunidade de Aparecida. Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 38 - Precária infra-estrutura numa propriedade cabocla da comunidade de Aparecida.  
Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Na comunidade de Aparecida e Glória, onde a população cabocla é a maioria e se encontra morando de forma intercalada entre teuto e ítalo-brasileiros, a segregação social do caboclo é menos acentuada do que nas outras comunidades de Porto Novo. Mas ainda persistem preconceitos, ressentimentos e dificuldades de relacionamento entre caboclos e colonos, como pode ser observado no trecho da entrevista abaixo:

No geral existe uma facilidade do caboclo ir na casa do alemão, do alemão ir na casa do caboclo, se visitar, tomar chimarrão.

R: É. Sobre isto não existe facilidade.

Não? Então o caboclo visita mais o caboclo e o...

R: Alemão mais o alemão. Daí que dá para ver a diferença né, dá a diferença dali. Este por exemplo da casa ali, é meu vizinho, nós não se visitamos, ele não chega. Então isto é uma diferença muito séria né, a gente já dá pra perceber o que é que é.[...]

A diferença é mais se recolhendo né. Por exemplo, eu cuido aqui (um bar), mais a parte branca, eu sou da parte mais morena, a parte branca, mais clara, mais chega aqui na hora em que precisar de uma coisa. Vai pegar uma coisa, vai comprar uma coisa, uma coisa assim né, e fazer um negócio e outro, mas visitar não. Até cortam volta pra não visitar.

Como é que se dá numa festa? Numa festa aonde negros e brancos vão ao mesmo local. Dá pra perceber que existe um agrupamento maior de negros ali e um agrupamento maior de brancos ali?

R: Lá quase não dá pra perceber né, porque festa é festa né, assim como está os morenos está os brancos tudo junto mais ou menos, tudo conversando entre si né, lá não dá para perceber. Dá pra perceber mais entre vizinhos que nem tu falou né, entre vizinhos dá pra perceber isto.

Até o momento da festa é um momento único, não ocorre muitas vezes.

R: É, é sempre àquela hora, horas passageiras né e no vizinho dá pra perceber. (Caboclo, 48 anos).

Na questão religiosa, uma parte das famílias tem a sua participação na Igreja Católica, inclusive o ministro da eucaristia da comunidade é caboclo. Mas os adeptos da Assembléia de Deus, que são em torno de 40 integrantes e que também tem sua capela na comunidade, são todos de origem cabocla. Esta divisão religiosa a partir da diferença étnica revela que a integração entre caboclos e colonos dentro da vida comunitária muitas vezes é pouco harmoniosa.

#### 2.1.1.2.2 Área B

Abrange uma parte da área da comunidade de São Ludgero e Santo Antônio e ali se encontram 10 famílias caboclas e 7 mistas.

Uma pequena parte encontra-se na condição de agregado, enquanto a maioria das famílias são proprietárias de pequenos lotes muitas vezes inferiores a um módulo agrícola. A área na qual estão concentradas as famílias caboclas é bastante íngreme e algumas propriedades tem um difícil acesso. Todas as moradias têm energia elétrica, mas a infraestrutura das propriedades não é homogênea. Algumas famílias possuem uma pequena casa de alvenaria ou de madeira que se apresenta em boas condições, com apropriadas instalações sanitárias e água encanada, ainda tem um galpão, um pequeno estábulo e chiqueiro, um



cercado para a pastagem dos bovinos e equipamentos agrícolas (características idênticas da propriedade de um colono “fraco”). Outras famílias, localizadas em seus pequenos terrenos, possuem uma infra-estrutura extremamente precária: suas casas são de madeira, pequenas e rústicas e apresentam uma rudimentar instalação sanitária e de água encanada; junto ao terreno geralmente encontra-se algum chiqueiro ou estábulo toscamente construído; os equipamentos agrícolas são praticamente inexistentes, exceto os mínimos necessários, como facão, foice, enxada e machado.

As famílias que apresentam uma infra-estrutura e tamanho da área de terra maiores tiram a maior fonte de renda da sua pequena produção agrícola. As que proprietárias de pequenos terrenos extraem a sua principal renda em trabalhos temporários nas propriedades dos colonos e ainda a complementam nas atividades agrícolas que a reduzida área de terra pode lhes proporcionar: uma pequena roça, a criação de algumas aves, de um e outro bovino ou suíno. Alguns são funcionários da Seara Alimentos e suas famílias conseguem atingir uma renda econômica mais elevada. Novamente é necessário ressaltar a importância do benefício da aposentaria na renda econômica das famílias que possuem algum integrante aposentado.

A área íngreme e imprópria para as práticas agrícolas da região, já no decorrer da colonização era menos valorizada no mercado das terras. A terra barata e a oportunidade de adquirir pequenos terrenos, a partir de lotes coloniais dilacerados pelos “*de origem*”, atraiu as famílias caboclas para o local. A maior parte é remanescente das famílias caboclas que foram desapropriadas na antiga Linha Glória, que depois de perambularem como agregados ou trabalhadores temporários, por vários anos, nas propriedades dos colonos, enfim conseguiram se estabelecer de forma mais definitiva sobre aquela área. Outros são caboclos camponeses imigrados mais recentemente do noroeste gaúcho, após o período da desapropriação (que teve seu desfecho em 1963), atraídos pela possibilidade de adquirirem uma pequena área de terra por um preço acessível. É preciso ainda considerar as relações de parentesco, que exercem uma forte influência sobre a escolha do lugar daquele que migra.

As relações de vizinhança parecem bastante recíprocas entre as famílias caboclas e a de colonos “fracos” que se encontram intercalados dentro daquela área e é possível verificar recentes casamentos interétnicos entre estas famílias. A maior parte dos caboclos é católica (enquanto que uma minoria é “crente”), mas tem pouca participação nas atividades religiosas das duas comunidades na qual a área se inclui. Nas atividades sociais recreativas, como futebol, bailes e festas, há uma relativa participação dos caboclos adolescentes e mais jovens, mas estes não chegam a se integrar como sócio no clube social e nem marcam presença em reuniões e trabalhos coletivos. Já os caboclos adultos e idosos preferem permanecer

recolhidos em seus lares e praticamente ampliam as suas relações sociais apenas entre caboclos e colonos “fracos” da vizinhança próxima.

Durante a pesquisa a campo, foi possível identificar um forte ressentimento de alguns caboclos em consequência das manifestações de preconceitos étnicos por parte dos teuto-brasileiros, o que certamente, em grande parte, justifica a sua pouca participação social na comunidade:

R: É que eu não sei, é que o branco sempre tem aquele preconceito maior que o preto. Sempre ele quer sempre estar na frente, só que eu não tenho nada a haver com isso, só que se fosse na minha opinião acho que o branco não podia ser assim, como, apesar de o preto também tem este preconceito assim, mas só que eu acho que....

Você acha que existe um preconceito maior por parte do branco?

R: É que é assim, hoje o branco se enxerga um preto ali ele, porque hoje em dia a gente tem que chamar pelo nome, às vezes o branco diz: “Ah, aquele negro sujo”. Isto não se faz porque eu sou preta, eu não chamo o alemão, ah porque ele é alemão ele é isto ou aquilo, eu nunca falo isso, eu chego e converso pelo nome. O branco muitas vezes ele diz: “Ah, aquele negro sujo”. Isso aí não se faz, porque eu acho que isto aí é um preconceito muito grande e eu nestas coisas não gosto. Eu não tou do lado do preto e nem do branco, só que tem várias pessoas que ficam sempre de chamar os negros sujos. (Cabocla, 22 anos).

Ainda no decorrer da pesquisa, em conversa com uma cabocla idosa, esta explicou que não sente nenhum preconceito dentro da comunidade. Nisto um adolescente a contaria: “Não vou com a cara dos alemães”. Quando lhe questioneei sobre o motivo, o rapaz desabafou: “Eles são muito boca aberta, chamam a gente de tudo que é nome, é seu negro pra cá é seu negro pra lá”. Quando perguntei se era constantemente vítima de preconceito, respondeu com um sorriso de indignação: “O tempo todo”. A idosa constrangida o adverte: “Nois não podemos falar mal dos colonos como eles não podem falar mal de nois, todos devem se respeitar”. Novamente foi possível verificar aquilo que já havia sido observado em outras entrevistas: muitos caboclos não revelam seu real ressentimento que sofrem por sentirem-se vítimas de preconceitos e transmitem aquilo que deveria ser o ideal: “todos devem se respeitar”<sup>138</sup>.

---

<sup>138</sup>

Ressalto outra vez, de que por ser teuto-brasileiro, acredito que muitos caboclos não se sentem a vontade em manifestar seus ressentimentos conseqüentes dos preconceitos que sofrem.



Figura 39 - Moradia cabocla da comunidade de São Ludgero. Fonte: Patrício Reichert, 2007.

#### 2.1.1.3 Famílias caboclas dispersas

A maior parte destas famílias eram num passado mais recente, duas a três décadas atrás, trabalhadores temporários seminômades que migravam de propriedade em propriedade ou moradores dos fundos de uma propriedade de um colono na qual permaneciam estabelecidos por alguns anos. Como estas práticas agrícolas se extinguíram com o processo da modernização agrícola, as famílias caboclas que permaneceram dispersadamente pelo território de Porto Novo, conseguiram fixar-se de forma mais definitiva na condição de agregados ou como proprietários de pequenos lotes de terra. Mas nas suas características camponesas e condições socioeconômicas estas famílias não podem ser homogeneizadas.

Os caboclos na condição de agregados podem ter diferentes acordos com o proprietário da terra, os mais usuais são os seguintes:

- a) arrendatário que paga pelo uso da terra uma parcela fixa ou parte da produção;
- b) parceiro com o proprietário numa atividade produtiva, podendo ter neste caso diferentes formas de acordo;

c) empregado em tempo integral ou parcial do proprietário, possuindo um tempo reservado para a sua produção agrícola e recebendo um salário fixo e/ou uma porcentagem da produção;

d) o proprietário cede a moradia e uma área de terra para a sua prática agrícola e em troca a família agregada se responsabiliza pelo zelo da propriedade e pelos bens materiais nela existentes;

e) a família agregada complementa a sua renda em trabalhos temporários em outras propriedades agrícolas ou na proletarização de um ou mais integrantes, como funcionário da Seara Alimentos, por exemplo.

A infra-estrutura da propriedade, da moradia e as condições sócio-econômicas destas famílias variam muito conforme os acordos estabelecidos entre proprietários e agregados e de acordo com as diferentes atividades praticadas na propriedade ou além dela e o grau da incorporação da concepção capitalista dos integrantes destas famílias.

A maior parte dos agregados tem um contrato legal com os proprietários, apenas algumas famílias mantêm acordos não legais por meio de uma relação de confiança, mas estes são cada vez mais raros.

Além da modernização agrícola ter dispensado do meio rural muitos desses caboclos que se encontravam na condição de agregados, atualmente, as leis trabalhistas que trazem maiores direitos a estes camponeses, fazem com que os colonos tenham receio em colocar algum agregado na sua propriedade.

Você já tinha agregados?

R: Já.

Possui ainda hoje?

R: Não.

Porque não?

R: Agregado, se é pra eu botar um agregado dentro da propriedade, planto um pé de unha de gato ali na frente da porta, este eu sei que tem espinhos que tenho que desviar. O agregado é o maior espinho que tu pode ter na vida. (Colono, 78 anos).

Vocês já tinham agregados?

Marido: Não.

Vocês pegaram muitas pessoas por diária?

Marido: Sim.

Por que vocês pegaram de dia e não de agregados?

Marido: Por causa das leis, porque diarista tu paga no fim do mês, no fim de semana e daí ele vai né, é um trabalho curto. E o agregado ele fica um ano e depois ele tem direito de ficar três já e depois...

Esposa: É difícil de tirar ele da propriedade, conforme ele tem indicadores tu não consegue tirar ele mais.

Então essa seria muitas vezes a dificuldade de pegar um agregado?

Marido: É. Sim. Essas leis deveriam existir, mas para ambos os lados, mas não como sempre acontecia. Hoje talvez as leis mudaram, não sei, mas como era no primeiros

anos, o agregado quando morava num pedaço de terra tinha mais direitos que o patrão.

Esposa: Tem certas coisas até hoje.

Marido: Se eu digo que eu quero um agregado só pra três anos ele só deveria ficar três anos e depois da colheita vai ter que ir pra um outro lugar ou fazer outro negócio. (Casal de colonos, 49 (ela) e 50 (ele) anos).

Quanto aos pequenos lotes de terra das famílias caboclas proprietárias, estes são geralmente localizados em áreas íngremes, com solos desgastados e pedregosos, e ainda, muitas vezes, de difícil acesso. No entanto, estas propriedades não podem ser homogeneizadas, elas variam em tamanho e infra-estrutura. Não ultrapassam a superfície de 5 ha sendo a maioria inferior a um módulo agrícola (3 ha) e os terrenos menores medem menos de 1000 m<sup>2</sup>.

Assim há propriedades (as de maior tamanho) com uma pequena produtividade agrícola onde a família tira dela o seu principal sustento. Na infra-estrutura, é possível encontrar um pequeno chiqueiro e estábulo, um paiol e uma tímida capitalização em implementos agrícolas, como um arado, uma carroça, um triturador, uma trilhadeira, entre outros. Pode ter ainda uma pastagem cercada com alguns bovinos, pela qual obtêm uma renda mensal através da produção de leite.

Já as famílias com propriedades inferiores a um módulo vão atrofiando as suas atividades agrícolas em decorrência do tamanho do lote de terra e estão mais dependentes de uma renda externa à propriedade, como trabalhos temporários em diárias e empreitadas ou com vínculo empregatício. A reduzida prática agrícola praticada na propriedade, é neste caso uma fonte complementar no sustento familiar.

Por outro lado, as famílias estabelecidas nos pequenos terrenos de cerca de 1000 m<sup>2</sup> praticamente não conseguem extrair uma complementação para o seu sustento. A pequena área não possibilita a organização de uma roça e mesmo o alimento para a criação precisa ser adquirido fora da propriedade.

O tamanho do lote de terra necessariamente não é um fator que determina as condições socioeconômicas e de moradia das famílias. Porque em alguns casos, os moradores de pequenos terrenos, possuem vínculos empregatícios (como funcionários da Seara Alimentos, por exemplo) e tem uma renda familiar superior e uma melhor infra-estrutura nas suas casas do que as famílias com uma área de terra superior, e que sobrevivem da pequena produtividade agrícola e de trabalhos temporários. Mas é possível afirmar que de forma geral, as famílias caboclas que estão dispersas no meio rural de Porto Novo, apresentam melhores condições de moradia do que aquelas aglutinadas nos aglomerados.

Estas famílias caboclas, muitas vezes, encontram-se entre as famílias de colonos. Nas relações de vizinhança dão-se melhor com os colonos “fracos”, onde há maior reciprocidade, já com os colonos “fortes” as relações quase só se restringem a vínculos de trabalho. Conseguem se integrar às atividades comunitárias quando se submetem completamente às regras estipuladas pelo grupo majoritário teuto-brasileiro, isto quando transmitem simpatia e total confiança e então são considerados *guder neger* (negro bom) <sup>139</sup>. Mas o caboclo assim rotulado, em qualquer vacilo nesta representação é excluído do meio social da comunidade. Os caboclos que não conseguem criar boas relações de vizinhança entre os colonos e nem se integrar ao meio comunitário, para não estarem condenados à solidão, buscam relações de convivência com outras famílias caboclas que se encontram além da vizinhança e, muitas vezes, daquela comunidade.



Figura 40 - Moradia de uma família cabocla camponesa dispersa. Fonte: Patrício Reichert, 2007.

### 2.1.2 A segregação social do caboclo a partir da análise da paisagem urbana

---

<sup>139</sup> É possível perceber que entre as famílias dispersas a mestiçagem é maior que nos aglomerados e o número de caboclos “crentes” é menor, características que são certamente conseqüentes do maior grau de integração com os teuto-brasileiros, quando comparadas com as famílias dos aglomerados.

Com a ampliação da agroindústria e o avanço do processo da urbanização, especialmente a partir da década de 80, houve uma grande imigração de caboclos para a cidade de Itapiranga<sup>140</sup>, tanto vindos da zona rural de Porto Novo quanto de fora daquele território, principalmente do noroeste gaúcho. Os caboclos que se proletarizaram e/ou incorporaram as regras e as exigências do mercado de trabalho conseguiram ascender social e economicamente, enquanto que aqueles que não incorporaram tais qualidades necessárias para uma adaptação ao espaço urbano, permaneceram ou até mesmo declinaram na estratificação social.

A dinâmica da cidade através do mercado imobiliário se encarregou de colocar a população cabocla nos diferentes espaços do meio urbano, conforme a posição socioeconômica em que se inserem. “O uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado, na qual se forma o preço desta mercadoria ‘sui generis’ que é o acesso à utilização do espaço”. (SINGER, 1980, p. 78). Assim, uma parcela das famílias caboclas com um maior rendimento econômico mora nos designados “espaços nobres” da cidade, como o centro e áreas específicas de alguns bairros. Já a maior parte da população cabocla, que no geral possuem um poder aquisitivo inferior a maioria dos teuto-brasileiros que ali predominam, concentra-se nas áreas mais periféricas da cidade onde o uso do solo tem um menor valor de mercado e o acesso aos serviços públicos urbanos é menos eficiente.

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar.

A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas. (Ibid., p. 82).

---

<sup>140</sup> Em 17 de julho de 1981 a Ceval comprou o controle acionário da Safrita, indústria que havia sido fundada por meio de uma sociedade anônima composta por agricultores, comerciantes e profissionais liberais. A nova empresa expandiu a qualidade e produtividade pelo sistema integrado. Em 1999, a nova proprietária anglo – argentina, a Bunge e Born, triplicou a sua produção. O grupo Cargil, atual proprietário da agroindústria Seara Alimentos S/A manteve a produtividade acelerada. O complexo agroindustrial trouxe um grande avanço no processo da urbanização de Porto Novo, de forma muito mais intensa na cidade de Itapiranga onde a empresa se encontra instalada. Portanto será feita apenas uma análise da paisagem urbana desta cidade, onde a população cabocla imigrou em grande escala, o perímetro urbano de São João do Oeste e Tunápolis, apesar de ter tido um considerável avanço, este não foi tão intenso e nem atrativo aos caboclos na busca de trabalho.

Milton Santos também concorda que o valor comercial separa a população sobre o espaço conforme o seu poder de compra e nesta distribuição haveria benefícios para alguns em detrimento da maioria:

A sociedade se transforma através de sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de compra. O estudo do espaço exige que se reconheça os agentes desta obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho. (SANTOS, 2004, p. 262).

Para a análise da população sobre a paisagem urbana, dividiu-se o perímetro da cidade de Itapiranga em áreas segundo a intensidade de ocupação desta população. De forma geral, os caboclos que se localizam na diferentes áreas também ocupam lugares diferentes nas atividades produtivas, e se integram mais ou menos intensamente com os teuto-brasileiros e o meio social na qual há a supremacia deste grupo étnico. Neste sentido, na análise a partir das áreas delimitadas, será avaliada a intensidade da população cabocla que nelas se encontram, a sua condição socioeconômica conforme a ocupação trabalhista e a sua integração ao meio social teuto-brasileiro, onde o grau de mestiçagem é um indicador que precisa ser considerado.

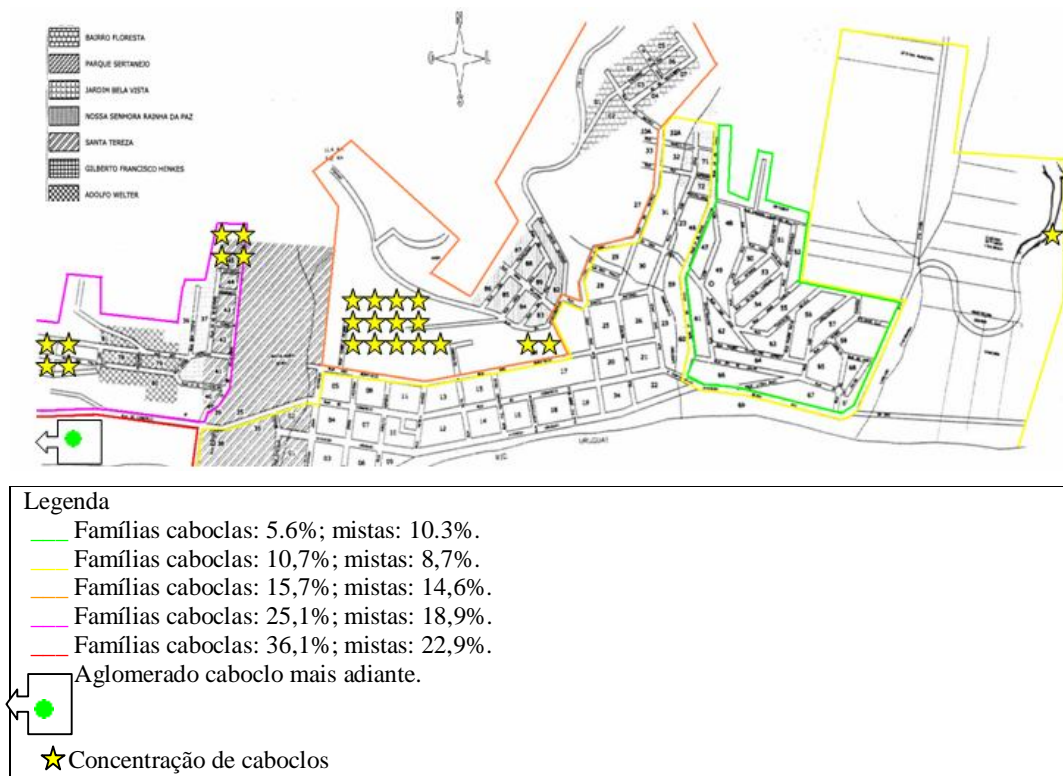


Figura 41 – Localização da população cabocla na zona urbana de Itapiranga. Fonte: Mapa produzido pelo autor com base no mapa adquirido na prefeitura de Itapiranga. Dados obtidos pelas agentes municipais de saúde que atuam nesta área e da pesquisa *in loco*.



Dentro área de contorno verde situa-se o bairro Jardim Bela Vista, espaço “nobre” da cidade. Apesar de, no bairro, estarem concentradas as exuberantes residências da elite econômica, há outras mais simples cujos moradores se enquadram a uma menor estratificação social e ocupam áreas mais periféricas ou habitam casas mais antigas que ali foram construídas ainda num período em que o espaço era menos valorizado pelo mercado imobiliário. O alto custo pelo direito de morar, tanto como proprietário quanto inquilino, faz com que esta área tenha a menor densidade de população cabocla. A pequena parcela de caboclos que tem o privilégio de ali estabelecer moradia são aqueles que tiveram uma melhor ascensão social no meio urbano, no entanto, não é possível caracterizar de forma homogênea suas condições socioeconômicas. Estes caboclos podem ser indivíduos que recebem uma avantajada remuneração pela atividade profissional que exercem: como comerciantes, profissionais liberais, altos funcionários públicos e operários de mão-de-obra mais qualificada da agroindústria<sup>141</sup>. Os trabalhadores, de menor rendimento econômico, como operários da agroindústria de mão-de-obra menos qualificada, funcionários públicos de menor escalão, autônomos, biscateiros, etc., que moram nos locais mais baratos daquele bairro e/ou sacrificam grande parte dos rendimentos para se manterem no espaço nobre da cidade.

Na área de contorno amarelo localiza-se o centro, o bairro Parque Sertanejo (popularmente conhecido por bairro do Parque) e na saída da cidade no sentido da rodovia SC 472 se estende os lotes de chácaras. No centro concentra-se o comércio e a prestação de serviços de forma intercalada com prédios e casas residenciais, já no bairro do Parque há uma predominância quase absoluta das residências. Os caboclos que moram no centro e no referido bairro não podem ser homogeneizados na descrição das suas condições socioeconômicas. Estes podem ser cidadãos que alcançaram uma grande ascensão social onde ocupam profissões que lhes proporcionam um bom rendimento econômico e lhes possibilitam morar em espaços mais valorizados pelo mercado imobiliário. Ou também podem ser trabalhadores não tão bem remunerados que habitam os espaços mais baratos, com moradias mais deterioradas e/ou de estrutura mais simples, ou moram ocultamente em porões de prédios e casas.

Ainda, é muito comum, entre os mais jovens e solteiros, se agruparem para morar coletivamente numa mesma residência com o objetivo de tornar o custo do aluguel mais

---

<sup>141</sup> É preciso considerar que alguns destes profissionais incluídos na porcentagem dos caboclos, podem fazer parte do pequeno número de lusos vindos de centros urbanos maiores e que não seriam caboclos conforme o conceito trabalhado nesta pesquisa, fariam assim, parte da margem de erro ao calcular-se o número de caboclos a partir do sobrenome luso, como foi explicado no capítulo 1.

baixo. Assim, os caboclos moram dispersadamente sobre a área que engloba o centro e o bairro do Parque onde os bem sucedidos economicamente moram em construções próprias e/ou melhor estruturadas<sup>142</sup>, e os de rendimento econômico mais baixo não chegam a se concentrar porque o custo da moradia é alto.

Na área das chácaras chega a ter uma pequena concentração de quatro famílias caboclas à margem da rodovia SC 472 que são proprietárias de pequenos terrenos e suas moradias encontram-se precariamente construídas.

A área de contorno laranja é composta pelo bairro Floresta e Nossa Senhora Rainha da Paz. A sua ocupação populacional é mais recente e grande parte dos moradores não se encontra ali há mais que uma década. A maioria são imigrantes recentes vindos do interior de Porto Novo e do noroeste gaúcho. Esses bairros são mais populares quando comparados com o Centro e Jardim Bela Vista. O seu espaço não é tão valorizado pelo mercado imobiliário o que atraiu uma proporção significativamente maior de caboclos. Estes, de forma geral possuem uma condição socioeconômica bastante homogênea entre si, chegam a se ocupar em diferentes trabalhos, mas a maioria é operário da Seara Alimentos S/A. Apesar de se encontrar famílias caboclas dispersas por toda área, há uma concentração maior nos dois espaços mais periféricos, onde o terreno é íngreme e o acesso é mais difícil. No entanto, mesmo que as residências sejam mais simples e o espaço menos valorizado pelo mercado, as famílias que ali se concentram não estão em condições precárias de moradia.

Dentro da área de contorno rosa está localizada uma parte do bairro Santa Tereza, o bairro Gilberto Francisco Henkes e o bairro Adolfo Welter. Mas popularmente, a área urbana desenvolvida a partir das instalações da Seara no sentido oeste, é conhecida apenas por Santa Tereza dividida em Alta e Baixa. Assim sendo a área de contorno rosa compõem o bairro Santa Tereza Alta e uma pequena parte do Santa Tereza Baixa. Esta área urbana se formou a partir da instalação dos operários da agroindústria, principalmente a partir da década de 80 quando a Ceval comprou o controle acionário da Safrita e expandiu expressivamente a sua produção. Verifica-se nesta área uma significativa progressão na densidade da população cabocla aonde chegam até a prevalecer sobre os teuto-brasileiros. Mas é preciso considerar que ali nem todos os moradores “*de origem*” são descendentes de alemães, há uma parcela não muito pequena de ítalo-brasileiros oriundos de uma migração mais recente do Rio Grande do Sul (especialmente do noroeste do estado) já atraídos pela oferta de trabalho na zona urbana.

---

<sup>142</sup>

Aqui estão novamente incluídos os lusos que não são caboclos conforme o conceito trabalhado.

O grande aumento na porcentagem da população cabocla naquela área, em parte se explica pelo custo mais baixo do espaço urbano, e em outra, porque este local foi intensamente ocupado por caboclos, que vieram principalmente do noroeste gaúcho para se empregarem na agroindústria. As relações de amizade e parentesco fizeram com que os caboclos que imigraram, posteriormente para a cidade de Itapiranga, preferissem se estabelecer neste lugar. Atualmente, a maioria é funcionária da Seara Alimentos S/A. As famílias moram intercaladas entre teuto e ítalo-brasileiros, mas concentram-se de forma quase exclusiva em duas áreas mais periféricas. Suas casas que no geral são mais simples, não apresentam condições precárias de moradia, possuem água encanada e boas instalações sanitárias.

Na área de contorno vermelho localiza-se a maior parte do bairro Santa Tereza Baixa e ali se concentra a maior densidade populacional cabocla da cidade. Na parte leste da área está o espaço mais valorizado pelo mercado imobiliário, com algumas ruas pavimentadas, um pequeno comércio, casas bem estruturadas apresentando ótimas condições de moradia e uma predominância da população “*de origem*”. Na medida em que se segue no sentido oeste para o final do perímetro urbano é possível perceber uma predominância cada vez maior de moradores caboclos. Depois da rua pavimentada inicia uma estrada de terra com pouca iluminação pública que se estende pelas margens do rio Uruguai por um trecho de mata bastante fechada. Neste espaço, que não contém uma infra-estrutura de loteamento urbano, estão as famílias caboclas com precárias condições de moradia. Os caboclos com melhores rendimentos econômicos ali situados são os que possuem um emprego fixo, e a parcela que depende exclusivamente da renda dos trabalhos temporários se mantêm no limite da sobrevivência.

Ainda dentro da área de contorno vermelho, no limite com a zona rural, situa-se a vila São Pedro São Paulo, que pode ser classificada como um aglomerado caboclo. Para compreender melhor a sua formação é preciso fazer uma breve retomada no passado de Porto Novo.

A partir da década de 1960, algumas famílias caboclas<sup>143</sup>, atraídas pela oferta de serviços urbanos, passaram a ocupar um terreno baldio, área pública municipal localizada no atual bairro Parque Sertanejo. Na época a área se encontrava na periferia da cidade e estes

---

<sup>143</sup> Antigos moradores teuto-brasileiros da cidade de Itapiranga bem como os caboclos que ali moravam, não conseguiram informar o número exato de famílias estabelecidas naquele terreno, isto certamente porque eram do tipo extensas e as migrações eram constantes. Mas pelos relatos calcula-se que se encontravam em torno de 5 a 10 famílias.

caboclos obtinham a sua renda como funcionários da prefeitura, da madeireira Goerck ou como diaristas. Na medida em que a urbanização avançava o grupo de caboclos passava a estar cada vez mais próximo do centro da cidade. Estas famílias que ali moravam de forma miserável, transmitiam uma imagem desagradável aos visitantes e aos cidadãos de Itapiranga. Em 1991, o poder municipal decidiu utilizar este terreno para a edificação de um educandário e transferiu estas famílias para uma área mais afastada, além do novo perímetro urbano, como explica o atual secretário do setor da engenharia da prefeitura:

Eles eram pessoas que moravam aqui no bairro do Parque?

R: Sim.

Você sabe quantas famílias talvez estivessem morando ali naquele período?

R: Olha! Exatamente número de famílias eu não tenho este dado, mas eles realmente moravam no bairro do Parque numa área pública destinada à edificação de uma escola e moravam ali por muitos anos, no entanto, quando o município precisou este espaço pra efetivamente instalar este educandário aí foi adquirida uma outra área e estas famílias deslocadas em definitivo. E foram deslocados para Santa Tereza, mais exatamente na linha Santa Tereza, já é fora do perímetro urbano, mas bem próximo ao perímetro urbano. Então a área de terra ela foi subdivida em lotes, no entanto os lotes, eles permanecem sob a propriedade da prefeitura municipal, no entanto eles têm o direito de uso, eles têm o direito de se manter naquela área, eles não podem comercializá-la. Porque são áreas destinadas a famílias de baixa renda, é um objetivo social.

[...]

Eu não sei quanto tempo eles moravam lá, mas lá no parque já era antiga a ocupação?

R: É antiga, até porque áreas públicas, terras públicas não são passíveis de usucapião, então se é uma área particular, você mora um determinado tempo, você pode requerer usucapião, como área pública a lei não permite. Então eles não tinham como tomar posse, a não ser que fosse uma área que o município não tivesse necessidade de ocupá-la, mas como lá o lugar era estratégico e previamente destinado pra um área escolar, houve a necessidade do município intervir e atender a necessidade escolar daquele bairro, tanto que hoje a escola lá foi transformada em creche.

Que escola é hoje?

R: Hoje é a creche Pinguinho de Gente. Então houve na verdade, uniu-se o útil ao agradável, os dois projetos se transformaram em soluções sociais. Um solucionou o problema da demanda escolar do bairro e o outro fez com que estas pessoas tivessem uma moradia mais digna.

A transferência destas famílias caboclas para uma área mais afastada não se justifica apenas pelo fato do governo municipal necessitar daquele terreno para a construção de uma escola. O avanço da urbanização fez valorizar no mercado imobiliário aquela área e suas proximidades, e a cidade na organização capitalista do uso do solo não tem lugar para os pobres, como argumenta Singer (1980, p. 87-88):

Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas, o funcionamento normal da economia não assegura um mínimo de renda a todos. Antes pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que

significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um espaço de solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos etc...Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.

Esta população cabocla e pobre tornava-se então um empecilho para o “progresso” urbano na medida em que o espaço se valorizava na direção em que estavam estabelecidos. Assim, uma interdependência de interesses por parte do mercado imobiliário, do poder público municipal e da população em geral<sup>144</sup> pressionou a saída destas famílias, que foram transferidas para um espaço mais afastado à margem da atual zona urbana. Os caboclos obrigados a se retirarem, a princípio demonstraram um grande descontentamento: “Foi quase um despejo, aconteceu de uma hora para outra, sem aviso, ninguém estava preparado”. (caboclo, 65 anos). Na nova área se sentiam abandonados e encontravam-se mal instalados nas casas de madeira 5mx3m construídas pela prefeitura, que não tinham instalações sanitárias, água encanada e nem energia elétrica.

Meus pais eram pobrezinhos, nunca compraram uma aula e fizeram um abaixo assinado para tirar nois do local lá. Nois estava bem colocado, largaram nois aqui para baixo de qualquer jeito, bem dizer, quase abandonado aí, viemos, bem dizer, quase debaixo de uns barracos.

[...]

Daí de lá, custou o prefeito Jairo e o Áurio era o vice prefeito, daí pegaram e colocaram nois para cá. Daí até fizeram um tipo de um barraco e largaram nois aqui. E depois que nos morava aqui trouxeram uma madeirama que nois tinha lá, madeirama usada, daí fomos fazendo. Aqui nois sofremos muito, sofremos muito aqui em baixo. Depois de um tempo começamos a ficar doente, doente, mais a idade, cada vez pior, daí nois sofremos.

[...]

Demorou muito para vim água e luz?

R: Demorou, demorou, demorou muito. Sofremo mas muito, muito nós sofremos. (cabocla, 67 anos).

A partir de 2002, as condições de moradia da população da vila São Pedro São Paulo melhorou significativamente. A prefeitura fez um loteamento na área, instalou uma rede de água e energia elétrica e construiu casas de alvenaria com grande parte do material arrecadado de doações feitas pelo comércio e pela indústria. Os moradores da vila auxiliaram com a mão-de-obra na construção. Além das famílias que já estavam estabelecidas, a prefeitura inseriu

---

<sup>144</sup> O mercado imobiliário teve o espaço nas proximidades bastante valorizado, o poder público pôde ampliar a infra-estrutura a uma nova população com condições de pagar por ela, e a população no geral repudiava este grupo de caboclos por meio de preconceitos étnico-raciais e se indignava com a exposição visível da sua miséria que manchava a estética da cidade.

ainda outras famílias carentes (e por sinal caboclas) no projeto, o que totalizou a construção de 14 pequenas casas de alvenaria.

E as casas elas são financiadas via pela prefeitura ou como aquelas casas foram construídas?

R: Aquelas casas na verdade foram construídas com a, a prefeitura ajudou com um mestre de obras, eles ajudaram com mão de obra própria. E o material em sua maior quantidade, o material em si, ele foi feito uma arrecadação entre o comércio, entre a indústria, serrarias. Então muito do material que foi empregado é material doado. E aquilo que então faltou, o município através de um programa social participou também.

E depois eles teriam que pagar algumas coisas para a prefeitura, um valor sobre essa construção das casas?

R: Eu não sei exatamente em termos de pagamento se eles têm que pagar, quem mais cuida disso é o setor social, mas eles têm feito alguns trabalhos em troca disso né, não pagamento em espécie, em dinheiro, até porque eles não têm.

[...]

Hoje estão morando bem melhor ali?

R: Com certeza. A infra-estrutura lá é boa, no sentido que eles têm uma casa, a maioria delas são casas de alvenaria, não diria com um acabamento de primeira qualidade, mas um acabamento razoável. Eles têm água potável, que é fornecida através da rede pública, os lotes estão definidos, cada um tem a delimitação da sua área. Área como eu coloquei, ela é da área da prefeitura, mas cada um sabe qual é a sua área que ele pode ocupar.

[...]

Então este loteamento lá foi destinado somente para estes aqui?

R: Ele iniciou com estes né, no entanto havia um espaço a mais então outras famílias carentes foram inseridas também. Sempre, lógico, através de laudos sociais, e não é assim qualquer pessoa que vai lá e vai morar lá, até porque não tem como o município socialmente atender todo mundo desta forma, então há uma necessidade de justificar isso socialmente. Então a assistente social sempre faz um trabalho em cima e faz uma pesquisa pra ver se realmente há esta necessidade da pessoa receber um espaço desses. (secretário municipal do setor da engenharia).



Figura 42 - Vila São Pedro São Paulo. Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 43 - Moradia de uma família cabocla da Vila São Pedro São Paulo. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Apesar de terem as suas condições de moradia melhoradas, estas famílias no geral, permanecem entre as piores situações econômicas da população de Porto Novo. A parcela mais bem sucedida é sempre aquela que tem algum emprego fixo. Mas uma grande parte mantém uma renda mínima e imprevisível, sobrevivendo dos serviços temporários. Durante a pesquisa a campo foi possível verificar que alguns destes caboclos deslocam-se para o centro da cidade, mais especificamente no calçadão da Avenida Uruguai, onde permanecem à disposição de quem os queira para a execução de um eventual trabalho. Aquele que necessita de uma mão-de-obra temporária sabe que ali vai ter uma oferta disponível. Quem mais oferece serviço a estes caboclos é o comércio de material de construção, no carregamento e descarregamento de caminhões.



Figura 44 - Caboclos no calçadão da Avenida Uruguai a espera de um serviço temporário.  
Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Ao se fazer uma análise sobre a paisagem urbana da cidade de Itapiranga é possível verificar que a população cabocla ocupa mais intensamente os espaços mais desvalorizados pelo mercado imobiliário. Nas áreas em que o uso do solo urbano é mais caro, além de haver uma extrema queda na densidade populacional cabocla, a intensidade da mestiçagem é bem maior, como pode se verificar nas áreas de contorno verde e amarelo. Tal fato revela que a integração social e o casamento interétnico acontecem com mais facilidade entre caboclos e teuto-brasileiros quando se aproximam na estratificação social. Quando indivíduos das duas etnias se assemelham na condição socioeconômica se identificam nos hábitos culturais (acaboclamento ou no ateutoamento), ou ainda, quando ambos incorporam de forma equivalente os valores do atual mercado econômico capitalista. Mas mesmo que a integração e a mestiçagem aumentem, quando se aproximam da mesma classe social, os caboclos continuam vítimas de preconceito, porque o medo do diferente se tornar igual também é um fator que aumenta o preconceito étnico-racial, como explica Chnaiderman (1996, p. 85):

O que leva o racismo não parece ser a incapacidade para suportar a diferença; muito pelo contrário, o que leva ao racismo, o que exaspera alguém até torná-lo racista, é ver o diferente tornar-se o mesmo. Ou seja, é ver o outro como muito parecido, e por isso sentir-se ameaçado na sua identidade.

A diferença protege a identidade. Nós nos definimos sempre em relação a um diferente, pela comparação. A diferença é tranquilizadora. Só quando alguém se vê ameaçado na identidade é que precisa carimbar uma estrela de Davi amarela na roupa do judeu, precisa ressaltar a cor e outros artifícios mais absurdos.



A manifestação dos preconceitos em consequência da ameaça do diferente se tornar igual e se revela principalmente na competitividade do mercado econômico capitalista. Durante a pesquisa a campo isso foi muito visível entre os teuto-brasileiros funcionários da Seara Alimento S/A, que acusaram de preguiçosos, oportunistas e incompetentes, os seus colegas caboclos de trabalho.

Na medida em que o uso do solo urbano torna-se mais barato há um aumento progressivo na densidade da população cabocla e um constante decréscimo na mestiçagem, como podem ser observadas no mapa as áreas de contorno rosa e vermelho, que juntas são popularmente designadas de Santa Tereza ou de grande Santa Tereza. Os caboclos que se concentram na área periférica passam a sofrer uma maior segregação pelo fator étnico e pelo econômico. Assim, a área periférica da grande Santa Tereza é vista, a partir de inúmeros estereótipos por grande parte dos teuto-brasileiros de Porto Novo, como um lugar violento com concentração de bandidos e vagabundos. De forma recíproca, a população desta área se retrai e sente dificuldades em se integrar às atividades sócio-comunitárias nos espaços de predominância teuto-brasileira.

## **2.2 A segregação do caboclo nos espaços sociais de predominância teuto-brasileira**

### **2.2.1 A segregação do caboclo nas relações de vizinhança**

Em geral, nas tradicionais comunidades rurais, depois da família, é nas relações de vizinhança que acontece o mais intenso convívio humano, é um espaço intermediário entre a família e o povoado na qual se desenvolvem as relações sociais básicas e imediatas da vida camponesa. “As relações de vizinhança, porém, constituem, entre a família e o povoado, uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira, e em função da qual se configuram as suas relações sociais básicas”. (CÂNDIDO, 2001, p.77). É nas relações de vizinhança que as crianças criam seu primeiro grupo de amigos e desenvolvem a criatividade das brincadeiras. Entre os vizinhos, muitas vezes os adolescentes desvendam os tabus do sexo, despertam suas primeiras paixões amorosas e acham seus futuros cônjuges. Também é entre as relações de vizinhança que as famílias desenvolvem a reciprocidade e a solidariedade

da ajuda mútua, buscam a recreação, compartilham a alegria nos momentos de felicidade e a dor na hora da angústia e do sofrimento.

Tanto nas características da identidade camponesa cabocla quanto na teuto-brasileira, as relações de vizinhança sempre estiveram presentes na reprodução e manutenção do campesinato.

Ao se estudar a trajetória da identidade camponesa cabocla de Porto Novo é possível verificar que a interdependência das famílias sempre se mostrou necessária nas suas diferentes atividades produtivas: como nos trabalhos coletivos da extração da erva-mate, na utilização conjunta dos pastos públicos, na criação do porco solto, e a partir da vinda da colonização, nos trabalhos temporários das empreitadas.

As relações de vizinhança não se restringiam só às atividades produtivas, nelas os caboclos também buscavam a recreação, como nas prolongadas prosas e nas modas de viola acompanhadas com chimarrão ou aguardente. A vizinhança também se interligava através de vínculos religiosos, como a festa do Divino do Espírito Santo e a Mesada dos Inocentes; por meio das rezas e da preservação das lendas e histórias de João Maria. No campesinato caboclo as relações de vizinhança são tão fortemente interdependentes que quase sempre o vizinho é, em curto espaço tempo, incorporado à família extensa através dos laços de compadrio ou pelas trocas matrimoniais.

Na análise da reprodução camponesa teuto-brasileira, igualmente como na da cabocla, nota-se a forte interdependência da vizinhança nas atividades produtivas. Neste tradicional campesinato podemos destacar a ajuda mútua nos trabalhos de mutirão<sup>145</sup>, como na construção de casas, estábulos, chiqueiros, cercas, na derrubada da mata e principalmente na colheita. Tal ajuda mútua é muito bem descrita por Cândido (Ibid., p. 88) e que pode ser comparada com os antigos mutirões dos camponeses teuto-brasileiros de Porto Novo:

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal.

---

<sup>145</sup> No campesinato caboclo de Porto Novo os mutirões se desenvolviam mais nas empreitadas e não nas atividades agrícolas, porque estas eram reduzidas devido a precariedade das posses ou pelo pequeno terreno que possuíam, o maior sustento familiar extraíam dos serviços temporários. Já Cândido (2001) no estudo do caipira paulista destaca o trabalho em mutirões e no sudoeste de Minas Gerais este é denominado de *traição* pelo caráter de surpresa em que era realizado ao beneficiado.

O retorno da ajuda mútua não é obrigatório em termos contratuais e tampouco igualitária e simétrica, é esperado em termos de sociabilidade e humanidade com a devolução do gesto.

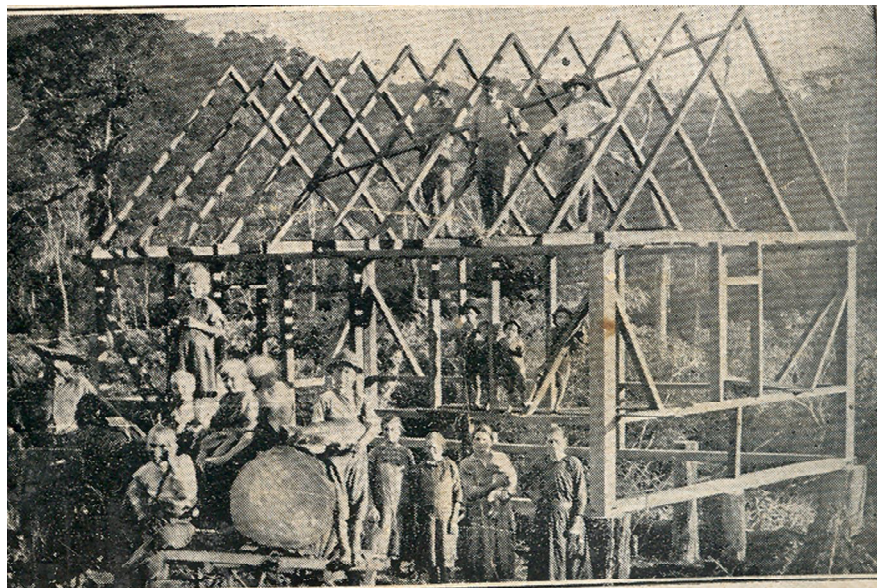


Figura 45 - Ajuda mútua entre vizinhos na construção da casa de um colono. Fonte: MIDELODORF, 1933.

Ainda nas atividades produtivas do tradicional campesinato teuto-brasileiro, é importante mencionar a reciprocidade entre os vizinhos na troca de sementes, mudas, ovos e animais. Além das trocas, levava-se a fêmea em cio ao macho melhor conceituado da redondeza, tudo isso com o objetivo de melhorar a qualidade da genética e aumentar a produtividade<sup>146</sup>. No espaço da vizinhança também se desenvolviam outras relações básicas de sociabilidade: as constantes trocas de idéias através das visitas entre as famílias; o fortalecimento religioso com a reza das novenas em caso de enfermidade; o terço em três noites posteriores à ocorrência de um falecimento; a recreação entre as diferentes faixas etárias e sexo, com destaque para o *Schafkopf*<sup>147</sup>, jogado aos domingos à noite ou em dias de chuva e o local do jogo era revezado entre as residências dos componentes.

Nas relações de vizinhança de ambas as tradicionais identidades camponesas podemos ainda apontar fortes redes de solidariedade, como as trocas de produtos alimentares conforme a escassez de um e a fartura do outro, a oferta de carne no abate de um animal, o empréstimo

<sup>146</sup> Estas trocas também se davam entre as relações de vizinhança da população cabocla, mas acredito que no campesinato teuto-brasileiro eram mais intensas pela maior prática da atividade agrícola.

<sup>147</sup> “Jogo de baralho tradicional da cultura alemã. De herança européia, o jogo é praticamente desconhecido das gerações mais novas. Praticado principalmente em quartetos, mantém uma fidelidade de décadas ao mesmo grupo. Por vezes, a morte de um dos componentes do quarteto cria um vazio nos demais, que, em vez de substituí-lo, preferem abdicar definitivamente do jogo”. (EIDT, 2006, p. 66).

de gêneros de primeira necessidade devido à distância da casa comercial, ou até mesmo ações de caridade ao vizinho mais necessitado.

A prática de uma agricultura de subsistência com técnicas rudimentares, o isolamento, a quase inexistência do capitalismo e as posses pouco diferenciadas entre as famílias, foram fatores que tiveram uma contribuição essencial para o desenvolvimento da ajuda mútua, da solidariedade e da intensa socialização nas relações de vizinhança.

O novo conjunto de técnicas e valores sociais que acompanhou o processo da modernização agrícola, que teve a sua maior intensificação a partir de 1970, trouxe grandes transformações no espaço das relações de vizinhança. A rica rede de solidariedade entre vizinhos foi afetada pela ideologia do liberalismo econômico que estimula a competitividade e o individualismo e o valor da amizade do vizinho mais próximo, em muitos casos, transformou-se numa rivalidade. A hegemonia das grandes corporações sobre a produção através do agronegócio, afetou fortemente a antiga interdependência entre os vizinhos nas atividades produtivas: as trocas de sementes ou animais para o melhoramento genético cessaram bruscamente com a entrada das sementes híbridas, das inseminações artificiais e da total dependência do agricultor com a agroindústria. A troca de experiências de técnicas de produção é praticamente substituída pela informação dos técnicos agrícolas.

A intensificação da produtividade pela modernização e a incorporação do espírito capitalista trouxe ao produtor um maior comprometimento com o serviço na propriedade, a carga horária de trabalho aumentou e em muitas situações a produção passou a ser monitorada 24 horas por dia, independente dos dias de chuva, domingos ou feriados.

A inovação, a ampliação e o melhoramento das redes de comunicação são fatores que reduziram o encontro entre vizinhos. A instalação da rede telefônica possibilitou que muitos assuntos fossem rapidamente resolvidos ou comentados por telefone o que em outro momento resultavam numa visita; a alienação das pessoas à televisão, que também passou a ser um meio de lazer, diminuiu significativamente a costumeira visitação entre as famílias: “Uma vez ia mais passear, que nem hoje, noite de lua, muitas vezes se ia passear, hoje a televisão tirou isso.” (Teuto-brasileiro, 48 anos). O empréstimo e a troca de mercadorias entre vizinhos tornaram-se raros porque a modernização dos transportes e das suas vias tornou o fluxo comercial das empresas mais fácil.

O desigual acesso às modernas técnicas de produção dificultou a ajuda mútua fundamentada na troca de serviços e os agricultores excluídos do processo passam a trabalhar como diaristas nas propriedades daqueles que estão bem economicamente. Tem início a prestação de serviço mediante pagamento pelos proprietários das máquinas.

As relações de ajuda mútua nas atividades produtivas que ainda hoje se desenvolvem entre os iguais na estratificação socioeconômica, não reproduzem mais o laço social entre eles e expressa mais os interesses materiais de cada membro do grupo.

O avanço tecnológico e a acentuada entrada do capitalismo no meio rural não extinguiram por completo a antiga sociabilidade no espaço das relações de vizinhança, principalmente entre as famílias menos capitalizadas onde tais relações continuam sendo extremamente necessárias para a reprodução do campesinato. A visitação entre as famílias, apesar de não ser mais tão freqüente, permanece sendo uma das formas mais comumentes de recreação e sociabilidade. Entre os vizinhos ainda acontecem trocas de idéias e de experiências com relação à produção. A necessidade de se adaptarem ao avanço tecnológico, em muitos casos, provocou o surgimento de associações para a aquisição de máquinas de alto custo. A ajuda mútua que ainda se desenvolve, embora seja mais em benefício material de seus participantes, não pode ser sintetizada puramente como uma relação mercadológica, porque ela também reproduz valores específicos de amizade, de confiança e de responsabilidade.



Figura 46 - Ajuda mútua entre vizinhos e amigos no abate de um suíno: um clima de festividade  
Fonte: Foto fornecida por Odilo Reichert, 2005.

Se em Porto Novo as relações de vizinhança ainda mostram-se importantes na função de uma sociabilidade entre as famílias e na reprodução do seu campesinato<sup>148</sup>, estas se

---

<sup>148</sup> No texto são apenas evidenciadas as relações de vizinhança no meio rural, porque neste espaço elas são mais intensas e muitas vezes ocupam uma importante função na reprodução camponesa. Mas também é preciso

desenvolvem com grande dificuldade entre o grupo étnico caboclo e teuto-brasileiro. As relações de vizinhança da minoria cabocla quase só conseguem se desenvolver dentro das áreas de concentração onde famílias desta etnia estão bastante próximas ou nos aglomerados aonde vão se restringir ao espaço ocupado pelo grupo. Já as famílias caboclas que estão dispersas entre a maioria teuto-brasileira dificilmente criam laços sociais mais profundos junto ao seu grupo de vizinhança. Estas famílias, que geralmente se encontram numa situação de relativa pobreza socioeconômica cujas relações de vizinhança cumpririam uma importante função no seu ajustamento biológico e social, permanecem praticamente isolados nas suas pequenas áreas de terra.

A visitação entre as famílias que moram próximas é atualmente ainda um hábito que desenvolve uma das maiores sociabilidades no meio rural de Porto Novo. No decorrer da pesquisa a campo, durante as entrevistas, verificou-se que caboclos e teuto-brasileiros dificilmente se visitavam, o que também revela a não integração nas demais relações de vizinhança entre as duas etnias:

No teu entender então, as pessoas que vão passear, talvez aqui em São Pedro encontramos muitos de origem cabocla, você acha que o caboclo visita mais o caboclo e o alemão mais o alemão ou você acha que não tem...?

R: Tem, tem separado caboclo, pelo que a gente nota aqui tem. Eu acho que o alemão é mais separado, o caboclo não....os dois lados são separados.

Tem uma dificuldade?

R: Pelos dois lados eles não, eu acho que não se visitam muito. (Caboclo, 30 anos).

Você costuma passear na casa de amigos?

R: Pouco

Nas poucas vezes que tu vai, tu vai nas pessoas de origem alemã também?

R: Não.

Mais entre caboclos?

R: Entre caboclos. (Caboclo, 28 anos).

Um dos motivos mais citados pela não visitação era por não possuírem laços de amizade profunda com pessoas do outro grupo étnico e tal justificativa foi bastante mencionada pelos mais jovens, principalmente teuto-brasileiros, demonstrando que as dificuldades de relacionamento entre as etnias continuam através das gerações.

Costuma visitar famílias de origem alemã?

R: Não, eu só vou na casa do meu sogro, eu nunca quase que vou.

Tem amigos ou amigas de origem alemã?

R: Tenho.

Os teus laços de amizade são tão profundos no lado de origem alemã como também de origem cabocla?

R: Não, eu prefiro mais amizade com os pretos.

---

lembrar que nas áreas de concentração cabocla do meio urbano, as relações de vizinhança formam fortes laços sociais em consequência da segregação que os caboclos sofrem nos espaços de predominância teuto-brasileira.

Você se sente melhor?  
R: Sim. (Cabocla, 22 anos).

Costuma visitar famílias de origem cabocla?  
R: Ultimamente não assim.  
Têm também poucos?  
R: É, têm poucos assim.  
Você tem amigos caboclos?  
R: Poucos, poucos, quase nenhum.  
E amigo tem por acaso um?  
R: Não saberia de nenhum. (risos).  
Então não tem nenhum. (Teuto-brasileiro, 19 anos).

Você costuma visitar famílias e amigos de origem cabocla?  
R: Não.  
Você tem amigos de origem cabocla? De verdade mais?  
R: Ah, de verdade não.  
De laços mais profundos?  
R: Não.  
Você acha que não pode confiar tanto?  
R: Nós convivemos menos, sabe só na fábrica, mas assim fora é muito pouco.  
(Teuto-brasileiro, 28 anos).

Você costuma visitar famílias de origem cabocla? Passear?  
R: Não.  
Você tem amigos de origem cabocla?  
R: Não bem amigos, eu falo às vezes com eles.  
São conhecidos? Não tem laços profundos?  
R: É. (Teuto-brasileiro, 17 anos).

Você costuma visitar famílias de origem cabocla?  
R: Não.  
Você tem amigos de origem cabocla?  
R: Amigos assim, amigos, amigos não, mas eu tenho uns conhecidos que são os clientes lá que eu converso normalmente.  
Então laços profundos você não tem?  
R: Não. (Teuto-brasileira, 25 anos).

Você costuma visitar famílias de origem cabocla?  
R: Não.  
Nem amigos você tem de origem cabocla?  
R: Tenho sim. Como é que vou dizer, tenho conhecidos, amigo, amigo, assim não, não tenho nenhum.  
Então não tem laços de amizades profundos?  
R: Não. (Teuto-brasileiro, 28 anos).

Por parte dos caboclos, a questão da língua também foi apontada como uma das justificativas em não visitar as famílias teuto-brasileiras. Atualmente a fala do dialeto alemão dentro de um grupo onde também se encontram caboclos, muitas vezes, ultrapassa a inocência do hábito cultural e passa a ser utilizada como um instrumento de exclusão da minoria cabocla. Atualmente, são raros os casos em que teuto-brasileiros não conseguem se comunicar a língua portuguesa. O esforço mínimo por parte dos teuto-brasileiros em falar o português na presença de caboclos demonstra uma relação pouco harmoniosa.

Vocês costumavam, quando eram mais jovens, a sair, visitar pessoas na comunidade?

R: Sim.

Vocês visitavam tanto alemães quanto caboclos?

R: Só os caboclos.

Por que é que vocês não visitavam os alemães?

R: Porque não sabiam falar.

Então dificilmente se criava laços de amizade por causa disso?

R: Sim. (Cabocla, 69 anos).

Então você acha que caboclo e alemão não costumam se visitar muito?

R: Não, é por causa que alemão fala alemão daí os brasileiros não entendem, daí que nem fosse só brasileiro daí entendia, aí fica ruim. (Cabocla, 30 anos).

Outra justificativa dada pelos caboclos pela não visita, foi a de que os teuto-brasileiros não são receptivos e pouco abertos para uma prosa:

Tu vai passear também na casa deles? Ou não?

R: Não.

Por que é que talvez não vai passear?

R: Porque se tu chega na casa de um branco é difícil eles te receber, dizer: “Oh, vamos tomar um chimarrão”.

Ah, eles não te convidam?

R: Eles não convidam.

Eles pedem o que você quer?

R: É, pedem o que você quer. [...] Que nem o brasileiro não, se é pra chegar um branco ou preto, vamos tomar um chimarrão né.

Ele convida, ele abre?

R: É, quer almoçar, oferece um almoço. (Caboclo, 38 anos).

Pra falar bem a verdade, em casa dos alemão não se fazia visita, não adianta, não adiantava. Conhecia e chegava na casa do alemão, se proseava um pouquinho ali e se chegava outra gente não proseavam mais, proseavam com os outros, daí não adiantava né. Então nois não visitava quase alemão.

(Caboclo, 90 anos).

Outro motivo apontado por parte dos caboclos é que não há uma reciprocidade de visitas. Segundo os caboclos isto acontece porque os “*de origem*” são pretensiosos e em consequência os “brasileiros” se mantêm reservados:

Você costuma visitar famílias de origem alemã? Visitar, passear na casa de pessoas de origem alemã?

R: Só se é parente nosso senão não.

Você acha que tem uma dificuldade?

R: Não, nunca imos na casa desses alemão que moram aí bem pertinho. [...]

Você acha que a conversa da família do caboclo é diferente do que na família do alemão? Ou por que é que não vão passear?

R: Porque a gente não tem este sistema de ir na casa de alemão né. Porque eles também pouco vem na nossa casa, eles não vêm passear não, só precisando.

Por que você acha que não existe essa visita?

R: Porque eles são pretensiosos e o brasileiro também já ficam reservado, também não vão também.

Então os seus laços de amizades são mais com pessoas de origem cabocla?

R: É, e os genros, os genros também gosto deles também. (Cabocla, 76 anos).



A sociabilidade no espaço das relações de vizinhança, tanto no hábito das visitas quanto na ajuda mútua, necessita de uma reciprocidade entre os seus participantes. As trocas recíprocas entre os dois grupos étnicos são dificultadas tanto pela condição socioeconômica inferior do caboclo como pelas diferenças culturais, que parece ter um peso maior.

A cultura constitui a herança social do ser humano; as culturas alimentam as identidades individuais e sociais no que elas têm de mais específico. Por isso as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras. (MORIN, 2005, p. 64b).

O estranhamento cultural entre indivíduos etnicamente diferentes propicia o desenvolvimento e a manutenção de preconceitos, estereótipos e xenofobias, como podem ser identificados nas declarações feitas por uma teuto-brasileira no trecho da entrevista abaixo:

Que nem vocês quando eram novos moravam em Bonita, tinha caboclos?

R: Ali havia muitos, havia caboclos e italianos, a maioria era italiano sim.

Daí vocês iam passear nos caboclos?

R: Sim, nós íamos nos italianos e os italianos vinha na nossa casa. Tinha poucos alemães então a gente se misturava muito.

E nos caboclos vocês iam também?

R: Sim, nós íamos passear nos caboclos, tinha uns lá em Bonita, pro lado lá pra dentro em Raigão tinha alguns morando.

Vocês iam mais passear neles ou nos outros?

R: Nós íamos mais nos italianos porque tinha mais e eles tinham a mesma cor, era mais fácil. Porque no negro a gente ainda sempre sentia vergonha de ir e por cima ainda um pouco de medo, porque antigamente se a gente via um negro fugia porque se tinha medo.

Por quê? Alguma vez um negro já fez alguma coisa pra vocês?

R: Não, mas muitas vezes eles estavam bêbados, então a gente era criança pequena daí sempre se tinha medo quando passava por um. Eu lembro que quando nós íamos em Pitangueira na aula, nós muitas vezes corríamos pra dentro do milharal quando nós víamos um negro vindo, nós fugíamos até ele passar então nós íamos atrás.

Só quando ele tava bêbado ou simplesmente quando era um negro?

R: Precisava ser somente um negro. Eu acho que os velhos já sempre diziam: “Olha, negro não presta”.

“Cuidado um negro está vindo”. ? (risos).

R: Sim, sim, isso acontecia antigamente quando se chegava tarde em casa, então a gente tinha que vim cedo. Nós até quando íamos passear voltávamos cedo porque se dizia: “Venham rápido pra casa porque os negros vêm”. Pra nós um negro era alguém terrível, tínhamos medo.

Você acha porque desde cedo isso foi ensinado?

R: Sim, isso é porque desde pequeno foi insistido em nós: “Olha, negro é uma coisa feia”. Por isso hoje ainda se tem medo de um negro. Se eu vejo um negro isso sempre me choca, diferente do que se um alemão viesse. Primeiro porque já não o conhece e os alemães que estão por aqui a gente conhece todos, mas se vem um negro a gente sempre teria que...

Mas o vê de forma diferente do que um alemão que não conhece?

R: Sim, e o mesmo com os bugres que sempre estão caminhando por aí, deles eu também tenho medo. Um uma vez me ameaçou aqui no pátio com uma faca, ele estava bêbado e a partir de então tenho medo, se vejo um bugre fujo. (risos). (Teuto-brasileira, 55 anos).

A reciprocidade nas relações de vizinhança é construída pela afinidade, amizade e confiança. Enquanto predominarem os preconceitos, as desconfianças e as aversões entre os dois grupos étnicos, a minoria cabocla permanecerá segregada nos espaços das relações de vizinhança onde vigora a supremacia teuto-brasileira.

### 2.2.2 A segregação do caboclo no espaço religioso

No período da colonização de Porto Novo, mais especificamente entre os anos de 1926 a 1960, a Igreja católica mantinha o monopólio religioso absoluto sobre a colônia. Mas a partir de 1962 passa a haver uma infiltração de agentes religiosos da Igreja Pentecostal<sup>149</sup> Assembléia de Deus, como deixa registrado o padre da paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga: “Vieram dois pastores da Assembléia de Deus à Barra do Macaco”. (Livro Tombo 1, 16/08/62, f.38). Tal grupo religioso se instalou definitivamente em Porto Novo em 1976<sup>150</sup>: “A seita Assembléia de Deus inaugurou hoje o seu templo em Itapiranga numa casa alugada atrás do cemitério”. (Livro Tombo 3, 08/08/76, f.50). Em 2006 a Assembléia de Deus completou 30 anos de permanência no município de Itapiranga e estende suas ramificações pelo território de Porto Novo e arredores, como explica a reportagem do Jornal Força do Oeste (20/04/2006, p. 11):

---

<sup>149</sup> As Igrejas pentecostais enfatizam o poder do Espírito Santo na vida do crente. Elas nasceram de um movimento liderado pelo pastor John Seymor nos Estados Unidos no início do século XX, que tinha como objetivo resgatar o fervor religioso e o entusiasmo que eram a marca das primeiras comunidades cristãs. Conta à lenda que o pastor teria provocado tal onda de fervor religioso que os fieis começaram a falar em línguas estranhas. Isso seria uma evidência da presença do Espírito Santo e da possibilidade de recriar um Pentecostes. (JORNAL DOS AMIGOS, 2007).

<sup>150</sup> A partir de 1970 teve a entrada de algumas famílias teuto-brasileiras luteranas, que em 1982 iniciaram a construção da sua igreja no bairro Jardim Bela Vista. Apesar de no início terem provocado certa aversão aos católicos, atualmente conseguem se integrar muito bem ao meio social dos demais teuto-brasileiros.

## Assembléia de Deus completa 30 anos



**Itapiranga** - A comunidade da Igreja Assembléia de Deus iniciou no município em 1976 com o pastor José Campos de Barracão/Paraná. Ao longo dos 30 anos deste ministério, passaram vários pastores, imbuídos do mesmo ideal de evangelizar, orar por causas divinas, pela libertação e prosperidade, onde muitas pessoas criam, convertendo-se a Deus, aderindo a este ministério do qual, pastor Aldori da Silva é convertido desta cidade desde 1976.

- Passados os anos, cresci neste ministério. Fui missionário em três cidades de Minas Gerais. Trabalhei no Sudoeste do Paraná e em várias cidades de Santa Catarina. Hoje sou pastor presidente da Igreja de Itapiranga, Iporã, Santa Helena, SJO e Tunápolis, que goza de bom desenvolvimento em conversão de vidas à Cristo Jesus. No mês de fevereiro batizamos novos crentes e temos outros para serem batizados ainda antes do inverno. A igreja Assembléia de Deus se destaca pelo ensino da palavra de Deus, pelas profecias, revelações e milagres que vêm acontecendo nas reuniões, através dos ministros, que todas as quintas-feiras, sábados e domingos se reúnem para adoração a Deus -, ressalta Aldori.

Além dos fiéis da Assembléia de Deus, Porto Novo passou também a ter, em menor número, adeptos de outras Igrejas pentecostais e neopentecostais, como a do Evangelho Quadrangular, Só o Senhor é Deus, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus e entre outras. Apesar da atuação deste movimento pentecostal, a Igreja Católica mantém uma forte hegemonia no campo religioso de Porto Novo.<sup>151</sup>

Durante a pesquisa a campo verificou-se que os adeptos destas religiões pentecostais são predominantemente os caboclos. No meio rural são absolutamente todos desta etnia (estando incluídas famílias mistas)<sup>152</sup>, tanto que é comum encontrar-se uma pequena igreja de “crentes” junto a um aglomerado.

<sup>151</sup> No Censo 2000 a população católica de Porto Novo era de 96, 59%. (IBGE, 2000).

<sup>152</sup> No Censo de 2000 96% da população católica de Porto Novo se considerava branca enquanto que por parte da evangélica de origem pentecostal a proporção era de 64, 39%, mas a porcentagem de caboclos nas igrejas pentecostais é bem maior a esta proporção por uma parte da população classificada nesta etnia se considerar branca. (IBGE, 2000).



Figura 47 - Igreja da Assembléia de Deus da comunidade de Aparecida. Fonte: Patrício Reichert, 2006.



Figura 48 - Igreja da Assembléia de Deus da comunidade de São Pedro. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Com o objetivo de tentar melhor compreender porque os caboclos tornam-se mais facilmente “crentes”<sup>153</sup> do que os teuto-brasileiros, foram realizadas entrevistas com o padre da paróquia de Itapiranga, com católicos de origem alemã, com o pastor (e sua esposa) da

<sup>153</sup>

São assim generalizados pelos católicos os adeptos das religiões pentecostais.

Assembléia de Deus da comunidade de Aparecida e com caboclos que se converteram para o lado dos “crentes”.

No entender do padre, os teuto-brasileiros possuem a tradição de uma antiga herança religiosa católica fortemente estruturada e com base familiar, o que faz com que dificilmente se tornem “crentes”, ao contrário dos caboclos que não tinham tal base religiosa, fazendo com que muitos não se adaptassem ao catolicismo oficial:

Por que tem um grande número de caboclos que viraram crentes?

Os caboclos ainda não tinham uma base de religião, precisavam ser endireitados, assim muitos não se adaptaram à verdadeira religião de Cristo, nós também não podemos aceitar tudo de qualquer forma. Os alemães já criaram a base com a família e de uma herança religiosa muito antiga e fortemente estruturada. É difícil que um de origem alemã vai para o lado dos crentes. Se acontecer é na maioria das vezes por desavenças com o padre ou o grupo religioso, porque o de origem alemã tem dentro de si de defender a sua posição ou idéias acima de todas as coisas.

[...]

E também por não ter uma base religiosa católica tão estruturada, o caboclo se deixa convencer facilmente a trocar de religião.

Nas falas do pároco, que já em 1962 iniciou a sua assistência religiosa em Itapiranga, podemos perceber nitidamente a concepção da Igreja Católica sobre a cultura cabocla e as práticas do seu catolicismo popular. Os caboclos “precisavam ser endireitados” para se adaptarem a “verdadeira religião de Cristo” que não “pode aceitar tudo de qualquer forma”. Assim, fica claro de que os caboclos deveriam se adaptar às normas da Igreja Católica e não ela às características da identidade cultural cabocla. Neste processo autoritário de catequização muitos caboclos não se enquadraram às imposições do catolicismo oficial.

Na entrevista com os teuto-brasileiros, alguns argumentaram de que não haveria motivos de trocarem de religião porque Deus seria o mesmo:

Você antes já disse que vai pontualmente à igreja. Vai cada sábado ou domingo. Você trocaria de religião? A católica por uma outra?

R: Não, não adianta trocar, o sentido é o mesmo, Deus igual é o único. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Você chagaria a trocar de religião?

R: Não, porque todas as religiões são certas, porque em todas as religiões tem caras legais e todos temos o mesmo Deus. Em todas as religiões têm idealistas e gente boa, mas também em todas as religiões tem os caras que não valem nada, isso tanto faz se é crente ou católico, protestante, luterano, em todas as religiões tem gente 100%. Mas também na política é a mesma coisa, em cada partido tem gente legal, idealistas que querem mudar o país, mas também têm outros que arrasam aquilo que uns constroem, isso na religião e na política é a mesma coisa. (Teuto-brasileiro, 91 anos).

Por que vocês não iam trocar?

R: Porque os outros não estão melhores que nós também. Por que a filha mais velha do meu irmão casou com um evangélico, então ele foi para o padre e ele não queria

aceitar porque ele era um evangélico. O padre então disse: “O mais importante que os dois se combinem porque o Deus é um só”. Então a conversa estava no fim, Deus só existe um, o importante que os dois se entendam. (Teuto-brasileiro, 50 anos).

Mas a maioria dos teuto-brasileiros entrevistados confirmou a hipótese anteriormente já apontada pelo antigo pároco de Itapiranga. Em geral, eles não trocariam de religião porque entendem que o catolicismo faz parte de uma tradição cultural incorporada a partir da família desde o nascimento e que deve ser preservado para a vida inteira.

Você costuma ir sempre à missa?

R: Sim.

Pontualmente cada final de semana?

R: Sim.

Você trocaria de religião?

R: Não.

Por que não?

R: Não porque eu aprendi a religião e eu acho que a gente conserva isto, porque desde pequeno a gente está nisto e a gente se formou na religião e então eu quero ficar nisto. (Teuto-brasileiro, 84 anos).

Hoje você costuma ir sempre à missa?

R: Eu costumo cada domingo.

Você trocaria de religião?

R: Não, eu não, eu não trocaria não. Porque pra mim é o seguinte, se tem um domingo sem culto ou sem missa não é domingo pra mim.

Você não trocaria por sentir-se satisfeito com esta religião ou porque está na sua herança cultural? Ou por quais motivos você não trocaria?

R: Eu vou dizer o seguinte, porque nós fomos criados no catolicismo e eu acho que esta religião que nós temos deve ser boa, eu não vou dizer que é a melhor, mas ela é boa pra mim. Então eu não prefiro trocar ela. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Hoje você costuma freqüentar a missa?

R: Sim quando tenho condições.

Antes quando você tinha melhores condições você freqüentava cada semana?

R: Era difícil de eu em domingo faltar na igreja.

Você trocaria de religião?

R: Não, eu só quero ser uma vez batizado. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Costuma ir sempre à missa?

R: Sim, quase cada final de semana.

Trocaria de religião?

R: Não, porque a gente não tem conhecimento de outras religiões, como eles são, e pra nós esta aqui está boa. Nós desde pequenos aprendemos assim e se agora era pra entrar numa outra religião a gente ia achar que não é certo. E eu acho que pra nós também não é certo porque daí teríamos que aprender tudo de novo, portanto a católica é a certa, a gente aprendeu assim desde pequeno, daí agora trocar a gente acharia que seria pecaminoso e que a gente não poderia fazer.

Por que você vai todo sábado à missa?

R: Eu sempre acho assim: “Pedir receberei”. E então é um costume muito grande, então se agente uma vez não vai, facilmente se desacostuma, e então a religião também dura menos. A oportunidade de rezar está em toda parte, mas na maioria das vezes a gente só lembra quando está dentro da igreja. Daí a gente pensa se num sábado não vai à igreja fazer a sua oração daí tu acha que isso não é certo, daí a semana não está completada, isto faz parte da semana. (Teuto-brasileira, 56 anos).

Trocaria de religião?

R: Não.

Por que não?

R: Porque eu vejo assim, cada um assim, que a gente, que a primeira coisa que a família escolhe quando a gente nasce é a religião. E eu acho que cada um na religião que nasce deve respeitar e ficar nesta mesma religião. (Teuto-brasileiro, 26 anos)

Porque é uma cultura, em primeiro lugar é uma cultura. Desde pequeno nós fomos à missa, antes de saber o que era igreja eu ia, freqüentava. E hoje eu vejo isso como um lugar de bem, a Igreja como um lugar de bem, onde o motivo de você se reunir na Igreja é um motivo de bem, porque você quer um bem pra outras pessoas, um bem pra si mesmo. Então é diferente do que ir num presídio, por exemplo, porque lá seria... Ou num baile fank, lá você não vai pra fazer o bem ou pra querer o bem com as outras pessoas sempre. E na igreja, geralmente as pessoas que mais vão lá... E você vê outras pessoas, você conversa com outras pessoas também e é da cultura, cultura de ser da religião católica. (Teuto-brasileiro, 24 anos).

Dentro desta tradição católica muitos incorporaram o hábito de ir semanalmente à igreja de tal forma que “um domingo sem culto ou sem missa não é domingo”, ou se não for “à igreja fazer a sua oração [...] a semana não está completada, isto faz parte da semana”. Mas este hábito não é apenas impulsionado pela tradição ou pela fé, a igreja, principalmente no meio rural de Porto Novo, continua sendo também um ponto de encontro para as pessoas da comunidade. Como pode ser observado na entrevista abaixo:

Você costuma ir sempre à missa?

R: Pouco.

Qual seria a intensidade que se podia dizer, por mês ou por ano?

R: Olha. Não que hoje estou muito na igreja, mas eu, por exemplo, se eu é para ir aqui à igreja eu não vou.

Por quê?

R: Não sei, se eu é para ir sozinho, eu nunca fui, as pessoas são diferentes. Quando eu ainda esta lá em casa eu gostava de ir à igreja. Mas também aqui eu trabalho sábados, vou pra casa domingos de manhã e até chegar lá em cima a missa já começou, e sábados eu tenho que trabalhar.

Agora você praticamente não chega mais a missa?

R: Não mais.

Porque você gostava de ir no interior?

R: Eu gostava de ir, era bonito, domingos de manhã se ia pra missa, encontrava os seus amigos, podia conversar.

Por não encontrar os seus amigos e não poder conversar, talvez por isso tu não vai aqui?

R: É. Isso também pode ser, se a gente tivesse conhecidos que fossem junto, daí a gente também ia, se é para domingos de manhã aqui se arrumar sozinho e ir sozinho pra baixo na missa, eu não vou. (Teuto-brasileiro, 28 anos).

Para o jovem teuto-brasileiro o mais interessante no seu hábito de ir à igreja era encontrar com os seus amigos. Quando emigrou do interior de Porto Novo para a cidade de Itapiranga a igreja deixou de ser este ponto de encontro e com isso ele perdeu o hábito de freqüentá-la. Este exemplo nos mostra que no meio rural a igreja é muito mais que um espaço de oração, é um ponto de encontro e de identificação, um lugar de socialização, é a célula da comunidade porque em torno dela gira a sua vida social.



Figura 49 - Igreja católica da comunidade de Popi. No meio rural a igreja é um importante ponto de encontro de sociabilidade entre os membros da comunidade. Fonte: Patrício Reichert, 2007.

O casal de pastores da comunidade de Aparecida também citou a tradição católica enraizada na cultura teuto-brasileira de Porto Novo como o principal fator que dificulta esta população mudar de religião, e destacou ainda, a existência de uma segregação religiosa devido o preconceito dos católicos tradicionais em relação aos “crentes”:

Então a origem alemã, eles vem de uma origem, é um tipo de uma tradição. O católico que é católico tem que morrer católico, o evangélico é pra lá e o católico é pra cá, então nós estranhamos. Nós aqui não temos quase amigo católico, mas lá pra nossa região os nossos amigos maior ai eram católicos e aqui não, aqui é assim, o evangélico fica pra um lado e o católico fica pro outro e na verdade não podia ser assim. Porque não faz nenhum crime você vim para a nossa igreja, assistir um culto, ouvir uma leitura da bíblia, ouvir um hino, não é nenhum crime, né.

[...]

Daí o alemão, o de origem alemão, aqui pra cá né, aqui é difícil um alemão que mude né a sua religião, tem poucos, muito poucos, a maioria é o caboclo né, pra cá é muito pouco. Mas é que eles têm aquela tradição, eles vêm com aquela tradição, então é difícil eles acreditar na mudança. Existe, não vamos se dizer um racismo, mas é quase parecido com o racismo. (Pastora da Assembléia de Deus).

Morin (2005, p. 118-119c) explica a posição dos teuto-brasileiros tradicionalmente católicos: “Aquele que obedece ao *imprinting*<sup>154</sup> e à norma está inteiramente convencido das

<sup>154</sup> “O imprinting é a marca sem retorno imposta pela cultura, primeiramente familiar, depois social, e que se mantém na vida adulta. Inscreve-se no cérebro desde a primeira infância por estabilização seletiva das sinapses. Essas inscrições vão marcar irreversivelmente o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir”. (MORIN, 2005, p. 208c).



verdades nele gravadas e, em consequência, do caráter mentiroso ou diabólico das verdades oriundas de outros *imprintings*”.

No entender da pastora, os de origem alemã já seriam pessoas socialmente mais corretas e, portanto, não sentiam a necessidade de mudar de religião, argumentou ainda, que entre os teuto-brasileiros quem transgride normas e valores de convivência social é excluído pelo seu próprio grupo:

R: E o alemão quando toca de ser certinho, ele é certinho né, então ele tem aquilo na cabeça: eu não jogo, eu não bebo, eu não faço isso, eu não faço aquilo, pra que eu mudar de religião né. E o caboclo já tem aquela mentalidade que ele errou, mas ele tem plano de mudar de vida, e o alemão é teimoso.

[...]

Só que eu conversei uma vez com uma pessoa alemã, aquela pessoa alemã me disse assim oh: “O alemão é difícil errar, mas quando erra nós discriminamos”. Então ele tem aquele racismo dentro dele mesmo com os próprios.

Se ele não se enquadrar na cultura deles...?

R: Eles mesmos discriminam. Isto eu percebi porque nós era muito amigo de um alemão né, e é mesmo, ele disse: “Oh, eu tenho o meu cunhado lá, fulano de tal, assim, assim, que ele errou, ele fez isto e isto e aquilo. Mas nem nós o considera alemão”. (risos).

Entre os teuto-brasileiros, o catolicismo está fortemente incorporado à sua tradição cultural e ir para o lado dos “crentes” é algo inaceitável que transgride um dos valores mais preciosos de identificação do grupo: a religião. Assim, relata a pastora, muitos de origem alemã não fazem parte dos “crentes” porque temem a sua exclusão do meio social teuto-brasileiro:

Então você acredita que muitos alemães não vão pro lado dos evangélicos com o medo de serem excluídos no próprio grupo?

R; Sim, muitos. Muitas pessoas aqui desta comunidade mesmo, que a gente já conversou com eles, eles dizem: “Acho bonito religião, gostamos, mas o fato que...”.

[...]

Porque muitos alemães, eles preservam aquela tradição nem que eles acham bonito a nossa religião. Tem gente que pede oração, passam bilhetinho, tudo, mas não querem que contem pro outro fulano, porque daí o outro discrimina ele. Eles são racistas entre eles mesmos também.

Então como talvez o caboclo não esteja nesta tradição alemã é mais fácil?

R: É mais fácil. Porque entre os caboclos, vamos supor nós três aqui caboclos e nós começamos a ler a bíblia, nós concordamos, porque se você ir falar com o teu amigo que é caboclo, ele não vai te recriminar.

Ah, então não existe esta discriminação entre os caboclos dentro do grupo? A exclusão porque ele é crente?

R: Não. Então começa assim, se nós estiver aqui, três alemão aqui. Nós somos três alemão e descobrimos que o melhor objetivo é nós ler a bíblia e acompanhar a bíblia, porque nós estava na nossa religião né. Aí vem aquele medo: como é que fica o meu amigo? Porque eles são unidos na comunidade deles. Como é que fica o meu vizinho? Como é que fica o meu amigo? Meu parente? Ai, como é que fica? Eles não vão aceitar, assim é.

O que não pode se deixar de considerar na tradição católica teuto-brasileira é a forte influência da Igreja sobre a família, a escola e o meio social nas tradicionais comunidades camponesas. Esta herança ainda hoje traz a sua marca na organização sócio-comunitária, onde a identificação religiosa, a partir da Igreja, cria uma interdependência sobre as demais atividades sociais. A harmonia da comunidade se sustenta por uma ética social fundamentada em normas e valores morais: “O sentimento de comunidade é e será fonte de responsabilidade e de solidariedade, sendo estas, por seu turno, fontes de ética”. (MORIN, 2005, p. 22c). E como em outro agrupamento humano qualquer, o indivíduo que transgredir os valores que sustentam a ética social da comunidade, dela é excluído. Mas o que certamente diferencia estas comunidades teuto-brasileiras de muitos outros espaços sociais é a intolerância e a severa condenação aos membros que provocam algum deslize na conduta moral. No entanto, tal fato não precisa ser analisado como uma patologia social, numa comunidade bastante altruísta é comum o atrofamento na autonomia individual.

O caboclo, não tendo na sua herança cultural a incorporação dos dogmas do catolicismo oficial e nem uma estruturação sócio-comunitária idêntica a dos descendentes alemães, sente uma grande dificuldade em se integrar à ética social das comunidades teuto-brasileiras. Não conseguindo se adaptar às normas e ao código das comunidades estruturadas pelos colonos, mais vitimado pelo preconceito étnico-racial, o caboclo é excluído e se exclui da maioria dos espaços sociais, onde prevalece a supremacia cultural dos “de origem”.

Fazendo parte de uma minoria étnica segregada socialmente, a população cabocla sente dificuldades em manter a sua reprodução social dentro dos moldes do seu modo de vida tradicional, e por outro lado, não consegue se adaptar ao sistema social predominante. Neste estado de esquizofrenia cultural, o caboclo é muitas vezes dominado por sentimentos que afetam a sua auto-estima, como o ressentimento e a depressão. Nessas condições psíquicas e sociais enquadram-se no público alvo ideal das Igrejas pentecostais. Nelas seus antigos traços culturais, como a bebida, o fumo, a festa, o uso da violência física em nome da honra, a sua cultura do provisório marcada por uma vida de imprevidência e sem acúmulos, é condenada pelos evangelizadores como sendo vícios e comportamentos demoníacos. Os caboclos convertidos geralmente tornam-se socialmente mansos e submissos à persuasão dos agentes religiosos, que prometem a cura de todos os males pela força do Espírito Santo e oferecem o caminho da salvação da alma.

Durante a entrevista a pastora confirma de que os aliciados a se integrar a sua Igreja são muitas vezes pessoas deprimidas e excluídas da sociedade, características que se enquadra em grande parte dos caboclos de Porto Novo:

R: Porque às vezes tem pessoas depressivas que começa ler a bíblia e começa a ver que é uma grande verdade, começa a ter fé, daí começa a melhorar. Daí quando vai nos evangélicos, a igreja evangélica, aquele povo evangélico lá recebem aquela pessoa com gesto de carinho, que o depressivo precisa de um carinho, precisa de uma força maior que é dela né. Daí começa a ter fé, começa a acreditar, daí começa a ir.

[...]

R: Ele já vive entre os alemães, é um caboclo, às vezes não tem a mesma aceitação, ele está no meio da sociedade junto com eles, começa a se encontra sozinho, começa a entrar em depressão. O caminho da depressão é a pessoa se encontra sozinha.

A solidão.

R: A solidão. Começa a faltar amigo, começa a faltar às vezes coisas dentro de casa. Falta emprego. Todos aqui já estão bem colocados e aquela pessoa começa... Só que ela é um ser humano, ele é uma vida, é uma alma que tem aí pra dentro. Então, o que é o objetivo do evangélico? A questão do evangélico é ir lá vê se consegue resgatar esta alma.

A resposta de uma cabocla idosa coincide com a argumentação dada acima pela pastora, ela e seu marido tornaram-se “crentes” porque ali passaram a ter maiores amizades, receberam mais atenção e carinho, ao contrário do que quando estavam na Igreja Católica:

R: Então nois passamos na Igreja crente, porque na igreja crente nois tinha mais amizade. Eles visitavam a gente quando tava doente, eles fazem oração, daí tinha os pastor que vinha levava nois na igreja lá, faziam um agrado, faziam oração. Como por último tinha um pastor que nois ia daqui na igreja daí eles vinham nois trazer em casa de noite, de carro traziam aqui em casa. Daí nas quintas feiras eles faziam culto aqui, de noitezinha eles faziam culto. Daí a gente é contente, e o senhor sabe, a gente procura a pessoa que tem mais amizade com a gente, e convida né e faz mais agrado pra gente.

Vocês acham que a Igreja lá não fazia muita questão que vocês vinham?

R: Na igreja e no hospital. Como até mesmo as irmãs<sup>155</sup> né, elas não deviam... O que é que o senhor acha? Elas não deviam de ser deste jeito, elas tinham que ter paciência e conversar com a pessoa e não abusar né, mas elas xingavam, xingavam [...]. (Cabocla, 69 anos).

Outro motivo bastante apontado pelos caboclos por terem virado “crentes”, especialmente pela ala masculina, foi para alcançar um meio de se livrar de vícios mundanos da boemia, como o jogo, o fumo e principalmente a bebida alcoólica. Isto pela incorporação de uma disciplina comportamental conseguida através do ensinamento religioso.

Por que você trocou de religião? Antes você era católico, né?

R: Sim, eu era católico, antes eu era católico, mas a própria minha gente mesmo é, filhos, tudo são crente, tudo eles, tudo, tudo são crentes. Então a explicação, eles começaram a me explicar toda a bíblia, o que era e o que não era, as coisas que Deus não se agarrava de fazer. Como beber, este negócio de álcool, já ta indo pro segundo ano que eu não sei o que é botar um álcool na boca, não gosto, porque o álcool só pode estragar a pessoa. Olha como tem aqui o compadre Pedro, o homem vai falar com ele, ele chia e não fala, tudo da cachaça né, cozinhou, ele ta cozido por dentro. E depois o álcool não traz bons resultados, de jeito nenhum. O senhor pode se dar

<sup>155</sup>

O Hospital Sagrada Família de Itapiranga encontra-se sob a direção das Irmãs da Divina Providência desde a sua fundação em 1938.

como se dava, às vezes por qualquer palavra com a pessoa o senhor se ofende porque a gente já ta no álcool né, a pessoa se ofende com a pessoa. Se agente nunca bebe, o que a gente fizer faz ao natural né, o negócio de álcool, que enche de álcool estas coisas. Porque eu bebia antes sempre, daí quando eu conheci o evangélico, daí larguei, não bebi mais e me sinto bem. Talvez, porque agora já tou com 84 anos, talvez se eu continuasse a beber como eu bebia, aqueles tempo eu bebia no bar já, assim, eu pra minha idade eu ainda tou forte né. (Caboclo, 84 anos).

Hoje você é de que religião?

R: Eu sou da Assembléia.

Você sempre era católico um tempo?

R: Sim.

Porque você virou?

R: Faz 14 anos que eu sou crente.

Porque você foi pro lado dos crentes?

R: Olha. Isso ali sabe por quê? Porque os crentes têm meios de tu se manter um pouquinho melhor né, tu não bebe, tu não joga, tu não fuma. Aí tu pega no clima deles, e assim, no tempo do católico eu sei que tu pode jogar, tu pode fumar, tu pode beber, só que eu sempre digo que Deus é o mesmo, ele não vai mudar, é um só. Só que tem este meio ali que divide um pouco né.

Você acha que ajudou muito?

R: Pra mim ajudou e pra mais tipos de gente que ficaram crentes ajuda bastante.

E hoje a bebida, o fumo e o jogo não te fazem falta na vida?

R: Nunca fez. O que eu não quero não faço. Já faz 14 anos que deixei disso ali. (Caboclo, 49 anos).

Por que você virou crente? Evangélico?

R: Porque sempre no tempo atrás a gente gostava muito de beber, muitas vezes em que bebe, a gente as vezes fica meio violento as vezes. Isso não presta isso é coisa que não ajuda pra lado nenhum, só dá destrimento. Então pensei de ficar evangélico, daí isso aí a bíblia proíbe tudo essas coisas. Não bebe, não fuma, não joga, não faz nada dessas coisas.

Você acha que sem o apoio da religião você talvez não tivesse conseguido?

R: É. Se não tivesse um pastor que fosse me trazer pra esse caminho eu não... Não fazia coisa fora do limite, porque nunca matei ninguém, nunca cortei ninguém, isso não foi, mas sempre gostava de beber e isso não presta.

Melhorou a vida depois que você virou crente?

R: Graças a Deus, graças a Deus melhorou muito.

Melhorou em que sentido?

R: Tudo, porque a pessoa que toma muito né e já não se interessa por muita coisa, não se interessa pelas coisas e ainda, além de tudo, ainda puxa muita doença, faz doença, depois acaba a família sofrendo. (Caboclo, 48 anos).

Sem beber, fumar e jogar, os caboclos convertidos melhoram de saúde, arrumam menos intrigas sociais e familiares, e apesar de continuarem financeiramente pobres melhoram a sua condição econômica. Avaliam assim uma melhoria no nível de suas vidas quando comparam o tempo de católico (o tempo da desgraça, do vício e do pecado) com o tempo de “crente” (o tempo da tranquilidade, da saúde e da paz).

A promessa de milagres para a cura de doença também chega a ser um dos motivos de se converterem para uma religião pentecostal, como relata a cabocla na entrevista abaixo, que diz ter-se curado na igreja dos “crentes”:

No seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?

R: Mas olha, uns dizem que tem milagres na igreja crente né, tem curas, tem milagres e coisas assim né.

Você já foi crente?

R: Já fui.

E tem milagre lá?

R: Tem, tem bastante. Se tu tem fé, agora se tu não tem fé não adianta tu querer ir lá. Você tinha fé?

R: Eu tinha muita fé.

Você já resolveu algumas coisas?

R: Sim, eu fui parálitica uma época, eu acho que fiquei três meses parálitica, me curei lá na igreja dos crentes.

Por que tu voltaste de novo a ser católico?

R: Ahh, não deu certo, sabe daí eu tinha muita confusão com o meu marido.

Ah, ele não era?

R: Não. Daí eu pensei em voltar pra católica.

E terminou a confusão quando você voltou a ser católico? Resolveu a confusão?

R: Não, não resolveu nada, resolveu depois que nós separamos, não era este o problema.

(Cabocla, 41 anos).

A pastora da Assembléia de Deus da comunidade de Aparecida também confirma ter conseguido a cura através da fé:

Porque às vezes, eu oh, eu tava numa UTI, 16 dias numa UTI, eram duas pontes de safena. Meu corpo é tudo arrebentado porque o meu organismo não aceitava o sangue por causa das hemorragias, arrebentava tudo. Por quê? Eu morri e vivi de novo, porque a fé, a gente acredita, tem aquele objetivo, é acreditar.

Por fim, outra justificativa ainda apresentada pelos caboclos por terem se tornado “crente”, e que merece uma atenção mais destacada, é a denúncia de terem sofrido uma exclusão no meio católico, como é relatado nos trechos das duas entrevistas abaixo:

Vocês iam ali ao centro também? Na igreja matriz?

Ela: Nois fumo, nois fumo muitas vezes lá.

Ele; Mas depois que nois fumos uma vez lá, aí eles faziam farra de nois, daí nois não fumo mais, nunca mais fumo na igreja.

De que forma eles faziam esta farra?

Ela: Era em tempo de natal né, eu me lembro tão bem. Era uma vela na cabeça, assim segurando e quando deu-se o caso que nois cheguemos com todos os moradores, juntamos uns quanto conhecido e fumo tudo junto lá. Daí eu não tinha muita prática de entrar na igreja sabe, como é que era o jeito o sistema deles né. Então eu cheguei onde ele sentou, mas era o meu marido, nos estava junto né, onde ele chegou eu cheguei e sentei, sentei a par com ele ali e fiquei quieto. Daí viram as outras também lá, que tavam lá, os parentes que estavam sentados. Então eles começaram com as velas na mão e passaram por lá e olhavam pra nois e davam risada né.

As irmãs?

Ela: É. As irmãs olhavam pra nois e davam risada, e eu fiquei com aquilo. E falavam baixinho ainda, falavam baixinho né.

De vocês?

Ela: De nois, é de nois. E eu toda a vida, não nego, eu digo uma coisa pro senhor e cansei de dizer, aqui em casa mesmo eu disse: se a pessoa tem uma coisa contra a pessoa chegue e fale na hora, não fale cochichado, não fale pelas costas, porque se eu tenho uma coisa pra falar eu chego e falo ali a coisa assim e assim.

Então por causa disso vocês deixaram de freqüentar a missa lá na matriz?

Ela: Então nois deixamos de freqüentar a missa ali. (Casal de caboclos, 69 (ela) e 90 (ele) anos).

Qual seria o motivo de vocês irem para o lado dos crentes?

R: Pra nois seguir esta Igreja?

Sim e não mais a Católica? Vocês eram católicos antes, depois vocês foram para o lado dos crentes, por que vocês fizeram isso?

R: E eu, muitas vezes que eu ia lá em cima na outra igreja lá, mais é alemão, daí o padre, venho os capuchinhos, daí ele foi: “Agora vocês que não compreendem alemão, ta na hora do sermão”. E aquele que não compreende alemão diz: “Vai lá na escola, tem um sermão com um outro padre lá daí, então o padre vai lá e dá um sermão para aqueles que não compreendem alemão”. E eu achei feio porque ele podia fazer o sermão em brasileiro na igreja, e nois ter que ir lá na escola que nem aluno. Eu levantei e daí eu disse para os companheiros, pros filhos, pra mulher. Nois fomos tudo: fui eu, minha mulher, as crianças, a minha sogra, o Edmundo que morava ali, uma família que venho, fomos tudo. Daí ele me saiu com aquela furada, mas parece que nem é padre, isso é ministro. Diz: “Eu vou pra casa, não vou lá, não sou piá”.

Daí de noitezinha eles vieram aqui com ordem dos padres e dos irmãos. “Eu vou” - eu digo. “Amanhã eu vou” - eu digo. “Mas vou só eu e eu vou pronto”<sup>156</sup>, aqueles que se bobear comigo estão feitos, estou indo pra aí, eu não vou diferente”.

[...]

Daí eu cheguei lá, naquele tempo tinha a água benta, me sentei atrás e continuou a missa. Depois ele mandou um outro capuchinho daqueles, vieram entre 4, 3, de ir lá e fazer um convite. Diz: “Aquele que não compreende em alemão e aceitarem o convite de me acompanharem de nois fazer um sermão ali na escola. Eu faço um convite pra cada um daqueles que se compreendem um pouco e não é tudo, e daí que queiram me acompanhar até lá na escola, lá tem um outro sermão só em brasileiro”. Eu digo: “Agora foi convite”. Aí eu levantei e olhei para os outros, olha, nois fomos uns 15 lá para a escola. Digo: “Assim, sim, agora eles se endireitaram”.

Mas eu fiquei sentido, depois tinha culto, comecei a ir no culto, mas tinha vezes que eu vou ir e tava acostumado lá, toda aquela gente em peso vinha olhando e com os olhos grande achando que nois ia bater fogo com os padres. Claro que eles tem arma também, mas não são de puxar arma e estar atirando, eles vão querer incomodar um pouco pra fazer a pessoa. Tocaram gente de dentro da Igreja, mandaram embora: “Você não precisa participar da missa você não é dos nossos, pode sair”. Ele e a mulher saíram um atrás do outro, mas dentro da igreja não devia.

Quem fez isso, os padres?

R: Os padres tocaram o homem que estava dentro.

Ele não era bem vindo porque era de outra religião?

R: Não, ele era católico, outras vezes ele vinha na igreja.

Por ser brasileiro eles o tocaram?

R: É. Por ser brasileiro: bem preto, beiços meio virado, olhos meio parece brabo.

Eles tinham certo medo dele?

R: Eu acho que eles fiaram com medo dele, não tenho certeza. “Olha. Vocês não podem participar da missa”.

Ele já tinha um histórico de ser violento ou não?

R: Não, era só a aparência, mas boa pessoa. Tocaram aquele homem [...] Por que uma coisa dessas? É de aceitar a mesma coisa igual ao outro. 25 anos, 30 anos de estudo e não aceitar a pessoa e sendo padre, o que a gente pode calcular com uma pessoa dessas? E depois aconteceu pra nois de nois tocarem de lá, assistir um sermão na escola. Mas eu não sou cachorro e nem piá pra mandar na escola. Fui embora e contei para o homem que venho aí que era pra nois ir, que não era pra levar mal as coisas. Mas digo: “Eu vou levar as minhas armas”. Digo: “E se bobear comigo vou tacar fogo”.

Isso aconteceu em que anos mais ou menos este conflito de vocês irem para a igreja e o cara falar de irem para a escola? Isto aconteceu em que período mais ou menos?

R: Isto foi mais ou menos, nois tinha o Miguel, era pequeno, foi mais ou menos em 62.

156

Munido com uma arma de fogo.

Daí você esta quanto tempo como crente?

R: Eu não tou bem a par, mas eu acho que faz uns 10 anos que nois fizemos à igreja, é deve fazer uns 10 anos. (Caboclo, 78 anos).

Conforme o depoimento do casal de caboclos idosos o fato relatado na entrevista teria se sucedido na igreja matriz de Itapiranga onde o casal percebeu que as pessoas, e em especial as Irmãs da Divina Providência, olhavam para o grupo de caboclos, cochichavam e davam risadas. Tal atitude causou-lhes um ressentimento tão grande que desde então nunca mais freqüentaram a missa na igreja matriz. O segundo relato de exclusão, com base na entrevista do caboclo idoso, teria acontecido na igreja da comunidade de São Pedro. Neste depoimento o caboclo revela duas situações de conflito entre os teuto-brasileiros e caboclos e que resultaram na exclusão dos últimos: o sermão em alemão obrigando os caboclos a se dirigir à escola para ouvi-lo em português e a expulsão casal de caboclos da igreja durante a missa<sup>157</sup>.

O antigo pároco de Itapiranga, que em 1962 já atuava em Porto Novo e que já tem certa experiência com a população cabocla no seu trabalho religioso, nos dá a seguinte orientação:

Mas o caboclo é um ser humano muito sensível e expressivo que se magoa e se sensibiliza facilmente, diferente do alemão, que você pode debochar, fazer piada e rir junto com ele. O caboclo não, muitas vezes você o magoa profundamente de forma involuntária, em situações que não percebemos e insignificantes para nós.

Esta sensibilidade do caboclo apontada pelo padre, é um ressentimento resultante de um longo histórico de preconceito e de exclusão da sua etnia. Certamente, muitas vezes, não há este cuidado por parte dos teuto-brasileiros e dos agentes religiosos católicos, que involuntariamente magoam estas pessoas. No exemplo citado que ocorreu na igreja da comunidade de São Pedro, provavelmente os religiosos capuchinhos não tiveram a intenção de excluir os caboclos ao realizar os sermões separadamente: em alemão na igreja e em português na escola. No período em que ocorreu o episódio, por volta de 1962, muitos teuto-brasileiros ainda sentiam dificuldades em compreender a língua portuguesa e a realização dos sermões nas duas línguas teve o objetivo de atender aos fiéis das duas etnias. Além disso, os teuto-brasileiros eram maioria e os religiosos acharam justo que o sermão em alemão fosse feito na igreja.

Como pode ser observado na entrevista, primeiramente o caboclo se sente extremamente inferiorizado com a proposta do padre e se revolta a tal ponto de se retirar da igreja. Já na outra missa, com mais cuidado devido o conflito anterior, os religiosos, com

---

<sup>157</sup> Aqui serão evitados julgamentos precipitados sobre a atitude do padre por não se saber qual o verdadeiro motivo que levou o casal a ser expulso da igreja.

maior respeito e delicadeza nas palavras, fazem um **convite** para aqueles que não entendem a língua alemã se dirigirem à escola aonde teria um sermão em português. Esta atitude até convenceu o caboclo entrevistado que anteriormente havia se magoado profundamente: “Eu digo: ‘Agora foi convite’. Aí eu levantei e olhei para os outros, olha, nós fomos uns 15 lá para a escola. Digo: ‘Assim, sim, agora eles se endireitaram’”.

Durante a pesquisa a campo, além dos “crentes”, muitos caboclos católicos também expressaram um sentimento de exclusão em relação ao espaço social católico-teuto-brasileiro:

Os católicos são indivíduos, porque tem católico que tu vai na igreja né, eles estão ignorando os outros e tão areparando, né. E depois que eles estão pro lado de fora, sai da igreja, porque eu noto tudo né, saem pela porta eles começam a cochichar. Não tenho muita roupa boa e já começam a olhar dos pés a cabeça. Isso não presta, porque Deus não te deixou pra tu olhar os outros. Porque Deus quando fez o mundo né, as pessoas que ele soltou eram tudo pelado, ele não soltou o pessoal vestido, as pessoas foram se vestindo depois né. (Cabocla, 77 anos).

Vão para a missa também de vez em quando?

R: Sim

Cada final de semana?

R: Não.

É demais?

R: Não, é que bem que a gente poderia, só que aqui por enquanto a gente não esta participando muito. [...] Quando nois estava em Rio Grande nois caminhava 4 km, á pé, cada domingo nois ia. Daí tinha a catequese, aqui, por exemplo, a gente não vai mais, é que se torna muito nê

Por que se torna muito?

R: É que é meio estranho nê, chega num lugar estranho... Todo mundo fica olhando, aqui eu não tenho muito conhecimento não<sup>158</sup>. (Cabocla, 49 anos).

Hoje você é católico ainda?

R: Eu sou católico.

Então você vai poucas vezes à missa?

R: É. Pouco. [...] Mas eu vou muito pouco, se fosse outra comunidade onde não tinha tanto racismo eu ia mais. (Caboclo, 38 anos).

Nem na igreja, eu ia na igreja, mas eu não vou mais. O cara vai na igreja, só porque é preto, as vezes né não tem uma roupa que nem eles, eles já ficam olhando pra trás e um conversando com o outro. Então é melhor o cara assistir uma missa em casa na televisão do que ir lá, eu acho assim, daí o cara não se incomoda. (Caboclo, 38 anos).

Hoje você é católica?

R: Olha! Eu nem sei o que eu sou, se eu vou na igreja daí eu sou católica, mas não adianta, eu não vou na igreja.

Você vai poucas vezes?

R: É difícil.

Por que é que você não vai?

R: Ah! Eu não sei. Porque quando tu vai na igreja tem gente que fica lá e eles ficam lá, quando a gente vai na igreja eles falam só. Tu chega aqui nesta igreja, não sei se é em todas, mas aqui tu vai lá daí eles vem ali e começam a falar e começam a te olhar: “Ah! Porque o fulano lá é assim”. Em vez de prestar atenção no padre eles só

<sup>158</sup>

A família já estava morando a mais de um ano e meio na comunidade de Sede Capela e ainda se sentia estranha.



falam da vida dos outros. Daí eu não gosto, porque na igreja, na igreja a gente vai pra escutar o padre falar e não para falar da vida dos outros. Então por isso que eu não vou. (Cabocla, 22 anos).

Hoje você é católico?

R: Sim.

Costuma ir sempre à missa?

R: Não.

Por que é que você não vai à missa?

R: Eu não vou porque eu tenho vergonha de chegar assim ne, porque a gente nunca foi, agora ir daí também não... (Caboclo, 15 anos).

Como mostram os trechos das entrevistas, os caboclos sentem-se excluídos do espaço social católico. Percebem a rejeição por parte dos teuto-brasileiros pela omissão, pelo olhar observador e desconfiado, e pelas conversas segredadas em voz baixa. Além de se encontrarem vitimados pelo preconceito étnico-racial, ainda sentem-se inferiorizados pela sua condição socioeconômica, onde percebem que são reparados por não estarem tão bem vestidos. Devido a este estranhamento das duas etnias, grande parte da minoria cabocla católica, ressentida, opta em não participar das atividades religiosas da comunidade: “Então é melhor o cara assistir uma missa em casa na televisão do que ir lá, eu acho assim, daí o cara não se incomoda”.

Em conversa com alguns líderes comunitários de locais com maior densidade cabocla, estes confirmaram a pouca participação dos caboclos católicos nas atividades religiosas da comunidade:

Eles não vêm na missa na comunidade?

R: Nada, nada, nada, nada.

Na catequese?

R: Nada, não tem.

Estas crianças vão à catequese?

R: Não.

[...]

Não, é o seguinte, eles queriam que o padre vigário fosse fazer uma igreja ali, uma igreja só pra eles né. Isso o padre não admitiu, até fui falar com o padre sobre isso aí né, daí o padre não admite isso. Depois tinha tanta igreja por aí, isso não compensa. Mas por que é que eles queriam uma igreja só pra eles?

R: Porque eles se acham assim meio rejeitados pela nossa comunidade, mas não é, eles são muito bem aceitos se eles viessem, participassem tudo, seriam muito bem aceitos lá. Eles não querem, simplesmente não querem, não querem compromisso com nada.

(Líder comunitária da comunidade de cordilheira).

Tipo eles também não participam da missa aqui ou eles vêm?

R: É difícil. Tem as crianças que vem porque tem a catequese. [...]

Mas na missa eles não vão?

R: Não, é difícil, é muito difícil. (Líder comunitário da comunidade de Laranjeira).

Os caboclos participam aqui da comunidade?

R: Você acha aqui embaixo os da favela?

Sim.

R: Bem pouco. Eles já têm outra religião.

São crentes?

R: Crentes sim.

Na igreja eles então não vão?

R: Na igreja eles não vão. Não é todos que são crentes, mas a grande maioria é crente.

Então a gente não os percebe vindo pra igreja?

R: Não, na última vez que eu os vi na igreja foi quando um deles morreu, um um pouco mais velho. Daí eles ainda rápido pagaram tudo, dizimo e a burocracia que a Igreja tem para que eles os pudessem enterrar, ter lugar para enterrá-lo.

(Líder comunitário da comunidade de Beato Roque).

Eles acham que não precisam participar, por exemplo, na catequese eles vêm quando querem. Não participam assim como os de origem alemã. Na missa quase nunca aparecem, na missa normal de final de semana. No natal e na páscoa eles aparecem, ou numa missa de crisma onde se sentem obrigados a vir. (Líder comunitária da comunidade de Cotovelo)

Com a intenção de verificar a afirmação feita pelos líderes comunitários foram assistidos alguns cultos dominicais nas comunidades de maior densidade da população cabocla e constatou-se a sua ausência<sup>159</sup>. Exceto na comunidade de Aparecida, onde dos 50 fiéis 10 eram caboclos, incluindo o ministro da eucaristia. Neste caso os componentes caboclos faziam parte de duas famílias, e na ocupação dentro do espaço da igreja percebeu-se a sua segregação, onde permaneceram próximos uns aos outros formando um grupo isolado dos demais participantes.

Durante as entrevistas foi possível perceber que entre os caboclos católicos que se sentem rejeitados e excluídos do ambiente social religioso, uma considerável parte elogia os hábitos e a religiosidade dos “crentes” e tendem a se integrar a uma Igreja Pentecostal num futuro próximo:

Agora a religião crente não é querer falar, é uma religião boa. Não ignora vizinho, não briga, só lhe faz o bem e convida pra ir pra igreja, fazer o culto né, tudo pra bem, nada de mal eles fazem.

Por que você acha que muitos vão para o lado dos crentes?

R: Porque os crentes são umas pessoas que eles não ignoram ninguém, pode vim um espedaçado, tudo esfarrapado, daí eles pagam a roupa, dão e levam dentro da sua igreja. (Cabocla, 77 anos).

No seu entender porque alguns vão para a religião dos crentes? A gente vê principalmente caboclos indo para a religião dos crentes?

R: É tem bastante.

Você conhece alguns que foram?

R: Hiii têm muitos.

Por que é que você acha que eles vão para o lado dos crentes?

R: É mais direito a religião, porque o católico deixa já mais, não cumpre, não tem esse interesse.

E lá você acha que os crentes cumprem mais?

---

<sup>159</sup> Nesta atividade de observação identificou-se o caboclo apenas pelas características fenotípicas, em especial pela cor da pele.

R: É. Eles cumprem mais porque desde a bebida alcoólica eles deixam.

Não pode fumar (risos, porque ela fumava).

R: E daí o católico não, o católico leva assim, vai na igreja mas não cumpre a religião.

Você trocaria de religião?

R: Eu nunca troquei.

E você trocaria?

R: Se a minha família quisesse eu trocava de religião. Não adianta um querendo e outro não, e um na religião e o outro não, daí não dá certo. (Cabocla, 68 anos).

Você hoje chegaria a trocar de religião?

R: Chegaria.

No seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes? Principalmente os caboclos que eu estou percebendo?

R: Ah, eu não sei, porque os crentes são melhor, os crentes não têm preconceito com ninguém. Têm muitos que reparam as pessoas, mas a maioria dos crentes não, o que eles puder ajudar eles pegam e ajudam. E eles não são, não fazem, não dão risada de ninguém. Se eles virem uma pessoa ali que estão vendo que está fazendo uma coisa errada eles chegam e conversam, que é pra ficar melhor e explicar ali. Agora o católico, se ele vê que uma pessoa está ali quase dentro de um buraco, ele em vez de chegar e puxar a pessoa, ele chega ali e ainda empurra. Eu sou católico, só que eu não gosto muito de católico.

Você acha que está relacionado à questão religiosa ou aos tipos de pessoas que freqüentam esta religião?

R: Olha! Eu acho que é o tipo de pessoa, porque a religião não tem nada haver, eu acho que o que vai é o tipo da pessoa. (Caboclo, 22 anos).

[...] porque nós sendo católico, como eu, quando sobra uns trocos eu vou sempre tomar uma cerveja, jogar um esnuque, aí que ta o perigo, como dizem né. As vezes não precisa a gente procurar confusão, lá sempre tem alguns, e se eu não pensar que arruma briga.

Daí o crente não joga mais, não fuma mais, não frequenta mais estes lugares e também não briga mais?

R: Não joga, não fuma, não briga também. Enquanto nós estamos correndo perigo lá, ele ta em casa, ta na igreja. (Caboclo, 21 anos).

Hoje você é católico?

R: Eu sou.

Costuma ir sempre à missa?

R: Não.

O que seria esse não? Nunca ou você vai de vez em quando?

R: Olha! Lá de vez em quando eu vou, mas não... [...]

Mãe: Vai mais quando morre uma pessoa e a gente tem que ir né.

R: É, daí a gente vai. É. Nós ia mais sabe na religião dos evangélicos, porque meu pai tem, vai.

Daí você participa?

R: Sim.

Ah, tu é católico, mas visita...?

R: Sim, visita a Assembléia de Deus.

Eles não pedem pra vocês trocarem, já que visitam?

R: Sim.

Mas vocês não trocam?

R: Muitas vezes pensa pra trocar e as vezes pensa que não.

Então você chegaria a trocar de religião?

R: Trocava.

No seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?

R: Porque ali eles vão mais pelo certo sabe.

O que você chama certo?

R: Assim, sobre muitas coisas, sobre bebidas essas coisas, você não bebe não fuma, baile essas coisas você também não vai.

Ele fica uma pessoa mais certa?

R: Sim, mais correta, daí não abusa com ninguém sabe.

Avô: Pois quando ele era de primeiro ele bebia demais, ele muda né, de vida. Daí ele tava ficando doente, ficando doente, daí ele largou disso aí não é. Ele não vai em baile, ele não vai assim, ele não briga com ninguém, ele não puxa folia, então daí é bom não é.

O que acontece se um crente vai ao baile, puxa briga, o que acontece?

Mãe: Nós somos açoitados por Jesus né. (Caboclo, 23 anos, mais sua mãe e avô).

Chegaria a trocar de religião?

R: Aha chegaria.

No seu entender porque alguns vão para a religião dos crentes?

R: Porque tem uns que acreditam, eu acredito também, mas tem uns que acreditam que Deus existe mesmo né.

Você acredita também?

R: Sim.

Daí você acha que eles são mais fieis daí eles vão para o lado dos crentes?

R: Sim. (Caboclo, 15 anos).

Em muitas famílias caboclas nem todos os integrantes são “crentes”, muitas vezes os pais são e os filhos não; ou um dos cônjuges se converte e o outro não. Nestas famílias, como os membros católicos já não têm uma participação religiosa ativa na comunidade, a probabilidade dos familiares “crentes” convencê-los a se integrarem a sua religião é grande. Entre os membros católicos, os idosos e mais jovens, mostram-se mais resistentes à conversão: os primeiros pela incorporação de um tradicionalismo: “Quem nasce católico deve morrer católico” e os segundos pela dificuldade de se enquadrarem aos hábitos disciplinares dos “crentes”, como não beber, não fumar, não jogar, não freqüentar festas e bailes. Mas os jovens destas famílias, na medida em que vão entrando para a vida adulta tornam-se menos resistentes a conversão, uma vez que tendem se aproximar e se identificar com seu grupo familiar e com a sua etnia.

Mas nem todos os caboclos católicos de Porto Novo vêem com bons olhos a atuação das Igrejas Pentecostais, tanto por parte de seus agentes religiosos quanto pelos seus adeptos:

Mas os crentes<sup>160</sup> têm uma que eles, eles querem que tu dê as coisas pra eles. Aqueles dias eles me contaram que eles iam embora porque nós não dava nada para eles. Então eu disse que pra mim nunca ninguém dá nada também (risos).

Então eles podem ir embora?

R: Certo, podem ir se embora, se é por isso podem ir embora, porque também não posso dar, porque eu não tenho pra dar. É como as coisas da minha casa que entra, se eu não compro ninguém me dá nada. (Cabocla, 83 anos).

Nos seus entenderes por que alguns trocam de religião e vão para os crentes?

Ele: Pois é, isso eu não sei, já vem muito crente ali pra...

Ela: Pelo o que eu sei eles trocam por causa de deixar do vício, quando não conseguem deixar daí trocam de religião, isso eu acho errado.

---

<sup>160</sup>

No caso ela estava se referindo aos pastores “crentes”.

Ele: Não precisa trocar para deixar do vício, eu já faz anos que deixei do vício, eu não fumo e não tomo.

E não precisou trocar de religião por causa disso?

Ele: Não, não. (Casal de caboclos, 69 (ela) e 86 anos (ele)).

Você chegaria trocar de religião?

R: Não.

Por que não?

R: Porque a gente se criou naquela religião e não acho mais graça ir pra outra religião né.

Por que é que você acha que tem muitos que vão para a religião dos crentes?

R: Olha! Os catingós deles dizem se eles não vão pra aquela religião eles vão pro diabo, não sei o que é que tem. Eu digo: Mas ninguém sabe mais do que Deus né. (Cabocla, 76 anos).

Você chegaria trocar de religião?

R: Não.

Por que não?

R: Porque eu nasci nessa e vou morrer nessa.

Eu percebo muitos caboclos indo para a religião dos crentes?

R: Tem aqui, um “sarna” ali, eu chamo de sarna, porque tu sabe o que tu faz da tua vida se tu tiver o teu juízo, mas eu acho que Deus deixou uma religião, a religião católica.

Mas ele é sarna por que ele insiste que você vá pra outra?

R: Insiste é.

Mãe: Ah, insiste muito.

E aqui tem uma igreja também?

R: Deus e Jesus não são surdos pra andar gritando né.

Mãe: Nós temos bastante gente nossa que é crente.

A sarna você chama a igreja ali ou o vizinho?

R: A vizinha, é dona da igreja.

Esposa: Ela era católica, mas virou crente.

Então agora ela virou e vem insister pra vocês também?

Mãe: É. Ela quer que a gente vá nesta igreja também.

Por que será que eles mudam, os caboclos, mais facilmente para o lado dos crentes?

Teria uma opinião talvez por quê?

R: Eu acho que é pra crescer na vida, mas isso quando Deus quer o cara cresce assim mesmo, não tem. (Caboclo, 38 anos, mais a sua mãe e esposa).

Você acha que os crentes no caso seriam muito fanáticos? No teu ponto de vista?

R: Não, eu não acho graça. O motivo é este, nós somos descendentes de séculos de gente, a tua descendência também já passou por vários séculos, a minha também, não existia o crente, não era borbilhado. Agora que saiu esta coisa boa? Sempre dá a crença e o fanatismo do crente bobo é nestas famílias desorganizadas.

Ali ele penetra?

R: [...] Você sabe que é pessoa desorganizada, pessoa fraca, é desta baixa renda, é destes que querem viver de donativo, é não trabalhar, ganhar<sup>161</sup>. Este é fácil de eles convencerem, agora eu eles não convencem. Não desejo fazer mal a ninguém, não desejo estar fazendo pecado, não desejo lograr ou roubar. Eu vou continuar o meu sistema que me criei na religião, respeitando as coisas, evitando de fazer o mal para os outros e indo uma ou duas vezes por ano na igreja fazer a minha devoção, eu estou bem e trabalhando e cumprindo os meus mandamentos aqui. A minha oração, o meu arrependimento e a minha salvação eu posso determinar lá no quarto ou na hora do meu trabalho. Não fazer nada de mal, procurar fazer o bem. (Caboclo, 76 anos).

<sup>161</sup>

O caboclo em questão encontrava-se numa situação socioeconômica vantajada quando comparado com os outros da sua etnia, conforme as características de sua propriedade e de seu *ethos* camponês, é possível classificá-lo como um caboclo ateuadoado.

Os caboclos católicos não simpatizantes com a atuação das religiões pentecostais demonstram uma extrema aversão aos “crentes”. Como pode ser visto nos trechos das entrevistas anteriores onde denominam os pastores de catingentos (“catingós”) e exploradores (“eles querem que tu dê as coisas pra eles”), e seus adeptos de sarnas devido a insistência em tentar convencê-los em trocar de religião. Nota-se que existe uma incompatibilidade ideológica e uma dificuldade de relacionamento social entre estes católicos e os “crentes” dentro do grupo étnico caboclo.

E os de origem católica e crente se misturam? Se visitam?

R: Visitam, um e outro, mas não é tanto, a maioria não.

Mas no geral fica cada um mais pro seu lado?

R: Sim.

Hoje você acredita que existe mais uma separação entre crentes e católicos do que entre caboclos e alemães?

R: É, eu acho, calculo eu que sim. (Caboclo, 48 anos).

Este atrito dentro do próprio grupo étnico devido o fator religioso foi mais nitidamente percebido no aglomerado caboclo de São Pedro. O grupo se divide na sua sociabilidade entre famílias católicas que tem pouca participação nas atividades religiosas da comunidade e famílias “crentes” que são muito envolvidas com sua religião (a tal ponto de terem ali construído uma igreja).

Durante a pesquisa a campo os católicos chegaram a denominar os “crentes” de fanáticos e acusaram os pastores de explorarem seus fiéis com os seus altos dízimos. Por sua vez, os adeptos da Assembléia de Deus criticaram os seus vizinhos católicos, explicando que estes vão ao futebol e as festas, mas não freqüentam a missa.

Arlene Renk na sua pesquisa com a população cabocla dos municípios de Vargão e Ponte Serrada no oeste catarinense também mostra uma relação conflituosa entre “crentes” e católicos. A autora identifica uma divisão social entre caboclos “crentes”, caboclos católicos e a população católica de origem italiana, situação idêntica a de Porto Novo se substituirmos os de origem italiana por teuto-brasileiros. Ainda nesta pesquisa, conforme Renk (1993, p. 29), os caboclos “crentes” se autodistinguem dos católicos, onde eles, os convertidos, seriam os salvos e os outros os extraviados, expressando um etnocentrismo do grupo religioso:

A conversão representou uma divisão do mundo, operacionalizada pela díade: os **salvos** – isto é, os convertidos – e os **extraviados**. Para a fração **crente** os católicos (**italianos** e **brasileiros**) são e estão **extraviados**, perdidos no mundo, não encontrando a verdadeira fé, situados no pólo oposto aos **crentes**, já a salvo, pela adesão à fé. Isto é expresso num juízo etnocêntrico: ‘nós a salvo e eles extraviados’. Este etnocentrismo religioso é um trabalho incessante de desqualificação dos **extraviados**, contribuindo para haver uma tendência endogâmica nas esferas

religiosas, restringindo com isso o círculo de trocas matrimoniais entre os **brasileiros**. (grifo da autora).

O caboclo que antes já tinha uma mínima participação social na comunidade, quando convertido para o lado dos “crentes” segue uma disciplina comportamental que o abstém de vários hábitos de sociabilidade, o que faz com que se isole ainda mais do convívio comunitário e se feche a sua minoria religiosa.

Hoje você costuma ir a bailes, festas, futebol?

R: Não.

Estas coisas você não frequenta?

R: Eu só vou à igreja e da igreja vou pra casa, daí eu vou trabalhar e quando não estou trabalhando estou em casa. (caboclo “crente”, 48 anos).

Durante as entrevistas os teuto-brasileiros expressaram a sua aversão e suas desconfianças em relação às religiões pentecostais que adentraram nas últimas décadas em Porto Novo. As maiores denúncias estão relacionadas ao caráter mercantil do trabalho religioso destas Igrejas, como a insistência e a propaganda para conquistar novos adeptos:

E a própria religião crente, por exemplo, ela vai atrás, ela incentiva e pressiona. A católica não faz, não puxa ninguém ou ta puxando muito pouco [...]. Porque tem casos que a gente viu, por exemplo, o nosso vizinho ali, ele era da diretoria da Igreja Católica, simplesmente virou crente [...] e sabe que ele ta até hoje ainda. Então ele teve, sei lá o que aconteceu que a cabeça dele mudou e ta levando a serio. (Teuto-brasileiro, 48 anos).

R: [...] eu acho que os próprios crentes vão mais atrás para que eles os ganhem como seguidores. E a Igreja Católica é mais omissa nisso, deixa mais a própria escolha da pessoa, sabe, ela não vai atrás pra pedir: “Vem na nossa”. E os crentes não, eles insistem mais sabe, eles vem novamente conversar, eles passam pelas casas. Onde tu já viste uma Igreja Católica passar e distribuir panfletos ou qualquer coisa pra tu frequentares a Igreja e coisa, fazer uma propaganda, não existe, eu nunca vi. Agora a maioria das outras religiões... Se você entra num grande hospital, se tem um padre ele somente passa, reza um pouquinho e vai embora. E o crente ele vem, ou o evangélico ele vem e traz convite pra as pessoas virem, ele traz propaganda, ele traz panfletos e coisas assim, já gira mais na questão de como o pastor puxasse mais pro lado de ser comerciante, já mexe mais nesse lado.

A religião sendo um negócio?

R: É. Já mexe mais desse lado como religião sendo um negócio e o católico não, ele deixa quieto, o católico não vai muito atrás disso. Eu acho que por causa disso é, não sei. (Teuto-brasileiro, 32 anos).

Mas porque a propaganda é mais bonita e fácil por isso eu acho que eles vão. Por que eles iriam ter outra crença? Por que eles iam mudar do católico? Porque Deus é o mesmo. Então eu penso que por causa da propaganda, eles fizeram uma propaganda melhor, porque rezar acho que eles também não rezam mais, participar mais da Igreja. (Teuto-brasileira, 56 anos).

Nesta compreensão mercadológica do trabalho religioso dada pelos teuto-brasileiros, o pastor não recebe nenhuma credibilidade na sua função de guia espiritual, e é na maioria das

vezes visto como um impostor que se utiliza da religião para extrair dos seus fiéis os seus próprios interesses materiais:

No seu entender porque alguns vão para a religião dos crentes?

R: Eu não sei, eu pelo menos acho assim, os crentes são loucos, mais o sistema deles.

Por que você acha que eles são loucos?

R: Não sei. Às vezes eles têm problemas sabe, problemas de família, algumas coisas assim, daí eles vão nesta religião e acham que isso ajuda, e os pastores então falam, falam e falam, e assim acham que esta é a saída. (Teuto-brasileiro, 28 anos).

No seu entender porque alguns vão para a religião dos crentes?

R: Muitos têm problemas e daí eles vão recorrer na religião para resolver, e daí às vezes eles trocam né. Muitos pastores os fazem de bobos nas suas conversas daí eles trocam. O pastor é um comedor de dinheiro (risos). (Teuto-brasileiro, 19 anos).

As divergências entre católicos e “crentes” gera situações de conflito nas relações de vizinhança e no meio social comunitário, como nos explica um antigo colono da comunidade de Aparecida, espaço rural de maior número de adeptos pentecostais:

Por que você acha que hoje muitos vão para o lado dos crentes?

R: Olha! Isto, o crente, eles são uns fanatistas, eles exigem, visitam as famílias e pegam a bíblia, abençoando a bíblia e leiam a bíblia, eles ficam insistindo. Ali tem um casal de idosos, eles eram... Primeiro eles participaram da Igreja Católica aqui, depois viraram crente, eram tão fanáticos que nenhum vizinho não ia mais visitar eles, porque eles discutiam até debaixo da terra. No grupo de idosos nós chegamos ao ponto, eu era o presidente e o meu vizinho ali era o vice, nós chegamos ao ponto que nós expulsemos eles. Quando eles pediram se eles podiam participar, claro, até foram convidados a participar. Falei: “Religião e racismo, discussão de religião não pode aparecer em grupos de idosos porque tem várias religiões, e caboclos, negros, italianos e alemães”. A primeira vez deu bem, a segunda vez já vieram com a bíblia, a terceira vez: “É que os católicos são os primeiros que o diabo vai arrastar, já ta com o buraco feito, isto e aquilo”. Aí se incomodamos: “Raça e religião aqui no encontro de idosos não se discute”. Aí começaram a disputar, discutir. Disse aí: “Foi feito, foi falado na assembléia”. Porque nós sabíamos que eles eram fanáticos, eles iam pra ler a bíblia e querer fazer os outros de bobo. Aí foi falado: é assim, assim, assim, foi falado e isto é como escrito, porque isto foi participado na reunião envolvendo os grupos de idosos, foi anunciado lá. Então foi falado lá: “Não dá pra agüentar esta gente”.

Dificulta entre crentes e católicos, acaba afastando crentes e católicos?

R: Os crentes convencem os católicos a entrar na Assembléia deles. E a discussão, por exemplo, eles discutem a religião com as pessoas, pode perguntar toda a vizinhança ali, ninguém suporta eles. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Conforme o colono, os “crentes” são fanáticos que insistentemente tentam converter os demais para a sua religião. Tal fanatismo e persistência torna-os insuportáveis, o que resulta no seu afastamento do espaço predominantemente católico. No relato da entrevista anterior, o casal “crente” chegou a ser expulso do clube social.

O caboclo “crente” recebe uma dupla segregação por parte dos teuto-brasileiros: a segregação étnica e a religiosa. Além disso, ainda é repudiado dentro do seu grupo étnico pelos caboclos católicos que não vêem com bons olhos seus preceitos religiosos. O caboclo



“crente” torna-se assim o excluído dos excluídos entre a população de Porto Novo. Mas ao mesmo tempo em que há o aprofundamento da sua segregação social, é através da religião que ele vai conseguir criar uma identificação com os seus semelhantes, a onde vai buscar o conforto da amizade, o consolo para as suas angústias e a solução imediata para os seus problemas mais inquietantes.

As Igrejas pentecostais, por sua vez, tendem em curto prazo conquistar para o seu lado os caboclos católicos simpatizantes com os seus princípios religiosos. Mas em contrapartida, mostram-se incapazes de concorrer no mercado religioso com a Igreja Católica. Isto, porque há ainda uma presença dos resquícios do antigo tradicionalismo católico que interliga família, Igreja e comunidade, fazendo com que o catolicismo permeie nas diferentes instituições e crie vínculos de interdependência na estrutura social que sustenta a vida comunitária. Algo que as Igrejas pentecostais não estão conseguindo desenvolver em Porto Novo.

### 2.2.3 A não integração do caboclo ao clube social

Os colonos quando fundavam uma comunidade em Porto Novo tinham como primeira preocupação construir uma igreja e uma escola. A precariedade das instalações das famílias em meio à mata fez com que a maior parte da energia dos colonos se concentrasse na luta pela sobrevivência, na derrubada da mata e na abertura de estradas. Um espaço social para a recreação era posto em segundo plano na estruturação do centro comunitário.

Uma das práticas habituais de lazer no período da colonização era a caça e a pesca, uma diversão de baixo custo e que também era uma forma de suplementar a alimentação familiar. As Sociedades dos Atiradores (*Schützenverein*) foram os primeiros espaços construídos para a recreação comunitária onde a infra-estrutura poderia ser mínima e para praticar o esporte bastava uma arma, munição e um alvo<sup>162</sup>. Os bailes ou matinês eram realizados no armazém do comerciante (*Geschäftsmann*) ou numa casa melhor estruturada de um colono e ocorriam apenas três vezes por ano em cada comunidade. Os músicos, quase sempre moradores do local ou das proximidades, encontravam-se munidos de poucos

---

<sup>162</sup> Jungblut (2004, p. 340) também menciona a existência de Sociedades de Lanceiros (*Stechverein*) que “representavam sociedades de cavalaria que exigia do esportista empunhar uma lança, fazer o cavalo correr e cravá-lo num alvo com 13 furos”. Mas certamente estas sociedades não eram tão populares quanto as *Schützenverein* por dificilmente ouvirem-se comentários entre os antigos colonos sobre tal esporte.

instrumentos, sendo os mais comuns a gaita, a viola, o clarinete e o pistão. A festa comunitária (*Gemeindfest*) organizada uma vez por ano, era realizada dentro de um mato já um tanto desarborizado nas proximidades do centro da comunidade ou a céu aberto onde era erguida uma cobertura com folhas de coqueiros em uma parte da área ocupada pelos festeiros. Jungblut (2004, p. 348) descreve com uma riqueza de detalhes o dia da *Gemeindfest*:

O dia começava com um foguetório, chamado Alvorada Festiva. Após a missa, seguiam-se jogos, tendas de pescaria e bordados, música, sorteios, jogos diversos, venda de lembranças. Os jogos mais freqüentes eram bolão de laço, chute ao pneu, tiro ao alvo, roda-peão, roda da fortuna, fuga do porquinho-da-índia, roda da sorte, bingo ou loto, corrida de cavalinhos. Enquanto isso se via muita fumaça nas churrasqueiras – valos escavados na terra, rodeados de bananeiras, onde se fincavam os espetos – e nos tachos de cozinhar lingüiça. Nas copas e cozinhas fervilhava gente correndo para atender bem. Na cozinha, as senhoras vendiam cuca e pão de trigo para o almoço. As hortaliças apareceram nas festas somente pelos anos 70. Para almoçar, as famílias se acomodavam em qualquer sombra, fincavam o espeto no chão e todos se serviam. O desconforto do momento era recompensado pela raridade que era comer um churrasco, tomar uma gasosa ou uma cerveja, comer pão de trigo ou cuca.

Os momentos de recreação eram poucos e quando organizados no meio comunitário se desenvolviam com simplicidade, sempre buscando uma diversão de baixo custo financeiro, isto porque a população no geral encontrava-se numa precária condição socioeconômica.

Mas era preocupação do clero, assegurada pelas lideranças conservadoras das comunidades restringirem a recreação porque temiam que ela despertasse a libertinagem e atrofiasse a religiosidade. Neste sentido havia uma restrição maior em relação aos bailes, onde o evento poderia ter o risco de fugir do controle e da vigilância do clero além do que o lucro não seria para a Igreja e sim para o comerciante que promovia o encontro no seu armazém. Situação contrária ocorria na festa comunitária onde havia a presença e a vigilância dos religiosos e o comparecimento das famílias era incentivado e pressionado por parte do clero. Nesta festa jogo e a bebida estavam liberados e quanto mais os festeiros gastassem melhor, pois o lucro iria para o caixa da paróquia. “Para auferir lucros em prol da igreja, as bebedeiras e os jogos eram tolerados”. (EIDT, 2006, p. 122).

Os caboclos não participavam dos bailes, das matinês, das festas comunitárias e das Sociedades dos Atiradores organizados pelos teuto-brasileiros. Mantinham uma sociabilidade a parte na antiga Linha Glória onde se concentravam ou na margem riograndense do rio Uruguai. As famílias que se encontravam acampadas na mata durante os trabalhos da extração de madeira ou nas propriedades dos colonos nos serviços temporários das empreitadas, quando não se deslocavam a estas áreas de concentração cabocla durante os finais de semana,

permaneciam nos seus acampamentos e sequer freqüentavam o espaço social do centro comunitário próximo.

Estes caboclos viam às vezes para Itapiranga e participavam da vida social ou ficavam mais por lá?

R: Não, tinha poucos que aqui se formaram ou se integravam. Eles vinham alguns dias trabalhar, mas disso eles têm menos prática. (Teuto-brasileiro, 84 anos).

Os caboclos quando eles trabalhavam neste serviço de extração de madeira, balsas, eles participavam também da vida social da região de Itapiranga, das comunidades ou eles ficavam mais...?

R: Não, eles ficavam mais pro lado deles nê, eles mesmos não tinham tempo de participar da sociedade e mesmo o caboclo que morava lá na Aparecida, ele não chegava em Itapiranga para participar de uma sociedade ou na própria Igreja, eles viviam separados lá, eles não participavam naquele tempo.

E quando viviam no mato eles não iam, por exemplo, numa festa na comunidade mais próxima?

R: Não, isto eles não faziam, eles ficavam mais para o lado deles.

[...]

Quando eles vinham se alojar num galpão ou no fundo de uma propriedade, nos finais de semana eles participavam da vida social da comunidade?

R: Não, não, eles estavam separados, eles ficavam sozinhos. Geralmente iam para casa, para Aparecida ou senão ficavam no galpão, mas também não trabalhavam nos domingos.

Participavam da missa?

R: Não, eles nem tinham roupa de domingo, eles só tinham roupa de semana. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Em geral eles não tinham estes trastes bonitos [...]. Aí antigamente eles não tinham e quando vieram talvez tinham uma muda e... (Teuto-brasileiro, 91 anos).

Nos dois últimos trechos das entrevistas pode-se observar que os colonos também deram atenção à condição socioeconômica inferior dos caboclos, onde uma das causas apontadas de não freqüentarem o meio social teuto-brasileiro era por não possuírem uma vestimenta adequada.

Mas a cultura cabocla também não deixava de ter diferentes formas recreativas nos seus espaços de sociabilidade. Diel (2005, p. 6-7) ao escrever sobre os traços culturais do caboclo do oeste catarinense e sudoeste do Paraná inclui a parte recreativa desta população:

Quase todos os sábados e domingos havia baile. Para a realização do baile, bastava um sanfoneiro, um violeiro e algumas prendas. Geralmente aconteciam em casas de família onde houvesse várias moças. Fazia-se baile por qualquer pretexto. Os bailes chegavam a durar até três dias. Era dançar, beber e comer galinhada, sem fins lucrativos. [...]

Depois dos bailes, o divertimento mais usual era a carreira. Era praticada em quase toda a região. As carreiras reuniam a população com os seus respectivos animais. Nelas apostavam o dinheiro que geralmente ganhavam da erva-mate.

Havia outras diversões menos comunitárias. O 'aloite', por exemplo, era uma luta de corpo a corpo travada entre duas pessoas abraçadas, a qual exigia muita habilidade, vencia quem derrubava o outro sem rasteira, o 'jogo de pulso', o corte do machado, a trova com versos de improviso eram algumas das competições mais comuns entre os caboclos. Além disso, a caça, a pesca e as melações eram tidas como diversões.

Nas festas religiosas, era muito comum o ‘pau de sebo’ com um prêmio no topo para ser disputado entre os participantes.

Em relação a Porto Novo, Maria Rohde em seu livro escreve sobre uma grande festa de São João realizada pela população cabocla que se concentrava na margem gaúcha do rio Uruguai:

Para estes caboclos havia apenas dois feriados por ano. O primeiro: é o dia do pagamento, e o maior e o único dia santo é São João. O ‘máximo’ da comemoração consiste em reunir em algum lugar todos os ‘amigos’, eles se reúnem então a alguém do grupo onde se realiza uma grande festança.

Ao outro lado de nós do lado riograndense, na foz do rio Pardo, morava naquela época solitário e sozinho o velho mestiço bugre de um olho só Januário, dentro de um chalé abandonado de um antigo comerciante de madeira. Lá já tenho avistado por alguns dias uma bandeira branca bem no alto de uma copa da árvore, com alguma escura, ‘coisa indefinida’. Misterioso me parecia a quantidade de canoas ancoradas na foz do rio. Na manhã anterior do dia de São João todas estas canoas tomavam rumo ao nosso porto. E não demorou muito, que um grande número destes caboclos, um atrás do outro subiam o barranco e pediram para falar com o patrão. Como meu marido não estivesse no momento ali e eu não sabia como me entender com estas pessoas, mandei rápido o empregado chamar o nosso velho fiel Eckardt, que estava no vizinho na construção de uma serraria. Emil tinha conhecimento de como lidar com estas pessoas e me explicou a situação. Daí eu ouvi que a bandeira que tremulava lá, era a ‘bandeira de São João’ e que a coisa ‘escura’ deveria representar o santo do deserto, seria o patrão deles e que tinha vindo fazer compras para a grande festa.

[...]

Na manhã seguinte, no próprio dia da festa, nos escutamos o ‘Caboclokonzert’ e que de longe, a princípio nem era desagradável. Sempre mais podíamos ver entre os ranchos e ouvir gritos, esta gritaria tomava mais proporção e se estendeu noite adentro, nos parecendo um tipo de dança em torno de uma grande fogueira até findar a festa. Bem no final as coisas pareciam estranhas, com certeza quando tinha acabado a cachaça, em forma de um alvoroço de gritos e berros enquanto em meio a isso escutamos tiros. Percebeu-se claramente o eco sobre as águas, que nos deixou perturbados. Na manhã seguinte soubemos, deu apenas ‘uma’ morte e alguns feridos, mas ainda uma porção de bêbados deitados em baixo das árvores. (ROHDE, 1951, p. 93 a 95, tradução nossa).

Como ressalta a autora na citação acima, “Para estes caboclos havia apenas dois feriados por ano. O primeiro: é o dia do pagamento, e o maior e o único dia santo é São João”. Mas certamente a festa junina só podia ser realizada quando recebiam o pagamento de algum serviço prestado. Com algum dinheiro na mão eles não necessitavam de pretexto para fazer uma festa. Conforme relatos de antigos colonos, os caboclos quando recebiam o pagamento de uma empreitada se reuniam para uma festança. Compravam uma rês que era abatida<sup>163</sup> e mais alguns garrafões de cachaça, e entre modas de viola, danças e prosas o encontro festivo chegava a se prolongar por vários dias, até que a carne e a bebida fosse toda consumida<sup>164</sup>.

<sup>163</sup> O animal abatido na festa muitas vezes já era negociado com o colono como parte do pagamento do serviço prestado na sua propriedade.

<sup>164</sup> Este tipo de encontro festivo ainda acontece entre algumas famílias caboclas, os seus integrantes geralmente estão vinculados por laços de parentesco e compadrio.

Os encontros festivos não visavam lucro, apenas a socialização e a diversão, e nem todas as famílias necessariamente precisavam contribuir com as despesas. Diferente das festas teuto-brasileiras na qual a contribuição em algum tipo de valor material era obrigatório entre todos os integrantes, e onde um dos principais objetivos do evento era arrecadar fundos em prol da Igreja e da manutenção e desenvolvimento da infra-estrutura do centro comunitário.

Na medida em que as famílias dos colonos encontravam-se melhor instaladas e a agricultura proporcionava maiores excedentes, as comunidades iniciaram a edificação dos seus clubes sociais, tradicionalmente denominadas de “sociedades”. Passaram a ser construídos mais intensamente a partir da década de 60, embora no espaço urbano de Itapiranga já existissem a Associação Católica Kolping<sup>165</sup> (*Katholischer Geselleverein*) fundada em 1931 e que teve a sua sede social construída em 1934, e a Sociedade União de Atiradores<sup>166</sup> fundada em 1929 e que iniciou a construção do prédio em 1935.



Figura 50 - Sociedade Kolping. Fonte: Museu municipal de Itapiranga, [198-?].

<sup>165</sup> A primeira associação foi fundada em 1847 pelo padre Adolfo Kolping, na diocese de Köln numa região industrial da Alemanha, a identidade tinha como objetivo proporcionar aos jovens aperfeiçoamentos e instruções para o mercado de trabalho, lazer e educação religiosa, protegendo-os assim dos “vícios” mundanos e do ateísmo da sociedade moderna. As Associações Kolping se espalharam pelo mundo e hoje existem em 85 países. (JUNGBLUT, 2004; WERLE, 2006).

<sup>166</sup> Devido às perseguições sofridas durante a Segunda Guerra Mundial os sócios resolveram dar um nome mais patriótico a sua associação e optaram pela denominação Clube ou Sociedade Sete de Setembro.



Figura 51 - Inauguração da Sociedade União de Atiradores, posterior Sociedade Sete de Setembro.  
Fonte: Museu municipal de Itapiranga, [193-?].

Os clubes sociais chegaram a ter a seguinte infra-estrutura: pavilhão com salão para a realização de festas e bailes, em alguns casos com uma quadra esportiva; cancha de bolão, de bocha, de jogo de 48 e mesas de sinuca dentro do pavilhão ou anexo a ele; campo de futebol, muitas vezes com agremiação própria; Clube de Damas incorporado à “sociedade” onde a principal diversão das mulheres se concentra no jogo de loto e bolãozinho <sup>167</sup>. Para construir e manter toda esta infra-estrutura era necessário que as famílias da comunidade se tornassem sócias para juntas bancarem o custo econômico do clube. Para a arrecadação financeira o sócio contribuiu com uma taxa anual além de prestar serviços voluntários em eventos festivos ou esportivos. A família para se associar paga também uma taxa extra. O sócio tem deveres e direitos. O dever é de se enquadrar ao estatuto da associação, onde os maiores compromissos são participar das reuniões e dos trabalhos coletivos/voluntários. Tem ele direito de participar das decisões a serem tomadas e de fazer parte da diretoria, além de não pagar entrada nos eventos festivos e de ter um almoço gratuito no churrasco anual feito pelo clube.

Com a construção dos clubes sociais e mais a convocação de bandas maiores, os encontros festivos e de recreação tornaram-se caros para os seus frequentadores. Para se conseguir manter a infra-estrutura do clube e pagar os músicos, aumentou-se o preço da

---

<sup>167</sup> Nos clubes sociais de cada comunidade são também realizados os encontros da 3ª Idade que iniciaram há pouco mais de uma década e hoje contam com a grande participação dos idosos.

comida e da bebida, e passou-se a cobrar uma taxa de entrada aos participantes no caso dos bailes ou em alguns campeonatos esportivos de futebol<sup>168</sup>.



Figura 52 - Clube social da comunidade de Ervalzinho. Fonte: Patrício Reichert, 2007.

A partir de 1970 alguns caboclos que alcançaram uma pequena ascensão social e/ou melhor se adaptaram às características socioculturais dos teuto-brasileiros passaram a freqüentar esporadicamente os clubes sociais, mas dificilmente se integraram a tal ponto de se tornarem sócios. Atualmente tal situação permanece: o caboclo não se integra aos clubes sociais das comunidades e sua freqüência em eventos festivos e esportivos continua sendo extremamente mínima.

Durante a pesquisa a campo, lideranças<sup>169</sup> das comunidades onde a população cabocla é mais intensa confirmaram a pouca participação e integração do caboclo aos clubes sociais comunitários, e deram as suas argumentações em relação ao fato:

Os caboclos participam da vida comunitária?

R: Eles vêm, participam e tudo, só que quando tomaram um pouquinho aí complica um pouco. [...] Tipo assim, tem muitos brancos que não se misturam com os pretos, por exemplo, já por causa disso. E outro problema é que todos fedem, tem um odor um pouco forte. E seria isso mais ou menos.

<sup>168</sup> Atualmente o custo para quem freqüenta os encontros festivos se tornou mais elevado ainda por os clubes serem obrigados a contratarem uma equipe de segurança. Esta substituiu a antiga comissão de ordem que era formada pelos adultos da comunidade que tinham uma grande reputação moral. Diferente da comissão, a equipe de segurança tem uma preocupação maior em controlar os atos de violência e não tanto das atitudes imorais.

<sup>169</sup> Aqui é designada de liderança a pessoa que tem uma participação ativa e integrada na comunidade, onde não necessariamente precisa ocupar um cargo representativo em alguma diretoria.

Então dá um certo isolamento?

R: Sim, por causa disso.

[...]

Em serviços comunitários participam?

R: Não, em serviços comunitários não.

Ninguém assume um cargo na diretoria?

R: Não, não, isto não. Se analisar no outro sentido, em festa ou baile eles estão aí.

Nos botecos eles vão muito?

R: Sim, quando tem dinheiro, quando tem dinheiro não trabalham mais nada.

Vão mais ao bar ou na sociedade?

R: Não, não.

Vão mais ao boteco?

R: Sim. Aqui em baixo, aqui em baixo no bar. Eles têm bons tempos, porque se eles têm dinheiro ou eles estão aqui ou lá em baixo no bar, porque a sociedade está fechada durante a semana. (Liderança comunitária de São Pedro).

De comunidade, ser sócio, ativamente não. Eles são assim, eles vem lá, quando eles tem dinheirinho, gastam e jogam, mas não é que eles são sócios [...].

No meio social explico, não pode ser assim, vocês acham que é assim, não pode, porque às vezes o cara acha...

Diz as regras também?

R: Não, eu boto o estatuto pra eles, mesmo que não sabe ler eu pego e digo. Nós como o cara que puxa a frente, a primeira coisa que tu faz quando tu fala pra uma pessoa, tu coloca as normas, o estatuto, o regimento interno. Porque nós temos o estatuto e o regimento interno, porque nós temos o clube mais o futebol junto, daí tem estatuto e regimento interno. Então eles achavam assim, de eles poder participar, gostar do clube, sem achar que tinham deveres né.

Só para o lazer?

Sim. [...] E nós às vezes temos que pegar o regulamento e... Hoje não existe mais, mas tinha épocas atrás que nós tinha que ir lá e punir, punimos sim, até demos expulsão. Tivemos que tomar atitude, até no fórum, só que hoje...

Precisava por quê?

R: Bebedeira, eles se achavam que podiam vim tomar e pedir a ultima de graça. (Risos).

Que nem no bar?

R: Sim. Daí nós tiramos isso né, não existe, o cara né, eu disse: “Achar e fazer são duas coisas”. Nunca pensam que o achar é fazer [...]

E sempre tinha bastantes brigas?

R: Sim, tinha iihhhhh...

Geralmente envolvia os caboclos?

R: Envolvia eles porque eles se achavam, eles tomavam umas e...Eu coloquei quem? A polícia, coloquei a policia no né, ligava pra eles. Quando ligo? Pois é, eu sempre estou com o telefone comigo, é de longo alcance, e depois disso oh, tchau. Acho que um meio assim de você dominar as coisas não é por força. [...]

O nosso delegado aqui é um cara serio, é um cara assim que olha pros aqueles que estão sempre no meio da confusão, no meio da turma como se diz. Daí um dia eu fui lá e sentei com ele, conversei com ele. Daí ele disse assim: “A melhor coisa que vocês podem fazer é vocês não ir contra a força, é vocês mandar nós, porque a lei se controla no meio do termo legal, no termo legal você consegue organizar as coisas”. Sentei com ele. A primeira coisa que fizeram um dia comigo, nem dei bola, mandei vim a polícia, prenderam o cara, os três, mandei pro fórum, mandei o cachimbo por cima deles e oh, pank. Se foi, calhou tudo, olha foi uma beleza. [...] Daí eu peguei no meio deles, no meio deles tem gente boa, sim, e esta gente boa eu puxei pra, o cara tem que ser inteligente numa hora destas, puxei pro meu lado. Explicava pra eles, dava uma chancezinha, uma cervejinha aqui outra lá: “Não, vocês podem jogar, podem, dentro daquilo que a sociedade permite podem, só que vocês não podem vim aqui e se achar”.

Aqui da vila união no caso você não conseguiu anexar sócios ainda?

R: Não, da Vila União não.

[...]



Mais que eles participam é quando eles têm um valorzinho assim que eles podem vim gastar, tomar ou se divertir, eles vão. Só que é uma questão, eu acho que a cultura deles mudou. Desde que nós, o agradecimento mais é o asfalto que nós temos, assim a polícia tem mais facilidade de vim. Então hoje...

Então eles se cuidam mais?

R: Sim, oh, é por aí que... Até um dia um cara abusou e eu liguei pra polícia, tava em cima da ponte lá e se jogou, quando ele viu polícia ele... Porque, sim, dois caras aqui se mais uma vez pegar é xadrez.

[...]

Por que não participam?

R: Isto já vem de família, a base familiar e social deles é diferente, isto vem de tradição. Eles não têm um lugar social, é diferente, isso vem de tradição. Outra coisa, é que eles não têm lugar e nem renda fixa, assim não conseguem se tornar sócios. (Liderança comunitária de Laranjeira).

Assim, eu pesquiso se eles participam da comunidade, se eles têm uma vida ativa na comunidade. Então ali, este grupo ali não participa?

R: Não, não, não participam em nada, nada, nada.

[...]

Na festa eles vêm?

R: Não, porque aqui só tem uma vez por ano festa também, 11 de fevereiro, daí eles não participam né. Bailes nunca têm né e domingos eles nunca participam da sociedade.

Futebol também não?

R: Não, não, nada.

Eles ficam mais em casa, no grupo deles?

R: Sim, sim, só.

Então tem uma vida a parte?

R: Sim. Porque eles são muito sabe nômades, porque hoje tão morando aqui, amanhã lá né, eles trabalham pra lá e pra cá. (Liderança comunitária de Cordilheira).

Os caboclos participam aqui da comunidade?

R: Você acha aqui em baixo os da favela?

Sim.

R: Bem pouco.

[...]

E na festa eles vêm também?

R: Na festa eles vêm.

E participam no trabalho de alguma coisa?

R: Não, até porque eles não são convidados, porque eles não tem o espaço ainda deles, talvez alguém deveria oportunizar eles para eles poder mostrar.

Também ninguém os convida pra tornarem se sócios?

R: Ninguém faz questão, o pessoal daqui prefere evitar eles.

Não gostam muito deles?

R: Sim, é melhor eles longe do que perto. [...]

Então você acha que se a comunidade os convidasse pra sócio ou alguma coisa, de repente eles iam começar a...?

R: Mas o problema é assim Patrício, tem que analisar a questão financeira né. Porque pra começar Patrício, sócio aqui da sociedade tu tem que ter meio salário pra conseguir ingressar, então pra eles este já é o maior empecilho, já esbarram nisso. E daí eu também não sei se eles fazem questão.

[...]

Qual é a anuidade aqui na sociedade?

R: Anuidade é 28, foi pago no último ano. Só que daí tem a questão de ingressar né, 40% na verdade de um salário. (Liderança comunitária de Beato Roque).

Nos trabalhos da comunidade não participam, às vezes quando tem dinheiro eles vêm se divertir aqui na sociedade, se eles têm um pila eles gastam, nem querem saber.

Então eles ficam mais no grupinho deles?

R: É, ficam mais lá, se fecham.

Por que você acha que eles não participam?

R: Às vezes acho que é o preconceito, o alemão e o caboclo não se dão muito. Existe até um preconceito maior por parte do caboclo. Mas o que conta mesmo é o dinheiro, a gente explica pra eles participarem mais da comunidade e que a falta de dinheiro não teria haver, mas acho que eles não pensam assim. (Liderança comunitária de Cotovelo).

Conforme o relato das lideranças comunitárias, a participação do caboclo nos clubes sociais é muito tímida ou inexistente, como enfatiza a líder comunitária de cordilheira: “Não, não, não participam em nada, nada, nada”. Nas demais comunidades citadas, o caboclo chega até a freqüentar o clube social, mas não participa dos trabalhos, não assume nenhum compromisso de maior responsabilidade e nem se torna sócio: “Nos trabalhos da comunidade não participam, às vezes quando tem dinheiro eles vêm se divertir aqui na sociedade”; “eles vem lá, quando eles têm um dinheirinho, gastam e jogam, mas não é que eles são sócios”.

A partir destes relatos é possível perceber que o caboclo não se sente como um integrante do clube social, não possui o mesmo sentimento altruísta dos colonos que o definem de “Nossa Sociedade”. Para o caboclo, o clube é dos teuto-brasileiros, onde o máximo da sua participação é a de freqüentá-lo quando possuir algum “dinheirinho”, não diferente de qualquer outro estabelecimento de propriedade particular.

No decorrer das falas, as lideranças comunitárias revelaram a existência de um relacionamento humano conflitante entre caboclos e teuto-brasileiros no espaço do clube social. Como, por exemplo, na comunidade de São Pedro “tem muitos brancos que não se misturam com os pretos” porque quando estes “tomam um pouquinho aí complica um pouco” e “outro problema é que todos fedem, tem um odor um pouco forte”. Ou como na comunidade de Beato Roque, onde os caboclos “não são convidados”, “ninguém faz questão, o pessoal daqui prefere evitar eles”, onde “é melhor eles longe do que perto”. Já em relação à comunidade de Laranjeira, o líder comunitário aponta a dificuldade dos caboclos em se enquadrarem às normas do estatuto do clube social: “Então eles achavam assim, de eles poder participar, gostar do clube, sem achar que tinham deveres”; “eles se achavam que podiam vir tomar e pedir a última de graça”. Nesta comunidade o líder entrevistado também revela terem ocorrido várias situações de conflito entre caboclos e colonos que segundo ele se davam em consequência das bebedeiras e dos abusos provocados pelos caboclos. Afirma ainda que a situação foi controlada dentro do “termo legal” através do uso da força policial e da expulsão dos infratores do clube social.

Para as lideranças entrevistadas, além da dificuldade de relacionamento entre as duas etnias, a condição socioeconômica do caboclo é vista como um outro grande impasse para a

sua maior participação e integração ao clube social. Com uma renda econômica baixa e imprevisível não conseguem ingressar como sócios e nem garantir o pagamento da taxa anual de associado. Muitas vezes, a sua vida seminômada na busca de trabalho temporário também não possibilita a formação de vínculos mais profundos e comprometedores com a comunidade.

Outra justificativa mencionada pela não integração do caboclo ao clube social e que não pode deixar de ser observada, foi a do líder comunitário de Laranjeira, que relacionou o fato com a questão cultural: “Isto já vem de família, a base familiar e social deles é diferente, isto vem de tradição. Eles não têm um lugar social, é diferente, isso vem de tradição”.

O caboclo, na sua identidade cultural, não tem a herança de uma organização comunitária dentro das características das comunidades camponesas teuto-brasileiras, e a diversidade cultural é raramente tolerada ou considerada quando o caboclo não se enquadra às normas do clube social.

Conforme as informações recebidas durante as entrevistas realizadas na comunidade de Aparecida, local onde a população cabocla se encontra em maior número, ali há uma maior integração do caboclo no espaço recreativo comunitário. Na análise de uma professora da comunidade, em Aparecida “[...] o caboclo se sente mais em casa, comparado com outras comunidades. No entanto tem uma vida comunitária menos ativa. [...] Participam, mas não puxam a frente, uns e outros que ocupam cargos na diretoria da comunidade”. Mas na visita a um caboclo idoso que diz ter copiado o “sistema do alemão” (tem-se aqui um caso de ateutoamento), este com grande indignação e um olhar preconceituoso sobre suas antigas origens, argumenta de que há uma grande influência da cultura cabocla sobre o lugar, onde “tem muitos alemão aqui que viraram tipo caboclo”, o que seria o fator de maior impasse para o desenvolvimento sócio-comunitário de Aparecida:

R: Só que nós temos um alemão tipo assim ainda daqueles alemão caboclo, vadio. Então aí enfraquece o lado do descendente alemão.

Então eles vão para o lado das idéias do caboclo também?

R: É. Eles facultam as idéias dos caboclos.

Eles vão na cultura dos caboclos?

R: É. É isto aí.

Quem seriam estes tipos de alemão, seriam os agricultores mais pobres talvez?

R: É. Os preguiçosos.

Os preguiçosos?

R: Já copiaram, vão pescando, caçando...

Ah, então você acha que estes alemães copiaram a cultura do caboclo?

R: É. Tem muitos alemão aqui que viraram tipo caboclo.

[...]

A linha Aparecida aqui, é uma das comunidades maior que tem de número de habitantes. E é uma comunidade atrasado no desenvolvimento social. Eu vou ser

franco em te dizer, eu me retirei da comunidade, da sociedade, eu não participo nem que você venha me pagar. Eu não vou trabalhar de bobo, desorganizada, relaxada.

Por que não?

R: Isto é perder tempo. [...] Eu já cansei de trabalhar na sociedade e na comunidade, não adianta, eles querem comer e beber o que tem, desisti. [...]

Brigam toda a semana e estão sempre junto, cada um quer comer mais e beber mais e o troquinho que cai (faz um gesto colocando a mão no bolso).

[...]

Em primeiro lugar tu repare, como é que está a organização, a comunidade e a sociedade. A escola está quase mil metros retirado, aí que começa os erros né. O futebol terminou.

Por que terminou?

R: Mas a 40, há 50 anos tinha um campo de futebol aí e com medida de campo oficial, mas era arrendada a propriedade e nunca deram um jeito de arrecadar dinheiro pra comprar. E tu sabe que propriedade arrendada, se passou e não renova o contrato, daí um compra e outro vende e o outro compra. Até que chegou no ponto que um alemão de fora comprou e agora este ano ele lavrou a campo. E o que esta gente, os que começaram a vida neste campo, nos seus 7, 8 anos, hoje estão com 40, 50 anos e não botaram isto na cabeça que eles tinham de ter propriedade pro campo, pra organizar este campo, porque sociedade de esporte tem que ir organizando, acompanhando as metas.

Falta uma visão de futuro?

R: Não tem nada pra frente, isto eles não enxergam. [...] Nem na ponta do nariz, aí eles não enxergam, eles não tem futuro, eles querem viver do dado, da doação, comida, bebida e vida, roupa e vida, dinheiro pra gastar. É a coisa mais engraçada se eles têm de beber e comer. (risos). Daí nois temos tudo de comer e beber, mas tudo tem limite. Mas vamos lembrar que vamos produzir, vamos economizar, vamos guardar. O próprio bicho mais a toa que tem, o mais simples, a formiga (risos). O que é que a formiga faz? É. Pro verão ela colhe e guarda debaixo do chão.

Tendo incorporado a lógica capitalista, o caboclo ateutoado entende que a solução na organização sócio-comunitária estaria em o caboclo se adaptar ao “sistema do alemão”, a um sistema mais evoluído e que por isso deveria tomar a dianteira no processo e não o contrário. Para ele, a adoção do “sistema do alemão” não deveria se restringir apenas ao local, como também deveria ser o modelo de organização socioeconômica de todo o país:

R: Agora o caboclo tem que se ceder e não o alemão se ceder para o caboclo. Você sabe que aí existem dois tipos que estão em corrida, um é mais rápido, que esta na frente, não é possível esperar este que está pra traz. Este de traz que tem que aumentar.

Você acha que o caboclo tem que copiar muito da cultura alemã pra se adaptar a este lugar?

R: É, copiar e forçar a natureza, compreender que ele precisa mudar o ritmo. Esta é uma das mudanças que precisa no país brasileiro, a tal de mudança né. Não é mudar a família, é mudar o sistema, o diálogo de trabalho, pegar outro ritmo. Ou tu ta viajando numa marcha, se não levanta velocidade tu tem que cambiar pra andar mais. (risos).

Você acha que os alemães estão numa marcha e os caboclos numa outra?

R: É. O caboclo está no ré, grudado.

Os caboclos, durante as entrevistas, em quase sua total maioria confirmaram a pouca participação e integração no clube social da comunidade. Foram dadas diferentes justificativas ao fato, algumas não muito convincentes, como: “nunca gostei de sair”; “não gosto destas

coisas”; “não tenho tempo pra isso”, etc., mas que nos deixam subentender que se sentem melhor no aconchego das suas famílias do que no espaço social do clube, um ambiente onde se sentem estranhos e pouco à vontade.

Também costumava quando era mais jovem talvez, costumava ir a festas, bailes, futebol?

R: Não, da nossa casa é difícil nós ir, nós ia quando tinha jogo aqui eu ia de vez em quando, assim nós nunca ia. Outro é baile, baile também é difícil, quando eu vejo que o meu coração agrada que dá para ir né, daí eu vou, mas aí eu vou pra ficar uma hora. Eles perguntam: “A senhora não vai à festa”? Digo: “Eu não, eu vou ficar em casa”. (Cabocla, 77 anos).

Você costuma ir a bailes, festas e futebol?

R: Não.

Porque prefere ficar em casa?

R: Sei lá, a gente, tu vai no baile ali, quando tu vê tem um monte de gente brigando. Assim tu não tem justiça tu não tem nada, em casa, tu ficando em casa tu não tem problema nenhum, tu ta com a tua família e não tem problema nenhum. E eu nunca gostei de sair assim, não sei lá porque eu não gosto, não tem como explicar, mas nunca gostei de sair.

Desde pequena saía pouco?

R: É isso aí. (Cabocla, 22 anos).

Hoje, você costuma ir a festas, bailes, futebol?

R: Não.

Por que é que você não sai?

R: Não gosto destas coisas. (Caboclo, 23 anos).

Costuma ir a festas, bailes, futebol?

R: Não, não participo nada disso.

Clube de damas também não?

R: Não.

Por que não?

R: Porque eu não tenho tempo pra isso. (Cabocla, 41 anos).

Quando vocês eram mais jovens, claro que hoje vocês já são um pouco mais idosos já é difícil sair né? Quando vocês eram um pouco mais jovens costumavam participar de festas, de bailes, de futebol?

Marido: Não, nunca gostamos em ir num futebol.

Esposa: Festas para ir num bebedeiro não. (Casal de caboclo, 67 (ela) e 90 (ele) anos).

Quando se busca compreender os motivos da baixa frequência dos caboclos nos espaços recreativos da comunidade, não podemos deixar de considerar a parcela da população cabocla que virou “crente”. Alguns dos convertidos eram antigos festeiros e boêmios viciados na bebida alcoólica e no jogo, outros costumavam frequentar esporadicamente o clube social. Mas com a incorporação de uma rigorosa disciplina comportamental a partir dos preceitos religiosos proibitivos trocaram seus hábitos sociais do passado por uma vida mais reclusa, que praticamente os limita ao espaço do lar, do trabalho e da Igreja<sup>170</sup>.

---

<sup>170</sup> Este assunto já foi em parte abordado anteriormente no item “A segregação do caboclo no espaço religioso”.

Hoje você participa aqui? Quando existe um encontro, uma festa, participa aqui?

R: Do católico não tou participando mais.

[...]

Futebol tu não vai?

R: Qualquer tipo de jogo nós não participamos, baile não participamos, festa, comer churrasco e tomar cerveja nós não participamos.

Por que vocês não participam?

R: Nós não podemos tomar cerveja.

Ah, por causa da religião?

R: É. Por causa da religião. (Caboclo, 78 anos).

Você sempre costumava ir a festas, bailes?

R: Sim, antes sim. Ah, eu não perdia um baile, não tinha jeito, festas eu ia, aquele tempo cada um tinha o seu cavalo ciliado, cavalo bem ciliado. Depois que eu fiquei conhecendo o evangélico deixei de ir, parei com tudo, mesmo depois que ia pras colônias. O cavalo que eu tinha eu vendi. (Caboclo, 84 anos).

Nas famílias caboclas que moram mais afastadas do centro comunitário, a distância foi uma das justificativas bastante apontadas pela não participação em eventos recreativos do clube, especialmente entre os idosos, que com a saúde debilitada têm dificuldades em percorrer o trajeto a pé.

E depois quando vocês estavam casados aqui, vocês participavam?

Marido: Não, de baile não, muito pouco.

Esposa: Nós ficava em casa.

Você chegou a participar do bolãozinho?

Esposa: Não.

Marido: Nunca, de jogo nunca, nunca gostamos de jogo nenhum.

[...]

Então vocês não costumam sair muito?

Esposa: Então nois não saímos muito porque, por que ele não pode caminhar né, é tudo longe, nem para ir na cidade, até é um sacrifício [...]. (Casal de caboclos, 68 (ela) e 90 (ele) anos).

Você sempre chegou a participar aqui da comunidade?

R: Agora eu parei porque eu fiquei muito mal, daí o médico disse que eu não é pra caminhar sozinha mais, daí é muito sofrido pra subir aquele cerro ali de a pé. (Cabocla, 76 anos).

Então na missa, em festas você não vai muito?

R: Não nós não vamos. [...] É por causa que a distância é muito longe. (Cabocla, 30 anos);

Vocês percebem uma diferença entre a pessoa de origem alemã e o caboclo?

Marido: Tem, tem diferença.

Esposa: É, tem.

[...]

Você poderia especificar algumas diferenças?

Marido: Olha! Isso aí que eu não sei agora, tem algumas sim.

Esposa: A diferença que tem é mais no fim de semana na comunidade né, e a gente quase não vai.

Você acha que a vida comunitária deles é mais ativa, vão na missa, vão à festa...?

Esposa: É. É que eles têm carro, a hora que eles querem, chova ou não chova eles vão né e a gente não tem.

Então vocês ficam aqui?

Esposa: Daí não pode ir também, a pé é longe, é longinho pra gente ir a pé.

Que longe fica daqui até a comunidade?

Esposa: 3 km. (Casal de caboclos, 63 (ela) e 68 (ele) anos).

O problema da distância também está diretamente relacionado à precária condição socioeconômica do caboclo, que diferente da maioria dos colonos, não possui um automóvel para se locomover. Este, além de diminuir a distância quando ela é calculada pelo tempo gasto e o sacrifício para se chegar ao centro comunitário, ainda oferece o conforto que os protege das intempéries do tempo: “É que eles têm carro, a hora que eles querem, chova ou não chova eles vão né e a gente não tem”.

Em grande parte das entrevistas com os caboclos, a não participação em encontros festivos e não integração no clube social foi relacionada com a sua situação econômica:

Hoje você costuma ir a festas, bailes e futebol?

R: Não, só no futebol do campo aqui né. (campinho atrás da sua casa). De brincadeira assim né.

Ali no campinho?

R: Sim.

Não na sociedade?

R: Não.

Por que é que você não vai?

R: Por que ali tem que ser sócio, só sócio que pode jogar ali, senão não pode. (Caboclo, 15 anos).

Vocês hoje costumam ir a festas, bailes, futebol, clube de damas?

Marido: Não, não.

[...]

E os jovens aqui costumam sair nos bailes e festas aqui do grupo?

Esposa: Algumas vezes vão, mas não é sempre cada vez.

Não é cada final de semana?

Marido: Não.

Ficam mais em casa?

Esposa: É.

Marido: Eles não podem gastar em baile porque precisam do dinheiro outro dia pra ter uma coisa pra comer ou remédio.

Seria a falta de dinheiro que faz com que não vão muito?

Marido: Pois é, não dá para botar dinheiro fora. (Casal de caboclos, 63 (ela) e 68 (ele) anos).

Sem dinheiro o caboclo não consegue ser sócio do clube, e assim, não tem os mesmos direitos participativos dos associados, como a exemplo do jovem que apenas joga futebol num pequeno espaço improvisado aos fundos da sua casa, porque no clube “tem que ser sócio, só sócio que pode jogar ali, senão não pode”. O dinheiro sempre escasso, antes da recriação, precisa primeiramente atender as necessidades básicas de sobrevivência: “Eles não podem gastar em baile porque precisam do dinheiro outro dia pra ter uma coisa pra comer ou remédio”. Entre a população cabocla são os jovens principalmente, que esporadicamente freqüentam bailes, festas e eventos esportivos. Na medida em que assumem uma maior responsabilidade em manter suas famílias quando adultos e casados, sentem-se no dever de

não “botar dinheiro fora”, e com isso, deixam de freqüentar quase que definitivamente os espaços sociais recreativos e tornam-se mais caseiros.

Você costumava ir a festas, bailes antigamente quando era casada?

R: Muito pouco.

Por que você ia pouco?

R: Por causa das crianças, tinha crianças pequenas.

[...]

Do clube de damas você nunca chegou a participar?

R: Nunca. (Cabocla, 76 anos).

Como você falou antes, você costuma ir pouco também sair: festas, bailes, futebol?

Marido: É. Parei. [...] Depois que tu casa tu muda, porque tem as crianças, o cara não vai abandonar filho pra ir em festas.

A tua esposa participa do bolãozinho? Clube de damas?

Esposa: Não. (Casal de caboclos, 23 (ela) e 38 (ele) anos).

Costuma ir hoje a festas, bailes, futebol?

R: É quase só futebol mais.

Por que tu não vai mais a bailes e festas?

R: Porque eu parei né.

No tempo de casado?

R: Agora freqüenta mais a casa. (Caboclo, 28 anos).

Os caboclos também deixaram transparecer que das eventuais vezes que freqüentaram o clube social houve uma dificuldade de interatividade com os teuto-brasileiros, que pode ser relacionado às diferenças socioculturais existentes entre os integrantes dos dois grupos étnicos:

[...] e o caboclo não gosta de muita reunião, muita coisa, não gosta de perder tempo em reuniões, ele gosta mais... Meia hora daí já entra uma risada no meio. Pode notar que o caboclo dá bastante risada, onde tão uns três ou quatro reunidos com a pinga tu pode de longe, vai e observa, eles estão contando causos e dando risada. O alemão já não, ele começa: negócio aqui, negócio lá, contratar... Da produção praticamente né, é difícil, um que outro tudo bem, mas vamos dizer a maioria. E a maioria do caboclo não, com o caboclo não dá pra discutir trabalho, serviço. (Caboclo, 46 anos).

A organização sócio-comunitária dos teuto-brasileiros exige que constantemente sejam realizadas reuniões para que possam ser discutidos em conjunto os interesses coletivos da comunidade e estas podem ser prolongadas e exaustivas conforme o assunto em debate e as decisões a serem tomadas.

A formação de organizações associativas com o envolvimento dos associados em assembléias é uma antiga herança cultural teuto-brasileira já trazida da Europa pelos seus antepassados, diferente dos caboclos, que nas suas organizações coletivas não estruturaram uma vida comunitária tão complexa. Talvez seja esta a causa do “caboclo não gosta de muita reunião”. Outra hipótese que pode ser levantada pelo caboclo não gostar ou não se interessar pela reunião é por ele não se sentir como um membro da comunidade ou da associação. Na



citação anterior, o entrevistado detalha uma diferença no hábito comportamental entre os dois grupos étnicos nos encontros sociais: enquanto o caboclo conta causos e dá risada, o “alemão” discute assuntos relacionados a sua atividade econômica, como produção, negócios, contratos, trabalho, etc. Percebe-se uma dificuldade de interatividade de ambas as partes que está relacionada às diferenças no *ethos* camponês: a cultura do provisório por parte do caboclo e a incorporação dos valores de uma ética capitalista por parte do teuto-brasileiro. A dificuldade de um diálogo também pode ser relacionada à incompatibilidade de conteúdos e às diferenças socioeconômicas, pois mesmo que o caboclo discutisse assuntos relacionados à sua atividade produtiva os conteúdos não seriam os mesmos: os meios produtivos e tecnológicos são diferentes.

Apesar da precária condição socioeconômica do caboclo contribuir para a sua não integração ao clube social comunitário, o peso maior parece ainda estar no estranhamento cultural existente entre as duas etnias. A incompreensão e a intolerância diante das diferenças culturais geram e asseguram preconceitos e ressentimentos de uns em relação aos outros. Neste ambiente conflituoso os mais prejudicados são os caboclos, minoria étnica, que ao se sentirem vitimados pelo preconceito se fecham em torno de sua família e de seu grupo sem se integrarem ao espaço social de predominância teuto-brasileiro.

Você participa aqui da vida comunitária?

R: Não, na sociedade e comunidade é muito difícil eu ir.

Por que é que você não participa?

R: Por causa disso mesmo.

Por causa dessa panelinha?

R: É, e do racismo deles. (Caboclo, 38 anos)

È. Muito caboclo já nem vai, por que tem muitos que tem muito racismo ainda, por causa que o brasileiro gostava de ir numa festa. Como dizem que... Alguém me falou que tem uma comunidade, que Catres, Catres, não sei a onde que fica. Diz que lá se vai um brasileiro todo mundo fica né, que parece meio assustado.

[...]

A pessoa se sente ofendido, mal, por que eu acho que se eu ir, até um dia nois lemos um convite de Catres para nós ir em um baile. Mas a gente não somo muito de baile, já faz 33 anos que estamos casados, eu acho que fomos em dois bailes. Então nois ate ia ir, só que então falaram que lá né.....então vamos ficar, se é para nois ir lá para ser exibida para estas pessoas, então vamos ficar. Porque das vezes você não vai gostar né, podem até ofender alguém, então é melhor em casa do que saí. (Cabocla, 49 anos).

#### 2.2.4 A pouca frequência do caboclo à escola

Os colonos quando fundavam uma comunidade em Porto Novo construíam a igreja e junto construíam a sua escola comunitária paroquial (*Pfarrschulen* ou *Gemeindeschulen*). No início o ensino escolar e o culto religioso eram ministrados numa única construção, rústica, de madeira denominada de *Schulkapelle*. Os moradores da comunidade tinham que oferecer casa, terra e salário ao professor além da infra-estrutura da escola.



Figura 53 - Casa do professor e *Schulkapelle* na formação da comunidade rural. Fonte: JUNGBLUT, 2000.

Mas por que os colonos, ao se instalarem em meio à selva, num rústico modo de vida camponês, viam a instrução escolar como algo indispensável na sua organização social? Para buscar-se uma compreensão para tal inquietação é preciso retornar a um passado mais distante na trajetória da identidade cultural destes imigrantes.

Conforme os estudos de Kreutz (1991, p. 41-42), a construção da escola de cunho religioso junto às comunidades camponesas já vem de uma antiga tradição da região de *Hunsrueck* na Alemanha, eixo da emigração dos antepassados da população teuto-brasileira de Porto Novo:

Tinha algumas especificidades relacionadas com a questão escolar. Sendo uma região com predominância de comunidades rurais, de tradição católica, teve as escolas fundadas especialmente por motivo religioso, a partir do século XVII. Hans Joerg realçou que nesta região, no século XVI, os professores eram os próprios padres e pastores, sendo que a escola costumava ser uma sala da casa paroquial. E o currículo limitava-se ao ensino básico da leitura, escrita, cálculo e com ênfase no catecismo, rezas e cantos. Até fins do século XVII as aulas eram concentradas no período do inverno, quando os campos cobertos de neve não demandavam maiores serviços. E no decorrer do mesmo século os professores já passaram a ser majoritariamente leigos. Eram pagos em parte em gêneros alimentícios e em parte em dinheiro, estipulando-se uma quantia para cada família da comunidade.

Após a Revolução Francesa, quando as políticas nacionais a partir de princípios liberais expandiram a rede pública de escola com a laicização do ensino, a Igreja Católica buscou reavivar a tradição da escola paroquial. Esta passou a ser um elemento estratégico no movimento da Restauração Católica na Alemanha no decorrer do século XIX, e foi na região de *Hunsrueck* que vingou melhor a sua articulação:

Enquanto que na maior parte da Alemanha se havia difundido a escola pública e gratuita, a partir de 1850, na região de Hunsrueck se manteve pelo maior tempo possível o domínio da Igreja Católica, via comunidades rurais, na direção e na organização das escolas. Interessava-lhe muito a figura do professor, em função de suas atividades relacionadas com a Igreja e com a comunidade local. (Ibid., 1991, p. 42).

O período inicial da emigração para o sul do Brasil coincidiu com esta fase de efervescência de idéias e de iniciativas em torno da educação elementar na Alemanha, o que fez com que os imigrantes ao se instalarem nas colônias tivessem como preocupação inicial a implantação de uma escola na sua comunidade rural. Com a expulsão dos jesuítas da Alemanha em 1873, o modelo infra-estrutural e educacional do sistema das escolas paroquiais foi transplantado para o Rio Grande do Sul junto com os ideais da Restauração Católica. E dentro destes princípios, o sistema educacional das escolas paroquiais é estendido para o oeste catarinense com a colonização de Porto Novo.

A escola formava um elo entre família, comunidade e clero, portanto, era vista como uma instituição necessária para a reprodução de um modo de vida camponês pautado nos antigos valores do conservadorismo romântico da Restauração Católica. A educação escolar tinha como objetivo enquadrar a criança no seu meio social próximo, contribuindo para que as tradicionais comunidades rurais católicas continuassem a se reproduzir dentro dos seus moldes e valores sociais. Sobre o currículo das escolas paroquiais, Eidt (1999, p.31) afirma “que a maior preocupação do currículo escolar foi a perpetuação da religião católica e de seus valores, a preservação da cultura alemã e o ensino de técnicas e fórmulas matemáticas utilizadas no cotidiano da vida rural”.

O professor paroquial era um personagem de grande destaque dentro do núcleo comunitário, além de zelar pela educação escolar das crianças cabia a ele múltiplas funções políticas, religiosas e sociais. Ele estava subordinado ao poder do clero e ocupava uma posição estratégica para a imposição das normas estabelecidas e a preservação dos valores sociais. Quando o professor não correspondia aos interesses da comunidade (que em geral eram os mesmos valores impostos pelo clero) ela tinha o poder de destituí-lo da função, já que era a comunidade que pagava o seu salário e lhe oferecia a casa e um lote de terra em forma de usufruto. Assim o professor sofria de uma vigilância constante, tanto por parte do clero como o da comunidade.

A escola paroquial não estava restrita apenas ao interesse de cada núcleo rural, ela se encontrava dentro de uma estrutura maior, ligada à Associação de Professores Teuto-Brasileiros Católicos no Rio Grande do Sul (*Deutsch-Katholischer Lehrerverein*). Esta associação mantinha uma estrutura ampla e solidificada: produção e difusão de material

didático adequado aos seus objetivos; preparação pedagógica dos professores com cursos, assembléias e semanas de estudo em escala local e regional; fundo de pensão e aposentadoria; instituto de formação para professores e circulação de jornais e revistas. (KREUTZ, 2000, p. 171).

Com a política de nacionalização do governo Vargas, a partir de 4 de maio de 1938, a escola passaria para a responsabilidade do Estado e por ele seria mantida e dirigida. No mesmo ano foi decretado que a instrução primária seria “exclusivamente ministrada em Português” (Lei Federal Nº. 7.614, de 12/12/1938, art. 7). A ação política de nacionalização provocou um profundo rompimento com a estrutura de ensino teuto-brasileiro e paroquial, além de estabelecer uma significativa repressão à população de origem alemã, especialmente nos anos em que o governo brasileiro anunciou a sua entrada na 2ª Guerra Mundial contra a Alemanha.

O clero, preocupado com a perda do controle sobre a sociedade civil com a extinção do professor e da escola paroquial, articulou uma mobilização de resistência contra a nacionalização do ensino, tendo grande apoio da população local. Em muitas situações a estrutura das escolas paroquiais não foi cedida para a prática do ensino público. Nas comunidades onde o poder público enviou professores luso-brasileiros, a população mantinha um relacionamento impiedoso e muitos pais não enviaram os seus alunos para a escola.

Terminada a Guerra, a pressão do Estado sobre a população de Porto Novo foi cessando e a resistência ao ensino público por parte da população também.

Os professores ‘luso-brasileiros’, incompreendidos, deixaram os seus cargos e foram substituídos por professores locais que, embora públicos, mantiveram um bom relacionamento com o clero e a população. [...]. Apesar do ensino público implantado pelo governo, a identidade entre escola, comunidade e clero persistiu através das funções sociais e religiosas do professor. (EIDT, 1999, p. 45 e 46).

Para que o professor, funcionário público, continuasse com as funções sociais do professor paroquial, a comunidade e o clero mantiveram a estrutura escolar e a casa do professor. E para manter o professor subordinado, as famílias contemplavam o seu salário, supostamente baixo, com uma taxa em dinheiro ou mercadoria.

Esta estrutura de ensino de caráter confessional com a figura do professor comunitário entra em decadência a partir de 1970, quando as relações capitalistas começam a se aprofundar na região, acompanhada com a filosofia do liberalismo econômico. Mas em algumas comunidades, geralmente as mais isoladas, as escolas ainda apresentavam fortes

características herdadas das escolas paroquiais até o processo da Nucleação Escolar<sup>171</sup> ocorrida em 1998.



Figura 54 - Escola Comunitária da comunidade de Santa Fé: depois de quatro décadas de funcionamento foi leiloadada e adaptada para moradia. Fonte: EIDT, 1999.

Após a década de 70 introduziram-se as escolas básicas, construídas pelo governo e muitos novos professores vieram com uma formação filosófica do pensamento liberal. A educação comunitária subordinada pelo clero e voltada a um modo de vida camponês tradicional e local, foi sucessivamente substituída por uma educação que passou a atender a reprodução de uma sociedade hegemonicamente capitalista e mais urbanizada. O ensino escolar ampliou os horizontes do aluno além do espaço local em que se encontrava inserido.

Para atender a esta nova reprodução social os anos de freqüência escolar se estenderam em períodos maiores. Primeiro o ensino básico até a 8ª série, depois o 2º grau profissionalizante (ensino omitido pelo poder público e espaço ocupado pelas escolas cenicistas) e mais tarde o ensino médio estadual de Formação Geral, popularmente conhecido como o “2º grau científico”.

Atualmente os jovens da região, para se enquadrarem às novas necessidades do mercado de trabalho, tanto do meio urbano para onde a maior parte migra, quanto do meio rural que se encontra mais capitalizado, após o ensino médio estão em grande número

<sup>171</sup> A partir da década de 90 houve uma redução intensa no número de alunos das escolas comunitárias, para isso podem ser destacados vários fatores: o boicote a escola comunitária por parte de famílias que prosperaram economicamente, evitando aos seus filhos a escola multisseriada, alegando que ela tinha um ensino mais “fraco”; a diminuição da taxa de natalidade; o intenso êxodo rural. A partir da institucionalização da Lei Nº. 9. 424 de 24/12/1996, onde o ensino fundamental foi delegado sob a responsabilidade da prefeitura, os municípios da antiga região de Porto Novo iniciaram o processo de fechamento da maioria das escolas comunitárias, concentrando os alunos nas escolas das cidades ou das comunidades maiores onde foram ampliadas as suas estruturas. A Nucleação Escolar objetivou maior qualidade de ensino com menores custos na educação. Porém gerou um descontentamento por uma parte da população que afirmam que a escola era a “alma” da comunidade. (EIDT, 1999, p. 92 a 102).

freqüentando as universidades e cursos profissionalizantes que se expandiram intensamente no extremo oeste catarinense. Para atender ao processo da modernização agrícola, houve também “[...] nos últimos anos, uma verdadeira proliferação de cursos técnicos objetivando o aumento da produtividade e a qualificação cada vez maior dos produtos e do produtor rural”. (Ibid., p. 88).

Pode-se perceber que de forma geral, existe uma grande valorização pela escola na antiga região de Porto Novo, principalmente por parte dos pais que tem uma preocupação em incentivar os seus filhos a estudar. “O estudo é a melhor herança que posso deixar aos meus filhos” é uma argumentação constantemente utilizada por muitos pais quando se referem sobre a importância do estudo:

R: Porque um dia eu escutei uma frase, frase não, alguém contou assim: “Nós não temos nada, nós não temos nem uma casa pra nós mesmos morar, mas nós pagamos todos os estudos que a nossa filha queria fazer porque isso é uma coisa que nunca alguém consegue roubar”. O que você estudou ninguém te tira e bem materiais você pode ir a qualquer hora a...

Falência?

R: Sim e quando o cara tem estudo não... [...] Eu acho que estudo é a melhor herança que se pode deixar pra um filho.

Antes pro colono era sempre dar um pedaço de terra pra dar um início, hoje seria então o estudo?

R: Sim, no meu ver é isso. Porque não adianta você, como nós temos vários exemplos, não adianta deixar pros filhos uma grande herança material. Vamos dizer, tinha pais que montaram fábricas que geraram empregos, geraram em torno de 10, 15, 20 empregos, tinham um comércio assim que era notável no município. Assim que quando os velhos deram nas mãos dos filhos simplesmente faliu. Eu acho sempre que não adianta você dar o capital, você tem que dar a oportunidade pra pessoa fazer o seu capital. Se talvez os pais não tivessem nada, mas teriam mandado os filhos estudarem e teriam pago os estudos, os filhos teriam trabalhado pra conseguir ter aquilo que assim perderam. (Teuto-brasileiro, 32 anos).

Neste sentido, a escola, os cursos profissionalizantes e a universidade são vistos como uma possibilidade de ascensão social. Assim, os jovens com maior interesse em continuar os seus estudos ou que possuem um maior poder aquisitivo, ingressam nas universidades. Há aqueles que realizam cursos técnicos e atualmente são raros os exemplos de jovens que deixam de completar o ensino médio. E é grande o número de pessoas que estão voltando à escola através dos programas educacionais de jovens e adultos uma vez que em outras épocas não tiveram condições ou não viam sentido em estudar.

Se por um lado, os colonos quando se estabeleceram em Porto Novo já traziam uma antiga tradição escolar, por outro lado, na população cabocla a cultura era transmitida e reconstruída apenas através de uma educação informal sem o auxílio da escola. A reprodução social na infância e na adolescência se dava no seio das relações familiares, de forma idêntica como descreve Claval (2001, p. 65) sobre as comunidades tradicionais:

A iniciação das crianças é então assegurada pelo meio próximo: o menino segue o pai na caça ou na guarda dos rebanhos. Ele é iniciado por este na manipulação das armas. As filhas aprendem com as mulheres da família a arte de plantar e de semear, a maneira de cozinhar os alimentos e de tecer, etc.

A escola comunitária, antes paroquial e depois pública, com a função de reproduzir um modelo social pautado nos valores do conservadorismo católico e romântico das antigas comunidades rurais alemãs, impossibilitou uma abertura do ensino escolar à população cabocla. As crianças caboclas não conseguiam se identificar com uma estrutura de ensino que marginalizava a sua identidade cultural.

Em 1954 foi construída a primeira escola comunitária na antiga linha Glória. A rústica construção de madeira também servia como igreja (*Schulkapelle*). Nela o aluno caboclo mostrou-se mais presente e integrado ao espaço escolar, porque nesta comunidade, naquele período, a predominância da sua etnia era quase absoluta. Ali a escola teve que ser mais compreensível às características culturais e às condições sociais dos caboclos para conseguir algum êxito no processo educacional, como pode ser observado abaixo num trecho da entrevista com a primeira professora da comunidade:

Você também percebia uma diferença neles e de outras origens?

R: Sim, as crianças eram mais assim diferentes, educadas diferentes em casa. Como estes caboclinhos não tinham educação nenhuma, a gente tinha que, desde que entravam na escola tinha que pegar, mostrar como é que a gente pega um lápis e pegar a mãozinha, eles não tinham noção de nada.

E a questão de higiene?

R: iiiiiiihhhhh.

Tinham dificuldade com a questão de higiene?

R: Meu Deus do céu, se a gente tivesse como ali, não tinha água naquele tempo né, a gente devia de ter dado um banho cada vez que eles viessem na escola, mas de que jeito, nem tinha água por aí, só na sanga lá em baixo.

E depois que você educava eles, eles aceitavam ou eles continuavam?

R: Sim

Aceitavam facilmente?

R: Eles gostavam disso, sim.

Vamos supor: Lavar as mãos antes das refeições, daí eles aceitavam depois?

R: Sim, deixar as mãos limpas né, porque a roupa eles tinham, acho que muitos tinham só uma mudinha. Mas assim, eu bem no fim ensinei pra cada um trazer uma garrafa de água de casa, então quando passava o recreio, vamos passar uma água na mãozinha né.

Isto eles aceitavam facilmente?

R: Sim, pra mim eu nunca tinha problema com isso.

Por volta da década de 70, as crianças caboclas das outras comunidades de Porto Novo também passaram a ingressar gradualmente na escola (provavelmente já havia algumas exceções anteriores). Quais teriam sido os fatores que contribuiriam para o aparecimento do caboclo na escola? Para a compreensão deste processo, várias hipóteses poderão ser atribuídas: a transformação da escola comunitária em pública acompanhada de uma mudança

na estrutura de ensino, onde os valores do conservadorismo romântico imposto pelo clero mostraram uma forte decadência; a modernização agrícola que trouxe melhores condições sociais para as famílias caboclas que se adaptaram às relações capitalistas de trabalho e produtividade, o que resultou na sua maior sedentarização e na integração ao espaço social teuto-brasileiro<sup>172</sup>; a maior preocupação do poder público do Estado em inserir a população na escola, como a aplicação das leis que tornaram o ensino escolar obrigatório; e os caboclos que também passaram a ver a escola como uma necessidade para ingressarem no novo mercado de trabalho e ascender socialmente.

No período atual, com o transporte escolar gratuito, com a assistência social da Bolsa Família e com o maior rigor no comprimento da lei referente ao ensino escolar obrigatório, pode-se afirmar que todas as crianças caboclas, a partir da idade inicial obrigatória, freqüentam a escola. Mas destas crianças, a maioria não chega a concluir o ensino fundamental e são raras aquelas que completam o ensino médio, como pode ser observado nos dados da tabela abaixo:

**Tabela 6 - Número e porcentagem de alunos caboclos na escola<sup>173</sup>**

Escola	5ª série			8ª série			3ª série Ens. Médio		
	Total	Caboclos	%	Total	Caboclos	%	Total	Caboclos	%
Teodoro Treis	27	4	14,8	21	0	0	29	0	0
Madre Benvenuta	96	4	4,1	85	2	2,3	62	0	0
Pe. Balduino Rambo	78	8	10,2	71	1	1,4	86	1	1,1
Humberto Machado	42	10	23,8	58	2	3,4	43	0	0
Santo Antônio	42	4	9,5	26	2	7,7	42	3	7,1
São Vicente	65	12	18,4	119	19		109	19	17,4
							15,9		
Peperi-Guaçu	19	8	42,1	9	6		Não possui ensino médio		
							66,6		
Esperança	37	17	45,9	14	15		Não possui ensino médio		
							35,7		

Nas escolas onde os alunos são predominantemente do meio rural e que abrangem áreas onde a densidade da população cabocla é mais baixa, a porcentagem de desistências do aluno caboclo é maior, como pode ser observado nas escolas Teodoro Treis, Madre Benvenuta, Pe. Balduino Rambo e Humberto Machado. A escola de Santo Antônio também pode ser enquadrada a esta característica, porque conforme os professores, a presença dos três

<sup>172</sup> Não podemos deixar de considerar que o processo da modernização agrícola também dificultou as condições de vida de muitas famílias caboclas, principalmente com a desapropriação das suas posses e a constante diminuição das antigas formas e relações de trabalho, o que provocou a emigração de um grande número para as novas frentes de colonização;

<sup>173</sup> Os alunos caboclos foram identificados pelo sobrenome luso a partir do diário de classe, o que incluiu os caboclos mistos onde a mãe é teuto-brasileira. As demais escolas com ensino fundamental séries finais e/ou ensino médio não foram incluídas por possuírem um número extremamente reduzido de alunos caboclos, o que não possibilita fazer dados comparativos entre as séries analisadas na tabela.



alunos caboclos na 3ª série do ensino médio é um caso excepcional. Na escola de ensino fundamental Peperi-Guaçu, localizada na comunidade de Aparecida, numa área rural de maior densidade da população cabocla, verifica-se uma menor desistência dos alunos caboclos. Nesta escola os estudantes da etnia cabocla são predominantes por se tratar de uma área de concentração cabocla e por também atender a comunidade vizinha Laranjeira, onde se encontram os aglomerados Vila União e Vila Chaves. Conforme os professores, apesar dos alunos caboclos se sentirem mais a vontade neste ambiente escolar por serem a maioria, há períodos que ocorrem desistências principalmente entre a 6ª e 7ª série. Os desistentes seriam quase sempre estudantes vindos da Vila União e relacionam a desistência com a precária condição social em que se encontram as famílias do lugar. Na escola do ensino fundamental Esperança, localizada no bairro Santa Tereza, área urbana de Itapiranga de maior densidade da população cabocla, a porcentagem de desistências dos alunos caboclos, segundo a tabela acima, mostra-se mais baixa quando comparada com as escolas que atendem as áreas rurais de menor densidade populacional cabocla. Mas conforme a diretora da escola há também períodos onde ocorre grande número de desistências, que seriam principalmente de alunos caboclos vindos de Santa Tereza Baixa, mais especificamente da Vila São Pedro São Paulo, cujas famílias se encontram em péssimas condições socioeconômicas. Já a escola São Vicente, localizada no centro da cidade de Itapiranga, não demonstra um percentual de desistências de alunos caboclos. Tal fator certamente se explica porque os estudantes são de famílias caboclas que alcançaram uma melhor ascensão social com a proletarização e incorporaram valores e hábitos sociais idênticos à da população urbana predominante, e assim conseguiram se integrar melhor socialmente.

Ao fazer-se uma análise geral dos dados da tabela acima, percebe-se que a densidade da segregação da população cabocla nas diferentes áreas do território de Porto Novo se reflete de forma idêntica nas escolas que se encontram inserida em tais áreas. No meio rural onde a população cabocla é minoria, geralmente se encontra concentrada em seus aglomerados, sofre uma forte segregação social e a desistência dos alunos caboclos é maior. Nas áreas onde a população cabocla não é minoria, conseqüentemente se sente menos reprimida e o aluno caboclo mostra-se mais presente e integrado à escola. As desistências que ocorrem estão mais relacionadas aos estudantes vindos dos aglomerados onde as suas famílias se encontram segregadas. No espaço urbano onde as famílias melhor se adaptaram às relações capitalistas do mercado trabalho, ascenderam na estratificação social e conseguem melhor se integrar com a maioria teuto-brasileira, não há desistência do aluno caboclo, como mostram os dados da escola São Vicente.

Mas por que a população cabocla, vitimada pela segregação social, não consegue se integrar ao espaço escolar? Estariam na escola se reproduzindo relações sociais idênticas como nos demais espaços sociais da comunidade onde a etnia cabocla é segregada? A escola tem a capacidade de melhor integrar o aluno caboclo ao meio escolar ou encontra-se impotente diante das forças das relações sociais que segregam a sua etnia? Estes são alguns questionamentos essenciais a serem levantados quando se busca compreender os fatores responsáveis pela pouca permanência do caboclo na escola.

Em relação à desistência, a diretora da escola Esperança explica em que fase da trajetória escolar esta costuma acontecer:

Com que idade eles desistem?

R: Geralmente [...] na 4ª série, vamos olhar a idade, ali que começa a dar problema, geralmente o ano em que eles estão indo pra 4ª série. Porque até que eles são pequeninhos eles vêm certinhos. Quando eles atingem a idade mais ou menos da 4ª série ali, 95, então 10 anos, daí começa a dar sinais de que tem que ir atrás convencer, mas daí ainda eles vêm. Daí começa a dar 11, 12 anos, daí eles fazem a 5ª, eles começam e não terminam né, ou reprovam finalmente por infreqüência. Na 4ª série dá sinais, na 5ª série eles vêm uma época, tipo o primeiro bimestre é uma beleza né, mas depois, por exemplo, agora que começa a esquentar, que tem mais trabalho tipo assim, se eles têm preguiça de estudar eles vão descarregar caminhão, eles vão roçar potreiro, eles vão ajudar os pais em casa pra ganhar um tal de milhão.

A desistência do aluno caboclo não acontece de forma repentina, muitas vezes é um processo que leva alguns anos devido à vigilância no cumprimento da Lei referente ao ensino fundamental obrigatório<sup>174</sup>. Quando a direção da escola não consegue convencer o aluno a voltar, este é encaminhado ao Conselho Tutelar. Se o Conselho Tutelar não consegue “solucionar” o caso, o mesmo é enviado ao Fórum e o aluno volta para a sala de aula por uma determinação do juiz. “Mas ele vem, assim, tipo um período ainda, um mês, um mês e pouco e daí de novo não vem mais. Aí começa tudo de novo”. (Ibid). Se não consegue se esquivar das tramitações legais que o obrigam a permanecer na escola, o aluno caboclo passa a freqüentá-la esporadicamente e mostra-se pouco interessado com o ambiente escolar.

Além da imposição obrigatória estabelecida pela Lei, o que faz com que permaneça grande parcela de alunos caboclos pouco estimulados a estudar na sala de aula, é a ajuda oficial do programa Bolsa Família. O estudante beneficiado necessariamente precisa mostrar a freqüência à escola, pois caso contrário corre o risco de perder o benefício. Há então uma pressão por parte dos pais para que o filho não falte à aula.

O ensino primário agora eles estão concluindo muito em função de ajudas oficiais que vinculam esta ajuda a conclusão do ensino fundamental, mas no ensino médio a

<sup>174</sup>

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394 de dezembro de 1996, art. 4º, inciso I.

gente percebe que quase não existem alunos caboclos ou etnia que não seja a predominante do município.

Você acha que aquele programa do Bolsa Família assegura?

R: É. No ensino... Eu percebo que no ensino fundamental porque está muito fortemente vinculado à ajuda oficial à frequência das aulas, mas depois que isso não tem mais vínculo aí acaba não acontecendo mais a sequência nos estudos como a etnia predominante faz, consegue. (Professor da escola Humberto Machado).

Mas em geral, a maioria dos caboclos abandona a escola definitivamente ao completar seus 15 anos de idade. A partir desta idade os alunos que se encontram no ensino fundamental têm o direito de se transferirem para um programa de educação para jovens e adultos. Quando transferidos do ensino regular, a vigilância diminui, assim, na maioria das vezes, o ato da transferência torna-se uma estratégia de fuga da escola<sup>175</sup>. Esta tática é bastante usada pelos caboclos que pedem a transferência para o Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), como se pode perceber na entrevista com a diretora da instituição:

Então você acha que muitos que vêm aqui fazer a matrícula, é uma estratégia de desistência na verdade?

R: Sim. Tipo assim, eles vêm aqui pegam atestado de vaga. Tipo assim, pra liberar o histórico na outra escola eles precisam de atestado de vaga, que aqui tem vaga. Daí eles vêm aqui pegam atestado de vaga, vão na escola pegam o histórico, daí às vezes vem aqui e às vezes nem vem mais aqui, acabam desistindo já.

É no caso pra não ter perseguição do Conselho Tutelar, da Justiça, do Fórum?

R: Isto, sim, do promotor.

Então lá de Santa Tereza teriam vindo poucos pra cá?

R: Tem alguns que estudaram no Santa Tereza e vieram pra cá, mas não estão frequentando.

Hoje frequentando não teria praticamente nenhum então?

R: Desses não, que estudam lá até a 8ª série.

Mas também temos desistências em outras escolas?

R: Não seria tipo aluno muito novo, daí os que vêm de outro município, normalmente já são pessoas mais...

A cima dos 15 anos?

R: Sim.

Que idade mais ou menos?

R: Ah, são tudo jovens adultos, 20, 25, assim pessoal que trabalha também fora.

Teriam poucos que tipo com 15 anos vem aqui?

R: E normalmente estes de 15 anos não se acostumam com estas turmas aqui, porque aqui são velhos, tipo assim, adultos.

Então acabam desistindo?

R: Sim, daí desiste por que ele acaba se sentindo mal no meio de adultos. Daí eles querem estudar, tipo assim, trabalhar e eles não tão nem aí estes novos. [...]

Enquanto aqui, o NAES não tem este compromisso de ir atrás?

R: Não, nós pelo menos não acionamos Conselho Tutelar não.

Então é uma fuga mesmo?

R: Então é pra fuga mesmo.

---

<sup>175</sup>

É importante considerar que ao completar 15 anos o aluno enquadrado ao programa Bolsa Família deixa de receber o benefício o que também contribui para que não venha mais para a escola.

Na tentativa de desvendar os motivos que levam a desistência do aluno caboclo, foram realizadas entrevistas junto aos professores e/ou diretores das escolas onde foi verificada a evasão escolar de alunos caboclos.

A maioria dos professores e diretores entrevistados relacionou a desistência do aluno caboclo à sua precária condição socioeconômica e às suas características culturais que não valoriza o estudo:

[...] existe uma questão cultural, acho que meio histórico isto um pouco. Porque isto ainda temos origem que muitas vezes estes caboclos talvez pouco foi incentivado o valor do estudo, o valor de uma cultura um pouco mais de sociedade. Ali tem o seguinte, porque quando eles não, quando não foi desenvolvida a questão da cultura, da leitura, do estudo, da busca, automaticamente ele não traz dentro de si um anseio maior de uma procura constante, de uma busca constante e aí facilmente ele não se sente devidamente motivado a esta busca constante. Daí facilmente ele desiste, porque o pai ou a mãe não insistem que ele estude, é uma situação de circunstâncias às vezes. E aí, facilmente, como ninguém disse um dia: “Olhe, é importante estudar, é importante buscar”. E aí facilmente do jeito que ele vem pra escola ele também desiste, qualquer motivo às vezes é motivo pra desistir.

[...] e ainda existe eu acho que esta questão que há muita mudança, porque hoje eles estão num lugar, amanhã está em outro lugar e aí então perde esta seqüência também um pouco. Daí ele vai pra um lugar não sabendo se ele vai estar amanhã ali [...]. Então o motivo de não saber o que vai acontecer amanhã daí ele nem decide ir pra aula. Acho que isto é outro motivo que faz com que ele não venha. (Professor da escola Pe. Balduino Rambo).

Olha! A gente faz o possível para que eles fiquem na escola e eu acredito que se tem desistência é por uma questão de falta de apoio dos próprios pais, da estrutura familiar. E também da questão de eles não ter uma moradia totalmente fixa, eles vão muito de um lugar pra outro e neste meio tempo eles acabam se desestimulando. Mas o maior problema que me parece assim que há falta de apoio da família pra que os seus filhos caboclos continuem estudando e terminem o ensino médio. É difícil na nossa comunidade escolar alguém terminar a 3ª série, temos algumas apostas dos atuais alunos esperando, o tempo vai nos dizer se eles realmente vão chegar a concluir o ensino médio, tomara que isto venha a acontecer. (Diretor da escola Teodoro Treis).

Literalmente desistem. Por quê? Porque pela cultura, está enraizado. Se você for lá e enxergar, se você for ao bairro, você irá ver os caras tomando chimarrão, eles não querem compromisso sabe. [...] Mas os desistentes nossos são caboclos, praticamente todos, é pela cultura enraizada neles, que eles trabalham hoje pra comer hoje. Eles preferem descarregar o caminhão da Bem-Te-Vi<sup>176</sup> do que vim estudar, daí é um real por tarde do que vim pra escola. E se você falar com os pais, os pais mesmo dizem: “Nós temos que trabalhar, o dinheiro não cai do céu”. É bem complicada essa situação. E se eles vêm pra escola eles querem da prefeitura uma sexta básica em troca né. Então é pra botar os filhos pra trabalhar pra ter o pão de cada dia, por não querer ter compromisso, esse é o motivo principal. (Diretora da escola Esperança).

Conforme os educadores, como apresentado nos dois primeiros trechos das entrevistas, as constantes migrações das famílias caboclas faz com que seus filhos percam a seqüência dos

---

<sup>176</sup>

Empresa construtora da cidade de Itapiranga.

estudos e se desestimulem para continuar. Em relação à questão cultural, os entrevistados entendem de que não há um apoio por parte da família incentivando os filhos a estudar. Ainda com relação às características culturais, a diretora da escola Esperança aponta a cultura do provisório enraizada no caboclo como sendo a principal causa da não permanência na escola: “trabalham hoje pra comer hoje”. Não percebem a importância do estudo para a sua vida, à longo prazo, “preferem descarregar o caminhão da Bem-Te-Vi do que vir estudar, daí é um real por tarde do que vir para escola”.

Entre os jovens caboclos desistentes, os principais motivos apontados por terem largado os estudos foram relacionados à sua difícil condição socioeconômica, como a necessidade de trabalhar para se auto-sustentar e ajudar no sustento da família além de não terem dinheiro para adquirir o material escolar:

Até que ano você foi à aula?

R: Até a primeira série (Ensino Médio).

Por que você parou nesta série?

R: Porque o nosso custo de vida é meio difícil daí eu tinha que trabalhar.  
(Caboclo, 25 anos).

Você desistiu em qual série?

R: Na 5ª.

Por que você deixou de ir à aula?

R: Porque eu tinha que ir na aula de manhã e de tarde trabalhar. Então eu não tinha, o cara queria que eu trabalhasse o dia inteiro né, daí eu não podia trabalhar o dia inteiro. Tinha que trabalhar pra me ajudar na casa onde eu morava né, daí eu parei de ir na aula e comecei a trabalhar fora.

Você trabalhava na casa dele onde você trabalhava?

R: Não, morava na casa da minha vó, que tava me cuidando. Daí eu parei de ir na aula pra trabalhar.

Você arrumou um trabalho numa propriedade agrícola?

R: Sim, é. (Caboclo, 21 anos).

Até que série você estudou?

R: Até a 5ª.

Por que deixou de ir à aula?

R: Ah, era ruim, quando eu morava em casa o pai e a mãe não tinham condições de comprar material pra mim, nenhum dos dois era aposentado e eu não trabalhava.

Que materiais precisava comprar?

R: Ah, tinha que comprar livros e os livros sempre eram caros. Que nem o pessoal tinha, quem está aposentado sempre ajuda os filhos, o pai nunca tinha, mal conseguia trabalhar pra cuidar de nós, aí eu desisti de ir na aula. (Cabocla, 22 anos).

Você desistiu em que série?

R: 5ª.

Por que você desistiu de ir à aula?

R: Porque eu tinha que comprar, tinha uns livros né, que os professores exigiam da gente comprar os livros e a gente não tem condições daí eu parei. (Caboclo, 15 anos).

Além do fator econômico, alguns caboclos também deixaram transparecer a sua falta de interesse nos estudos, o que conseqüentemente contribuiu para abandonarem a escola:

E você voltaria se tivesse oportunidade de comprar material?

R: Olha, voltaria não.

Não? Por que não?

R: Porque eu já quando comecei, por que eu já rodei umas quantas vezes, porque daí eu pensei que já não estudava mais como era pra estudar, não tinha interesse mais. (Caboclo, 15 anos).

Gostava de ir à aula quando você ia?

R: Ah, quando eu era mais nova sim, depois que eu fui garrando os meus 11 anos eu já não gostava de ir na aula.

Teria algum motivo pra não gostar? Quais seriam os motivos?

R: Eu acho que má companhia.

Você tinha uma má companhia? Um grupo que não gostava de estudar e você estava junto?

R: É e daí eu sempre achava melhor, jogava o tênis<sup>177</sup> e acabou nisso. (Cabocla, 22 anos).

Parou de ir à aula na primeira série? Você era uma criança quando parou então ou já era grandinho?

R: Não, eu já era grandinho.

Você tinha reprovado várias vezes na primeira série?

R: Sim, eu acho que umas 4, 5 vezes.

Qual foi o motivo de você ter parado?

R: Era muito preguiçoso.

Você era preguiçoso pra estudar?

R: É. Isso é verdade, eu era preguiçoso pra estudar sim.

Pra trabalhar não?

R: Não pra trabalhar assim na lavoura não, sempre trabalhei bem sabe. (Caboclo, 23 anos).

Durante a pesquisa de campo, pode-se perceber que os pais nas famílias caboclas mostravam-se bastante passivos diante da desistência escolar dos seus filhos. Isto talvez se explique por não terem, os pais, freqüentado a escola ou terem cursado minimamente uma ou outra série do ensino primário. Além disso, vivem junto aos seus semelhantes étnicos analfabetos ou semi-analfabetos. E no caso em que as famílias caboclas se encontram no limite da sobrevivência, é provável que o pai entenda que seja mais importante o filho contribuir com a sua força de trabalho para satisfazer as necessidades imediatas da família do que permanecer na escola.

Uma situação contrária foi percebida nas famílias teuto-brasileiras, onde a pressão dos pais sobre os filhos para que continuem estudando é em geral extremamente forte:

Se você ainda tivesse um filho indo lá no 2º grau, na metade do 2º grau e de repente parasse de ir à aula, qual seria a sua reação?

R: Não, eu ia incentivar ele.

A todo o custo?

R: Meu Deus do céu. [...] Porque hoje em dia é o seguinte, quem não estuda um dia perde dois, assim é hoje. Você sabe disso não é? Se você pára uma semana e se

---

<sup>177</sup> A expressão “jogava o tênis” certamente foi utilizada como sinônimo da metáfora “pendurar as chuteiras” que significa desistir.

depois quiser recuperar, depois precisa de três semanas para recuperar. (Teuto-brasileiro, 78 anos).

Como hoje você tem o seu filho indo pra aula?

R: Sim.

E se ele parasse, não queria mais ir?

R: A gente ia fazer de tudo pra ele continuar indo, a gente ia insistir e fazer até que ele novamente fosse. Porque ele teria que ir, a gente ia procurar um jeito, um e outro até que ele novamente continuasse indo. (Teuto-brasileiro, 56 anos).

Que nem o teu guri está estudando no jardim agora, se ele depois parasse na metade do caminho, não queria mais estudar. Qual seria a sua reação?

R: Deserdá-lo! Tocá-lo embora de casa! Meu Deus eu nem posso dizer hoje qual seria a minha reação, mas eu acho que... Ta louco! Eu iria dizer simplesmente: “Então faça o que você quiser, mas nunca venha no bolso do pai por que...” Ta louco! Eu faria de tudo para que ele continuasse novamente, eu não iria admitir parar. Eu já falei muitas vezes, se eu puder o que eu quero dar pro meu filho, se eu puder dar alguma coisa é na questão de estudo. (Teuto-brasileiro, 32 anos).

A inércia dos pais caboclos diante dos filhos que abandonam a sala de aula, quando comparado com a pressão exercida pelos pais teuto-brasileiros para que os seus filhos estudem, é um fator que facilita a evasão escolar do aluno caboclo. Neste sentido se estaria de acordo com as argumentações anteriores dos educadores das escolas Pe. Balduino Rambo e Teodoro Treis que relacionam as desistências com a falta de apoio e incentivo das famílias. Mas não se pretende aqui centralizar na família a causa do problema e omitir os demais fatores, o que seria uma análise bastante injusta já que escola e família têm o papel de interagirem mutuamente.

Deve-se analisar com cautela o processo da desistência antes de aceitar que a precária condição econômica do estudante seja o principal motivo de fato, como apontaram os caboclos no decorrer das entrevistas. O fator econômico, sem dúvida, é uma causa determinante sobre a desistência do aluno caboclo na situação em que ele necessariamente precisa abandonar os estudos para se auto-sustentar e auxiliar no sustento da sua família. Mas a justificativa de se ver obrigado em parar de estudar porque não tinha condições financeiras de comprar os livros é pouco convincente. No ensino fundamental os livros didáticos são gratuitos, e no caso de acentuada pobreza, a escola doa o material didático (caderno, lápis, caneta, borracha, etc). Ainda em relação ao abandono da escola por motivo de trabalho, observa-se que esta não é a causa mais freqüente. Isto porque geralmente o processo da desistência já começa a dar sinais aos 10 anos de idade e se agrava gradualmente a partir dos 11 e 12 anos, como elucidou anteriormente a diretora da escola Esperança. Nesta idade a força de trabalho das crianças tem uma contribuição nula ou insignificante no rendimento econômico familiar. Até seria economicamente mais vantajoso, no sentido imediato, freqüentar a escola do que permanecer em casa uma vez que além do transporte e material

escolar gratuito, recebem merenda, em parte o uniforme<sup>178</sup> e são ainda beneficiados com a Bolsa Família. Vantagens estas que foram reconhecidas por um pai caboclo:

Você também falou antes já da escola que também mudou de antigamente para hoje. Talvez a oportunidade de estudar?

R: É, este negócio de estudar. Porque antes tempo, você vê, o camarada tinha que comprar de lápis pra cima, roupinha e tudo. Hoje o aluno ganha, eles estão ganhando até um abozinho, como o meu piá ganha um mês 15 e outro mês 30 né.

Seria a Bolsa Família?

R: É. A Bolsa Família. Então isto é uma ajuda que vem né, que não existia, não tinha. A roupa, quando eu vejo vem o piá aí: “Olha aqui pai o que eu ganhei lá na aula”. E dão coisa boa, roupa boa, calçados e vem com caderno, faltou caderno eles dão. Isto aí favoreceu pros pais né, que tem os filhos na aula, ainda mais quem tem bastante, eu ainda só tenho um né, mas como ta melhor pra estudar agora. Pra estudar o filho não estuda se a cabeça dele não prestar, mas não que o governo não ajuda, que eles não têm ajuda do governo, tem né.

A diretora da escola Esperança também relata as vantagens que são oferecidas ao aluno economicamente carente para que ele possa freqüentar a sala de aula:

Por que eles vêm de transporte até na porta da sala, o ônibus pega eles lá na casa deles e deixa aqui. No início do ano é dado material, se eles mesmos não têm condições de comprar material a escola dá: o caderno, lápis, a borracha... não com exagero, mas dá. Não é exigido uniforme porque muitos não têm condições de comprar e a prefeitura não deu este ano. Então eles têm que vim para a escola estudar. É oferecida uma merenda maravilhosa que até nós comemos né, bem variada. Assim não tem nada de errado na escola, eles deveriam vim.

Entende-se assim que a justificativa da desistência pelo fator econômico parece ser bastante nebulosa, já que o custo do estudo é inexistente e o processo das desistências geralmente já iniciam antes dos alunos poderem oferecer um rendimento econômico a partir da sua força de trabalho.

O fator cultural precisa ser considerado quando se analisa a desistência do aluno caboclo. Na sua herança cultural a etnia cabocla não traz a antiga tradição de uma educação informal como a da cultura teuto-brasileira. A sua entrada na escola é ainda muito recente. A herança de uma cultura do provisório e que está ainda muito presente na população cabocla também favorece a desistência da escola: o estudante caboclo e a sua família não projetam no estudo um benefício à longo prazo. As constantes migrações das famílias caboclas, que são uma associação da sua cultura do provisório às precárias condições de trabalho, sem dúvida contribuem para a evasão escolar, uma vez que o estudante não consegue criar laços mais profundos com o ambiente da escola e perde a seqüência dos conteúdos escolares.

---

<sup>178</sup>

A distribuição de uniforme acontece de forma mais regular nas escolas municipais e mesmo assim nem sempre é feita a cada ano, os alunos das escolas estaduais também receberam uniforme no ano 2006, um fato que não aconteceu em anos anteriores.



Mas ao reter-se somente a fatores socioeconômicos e culturais para justificar a desistência do aluno caboclo e ver estes fatores como algo externo ao ambiente escolar, se coloca a escola como um espaço neutro e impotente diante do problema. Também é preciso questionar porque o caboclo não tem interesse em freqüentar a sala de aula, como já foi apontado anteriormente por alguns desistentes, e até que ponto a escola tem a sua parcela de influência sobre o fato. Assim, é interessante considerar a observação feita pelo professor entrevistado da escola Humberto Machado, que entende que os conteúdos pedagógicos não incluem a realidade social e cultural cabocla e que por isso tornam-se pouco estimulantes ao estudante desta etnia:

É. Como professor de 23 pra 24 anos no ensino público, a gente percebe que sempre tem a desistência maior entre a etnia cabocla. Já que eles carregam o peso histórico aqui de terem sido sempre as minorias e como minorias eram sempre excluídas tanto na questão social como na questão pedagógica em sala de aula, conteúdos que não fascinam, que não entusiasma, que tem muito pouco haver com a cultura cabocla. Então eles não se sentem incluídos na sala de aula, é um ambiente totalmente adverso do que eles têm em casa ou tem na sua cultura e acabam se desestimulando, desistem, ficam em casa.

É provável que o caboclo não se sinta incluído à sala de aula quando os conteúdos e os métodos pedagógicos não consideram a sua realidade sócio-cultural. Mas a grande inquietação nesta pesquisa em relação a sua desistência, foi de querer saber se nas relações humanas, dentro do espaço escolar, o caboclo sofre rejeições idênticas aos demais espaços sociais da comunidade. Neste sentido questionou-se professores, jovens caboclos desistentes e alunos desta etnia que estão freqüentando a escola.

No entender da maior parte dos professores entrevistados, os alunos caboclos não estariam sofrendo qualquer tipo de preconceito dentro da escola. No entanto, outros com um olhar mais analítico sobre as relações humanas dentro espaço escolar, confirmam a existência de preconceitos em relação aos caboclos e a sua conseqüente segregação. Para o professor da escola Pe. Balduino Rambo, o aluno caboclo sofre uma rejeição e em contrapartida se retrai e se fecha no seu ressentimento, situação que dificulta a sua integração:

[...] se ele for um pouquinho, não se impõem, ele é rejeitado, ele sofre rejeição, acho que isso continua, não de forma acentuada, mas que existe, existe, a gente percebe isso. Mas também talvez não só culpa nossa, mas o próprio aluno que as vezes que se sente dessa forma, ele se faz né, ele se sente inibido, não procura se integrar e aí nós também não procuramos pra trazer ele, pra integrar ele. Talvez nós não fizemos a nossa parte também pra dizer: “Não, venha, vem cá, tu faz parte do nosso meio social, tu faz parte da comunidade escolar, tu é parte integrante desta comunidade escolar, tu não é alguém rejeitado”. Respalde um pouco a nossa parte, mas ele também se retrai, talvez também demais, mas que existe discriminação ela existe sim.

A diretora da escola Esperança percebe que as manifestações de preconceito étnico-racial acontecem de forma explícita através de expressões verbais em momentos em que há relações de atritos entre os estudantes:

Você acha que o caboclo sofre de preconceito dentro do espaço escolar?

R: Às vezes sim, às vezes sim. Por exemplo, através de apelidos. Por exemplo, nós temos caboclos, não temos negros assim. Talvez assim oh, talvez não como era assim tão expressivo, mas tem. Como tem preconceito por gordura né, por ser baixo, por ser gordo ou como o próprio caboclo tem preconceito com o alemão: “Oh seu branquela! Oh sua cabeça branca! Oh seu leite!”. Sabe assim, mais verbal assim: “Oh negro fedido!”.

[...]

Se misturam nas brincadeiras?

R: Se misturam, mais é por um excesso de raiva, porque perdeu um jogo.

Pra ganhar na disputa verbal ele agride na questão da raça?

R: É. Da raça. Como agride na questão do peso, principalmente mais sério ainda por que é: “Oh sua Gorducha! Oh seu barril!”. Mas tem, tem sim.

Mesmo que também aconteçam manifestações preconceituosas de sentido racial aos estudantes “*de origem*” por meio de agressões verbais em situações de conflito, como aponta a diretora, este tipo de agressão causa um maior constrangimento aos caboclos por eles serem minoria na região e por já trazerem na sua herança uma longa trajetória acompanhada de sucessivas rejeições, e conseqüentemente, uma grande carga de ressentimentos.

O professor da escola Humberto Machado faz uma análise mais profunda sobre as diferentes formas de preconceitos e rejeições que o aluno caboclo chega a sofrer dentro do espaço escolar. Segundo ele, além do racismo, o caboclo sofre preconceitos em relação a sua precária condição socioeconômica e seu rendimento escolar inferior, o professor percebe ainda um *apartheid* social entre o caboclo e o “*de origem*”:

Você acha que o caboclo sofre de preconceito dentro do espaço escolar?

R: Bastante, muito. Uma porque é minoria, então por ser minoria, as crianças, as demais crianças carregam com elas uma história de racismo, de preconceito e assim por diante. Então esta história ela acaba respingando no dia a dia ainda atualmente. Então sofrem muito: sofrem em função das condições sociais que são piores que a dos brancos; sofrem porque o rendimento escolar é inferior, dá pra notar, os próprios professores afirmam isso, a gente vê no jeito de avaliar que os brancos normalmente vão melhor na questão de notas e a reprovação é maior. E então este preconceito existe, tanto na reprovação como no mundo lá fora, nos corredores, na recreação, onde há um *apartheid* social ainda entre o caboclo e o colonizador branco aqui da região.

Na escola Peperi-Guaçu da comunidade de Aparecida, os professores entendem que o caboclo não sofre preconceitos e se adapta melhor ao espaço escolar porque ali não é uma minoria étnica, quando comparado com o número de alunos da etnia teuto ou ítalo-brasileira. Mas durante a pesquisa a campo, ao observar as crianças do jardim e do pré-escolar nas suas brincadeiras, percebi que um grupo de cinco crianças caboclas encontrava-se mais afastado e

brincava separadamente das demais. Ao questionar a professora sobre o fato, esta explicou que o afastamento destas crianças era devido a um pequeno desentendimento em relação às regras de uma brincadeira e que a situação não estava relacionada a algum tipo de preconceito. Neste caso pode-se constatar que mesmo nos espaços onde há uma maior integração entre a população cabocla e a “*de origem*”, em momentos de conflito os integrantes da mesma etnia tendem-se a unir, e é também nestes momentos que os preconceitos submersos emergem.



Figura 55 - Crianças do jardim e pré-escolar da escola Peperi-Guaçu. Aos fundos, na área em cobertura fora da quadra de areia, um grupinho de crianças caboclas brinca separadamente. Fonte: Patrício Reichert, 2006.

Durante as entrevistas os caboclos desistentes não chegaram a apontar o preconceito como um dos motivos da desistência escolar. Talvez tenham sofrido poucos preconceitos de forma explícita, mas certamente sentiram manifestações preconceituosas implícitas nas relações humanas cotidianas dentro do espaço escolar e que pode ter um peso significativo sobre a decisão de abandonar a escola. Estes preconceitos discretos que foram muito bem percebidos por uma jovem cabocla desistente:

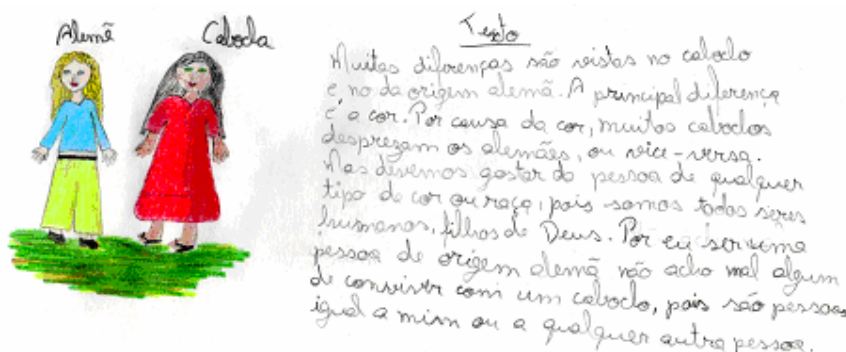
Quando você percebia, você percebia em que momentos assim, de que forma?

R: Ah, quando a gente tava conversando. Às vezes lá no colégio a gente conversava com os amigos da gente, daí quando a gente tava conversando dava pra ver que tinha um grupinho do lado, eles ficavam olhando pra ti, começavam a conversar de mim. A gente sempre vê né, aquele fulano lá com certeza já está falando alguma coisa. (Cabocla, 22 anos).

Para melhor compreender a interação social entre caboclos e teuto-brasileiros dentro do espaço escolar foram selecionados alunos de ambas as etnias para responderem a um questionário (anexo L) <sup>179</sup>. Em relação a este objetivo serão aqui analisadas as respostas dadas pelos alunos na primeira e quarta questão.

Na primeira questão procurou-se compreender de que forma os alunos teuto-brasileiros e caboclos se caracterizam dentro do seu grupo étnico e como vêem o modo de ser dos sujeitos pertencentes à outra etnia (como os de origem alemã vêem os caboclos e como estes vêem os de origem alemã) <sup>180</sup>. Pediu-se a elaboração de um desenho e de um pequeno texto para o aluno poder se expressar por meio destas duas formas, já que uns tem uma maior facilidade de se expressar através do desenho e outros pela escrita.

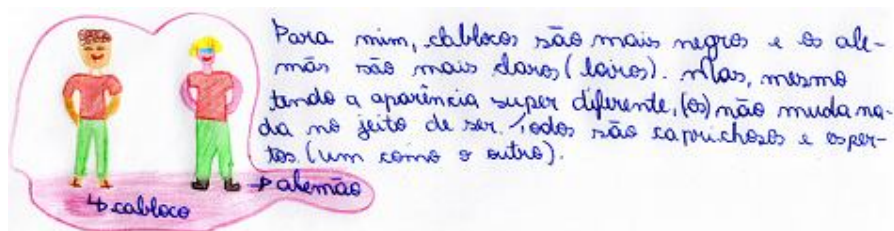
Uma grande parte dos alunos teuto-brasileiros selecionados na pesquisa entende que há diferenças raciais (como a cor da pele) e culturais entre eles e os caboclos, mas estas diferenças não seriam tão profundas a ponto de não poderem viver harmoniosamente. Pelo menos teoricamente a maior parte dos alunos de origem alemã expressou uma consciência de que é preciso respeitar as diferenças entre as pessoas e conviver com elas:



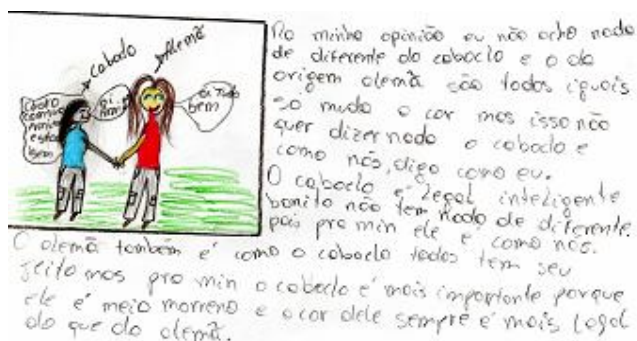
Aluna teuto-brasileira da 8ª série da escola Peperi-Guaçu.

<sup>179</sup> A pesquisa foi feita nas escolas Madre Benvenuta, Pe. Balduíno Rambo, São Vicente e Peperi-Guaçu. Para inserir diferentes faixas etárias, a princípio foram selecionados dois alunos de cada etnia da 5ª, 8ª e 3ª série do ensino médio (exceto da escola Peperi-Guaçu que somente tem o ensino fundamental). Selecionou-se o primeiro e último aluno teuto-brasileiro e caboclo da lista de chamada de cada série. Mas nem sempre foi possível seguir tal método com os caboclos porque nem em todas as escolas onde foi feita a pesquisa havia dois alunos desta etnia nas respectivas séries, nesta situação aplicaram-se os questionários em quatro alunos caboclos do ensino fundamental e dois do ensino médio (no caso da escola Madre Benvenuta havia apenas um aluno caboclo no ensino médio).

<sup>180</sup> Em todas as escolas onde se aplicou a pesquisa sempre houve o questionamento por parte de algum aluno teuto-brasileiro sobre quem seria o caboclo. Para não haver uma interferência às respostas explicou-se de forma sucinta que os caboclos são em geral mestiços de portugueses, negros e índios, assim o aluno teuto-brasileiro que estava em dúvida logo percebeu que se tratava dos seus colegas não "alemães" que também foram selecionados para participarem da pesquisa e que se encontravam junto à mesma sala.

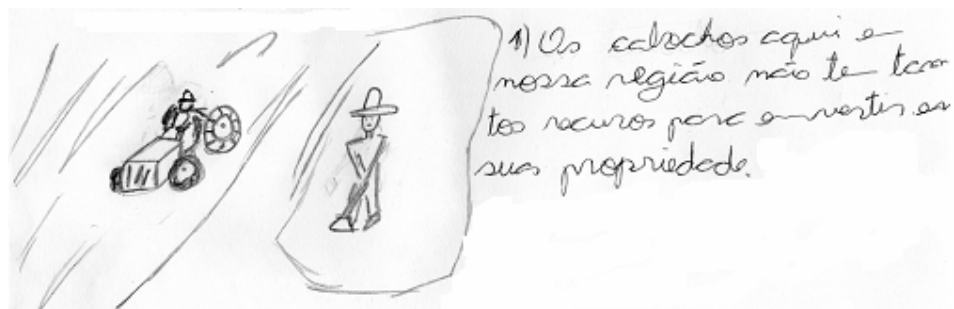


Aluna teuto-brasileira da 8ª série da escola São Vicente.

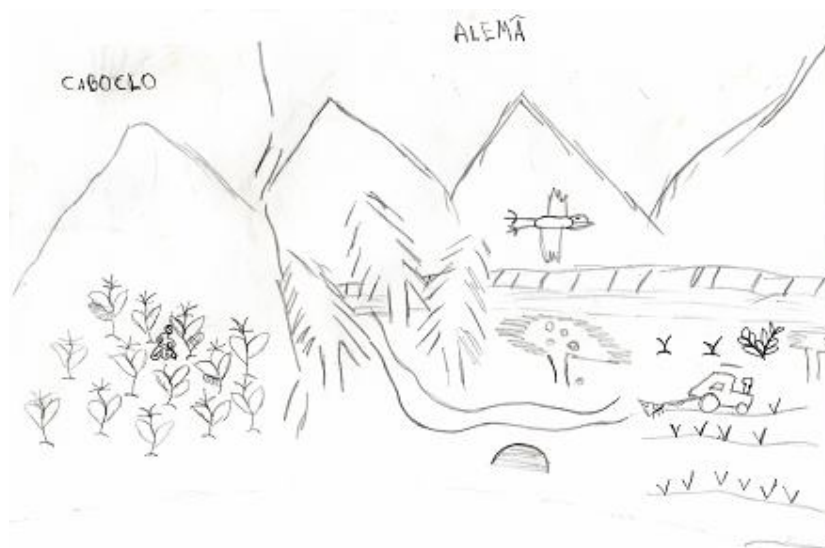


Aluna teuto-brasileira da 8ª série da escola Peperi-Guaçu.

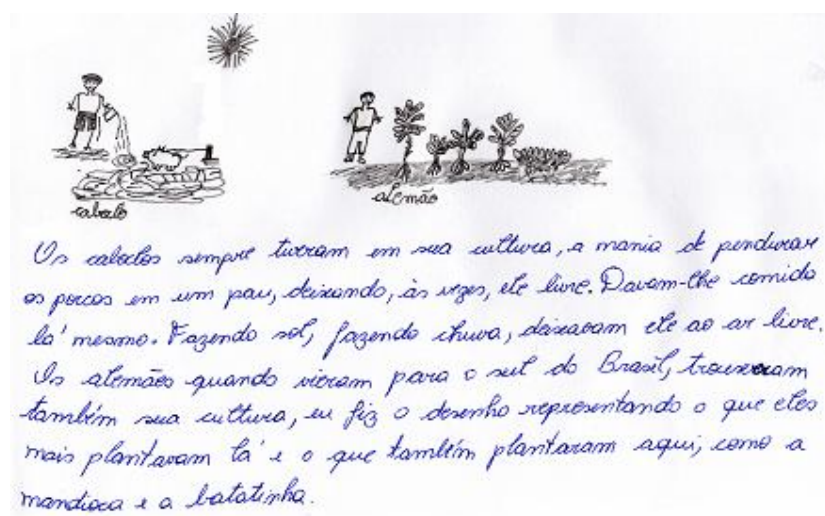
Outra grande parcela dos alunos teuto-brasileiros, numa análise mais objetiva, aponta as diferenças sobre a propriedade agrícola da população de origem alemã e cabocla, onde a propriedade dos “alemães” é vista como mais produtiva e capitalizada:



Aluno teuto-brasileiro da 8ª série da escola Madre Benvenuta.



Aluno teuto-brasileiro da 5ª série da escola Pe. Balduino Rambo.



Aluna teuto-brasileira da 3ª série do ensino médio da escola Madre Benvenuta.

Ainda em relação à propriedade da terra observam a diferença dos teuto-brasileiros, onde no geral cada família mora individualmente na sua propriedade, enquanto que na cultura cabocla, várias famílias chegam a morar numa só propriedade (aglomerados caboclos). Assim também percebem uma diferença na estrutura familiar entre os dois grupos étnicos: a família nuclear dos teuto-brasileiros e a família extensa dos caboclos.



Aluno teuto-brasileiro da 3ª série do ensino médio da escola Pe. Balduino Rambo.

Os alunos teuto-brasileiros também apontam uma diferença no *ethos* de trabalho, onde o “alemão” é visto como alguém que adota o trabalho contínuo e exaustivo como meta para o seu crescimento socioeconômico, enquanto que o caboclo apenas trabalha para as suas necessidades básicas imediatas caracterizando assim a sua cultura do provisório:



Aluna teuto-brasileira da 3ª série do ensino médio da escola Pe. Balduino Rambo.

Na maior parte dos questionários dos alunos teuto-brasileiros o caboclo é caracterizado como um sujeito que se encontra em desvantagem socioeconômica em relação aos de origem alemã. Muitas vezes esta situação aparece de forma mais implícita, principalmente na diferenciação da propriedade agrícola; em outras vezes é mais explícita e chega a ser apresentada como a principal diferença entre as duas etnias:



Aluno teuto-brasileiro da 8ª série da escola Pe. Balduino Rambo.



Aluno teuto-brasileiro da 5ª série da escola Madre Benvenuta.

Ao se diferenciarem dos caboclos, os alunos teuto-brasileiros em nenhum momento expressaram visíveis formas de preconceito étnico-racial, ao contrário, em grande parte dos questionários transmitiram a idéia de que deve haver um respeito e uma tolerância entre as diferenças físicas e culturais das pessoas. Mas isso não nos assegura em pensar de que no espaço escolar de Porto Novo não há uma segregação do caboclo e a sua convivência com os teuto-brasileiros é harmoniosa. Ao responderem o questionário os estudantes de origem alemã podem chegar a expressar uma ética social de respeito às diferenças, um modelo ideal de sociedade, mas que nas relações e nos conflitos sociais dentro do cotidiano do espaço escolar nem sempre é praticada.

Em relação às respostas dos alunos caboclos na primeira questão do questionário, uma parcela deles, mais no sentido de reivindicarem direitos de igualdade, entende que não há diferenças entre caboclos e teuto-brasileiros:





Aluna cabocla da 8ª série da escola Básica Municipal Peperi-Guaçu.

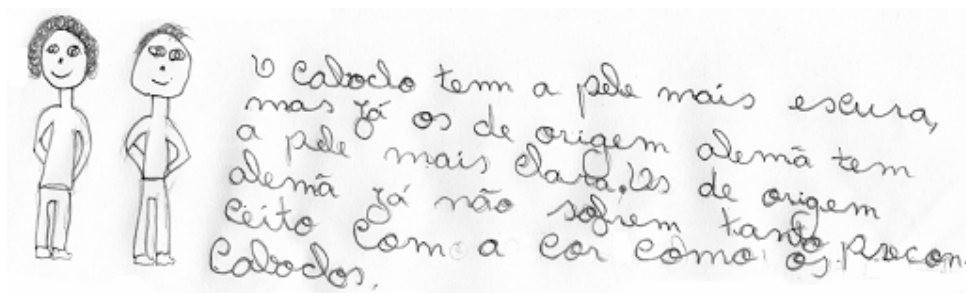


Aluno caboclo da 5ª série da escola Pe. Balduino Rambo.

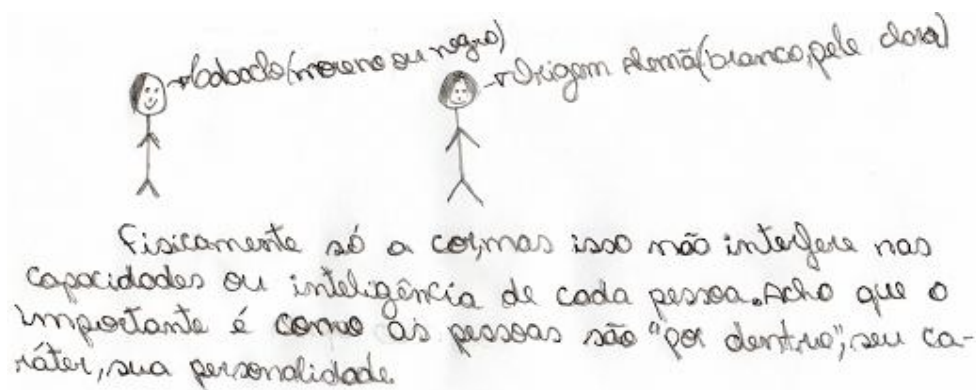


Aluno caboclo da 5ª série da escola Madre Benvenuta.

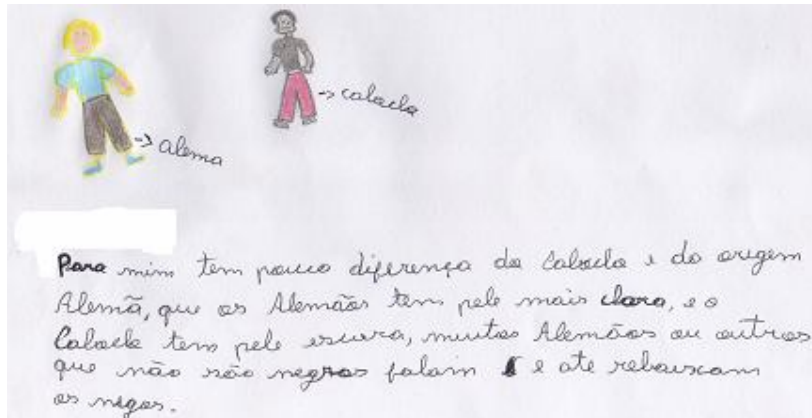
Quando apontam diferenças entre eles e os de origem alemã, as respostas em parte coincidem com as dadas anteriormente pelos teuto-brasileiros, mas os caboclos, na descrição das diferenças denunciam o preconceito, a exclusão e a marginalização social pela qual se sentem vitimados. Assim, ao diferenciarem as características fenotípicas (cor da pele) acrescentam o preconceito racial que sofrem e tentam transmitir uma conscientização em relação a este preconceito:



Aluna cabocla da 7ª série da escola Pe. Balduino Rambo.



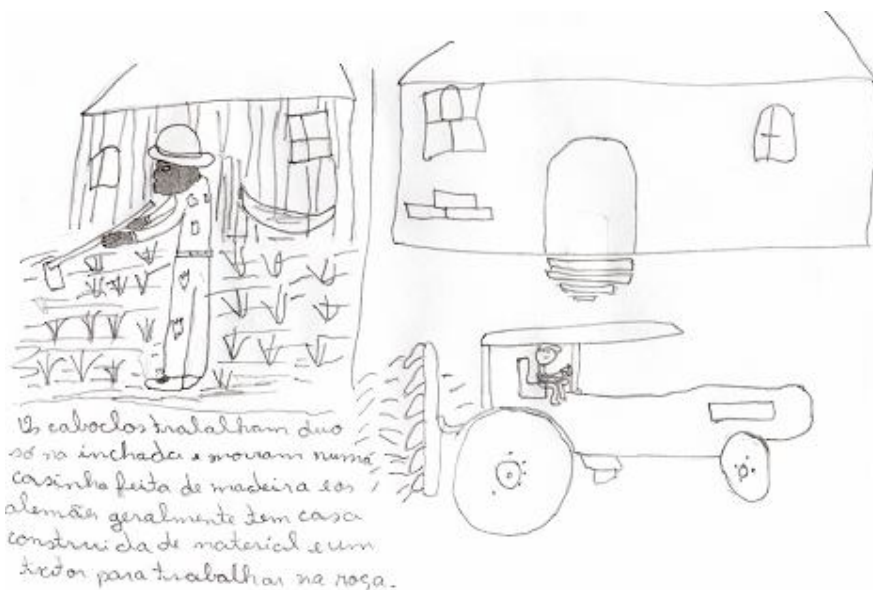
Aluna cabocla da 3ª série do ensino médio da escola Pe. Balduino Rambo.



Aluno caboclo da 8ª série da escola São Vicente.

Na diferenciação da propriedade agrícola o aluno caboclo reconhece que a propriedade do colono se encontra mais produtiva e capitalizada. Praticando uma agricultura moderna com uso de maquinários e se encontrando numa situação econômica avantajada que os permitem contratarem empregados, os colonos não estariam se sacrificando tanto no trabalho quanto os caboclos, que se encontram numa precária situação socioeconômica praticando uma agricultura com técnicas rudimentares e tradicionais<sup>181</sup>:

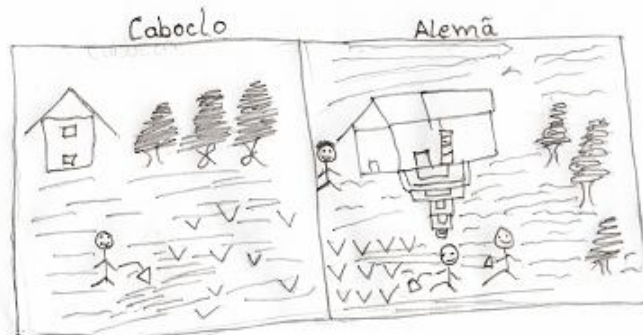
<sup>181</sup> Nesta diferenciação apontam os dois extremos: de um lado o camponês caboclo numa precária situação socioeconômica tendo a foice e a enxada como principal instrumento de trabalho, e do outro, o colono "forte"



Aluno caboclo da 8ª série da escola Madre Benvenuta.



Aluna cabocla da 1ª série do ensino médio da escola Madre Benvenuta.



O caboclo na maioria das vezes faz o seu próprio  
plântio, ou seja planta para o seu consumo. Já o  
alemão contrata empregados para que façam o serviço  
para ele, sem precisar trabalhar muito, mas eles por  
ter dinheiro para pagar os diferentes do caboclo, que tem  
mais dificuldades.

Aluna cabocla da 8ª série da escola Básica Madre Benvenuta.

utilizando o trator no serviço da lavoura. É preciso considerar que o uso do trator dificilmente faz parte da realidade socioeconômica dos colonos "fracos".



Aluna cabocla da 1ª série do ensino médio da escola Pe. Balduino Rambo.



Aluno caboclo da 6ª série da escola Madre Benvenuta.

Assim como já foi apontado pelos alunos teuto-brasileiros, os caboclos também percebem que em geral os integrantes da sua etnia encontram-se numa estratificação social inferior. Entendem que os “alemães”, por possuírem um maior poder aquisitivo, se sentem superiores aos caboclos e os descriminam:

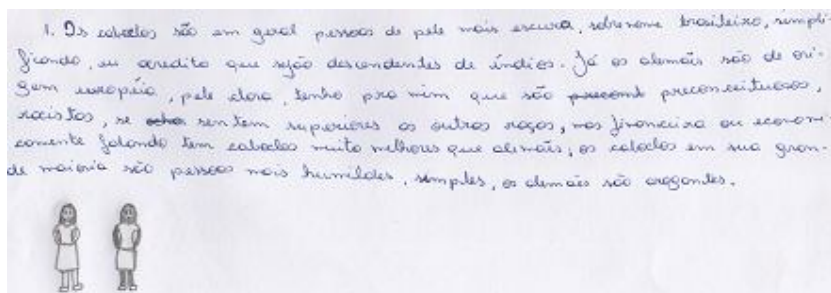


Aluna cabocla da 8ª série da escola Peperi-Guaçu.

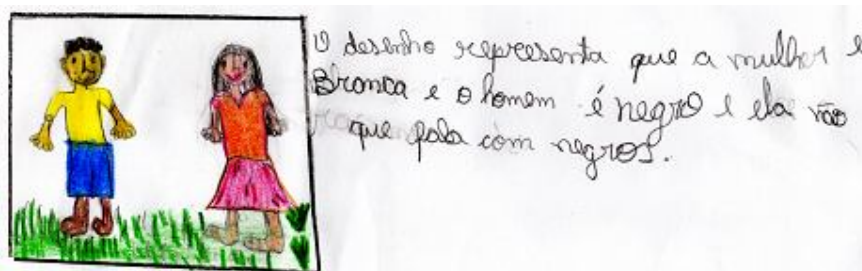


Aluna cabocla da 3ª série do ensino médio da escola São Vicente.

O caboclo é apresentado por parte dos alunos pertencentes a este grupo étnico como alguém humilde e simples, enquanto que os “alemães” são vistos como sujeitos preconceituosos, racistas e arrogantes:

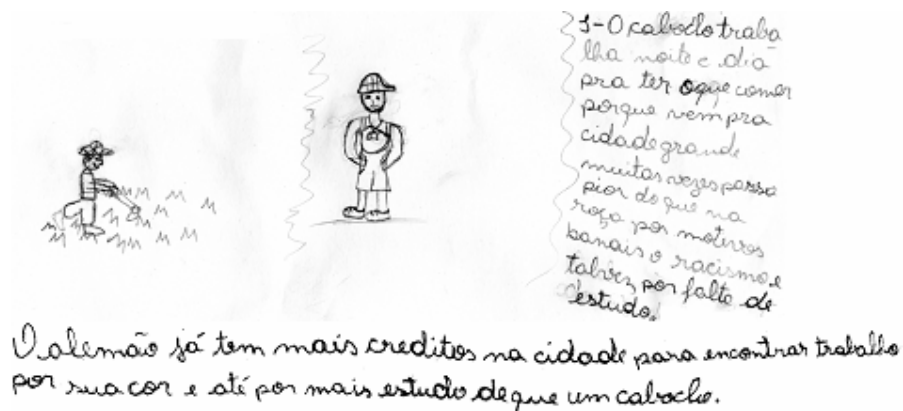


Aluna cabocla da 3ª série do ensino médio da escola São Vicente.



Aluna cabocla da 5ª série da escola Peperi-Guaçu.

Os alunos caboclos também entendem que a população da sua etnia não possui as mesmas chances de se integrar ao mercado de trabalho urbano quanto os de origem alemã, isto por serem vítimas de preconceitos e por não terem tanto estudo:



Aluna cabocla da 8ª série da escola São Vicente.

Ainda em relação ao estudo, um aluno caboclo da 5ª série, certamente com um profundo sentimento de inferioridade, chega a assimilar de que os caboclos não são tão inteligentes quanto os teuto-brasileiros:



Aluno caboclo da 5ª série da escola Peperi-Guaçu.

Na primeira questão, ao se diferenciarem com os de origem alemã, os alunos caboclos já expressam um ressentimento em relação aos teuto-brasileiros e confirmam a rejeição e os preconceitos raciais em que a sua minoria étnica é vítima. Na quarta questão do questionário (anexo L) onde o tema do preconceito racial é abordado de forma mais especificada, a maioria dos alunos caboclos novamente confirma a sua existência e relatam a partir das suas experiências de como ele se manifesta no cotidiano<sup>182</sup>:

<sup>182</sup> Os alunos teuto-brasileiros não se sentiram vítimas de preconceitos, exceto um a partir das características físicas do seu corpo: “Sim, volta e meia sou ofendido por ser gordo”. (Aluno teuto-brasileiro da 8ª série da escola Madre Benvenuta).

Sim. Uma certa vez estavam em um grupinho, eu passei por perto e ficaram brincando por causa da minha cor. (Cabocla da 7ª série da escola Pe. Balduino Rambo).

Sim, muitas vezes já me chamaram de eu e meus amigos de negros, mas nós não levamos a sério porque nós sabemos que se não fosse os negros serem escravos os brancos não tinham nada. (Caboclo da 8ª série da escola Madre Benvenuta).

Sim, eu junto com a minha família estávamos em um restaurante, pedimos um refrigerante e a garçonete trouxe copos de plásticos por nós sermos de outra cor. (Os demais clientes todos de vidro). (Cabocla da 8ª série da escola São Vicente).

Não sei se é bem um preconceito, mas às vezes o jeito que as pessoas me olham, não sei se é um problema meu, mas as vezes me sinto rejeitada pelos outros. (Cabocla da 1ª série do ensino médio da escola Madre Benvenuta).

Sim, aconteceu e ainda acontece na escola principalmente né, por ter a cor diferente da deles ou muitas vezes por não saber falar alemão. (Cabocla da 8ª série da escola Madre Benvenuta).

Eu já sofri um preconceito racial, eu estava dentro da sala e um menino me chamou de negrinho, eu fiquei muito brabo com o que ele disse. (Caboclo da 5ª série da escola São Vicente).

É triste acontecer isso, mas já me aconteceu, e vem acontecendo ainda, é aqui perto às vezes com colegas, amigos e parentes. Um bem resumido em poucas palavras, quando eu trabalhava no Peti em linha Glória fui discriminada pela professora e uma merendeira dela, tive que sair de lá, porque disseram que negro não tinha valor, que não sabia fazer nada e nem ia fazer falta se saísse, pois arrumariam outra em meu lugar. É difícil, pois eu trabalhava de faxineira naquela escola, é difícil agüentar calado sem poder fazer nada. (Cabocla da 8ª série da escola Peperi-Guaçu).

Conforme os relatos dos alunos caboclos, os preconceitos raciais chegam a se manifestar abertamente através de discussões mais conflituosas e brincadeiras de mau gosto, ou se manifestam de forma mais sigilosa, como no caso da menina que foi a um restaurante com a sua família e recebeu copos de plásticos ou da jovem cabocla que sente o preconceito pelo olhar das pessoas. E através das revelações feitas pelos alunos caboclos, percebe-se que o espaço escolar não se encontra imune aos preconceitos raciais e assim como nos demais espaços sociais da comunidade, ali eles também se reproduzem nas relações humanas do dia a dia.

Alguns alunos caboclos que foram selecionados para uma entrevista qualitativa, novamente denunciam o preconceito que sofrem e enfrentam no cotidiano do espaço escolar:

Você já percebeu algum preconceito por ser de origem cabocla?

R: Ah no colégio, tem muito.

De que forma você percebe?

R: É que muitas vezes eles falam mal da gente, chamam a gente de negro, sabendo que a gente não é, mas daí a gente é meio esquentado, assim meio, desconfiado né, logo sai pegando as gurias, daí no colégio têm muito isso. E ainda ontem aconteceu isso, de nós quase brigar com as gurias por causa disso.

Uma menina te chamou de negra?

R: Aha, daí eu sei que eu e uma outra nós somos brasileiras.

Como é que se formou a situação ali, como é que iniciou assim, o que é que ela falou?

R: Nós tava, porque nós sempre temos um grupo assim no recreio, daí sempre eu e tem uma guria, a Vivian, daí ela é minha melhor amiga no colégio, daí eu e ela somos assim da mesma raça né, caboclos. Daí eles sempre começam a falar, porque dentro da sala somos eu e ela as únicas que não fala alemão. E daí eu acho que existe um racismo porque só nós duas não entendemos, daí eles começam a falar.

E como é que se formou aquela briga ali, aquele atrito que você falou?

R: Nós estava conversando sobre o trabalho de história, daí o professor Paulo deu os trabalhos lá pra fazer. Daí nós estava fazendo daí eu não sei o que eu falei lá, daí os guri já começaram a rir: “Tinha o que pra fazer em casa eu não lembro o que era”. Daí o professor Paulo falou que era pra mim falar mais alto, daí eu falei, daí todo mundo começou a rir. Daí no recreio nós paremos assim no sol assim, lá em cima, por cima do colégio. Daí elas sempre ficam assim do lado, daí ontem elas começaram a incomodar, falaram que nós, de outra raça, não sei o que tinha, só falava coisa que não tinha cabimento. Daí nós escutamos e começamos a bater boca. Daí o diretor e o secretário não tavam daí ficou.

Ficou assim?

R: É. Daí hoje se elas começarem de novo nós vamos na secretaria, daí se não der nada...

Isso acontece muitas vezes?

R: Sim, muitas vezes.

Então a sua reação é brigar se acontece?

R: É.

Você não fica quieta, retraída?

R: Não, porque eu gosto de defender a raça que eu sou e daí tem gente que já não gosta, e eu já, eu não gosto de ficar quieta.

Que bom que não fique quieta. (Cabocla da 7ª série da escola Humberto Machado).

Você já percebeu um preconceito por ser de origem cabocla?

R: Um pouco já.

De que forma?

R: Sei lá, no começo da aula também assim, no começo do ano quando eu comecei a estudar aqui na primeira série do ensino médio, tinha um piá, ele estuda ainda comigo hoje, ele disse que os alemães pareciam ser mais diferentes que as pessoas de raça diferente, daí ele disse né. Daí com o tempo deu pra perceber que não, porque muitas vezes é você que faz a tua inteligência, você quando se descobre que você pode ser capaz que nem os outros. Então eu acho que sofri muito preconceito foi no primeiro ano.

Você acha que aquele menino achava que os alemães eram mais inteligentes?

R: Mais inteligentes.

Ele defendia essa idéia assim abertamente?

R: Abertamente.

Quase um nazista?

R: Risos. (Cabocla da 3ª série do ensino médio da escola São Vicente).

Você já percebeu um preconceito por ser de origem cabocla?

R: Já.

Você poderia explicar a forma como ocorreu?

R: Muitos já.

Quais seriam as mais corriqueiras formas de preconceito que você percebe?

R: Pobreza às vezes, porque eu não sou como os outros né, só um pouquinho, daí os outros tem mais dinheiro daí é isso.

A diferença de pobreza e riqueza você acha?

R: Aha.

Você acha que isso dá uma diferença maior quando você ainda é de origem cabocla?

R: Dá.

Esta seria a mais constante que você percebe?

R: Sim.



Você percebe isso na escola também?

R: Sim, no dia a dia. (Cabocla da escola da 8ª série da escola Peperi-Guaçu).

Na primeira citação a jovem cabocla revela a existência de uma dificuldade de interação entre caboclos e teuto-brasileiros dentro do ambiente da escola, onde ela e sua colega (melhor amiga) pertencente à etnia cabocla se segregam e são segregados pelos demais colegas pelo fato de não se comunicarem em alemão e enfrentarem juntas as manifestações explícitas de preconceitos. Já a estudante cabocla da escola São Vicente relata um episódio que certamente já se repetiu inúmeras vezes dentro da sala de aula, os alunos teuto-brasileiros por trazerem consigo um vínculo imaginário do nazismo alemão com a sua identidade cultural acabam defendendo teorias da superioridade racial alemã. O desencadear de tal acontecimento em sala de aula é um momento oportuno de o professor desenvolver um trabalho pedagógico de conscientização da não existência da superioridade étnico-racial e da sensibilização pelo respeito da diversidade cultural. Na terceira citação a aluna cabocla aponta para um fato que já foi destacado nos demais espaços sociais da comunidade no decorrer da pesquisa e que também se repete na escola, a dupla segregação do caboclo: pelo fator étnico-racial e socioeconômico. Nas duas primeiras citações pode-se observar ainda que as estudantes caboclas não se reprimem diante dos preconceitos expressos pelos colegas, defendem a sua origem étnica e reivindicam respeito, isso é um fator positivo que se desenvolve dentro do espaço escolar, onde o aluno caboclo que permanece mais tempo na escola também cria maiores potencialidades de lutar por seu espaço na sociedade.

Mas os preconceitos e as rejeições ao caboclo dentro do espaço escolar acontecem geralmente de forma menos explícita do que nos relatos acima feitos pelos alunos desta etnia. Nas atividades em grupo, tanto em sala de aula como nas brincadeiras no pátio da escola, alunos teuto-brasileiros e caboclos, na maioria das vezes, não fazem questão de se entrosarem. Existe um processo de exclusão por parte de estudantes teuto-brasileiros em não incluir os caboclos em seu grupo e em contrapartida existe uma auto-exclusão do caboclo que se fecha no grupo de colegas da mesma identidade cultural, ou se isola, quando é o único na sala de aula.

As rejeições e os preconceitos também se manifestam por parte de alguns professores, muitas vezes explicitamente por meio de generalizações, análises preconceituosas e até mesmo através de deboches racistas nas conversações junto com seus colegas de trabalho. O preconceito também pode ocorrer de forma inconsciente quando existem “tratamento diferenciados aos alunos brancos – tais como doação de carinho, agrados, estímulos, incentivos, atenção, entre outros [...]”. (CAVALLEIRO, 1999, p. 53). Esta situação ocorre

facilmente por serem os professores, teuto-brasileiros e simpatizarem mais com as pessoas da mesma identidade cultural.



Figura 56 - Desfile do dia 7 de setembro na cidade de Itapiranga. Numa representação do enforcamento de Tiradentes o aluno caboclo faz o papel de carrasco, certamente uma forma implícita e/ou inconsciente de preconceito por parte da comunidade escolar. Fonte: Museu municipal de Itapiranga, 1968.

Em muitas circunstâncias os alunos caboclos, devido as suas precárias condições socioeconômicas, não se encontram tão bem vestidos e nem sempre conseguem manter os mesmos padrões de estética e higiene como a maioria dos alunos teuto-brasileiros. Muitas vezes, por estes motivos, os professores acabam se afastando mais destes alunos caboclos, dando-lhes menos atenção e carinho. Sem considerar e compreender a sua realidade social, suas condições econômicas e de moradia, os professores poderão ser bastante injustos nas avaliações quando os trabalhos não demonstrarem a devida estética e limpeza. A discriminação torna-se ainda mais traumática quando a situação do “aluno problema” é exposta em público por parte do professor.



Figura 57 - Escola Básica Madre Benvenuta: dois alunos caboclos<sup>183</sup> sem uniforme diante da turma toda uniformizada. Fonte: Foto fornecida por Douglas Franzen, [198-?].

Os professores ainda contribuem para a manutenção e reprodução dos preconceitos quando não tomam uma atitude adequada ou se silenciam diante de manifestações preconceituosas explícitas dentro do espaço escolar<sup>184</sup>.

O pouco conhecimento que os profissionais da educação têm sobre o racismo e suas conseqüências podem levá-los a distorcer e minimizar os problemas, em diversas situações. [...] Silenciar diante do problema não apaga as diferenças. Permite, porém que cada um construa, a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente. (CAVALLEIRO1999, p. 54, 55).

Conforme a maioria dos professores entrevistados no decorrer da pesquisa, a escola esta fazendo a sua parte ou já esgotou todas as possibilidades para melhor incluir o caboclo ao espaço escolar:

A escola, a nossa escola em especial não faz diferença para com os caboclos, eles são atendidos de igual forma como os de origem alemã ou outras origens. Então acho que a escola está fazendo a sua parte, está estimulando eles, quando se percebe que há uma tentativa de se parar de estudar, a escola busca, vai na família, conversa, através da secretaria da educação e própria escola em si está estimulando e levando aos nossos caboclos a importância do estudo para o futuro confortável para ele e para a família. (Diretor da escola Teodoro Treis).

<sup>183</sup>

Os alunos caboclos foram identificados pela cor da pele.

<sup>184</sup>

Um dos preconceitos étnico-raciais mais espontâneos que acontecem no cotidiano escolar são as piadas pejorativas sobre o caboclo (ou negro), feitas tanto por alunos quanto por professores, que quase sempre são consideradas como “brincadeiras”. Ao contrário a esta opinião Bernd (1994) nos alerta que “Através dela uma comunidade manifesta sua rejeição ao grupo que se tornou objeto e temática preferencial de anedotas de mau-gosto”.

O problema é que a escola também não pode abarcar tudo, a escola tem coisas demais, não consegue dar conta. [...] Porque nós aqui sempre pegamos a questão a reboque, uma situação que já vem de mais. (Professor da escola Santo Antônio).

A escola esgotou o seu limite pra vir os convidar pra...?

R: Meu Deus. Primeiro vê as faltas dos alunos, por exemplo, eles têm o projeto apóia do conselho tutelar também que é a nossa obrigação de informar. Então assim oh, o aluno falta dois dias daí a gente busca saber, tem sempre primos por aí: “Por que é que o fulano não vai pra escola hoje?” “Ah, ta doente”; “Por que é que a mãe não mandou um bilhete?” “Ah, não sei”. Daí ele acaba vindo tu conversa com ele: “Ah, tava doente mesmo, daí onde é que esta o atestado?”. Ele não sabe explicar porque daí a gente chama a mãe pra dar explicação pra questão das faltas. Daí eles dizem assim: “Olha, ontem o meu filho não venho porque ele tem que trabaiá”. Daí a gente explica: “Oh, trabalho infantil, ta, ta, ta, lembra”? “Ah não, tudo bem daí eu vou cuidar”. [...]

Geralmente é assim. Daí a gente investiga e se é no ponto em que eles não vêm mais pra escola é o conselho tutelar. Daí o conselho tutelar através do projeto apóia vai lá, daí às vezes resolve e às vezes eles vêm tipo assim, eles sabem que não podem faltar cinco dias por semana, daí eles vem três dias e dois não vem, às vezes um dia e o outro não vem né. (Diretora da escola Esperança).

A escola esgotou as suas possibilidades, visitou as famílias, falou com a assistência social e a psicóloga. (Professor da escola Peperi-Guaçu).

Mas para o professor da escola Pe. Balduíno Rambo, os professores em geral não estariam dando a devida importância ao aluno desistente, não dando motivações suficientes para permanecer na escola, e observa também que deve haver um trabalho mais integrado entre família e escola na prática educacional:

Será que a escola ainda poderia fazer com que ele permanecesse mais tempo?

[...] Ela poderia mudar alguma coisa?

R: Eu acho que é uma das prioridades da escola seria isso, embora que ali nós professores pecamos muito como escola. Talvez não demos este devido valor a este aluno que está desistindo. Nós muitas vezes pensamos assim: “Ah desistiu? É mais um que desistiu”. Mas nós não buscamos motivos pra motivar ele suficientemente, segurar ele ali. Nós somos muitas vezes acho que indiferentes, acho que é uma própria cultura em nós professores. Não buscamos razões suficientes pra dizer pra ele que é bom ele estudar, é bom ele ficar ali, porque ele socialmente vai se integrando melhor. Acho que daí nós como escola, nós teríamos a obrigação de fazer um trabalho um pouco além das quatro paredes, da sala de aula propriamente dita. De chamar um aluno, conversar, de integrar a família com a escola. Nosso trabalho de escola e família é muito distante, é muito separado, nós não fizemos, na verdade não se faz um trabalho integrado: família – escola. Chamamos a família muitas vezes para uma reunião, pra dar as orientações, pra dizer é isso mais aquilo, o que é certo e o que é errado, mas não fizemos aquele trabalho de ver como é que a família ta. Nós não fazemos um trabalho com a família: o que é que eles gostariam e o que é que eles esperam da escola. Nós fizemos o nosso trabalho, no nosso entender e deixamos de saber o que é que a família tem a dizer.

O professor da escola Humberto Machado, numa análise bastante profunda sobre o problema em questão, acredita que para melhor integrar o caboclo ao espaço escolar deva acontecer uma transformação na prática pedagógica que consiga incluir a sua realidade cultural e histórica, mas entende que para isso precisa primeiramente haver uma

conscientização por parte do magistério para que os professores sejam mais compreensíveis e tolerantes diante das diferenças culturais:

O que no teu entender a escola deveria fazer com que o aluno caboclo permanecesse mais tempo?

R: É muito complicado. Uma região onde tem uma cultura impregnada nas cabeças dos profissionais, dos professores, precisa primeiro despoluir a própria cabeça dos professores, fazer com que sejam mais tolerantes, sejam mais multiculturais, sejam mais compreensivos com as diferenças que existem. Aí poderia eventualmente acontecer coisas diferentes na prática pedagógica, como por exemplo, tratar também dessas minorias excluídas, as suas formas de cultura, seu jeito de ser e a sua forma histórica de conviver aqui no espaço. Então certamente teria que estar vinculado a uma nova prática educacional, de conteúdos e assim por diante.

Os professores, juntamente com a comunidade escolar, não podem se omitir diante do afastamento do aluno caboclo da escola. Na busca de métodos para melhor integrá-lo ao espaço escolar precisa-se compreender os múltiplos e complexos fatores que contribuem para a sua segregação, onde se evidencia a questão cultural, a situação socioeconômica, a rejeição pelos preconceitos e a auto-exclusão em consequência dos ressentimentos. A partir desta compreensão será possível realizar transformações educacionais mais sólidas capazes de melhorar a integração do caboclo à escola.

### 3 UMA MAIOR INCLUSÃO SOCIAL DO CABOCLO É POSSÍVEL?

Verificou-se no decorrer desta pesquisa a não inclusão ou apenas uma tímida inclusão da minoria étnica cabocla nos diferentes espaços sociais de Porto Novo onde há a supremacia da população teuto-brasileira. Observou-se ainda que a marginalização do caboclo acontece por dois fatores fundamentais: o econômico e o cultural. Pelo primeiro fator as precárias condições socioeconômicas não permitem a sua mesma inserção nos diferentes espaços sociais, não lhes dão os mesmos suportes para competir no mercado produtivo e ainda o inferiorizam como cidadão por meio dos preconceitos existentes em relação a sua situação na estratificação social. Pelo segundo fator o estranhamento cultural entre os dois grupos étnicos dificulta a sua interação social. Sendo a cultura teuto-brasileira hegemônica há conseqüentemente uma exclusão do caboclo, que vitimado pelo preconceito se retrai dentro da sua minoria étnica. Assim, no desenvolvimento de possíveis propostas para uma maior inclusão social do caboclo, os fatores econômicos e culturais necessariamente precisam ser evidenciados.

Durante a pesquisa a campo foi possível observar que grande parte dos teuto-brasileiros possui uma falsa idéia de que as famílias caboclas estariam recebendo inúmeras ajudas assistências por meio de programas sociais advindos dos governos municipais, estaduais e federais. Ajudas estas que estariam de certo modo acomodando a população cabocla, dando-lhes meios de sobreviverem sem a necessidade de trabalhar. Com o objetivo de desmistificar tal mito pesquisou-se junto ao setor social da prefeitura do município de São João do Oeste, Tunápolis e Itapiranga (área do antigo Porto Novo), as diferentes políticas assistenciais existentes, o seu funcionamento e se havia algum privilégio ou atenção a mais para a população cabocla.

Os programas federais de assistência social que visam uma maior inclusão da população mais carente e que atuam em Porto Novo são as seguintes:

**Bolsa Família:** Atende famílias carentes com média percapita de até 120 reais por mês e com crianças de 0 a 14 anos, chegando num valor máximo de 95 reais. As famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa podem ser incluídas no programa independentemente de sua composição. Por sua vez, as famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 por pessoa podem ingressar no programa desde que tenham gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos.

**Tabela 7 – Valores de benefícios do programa Bolsa Família**

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças / adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrizes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 Membro	(1) Variável	15,00
		2 Membros	(2) Variável	30,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	45,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	50,00
		1 Membro	Básico + (1) Variável	65,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	80,00
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	95,00

Fonte: Desenvolvimento Social (2007).

**Programa de atenção à criança de 0 a 6 anos (PAC):** O governo federal repassa recursos que financiam programas e projetos executados por estados, municípios, Distrito Federal e entidades sociais, como creches, pré-escolas, oficinas pedagógicas, destinados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos em situação de risco pessoal ou social.

**Programa de atenção à pessoa portadora de deficiência:** O governo federal repassa recursos para projetos e programas de proteção social e inclusão das pessoas com deficiência e de suas famílias. O atendimento é oferecido nos municípios por meio de entidades públicas ou organizações da sociedade civil, como as Apaes. As famílias carentes recebem 30 reais por mês, auxílio em medicamentos, equipamentos e cesta básica.

**Benefício de prestação continuada (BPC)** - Idosos com 65 anos ou mais e portadores de deficiência cuja renda familiar mensal, por pessoa, seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo têm direito a um salário mínimo mensal. Não é necessário que o solicitante já tenha contribuído para a Previdência Social.

**Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI):** Oferece uma bolsa às famílias para retirar crianças e adolescentes do trabalho considerado penoso, insalubre ou degradante. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar a Jornada Ampliada. Cada criança/adolescente recebe uma bolsa de R\$ 40 (zona urbana) e R\$ 25 (zona rural). Além disso, o governo repassa às prefeituras R\$ 10 por criança ou adolescente na área urbana e R\$ 20 na rural, para inclusão na Jornada Ampliada (ações sócio-educativas e de convivência em complemento ao período escolar). O programa funciona na comunidade de Linha Glória e atende 100 estudantes entre 7 a 14 anos pertencentes a esta

comunidade, à comunidade de Aparecida e ao aglomerado caboclo da Vila União. Os estudantes freqüentam o estabelecimento em meio período, três vezes por semana e de forma intercalada com o seu horário de freqüência escolar. Os que se encontram no turno da manhã recebem café e almoço, os do turno da tarde recebem almoço na escola da comunidade de Aparecida e um lanche no decorrer do período.

Há também programas municipais de assistência social que atuam especificamente sobre a população economicamente mais carente:

**Prestação de serviço em troca de cesta básica:** A família beneficiada presta 32 horas mensais de serviço comunitário em troca de uma cesta básica mensal. No município de Tunápolis o programa é realizado através do projeto Ação Cidadania e em Itapiranga pelo projeto Cidade Limpa, Bairro Limpo. Já em São João do Oeste um programa idêntico acontece por meio do projeto Formadores e Cuidadores Ecológicos Cidadão Mirim. Este, no entanto, inclui uma ação de caráter mais educativo, envolve adolescentes carentes que estão freqüentando escola e ou alunos sob orientação do conselho tutelar, que prestam atividades no viveiro de mudas por dois dias e meio (2,5) por semana. O objetivo deste projeto é despertar no jovem o gosto pelo trabalho e uma profissão. Também estão incluídos intercâmbios com outros municípios para que ele conheça os trabalhos que estão sendo realizados nestes lugares.

**Distribuição de agasalho:** Dificilmente é feita uma campanha do agasalho, a população tem o costume de entregar durante o ano inteiro agasalhos na prefeitura e os beneficiados são indicados pelas agentes de saúde. No município de Tunápolis é desenvolvido o projeto Primavera onde os agasalhos oferecidos pela população que não se encontram em bom estado de uso são reformados por um grupo de voluntários.

**Programa de ajuda a gestantes e nutrizes carentes:** Recebem no final do mês uma cesta básica de alimentos. A gestante deve fazer o pré-natal com médico e grupo de gestantes. As nutrizes recebem o auxílio até o quarto mês. O programa acontece no município de São João do Oeste.

**Programa de ajuda emergencial:** É oferecida cesta básica a famílias que estão em situação de extrema pobreza e possuem crianças menores cuja sobrevivência vital está em risco por falta de alimento. O programa é desenvolvido no município de Itapiranga.

**Projeto conforto:** São oferecidas fraldas geriátricas a famílias carentes com idosos ou portadores de necessidades especiais. Projeto desenvolvido no município de Tunápolis.

**Projeto inclusão digital:** Os estudantes incluídos no programa Bolsa Família também recebem curso de informática. O projeto é feito no município de Tunápolis.



**Programa de aquisição de alimentos (PAA):** Mais conhecido como Compra Direta Local da Agricultura Familiar. A prefeitura compra alimentos para a merenda escolar diretamente do pequeno agricultor. O Programa é realizado no município de São João do Oeste<sup>185</sup>.

Proporcionalmente a população cabocla é mais beneficiada na maior parte dos programas assistenciais provenientes do governo federal e municipal, isto por se encontrarem em situação socioeconômica pior do que os teuto-brasileiros. Mas os benefícios destes programas são mínimos, atingem somente famílias em situação de extrema pobreza e não possibilita os beneficiários se acomodarem para poderem sobreviver sem a necessidade de trabalhar. Se de alguma forma há programas assistenciais que contribuem para uma maior inclusão econômica das famílias caboclas, de outra, intensificam a sua exclusão social pela difamação que sofrem os beneficiados destes assistencialismos. O programa Bolsa Família, que atinge um público maior e com um valor mais razoável, também chega a atender um considerável número de famílias teuto-brasileiras. No entanto, em relação a elas, a difamação é bem menor por receberem tal benefício.

Por outro lado, os caboclos entendem que quem recebe mais ajuda por parte dos órgãos públicos são os colonos, como através do programa de Troca-troca de Sementes<sup>186</sup>, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de eventuais financiamentos com juros módicos. Benefícios estes que não são acessíveis a uma grande parte das famílias caboclas do meio rural, por não possuírem propriedade agrícola, não terem vínculos contratuais de trabalho ou produção e nem o bloco de produtor rural. Tal situação também dificulta o acesso do caboclo idoso à aposentadoria.

Todos os caboclos idosos entrevistados durante a pesquisa tinham uma história a ser contada em relação a sua luta pela aposentadoria. Os que estão recebendo o benefício se aposentaram numa idade bem mais avançada quando comparada com a idade média em que os colonos chegam a se aposentar; outros ainda não estão aposentados e se encontram numa constante batalha reivindicando seus direitos. A causa da demora da aposentadoria é idêntica

---

<sup>185</sup> O programa funciona por meio da firmação de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário sob a regulamentação da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003. (DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2007b).

<sup>186</sup> O programa Troca-Troca de Sementes de Milho proporciona aos pequenos estabelecimentos rurais um subsídio R\$ 19,67 na aquisição da saca de 20 quilos de sementes, podendo ser adquiridas duas sacas por produtor. Para ter direito ao subsídio, o produtor deve residir em pequena propriedade ou próximo a ela, e ter, no mínimo, 70% da renda familiar baseada na exploração agropecuária. A renda bruta anual não pode ultrapassar R\$ 40 mil. O prazo de pagamento da semente é de um ano e sem juros. Também podem chegar acontecer programas idênticos em relação a sementes de outras culturas, mas estes não acontecem com a mesma frequência do que a de milho.

a todos e está sempre relacionada à falta de documentos que comprovem a sua contribuição à previdência social:

Marido: Eu fui aposentado acho que quase com 70 e pouco.

Você não tinha papel?

Marido: Não, eu não tinha. Eu tenho um papel sabe pra que, eu tenho um papel quando ajudei a fazer esta casa do Ilário Bruxel, eu fui daquela vez conversar com ele, ele sabe, só os meus patrão não eram daqui.

Ah, então você não conseguiu se aposentar tão cedo?

Esposa: Ele tinha os documentos atrasados sabe, ele fez 71 anos quando ele tirou. (Casal de caboclos, 68 (ela) e 90 (ele) anos).

Hoje vocês dois estão aposentados?

Marido: Tamos.

Você se aposentou com que idade?

Marido: Com 67.

Você se aposentou ano passado então?

Marido: É. Com 67 anos.

Você também esta aposentada?

Esposa: Sim.

Você tem que idade hoje?

Esposa: Eu me aposentei com 60.

Se aposentou um pouco mais tarde do que os outros?

Esposa: Sim, porque na época a gente faltava muito papel pra apresentar também né, da agricultura. (Casal de caboclos, 68 (ele) e 63 (ela) anos).

Até eu, sabe, eu to aposentado, to ganhando uma pensão de viúvo, mas to na idade de me aposenta de idade sabe, já passei, mas não pude por que eu não consegui bloco.

Você não conseguiu?

R: O bloco, então eu tinha que consegui um meio de diarista para poder fica aposentado, nê.

Daí você quer se aposenta por diarista?

R: É por diarista, de idade, é por que eu já passei da idade já. Por que a idade mesmo é com 65 e eu to com 69... 68, então eu já passei.

No tempo do meu pai era 60, o pai se aposentou com 60.

R: É se aposenta com 60 também, já to com 68. (Caboclo, 68 anos).

Hoje você esta aposentada?

Mãe: Eu sim.

Você sabe a idade que você se aposentou?

Mãe: Eu sei.

Que idade você tinha quando você se aposentou?

Mãe: 79 quando eu me aposentei.

Porque você se aposentou tão tarde?

Mãe: Eu me aposentei por doente.

Não conseguiu se aposentar antes? Tipo aos 60 por aí?

Filha: Mas é que ela não tinha documentos. (Caboclas, 84 (mãe) e 41 (filha) anos).

Hoje o senhor está aposentado?

R: É.

Com que idade o senhor se aposentou?

R: Eu me aposentei com 70 e poucos anos.

Você não se aposentou antes por falta de documentos ou por quê?

R: Não, faltou eu pagar o INPS, porque eu podia ter me aposentado pelo INPS, mas daí faltou um ano pra mim pagar e não me deu na cabeça aquilo que eu tinha que pagar pra eu poder me aposentar. Por ali não paguei e eu já tava na idade de me aposentar quando eu tava fazendo... Mas se alguém tivesse me abrido os olhos eu

tinha pago daí eu já tava aposentado, e assim eu não sou aposentado, eu estou ganhando um benefício do governo<sup>187</sup>.

É um salário mínimo?

R: É um salário, o mesmo que os outros. (Caboclo, 84 anos).

Entre a população cabocla do meio rural e do urbano que mantêm a sua sobrevivência familiar através dos trabalhos temporários, quando há a aposentadoria de um idoso na família esta se torna a principal fonte de renda e com isso as condições de vida melhoram significativamente nos lares que passaram a usufruir deste benefício.

E agora nós não podemos trabalhar, ela não pode receber a aposentadoria dela, 65 anos e não receber nada, e o meu aposento que eu tenho é pouco pra eles. Porque eu tirei dinheiro financiado pra nós arrumar a casa, quase não chegou e a minha dívida ficou a mesma coisa. E o dinheiro que eu tinha eu gastei tudo pra fazer isso aqui em baixo, mas eu quero ir pagando a minha conta. (Caboclo, 78 anos).

Quando era melhor de viver, antigamente ou hoje, na opinião de vocês?

Esposa: Mas olha.

Marido: Antigamente era bom de viver, mas hoje ta melhor.

Esposa: Hoje ta melhor pra nós porque a gente tem é aposentado, ganha o dinheirinho que pode ir se mantendo. Não se pode até mesmo nem comprar uma roupa nova. Pra nós que não podemos, não agüenta, a gente limpa o terreno porque os piás não têm trabalho. (Casal de caboclos, 68 (ela) e 90 (ele) anos).

Hoje é melhor pra viver do que antigamente?

R: É bem melhor né.

O que é que melhorou?

R: Este negócio da aposentadoria, às vezes quando nem podia trabalhar tinha que trabalhar, agora não, agora pode ficar. (Caboclo, 68 anos).

E na questão do dinheiro, quando era mais fácil de fazer dinheiro? Hoje ou antigamente?

Olha, na história do dinheiro, eu pra mim esta na mesma coisa, até agora pra mim ta melhor, porque eu naquele tempo pra mim ganhar um salário como hoje to ganhando, isto é uma coisa que o governo ta dando né, pra mim ta mais melhor agora do que antes tempo. Porque antes tempo eu tinha que judiar pra ganhar isso e hoje não, hoje eu tenho esta mão, eu ganho né. Ta muito melhor, pra viver ta muito melhor que antes tempos. Eu ganhei a minha vida, como estes ali não conhecem, dando murro em pedra 43 anos, trabalhando com pedra, serviço mais pesado que tem. Eu trabalhei 43 anos, fazendo muro, fazendo barragem, colocando pedras né. Olha, o cara ganhava dinheiro, esta certo, dinheiro a gente ganha, ganha bem, só que a gente tem que dar muito. (Caboclo, 84 anos).

Grande parte da população cabocla economicamente ativa que não possui vínculo contratual dos seus trabalhos temporários e nem o bloco de produtor rural se encontra numa situação de total imprevidência. Com isso terão dificuldades em conseguir algum amparo por parte do Estado no caso de invalidez para o trabalho ou na obtenção de uma aposentadoria

<sup>187</sup>

Muitos caboclos idosos, por não terem contribuído a previdência social ou por não terem documentos em mãos que comprovem a contribuição, recebem um auxílio através do BPC.

quando idosos. A falta de documentos pessoais por parte de muitos caboclos, como título de eleitor, CPF, carteira de identidade, certidão de nascimento etc., torna-se um impasse para a prática de seus direitos e deveres de cidadania e um grande obstáculo na busca de trabalho formal. A maior frequência da imprevidência e da ausência de documentos pessoais na população cabocla pode ser relacionada a três principais fatores: à cultura do provisório que permanece incutido nos hábitos cotidianos onde há uma preocupação mais centrada às necessidades e desejos imediatos; à precária condição econômica onde sempre necessita do dinheiro para situações mais urgentes relacionados à manutenção vital da sua família; à falta de instrução<sup>188</sup> para compreender as tramitações legais e burocráticas que envolvem o processo da previdência social ou o encaminhamento de um documento. Em relação a esta problemática é de extrema importância o auxílio de órgãos públicos competentes para inserir o caboclo na previdência social e manter atualizada a sua documentação pessoal, tão necessária para o seu cotidiano. O auxílio deve ocorrer tanto na instrução para os encaminhamentos burocráticos e legais quanto num trabalho de conscientização.

Durante a pesquisa a campo foi possível perceber que já há uma preocupação neste sentido por parte do setor social do poder público municipal. Projetos já foram elaborados, como a organização de uma associação de moradores na Vila União e a tentativa de oficializar nesta associação uma cooperativa de trabalho, para assim também poder incluí-los na previdência social. Apesar da cooperativa não ter se oficializado em razão dos moradores terem mostrado resistência<sup>189</sup> em contribuir para a previdência, a iniciativa do setor social em desenvolver e propor tal projeto já é um fator positivo para um trabalho de maior inclusão social da população cabocla. E novas tentativas precisam continuar sendo feitas, mesmo quando seus resultados são lentos ou insatisfatórios.

No desenvolvimento de propostas para uma maior inclusão social do caboclo é necessário compreender e valorizar as características socioculturais da sua identidade étnica, porque ela traz consigo uma riqueza de valores humanos e diferentes possibilidades de reprodução social que não podem ser simplesmente omitidos pelo processo da modernização. Neste sentido, Gehlen (1998, p. 137), em relação à população excluída do meio rural onde também inclui os camponeses caboclos, entende que deve haver uma preocupação em inseri-

---

<sup>188</sup> A população cabocla em geral possui uma baixa escolaridade, muitos são semi-analfabetos ou até analfabetos no caso de uma parcela dos idosos, assim dificilmente podem ser auxiliados em relação a esta questão por amigos e parentes próximos.

<sup>189</sup> Resistência esta que precisa ser analisada a partir de fatores culturais e econômicos.

los nos mercados modernos sem desvalorizar a herança do seu campesinato, que acumula experiências na tradição da subsistência familiar:

Entende-se que é preciso imaginar soluções diversas para uma realidade complexa e plural. Por que [...] não pensar em modelos que valorizem e resgatem as experiências diversas dos agricultores, resguardando as identidades, valorizando-as, a despeito das diferentes expectativas de viabilidade competitiva e inserção nos mercados modernos? Pode-se pensar em modelo que valorize também a experiência acumulada pela tradição da subsistência familiar, com o objetivo primeiro de garantir qualidade de vida, reprodutibilidade ecológica e social e valorização da cidadania participativa destes “novos” agricultores familiares.

O contínuo processo da modernização agrícola trouxe grandes rupturas para as tradicionais formas camponesas da população cabocla de Porto Novo. A etapa final da colonização desapropriou-a da sua “terra de direito”. O aprofundamento da modernização e das relações capitalistas no meio rural extinguiu o caboclo camponês que morava em seu rancho nos fundos de uma propriedade agrícola de um colono. As famílias que passaram a morar na condição de agregados tiveram que se sujeitar aos mandos do patrão e forçadamente se adaptar ao “sistema do alemão”. Os que conseguiram obter uma propriedade rural possuem uma área de terra pequena demais para se manterem apenas com a produção agrícola, então prestam serviços temporários aos colonos.

Em situação mais crítica encontram-se as famílias do meio rural concentradas nos aglomerados caboclos, geralmente encontram-se aglutinados em terrenos inferiores a um módulo rural onde praticam uma agricultura insignificante e sobrevivem quase exclusivamente dos trabalhos temporários que são cada vez mais escassos em decorrência do avanço da modernização.

Nos espaços periféricos do meio urbano (especificando aqui a cidade de Itapiranga) concentram-se famílias caboclas oriundas do meio rural o qual não tem mais espaço para as suas tradicionais relações camponesas. Entre os caboclos citadinos, aqueles não se adaptaram às exigências do trabalho urbano sobrevivem no subemprego através da busca constante de serviços temporários.

A população cabocla urbana e rural extremamente excluída está com a sua identidade cultural em profunda crise porque, por um lado não possuem espaço e nem meios para se reproduzirem socialmente nas tradicionais formas camponesas, por outro, não conseguem se adaptar a proletarização uma vez que não estão qualificados às exigências tanto do mercado de trabalho urbano quanto o do rural já especializado pela agricultura moderna.

Durante a pesquisa a campo, em diálogo com um caboclo que demonstrou ser uma liderança<sup>190</sup> dentro do seu grupo étnico, este revelou uma proposta para uma maior inclusão social da população cabocla mais marginalizada socialmente. A sua proposta consiste em organizar cooperativas de trabalho com esta parcela da população cabocla que não conseguiu se adaptar ao mercado de trabalho urbano e não possui meios para exercer suas atividades camponesas. A idéia seria de proporcionar uma forma de reorganização do seu campesinato. Em síntese propõe a estruturação de um projeto junto a órgãos públicos para o arrendamento de uma área agrícola, onde estes caboclos, que trazem consigo a herança de uma tradição camponesa, pudessem se organizar e praticar uma agricultura de subsistência:

A tua idéia então seria de pegar estes caboclos de meia idade pra cima que não se adaptaram ao serviço urbano?

R: É. Praticamente o casal, o casal mais de idade que...

Não se adaptou ao serviço urbano?

R: É. Que não se adaptou ao serviço urbano. Trazer ele pra mão de obra pra tirar o seu sustento na lavoura. Arrendar as áreas que hoje estão praticamente improdutivas, vamos dizer.

Sim, e a prefeitura colaborar com o transporte pra eles vir?

R: Com o transporte. Em vez de dar cesta básica pro pessoal né, deixa de ganhar cesta básica porque ele vai ganhar aquela alimentação dele e, além disso, ele vai ter uma renda mensal, da venda, da sobra do produto. Só vão plantar arroz, feijão, milho pro consumo e pra fazer farinha e coisas pra... Hortaliças né, a questão de moranguinho, repolho né, tudo que consome né. E hoje tu fazendo a conta, tudo o que o pessoal ta comprando lá, ele pode produzir na lavoura e ter sobra.

[...]

A prefeitura vai tipo um aval né, ela vai assumir este arrendamento [...] Daí de uma colônia tu pode tirar praticamente arroz e feijão, chega pra toda a família, e da outra colônia tu planta outras: planta hortaliças né, pode ter uma criação de galinhas pra ter ovos pra levar pra casa. Então tudo são coisas né. Pode ter uma vaca lá naquela propriedade que arrendou: leva o leite de noite pra casa né, ele mesmo vai tratar a vaca, ele mesmo vai fazer o pasto, ele mesmo vai plantar o pasto e vai manter esta vaca. E essa vaca a gente vai conseguir talvez através do governo federal, tipo uma pareceria.

Por exemplo, hoje existe o Pronaf estas coisas, então o caboclo seria beneficiado neste sentido?

R: É. Neste sentido né.

Por que hoje o caboclo não recebe este benefício?

R: Não, ele nem tem acesso. [...] Então vamos acessar, fizemos o Pronaf lá pra comprar três vacas ou quatro vacas, que é o suficiente pra tu ter o leite só pro cara levar para casa, não para comercializar. Essas três vacas tu fecha um cercado ali, faz uma pastagem.

A primeira idéia seria o sustento da família?

R: O sustento da família né.

E os excedentes talvez vender?

R: É. Pra ter uma rendazinha familiar [...] Então ele tinha o seu serviço fixo né e não era uma coisa exigente como o emprego né, ele vai ser livre né, quanto mais ele trabalhar mais vai produzir, quanto menos trabalhar menos vai produzir. Então se tu vai lá trabalhar todo dia da semana tu vai ter uma renda final do mês a mais, e se tu

<sup>190</sup>

O caboclo adquiriu uma visão sociopolítica mais ampla através da frequência do curso de teologia e no seu envolvimento no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), também atua como ministro na igreja católica da sua comunidade.

vai tal dia e outro dia não vai né, então tudo tem esse... [...] daí eu vou falar com a prefeitura né. [...] Porque há possibilidades de fazer, tem como fazer, só que tem que ter alguém que faça, que dá o primeiro ponta pé. Depois que ta dado o primeiro ponta pé e que o jogo iniciou, o resto a gente vai ajeitando né. E seria talvez um exemplo pra outros municípios, que nem tem... Eu acho que outro lugar que tem terra praticamente disponível, que podia ser produtivo pra este fim.

Mesmo considerando como a ajuda dos órgãos públicos para a viabilização da sua proposta, o caboclo entende que a iniciativa deve partir da organização da população cabocla. Acrescenta ainda a importância da colaboração de pessoas instruídas (incluindo os pesquisadores) para auxiliarem no encaminhamento de projetos de interesse do grupo às diferentes esferas do poder público, como também para ajudar nas tramitações legais e burocráticas existentes:

Você acha que a prefeitura não vai vim com propostas políticas?

R: Não vai.

Vocês, tipo os caboclos organizando reuniões?

R: É. Os caboclos mesmo que tem que ir lá na prefeitura e colocar o projeto né. O projeto nós queremos fazer assim e prefeitura sendo tipo um colaborador né. Jamais um cara, um político vai chegar e dizer, e confiar também nos caboclos né. [...]

Você acha importante o de origem alemã dar este apoio também? Talvez criar uma credibilidade?

R: É a mesma coisa, a gente vai procurar, que nem você e os outros que estão nessas áreas pra ajudar pra dar certo entre eles. Porque tu vai ter que ter uma pessoa que vai dizer que vai dar certo, se tu dizer que vai dar errado, tu vai desanimar e daí não vai fazer. Assim tu dá uma idéia e vai dar certo, e ajudar né como fazer. E há possibilidades né, vocês têm estudo e coisa errada e sabem como é que lhe dar daí com a parte burocrática que tem hoje, que nem a questão de encaminhar um Pronaf, fazer uma associação né, nós temos que ter uma associação, formar uma associação. Isso, como de fazer isso ali né, daí tem correr pra lá e correr pra cá, dá uma correria. Então essas coisas a gente tinha que ter o apoio deste pessoal né, que é pra resolver praticamente estes problemas. Têm muitos que não querem saber as coisas né, a realidade né, estão lá sabem as coisas assim só que não trazem solução pra este problema.

[...]

Você acha que o papel do pesquisador seria também de solucionar o problema?

R: Não é de solucionar, mas dar apoio né, por exemplo, pro pessoal né. [...]

Colaborar com os projetos?

R: Colaborar com os projetos. Talvez ir junto com a associação lá no governo estadual ou federal: “Não, lá a realidade é essa e lá tem solução”. Vocês podem ajudar, porque eles vão confiar bem mais no estudo feito no papel do que praticamente nós aqui fazer na pratica e chegar lá e dizer: “Não, lá nos queremos fazer as coisas”.

Não se pretende fazer aqui uma avaliação sobre a viabilidade da proposta exposta, mas as idéias reveladas pelo caboclo, no decorrer da conversação, já é um fator positivo e dá indícios de que futuras organizações associativas poderão surgir entre a população cabocla objetivando a sua inclusão socioeconômica e cultural.

O mesmo caboclo que anteriormente explanou a proposta para uma maior inclusão social também compreende que precisa haver uma valorização da identidade cultural cabocla.

Levando em conta este objetivo, ele tem como plano organizar a primeira festa cabocla de Porto Novo, como expõem no trecho da entrevista abaixo:

R: [...] inclusive estou querendo organizar agora a festa do caboclo, agora no próximo ano. Não sei se vai ser hoje ou amanhã, eu quero ligar para o bairro Santa Tereza para afins de fevereiro, março, abril, final de abril vamos fazer uma festa do estilo caboclo né, pra nós reunir toda a caboclada. Se o de origem alemã quiser participar pra ver qual é. Resgatar a nossa alimentação cabocla, porque dá uma diferença entre a alimentação cabocla e a alimentação do de origem alemã, do preto e do branco há uma diferença até na...

Gastronomia?

R: Sim. Então isso eu quero. Já faz três anos, na época do curso de teologia tenho comentado com os meus companheiros nossos aí, já faz três anos praticamente que eu to querendo montar, agora ta uma fase bastante madura, vamos montar a coordenação. Tem as pessoas que vão fazer o prato típico do caboclo né, queira ou não queira a origem de algumas comidas vem do caboclo né, quando o caboclo venho pro Brasil praticamente escravo, então aquela comida os meus descendentes ainda conseguiram ainda alguma coisa, aprender alguma coisa. Então hoje já tão fora de moda, os meus piás dão risada quando eu falo às vezes que nós comia né. Que nem o revirado, que nem pra nós o revirado é o feijão misturado com a farinha né, daí tu mexe ele, depois tu pode fritar ele também, pode botar ovo junto, farofa também né, a farofa o caboclo gosta bastante da farofa né, que é o milho, a farinha torrada né daí bota um ovo junto. Daí tem muitas coisas que o caboclo né, que ele é mais da comida roceira também, que nem o café, o caboclo não toma café de manhã assim que nem o alemão né, ele tem comida de manhã, no meio dia e de noite se for possível né, o meu pai ainda hoje ele tem comida de manhã, no meio dia e de noite. [...] ele até toma café, mas o café dele tem que ser um revirado que eu disse, uma polenta uma coisa assim, uma coisa, um torresmo ou então um torresmo com farofa uma coisa assim, mas só pão pra ele não é café. E o alemão tendo pão e o *butter* (manteiga) né, o *butter* e o melado. Que nem de noite também, o alemão é sopa de leite né, uma sopinha. Nós de origem cabocla não sabia o que era sopa, fui comer sopa depois com os de origem alemã mesmo [...] Que nem a canjica, a sobre mesa minha preferida é a canjica, não sei se você ouviu falar da canjica.

Eu já ouvi falar, mas nunca experimentei?

R: Então os meus piás querem né outras coisas né, pudim, é isso, aquilo né, e eu não, se eu tendo canjica né, o milho cozido né, eu boto açúcar, posso comer com leite, posso comer com feijão, até com molho de galinha vai bem a canjica, então eu se tendo aquilo ali. Hoje pouca gente tem o pilão que soca né, antigamente se socava, socava o milho né e cozinhava ele.

Canjica é uma coisa com milho né?

R: É, com milho, isso aí antigamente quando eu era piazinho isso era bastante né. Que nem hoje tem o arroz, na mesa do alemão é difícil faltar um arroz né, pra nós não podia faltar canjica né, era um prato praticamente.

[...]

Eu conversei com uns caras de Chapecó pra animar a nossa festa cabocla. Eu quero a música estilo caboclo, a música cabocla é uma e a música alemã é outra. O estilo caboclo é mais estilo da vida real dele né, do sentimento dele que ele tem né, do que é crente né, da vida dele ele conseguiu a música, a partir da vivencia dele, a música do caboclo. O alemão já não, ele é um pouco diferente né. [...] Hoje tem a música sertaneja né, volta um pouquinho às raízes do caboclo. Então vai vim três duplas de Chapecó porque lá eles se reúnem cada ano. Então o pessoal que vai vim do nosso projeto do Alto Uruguai que eu to implantando né, que é a questão dos biodigestores pra preservação da natureza, ele vai praticamente me trazer essas três duplas pra nós iniciar a festa aqui, porque lá faz anos que... E eu vou lá participar de uma festa deles pra até saber da onde é que vem. Eu vou participar de uma festa deles pra eu ter uma noção, porque é totalmente diferente do que aqui uma festa alemã [...].

Também não vamos visar lucro. [...] É, e eu sinto essa dificuldade dos meus colegas caboclos que não participam em festa. Então eu fui ver o porquê é que não participam né: “Não, eu ir lá, eu não consigo pagar um almoço”. Porque é caro um



almoço pra esse preço que tão cobrando: “Se eu ir pra lá e tomar cerveja eu também não tenho dinheiro pra pagar”. Então a gente vai fazer uma festa, não precisa ter uma festa de cerveja, bota uma outra coisa mais barata, refrigerante ou outra coisa pro pessoal, ou faz mais barata a cerveja, preço de custo né.

A festa cabocla não foi realizada na data prevista pelo caboclo, que teria sido para o final do mês de abril de 2007. Mas como ele mesmo confirma, a idéia está bem amadurecida e isto dá a expectativa de que o evento poderá se realizar em breve. O encontro festivo teria a pretensão de reunir a população cabocla de Porto Novo como também famílias caboclas das proximidades que em geral estão interligadas através de laços de parentesco ou amizade. Os convites também estariam abertos a toda população teuto-brasileira que tivesse interesse em participar. A realização da primeira festa cabocla de Porto Novo será de grande significação para aquela região e em especial a esta minoria étnica. O evento irá valorizar a identidade cultural cabocla, resgatar a sua história e a sua presença na construção do território, e abrirá maiores possibilidades de intercâmbio com a população teuto-brasileira já que também será convidada a participar. O encontro ainda possibilitará a abertura de espaços para trocas de experiências e de idéias que num futuro próximo poderão germinar organizações associativas que visem à ajuda mútua nas necessidades e interesses em comum ao grupo.

Historicamente a cultura cabocla se caracteriza por sua reprodução social em mínimos vitais e sociais: a imprevidência, o provisório e o semi-nomadismo são marcas da sua identidade cultural. Dentro destas características culturais, a população cabocla conseguia um equilíbrio social mais satisfatório no tempo em que a terra não lhe era escassa, quando as migrações eram espontâneas e faziam parte do ciclo produtivo da atividade econômica. As características do seu campesinato alcançaram um ajustamento social favorável no trabalho pioneiro da colonização. Adaptaram-se ainda a fase inicial do grande avanço produtivo da agricultura, que seria o período entre os anos de 1960 até os meados da década de 80, época em que muitas famílias caboclas puderam manter suas relações camponesas na condição de moradores nos fundos de uma propriedade agrícola de um colono, onde estavam disponível como mão-de-obra temporária e podiam praticar a sua pequena agricultura de subsistência.

Com o constante avanço da modernização, o ajustamento do caboclo trabalhador temporário, segregado tanto no meio rural como também no urbano, passou a tornar-se mais difícil e o seu equilíbrio social cada vez mais incerto. A sua cultura do provisório sempre adaptado a necessidades mínimas na sua reprodução vital e social, com a intensificação das relações capitalistas e com o atrofiamento dos espaços e meios para se reproduzirem socialmente nos moldes tradicionais, tornou a população cabocla mais dependente dos novos fatores econômicos. Na labuta cotidiana precisam ter a preocupação centrada na busca

constante de algum dinheiro para as suas necessidades imediatas e urgentes. Atualmente a imprevisibilidade e a precariedade econômica de grande parcela da população cabocla não podem ser vistas apenas como uma opção e um estilo de vida. A sua situação social precisa ser analisada dentro de um processo histórico que envolva fatores culturais, econômicos e políticos, ou seja, um processo histórico de exclusão da sua identidade cultural.

Percebeu-se durante a pesquisa a campo que a população cabocla economicamente ativa que se encontra nesta imprevisibilidade, mantendo-se através de serviços temporários, em sua maior parte, especialmente os mais jovens<sup>191</sup>, anseia por um trabalho formal, um emprego que lhe assegure uma estabilidade financeira:

R: A gente sempre quis, por exemplo, ter uma casa, ter uma terra que fosse da gente que não fosse dos outros, porque quando você tem as coisas que são teu mesmo você se sente melhor, porque sempre viver assim das coisas dos outros.

Hoje a terra em que vocês moram não é de vocês?

R: Não, nós estamos comprando uma parte agora da minha irmã, esta parte com a casa nós estamos comprando agora deles.

Vocês querem terra pra trabalhar na roça?

R: Pra trabalhar na roça não, eu prefiro uma terra assim pra ter onde morar, eu mais tarde prefiro só um emprego e trabalhar fora.

Você acha que é vantagem trabalhar fora num emprego do que trabalhar na roça?

R: Eu acho, porque na roça... Se tu ta no emprego, teja chuva ou teja sol forte, tu ta ganhando. Na roça no dia em que ta chovendo você não ganha, aquele dia é perdido pra ti, porque neste você não pode trabalhar. Que nem o emprego lá, neste dia em que ta chovendo tu tem o teu dinheirinho normal por mês. (Cabocla, 22 anos).

Quais os seus planos para o futuro, no trabalho talvez?

R: Eu penso um dia né, se eu conseguir pegar um serviço bom né, pra fazer, pra comprar as coisas né, fazer a vida.

Tipo construir uma casa?

R: É, comprar um terreno.

O que você vê como um trabalho bom?

R: Um trabalho, tipo igual assim ali na Ceval né, por mês.

Você acha que é vantagem trabalhar por mês do que por dia?

R: Sim, pra mim é muito mais vantagem trabalhar por mês que assim por dia né. (Caboclo, 21 anos)

Quais os teus planos para o futuro?

R: Trabalhar por mês.

Conseguir um emprego que da para trabalhar por mês?

R: Aha.

Por que você acha que não pode alcançar os sonhos que você às vezes pensa?

---

<sup>191</sup> Já a população idosa e a adulta com idade mais avançada em geral anseiam por um espaço onde possam praticar o seu campesinato, conforme se manifestaram quando questionados sobre o que mais lhes fazia falta: “Mas olha! Terra pra gente trabalhar plantar alguma coisa. Tem muita gente que tem de sobra, mas ele não dá e pra arrendar cobra demais. Como nós agora não temos terra, só pra sentar [...]”. (Caboclo, 78 anos). “Pra mim o que me faltava é ter um pedaço de terra que é meu pra trabalhar. Eu ia trabalhar pra gente e não pros outros, to bem igual, mas não é como ser da gente aquele pedacinho”. (Caboclo, 48 anos). Interessante ainda foi a manifestação contrária ao êxodo rural expressada por um caboclo idoso: “O agricultor deve ficar na roça, na cidade só vai encontrar a miséria, na roça ele tem o seu conhecimento”. (caboclo, 65 anos).

R: Porque tem às vezes uns que alcança e tem uns que não tem como alcançar estes sonhos.

Teria um sonho meio escondido aí que você...?

R: Aha.

Qual seria esse?

R: Olha! Eu queria mais trabalhar assim por mês né, em chiqueirão de porco assim. Por que eu via o meu cunhado trabalhar daí às vezes eu ficava com ele de noite lá, daí ele me mostrava como é que era.

É um bom trabalho?

R: Aha. (Caboclo, 15 anos).

As expectativas que tem em relação ao trabalho não são exigentes, são apenas de conseguirem um emprego que lhes possa garantir uma maior segurança econômica. Mas reconhecem que para isso enfrentam dificuldades e apontam como principal obstáculo a falta de estudo:

O que hoje te faz mais falta?

R: Ah, o que me mais faz falta hoje é o estudo, que hoje tu não consegue pegar emprego sem estudo. Só que na idade que eu estou nem penso mais em estudar. (Cabocla, 22 anos).

O que te faz mais falta hoje?

R: Olha! O que mais me falta é por dizer a verdade é o estudo né, porque o estudo vai, porque o estudo vai bastante também. (Caboclo, 15 anos).

No entanto, os fatores que dificultam a inserção do caboclo a um trabalho formal parecem ser mais complexos do que centralizar exclusivamente a causa a sua baixa escolaridade. Verificou-se no decorrer da pesquisa que muitos dos caboclos que durante a entrevista almejavam um simples emprego no lugar da situação informal de trabalho em que se encontravam, já eram ex-funcionários da Seara Alimentos S/A<sup>192</sup>. Os motivos da desistência do antigo emprego quase sempre pareceram pouco convincentes, o que deu a subentender de que o principal fator está vinculado à questão cultural, à dificuldade de se adaptarem à proletarização. Além do fator da baixa escolaridade e da questão cultural que envolve características relacionadas ao *ethos* trabalho, há ainda o preconceito étnico-racial que o caboclo enfrenta na busca de um emprego.

Mas sem dúvida o aumento da escolaridade da população cabocla amplia significativamente as possibilidades de uma maior ascensão econômica (uma concepção já bastante incorporada entre os teuto-brasileiros). Isto porque há uma exigência das empresas e da maior parte dos empregadores que o trabalhador a ser contratado tenha certo grau de

---

<sup>192</sup> Em momentos de extrema urgência em contratar funcionários, na falta de disponibilidade de mão-de-obra excedente, emprega trabalhadores com ensino fundamental incompleto, em situação contrária o grau de escolaridade tem um peso significativo para a admissão. Para os que ingressam à empresa com baixa escolaridade há uma pressão para frequentarem os bancos escolares num turno fora do horário de trabalho, como em classes de aceleração ou supletivos.

escolaridade, em geral o ensino fundamental e médio completo em trabalhos caracterizados como de pouca e média qualificação. Uma maior escolaridade também é necessária para a especialização do trabalhador através de cursos técnicos, que em geral exigem a conclusão do ensino médio para o seu ingresso. A permanência do caboclo na escola até o término do ensino médio dará a ele ainda a possibilidade de, futuramente, cursar o ensino superior. Em síntese o aumento da escolaridade lhe oferece melhores meios para competir no mercado de trabalho, ascender economicamente e melhorar sua integração social além das relações próximas ao seu grupo étnico minoritário.

Diferente da população cabocla de baixa escolaridade que se mantêm no subemprego e que almeja apenas por um simples emprego que lhe assegure uma mínima estabilidade econômica, os jovens estudantes caboclos que freqüentam a escola e já se encontram no ensino médio (situação de uma pequena minoria) ampliam seus projetos profissionais. Planejam concluir o ensino médio e futuramente ingressar num curso superior, com o objetivo de buscar uma qualificação profissional e conseqüentemente uma ascensão socioeconômica:

Qual o teu projeto para o futuro na questão profissional?

R: Eu quero fazer faculdade, só que eu não sei o que, e quero arrumar um bom emprego pra ajudar a minha família assim. (Cabocla da 2ª série do ensino médio da escola Pe. Balduino Rambo).

Qual o seu projeto para o futuro?

R: Sei lá, seria me formar assim, ter um emprego digno né, que eu me conseguisse formar assim, ter uma faculdade e poder ajudar a minha mãe em casa que financeiramente estão ruim.

Você ainda não ta pensando em que profissão?

R: Eu quero estudar pra ser professora. (Cabocla da 3ª série do ensino médio da escola São Vicente)

Qual o teu projeto para o futuro?

R: Não sei bem ainda o que eu quero fazer, eu fiz... Na verdade eu to agenciada numa agencia de modelos, só que eu não sei ainda se vai dar certo ou não vai, e pra faculdade eu não sei ainda se vou conseguir fazer.

Mas pretende fazer faculdade um dia?

R: Gostaria. Alguma relacionada à arte ou coisas assim. (Cabocla da 3ª série do ensino médio do colégio São Vicente).

Me formar em direito, ter uma família a onde eu possa dar uma vida boa para eles (meus filhos), e poder ajudar quem vive ao meu redor, poder pelo menos falar a língua alemã, e acho que é isso. (Cabocla da 1ª série do ensino médio da escola Madre Benvenuta).

Pretendo fazer faculdade de moda e me tornar uma grande estilista, se por acaso não puder, pretendo ser professora de química. (Cabocla da 1ª série do ensino médio da escola Pe. Balduino Rambo).

Quero terminar o colegial, continuar estudando, cursar uma faculdade para futuramente ter um bom emprego. (Cabocla da 3ª série do ensino médio da escola Pe. Balduino Rambo).

Mas a escola não pode ser vista apenas como um espaço onde o caboclo deve ser assegurado para receber o seu certificado de comprovação escolar, o seu adestramento à proletarização ou a sua qualificação para o moderno mercado de trabalho. Como já foi observado anteriormente, a marginalização do caboclo acontece fundamentalmente pelo fator econômico e cultural. O espaço escolar é um ambiente privilegiado exatamente por poder trazer grandes contribuições através destes dois fatores na projeção de um trabalho de inclusão social da minoria étnica cabocla. Para a inclusão econômica é capaz de possibilitar aos caboclos maiores chances para ingressar e competir no mercado de trabalho, para a inclusão cultural poderá construir metodologias para a valorização das características culturais da sua identidade.

Na escola, a identidade teuto-brasileira e as epopéias dos seus antepassados são lembradas, estudadas e reforçadas em vários momentos, como no conteúdo de algumas disciplinas (história, estudos regionais, língua alemã e geografia) e na programação da escola sobre algumas datas históricas (vinda dos “primeiros imigrantes”, data da emancipação ou da fundação da primeira escola). Tudo isso com uma forte carga de etnocentrismo, negligenciando a identidade cultural cabocla.

Uma poderosíssima estratégia de negação do *outro* é justamente o silêncio. Deixar de registrar os efeitos de uma comunidade é regá-la ao esquecimento. O que não é evocado deixa de existir. Assim, a escritura da história é feita, como sabemos, como pelos vencedores, que passam a deter o controle da enunciação, elidindo (isto é, deixando cuidadosamente de mencionar) tudo o que poderia engrandecer o vencido. (BERND, 1994, 27).

Certamente a omissão da história e da cultura cabocla na escola não é estratégica, mas consequência da falta de conhecimentos e compreensões em relação ao tema. Em diálogos com ex-colegas de trabalho (professores), amigos, parentes e demais pessoas conhecidas da região, observo que existe uma dificuldade de identificarem os caboclos a partir da sua identidade cultural, uma vez que os teuto-brasileiros costumam denominá-los como pertencentes ao grupo étnico negro, dentro de uma ampla generalização, sem se preocupar em aprofundar o assunto.

Para compreendermos a marginalização sócio-cultural do caboclo é preciso fazer uma análise mais profunda sobre a construção do espaço geográfico local. “A análise do espaço deve ocorrer a partir de um vaivém constante entre a descrição, as relações, as explicações do aparente e a busca de justificativas desta aparência”. (CALLAI, 2000, p. 99).

Conforme Morin (2003, p. 97-98), para compreender o outro, é preciso compreender a si mesmo:

As idéias preconcebidas, as racionalizações com base em premissas arbitrárias, a autojustificação frenética, a incapacidade de se auto-criticar, os raciocínios paranóicos, a arrogância, a recusa, o desprezo, a fabricação e a condenação de culpados são as causas e as conseqüências das piores incompreensões, oriundos tanto do egocentrismo quanto do etnocentrismo.

Caberia aos profissionais da educação resgatar a identidade cultural cabocla dentro de um auto-exame crítico para que haja a desmistificação de preconceitos étnico-raciais e a compreensão de suas características socioculturais. “[...] para que possa haver compreensão entre estruturas de pensamento, é preciso passar à metaestrutura do pensamento que compreenda as causas da incompreensão de umas em relação às outras e que possa superá-las”. (MORIN, 2003, p. 104).

No momento em que os professores conseguirem compreender a construção cultural dos seus alunos caboclos, irão descobrir suas inquietações, dificuldades, expectativas, como também suas potencialidades e saberes. Este processo irá diminuir os preconceitos, os ressentimentos e o estranhamento cultural dentro do espaço escolar, a escola poderá ser assim um ambiente de uma transformação embrionária capaz de se estender aos diferentes espaços sociais da comunidade. “Se a escola for um espaço de diálogo e de questionamento estaremos deixando boas sementes para que estas qualidades [...] se enraízem pelas demais instituições da sociedade”. (KAERCHER, 1998, p. 53).

Quando a escola consegue incluir e valorizar a cultura cabocla dentro do espaço e do currículo escolar, o aluno caboclo se sentirá como sujeito no processo da construção do espaço geográfico e a partir de seu meio conseguirá compreender a relação do local com o global. Tendo a sua identidade cultural valorizada, conseguirá se identificar com a escola, o que certamente trará um melhor desempenho escolar, com a diminuição de repetências e desistências.

Se a escola consegue acolher os alunos caboclos sem desvalorizar a sua cultura, ela poderá ser um espaço onde estas crianças e jovens poderão ampliar a sua visão de mundo, buscar novas oportunidades e ter uma ascensão social.

Os professores, na busca da compreensão da identidade cabocla e da sua valorização no currículo e cotidiano escolar precisam se integrar de forma inter e transdisciplinar<sup>193</sup> para criarem metodologias por meio de um pensamento mais complexo, evitando assim o reducionismo e a simplificação que resultam em atitudes preconceituosas. “O pensamento

---

<sup>193</sup> “A interdisciplinariedade pressupõe trabalho coletivo, atitude dialógica, busca da compreensão do problema em questão mediante o consenso na interpretação/compreensão. [...]. A transdisciplinariedade é uma possibilidade de auxílio nesta tarefa. Podemos entendê-la como capacidade de dialogar com os diferentes saberes, entendê-los e incorporá-los ao nosso conhecimento”. (SUERTEGARAY, 2004, p. 192).

complexo é, portanto, essencialmente aquele que trata com a incerteza e consegue conceber a organização. Apto a unir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual e o concreto”. (MORIN, 2000, p. 30a).

Sobre a dúvida de quem irá educar os educadores para a transformação de uma educação mais complexa, MORIN (2001, p. 55) complementa:

[...] o educador deve educar a si próprio. Reeducar a si próprio significa sair de uma minoria; significa que os educadores sentem a necessidade do problema e, como desviantes, vão ajudar outros educadores a mudar. Os educadores podem, também, fazer a sua reeducação em muitos livros e ver as aspirações dos alunos, dos estudantes.

Neste trabalho inter e transdisciplinar para a criação de metodologias que buscam compreender e valorizar a identidade cultural cabocla dentro de um pensamento mais complexo, a Geografia consegue dar uma grande contribuição. De um lado, porque a complexidade já faz parte de sua história e atualmente está sendo resgatado, como indica Morin (2000, p. 29b):

O desenvolvimento das ciências da terra e da ecologia revitalizaram a Geografia, ciência complexa por princípio, uma vez que abrange a física terrestre, a biosfera e as implantações humanas. Marginalizada pelas disciplinas vitoriosas, privada de pensamento organizador...a geografia que, de resto, forneceu profissionais à ecologia, reencontra suas perceptivas multidimensionais, complexas e globalizantes... e reassume a sua vocação originária como diz Pierre Allix, ‘somos necessariamente generalizadores’. A geografia amplia-se em Ciência da Terra dos Homens.

E do outro, porque esta problemática faz diretamente parte do seu objeto de pesquisa:

A geografia humana estuda a repartição dos homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da terra, e tenta explicá-la pela maneira como os grupos se inserem no ambiente, o exploram e o transformam; o geógrafo debruça-se sobre os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com a qual sonham. (CLAVAL, 2001, p. 11).

Concordando com Claval sobre o objetivo principal de estudo em Geografia dentro do espaço geográfico, Castrogiovanni (2003, p. 7) nos orienta de que “é fundamental proporcionar situações de aprendizagem que valorizem as referências dos alunos quanto ao espaço vivido. Estas referências emergem das suas experiências e textualizações cotidianas”. A Geografia, ao valorizar as representações do cotidiano da vida dos alunos, os facilitará a fazer uma leitura mais aprofundada sobre a organização e transformação do espaço geográfico dentro da relação recíproca do local com o global, onde se sentirão sujeitos desta transformação. É o que explica Suertegaray (2004, p. 200) sobre a necessidade de geografar a educação:

Geografar a educação consistiria, então em promover pelo ensino da geografia uma educação para a ação [...]. Uma educação para a ação indica, em nosso entendimento, a necessidade de construir com o aluno uma compreensão do lugar e do mundo e do seu lugar no mundo.

Para que o professor possa promover uma “educação para a ação”, é necessário que ele pesquise sobre a realidade do espaço geográfico de seus alunos. Como foi apresentado anteriormente, pouco se conhece sobre a identidade cultural cabocla na região, que foi historicamente negligenciada. Então caberia ao professor pesquisar a realidade sócio-cultural dos caboclos para criar metodologias de ensino que incluam justamente a sua história e cultura, para que possa haver uma melhor identificação destes alunos com a escola. Um melhor processo de inclusão dos caboclos no ambiente escolar irá refletir positivamente sobre a antiga região de Porto Novo, podendo abranger resultados em escalas maiores, impossíveis de serem medidas sistematicamente. As pesquisas sobre a compreensão da identidade cabocla podem atingir propostas além das práticas de ensino e relacionamento dentro do espaço escolar. Elas podem auxiliar no desenvolvimento de propostas junto ao poder público (municipal, estadual ou federal) para uma melhor integração social e econômica da população cabocla e que também acompanhem a valorização de suas heranças culturais.

O caboclo não pode ser visto como um intruso num território onde a sua presença histórica em parte é anterior às famílias pioneiras de colonos, presença esta de fundamental importância na construção e transformação do espaço geográfico local, embora sempre negligenciado pela história utilitarista e etnocêntrica. A homogeneidade cultural tão insistentemente idealizada precisa ser questionada e a diversidade cultural não pode ser compreendida como um impasse ao desenvolvimento regional. O reconhecimento da identidade cultural cabocla deve diminuir a sua segregação social e o estranhamento cultural entre teuto-brasileiros e caboclos, contribuindo para um melhor relacionamento, enriquecendo ambas as identidades. “[...] as culturas geram riquezas extraordinárias; o tesouro da humanidade é a sua diversidade; esta não só é combatível com a unidade fundamental, mas produzidas pelas possibilidades do ser humano”. (MORIN, 2000, p. 18a).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da pesquisa é capaz de nos trazer transformações profundas num curto período. Faz-nos filosofar e romper com barreiras ou preconceitos construídos. A pesquisa também nos amadurece, faz compreender que temos um conhecimento insignificante em relação à complexidade dos fenômenos que nos cercam e nos envolvem. Aprendemos que diante dos objetivos traçados é necessário fazer cortes, filtros, porque como explica o físico Einstein: o tempo é relativo. Para o pesquisador de uma abordagem qualitativa o tempo é traiçoeiro em consequência dos leques de pesquisas que se abrem no decorrer do trabalho, portanto sempre curto demais, sendo seu maior tormento e motivo de intensas ansiedades.

A pesquisa nos ensina a ser solidários porque não é possível ser feita sozinha, mas ao mesmo tempo nos torna egoístas, quando a colocamos no centro de nossa atenção, nos afastando do convívio familiar, dos amigos e demais pessoas que necessitam do nosso afeto. Por fim, principalmente no isolamento da escrita, tornamo-nos solitários e a pesquisa nos educa a conviver com a solidão. E como toda grande relação amorosa, a pesquisa envolve o pesquisador numa profunda afetividade em torno do seu trabalho, trazendo-lhe momentos de felicidades, frustrações e desesperos, e no seu término o vazio da despedida, mas que deixará encravadas marcas desta relação.

Acredito que os objetivos traçados em torno do tema da pesquisa, estão interligados a grandes inquietações que me acompanharam durante a vida. Sendo descendente de colonos teuto-brasileiros que foram atraídos a Porto Novo no decorrer da colonização e tendo construído a minha identidade cultural em meio a este território de supremacia da cultura teuto-brasileira, a pesquisa possibilitou conhecer-me de forma mais profunda para poder compreender o outro, o culturalmente diferente, o caboclo. Aquele ser humano que desde a infância me envolveu num mundo de mistério e medo, e que na fase adulta ainda me provocava estranhamentos.

Atualmente, ao observar-se o espaço geográfico da área do antigo Porto Novo percebe-se uma visível segregação social da minoria étnica cabocla. Estudos a partir de referências bibliográficas e análises empíricas em relação ao fato me fizeram crer que o principal fator da segregação social do caboclo era consequência das suas diferenças culturais em comparação a maioria étnica teuto-brasileira deste território. Entendeu-se assim, que para compreender de forma mais profunda a segregação da etnia cabocla, seria necessário

primeiramente resgatar e contextualizar a identidade cultural do caboclo e do teuto-brasileiro para posteriormente fazer uma análise das suas diferenças culturais mais marcantes.

Inicialmente, referente à identidade cultural de ambas as etnias, sentiu-se a necessidade de fazer uma abordagem em relação ao conceito de caboclo e colono (teuto-brasileiro) que foi utilizado posteriormente no decorrer do texto na representação dos dois grupos étnicos. Conceitos estes, complexos quando analisados diante da discussão teórica de diferentes autores e das argumentações dos sujeitos selecionados nas entrevistas do trabalho de campo. No conceito de caboclo, apesar de ter-se considerado a sua mestiçagem étnica racial, deu-se um maior valor às características culturais que fundamentam a sua identidade camponesa. Diferente de alguns autores que na sua pesquisa concluíram que a designação de caboclo representava um estigma a tal população, no trabalho de campo os sujeitos pertencentes a este grupo assim se autodenominavam naturalmente sem demonstrarem constrangimentos. O conceito de colono foi compreendido como a expressão de uma identidade camponesa apropriada por parte dos imigrantes europeus e seus descendentes a partir da política de colonização desde o século XIX. Os profissionais do discurso, defensores de uma agricultura moderna e intensamente capitalizada, procuram substituir o termo colono por eufemismos: produtores rurais, trabalhadores rurais, agricultores ou empresários rurais; onde este passa a ser utilizado de forma pejorativa, representando o sinônimo de atraso, rusticidade e arrogância. Mas percebe-se que entre a maioria da população rural, exceto entre uma parcela dos mais jovens que incorporaram o discurso moderno, o termo colono ainda representa a significação de um conjunto de valores culturais da herança da sua identidade camponesa. Neste sentido o termo caboclo e colono utilizado no decorrer da dissertação não representaram, em nenhum momento, um estigma aos sujeitos assim designados.

No resgate e na contextualização da identidade cabocla, verificou-se a partir dos estudos de alguns pesquisadores locais e pela memória oral de antigos moradores, que caboclos já habitavam a região de Porto Novo antes da concretização do projeto da colonização. É provável que estes caboclos tenham sido atraídos à região pela oferta de trabalho na extração e contrabando de madeira feitas às margens do rio Uruguai a partir do final do século XIX. Mas a pesquisa demonstra que esta não é a trajetória da grande maioria da população cabocla, e diferente de estudos feitos em outras áreas do oeste catarinense, em Porto Novo, não está relacionada aos caboclos que se dispersaram pelo interior do estado após o conflito do Contestado (1912 - 1914). A maior parte da população cabocla é procedente do noroeste gaúcho e num período posterior à colonização.

Assim, um intenso embasamento teórico possibilitou resgatar e contextualizar a trajetória da identidade cultural cabocla de Porto Novo a partir do Rio Grande do Sul. Entende-se que as características socioculturais da sua identidade camponesa tiveram suas bases estruturadas a partir da atividade econômica do tropeirismo e da erva-mate do planalto gaúcho, mais especificamente desde o século XVIII. Foi onde as diferentes etnias: europeus (portugueses e espanhóis), negros (escravos, alforriados ou fugitivos) e indígenas, vinculadas às atividades econômicas, miscigenaram-se, formando uma população que construiu uma identidade camponesa específica. Um campesinato seminômade, baseado numa agricultura de subsistência, intercalada com os trabalhos na estância e na atividade econômica zazonal da extração da erva-mate.

Esta população camponesa desprovida de capitais produtivos tornou-se dependente econômica e politicamente dos grandes proprietários de terras, comerciantes e donos de engenhos do mate. Foi constantemente segregada para as áreas de floresta com o apossamento dos campos nativos pelos estancieiros. Estes, posteriormente com a Lei das Terras de 1850, também tiveram a preocupação de se apropriarem das áreas florestais, para se beneficiarem com o mercado das terras pela política da colonização. Na floresta, as atividades pluriativas: agricultura de subsistência e extração sazonal da erva-mate; caracterizam a identidade camponesa cabocla pelo nomadismo, pelas relações sociais coletivas de ajuda mútua e pelo uso provisório e expansivo da terra. Não sentiram a necessidade de se apropriar da terra enquanto esta se mostrava disponível, e tendo sua cultura adaptada a um ajustamento de formas mínimas de sobrevivência não propuseram as condições materiais para a sua apropriação privada dentro das tramitações legais exigidas.

Com a vinda dos projetos de colonização sobre as áreas florestais do planalto gaúcho a partir do final do século XIX e com a posterior crise econômica da erva-mate, o caboclo adaptou a sua identidade camponesa seminômade, aos trabalhos pioneiros da colônia. No entanto, sofre uma constata exclusão dos projetos de colonização em decorrência das suas características socioculturais que não atenderam aos interesses da organização territorial da política republicana e às empresas colonizadoras pelo mercado das terras. Ao mesmo tempo em que o caboclo é expulso das terras legalmente demarcadas pela empresa colonizadora é atraído pela oferta de trabalho nos serviços pioneiros da colonização. Assim o caboclo migra constantemente mata adentro em busca de uma terra ainda não demarcada em lotes coloniais, onde pratica uma rudimentar agricultura de subsistência paralelamente com a prestação de serviços à colonização. Neste constante processo de repulsão e atração a população cabocla

chega à colônia Porto Novo: desapropriada pelos projetos colonizatórios do noroeste gaúcho e atraída pela oferta de trabalhos pioneiros.

Em Porto Novo, os caboclos passaram a se concentrar na comunidade da antiga Linha Glória (atual comunidade de Aparecida e Glória), área mais inóspita às margens do rio Uruguai e Peperí-Guaçu ainda não ocupada por colonos e onde já havia algumas famílias caboclas instaladas anteriormente à colonização. Ali praticavam rudimentares atividades agrícolas de subsistência, a caça, a pesca e por meio de características seminômades prestavam serviços aos trabalhos pioneiros da colônia: derrubada de mata, abertura de estradas e principalmente na atividade econômica da extração e comércio da madeira nobre no período das balsas (1940 a 1955). Por volta de 1960 já havia uma ocupação quase total dos lotes por famílias de colonos e os caboclos (posseiros) foram então forçadamente desapropriados.

Grande parte das famílias caboclas desapropriadas migrou para a Argentina ou sudoeste do Paraná, acompanhando o pioneirismo colonial onde puderam reproduzir sua identidade camponesa por mais alguns anos. Outros se dispersaram pelo território de Porto onde passaram a viver na condição de agregados em propriedades agrícolas de colonos. O caboclo agregado novamente adaptou a herança da sua identidade camponesa às transformações do espaço geográfico. Como morador num rancho precário aos fundos de uma propriedade de um colono, praticava uma pequena agricultura de subsistência e prestava serviços temporários ao proprietário da terra e a outras famílias de colonos. Mas o aprofundamento da modernização tecnológica e do capitalismo no meio rural extinguiu esta forma de relação camponesa até meados da década de 1980.

Os caboclos que permaneceram na zona rural, em geral ocupam áreas íngremes e de difícil acesso morando em pequenos lotes adquiridos ou apossados; sua base de sustentação familiar provém da prestação de serviços temporários, mas a agricultura modernizada necessita cada vez menos da sua oferta de trabalho cuja mão-de-obra se tornou desqualificada.

A partir da década de 80 houve uma migração de um considerável número de famílias caboclas para a cidade de Itapiranga, tanto vindas do interior de Porto Novo como também de fora daquele território, especialmente do noroeste gaúcho. Os que não se adaptaram à proletarianização ou às exigências de um mercado de trabalho mais qualificado, ocupam os espaços mais periféricos e sobrevivem com o subemprego.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica foi possível verificar que os colonos de origem germânica que ocuparam Porto Novo a partir de 1926, asseguravam em geral uma identidade em comum: eram descendentes de camponeses católicos da região de *Hunsrueck*

no sul da Alemanha. Por ser a maioria descendente de teuto-brasileiros das antigas colonizações do estado gaúcho e para compreender a identidade cultural deste colono, evidenciou-se e contextualizou-se a trajetória da sua migração a partir de *Hunsrueck* para as colônias no Rio Grande do Sul e posteriormente em Porto Novo. No estudo desta trajetória, além de analisar as estratégias político-econômicas do governo brasileiro com a colonização e os fatores socioeconômicos que favoreceram as emigrações da Alemanha, percebeu-se que o fator religioso, a atuação dos jesuítas alemães junto a estes imigrantes necessitava de uma atenção especial.

No embate entre o Liberalismo, movimentos revolucionários (socialistas, comunistas e anarquistas) e a Restauração Católica, ocorreram manifestações ideológicas e político-econômicas que se intensificaram na Alemanha na primeira metade do século XIX. A região agrária e predominantemente católica de *Hunsrueck* foi o centro de referência para a Restauração Católica alicerçada no Conservadorismo Romântico. As comunidades rurais ao ritmo pacato da natureza e numa cristandade medieval com as concepções românticas bem enraizadas, formavam as condições ideais para o afloramento e a articulação da Restauração.

A Companhia de Jesus, com atuação predominante na Alemanha, era vista como a ordem religiosa que mais se desempenhava no Projeto da Restauração Católica. Os jesuítas fundaram inúmeras associações, instituições caritativas, utilizaram o veículo de comunicação da imprensa escrita e organizavam anualmente os Congressos Católicos. Com a Unificação da Alemanha em 1871, o pensamento liberal e anti-eclesiástico se fortaleceu e a atuação da Companhia de Jesus foi compreendida pelos liberais aliados de Bismarck, como uma ameaça à unificação e ao desenvolvimento do Estado Moderno, resultando na sua expulsão da Alemanha em 4 de julho 1873.

Em decorrência da sua expulsão o número de jesuítas em atividade no Rio Grande do Sul aumentou significativamente e a emigração para o sul do Brasil passou a ser recomendada aos alemães católicos, o que contribuiu para a intensificação ainda maior da população católica nas colônias alemães desta província. Estes religiosos adaptaram-se a realidade do espaço geográfico e articularam todos os meios para implantar nas colônias o Projeto de Restauração Católica que estava passando por dificuldades na Europa devido à força crescente do Liberalismo. É este processo da imigração alemã às colônias do Rio Grande do Sul que Kreutz (1991) denominaria de “elevado grau de transplante cultural”.

Durante o período imperial os jesuítas encontraram condições favoráveis para a continuação do movimento de Restauração Católica no Rio Grande do Sul. O governo apoiou a formação de núcleos etnicamente homogêneos, porque a autonomia destas colonizações

facilitava a sua expansão e exonerava o poder público de seu dever de assistência. No final do século XIX, com a proclamação da república, o governo estadual republicano, defensor do Liberalismo e fundamentado no discurso assimilacionista, impôs a formação de colônias mistas aplicando rigorosamente a mistura étnica. Esta iniciativa do governo entrou em total contradição com a homogeneidade étnica e religiosa das colônias idealizadas pelos jesuítas no Projeto da Restauração Católica. Mas a colonização mista forçada não atendeu as expectativas dos republicanos. As colônias permaneciam isoladas geograficamente e o governo não conseguiu integrá-las econômica e socialmente ao resto da província e nem bancar um assistencialismo mínimo. Assim, o colono buscava apoio na sua comunidade étnica cuja organização era liderada pelo conservadorismo religioso.

O alto crescimento vegetativo, o esgotamento dos solos em consequência das práticas agrícolas rudimentares ou predatórias e o tamanho dos lotes coloniais, fizeram com que a cada geração os colonos expandissem a frente pioneira na busca de novas terras para a sua reprodução camponesa. Sendo a migração uma necessidade presente em cada geração, os jesuítas centralizaram a sua preocupação para este fato e fundaram em 1912 a *Volkssverein*. A atividade principal e o campo de atuação desta instituição era ocupar-se com novas colonizações para católicos.

O Governo estadual, defensor do discurso assimilacionista das colonizações mistas, não cedeu ao projeto de colonização da *Volkssverein* em formar uma colônia étnica e religiosamente homogênea no Rio grande do Sul. Desta forma, em 1926, a Companhia de Jesus estendeu seu projeto de Restauração Católica para o extremo oeste catarinense. A comunidade agrária isolada na selva protegia os leigos das infiltrações dos princípios liberais que nas antigas colônias provinham de forma ascendente do meio urbano. Com a nova colônia a *Volkssverein* ofereceu um novo espaço para a reprodução camponesa aos seus associados, mas em contrapartida, os jesuítas mantiveram um monopólio de poder absoluto, se responsabilizando pelo bem estar material e espiritual dos colonos. Portanto, tão importante quanto o fator econômico é necessário analisar o fator religioso na idealização do projeto da colonização Porto Novo.

A partir de 1960 os lotes coloniais estavam praticamente todos vendidos e as novas gerações para reproduzir a sua identidade camponesa, seguiram em grande número a frente pioneira que se estendia para o oeste paranaense e mais tarde, pelo Paraguai e sudoeste brasileiro. O conservadorismo religioso ainda acompanhou a organização estrutural destas colonizações, mas não conseguiu mais medir forças contra os princípios liberais. Em Porto Novo, com o avanço do processo da modernização agrícola e da urbanização, os ideais da

Restauração Católica são vencidos pela supremacia do liberalismo econômico, pelos princípios capitalistas nas relações humanas. Excluídos pela moderna agricultura, os filhos dos colonos, em sua maioria, não seguiram mais a trajetória camponesa dos seus antepassados e buscaram a sua reprodução social no espaço urbano.

A partir do resgate e da contextualização da identidade cultural cabocla e teuto-brasileira por meio de um referencial teórico e de análises empíricas na área delimitada da pesquisa de campo, foram observadas grandes diferenças culturais entre os dois grupos étnicos. Diferenças que contribuíram significativamente para a não inclusão do caboclo no projeto da colonização Porto Novo e que atualmente dificultam a assimilação e reproduz preconceitos, segregando conseqüentemente a minoria étnica cabocla. Assim foram destacados neste trabalho alguns valores nucleantes que se difere de forma marcante entre as duas identidades culturais: a religião, a língua, a propriedade da terra, o *ethos* trabalho e a família.

A formação religiosa dos colonos vem de uma antiga herança dentro dos moldes do catolicismo oficial ultramontano fundamentado no conservadorismo romântico, na religiosidade assegurada pelos jesuítas para propagar o seu Projeto de Restauração Católica. A identidade camponesa cabocla, que se formou a margem dos ciclos econômicos e adaptada a uma cultura do provisório, não apresentava os meios materiais e socioculturais para a sustentação de uma instituição religiosa, portanto sofreu o abandono da Igreja Católica. Mas os caboclos não estavam completamente desvinculados dos preceitos católicos e em meio ao seu espaço sociocultural criaram valores religiosos de um catolicismo popular. Durante a colonização os caboclos tiveram uma dificuldade em se adaptar ao catolicismo oficial e sua religiosidade popular não teve reconhecimento por parte do clero local e pelos colonos. Em Porto Novo o fator religioso foi e ainda é determinante na coesão da vida social e comunitária e a não integração do caboclo à Igreja oficial contribui para atenuar a sua segregação sócio-comunitária.

Os colonos traziam na herança da sua trajetória a língua alemã, tanto no seu idioma culto (*hoch deutsch*), quanto pelo dialeto alemão *Hunsrueck* (predominantemente). Os caboclos traziam na sua herança lingüística um dialeto português acrescentado de muitos vocábulos em espanhol e guarani, onde a estrutura gramatical e as expressões contrastavam bastante com a língua oficial.

No período da colonização poucos colonos sabiam se expressar fluentemente em português e a dificuldade dos teuto-brasileiros compreenderem a língua dos caboclos e vice-versa, formou grandes barreiras na comunicação entre os dois grupos étnicos. A língua não é

um simples canal de comunicação, ela carrega consigo toda uma subjetividade de valores culturais.

Os jesuítas, tendo a compreensão de tal fato, deram uma extrema importância à preservação da língua alemã para a manutenção do Projeto de Restauração Católica. A língua alemã oficial foi perdendo a sua força a partir da Lei da Nacionalização de 1938, das perseguições durante a Segunda Guerra e da entrada constante da modernidade a partir de 1960. No entanto, o dialeto *Hunsrueck* é ainda a língua mais falada no cotidiano entre a população teuto-brasileira, tanto no ambiente doméstico como nos diferentes espaços sociais. Durante as entrevistas na pesquisa de campo percebeu-se que há uma preferência pelo dialeto alemão por parte dos teuto-brasileiros devido aos valores subjetivos de identificação cultural que a língua consegue expressar. Mas por outro lado, percebeu-se também que a utilização predominante deste dialeto entre a população de origem alemã contribui para a segregação social da minoria étnica cabocla, quando utilizado sem o devido cuidado e respeito.

Na identidade camponesa cabocla, as características do uso provisório e extensivo da terra sem a concepção da propriedade privada, foi um fator determinante para a sua não inclusão nos projetos de colonização. Suas características não correspondiam aos interesses da política de colonização e das empresas colonizadoras pelo mercado das terras.

O colono já trouxe uma antiga herança da pequena propriedade agrícola da Europa, tornou-se com isto o sujeito ideal para os projetos colonizatórios, correspondendo aos interesses das empresas colonizadoras e à concretização da política da colonização. A consolidação das famílias sobre a pequena propriedade ia ao encontro dos interesses do catolicismo conservador, tal modelo de estrutura agrária permitiu que se estabelecessem laços profundos e comprometedores sobre as atividades socioculturais e religiosas da comunidade.

Atualmente, ao observarmos a paisagem rural de Porto Novo, é possível encontrar as características que revelam a herança de uma prática camponesa sedentária na propriedade dos colonos e os traços da herança de uma cultura do provisório no espaço apropriado pelos caboclos. Existe uma dificuldade por parte dos teuto-brasileiros em aceitar as características culturais do caboclo que refletem sobre a organização e o uso do seu espaço apropriado. A partir de um olhar etnocêntrico, a cultura do provisório é vista de forma preconceituosa e intolerante, representando uma desqualificação dentro da ética camponesa do colono. Esta intolerância e incompreensão sem dúvida dificultam o relacionamento entre os dois grupos étnicos, o que conseqüentemente acentua a segregação social do caboclo.

Apesar do conservadorismo religioso e político dos jesuítas, o projeto de Restauração Católica que integrava os colonos trazia preceitos da concepção moderna de trabalho: a sua



centralidade ética cristã que julga o trabalho como uma virtude e um dever com seu referencial valorativo de produtividade, que relacionava o uso da técnica com a do tempo e a idéia do acúmulo para um investimento produtivo em detrimento da aquisição de um bem de consumo considerado supérfluo ou luxuoso.

Com a intensificação das relações capitalistas em Porto Novo, a partir da modernização agrícola, principalmente após a década de 70, os colonos tiveram que adaptar a sua concepção moderna de trabalho envolta num espírito de cristandade para uma nova concepção impulsionada sempre mais pelo espírito capitalista.

O caboclo não traz na sua herança a ética cristã do trabalho e o referencial valorativo da produtividade, pelo menos não da mesma intensidade que o *ethos* trabalho do colono. Na pesquisa a campo, verificou-se que por parte dos teuto-brasileiros o acúmulo, a produtividade e o espírito capitalista são características aceitas positivamente qualificando seu *ethos* trabalho. Já na versão dos caboclos estas características são representadas como manifestações de egoísmo e individualismo, típicas dos “*de origem*”, diferentes dos princípios de solidariedade presentes no grupo social caboclo.

A não apresentação dos princípios da concepção moderna de trabalho foi um dos fatores determinantes que excluíram os caboclos dos projetos de colonização, também dificultaram a sua adaptação posterior na intensificação das relações capitalistas. Além da dificuldade de inclusão no mercado econômico, a segregação social do caboclo é acentuada devido aos preconceitos e incompreensões referentes ao seu *ethos* trabalho.

A família é uma construção cultural e os modelos familiares variam conforme as características culturais do meio social na qual se encontram inserida. A identidade camponesa teuto-brasileira é caracterizada pela família nuclear ou conjugal que se consolida sobre a pequena propriedade privada e mantém a sua reprodução familiar a partir de uma agricultura sedentária. Na identidade camponesa cabocla, a família é do tipo extensa, apresenta uma estrutura familiar mais flexível e aberta para nela aceitar diferentes membros, uma estrutura que se adapta a um campesinato seminômade e de uso provisório da terra, sem a idéia do acúmulo e da herança material.

A família não é uma instituição social estanque, ela se molda junto com as transformações que acontecem dentro de um espaço geográfico. Neste sentido foram consideradas as mudanças que ocorreram na família do colono e do caboclo no decorrer da construção do território, principalmente com o processo mais acentuado da modernização, onde também uma maior proximidade cultural e de estratificação social entre membros das duas etnias contribuíram para o casamento interétnico. No entanto, esta união conjugal

atualmente, ainda encontra uma grande resistência, principalmente por parte dos teuto-brasileiros. Muito mais que a incompatibilidade cultural ou a disparidade na estratificação social, a herança de uma forte carga de preconceitos parece ser o maior impasse para o intercâmbio familiar entre os dois grupos étnicos.

Uma intensa pesquisa de campo, de caráter qualitativo, sem deixar de lado fundamentos teóricos que pudessem orientar minhas análises, possibilitou um estudo mais aprofundado sobre a segregação social da minoria étnica cabocla no atual espaço geográfico de Porto Novo. Segregação vista como consequência das diferenças culturais e em parte da precária condição socioeconômica do caboclo, onde esta também é compreendida a partir das suas características socioculturais que no passado não se enquadraram para a inclusão na política da colonização e que atualmente sentem dificuldades em se integrar às exigências do mercado econômico. A segregação foi observada a partir da análise da paisagem do espaço urbano e rural e das relações humanas, nos diferentes espaços sociais de predominância teuto-brasileira.

A paisagem não é um simples reflexo do meio cultural em que é construída. Os diversos valores culturais, inscritos geralmente de forma simbólica, atuam como instrumentos na reprodução da ordem social do grupo hegemônico. Em Porto Novo, monumentos, topônimos e rituais (festivos, religiosos e cerimônias públicas) institucionalizam no território a hegemonia teuto-brasileira. Mas com um olhar mais atento a paisagem nos revela as marcas e a presença da cultura cabocla, e de forma bastante visível denuncia uma segregação sócio-espacial desta minoria étnica.

No meio rural as famílias caboclas encontram-se na condição de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros e ocupam as áreas mais impróprias para a prática agrícola, como os terrenos íngremes com solos pouco férteis e geralmente de difícil acesso. Em geral buscam a sua sustentação econômica em serviços temporários (sempre mais escassos com o avanço da modernização agrícola) de forma pluriativa com pequenas atividades agrícolas, quando o tamanho da área de terra apropriada pela família permite tal prática. Na zona rural em que as famílias caboclas estão mais concentradas, morando de forma intercalada entre as famílias de colonos, principalmente na comunidade de Glória e Aparecida, a segregação social do caboclo é menos acentuada do que nas outras comunidades de Porto Novo. Percebe-se uma maior participação sócio-comunitária e uma maior mestiçagem étnica, mas preconceitos, ressentimentos e dificuldades de relacionamento entre a etnia cabocla e os “*de origem*” ainda persistem.

Os aglomerados caboclos que se encontram no interior do território de Porto Novo formam guetos em meio à supremacia teuto-brasileira. As famílias caboclas aglutinadas em uma pequena área de terra sofrem um forte repúdio da comunidade local, assim, se fecham entre si e buscam criar uma sociabilidade a parte. Já as famílias caboclas dispersas pelo espaço rural, isoladas entre as famílias de colonos, sofrem uma segregação social mais profunda quando não conseguem criar uma sociabilidade mínima nas relações de vizinhança e no espaço comunitário. Para não permanecerem na solidão geralmente buscam uma sociabilidade através de visitas às famílias da mesma etnia deslocando-se muitas vezes a consideráveis distâncias.

No meio urbano (cidade de Itapiranga) a parcela da população cabocla que se adaptou às exigências do mercado de trabalho, principalmente a proletarização, conseguiu ascender na estratificação social. De forma dispersa, reside em diferentes espaços da cidade (em geral nos menos periféricos) e possui um maior grau de integração social com a população teuto-brasileira, que pode ser avaliado pela intensificação dos casamentos interétnicos. No entanto, uma grande parte das famílias caboclas reside nos espaços mais periféricos da cidade, mantém a sua sustentação econômica na execução de trabalhos temporários urbanos ou rurais menos qualificados e sofrem uma profunda segregação social.

Nos estudos fundamentados por meio da análise da paisagem, verificou-se ainda que no decorrer do processo da organização sócio-espacial do território, o poder público local, representando a concepção da maioria da população de origem alemã, não se mostrou favorável num projeto de inclusão social da minoria cabocla. Preferencialmente teve a preocupação em afastá-la, na idéia de “quanto mais longe melhor”. Como foi observado em relação à antiga comunidade de Linha Glória no final da colonização com a expulsão das famílias caboclas, de forma mais transparente no aglomerado da comunidade de Beato Roque, e na formação da Vila União e Vila São Pedro São Paulo que pode ser relacionada a uma “limpeza” do espaço urbano de Itapiranga, afastando para fora da cidade às famílias caboclas que se encontravam numa miserável condição social.

No entanto, no contexto atual, em parte, já é possível perceber uma manifestação mais favorável do poder público na preocupação de uma maior inclusão socioeconômica das famílias caboclas que se encontram numa situação mais crítica de pobreza. Este fator positivo certamente é decorrente da revelação de uma parcela da população (alguns representantes caboclos ou de teuto-brasileiros mais sensíveis diante do fato) que realmente se mostra preocupada com a segregação destas famílias.

Nas relações humanas dos diferentes espaços sociais de predominância teuto-brasileira, a segregação dos caboclos e a sua dificuldade de interação social foram apontadas a partir da análise das relações de vizinhança, do espaço religioso, do clube social e da escola.

Tanto nas características da identidade camponesa cabocla quanto na teuto-brasileira, as relações de vizinhança sempre estiveram marcadamente presente na reprodução e na manutenção do campesinato, desenvolvendo principalmente a reciprocidade e a solidariedade da ajuda mútua nas atividades produtivas e a recreação. O novo conjunto de técnicas e valores sociais que acompanhou o processo da modernização agrícola trouxe grandes transformações no espaço das relações de vizinhança, estimulou a competitividade, o individualismo e atrofiou a antiga interdependência entre os vizinhos nas atividades produtivas.

No entanto, o processo da modernização não extinguiu por completo a antiga sociabilidade no espaço das relações de vizinhança, a ajuda mútua em atividades produtivas, a visitação entre as famílias como forma de recreação e trocas de idéias ou experiências, que embora menos freqüentes, ainda permanecem como uma importante forma de sociabilidade e cumprem um significativo papel na reprodução do campesinato. Mas as relações de vizinhança se desenvolvem com grande dificuldade entre famílias caboclas e teuto-brasileiras, assim, na minoria cabocla estas relações quase só conseguem se desenvolver dentro das áreas de concentração destas famílias ou nos aglomerados, aonde vão se restringir ao espaço ocupado pelo grupo. Compreende-se que a sociabilidade nas relações de vizinhança necessita de uma reciprocidade entre os seus participantes, esta é em parte dificultada pela condição socioeconômica inferior que o caboclo em geral apresenta, e em peso maior, pela incompreensão das diferenças culturais que propiciam o desenvolvimento e a manutenção de preconceitos. Enquanto predominarem os preconceitos entre os dois grupos étnicos, a minoria cabocla permanecerá segregada nos espaços das relações de vizinhança onde há a supremacia teuto-brasileira.

Os caboclos dentro do seu catolicismo popular tiveram dificuldades em se adaptar aos dogmas da Igreja Católica no decorrer da construção do território de Porto Novo. Atualmente ainda sentem-se rejeitados e inferiorizados no espaço religioso católico que é predominantemente teuto-brasileiro. Esta população excluída tornou-se o público alvo ideal das Igrejas pentecostais (em destaque a Assembléia de Deus), que iniciaram a sua atuação mais especificamente a partir da década de 70 e buscam ampliar seu espaço religioso insistentemente nos últimos anos. A herança de uma tradição católica cuja identificação religiosa interligava as famílias ao diferentes espaços da comunidade e que ainda traz esta

marca na organização sócio-comunitária, faz com que dificilmente alguém do grupo étnico teuto-brasileiro se torne “crente”<sup>194</sup>. Em geral, a população de origem alemã expressa uma grande aversão e desconfiança às religiões pentecostais, denunciam um caráter mercantil do trabalho religioso destas Igrejas na qual o pastor é visto como um impostor que se utiliza da religião em prol de interesses materiais próprios, e caracterizam seus fiéis de fanáticos.

Entre os caboclos católicos que se sentem rejeitados e excluídos do ambiente social religioso, uma considerável parte elogia os hábitos e a religiosidade dos “crentes” e tendem a se integrar a uma Igreja Pentecostal num futuro próximo, mas nem todos os caboclos simpatizam com as religiões pentecostais e chegam a demonstrar uma extrema aversão. Notou-se assim, que existe uma dificuldade de relacionamento social entre católicos e “crentes” dentro da etnia cabocla. O caboclo “crente” torna-se assim o excluído dos excluídos entre a população de Porto Novo: recebe uma dupla segregação por parte dos teuto-brasileiros (a segregação étnica e religiosa) e é repudiado dentro do seu grupo étnico pelos caboclos católicos que não simpatizam com seus preceitos religiosos. Mas ao mesmo tempo em que a religião aprofunda a segregação social do caboclo “crente”, é através dela que ele cria uma identificação com os seus semelhantes.

Na medida em que as famílias dos colonos encontravam-se melhor instaladas e a agricultura proporcionava maiores excedentes. Mais intensamente, a partir da década de 60, as comunidades iniciaram a edificação dos seus clubes sociais, tradicionalmente denominadas de “sociedades”. O caboclo sempre manteve um espaço de sociabilidade a parte e a partir da década de 70, os caboclos que alcançaram uma maior ascensão econômica e/ou melhor se adaptaram às características socioculturais dos teuto-brasileiros passaram a freqüentar esporadicamente o clube social, mas dificilmente tornaram-se sócios. Um cenário idêntico ainda se apresenta no espaço sócio-comunitário atual: há uma tímida participação do caboclo no clube social, alguns chegam a freqüentá-lo quando possuem dinheiro para gastar, mas não se integram a tal ponto de se tornarem sócios. Em eventos festivos e/ou esportivos onde há a presença de caboclos percebe-se que há uma dificuldade de interação destes com os demais freqüentadores, fazendo com que os caboclos permaneçam segregados dentro do ambiente social do clube.

Para compreender a pouca participação e a não integração do caboclo ao clube social comunitário é preciso dar atenção para alguns fatores essenciais: a precária condição socioeconômica que não permite o caboclo freqüentar regularmente eventos festivos ou

---

<sup>194</sup>

Como é popularmente denominado o adepto de uma religião pentecostal.

esportivos e nem se tornar sócio do clube; a sua identidade cultural que não tem na herança a estruturação de uma infra-estrutura sócio-comunitária tão ampla o que faz com que o caboclo tenha dificuldades de se adaptar às normas do clube; o fato de que uma considerável parcela da população cabocla se tornou adepta de uma religião pentecostal que condena o jogo e a bebida alcoólica; e ainda que a maioria da população cabocla sente-se rejeitada e vitimada por preconceitos dentro do espaço social do clube onde há a supremacia teuto-brasileira.

O principal fator da não integração do caboclo ao clube social comunitário parece estar no estranhamento cultural existente entre a etnia cabocla e teuto-brasileira e na incompreensão diante das diferenças que geram preconceitos. Neste conflito, a minoria étnica cabocla se fecha em torno da sua família e do seu grupo.

No espaço escolar verificou-se um grande índice de repetência e desistência do estudante caboclo. Em relação a esta problemática foram enfatizados alguns fatores: a precária condição socioeconômica que faz com que o estudante caboclo desista de frequentar a escola para se auto-sustentar e auxiliar no sustento da sua família; a impregnação da cultura do provisório que não vê nos estudos um meio de melhorar sua condição social à longo prazo (diferente do teuto-brasileiro que traz consigo uma antiga tradição escolar e vê nos estudos uma possibilidade de ascensão social); a não ambientalização do caboclo à escola por sentir-se rejeitado num espaço predominantemente teuto-brasileiro.

Na escola se reproduzem relações idênticas aos demais espaços sociais da comunidade onde a etnia cabocla é segregada. Neste espaço, os preconceitos e as rejeições que acontecem de forma explícita ou implícita, consciente ou inconscientemente, por parte de alunos e professores, segregam a minoria étnica cabocla.

Na etapa final deste trabalho buscou-se fazer uma abordagem sobre a possibilidade de uma maior inclusão social do caboclo. Entendendo que a sua segregação é consequência das suas características culturais incompreensíveis à maioria da população teuto-brasileira e em parte da sua precária condição socioeconômica, trabalhou-se em torno de algumas possíveis propostas para uma maior inclusão social que evidenciassem os fatores econômicos e culturais.

Na análise das diferentes políticas públicas assistenciais que atuam sobre o território de Porto Novo tentou se compreender seu funcionamento, seus benefícios, seus resultados e se há algum privilégio ou atenção especial à população cabocla em relação a estes assistencialismos. Proporcionalmente a população cabocla é mais beneficiada pelos programas assistenciais porque em geral se enquadram numa pior situação socioeconômica, mas os benefícios são mínimos e atingem somente famílias em situação de extrema pobreza.

Assim desmistifica-se a concepção presente no senso comum da população teuto-brasileira que compreende que a maioria das famílias caboclas sobrevive à custa do assistencialismo público dispensando-as da necessidade de trabalhar.

A falta de vínculos contratuais legais nas relações trabalhistas e de documentos pessoais exclui muitos caboclos de benefícios provenientes por parte de órgãos públicos, como incentivos para investimentos produtivos e à previdência social. A insuficiência de documentos pessoais também se torna um impasse para a prática de seus direitos e deveres de cidadania e dificulta o seu acesso a um trabalho formal. Os principais fatores que contribuem para uma maior frequência da imprevidência e da ausência de documentos pessoais na população cabocla podem ser relacionados à sua precária condição econômica, a falta de instrução e à cultura do provisório onde há uma preocupação mais centrada às necessidades e desejos imediatos. Neste sentido, seria de extrema importância um maior auxílio de órgãos públicos competentes, num trabalho de instrução e conscientização, para inserir o caboclo à previdência social e manter atualizada a sua documentação pessoal tão necessária para o seu cotidiano.

Entre as possibilidades de uma maior inclusão apresentou-se a proposta de uma liderança cabocla que parte da idéia de uma reorganização do campesinato caboclo através de cooperativas de trabalho; deu-se também a atenção aos planos que esta liderança tem em organizar a primeira festa cabocla.

A presença de lideranças em meio ao grupo étnico caboclo, com a preocupação de uma maior inclusão social, é um indicador positivo na valorização da identidade cultural cabocla e no avanço da sua participação sociopolítica.

No término deste trabalho acredita-se que o processo da educação junto com a comunidade escolar é o caminho mais sólido para uma maior inclusão da minoria étnica cabocla. Compreende-se que o espaço escolar é um ambiente privilegiado por poder contribuir significativamente na inclusão cultural e econômica do caboclo. Para isso a escola necessita fazer um trabalho de valorização da identidade cultural cabocla, combater preconceitos e construir meios para que o estudante caboclo permaneça por mais tempo na escola, onde o aumento da escolaridade também poderá auxiliá-lo para melhor se integrar às exigências do mercado de trabalho mais qualificado.

No processo de inclusão social pela educação escolar, vejo que a Geografia tem um papel significativo, quando no estudo do espaço geográfico local também valoriza a identidade cultural cabocla na construção do território e enfatiza sobre a necessidade da compreensão, da tolerância e do respeito às diferenças culturais.

Diante dos amplos conteúdos que envolvem o tema da pesquisa, nem tudo o que foi pesquisado a partir de referências teóricas e do trabalho de campo foi aqui abordado, inúmeros cortes foram feitos por também haver um limite de tempo a ser cumprido para a finalização do texto da dissertação. Muitas lacunas ainda necessitam ser desvendadas, as seções e subseções do trabalho merecem ser aprofundadas podendo servir de base para a realização de novas pesquisas. Deixo assim o trabalho de pesquisa à disposição do público para ser apreciado, criticado, contrariado e aprofundado, meios pela qual o processo do conhecimento se desenvolve.



## REFERÊNCIAS

ABUMANSUR, Edin Sued. Aportes da sociologia aos estudos da religião. In: **II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURAS**. Dourados: UFGD/UFMS, 2006. Anais. CD-ROM.

AGRO E HIDROTÉCNICA LTDA. **Plano de desenvolvimento econômico do município de Itapiranga**: Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro - São Paulo, 1962.

AMADO, Janaína. **Conflito social no Brasil**: a revolta dos “Mücker”, Rio Grande do Sul - 1968/1898. São Paulo: Símbolo, 1978.

BARBOSA, Leandro Mendonça. A relação entre religião e cultura proposta por Clifford Gueertz. In: **II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURAS**. Dourados: UFGD/UFMS, 2006. Anais. CD-ROM.

BERND, Zilá. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: moderna, 1994.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. Tradução: Ednês M. Vasconcelos Ferreira e por Anne-Marie Milon Oliveira. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. Tradução: Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BONETI, Lindomar Wessler. O Estado e a exclusão social hoje. In: ZARTH, Paulo Afonso...(et al.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

BONI, L. de. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAND, Antônio. História oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. **História Unisinos**. Vol. 4, nº. 2, 2000, p. 195-227.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: brasiliense, 1986.

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: n. 3, p. 07-73, 1985.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Quatro modelos de integração de técnicas qualitativas e quantitativas de investigação nas ciências sociais. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 2. ed. Porto Alegre: mediação, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 31. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 2. ed. Porto Alegre: mediação, 2002.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CHNAIDERMAN, Miriam. Racismo, o estranhamente familiar: uma abordagem psicanalítica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). **Raça e**

**diversidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Alfeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. A paisagem dos geógrafos. Tradução: Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, textos e identidade.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos.** 2. ed. Campinas – SP: Papyrus, 2004.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Programa Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda/programa-bolsa-familia/programa-bolsa-familia/gestao-de-beneficios/tipos-de-beneficios-pagos-pelo-programa> . Acesso em: 11 de outubro de 2007a.

\_\_\_\_\_. **Programa de aquisição de alimentos – paa.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/legislacao/leis> >. Acesso em: 8 de novembro de 2007b.

DIEL, Paulo Fernando. As representações religiosas do mundo caboclo no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. In: **II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURAS.** Dourados: UFGD/UFMS, 2006. Anais. CD-ROM.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de pesquisa:** fundação Carlos Chagas. São Paulo: Editora Autores Associados, março 2002, n. 115.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. Tradução: Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, textos e identidade.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EIDT, Paulino. **Porto Novo:** da escola paroquial ao projeto de nucleação: uma identidade em crise. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

EIDT, Paulino. **Projeto Porto Novo: Fé, altruísmo e contradições dos alemães do oeste de Santa Catarina.** Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** 5. ed. São Paulo: Editora Global - Coleção Bases, 1984.

ESTATUTOS DA CAIXA RURAL UNIÃO POPULAR. Acervo da Creditapiranga (antiga Caixa Rural União Popular Porto Novo). Itapiranga, 1932.

FASE. **Pesquisa sobre força de trabalho agrícola em regiões de fronteira.** 3<sup>o</sup> relatório semestral da equipe central de pesquisa FASE. Rio de Janeiro, Accord FINEP/INAN/FASE, 1979 (Paraná: 91-140).

FORUM DA COMARCA ELEITORAL DE ITAPIRANGA. **Cadastro nacional de eleitores.** 65<sup>o</sup> zona eleitoral. Itapiranga, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GAIGER, Luiz Inácio. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou a heterogeneidade cultural? In: **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v.6, 1994.

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade Estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso...[et. al.]. **Os caminhos da exclusão social.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

GERTZ, René E. Preconceitos de sangue. **História: Questões & Debates,** Curitiba, 10 (18-19): 157-180, Jun. – Dez, 1989.

\_\_\_\_\_. Catolicismo Social no Rio Grande do Sul: a União Popular. In: **Veritas:** revista trimestral de filosofia e ciências humanas da PUCRS. Porto Alegre: v. 37, n. 148 (dezembro de 1992), p. 553-579.

\_\_\_\_\_. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ulbra, 1994.

GISI, Clemens. **Eu fugi da Sibéria**. São Carlos – SC, [198-?]. (Brochura).

GONÇALVES, Marco Antônio. O valor da afinidade: parentesco e casamento entre os Pirahã. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: 1997, vol. 40, n. 1. Disponível <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77011997000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000100003)>. Acesso em: 10 de abril de 2007.

GOODE, William J. **A família**. Tradução: Antônio Augusto Arantes Neto. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GUEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. LTC, 1989.

GUERRA DO CONTESTADO. In: **Contestado: o portal do conteúdo da sua região**. Disponível em: <http://www.contestado.com.br/wiki/Guerra%20do%20Contestado>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2007.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A.; SPÓSITO, E. e SAQUET, M. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HEINEN, Pe. Luiz. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. In: **Imigração Italiana: estudos**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

IBGE. **Distribuição percentual da população residente, por cor** – Santa Catarina – 2000. Disponível: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/Indicadores\\_Sociais/UFs/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Indicadores_Sociais/UFs/). Acesso em: 19 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. **População e domicílios: censo 2000 com divisão territorial 2001**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 19 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. **População residente por cor ou raça e religião.** Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em: 9 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. **População:** Indicadores sociais e censos demográficos. Censo Demográfico 2000. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm). Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

ITAPIRANGA. **Secretaria Municipal de Saúde.** Consolidado das famílias cadastradas do ano de 2006 da zona geral do modelo geral.

JORNAL DE ITAPIRANGA. **Linha Glória.** Itapiranga, n. 1, 26 de junho de 1959, p. 4.

JORNAL DOS AMIGOS. **Igrejas Evangélicas.** Belo Horizonte, 2 de janeiro de 2007. Disponível: <[http://www.jornaldosamigos.com.br/igrejas\\_evangelicas.htm](http://www.jornaldosamigos.com.br/igrejas_evangelicas.htm)>. Acesso em 5 de novembro de 2007.

JORNAL ITAPIRANGA EM MARCHA. **A viagem do Sr. prefeito ao Rio:** solucionando o problema da linha Glória – visita a embaixada alemã. Itapiranga, n. 6, 26 de setembro de 1959, p. 6.

JORNAL FORÇA DO OESTE. **Assembléia de Deus completa 30 anos.** Itapiranga, 20 de abril de 2006, p. 11.

JUNGBLUT, Roque. **Fundamentos Culturais de Porto Novo.** 1978. (Brochura).

\_\_\_\_\_. **Documentário histórico de Porto Novo.** São Miguel do Oeste: Arco Íris & Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Porto Novo:** um documentário histórico. 2. ed. Itapiranga: Edições SEI; FAI, 2004.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de geografia.** 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial, magistério e imigração alemã.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: EDUFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. In: MOREIRA, Flávio; NUNES, Clarice; NOGUEIRA, Maria Alice (Orgs). **Revista Brasileira de educação**. 500 anos: Imagens e vozes da educação. Anped: Rio de Janeiro, n. 15, Set/Out/Nov/Dez, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Família. IN: SHAPIRO, Harry. **Homem, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

LIVROS TOMBOS DA PARÓQUIA DE SÃO PEDRO CANÍSIO. Livro n.1, 2 e 3. Itapiranga: anos de 1931 a 1976.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Velhos e novos nacionalismos: heimat, vaterland, gastland. **História: Questões e Debates**, Curitiba, 10(18-19): 77-112, Jun.-Dez, 1989.

MAN YU, Chang. Sistema de Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. **Boletim técnico**. Londrina: IAPAR (Fundação Instituto Agrônômico do Paraná), n. 22, 1988.

MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. **Sobre o caboclo-camponês, “um gaúcho a pé”**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1993.

MIDDELDORF, Karl. **Porto Novo: Brasilien Siedlung für deutschsprechende katholiken am Uruguayflub in Statte Santa Catarina in Brasilien**. Porto Alegre: Tpografia do Centro, 1933.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. Dífceis e possíveis soluções entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MIRANDA, Elisabeth da Rocha. Segregação: uma tentativa fracassada de abolir as diferenças. In: **II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURAS**. Dourados: UFGD/UFMS, 2006. Anais. CD-ROM.

MORIN. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (orgs). **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000a.

\_\_\_\_\_. **A cabeça bem feita**: Repensar a reforma reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Participação de Marcos terrena. 3. ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2001.

\_\_\_\_\_. **O método 4**: as idéias: habitat, vida, costumes, organização. Tradução: Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya. 8. ed. São Paulo: Cortez; Distrito Federal: UNESCO, 2003.

\_\_\_\_\_. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Tradução: Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

\_\_\_\_\_. **O método 5**: a humanidade da humanidade: a identidade humana. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

\_\_\_\_\_. **O método 6**: ética. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005c.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou zaratustra**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

OLIVEIRA, Pedro A. R. de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. 24. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ORTIZ, Hilda B. Dmitruk. Ocupação pré-histórica do oeste catarinense. In CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.



PESSOA, Oswaldo Frota. Raça e eugenia. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1982.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. **Fotos oktoberfest 2007 na cidade de Itapiranga**. Disponível em: <<http://www.itapiranga.sc.gov.br/conteudo/home>> Acessado em: 7 de novembro de 2007.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1921-1916**. São Paulo: Ática, 1981.

RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo bem-estar material da colônia alemã do Rio Grande do Sul. In: **Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Comissão Organizadora do Simpósio, 1974, p. 31-53.

RAMBO, Arthur Blásio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. Porto Alegre: Eduni-Sul, 1988.

\_\_\_\_\_. A sociedade União Popular. In. **Perspectiva econômica**, vol. 27, n. 79, Série Cooperativismo, n. 32, p. 31-56, Jul. – Dez. 1992.

\_\_\_\_\_. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (org). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ulbra, 1994.

RAMBO, S. J., Pe. Balduino. A imigração alemã. In: **Enciclopédia Riograndense**. O Rio Grande Antigo, V. 1, Canoas: Regional, 1956.

REICHERT, Beno. **Memórias de Oneb: História de um vivente feliz que achou quando procurou**. Brasília: Editora Ser, 2003.

RENK, Arlene. A religião como idioma da identidade faccional entre os brasileiros no oeste catarinense. In TEDESCO, Adair...(et al.). **O peso da cruz: conquista e religião**. Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina; Secretariado Diocesano de Pastora, 1993.

\_\_\_\_\_. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995.

\_\_\_\_\_. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, v 1 e 2.

ROHDE, Maria. **Wie eine frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah: beitrage zur 25-jährigen Geschichte der Volksvereinskolonie Porto Novo**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1951.

ROHR, Pe. João Alfredo. **Os sítios arqueológicos do município de Itapiranga às margens do rio Uruguai, fronteira com a Argentina**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1966.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem Geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002.

RUBERT, Rosane Aparecida. **Construindo tempos, recompondo tradições: um estudo etnográfico de memórias junto a velhos moradores de um contexto rural – região do Médio Alto Uruguai (RS)**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

RÜCKERT, Aldomar A. A trajetória da terra: **ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1822-1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SACHSSE, Christoph. Solidariedade e subsidiaridade: o catolicismo social alemão durante o império e a república de Weimar. In: **Veritas**: revista trimestral de filosofia e ciências humanas da PUCRS. Porto Alegre: v. 37, n. 148 (dezembro de 1992), p. 535-552.

SÃO JOÃO DO OESTE. **Secretaria Municipal de Saúde**. Consolidado das famílias cadastradas do ano de 2006 da zona geral do modelo geral.

SCHORER PETRONE, Maria Tereza. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCHUHEN, Poykarp. Gefahrenquellen für Leib und Seele. In: METZLER, Franz. **Die Katholikenversammlung Porto Novo 1934**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1934.

SCHÜLER, Octacílio. **Taipas**: origem do homem do Contestado: o caboclo. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução: Laureano Pelegrin. Bauru: EDUSC, 1999.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim paulista de geografia**. São Paulo, AGB, n. 57, 1980, p. 77-92.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. A Liga Pangermânica e o *perigo alemão* no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. **História: Questões & Debates**, Curitiba, 10(18-19): 113-155, Jun.-Dez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SUB – DELEGACIA DE POLÍCIA DE ITAPIRANGA. **Livro para registro de queixas**. Itapiranga: anos de 1943 a 1969.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da geografia. In: SILVA, Aldo A. Dantas da; GALEANO, Alex (orgs). **Ensaio transdisciplinares**: geografia ciências do complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUNÁPOLIS. **Secretaria Municipal de Saúde**. Consolidado das famílias cadastradas do ano de 2006 da zona geral do modelo geral.

VERRÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento**: continente I. 13. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho**: 1850-1920. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso...(et al.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEBER, Max. **Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WEID, Nahyda Franca von der. Buscando caminhos para a educação rural: a criança no campo e ao aprendizado na vida. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 5:20-6, 1987.

WERLE, André Carlos. **O reino jesuítico germânico nas margens do rio Uruguai**: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. **A revista de tropas do exercito católico alemão**. Congressos católicos na Alemanha e no Sul do Brasil. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

\_\_\_\_\_. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Edição Ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres.** Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. Brasília: Edub; São Paulo: Hucitec, 1995.

## ANEXOS

- ANEXO A – Mapa de Porto Novo com a divisão das suas comunidades, publicado em comemoração aos 25 anos da fundação da colônia. Fonte: ROHDE, 1951.
- ANEXO B - Contrato de compra de um lote colonial em Porto Novo em 1932. O contrato trazia a obrigatoriedade de o comprador ser católico (cláusula 17).  
Fonte: Documento fornecido por Paulino Eidt.
- ANEXO C – Contrato de empréstimo financeiro junto a Caixa Rural União Popular de Porto Novo para a compra de um lote colonial em 1945.  
Fonte: Acervo da Creditapiranga , antiga Caixa Rural.
- ANEXO D – Questionário da entrevista qualitativa com caboclos idosos.
- ANEXO E – Questionário da entrevista qualitativa com teuto-brasileiros idosos.
- ANEXO F – Questionário da entrevista qualitativa com caboclos adultos.
- ANEXO G – Questionário da entrevista qualitativa com teuto-brasileiros adultos.
- ANEXO H – Questionário da entrevista qualitativa com caboclos jovens.
- ANEXO I – Questionário da entrevista qualitativa com teuto-brasileiros jovens.
- ANEXO J – Questionário da entrevista qualitativa com jovens caboclos que desistiram de ir à escola.
- ANEXO L – Questionário descritivo aplicado a alunos caboclos e teuto-brasileiros.
- ANEXO M – Questionário da entrevista qualitativa com professores.
- ANEXO N – Questionário da entrevista qualitativa com casais de casamento interétnico.
- ANEXO O – Questionário de entrevista qualitativa para a análise dos aglomerados.
- ANEXO P - Questionário da entrevista qualitativa com assistentes sociais.
- ANEXO Q – Questionário da entrevista qualitativa com líderes comunitários.

## ANEXO A



## ANEXO B

9.) O comprador, enquanto não receber escriptura definitiva, pagará, nas épocas devidas, á Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volkverein) o imposto territorial relativo ás terras compradas, e mais: a importância de 2\$000 como contribuição para as despesas que a Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volkverein) occasiona o pagamento do referido imposto.

No caso do comprador não effectuar no devido tempo o pagamento do imposto territorial, accrescido da verba — contribuição para despesas — ser-lhe-á a respectiva importância debitada, vencendo os juros estipulados na clausula dois.

10.) Enquanto o comprador não tiver pago, pelo menos, tres quartas partes da importância total de sua compra, não poderá tirar dos matos existentes nas terras sendo a madeira indispensável para as suas plantações e edificações, seus instrumentos, moveis e utensilios, a para o seu uso domestico.

11.) Enquanto o comprador não integrar o pagamento e não possuir os documentos legaes de compra e venda, não poderá alienar, total ou parcialmente, os terrenos nem brával-os de qualquer opua.

12.) Constatando-se nas respectivas terras, no periodo de cinco annos, a contar da data da assignatura deste contracto, a existencia de fontes de aguas thermais ou mineraes, jazidas de petroleo ou outro qualquer minerio, como tambem minas de qualquer metal ou pedrarias de valor, considerará-se rescindido o presente contracto para todos os effectos, cabendo ao comprador a indemnisação devida, que será arbitrada pela Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volkverein), sem direito a recurso ou protesto judicial da referida arbitragem, deduzida ainda a importância do debito existente. Fica, entretanto, estabelecido que a arbitragem maxima da indemnisação nunca excederá ao quintuplo do valor pelo qual foram adquiridas as terras.

As benfeitorias e construções feitas nas respectivas terras serão arbitradas e indemnizadas ao comprador separadamente pela Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volkverein), sem direito a recurso ou protesto judicial dessa arbitragem.

13.) A transgressão, por parte do comprador, de qualquer clausula deste contracto, importará em rescisão do mesmo, sem dependencia de interpeação judicial, perdendo elle, em favor da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volkverein) as benfeitorias ou accessorios introduzidos nas terras, sendo, porém, reembolsado dos pagamentos effectuados, deduzida a multa estipulada em vinte por cento (20%) sobre o valor do presente contracto.

14.) Se depois de ter effectuado o pagamento total e cumprido as obrigações da clausula terceira, poderá o comprador exigir se lhe passe a competente escriptura publica de compra e venda.

15.) Todas as despesas da transferencia de propriedade e o respectivo imposto de transmissáo correrão á expensas do comprador.

16.) Qualquer pendencia que venda a surgir e que não encontre soluçáo pelas clausulas do presente contracto, será decidida pela Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul (Volkverein), enquanto ella noutiger a sua administração, não acollendo ao comprador recurso ou protesto judicial da respectiva decisão.

17.) O comprador, que solteiro ou casado, compromette-se a entrar como socio na Comunidade Catholica de Porto Novo, logo que fizer residência em suas terras, sujeitando-se ao pagamento das taxas mensalidades por esta estipuladas.

Os filhos de casacos, do sexo masculino, solteiros, attingindo á sua emancipação, ficam sujeitos ao compromisso acima.

A inscripção do socio deverá ser sollicitada ao vigario da Parochia.

18.) Na escriptura definitiva serão incluídas as clausulas 4, 5, 6, 7, 12 e 13 do presente contracto.

O presente contracto, em tres vias, do valor de **Quinhentos milreis (Rs. 500.000)**

....., foi sellado com **3\$ 000** de estampilhas federaes.

E assim justos e contractados e de pleno accordo com todas as clausulas estipuladas, assignam ambas as partes o presente contracto, em tres vias, em presença das duas testemunhas, tambem abdo assignadas.

Porto Novo, 30 dias de Março de 1912.

Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul  
PORTO NOVO

*Roberto Klumpp*  
Representante

Como testemunhas:

*Alfredo de F. A. A. A.*

*Walter J. Weiss*



ANEXO C

*Via*

DOCUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA OR\$ 2.966,80 ✓

Francisco Luft, brasileiro, casado, agricultor declara que recebeu da Caixa Rural de Porto Novo, digo Caixa Rural União Popular de Porto Novo, de acordo com a promissória hoje firmada, a título de empréstimo, a quantia supra de dois mil e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos em moeda corrente, para o fim de pagar o saldo devido sobre a compra do lote colonial Nº 14 da linha Blancônia, adquirido à Sociedade União Popular, departamento Colonização sujeitando-se às seguintes cláusulas e condições:

- a). o prazo do presente empréstimo será de quatro anos;
- b). o juro será de 7% ( sete por cento ) ao ano, pagavel em 30 de Junho e 31 de Dezembro e calculado sobre o saldo devedor efetivo
- c). o tomador do empréstimo se obriga a pagar, além do juro acima estipulado, pontualmente na época do seu vencimento, os impostos e outras taxas que recaírem sobre o lote acima referido;
- d). o tomador do empréstimo se compromete a não exigir à Sociedade União Popular a escritura de transmissão do referido lote, enquanto não houver satisfeito todos os compromissos decorrentes do presente contrato;
- e). si, dentro do prazo estipulado de quatro anos, o devedor não pagar todo o débito decorrente do presente contrato, ou deixar de cumprir qualquer das cláusulas nele estipuladas, concede desde já à Caixa Rural credora o pleno direito de se ressacir do saldo a pagar, dispondo sobre o lote, em acordo com a Sociedade União Popular, podendo ela transferi-lo ou vendê-lo a terceiros ou cedê-lo à citada Sociedade vendedora, não cabendo ao devedor qualquer direito a reclamação sobre benfeitorias introduzidas no referido imóvel, o que não exclue o caso de prorrogação do prazo a eventualidade de ser prorrogado o presente contrato, si assim convier à Caixa Rural credora;
- f). o tomador do empréstimo se obriga a cumprir todas as obrigações que incidam sobre o lote, como posturas municipais e outras;
- g). afim de garantir plenamente a observancia da cláusula d), declara a Sociedade vendedora por sua vez- ao pé deste, em face da obrigação aqui assumida pelo devedor, e ora autorizado por este documento pelo mesmo devedor, que está sciente de todos os termos deste contrato, com eles concorda e não dará escritura e nem transferirá o lote a outrem sem que seja notificada pela já referida Caixa Rural, de estar liquidado o empréstimo pagos os juros e taxas e satisfeitos os demais onus decorrentes do empréstimo ou de a Caixa liberar por qualquer outro motivo as restrições aceitas com referencia ao lote objeto da transação.

Vila Peperi, 21 de Agosto de 1945

Francisco Luft

TESTEMUNHAS:

José Benno Klaus  
José Luft

Isento de selo ex-vi Decreto Lei das Cooperativas.

A Sociedade União Popular, departamento COLONIZAÇÃO, declara estar sciente dos termos do contrato supra e sujeitar-se, em especial ao que prescreve a cláusula g).

Sociedade União Popular da R. G. do Sul  
DEPARTAMENTO COLONIZAÇÃO

pp. Francisco Schroeder 578/46

**ANEXO D**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

- 1 - Se autodenominam caboclos?
- 2 - Da onde vieram? (para iniciar a conversa e entender a sua trajetória);
- 3 - Lembram da guerra dos Maragatos? Do Contestado?
- 4 - Sabem histórias ou lendas de João Maria?
- 5 - Quantos caboclos tinham aqui quando vieram? Onde tinham mais?
- 6 - Entender a relação de compadrio, o significado de compadre e comadre.
- 7 - Por que você veio morar em Itapiranga? Em que você passou a trabalhar quando chegou aqui? Onde e como morava? Eram proprietários ou era terra de direito? Como se relacionavam com os alemães? Sentiam se explorados? O que trabalham hoje? No caso de diarista: prefere trabalhar por dia ou empreitada?
- 8 - Tinham alemães participando no trabalho de extração de madeira e nas balsas?
- 9 - Participavam da vida social e religiosa? Sofriam preconceito? A igreja os convidava a participar? Você fazia questão de participar? A igreja impunha o seu poder sobre a vida familiar?
- 10 - Se forem católicos: costuma ir sempre à missa; trocaria de religião; no seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?
- 11 - Se são crentes: por que viraram crentes?
- 12 - Costumam ir a festas, bailes, futebol e clube de damas?
- 13 - Tem diferenças entre colono e caboclo? Quais as maiores? (observar o preconceito e o ressentimento).
- 14 - Tinha colono que casava com caboclo? Porque não casavam (no caso em que confirmam raros casamentos interétnicos)? Você gostaria que a sua filha ou filho se casasse com um de origem alemão? Você se casaria?
- 15 - Costuma-se falar alemão num grupo onde você esta junto? Como você reage diante desta situação? (em caso afirmativo).
- 16 - Você já percebeu um preconceito por ser caboclo? De que forma?
- 17 - Quando tinha mais preconceito: antigamente ou hoje?

18 - Costuma visitar famílias de origem alemã? Da mesma intensidade do que famílias caboclas? Seus laços de amizades são mais profundos com caboclos ou de origem alemã? (observar as relações de ajuda mútua).

19- O que era diferente de antigamente e de hoje? Quando era melhor? Direcionar a análise das diferenças para a família, igreja, comunidade, escola, trabalho/economia.

20 – Está aposentado? Quanto tempo? (observar a questão da imprevidência).

21- O que mais te faz falta? (dar uma atenção especial à manifestação maior ou menor do espírito capitalista).

22 - Quais as ajudas assistenciais que ganham? Elas são de fundamental importância? (em caso de receberem algum tipo de benefício).

## ANEXO E

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

1 - Da onde vieram? Porque saíram de lá e vieram para Porto Novo. Quem os convenceu? (no caso de imigrantes).

2 - O poder da igreja era muito grande sobre a vida comunitária e familiar? (observar como compreendem as possíveis relações de poder existentes).

3 - Se autodenominam colonos, é um conceito adequado?

4 - Você fala mais a língua alemã ou portuguesa? Onde e quando você fala o alemão e o português? Qual você melhor fala ou prefere falar?

5 - Como costuma ou prefere se definir: alemão, brasileiro, brasileiro de origem alemão?

6 - Tem diferenças entre colono e caboclo? Quais as maiores? (em caso afirmativo). (Observar o preconceito e o ressentimento).

7 - Tinham caboclos aqui quando vieram ou quando era criança (quando não são imigrantes)? Quantos? Mais do que hoje? Em que períodos saíram? Por que saíram?

8- O que o caboclo trabalhava? Onde e como morava e vivia? Era proprietário? Participava da vida social? Tinha situações de atrito?

9 - Você já tinha um agregado? Possui ainda? (quando já tinha) Por que não? (quando não tiver ou deixou de ter). Preferia um agregado alemão ou caboclo? Para prestar um serviço como diarista, prefere pegar um “alemão” ou caboclo? Por quê?

10 - Tinha colono que casava com caboclo? Porque não casavam?(caso confirmem raros casamentos interétnicos). Você gostaria que a sua filha ou filho se casasse com caboclo? Você se casaria?

11 - Costuma visitar famílias caboclas? Da mesma intensidade do que famílias de “alemãs”? Seus laços de amizade são mais profundos com caboclos ou de origem alemã?

12 - Costumam ir sempre à missa? Trocaria de religião? No seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?

13 - O que era diferente de antigamente e de hoje? Quando era melhor? Direcionar a análise das diferenças a família, igreja, comunidade, escola, trabalho/economia.

14- O que te faz mais falta? (dar uma atenção especial à manifestação maior ou menor do espírito capitalista).

15 – Você acha que o estudo é importante? Qual seria a sua reação caso um filho ou neto desistisse de ir à escola?

16- Qual a sua opinião sobre os diferentes assistencialismos sociais hoje existentes?

**ANEXO F**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

1- Se autodenominam caboclos?

2- Da onde vieram? Porque vieram para cá? (no caso de terem imigrado). São proprietários? O que trabalham? No caso de serem diaristas: tem serviço quase cada dia; preferem trabalhar por dia ou empreitada; sentem se explorados? Como se relacionam com os alemães?

3 - Tem diferenças entre colono e caboclo? Quais as maiores? Observar o preconceito e o ressentimento.

7 - Você teria alguma resistência em casar com uma pessoa de origem alemã? Você gostaria que a sua filha ou filho se casasse com alguém de origem alemã?

4 – Costuma-se falar alemão num grupo onde você esta junto? Como você reage? (em caso afirmativo).

8 - Você já percebeu um preconceito por ser caboclo? De que forma?

9 - Quando tinha mais preconceito: antigamente ou hoje?

10 - Costuma visitar famílias de origem alemã? Da mesma intensidade do que famílias de caboclo? Seus laços de amizade são mais profundos com caboclos ou de origem alemã? (observar as relações de ajuda mútua).

11 - Se forem católicos: costuma ir sempre à missa; trocaria de religião; no seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?

12 - Se são crentes: por que viraram crentes?

13- Costumam ir a festas, bailes, futebol e clube de damas?

14- O que te faz mais falta? (dar uma atenção especial à manifestação maior ou menor do espírito capitalista).

15 - Quais as ajudas assistenciais que ganham? Elas são de fundamental importância? (em caso de receberem algum tipo de benefício).

**ANEXO G**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

- 1 - Se autodenominam colonos, é um conceito adequado?
- 2 - Você fala mais a língua alemã ou portuguesa? Onde e quando você fala o alemão e o português? Qual você melhor fala ou prefere falar?
- 3 - Como costumam se definir: alemão, brasileiro, brasileiro de origem alemão?
- 4 - Tem diferenças entre colono e caboclo? Quais as maiores? (em caso afirmativo). (observar o preconceito e o ressentimento).
- 5 - Você teria alguma resistência em casar com uma pessoa de origem cabocla? Você gostaria que a sua filha ou filho se casasse com um(a) caboclo(a)?
- 6 - Você já tinha um agregado? Possui ainda? (quando já tinha) Por que não? (quando não tiver ou deixou de ter) Preferia um agregado alemão ou caboclo? Para prestar um serviço como diarista, prefere pegar “alemão” ou caboclo? Por quê?
- 7 - Costuma visitar famílias caboclas? Da mesma intensidade do que famílias “alemãs”? Seus laços de amizade são mais profundos com caboclos ou de origem alemã?
- 8 - Costumam ir sempre à missa? Trocaria de religião? No seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?
- 9 – O que trabalha? Em caso de agricultor: quais as maiores dificuldades que enfrenta; é melhor trabalhar por mês numa fábrica ou ser agricultor?
- 10- O que te faz mais falta? (dar uma atenção especial à manifestação maior ou menor do espírito capitalista).
- 11 – Você vê o estudo como algo importante para a vida? Qual seria a sua reação em caso de seus filhos desistirem de ir à aula?
- 12- Qual a sua opinião sobre os diferentes assistencialismos hoje existentes?

**ANEXO H**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

1- Se autodenominam caboclos?

2- O que trabalham? No caso de serem diaristas: tem serviço quase cada dia; preferem trabalhar por dia ou empreitada; sentem-se explorados? Como se relacionavam com os alemães?

3 - Tem diferenças entre colono e caboclo? Quais as maiores? (observar o preconceito e o ressentimento).

4 - Você teria alguma resistência em casar com uma pessoa de origem alemã? Você gostaria que a sua filha ou filho se casasse com alguém de origem alemã?

5 – Costuma-se falar alemão num grupo onde você esta junto? Como você reage? (em caso afirmativo).

6 - Você já percebeu um preconceito por ser caboclo? De que forma?

7 - Costuma visitar famílias de origem alemã? Da mesma intensidade do que famílias de caboclo? Seus laços de amizade são mais profundos com caboclos ou de origem alemã? (observar as relações de ajuda mútua).

8 - Se forem católicos: costuma ir sempre à missa; trocaria de religião; no seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?

9 - Se são crentes: por que viraram crentes?

10 - Costumam ir a festas, bailes, futebol?

11 – Gostam ou gostavam de ir à aula? (observar possíveis segregações, preconceitos e dificuldades em relação ao caboclo dentro espaço escolar).

12- O que te faz mais falta? (dar uma atenção especial à manifestação maior ou menor do espírito capitalista).



**ANEXO I**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

- 1 - Se autodenominam colonos? É um conceito adequado?
- 2 - Você fala mais a língua alemã ou portuguesa? Onde e quando você fala o alemão e o português? Qual você melhor fala ou prefere falar?
- 3 - Como costumam se definir: alemão, brasileiro, brasileiro de origem alemão?
- 4 - Tem diferenças entre colono e caboclo? Quais as maiores? (em caso afirmativo). (observar o preconceito e o ressentimento).
- 5 - Você teria alguma resistência em casar com uma pessoa de origem cabocla? Você gostaria que a sua filha ou filho se casasse com um (a) caboclo (a)?
- 7 - Costumam visitar famílias caboclas? Da mesma intensidade do que famílias “alemãs”? Seus laços de amizade são mais profundos com caboclos ou de origem alemã?
- 8 - Costumam ir sempre à missa? Por que vai? Trocaria de religião? No seu entender por que alguns vão para a religião dos crentes?
- 9 - O que trabalha? Em caso de agricultor: quais as maiores dificuldades que enfrenta; é melhor trabalhar por mês numa fábrica ou ser agricultor?
- 10- O que te faz mais falta? (dar uma atenção especial à manifestação maior ou menor do espírito capitalista).
- 11- Você vê o estudo como algo importante para a vida? Por quê?
- 12 - Qual a sua opinião sobre os diferentes assistencialismos hoje existentes?

**ANEXO J**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

1 – Por que desistiram de ir à escola?

2 - Qual foi a reação dos pais quando desistiu de ir à escola?

3- Sentiram preconceito dentro do espaço escolar?

4- Quais são os seus projetos para o futuro?

**ANEXO L**

Idade: \_\_\_\_ Série: \_\_\_\_ Escola: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

- 1- Faça um desenho e um pequeno texto diferenciando o caboclo e o de origem alemã.
- 2- Quais os seus projetos para o futuro?
- 3- O que te mais faz falta?
- 4- Já sofreu algum tipo de preconceito racial? Se sim explique de forma resumida a onde e como aconteceu o preconceito.

**ANEXO M**

Escola: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

- 1- No seu entender por que os alunos caboclos desistem mais facilmente de ir à escola?
- 2- O que deveria – se fazer para que o aluno caboclo permanecesse por mais tempo na escola?
- 3- Você acha que o caboclo sofre de preconceito dentro do espaço escolar? De que forma?
- 4- Será que a escola é de fundamental importância para os jovens caboclos? Por quê?

**ANEXO N**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

1 - O que trabalham?

2 - Como se conheceram e começaram a namorar?

3 - Houve resistência por parte dos familiares por serem de grupos étnicos diferentes?

4 - Nas relações dentro da família percebem diferenças culturais, na maneira de pensar, agir ou de se organizar? (observar se houve processos de acaboclamientos ou ateutoamentos).

**ANEXO O**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

- 1 - Como se formou o aglomerado?
- 2 - Como adquiriram a propriedade? Quem é o proprietário?
- 3 - Qual o tamanho da área? O numero de famílias?
- 4 - O que trabalham? Se forem diaristas: sempre tem serviço?
- 5 - Observar a organização do grupo, suas relações internas entre seus membros e suas relações externas com a comunidade e as famílias teuto-brasileiras das proximidades.

**ANEXO P**

Identificação: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

1- Quais as políticas assistenciais existentes? Como funcionam? Quais são os seus objetivos? Quem são os beneficiados? A maioria dos beneficiados são caboclos?

2 - A prefeitura tem oferecido uma assistência especial às famílias caboclas em condição socioeconômica mais precária? Em caso afirmativo: de que forma? A assistência está dando resultados positivos ou satisfatórios?

**ANEXO Q**

Identificação: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

- 1- Os caboclos costumam participar da vida comunitária?
- 2- Em caso dos caboclos terem nenhuma ou uma pequena participação sócio-comunitária questionar os motivos deste fato.
- 3- Em caso dos caboclos terem uma relativa participação sócio-comunitária questionar se é possível perceber uma dificuldade de interação entre a etnia cabocla e teuto-brasileira no espaço social da comunidade.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)